

SENADO FEDERAL

. . . . . .

Cidades Históricas
Inventário e Pesquisa

São Luís

IPHAN

Edições do
Senado Federal

Volume 85

São Luís



CIDADES HISTÓRICAS
INVENTÁRIO E PESQUISA

SÃO LUÍS



Mesa Diretora
Biênio 2007/2008

Senador Renan Calheiros
Presidente

Senador Tião Viana
1º Vice-Presidente

Senador Alvaro Dias
2º Vice-Presidente

Senador Efraim Morais
1º Secretário

Senador Gerson Camata
2º Secretário

Senador César Borges
3º Secretário

Senador Magno Malta
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Papaléo Paes
Senador João Vicente Claudino

Senador Antônio Carlos Valadares
Senador Flexa Ribeiro

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

Edições do Senado Federal – Vol. 85

CIDADES HISTÓRICAS
INVENTÁRIO E PESQUISA

SÃO LUÍS

Brasília – 2007

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 85

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto
© Senado Federal, 2007
Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF
CEDIT@senado.gov.br
Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm
Todos os direitos reservados

Cidades históricas; inventário e pesquisa : São Luís - Rio de Janeiro:
IPHAN, 2006.

570 p. : il., fot., graf., mapas : 28 x 28 cm

Bibliografia : p. 559 - 568

1. História. 2. Sítio urbano. 3. Centro histórico. 4. Inventário. 5. Preservação. 6. Patrimônio arquitetônico. 7. Legislação urbana. 8. São Luís (MA). I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil)

IPHAN/2007
CDD- 363.69098121

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Noronha Santos

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA CULTURA
Gilberto Gil Passos Moreira

PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Luiz Fernando de Almeida

CHEFE DE GABINETE
Aloysio Antônio Castelo Guapindaia

PROCURADOR – CHEFE
Teresa Beatriz da Rosa Miguel

COORDENADORA – GERAL DE PESQUISA,
DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA
Lia Motta

COORDENADORA – GERAL DE PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
Thays Pessoto de Mendonça Zugliani

DIRETORA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL
Márcia Genésia de Sant'Anna

DIRETOR DO PATRIMÔNIO MATERIAL
Dalmo Vieira Filho

DIRETOR DE MUSEUS E CENTROS CULTURAIS
José do Nascimento Junior

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Maria Emília Nascimento Santos

SUPERINTENDENTE DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL/MA
Kátia Santos Bogéa

ORGANIZAÇÃO
Maria Beatriz Setubal de Rezende Silva

PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO
Laura Bahia Ramos Moure (coordenação)
Beatriz de Morais Nogueira (apoio)
Cynthia Tarrisse (apoio)
Bettina Zellner Grieco
Flávia Fonseca Gonçalves (estagiária)

REVISÃO
Alexandra Bertola
Rosalina Gouveia

PROJETO GRÁFICO ORIGINAL
Dupla Design

ADAPTAÇÃO DO PROJETO GRÁFICO ORIGINAL
Ventura Design

FOTOS
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro
Arquivo eletrônico INBI –SU
Biblioteca *Noronha Santos*

PROJETO INVENTÁRIO NACIONAL DE BENS IMÓVEIS EM SÍTIOS URBANOS - INBI-SU[1]
CONCEPÇÃO DO PROJETO
Beatriz Adams Landau
Lia Motta
Marcia Regina Romeiro Chuva
Maria Beatriz Setubal de Rezende Silva
Maria de Fátima Oliveira Pinheiro

EQUIPE TÉCNICA DO INBI-SU/SÃO LUIS – DID/IPHAN

Arquitetos
Beatriz Adams Landau
Fátima Macedo Martins
Laura Bahia Ramos Moure (Monumenta/ Fortalecimento Institucional)
Lia Motta
Maria Beatriz Setubal de Rezende Silva
Monica Cristina de Souza Silva (Monumenta/ Fortalecimento Institucional)
Paulo Henrique Farsette (Monumenta/ Fortalecimento Institucional)
Valério Augusto Soares de Medeiros (Monumenta/ Fortalecimento Institucional)

Documentalistas
Maria de Fátima Oliveira Pinheiro
Maria Luiza Villela (Monumenta/ Fortalecimento Institucional)

Historiadores
Alessandra D'Aqui Velloso (Monumenta/ Fortalecimento Institucional)
Luis Cristiano Andrade (Monumenta/ Fortalecimento Institucional)
Marcia Regina Romeiro Chuva

Analista de Sistemas
Adão Paulino da Silva (Monumenta/ Fortalecimento Institucional)

Auxiliares Técnicos
Alexandre Rocha da Silva (Monumenta/ estagiário de arquitetura)
Aline Lima Cruz (Monumenta/ estagiário de arquitetura)
Beatriz de Morais Nogueira (Monumenta/ estagiária de arquitetura)
Bruno de Fassio Paulo (Monumenta/ estagiário de arquitetura)
Cícero Ramos de Araújo (administrador de banco de dados)
Cynthia Tarrisse (estagiária de arquitetura)
Deborah de Moraes Ribeiro Soares (estagiária de arquitetura)
Hugo Geraldo de Lima (Monumenta/ apoio de informática)
José Carlos Nunes dos Santos (Monumenta/ digitador)

Cartógrafa
*Dulce Vidigal do Amara*l (Monumenta/ Fortalecimento Institucional)

SUPERVISÃO DOS LEVANTAMENTOS DE CAMPO – IPHAN

3ª Superintendência Regional
Ana Carolina Leda Alves da Costa
Maria Paula Ferguson Marques
Marise Ferreira Alves

1 Inventários realizados no período de 2000 a 2003 pelo antigo Departamento de Identificação e Documentação – DID/IPHAN, com apoio do programa Monumenta e da Unesco, no âmbito do projeto de Fortalecimento Institucional do IPHAN.

PARCERIA PARA A CONTRATAÇÃO DOS PESQUISADORES DE HISTÓRIA NO RIO DE JANEIRO

Fundação Universitária José Bonifácio – UFRJ

AGRADECIMENTOS

Célia Corsino – responsável pela institucionalização do INBI-SU no IPHAN, como Diretora do DID.
Márcia Sant'Anna e *Catarina Eleonora Ferreira da Silva* – colaboradoras para a implantação do INBI-SU em nível nacional, como técnicas do DID.
Antônio Carlos de Souza Lima – responsável pela viabilização da contratação da FUJB, como professor do Museu Nacional da UFRJ
Stella Regina Soares Brito – pelas informações prestadas complementares aos dados do INBI-SU

EXECUÇÃO DOS LEVANTAMENTOS DE CAMPO, SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS COLETADOS E PESQUISA HISTÓRICA

NEUCI - Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Coordenação geral:
Profª. Arquiteta *Márcia Tereza Campos Marques*

Professores:

Celso Beckman Lago (Pró-Reitor de Planejamento)
Grete Pflueger (Diretora do Curso de Arquitetura e Urbanismo)
Margareth Gomes de Figueiredo
Sanadja Medeiros
Thaís Trovão
Vitor Hugo dos Santos Plum
Carlos Frederico Lago Burnett
Érico Peixoto
Alex de Oliveira

Técnico da UEMA responsável pelo levantamento de campo e processamento de dados:

João Gutemberg Mendes Goulart (arquiteto)

Profissionais contratados:

Carolina Araújo (arquiteta)
Charles André Cutrim Cordeiro (arquiteto)
Clarice Coimbra de Carvalho (arquiteta)
Débora Moreira Salgado (arquiteta)
Edrisses de Almeida Moreno (arquiteto)
Fabiano L. F. Santos (digitador)
Isomar Lopes Almeida (arquiteto)

Alunos:

Abinaabe dos Santos Pires Soares
Alfredo José Moura Cruz
Allana Cristina Moreira Alves
Ana Bárbara Lisboa Silva
Ana Rosaurea Pinheiro De Carvalho
Antonio Wagner Lopes Jales
Armando dos Santos Eugenio
Aurea Tania Dias Silva
Bianca Mendes Martins
Bruna Suzane Marinho Bezerra
Bruno Cunha Ribeiro
Bruno Rodrigues Souza Santos
Camila Moraes Rego Rocha
Carla de Azevedo Veras
Carolina Pedraça Santos
Cibele de Carvalho Bittencourt
Cíntia Maria de Aguiar Moraes
Cíntia Rafhaela Cunha Silva
Cleidiane Carvalho de Oliveira
Conceição de Maria Araújo De Oliveira
Deborah da Silva Muniz
Deleon Araújo Costa Gonçalves
Daniele Silva Costa
Dennis Albert Rodrigues Guilhon
Domingos Sávio da Cruz Pereira
Érika Lima de Jesus
Etiane Alves de Oliveira
Évila Caroline Maciel Delgado Ribeiro
Fabiana dos Santos Carvalho
Fábio Henrique Ribeiro Pereira
Fabíola Caroline Furtado Barros
Fernanda Brito Abreu
Fernanda de Pádua dos Santos Pereira
Fernanda dos Santos
Fernanda Nunes dos Santos
Franciléia dos Santos Alves
Francilene de Castro Bezerra
Francisca Júlia Ferreira
Gianfranco de Moraes Ribeiro
Giovanna Jansen Dualibe
Gladstone Mapurunga E Silva Júnior
Hugo Vinícius de Andrades Santos

Jalbero Campelo Almeida
Jalila Eos Amate Amorim
Jean Cunha Vieira
Jorge Thiago de Souza Lima
José Mário Santos Araújo
José Nataniel Sales Neto
Joseana Cristina Moraes Anchieta
Leonardo de Souza Santana
Lúcio Silva Carneiro Junior
Ludgardes Ribeiro Peixoto Chagas
Luis Leizon Cabral Silva
Mara Rejane S. dos Santos
Márcia Bianca Silva Lago
Márcia de Carvalho Neves
Marcio César de Castro Aragão
Marco Aurélio M. Rêgo Rocha
Maria das Graças De Jesus Moraes
Maria Justina da Silva Castro
Martha Nogueira Santos Cruz
Nairama Pereira Barriga
Nívea Nunes Raposo
Pablo Juanito Prazeres Da Silva
Patrícia Vieira Trinta
Paula Mendonça Teixeira
Raimundo Nonato P. Correia Filho
Renato Teixeira E Silva
Ricardo Marques Ferreira
Robert Cristian Costa Cutrim
Rodrigo Gratz
Rubens Ferreira Filho
Sérgio de Jesus Carvalho De Deus
Suelma Rios Pinto
Tatyana Silva de Medeiros
*Ulisses Penha Cost*a

Pesquisa histórica

1ª etapa – levantamento de fontes:
Aline Menezes

2ª etapa – levantamento de fontes e texto preliminar:
Maria da Glória (coordenação)
Manoel de Jesus

3ª etapa – conclusão dos levantamentos e texto final:
Aline Menezes

Verbetes sobre os imóveis de tipologia excepcional
Felipe Esteves Lima Maciel

No ano em que Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) festeja 70 anos do trabalho de preservação do patrimônio cultural e o Conselho Editorial do Senado Federal completa 10 anos de atividades, lançamos esta coleção Cidades Históricas – Inventário e Pesquisa.

A coleção apresenta parte da pesquisa sistemática realizada pelo IPHAN através do Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos (INBI/SU). Criado na década de 80 o INBI/SU foi elaborado para apoiar as ações de conservação, restauração, promoção e gestão do patrimônio urbano tombado.

Os três primeiros volumes apresentam o INBI/SU – Manual de Preenchimento, Tiradentes e São Luís. Nos próximos volumes a coleção divulga os inventários de Parati, Praça XV (Rio de Janeiro), Belém, Ouro Preto, Mariana e Petrópolis.

Com Cidades Históricas – Inventário e Pesquisa o Conselho Editorial do Senado e o IPHAN divulgam uma parcela do trabalho necessário à preservação do patrimônio cultural e informações sobre oito cidades. Além disso, estimulam novas pesquisas, estudos e ações de preservação do patrimônio urbano brasileiro, que hoje conta 65 sítios urbanos tombados pelo Iphan.

. . . . . .

Sumário

São Luís, patrimônio e paixão
José Sarney
pág. 15

Apresentação
pág. 17

São Luís –
Antiga denominação – Fatores de ocupação –
Referências históricas da ocupação do território
pág. 19

História da forma urbana:
Primeiras tentativas de fixação e povoamento
da região no século XVI
pág. 23

1615-1677: O traçado de Francisco Frias da Mesquita
e a inserção de São Luís no Império
pág. 26

1677-1753: Elevação à categoria de cidade e
a expansão do traçado urbano
pág. 36

1753-1804: O governo de Melo e Póvoas
e a Companhia Geral de Comércio
pág. 41

1804-1844: Tentativas de normatização
das ações urbanísticas: as melhorias na cidade
pág. 50

1844-1910: Tecidos e sobrados: economia
maranhense e ordem urbana em São Luís
pág. 53

1910-1974: Do horror ao antigo à valorização dos
conjuntos: reformas urbanas e tombamento
pág. 58

Cronologia
pág. 63

Dados Complementares

Estimativas populacionais anteriores
ao 1º censo (1872)
pág. 67

Exemplo de uso dos dados do Inventário –
Análise socioeconômica e de referências culturais
pág. 68

Questões do formulário geral do sítio urbano
pág. 68

Mapeamento dos usos
pág. 71

Dados dos imóveis
pág. 75

Imóveis com tombamento individual
pág. 545

Referências bibliográficas
pág. 559

Índice das ilustrações
pág.569

São Luís, patrimônio e paixão

José Sarney

"EU ME RESOLVO que esta é a melhor terra do mundo, onde os naturais são muito fortes e vivem muitos anos, e consta-me que, das que correram os portugueses, a melhor é o Brasil, e o Maranhão é o Brasil melhor", assim Simão Estácio da Silveira, navegador português do século XVIII, falava das lonjuras de São Luís do Maranhão.

Deus, quando fez o mundo, no terceiro dia da criação, e mandou que as árvores verdes dessem sementes, antes que fizesse as matas e as águas da Amazônia, os campos abertos do Sul, as aves e os pantanais do Oeste, fez a ilha de São Luís, para deste barro construir o Paraíso. Quem diz São Luís, diz Maranhão, quem diz Maranhão diz São Luís.

A cidade cheira a poesia e cravo, com suas ladeiras de histórias e lendas, que falam de heróis, santos e punhais. Da luta das palavras, de donzelas soluçando amores nos sobrados de sacadas de ferro, poetas deixando cair lenços e sonetos nas lajes frias de cantaria, além da paixão sem fronteiras das lutas políticas remoendo pelas praças, sagas em que mulheres escreviam ordens em cartas de sangue. Pois não é o carro de Dona Ana Jansen que assombra as madrugadas desertas destas ladeiras? E a Baronesa de Grajaú, toda de preto, acompanhada de damas nobres, sobe as escadas, rangendo as tábuas, que repetem o gemido dos escravos enforcados?

Aqui, o mistério, a história e a lenda dançam juntos.

Ruas que são poemas: do Sol, da Alegria, da Saudade, do Alecrim, da Misericórdia, das Hortas, da Paz, da Palma, do Apicum, das Mercês, da Madre de Deus, do Quebra-Costas, da Estrela, Canto da Viração, do Giz, do João do Vale, das Crioulas, dos Remédios…

O mesmo braço colonizador, a mesma história, o mesmo sonho. Vieram os franceses, chegaram os portugueses, aportaram os holandeses e, de novo, a cidade e as matas ficaram portuguesas por serem brasileiras no casario e no dengue do povo.

"No Brasil, eu falo duas línguas: a língua dos tupis e a língua do Maranhão", dizia o Padre Vieira. A voz deste padre é um fogo que pode ser visto e ouvido na velha igreja de Santo Antônio.

O Conselho Editorial do Senado Federal está editando o grande levantamento de nosso patrimônio arquitetônico feito pelo IPHAN, coleção que incluirá as cidades e sítios históricos de Belém(PA), Mariana(MG), Ouro Preto(MG), Parati(RJ), Petrópolis(RJ), Praça 15 de Novembro(RJ), São Luís(MA), e Tiradentes(MG). São Luís tem o maior conjunto colonial do Brasil, e não poderia ficar de fora da coleção. Este livro registra o acervo que a Unesco reconheceu como patrimônio da humanidade e que é, antes de mais nada, a obra do povo do Maranhão.

O centro histórico de São Luís pode sobreviver por um esforço que vem de muitos anos. Em 1937 Gustavo Capanema entregou a Rodrigo Melo Franco de Andrade o SPHAN, o antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, depois de um estudo feito por Mário de Andrade. Rodrigo reuniu uma equipe extraordinária, talvez a mais notável de nossa história, com nomes como Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Joaquim Cardoso, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Renato Soeiro, Godofredo Filho, Afonso Arinos, Oswald de Andrade.

Brasil afora, foram levantados, repertoriados, tombados os maravilhosos conjuntos arquitetônicos, monumentos, obras de arte, paisagens, músicas, danças, tradições. Um trabalho modelar, reconhecido internacionalmente, nunca suficientemente louvado. Um trabalho que supera as imensas dificuldades de recursos materiais e humanos, pois a qualidade dos quadros técnicos do IPHAN não encontra correspondência com remuneração adequada, novas contratações não suprem a enorme demanda, e os gastos com manutenção e recuperação dos acervos são bem menores que os necessários.

O Brasil tem em seu patrimônio cultural uma de suas maiores riquezas. O trabalho de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que construiu uma repartição que imediatamente se colocou como uma instituição de Estado, distante de questões de governo, deu ao IPHAN — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — um caráter nacional. O Maranhão recebeu, desde logo, a atenção da equipe.

Quando eu era Governador do Maranhão, Rodrigo conseguiu que a Unesco enviasse a São Luís o arquiteto Michel Parent, e, logo depois, em 1972, o grande arquiteto português Alfredo Viana de Lima, para fazer um diagnóstico da cidade e propor novas medidas de tombamento e proteção. Seu trabalho foi continuado pelo casal Dora e Pedro Alcântara, por Olavo Pereira da Silva e tantos outros, que têm-se sucedido na luta, por vezes frustrante, mas sempre recompensada, de salvar pedra, porta, telha, azulejo, tecido urbano — cidade e vida.

São Luís, poesia de nosso chão, cravo perfumado de nosso amor.

Apresentação

A SÉRIE *Cidades Históricas Inventário e Pesquisa* reúne os resultados dos inventários realizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nas cidades tombadas. Esta é uma oportunidade de dar a conhecer ao público um pouco dos trabalhos de rotina do IPHAN, divulgando o modo pelo qual a instituição conduz suas ações para a preservação do patrimônio protegido.

O projeto Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos (INBI/SU) foi criado para apoiar os trabalhos de preservação, pela aplicação e consolidação de um método que reúne e sistematiza dados coletados a partir de levantamentos de campo, de levantamentos de fontes documentais e sobre a história de atuação do IPHAN nessas cidades.

O trabalho realizado pioneiramente na cidade de Tiradentes, em Minas Gerais, teve a função de testar o método com relação aos procedimentos para as pesquisas de campo e de fontes documentais, com o desenvolvimento concomitante de banco de dados, mas, sobretudo, para avaliar a sua eficácia quanto à produção de conhecimento, visando subsidiar as ações de preservação em sítios urbanos.

A experiência-piloto mostrou-se válida porque permitiu a proposição de critérios e normas de intervenção para a cidade, que estão em vigor até hoje. Mas para além disso, todas as experiências de inventários nas cidades de Mariana, Ouro Preto, Parati, Rio de Janeiro – área da Praça XV – Petrópolis, São Luís e Belém, que integram esse primeiro conjunto de publicações da série *Cidades Históricas - Inventário e Pesquisa*, promoveram o envolvimento dos moradores, usuários, estudantes e instituições, que participaram do projeto, com a produção de conhecimento sobre esse patrimônio urbano. Foram realizadas entrevistas e visitas em cada imóvel para a realização de levantamentos físico-arquitetônicos, reuniões prévias com a comunidade sobre os objetivos do trabalho, treinamento das equipes que realizaram os levantamentos, etc. – num trabalho de sensibilização e promoção dos conteúdos e sentidos do patrimônio.

Este volume reúne as informações coletadas sobre o sítio urbano de *São Luis / MA* e está organizado da seguinte forma:

Pesquisa histórica – A pesquisa pretendeu a compreensão dos sítios urbanos tombados a partir da sua relação com o território e o contexto histórico de sua formação. Dirigida no sentido de responder às indagações que surgem do tecido urbano, dos tipos de ocupação, dos tipos de arquitetura, orienta as hipóteses de interpretação das características formais dos sítios.

O texto final apresentado neste volume é resultado de três etapas de pesquisa. Na 1ª etapa foi realizado o levantamento das fontes de interesse nas instituições nacionais de pesquisa do Rio de Janeiro, com o objetivo de, a partir desse levantamento preliminar, elaborar uma primeira cronologia sobre a formação urbana da cidade de Parati, para objetivar a busca de fontes complementares nas instituições regionais.

Na 2ª etapa foi feito o levantamento complementar nas instituições sediadas em Parati e nas instituições estaduais no Rio de Janeiro, que resultou na elaboração de um primeiro texto de consolidação da pesquisa.

A 3ª e última etapa da pesquisa foi feita sob a coordenação dos historiadores e arquitetos do DID, no Rio de Janeiro, de forma concomitante para as cidades inventariadas. Foram organizadas *Oficinas de História Urbana*, visando garantir uma abordagem multidisciplinar e o aprimoramento do olhar sobre o patrimônio urbano, com a integração das experiências de pesquisa nas diferentes cidades.

Nessa etapa, complementou-se a pesquisa no Arquivo Central do IPHAN sobre a história de atuação institucional nessas cidades e, para a consolidação dos textos finais, enfatizou-se a análise da forma urbana, com o tratamento crítico das fontes cartográficas e iconográficas, que permitiram a produção de mapeamentos sobre as principais fases do processo de ocupação e desenvolvimento do sítio urbano. Também foram promovidos a análise bibliográfica geral e o levantamento de dados complementares geográficos e populacionais.

Dados complementares – São dados que variam de volume para volume, em função das especificidades da pesquisa em cada cidade, podendo apresentar também alguns exemplos de uso dos dados do INBI/SU na elaboração de relatórios, de análises sobre um ou outro tema ou para o preenchimento do Formulário Geral do Conjunto, proposto no método INBI/SU.[2]

Dados dos imóveis – Os levantamentos de campo – planialtimétricos, físico-arquitetônicos e entrevistas – apresentados aqui de forma resumida, foram realizados nas áreas cujo processo de ocupação remonta ao período de formação e consolidação do núcleo urbano mais antigo: são fotos, plantas de localização e de cobertura, e alguns dados textuais, provenientes do sistema de informações INBI/SU, ainda em fase de consolidação para disponibilização em ambiente Web.

Imóveis com tombamento individual – Foi realizado um levantamento complementar sobre os edifícios tombados individualmente, que também compõem os conjuntos urbanos tombados – como as igrejas, as casas de Câmara e Cadeia, chafarizes, etc. São imóveis com um programa arquitetônico especial, que em geral resulta em edifícios de grandes dimensões e de caráter monumental e diferenciado. Por essa razão, os dados desses imóveis não integram o sistema INBI/SU, para não gerar inconsistências nas análises urbanas, que visam subsidiar critérios para todo o conjunto, acerca de parâmetros como área de lote, taxa de ocupação, gabarito, etc. Aqui estão reunidos fotos, plantas de localização e verbetes históricos desses imóveis.

Referências bibliográficas – Reúne todas as fontes consultadas que embasaram a pesquisa histórica e que hoje estão inseridas no sistema de informações INBI/SU, na forma de Guia Bibliográfico. Este guia traz, além das referências bibliográficas, os resumos das obras consultadas, visando apoiar o desenvolvimento de novas pesquisas, tanto de interesse do IPHAN, como do público em geral.

Índice das ilustrações – Ao final de cada volume, o índice das ilustrações apresenta a localização das fontes das quais foram extraídas as imagens utilizadas nesta publicação.

2 INVENTÁRIO Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados/INBI-SU: Manual de Preenchimento. RJ: Departamento de Patrimônio Imaterial /IPHAN/MinC, 200.

São Luís

Antiga denominação

Upaon-Açu [Upaon Grande, em oposição a *Upaon-Miri*, Upaon Pequena] – denominação anterior a 1612, dada à ilha pelos índios tupinambás, que habitavam o local antes da tentativa de criação, pelos franceses em 1612, da França Equinocial.

Fatores de ocupação

Século XVII / XVIII: Ponto estratégico de defesa do território

- Controle estratégico da entrada para a Bacia do Amazonas e da região pela Coroa Ibérica, protegendo o território e assegurando a posse;
- Atividades comerciais diretamente com Lisboa;

Segunda metade do século XVIII: entreposto comercial

- Política pombalina de exploração da colônia, que incluía a intensificação da imigração de colonos açorianos gerando crescimento populacional; a introdução de novas técnicas agrícolas e culturas (arroz, algodão) e a inserção no circuito mundial de comércio substituindo os produtos norte-americanos, então em guerra de independência;
- Transformação de antigos aldeamentos de índios em vilas;

Século XIX: instalação de fábricas; valorização urbana

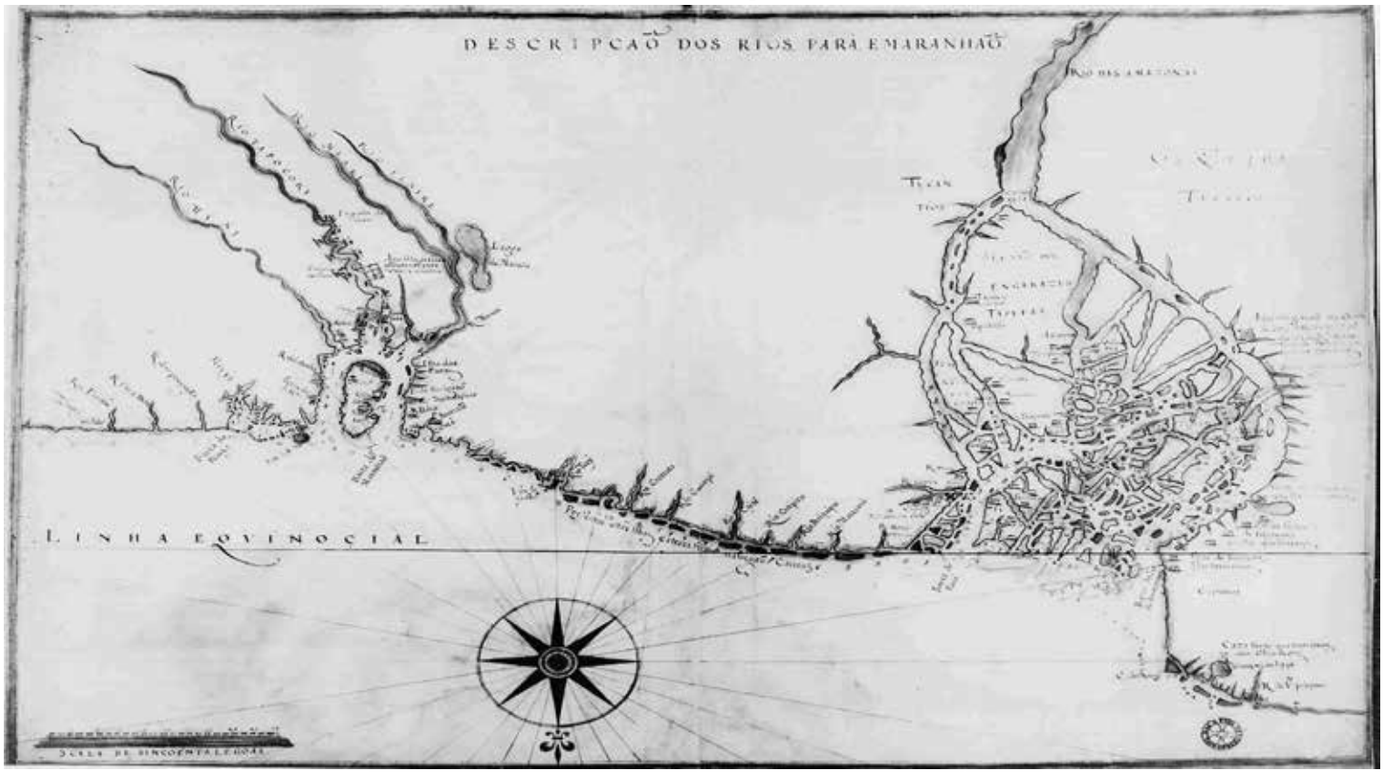
- Guerra de Secessão nos EUA reduz a produção americana, impulsionando as exportações de algodão do Brasil para a Inglaterra;
- Instalação de fábricas de tecidos, de pilar arroz, de sabão, velas, algodão, cal, olarias e tipografias;
- Valorização arquitetônica com a construção de sobrados requintados (azulejaria; mirantes, etc);
- Cultura e comércio do babaçu.

Referências históricas da ocupação do território

A Amazônia no século XVII foi percorrida por vários grupos: pelos sertanistas em busca das chamadas "drogas do sertão" – especiarias cobiçadas pelos colonos e comercializados pela Metrópole, como o guaraná e o urucum, além de essências para perfumes; pelas expedições oficiais comandadas por militares que visavam assegurar os domínios portugueses contra ingleses, franceses, holandeses e espanhóis; pelas tropas de apresamento, também chamadas de "resgate", em busca do índio cativo; e também pelos missionários que, com os "descimentos", arrebatavam indígenas com o propósito de aldeá-los e catequizá-los.

Essa forte presença portuguesa resultou na ampliação do território, na fundação de núcleos, fortificações e missões ao longo dos rios Amazonas, Branco, Negro, Madeira, Tapajós e Xingu.

Os espanhóis tiveram a primazia da navegação na costa do Maranhão. Por volta de 1499, Vicente Yanes Pinzón navegou pelo litoral e foi o primeiro a reconhecer o território. Além dos interesses já citados, acreditava-se na existência de metais preciosos[3] no Peru, o que impulsionou as iniciais incursões de outros países além de Portugal e Espanha ao litoral do Maranhão, pelo qual pretendiam os conquistadores alcançar as riquezas andinas.[4]



ALBERNAZ, João Teixeira. Descrição dos rios Pará e Maranhão, 1632. Mapoteca da Marinha, RJ.

3 As idéias de *el dorado* como um paraíso terreal eram amplamente difundidas no período dos descobrimentos marítimos, e estão presentes no processo de conquista e ocupação do Novo Mundo. Os europeus acreditavam na existência de uma "terra prometida", tal como descrita na Bíblia, plena de riquezas. Acerca deste assunto ver Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.

4 Cf. Bernardo Pereira de Berredo. *Anais históricos do Estado do Maranhão (em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo o mais que nele tem sucedido desde o ano em que foi descoberto até o de 1718)*. A 1ª edição foi de 1749, de Lisboa ; a 2ª, de São Luís, em 1849; a 3ª foi de Florença: Typographia Barbèra, 1905; a 4ª em 1988, de São Luís. Berredo foi governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará entre 1718 e 1722. Escreveu os *Anais Históricos* durante seu mandato, sendo publicado o livro em 1749, quando já havia falecido. Foi o primeiro cronista do Maranhão e seus *Anais* tratam da história do Maranhão desde 1499 até 1718, quando se iniciou o seu governo. O livro apresenta vários relatos e documentos pesquisados pelo autor.

Desde então, alguns navegadores portugueses e espanhóis estiveram na região, para avaliar suas riquezas. Implementaram-se, a partir daí, várias tentativas de ocupação e colonização que não tiveram sucesso pela dificuldade de atracar os navios, sendo freqüentes os naufrágios. Não houve êxito nessas tentativas por parte da Coroa espanhola, e então a área passou a ser freqüentada por piratas, no final do século XVI, piratas que mantinham relações de escambo com os índios. Entre eles havia irlandeses, holandeses, ingleses e franceses, que buscavam o lucrativo comércio do Novo Mundo e, no caso dos franceses, também as vantagens coloniais que eram monopolizadas por Portugal e Espanha.[5]

As tentativas de colonização da região foram as seguintes: em 1534, com a divisão do território da colônia em capitanias hereditárias, coube a João de Barros a capitania do Maranhão. Em associação com Aires da Cunha, João de Barros tentou tomar posse de sua capitania, mas a tentativa foi frustrada. Os navios de sua expedição naufragaram na baía de São Luís em duas ocasiões.

Novas tentativas ibéricas de fixação somente seriam repetidas no período da União Ibérica. Em 1580, com a morte do rei de Portugal, d. Sebastião, o rei de Espanha, Filipe II, uniu as duas coroas e passou a reinar sobre o Novo Mundo, controlando também o comércio com o Oriente e África.[6]

A partir da intensificação da presença estrangeira na costa norte, a coroa ibérica passou a empreender esforços para realizar a conquista e ocupação desse território, em especial a região do Amazonas, para preservar o monopólio ibérico do comércio de açúcar e também para proteger as minas de prata do Peru, que poderiam ser alcançadas através do rio.

Apesar das tentativas implementadas ainda no século XVI, o Maranhão continuava sem ocupação e colonização efetivas. Desde a primeira metade desse século, corsários franceses freqüentavam a costa e lidavam com os índios tupinambás, mas a presença efetiva dos franceses no Maranhão se confirmou no final do século, quando em 1594, o comandante Jacques Rifault fixou na ilha do Maranhão o subcomandante da expedição, Charles de Vaux, que levou à coroa francesa notícias das vantagens de se fundar uma povoação no Maranhão, pois a terra oferecia boas condições de vida, os habitantes naturais eram seus aliados e, principalmente, a França ganharia uma parcela colonial no Novo Mundo. A rainha Maria de Médicis consentiu em uma viagem comandada por Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, a fim de verificar tais informações.[7]

Com a permissão da rainha, La Ravardière, em sociedade com Nicolas Harlay e François de Rasilly, levantou os recursos necessários para as despesas da expedição e colonização do Maranhão. A chamada França Equinocial[8] foi o estabelecimento dos franceses, comandados por La Ravardière, em 1612. Fundaram uma fortaleza construída com a ajuda dos índios, que chamaram de São Luís, em homenagem ao rei Luís XIII. Esta experiência francesa no Maranhão durou três anos e foi concluída em 1615.

A disposição geográfica também influenciou o sentido da ocupação da vila de São Luís. Os franceses escolheram uma área para construírem seu forte que ficava sobre o extremo de uma ponta elevada de terra, permitindo a defesa dos rios Anil e Bacanga, que banham o local. Além disso, São Luís se encontra no ponto de convergência das mais importantes vias fluviais exclusivamente maranhenses – o Pindaré, o Mearim e o Itapicuru, que eram navegáveis em grande parte de seus cursos.[9]

O fim da colônia francesa no Maranhão aconteceu após a batalha de Guaxenduba, em 1614, quando os portugueses venceram os franceses definitivamente. Comandados por Jerônimo de Albuquerque e Alexandre de Moura, alcançaram celebrar um armistício com La Ravardière, que se retirou depois, em novembro de 1615, consolidando-se a ocupação portuguesa que ficou sob o governo Jerônimo de Albuquerque até 1618.

Depois da fundação de São Luís em 1612, restava ainda retirar holandeses e ingleses que ocupavam o vale do Amazonas buscando a exploração produtos da região. E assim, em janeiro de 1616, Francisco Caldeira Castelo Branco, ergueu um forte chamado Presépio nas margens da baía de Guajará, que

---

5 Cf. Bernardo Pereira de Berredo. *Anais históricos*.

6 Uma das vantagens alcançadas por Portugal com a união das coroas foi conseguir apoio para a expulsão dos estrangeiros que freqüentavam a costa da América portuguesa. Por outro lado, como os holandeses eram adversários comerciais da Espanha, chegando à guerra em 1609, tornaram-se inimigos de Portugal, terminando com a relação amistosa que mantinham os dois países, já que a Holanda ocupava-se da distribuição do açúcar e produtos tropicais para outros países da Europa, fato que acarretou as invasões holandesas do século XVII, inclusive no Maranhão em 1641.

7 Cf. Meireles, Mário Martins. *França Equinocial*. São Luís: Tipografia São José, 1962.

8 Meireles, Mário Martins. *Op. cit.*

9 Cf. Azevedo, Aroldo de; Matos, Dirceu Lino de. *Viagem ao Maranhão*. São Paulo, 1950.

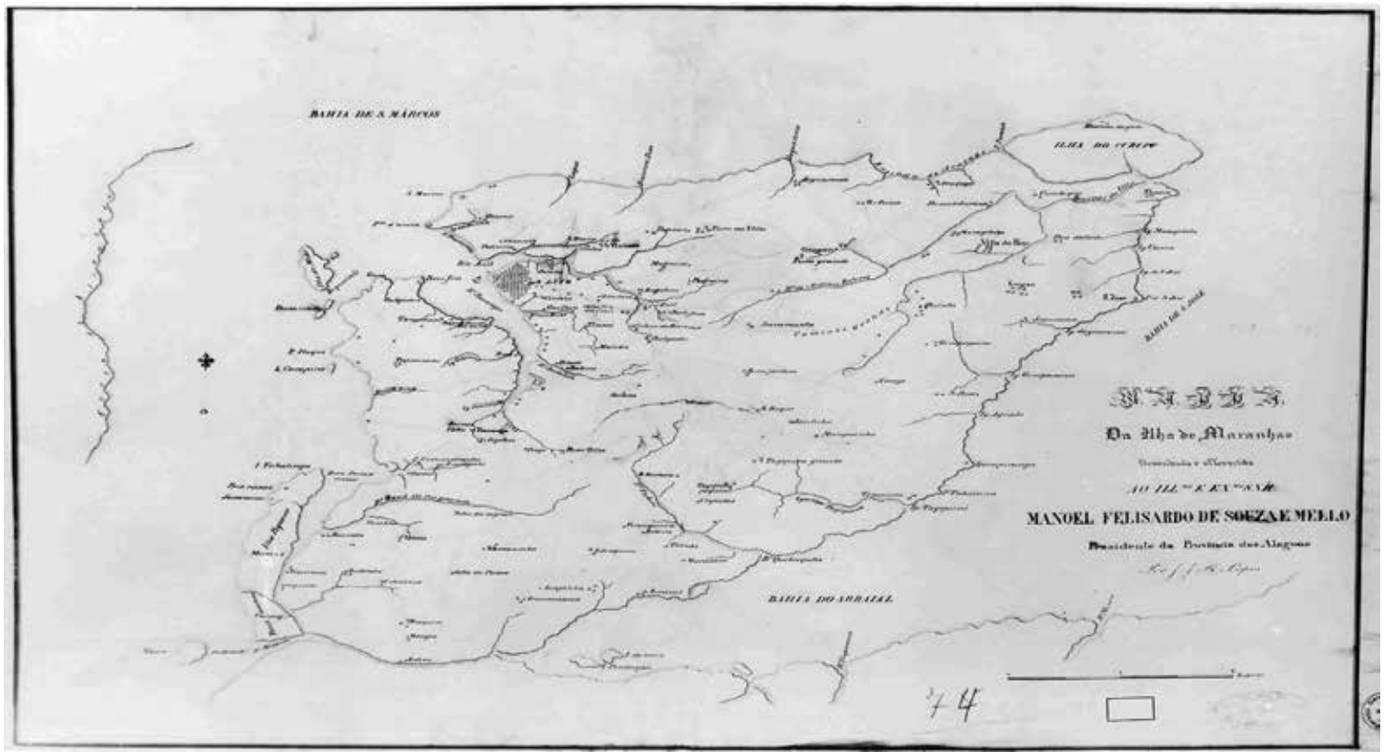
serviria de base para a defesa da região contra o ataque dos estrangeiros no vale do Amazonas, e que deu origem à cidade de Belém do Pará, consolidando a ocupação e colonização da parte setentrional da América portuguesa.

A preocupação da coroa em proteger o território recém-conquistado e assegurar a posse do Maranhão e Grão-Pará, que compunham a única área de entrada e saída de toda a região do Amazonas, levou à separação do Maranhão e das regiões vizinhas do resto do Estado do Brasil. Por carta régia de 1621,[10] a coroa criou o Estado do Maranhão e Grão-Pará – uma unidade governamental à parte do governo-geral do Brasil, que abrangia os atuais Estados do Ceará, Piauí, Maranhão e Pará. A separação, entretanto, só se efetivou em 1626, quando o governador Francisco Coelho de Carvalho passou a administrar o novo Estado.

A partir das expedições que expulsaram os franceses e da fundação da vila, as ordens religiosas estabeleceram-se no Maranhão, vindas basicamente de Portugal e Espanha para evangelizar índios e fixar a religião católica na colônia, criando missões ao longo dos rios, que colaboraram para a interiorização da colonização. A vila de São Luís deixou rapidamente sua posição de ponto militar estratégico para assumir um *status* de importante rota de comércio para o escoamento de riquezas do vale do Amazonas, a partir de sua privilegiada posição geográfica, entre duas baías, a de São Marcos e a de São José.

Os rios tiveram muita importância como vias de povoamento por serem navegáveis, o que facilitou bastante os movimentos demográficos. A confluência das duas grandes artérias maranhenses, os rios Mearim e Itapicuru, no canal dos Mosquitos, entre as baías de São Marcos e São José, e as necessidades do comércio com o exterior, reservaram a São Luís a sua histórica superioridade regional de melhor porto. Segundo Raimundo Lopes, há ainda um outro fator geográfico para esta primazia: "a forma do Golfo completa essas disposições; o amplo recôncavo, recebendo os produtos do interior, os faz convergir para seu centro, que é, aproximadamente, a capital".[11]

A princípio a cidade ocupava apenas a extremidade da chapada, localizada na ilha, no encontro dos rios Bacanga e



LOPES, J. J. Rodrigues. Mapa de parte da província do Maranhão, 1841. Mapoteca da Marinha, RJ.

10 Citada por Meireles, Mário Martins. *História da arquidiocese de São Luís do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1974.

11 Lopes, Raimundo. *Uma região tropical*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Fon-Fon e Seleta, 1970, p. 103.

Anil, tendo o seu crescimento sido ordenado pelos declives e elevações do relevo, que só foram ocupados ao longo dos anos, bem como os mangues e alagadiços. As construções nas áreas de depressão foram mais lentas. Assim, São Luís tomou inicialmente a forma de cruz, pois se formou procurando desviar-se dos obstáculos naturais do mesmo[12]. O Convento de Nossa Senhora do Carmo foi o marco do limite da cidade no século XVII[13].



SAMPAIO, Teodoro, Estado do Maranhão, 1908. Detalhe do mapa do Estado do Maranhão, Biblioteca Nacional, Iconogrfia, RJ.

Outra característica da posição geográfica de São Luís determinou um maior contato com a metrópole ainda no século XVII. As correntes marítimas e os ventos eram desfavoráveis à navegação da costa brasileira entre Salvador, na Bahia, que era a capital do Estado do Brasil, e a capital maranhense, a ponto de se considerar a travessia para a Europa mais segura. Este fato, entre outras razões, influiu na decisão de criar-se, em 1621, o Estado do Maranhão e Grão-Pará, separado do Estado do Brasil e subordinado diretamente a Lisboa. Também a criação do bispado do Maranhão, em 1677, e a elevação de São Luís à categoria de cidade nessa mesma ocasião são atribuídas a esse aspecto da geografia, pois as dificuldades de comunicação com o bispado da Bahia tornavam precárias as condições de resolução das questões administrativas eclesiásticas, bem como o atendimento aos fiéis.

Em síntese, o início da ocupação do Maranhão se deu a partir dos interesses ibéricos de defesa territorial da região amazônica, que se configurava como área estratégica de dominação na direção das riquezas andinas exploradas pela Espanha. Além disso, no século XVI, toda a costa norte era freqüentada por navios estrangeiros, culminando com a instalação de uma colônia francesa no Maranhão. A ameaça de perda daquelas possessões levou a coroa ibérica a implementar uma expedição para expulsar os franceses e, a partir daí, retomar o controle de todo o vale do Amazonas. Por uma questão geopolítica, a coroa traçou essa estratégia de ocupação e colonização, que incluiu ainda a fundação da cidade de Belém no Grão-Pará, para permitir a expulsão de outros estrangeiros, como holandeses e ingleses, que ameaçavam a posse territorial daquela região. Desta forma, para a ocupação do Maranhão e a escolha do sítio para a fundação da cidade de São Luís, concorreram tanto os fatores políticos de proteção das colônias contra estrangeiros, quanto as características físicas do terreno em que se assentou a cidade, na convergência de dois rios e sobre um promontório que defendia bem o acesso a ela; bem como a posição geográfica do Maranhão em relação ao vale do Amazonas, porta de entrada para a região do Peru.

História da forma urbana

Primeiras tentativas de fixação e povoamento da região no século XVI

Desde a época das cruzadas contra os muçulmanos, concebiam os portugueses a conquista e anexação de territórios com a expansão da fé católica, pois o que justificava essas incorporações territoriais era o objetivo sagrado da evangelização, como pode ser observado no trecho presente, já em 1535, na própria carta de doação da capitania do Maranhão ao fidalgo João de Barros e Aires da Cunha:

> *A quantos esta minha carta virem faço saber que considerando eu quanto os serviços de Deus e meu e asim proveito e bem de meus Reinos e senhorios e dos naturaes e sudittos delles e ser a minha costa e terra do Brazil mais povoada de que athegora foy asim pera nella haver de se selebrar o culto e officios divinos e se exaltar a noça santa ffee catollica com trazer e provocar a ella os naturaes da dita Terra Infieis e Idolatras, como pello muito proveito que se siguira a meus Reinos e serviço os naturaes, e suditos delles de se a dita Terra povoar e aproveitar, ouve por bem de mandar repartir e ordenar em capitanias de sertas em sertas legoas pela dellas prover aquelas pessoas que a mim bem pareser* (...) [13]

12 Lopes, Raimundo. *Op. cit.*

13 Ver planta da cidade reproduzida no livro de Barléus, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1980.

A idéia expansionista ao longo do século XV e início do século XVI teve como característica central a manutenção do espírito cruzadístico, de combate aos muçulmanos, que emprestou à empresa da expansão um caráter superior que coordenava os seus fins práticos. Assim, a evangelização revestiu-se de um objetivo transcendente que incluía a guerra justa em caso de resistência ao direito de catequese, pois não se tratava de incluir outros povos através da conquista, mas de uma missão na qual "o Ocidente europeu [...] não pretende difundir a sua religião, mas a religião revelada que recebeu do alto e constitui uma mensagem de salvação dirigida indistintamente a todo o gênero humano". [14]

Os objetivos materiais da expansão ultramarina não eram ignorados pelo quadro de idéias da época, ao contrário, foram incorporados a uma hierarquia de valores em que o serviço de Deus, o mais importante entre eles, englobava todas as possibilidades de interesse em um quadro moral cristão. Esta visão encontrou base nas formulações teológicas da Segunda Escolástica Ibérica, apoiada na idéia de que sendo todas as coisas forma e matéria, o homem o é, sendo alma e corpo. Uma vez que a alma é a forma do corpo, analogamente as intenções espirituais dão forma e sentido aos objetivos materiais, daí a importância do serviço de Deus para a legitimação da conquista do ultramar.

Desta maneira, a atuação das ordens religiosas foi de grande importância para a ocupação e colonização não apenas do Maranhão, mas de toda a colônia. O espírito de conquista e evangelização acompanhou todo o processo de colonização da América portuguesa, caracterizada pela redução dos índios nas missões religiosas e no trabalho de catequese, que facilitavam a ação de conquistadores e colonos.

No caso do Maranhão, a primazia no reconhecimento desta região entre os europeus, consensualmente, é atribuída ao espanhol Vicente Yanes Pinzón, que fora capitão de um dos navios da frota de Cristóvão Colombo. A viagem foi autorizada pelos reis D. Fernando e D. Isabel, tendo a frota partido do porto da Vila de Palos em novembro de 1499. No entanto, apenas em 1531, houve uma primeira tentativa de ocupação por Diogo de Sordas, espanhol representando a coroa de Castela, que partira para colonizar a área já com o título de governador. Contudo, sua armada não conseguiu atingir o objetivo, pois os navios naufragaram antes que chegassem a terra firme.[15]

Com base no reconhecimento da divisão territorial proposta pelo Tratado de Tordesilhas, a partir de 1534, a divisão das capitanias hereditárias confirmou o objetivo de ocupação e colonização da coroa portuguesa. Coube a João de Barros a primeira donataria, incluindo, além do território que corresponde hoje ao Estado do Maranhão, também as áreas do Pará e o Rio Grande do Norte. O capitão donatário organizou, junto com Aires da Cunha, uma expedição para a colonização do Maranhão que saiu do Tejo em outubro de 1535, capitaneada pelos dois filhos de João de Barros. As embarcações naufragaram na entrada da barra, próximo à Ilha do Medo, entretanto, cerca de duzentos tripulantes, entre eles os dois filhos de João de Barros, salvaram-se e chegaram a terra firme mas, como não conseguiram reunir as condições necessárias para o estabelecimento de uma povoação, voltaram para Portugal.

Uma outra tentativa de colonização do Maranhão se deu em 1554, com a expedição de Luís de Melo da Silva, que contava com o apoio da coroa portuguesa. O naufrágio foi novamente o fim da empreitada. Em 1573, o mesmo Melo da Silva tentaria novamente chegar ao Maranhão, mas a nau enviada por ele, sob o comando de Luís de Gamboa, naufragou antes de atingir a barra maranhense. Essa foi a última tentativa de se chegar ao Maranhão até a última década do século XVI.

Nos últimos anos da centúria, a estratégia para a penetração na parte norte da América portuguesa passou a ser a tentativa de alcançar o Maranhão por via terrestre. Gabriel Soares de Sousa foi o primeiro a tentar chegar à região por terra, a partir da Bahia mas não passou do rio São Francisco.[16]

Sem uma ocupação portuguesa efetiva, vários corsários franceses freqüentavam a costa e traficavam com os nativos, desde a primeira metade do século XVI, mas a presença dos franceses no Maranhão se confirmou no final do século, quando em 1594, o comandante Jacques Rifault, que pirateava naquela costa, deixou seus equipamentos e tripulação sob os cuidados do subcomandante da expedição Charles de Vaux, na ilha do Maranhão. Mesmo antes disso, as incursões francesas naquela área eram freqüentes, mantendo boas relações com os índios do local, através das trocas de frutos da terra por produtos vindos da Europa.[17]

Já no século XVII, em 1603, Pero Coelho tentou a mesma sorte partindo da Paraíba, mas foi interceptado por índios tabajaras na altura da serra de Ibiapaba, no atual Ceará, e logo depois desistiu da empreitada. Diante da hostilidade do

13 "Doação da Capitania no Brasil". Em João de Barros. *Décadas*, v. 1, p. XXVIII. (Grifo nosso.)
14 Luís Filipe F. R. Tomás; Jorge Santos Alves. "Da cruzada ao quinto império". In Francisco Bethencourt; Diogo Ramada Curto. *A memória da nação*, p.113.
15 Cf. Bernardo Pereira de Berredo. *Op. cit.*
16 Cf. Bernardo Pereira de Berredo. *Op. cit.*, p. 38.
17 Sobre a presença francesa no Maranhão, ver Mário Martins Meireles, *França Equinocial.* São Luís: Tipografia São José, 1962.

gentio, o governador-geral do Brasil, D. Diogo Botelho, decidiu colocar os missionários à frente da empresa de conquista do Maranhão, numa tentativa de abrir o caminho para os colonizadores. O padre Fernão Cardim, que era o provincial dos jesuítas no Estado do Brasil, destacou em 1607, Francisco Pinto e Luís Figueira[18] para a tarefa de apaziguamento dos índios. Quando os religiosos chegaram à serra de Ibiapaba, foram atacados pelos índios que mataram o padre Francisco Pinto, fazendo com que Luís Figueira desistisse da viagem para chegar ao Maranhão.

O bom entendimento entre os franceses e os índios propiciou a idéia de criação de uma colônia francesa, com apoio dos tupinambás, em troca de auxílio a estes contra tribos inimigas. Após essa negociação, Charles de Vaux levou até a coroa francesa a notícia do quão vantajosa seria a povoação desta colônia do Maranhão, atendendo tanto aos interesses de comércio, quanto ao de se instalar uma possessão francesa na América. Uma viagem comandada por Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, foi autorizada para atestar as informações.[19]

La Ravardière esteve observando o local e, no final de seis meses, voltou a Paris para dar conta de sua missão à rainha regente Maria de Médicis. O parecer de La Ravardière foi favorável, mas a rainha não financiou a empresa de povoamento da colônia, consentindo que La Ravardière, em sociedade com Nicolas Harlay e Francisco de Rasilly, conseguisse os recursos necessários para as despesas da expedição e povoamento.

A armada francesa, composta de três navios, saiu da Bretanha em 19 de março de 1612, e chegou ao seu destino em julho do mesmo ano. Aportaram na entrada da barra do Maranhão, desembarcando na ilha de Uapon-mirim, que chamaram de Santana, nome conservado até hoje. A esquadra atravessou o recôncavo e foi se fixar na parte alta de uma extensão de terra que ficava entre dois rios, o Maiove (Anil) e o Ibacanga. La Ravardière fundou uma fortaleza construída com a ajuda dos índios, que chamou de São Luís, em homenagem ao rei Luís XIII, inaugurando a França Equinocial. Embora o chefe da expedição que levou os franceses a se fixarem no Maranhão fosse de religião protestante, as cerimônias de posse daquelas terras foram feitas de acordo com os códigos católicos, religião professada pela rainha. Assim, Rasilly levantou uma pequena capela de folhas e os frades capuchinhos, Yves d'Évreux, Claude d'Abbeville, Ambroise d'Amiens e Arsène de Paris, que vieram na expedição de La Ravardière, logo rezaram a primeira missa.[20]

Construíram, a uma distância de 1.200 passos[21] do forte, uma igreja e o convento de São Francisco, inaugurados no Natal do ano de 1612. Esse convento, segundo Mário Meireles, ficaria próximo de onde hoje está a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Construíram também um porto, junto do forte de São Luís, fazendo um corte na ribanceira onde se assentava o mesmo. Chamaram-no de Saint Marie, em homenagem a Maria de Médicis.[22]

A solenidade de fundação da colônia se fez com uma missa rezada no convento de São Francisco, ocorrendo logo após uma procissão composta pelos franceses e índios tupinambás, até a praça do forte.[23] Esta procissão celebrava a aliança entre índios e franceses, que facilitava a instalação da França Equinocial.

A ocupação da região não despertava o interesse da coroa de Castela, pelo menos até chegarem as primeiras notícias da presença francesa no local. Só então a coroa portuguesa, que estava subordinada à da Espanha, passou a empreender esforços no sentido de integrar a região norte do Brasil de vez ao Império, diante da possibilidade de ocupação definitiva do lugar por forças estrangeiras. A partir daí, depois de ter deixado a conquista da parte norte da América portuguesa ao empreendimento de particulares, e mais tarde a cargo dos jesuítas, que não conseguiram chegar ao local, a

18 O jesuíta Luís Figueira chegou ao Brasil em 1602, fixando-se na Bahia e, a partir desta viagem, passou a se dedicar às questões relativas ao Maranhão. Sobre a vida e obra de Luís Figueira, ver Serafim Leite: *Luís Figueira: sua vida heróica e sua obra literária*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940.

19 A colônia francesa no Maranhão está ligada a um possível projeto colonial francês com vista ao Novo Mundo, que incluiu outras tentativas de implantação colonial que foram as do Canadá (1535-1543), do Rio de Janeiro (1555-1560) e da Flórida (1562-1565). Andrea Daher. "Do selvagem convertível". In *Topoi* – Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

20 Os religiosos Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux, após sua permanência no Maranhão, o primeiro por quatro meses e o outro por cerca de dois anos, escreveram, respectivamente: *Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan et terres circonvoisines,* de 1614*, e Suitte de l'Histoire des choses plus memorables ad venues en Maragnan es années 1613 & 1614*, de 1615.

21 Cf. Mário Martins Meireles. *História da arquidiocese de São Luís do Maranhão*, p. 18.

22 Idem, p. 24.

23 Segundo descrição de Yves d'Évreux, cujo livro, de 1615, foi editado sob os auspícios de Ferdinand Denis em 1864, com o título *Voyage au Nord du Brésil*, lançado no Brasil dez anos depois com o título de *Viagem ao Norte do Brasil*, em tradução de César Augusto Marques. O original trazia o título de *Suitte de l'Histoire des choses plus memorables ad venues en Maragnan es années 1613 & 1614.* Second traité.

coroa ibérica implementou oficialmente a empresa da conquista do Maranhão, que se deu em 1615, e de toda a região circunvizinha, completada pela fundação da cidade de Belém em 1616.

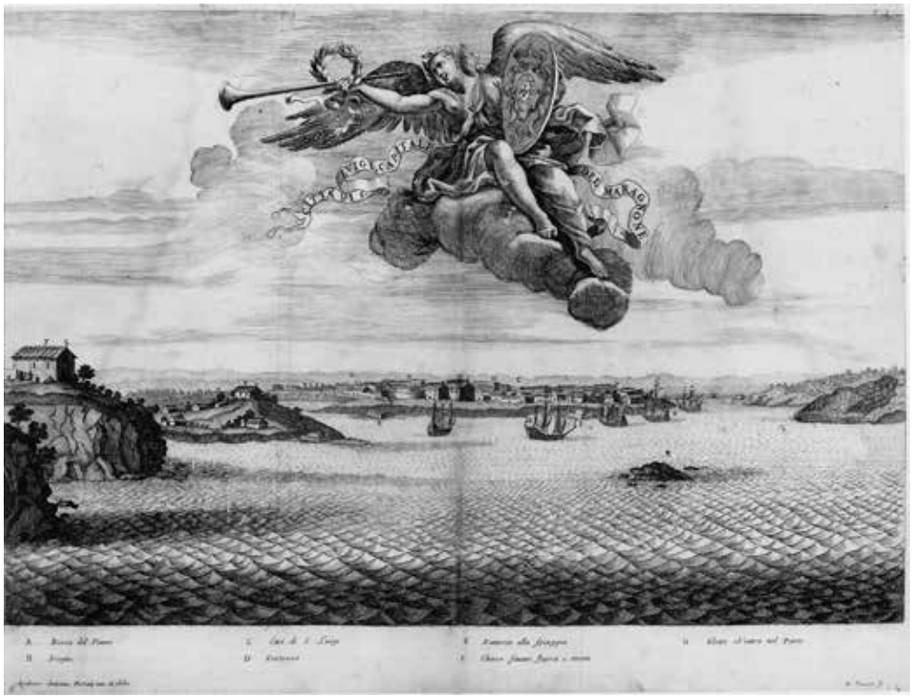
1ª fase (1615-1677)

O traçado de Francisco Frias da Mesquita e a inserção de São Luís no Império (1615 – 1677)

A rendição definitiva dos franceses ocorreu em 1615, quando as forças portuguesas, sob o comando de Alexandre de Moura, atacaram por mar, e Jerônimo de Albuquerque comandou a expedição que investiu por terra. La Ravardière se rendeu sem luta em 3 de novembro de 1615 e, nessa mesma data, Alexandre de Moura ocupou o forte de São Luís. O esvaziamento das forças francesas foi causado pelas negociações diplomáticas entre França e Espanha, com o objetivo de casar a infanta espanhola Ana D'Áustria com Luís XIII, o que levou a França a cessar os investimentos na colônia do Maranhão, a fim de preservar a união das duas coroas.

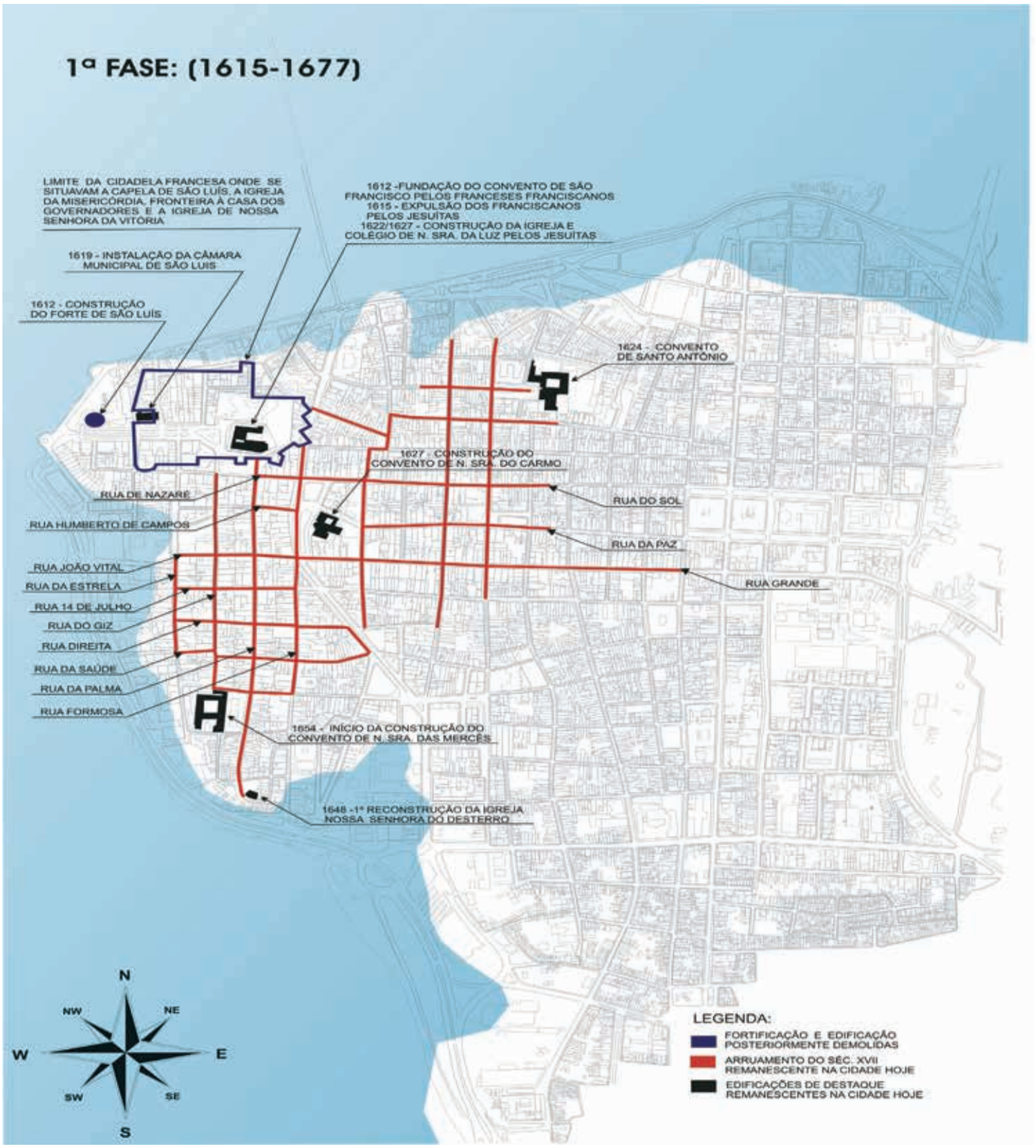
Depois de expulsos os franceses, Alexandre de Moura nomeou Jerônimo de Albuquerque capitão-mor do Maranhão, distribuiu os comandos dos fortes entre os oficiais da expedição e logo depois foi para Pernambuco. Jerônimo de Albuquerque mudou o nome da fortaleza de São Luís para São Filipe e fundou a vila junto a ela, mantendo o nome de São Luís.[24]

Para a afirmação e manutenção da conquista lusa, além da catequese e do povoamento, Alexandre de Moura preocupou-se com a distribuição das terras. Antes de deixar o Maranhão, fez a doação à Câmara de São Luís de "uma légua de terra em quadra para organizar a povoação", e ordenou também que a vila fosse implantada cuidadosamente de acordo com o traçado deixado por Francisco Frias da Mesquita, engenheiro-mor da coroa, responsável por várias obras em todo o litoral da América portuguesa.[25]



TERESA, Giuseppe de Santa. Istoria delle Guerre Del regno Del Brasile aceadute tra la corona di Portogallo e la republica di Olanda. **Vista da cidade de São Luís***, 1698. Biblioteca Nacional, RJ.*

24 Alexandre de Moura foi para Pernambuco, logo após a tomada de São Luís, levando consigo La Ravardière, que de lá foi para Lisboa, onde permaneceu preso durante dois anos. Cf. Vicente do Salvador. *História do Brasil*. São Paulo-Belo Horizonte: Edusp-Ed. Itatiaia, 1982.


1ª FASE: (1615-1677)
LIMITE DA CIDADELA FRANCESA ONDE SE SITUAVAM A CAPELA DE SÃO LUÍS, A IGREJA DA MISERICÓRDIA, FRONTEIRA À CASA DOS GOVERNADORES E A IGREJA DE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA
1612 -FUNDAÇÃO DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO PELOS FRANCESES FRANCISCANOS
1615 - EXPULSÃO DOS FRANCISCANOS PELOS JESUÍTAS
1622/1627 - CONSTRUÇÃO DA IGREJA E COLÉGIO DE N. SRA. DA LUZ PELOS JESUÍTAS
1619 - INSTALAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS
1612 - CONSTRUÇÃO DO FORTE DE SÃO LUÍS
1624 - CONVENTO DE SANTO ANTÔNIO
1627 - CONSTRUÇÃO DO CONVENTO DE N. SRA. DO CARMO
RUA DE NAZARÉ
RUA HUMBERTO DE CAMPOS
RUA JOÃO VITAL
RUA DA ESTRELA
RUA 14 DE JULHO
RUA DO GIZ
RUA DIREITA
RUA DA SAÚDE
RUA DA PALMA
RUA FORMOSA
RUA DO SOL
RUA DA PAZ
RUA GRANDE
1654 - INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DO CONVENTO DE N. SRA. DAS MERCÊS
1648 -1ª RECONSTRUÇÃO DA IGREJA NOSSA SENHORA DO DESTERRO
N
NW
NE
W
E
SW
SE
S
LEGENDA:
FORTIFICAÇÃO E EDIFICAÇÃO POSTERIORMENTE DEMOLIDAS
ARRUAMENTO DO SÉC. XVII REMANESCENTE NA CIDADE HOJE
EDIFICAÇÕES DE DESTAQUE REMANESCENTES NA CIDADE HOJE

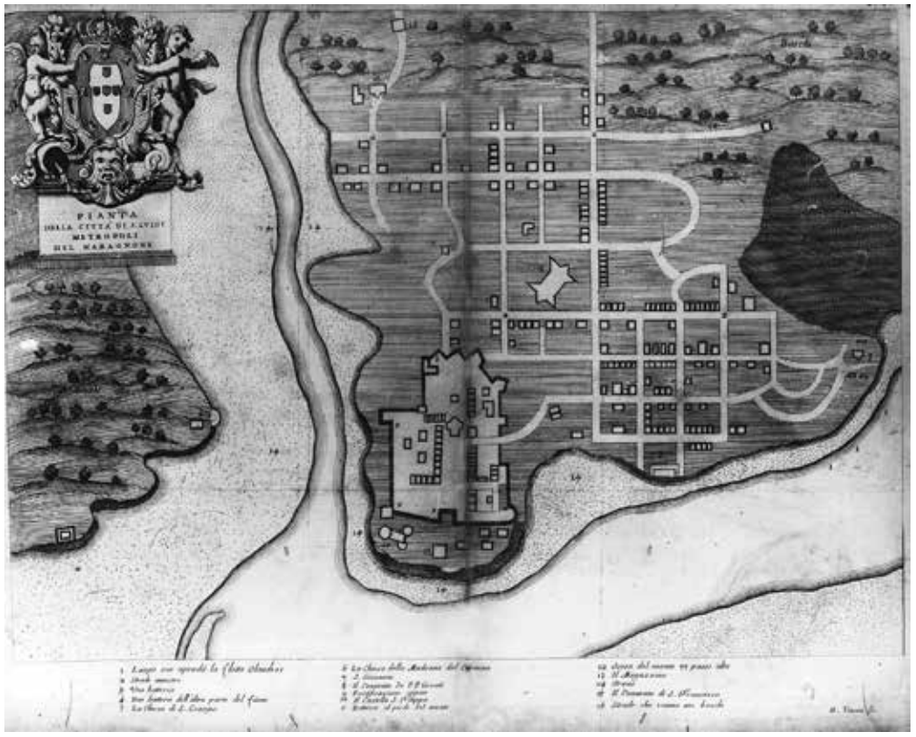
A instituição da câmara indica a presença concreta da Coroa para exercer o controle político-administrativo das suas possessões e garantir a defesa dos territórios conquistados. Diferentemente das vilas que surgem no século XVIII, originadas em boa parte de povoamentos e arraiais diretamente ligados à exploração do ouro, em que a presença da Coroa chega mais tarde, elevando-as à categoria de vilas para exercer o controle sobre elas, São Luis já nasce nessa condição.

Embora a planta de Frias tenha sido perdida, é possível perceber traços da urbanização da época na planta de São Luís elaborada pelos holandeses, por ocasião da sua invasão no período de 1641 a 1644.[26]

O estudo sobre a formação das cidades no Brasil partiu do trabalho seminal de Sérgio Buarque de Holanda. Este historiador defendeu a idéia de que haveria dois tipos de urbanização no período colonial: um que estava ligado ao traçado regular utilizado pelos espanhóis, e outro mais espontâneo e irregular que seria a maneira portuguesa de urbanizar.

A historiografia que trata do desenvolvimento das cidades brasileiras foi por muito tempo influenciada pelas idéias de Sérgio Buarque, e embora, hoje, se façam críticas a essa forma de classificar os tipos de traçados urbanos encontrados nas nossas cidades[27], muitos são os trabalhos que partem dessa perspectiva.

Em relação ao estudo da formação do sítio urbano de São Luís, por exemplo, Nestor Goulart afirma que os traços da urbanização da cidade correspondem a uma maneira espanhola de urbanizar, orientada pela legislação filipina para as colônias,



TERESA, Giuseppe de Santa. Istoria delle Guerre Del regno Del Brasile aceadute tra la corona di Portogallo e la republica di Olanda, 1698. Biblioteca Nacional, RJ.

25 Alexandre de Moura. "Relatório sobre a expedição à ilha do Maranhão e expulsão dos franceses." *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, vol. 26, 1905, pp. 193-242.

26 Reproduzida em Gaspar Barléus. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1980.

27 O material coletado e sistematizado pelo inventário pretende constituir uma base de trabalho para estudos de casos, que interpretem as especificidades de diferentes formas urbanas, aprofundando o entendimento de seus significados históricos, e gerem conhecimento capaz de levar as discussões para rumos diferentes daqueles restritos à dualidade planejada x espontânea, que ainda hoje circunscreve essa temática (Referências historiográficas sobre o estudo das cidades brasileiras - Manual INBI-SU).

e compara a origem das formas de algumas cidades como João Pessoa, por exemplo, que, como a de São Luís, têm seus traçados semelhantes a um tabuleiro de xadrez.[28]

A partir de 1619, a coroa ibérica estimulou a vinda de casais da ilha dos Açores para fomentar a ocupação do Maranhão, por meio de um contrato feito com Antônio Ferreira de Betencourt e Jorge de Lemos de Betencourt.[29] A preocupação do Senado da Câmara com o povoamento resultou na distribuição de terras entre os portugueses remanescentes das batalhas com os franceses, os imigrantes açorianos, além dos próprios franceses que se casaram com índias e permaneceram no local após a conquista portuguesa. A chegada dos açorianos, segundo Rodolfo Garcia, resultou em um pequeno crescimento populacional.[30]

Entre os açorianos, destacou-se Simão Estácio da Silveira, que chegou ao Maranhão em 1619, e logo assumiu a liderança da Câmara. Em 1624, publicou a *Relação Sumária das Cousas do Maranhão, dirigida aos pobres do reino de Portugal*, uma propaganda das terras recém-conquistadas e um apelo para que os pobres do reino viessem povoá-las.[31]

Carta régia de 1621 criou o Estado do Maranhão e Grão-Pará separado do governo-geral do Brasil, abrangendo a área dos atuais Estados do Ceará, Piauí, Maranhão e Pará.[32] Entre os motivos dessa divisão, estava a maior facilidade de comunicação entre o Maranhão e Lisboa do que com Salvador, devido às correntes marítimas e ventos contrários, que dificultavam o acesso à Bahia. Além disso, sendo um estado diretamente subordinado à metrópole, melhor defesa do território seria criada sem a necessidade de se submeter o governo-geral do Brasil a uma segunda instância de poder. Com esta medida, a Coroa visava melhor proteger o território conquistado e assegurar a sua



ALBERNAZ, João Teixeira. In: MORENO, Diogo de Campos, Livro que dá razão do Estado do Brasil. Arquivo Público Estadual, Recife, 1955.

28 Reis Filho, Nestor Goulart. "As principais cidades e vilas do Brasil: importância da vida urbana colonial." *Oceanos,* Lisboa, n. 41, p. 58-61 jan./mar., 2000.
29 Cf. Garcia, Rodolfo. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil*. São Paulo: Liv. J. Olympio, 1956.
30 Chegaram cerca de mil pessoas nesta ocasião. Garcia, Rodolfo. *Op. cit.*
31 Simão Estácio da Silveira. "Relação sumária das cousas do Maranhão." In *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. 26.
32 Documento citado por Meireles, Mário Martins. *História da arquidiocese de São Luís do Maranhão*.

posse diante das ameaças de incursões estrangeiras. A separação, entretanto, só se efetivaria em 1626, com a posse do governador Francisco Coelho de Carvalho.

A importância da região cresceu na medida em que a posição estratégica daquelas terras poderia ser de grande valia para a constituição de um futuro comércio interregional e atlântico, principalmente pela possibilidade de se escoar a prata do Potosí pelo Maranhão.

Os missionários portugueses que chegaram ao Maranhão no século XVII, logo após a expulsão dos franceses, foram os franciscanos, os jesuítas, os carmelitas e mercedários, nesta ordem. Os religiosos franciscanos vieram de Olinda e, após a batalha de Guaxenduba, e da assinatura do armistício com os franceses, fundaram uma ermida junto do forte, de invocação a Nossa Senhora da Ajuda, como forma de agradecimento ao auxílio divino alcançado na vitória contra seus inimigos.

Permaneceram por um ano e, logo após a retirada definitiva dos franceses, voltaram para Pernambuco. Somente retornaram em 1624, liderados pelo frei Cristóvão de Lisboa. Esse franciscano, além de custódio de sua ordem no Maranhão, fora também designado visitador eclesiástico e comissário do Santo Ofício, nomeado pelo inquisidor-mor de Portugal, D. Fernando Martins Mascarenhas, na paróquia recentemente criada, e ainda primeiro vigário e provisor da mesma. Segundo frei Vicente do Salvador, que escreveu sua *História do Brasil* aproximadamente em 1630,

> *Nem trabalhou menos o padre custódio em o edifício espiritual das almas, que em a visita achou estragadas, e em a conversão dos índios. O mesmo fez no Pará, onde reduziu à paz dos portugueses os gentios tocantins, que, escandalizados de agravos que lhe haviam feito, estavam quase rebelados, e levou consigo os filhos dos principais pera os doutrinar e domesticar, proibiu com a excomunhão venderem-se os índios forros, como faziam, dizendo que só lhes vendiam o serviço.*
>
> *Queimou muitos livros que achou dos franceses hereges e muitas cartas de tocar e orações supersticiosas de que muitos usavam, apartou os amancebados das concubinas, e fez outras muitas obras do serviço do Nosso Senhor e bem das almas, não sem muito trabalho e perseguições, que por isto padeceu, sabendo que são bem aventurados os que padecem pela justiça.* [33]

O frei Cristóvão de Lisboa ficou no Maranhão até 1642, quando foi nomeado bispo do Congo e Angola. Sua primeira medida em terras maranhenses foi recuperar o danificado convento de São Francisco, levantado pelos franceses. Construiu também um outro templo com paredes de taipa, com invocação a Santa Margarida, e que foi inaugurado em 1625. Em relação aos nativos, proibiu o relacionamento de homens brancos com as índias, e também que se comprassem terras dos mesmos, motivo de descontentamento dos jesuítas representados por Luís Figueira.[34] Consideraram os inacianos que se tratava de grande intromissão por parte do franciscano interferir nos assuntos de competência e jurisdição da Companhia de Jesus.

Com Alexandre de Moura vieram para o Maranhão dois jesuítas e dois carmelitas: os jesuítas estabeleceram-se no convento dos capuchinhos franceses doado a eles pelo próprio capitão da armada. Em 1618, os dois padres inacianos Manuel Gomes e Diogo Nunes partiram de São Luís para reclamar ao rei dos maus-tratos dos colonos com os índios. A Companhia de Jesus só voltou para o Maranhão em 1622, com os padres Luís Figueira e Benedito Amodei. Em 1649, foram mortos os onze religiosos jesuítas que estavam no Maranhão pelos índios uruatis e a ordem só voltaria a se estabelecer no Maranhão em 1652. Um ano depois, o padre Antônio Vieira chegou como superior da Companhia de Jesus no Maranhão. Dedicou-se à catequese dos índios e foi um fervoroso defensor da liberdade deles. Criou, em 1653, o hospital da Santa Casa com as esmolas adquiridas pela Irmandade da Misericórdia[35] que, embora tenha sido instituída em 1622, por Luís Figueira, passou a funcionar apenas a partir do incentivo do padre Vieira.

Os carmelitas calçados da Ordem de Nossa Senhora do Monte Carmelo, frei Cosme da Anunciação e frei André da Natividade, estabeleceram-se no convento de São Francisco depois de receberem de Alexandre de Moura a Ilha do Medo e duas léguas de terra em quadra na atual ponta do Bonfim. Não ficaram por muito tempo no convento, erguendo junto da área murada do forte uma igreja que depois passou a se chamar Carmo Velho, pois em 1627 construíram no topo de uma colina

33 Vicente do Salvador, Frei. *História do Brasil*. São Paulo-Belo Horizonte: Edusp-Itatiaia, 1982, p. 377.

34 O padre Luís Figueira era superior dos jesuítas no Maranhão desde 1622.

35 À Irmandade da Misericórdia cabia dar sepultura aos condenados à forca e assistência aos enfermos sem recursos. Desse modo, pela associação de seu templo a um hospital e/ou cemitério em áreas em geral de ocupação menos nobre, costuma indicar uma relativa ordenação urbana do ponto de vista da especialização de uso das áreas.

uma segunda igreja, chamada Carmo Novo, no lugar da capela de Santa Bárbara que existia no local. O largo que ficava junto da igreja e convento passou a se chamar Largo do Carmo Novo. O Carmo Velho ficava onde se localiza hoje a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, na esquina da Rua do Egito com a de Santo Antônio.

Os últimos missionários que chegaram ao Maranhão no século XVII foram os religiosos da Sagrada e Real Ordem Militar de Nossa Senhora das Mercês e da Redenção dos Cativos, os mercedários. Estavam no Pará desde 1640, e só vieram para o Maranhão em 1654 quando imediatamente deram início à construção de uma igreja de Nossa Senhora das Mercês.

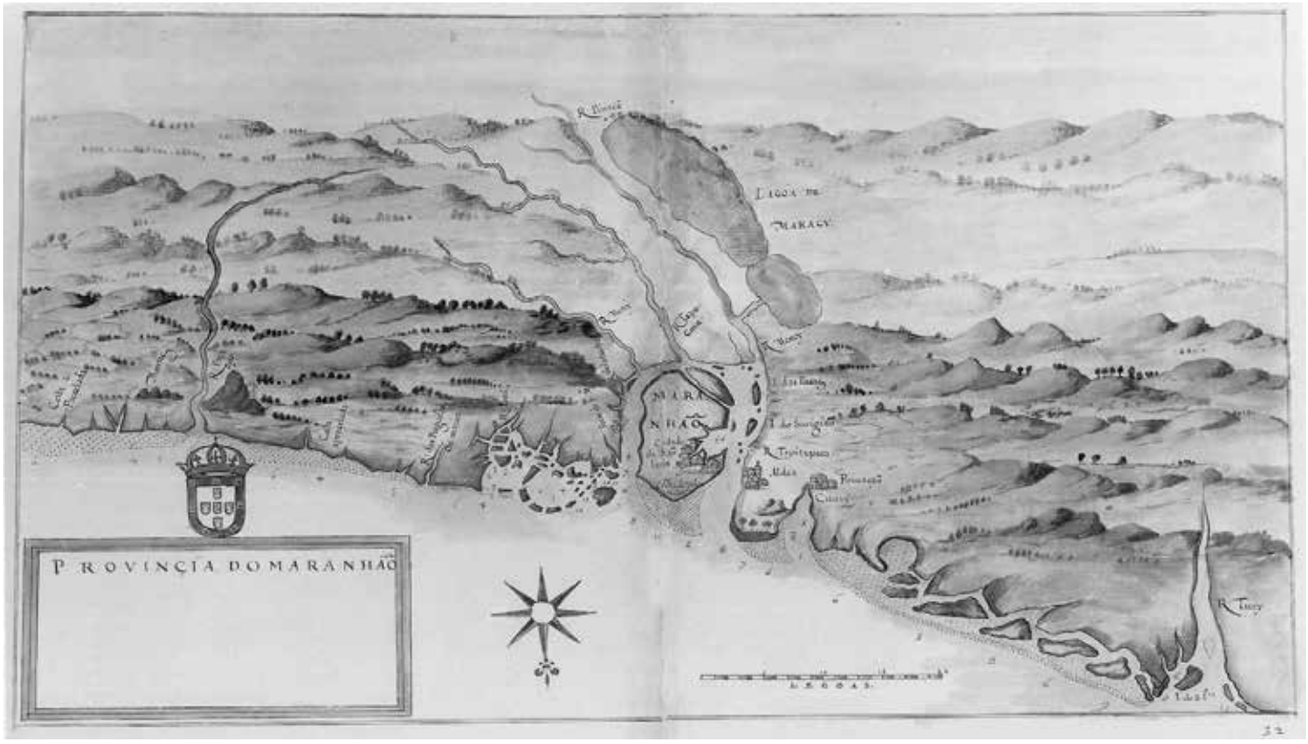
A disposição das ordens religiosas na cidade de São Luís era a seguinte: os jesuítas fixaram-se no interior da cidadela, próximo ao forte de São Luís. No extremo oposto, à direita da cidadela, próximo da praia do Desterro, estavam os mercedários. Em uma elevação do terreno mais ao centro da área urbana ficavam os carmelitas, que mantinham igreja e convento. Mais em direção ao interior, do lado esquerdo do convento do Carmo, fixaram-se os franciscanos.

Esse espaço, estruturado e delimitado pelas edificações religiosas, correspondia à primeira freguesia de São Luís, a de Nossa Senhora da Vitória, criada em 1621, que foi a única da cidade até o início do século XIX, cuja matriz era a igreja de mesma invocação, construída pelo terceiro capitão-mor, Diogo da Costa Machado, e estaria localizada, acredita-se, onde está o ainda chamado Hotel Central, na Avenida Pedro II, de frente para a Praça Benedito Leite. A freguesia de Nossa Senhora da Vitória abrangia toda a capital do Estado e todas as igrejas. Foi também nesse período que se instalou o Senado da Câmara de São Luís, que teve como primeiro presidente Simão Estácio da Silveira.



Igreja e Convento do Carmo deram origem a uma das mais antigas e importantes praças de São Luís, a **Praça João Lisboa.** *Quando ainda havia a capela de Santa Bárbara no lugar do Carmo, o caminho que ligava a capela e o forte era denominado Caminho de Santa Bárbara. O largo contíguo à igreja passou a se chamar de Largo do Carmo Novo. No convento do Carmo funcionaram em épocas distintas a Biblioteca Pública, o Liceu Maranhense, o Grêmio Literário e o jornal* A Cruzada. *Em 1912, o largo passou a se chamar Praça João Lisboa. Em 1918, inaugurou-se nela a estátua de João Lisboa. Também nesta praça, em 1815, foi implantado o pelourinho da cidade. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos).*

A estrutura urbana da capital maranhense no período apresentava umas poucas casas cercadas pelo muro do forte e algumas igrejas. A cidade era aberta, como dizia Bento Maciel Parente, o governador que mandou construir o muro da cidadela, com recursos obtidos por meio de uma pesada taxação imposta aos habitantes, fato que lhe custou grande impopularidade.



ALBERNAZ, João Teixeira, Província do Maranhão, 1631. Mapoteca do Itamarati, RJ.

Em um documento escrito em 1637, o governador afirma que a cidade contava com 250 moradores e 60 soldados.[36]

O padre jesuíta João Filipe Betendorf,[37] na segunda metade do século XVII, observa que

> *não era a cidade de São Luís cousa de consideração senão mais que uma fortaleza cercada de um muro grosso para banda do rio Mony que encerrava o colégio [...] com umas poucas casas espalhadas por várias ruas pouco povoadas.*

A importância da presença das ordens religiosas no Maranhão, assim como em todas as possessões ultramarinas ibéricas, deve ser entendida como inserida em um quadro mais amplo que circunscreve as lutas pelo controle da região. A ação das ordens religiosas representava o meio pelo qual se transformariam os habitantes daquelas terras em súditos do rei e se conduziria o território ao corpo místico do Império, emprestando legitimidade à empresa de dilatação do Império e ao mesmo tempo da fé cristã.

Além da preocupação catequética, os habitantes do Maranhão lidaram constantemente com ameaças de invasão. Em 1641, os holandeses, vindos de Pernambuco, desembarcaram na praia onde hoje fica a ermida do Desterro. Saquearam a cidade e prenderam o governador Bento Maciel Parente. Durante dois anos houve lutas entre os colonos e as forças batavas, que, em 1644, foram expulsas pelos habitantes da cidade.

Os holandeses instalaram-se em uma edificação que serviu de quartel-general durante a ocupação da cidade, e ficava entre as Ruas do Giz e de Nazaré. Com a expulsão deles em

36 Parente, Bento Maciel. "Relação do Estado do Maranhão". *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro. V. 26, 1905, pp. 355-359.
37 Bettendorf, João Filipe. *Crônica da Missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Rio de Janeiro: s.ed., 1910, p. 17.



Igreja do Desterro: *é desconhecida a data de construção desta igreja. Relatos do período afirmam que os holandeses desembarcaram na praia onde hoje fica esta igreja. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos)*

1644, o edifício ficou conhecido como Palácio dos Holandeses e, no século XIX, já em ruínas, passou a servir de albergue aos pobres.

Segundo Mário Meireles, a ocupação de São Luís pelos holandeses causou um estado de pânico na população, que se afugentou no interior da capitania. O autor descreve a invasão da seguinte maneira:

> *Os invasores, de sua parte, espalharam-se por todas as ruas e caminhos, saqueando as casas e profanando os templos, desde onde estava a ermida de São Jorge, no extremo sul da cidade à margem do Bacanga, até onde se*

> *erguia o Convento de Santo Antônio, no extremo oposto, à beira do Anil, no fim dos subúrbios*.[38]

Meireles afirma que a igreja do Desterro ainda não existia na ocasião da ocupação holandesa; a ermida que figurava no local era a de São Jorge e afirma ainda que o convento situado nos subúrbios era o de Santo Antônio, que pertencia aos franciscanos.[39]

Até o século XVIII, existiam quatro conventos na cidade de São Luís: o de Nossa Senhora da Luz e Colégio dos Jesuítas no recinto amurado; o de Nossa Senhora do Carmo; o de Santo Antônio, à margem do rio Anil; e o de Nossa Senhora das Mercês, no bairro do Desterro. Os conventos balizavam o espaço da cidade, organizando o ambiente urbano pela atração que exerciam as igrejas, que provocavam a ocupação e os adensamentos.

Além desses, existia dentro da cidadela a capela de São Luís, que vinha dos franceses; a igreja da Misericórdia, fronteira à Casa dos Governadores e junto da qual se fez o primeiro cemitério; e a igreja de Nossa Senhora da Vitória. No interior dos muros, localizavam-se as instituições de poder político, como a Casa de Câmara e Cadeia e a Casa dos Governadores, assim como a igreja de Nossa Senhora da Vitória que representava o poder espiritual. Fora da cidadela havia ainda a igreja do Carmo Velho, junto dos muros; para o lado do Anil, a igreja de São João dos Militares, por trás da colina do Carmo Novo; e a igreja de Nossa Senhora do Desterro, próximo ao Largo das Mercês.

São Luís, até o final do século XVII era uma cidadela que abrangia a área das atuais Avenida Pedro II e Praça Benedito Leite; um núcleo urbano mais adensado em população que se estendeu até o Portinho, seguindo a margem do rio Bacanga, limitando-se à Rua Formosa (Afonso Pena); e ainda uma área pouco adensada que cresceu por trás da igreja do Carmo Novo, e que tinha como limites os caminhos que seriam as atuais Ruas Grande e dos Afogados, além da Rua de São João, que limitava o núcleo urbano na parte da vegetação.

As principais edificações pertenciam aos jesuítas, mercedários, carmelitas e franciscanos. Em que pese a importância das ordens religiosas, cujas marcas até hoje permanecem na cidade de São Luís, a sua presença fazia parte do projeto da Monarquia Católica, e não significou uma ação em consonância com os interesses dos demais habitantes.

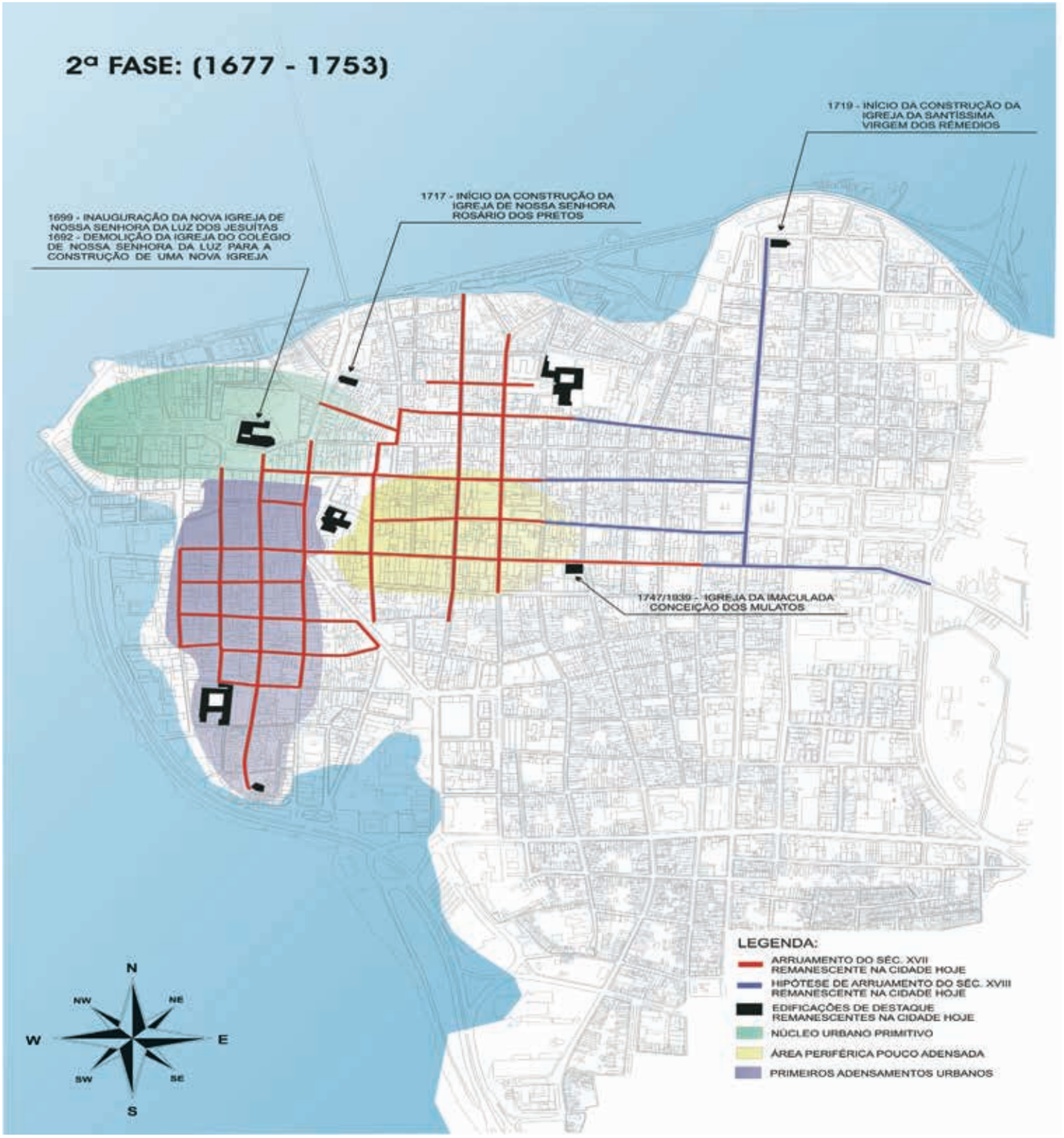
A atuação das ordens religiosas no Maranhão esteve sempre ligada às questões indígenas. Os religiosos se posicionavam contra a escravização dos índios praticada largamente pelos colonos, que se consideravam prejudicados por esta oposição por parte, principalmente, dos jesuítas.[40] Os conflitos entre colonos e religiosos acerca da liberdade dos índios perdurou até a segunda metade do século XVIII, quando foi proibida a escravização dos nativos, e o trabalho escravo dos índios nas lavouras e na cidade foi substituído pela mão-de-obra negra.

---

38 Meireles, Mário Martins. *Holandeses no Maranhão: 1641-1644*. São Luís: PPPG, Editora UFMA, 1991. p. 83.

39 Meireles, Mário Martins. *Op. cit.,* p. 83.

40 A partir de tais conflitos de interesses, houve vários períodos de tensão como o que resultou na primeira tentativa de expulsão da ordem no Maranhão, ocorrida em 1622, quando o Senado da Câmara tentou fazer voltar os religiosos na mesma embarcação em que vieram. Interferiu o capitão-mor Muniz Barreiros, apresentando o Regimento expedido pelo governador-geral do Brasil, Diogo de Mendonça Furtado, no qual o padre jesuíta Luís Figueira era apontado como enviado do rei e seu conselheiro. Uma segunda tentativa de expulsar os inacianos, que estavam sob o comando do padre Antônio Vieira, aconteceu em 1662, a partir do crescente descontentamento dos colonos e outras ordens religiosas em relação à atuação dos jesuítas com os índios e ao aumento do prestígio da Companhia de Jesus na colônia e com o rei. A revolta explodiu em 1661, na ocasião da morte do rei D. João IV, e quando veio a público uma carta extraviada de Vieira para o rei, pedindo mais restrições à escravidão dos índios e maior autoridade para sua ordem. O Senado da Câmara intimou o substituto de Vieira, que estava em Belém, a desistir das atividades com os nativos. Como não conseguiram, os rebelados prenderam os jesuítas que estavam na cidade. A insurreição chegou até Belém, também com a prisão dos religiosos, com exceção do padre Antônio Vieira que foi enviado para São Luís. O Senado da Câmara mandou o capitão Pedro da Costa Favela prender os religiosos do Maranhão e do Pará e embarcá-los para o Reino. Um ano depois os jesuítas tiveram suas propriedades e missões restituídas por ordem régia. Sobre a atuação dos jesuítas no Maranhão ver de Serafim Leite a *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. III, 1943.


2ª FASE: (1677 - 1753)
1719 - INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA IGREJA DA SANTÍSSIMA VIRGEM DOS REMÉDIOS
1717 - INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA ROSÁRIO DOS PRETOS
1699 - INAUGURAÇÃO DA NOVA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA LUZ DOS JESUÍTAS
1692 - DEMOLIÇÃO DA IGREJA DO COLÉGIO DE NOSSA SENHORA DA LUZ PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IGREJA
1747/1839 - IGREJA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DOS MULATOS
N
NW
NE
W
E
SW
SE
S
LEGENDA:
ARRUAMENTO DO SÉC. XVII REMANESCENTE NA CIDADE HOJE
HIPÓTESE DE ARRUAMENTO DO SÉC. XVIII REMANESCENTE NA CIDADE HOJE
EDIFICAÇÕES DE DESTAQUE REMANESCENTES NA CIDADE HOJE
NÚCLEO URBANO PRIMITIVO
ÁREA PERIFÉRICA POUCO ADENSADA
PRIMEIROS ADENSAMENTOS URBANOS

2ª fase (1677-1753)

Elevação à categoria de cidade e a expansão do traçado urbano. Criação do bispado e de novas igrejas em São Luís (1677 – 1753)

Com o objetivo de atender melhor aos fiéis e também controlá-los, diante das dificuldades de comunicação marítima e terrestre com o bispado da Bahia, criou-se em 1677, a diocese do Maranhão com sede em São Luís, elevando a vila à categoria de cidade nessa mesma ocasião.

A vida dos colonos nas terras maranhenses, na segunda metade do século XVII, baseava-se no plantio de alimentos para a subsistência e na captura de índios para serem vendidos como escravos nas capitanias mais prósperas, como Pernambuco. Os entradistas, através dos rios, a pretexto de resgate, capturavam os índios para a escravidão.

Além dos conflitos em torno de escravidão dos nativos, levantava-se como problema na capitania a questão do monopólio do comércio na capitania. Diferente de França e Holanda, que mantinham suas empresas fiscalizadas apenas pelo poder real, ou totalmente livres em suas atividades, em Portugal, a Coroa reservava para si a administração, e a companhia monopolizadora exercia somente o comércio, o que resultou em grande opressão da economia colonial, pois com esse sistema, não havia meios para ter lucro.

Por um alvará régio de fevereiro de 1682, foi criada a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, que tinha vinte anos de privilégio exclusivo de comércio em todo o Estado, dando início a um grande descontentamento entre os colonos.[41] Pelo contrato, o preço de compra e venda dos gêneros principais deveria ser taxado. A Companhia também introduziu os primeiros escravos negros no Maranhão. De acordo com o contrato, a empresa poderia trazer para o Estado, em cada ano, 500 escravos.[42]

A revolta de Beckman foi o resultado da insatisfação dos colonos em relação à Companhia de Comércio e aos jesuítas, que impediam a escravização dos índios. Além dos colonos, havia também os interesses das outras ordens religiosas em desterrar a Companhia de Jesus, por seu prestígio na metrópole. A revolta estourou em 1684 e no ano seguinte a Companhia Geral de Comércio seria extinta, e os jesuítas restituídos de suas posses.

O adensamento urbano, no período entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século seguinte, como em outras cidades coloniais da América portuguesa, era condicionado pelo atrativo dos sacramentos instituídos pelas igrejas, como batizados e casamentos, bem como os sepultamentos dentro dos templos.

Ainda nesse momento, houve a construção de três igrejas na cidade, resultado do crescimento da população e diversificação social, criando a necessidade de mais templos para atender aos fiéis. Em 1717, começou a construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; em 1719, a da Santíssima Virgem dos Remédios; e, em 1723, a de Nossa Senhora da Boa Hora, que ficava próxima da fonte das Pedras. Nesse período, a cidade contava com 854 habitantes, registrados por Bernardo Pereira de Berredo em 1718.[43]

A igreja da Imaculada Conceição dos Mulatos foi construída a partir de 1747, e demolida em 1939, por motivos de intervenções urbanísticas. Localizava-se na esquina das Ruas Grande e de São Pantaleão. A construção dessa igreja, associada à do Rosário dos Pretos indica que já havia um considerável número de negros na cidade, mesmo antes do início da introdução do grande número de escravos vindos da África, promovida pela Companhia Geral de Comércio a partir de 1755, que foi bem maior do que introduziu a Companhia de Comércio anterior, que começou a operar em 1682.

Ainda no final do período proposto, o recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios foi fundado em 1752, pelo jesuíta Gabriel Malagrida, na igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

41 Cf. Rodolfo Garcia. *Op. cit.,* p. 218.
42 Idem.
43 Bernardo Pereira de Berredo. *Op. cit.*



Igreja da Imaculada Conceição dos Mulatos. *Foi demolida em 1939-40. Antes da construção desta igreja, no século XVIII, a irmandade da Conceição mantinha a imagem da santa na igreja do Rosário dos Pretos, onde celebrava os cultos. A partir de 1743, a irmandade decidiu erguer uma capela dedicada à Conceição, o que se iniciou em 1747. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos).*



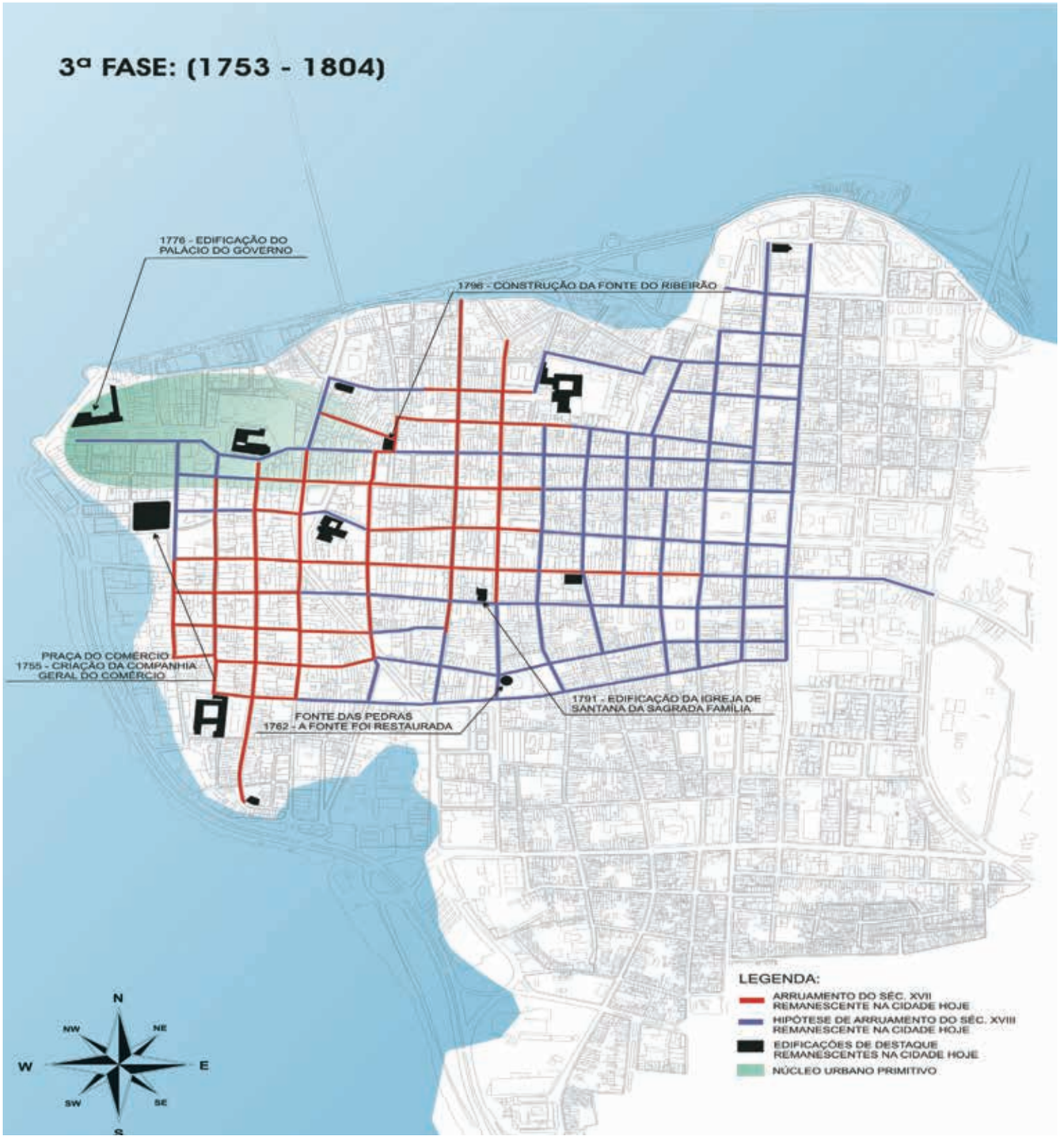
Igreja da Imaculada Conceição dos Mulatos em demolição a partir de 1939.
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos).



Praia Grande: *segundo César Marques, a primeira notícia que se tem da praça da Praia Grande é de 1780, por uma provisão régia que solicita a planta da obra para se edificar uma praça regular junto ao cais. O local, antes disso, já era um dos mais adensados em população desde o século XVII, como representa a planta de 1641. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos).*

Em 1751, foi criada a Alfândega, cuja sede funcionava em um edifício no bairro da Praia Grande. O prédio, em 1799, segundo César Marques, tinha as paredes inclinadas e já necessitava de reparos, mas não há notícias de que tenham ocorrido. Somente em 1869, o prédio foi recuperado.

O crescimento da população, aliado à introdução de escravos negros trazidos pela Companhia de Comércio a partir de 1682, deixou significativas marcas na paisagem urbana de São Luís. A atuação da Companhia, dinamizando o comércio da região, iniciou um processo de atração da população para os bairros próximos às atividades comerciais, que se consolidou no século XVIII. Além disso, a constituição de irmandades de negros, como a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos, indica uma quantidade considerável de trabalhadores escravos.


3ª FASE: (1753 - 1804)
1776 - EDIFICAÇÃO DO PALÁCIO DO GOVERNO
1796 - CONSTRUÇÃO DA FONTE DO RIBEIRÃO
PRAÇA DO COMÉRCIO
1755 - CRIAÇÃO DA COMPANHIA GERAL DO COMÉRCIO
FONTE DAS PEDRAS
1762 - A FONTE FOI RESTAURADA
1791 - EDIFICAÇÃO DA IGREJA DE SANTANA DA SAGRADA FAMÍLIA
N
NW
NE
W
E
SW
SE
S
LEGENDA:
ARRUAMENTO DO SÉC. XVII REMANESCENTE NA CIDADE HOJE
HIPÓTESE DE ARRUAMENTO DO SÉC. XVIII REMANESCENTE NA CIDADE HOJE
EDIFICAÇÕES DE DESTAQUE REMANESCENTES NA CIDADE HOJE
NÚCLEO URBANO PRIMITIVO

3ª fase (1753-1804)

O governo de Joaquim de Melo e Póvoas e a Companhia Geral de Comércio: reestruturação urbana da cidade de São Luís (1753 – 1804)

A partir da ascensão de D. José I ao trono de Portugal, chegou ao cargo de primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Sua atuação no governo português foi marcada por mudanças na maneira de conceber a administração colonial. Pombal trabalhou para desfazer a relação de dependência econômica que Portugal mantinha em relação à Inglaterra, e, para alcançar seu objetivo, entrou em conflito com parte do clero e da nobreza.[44] O Marquês de Pombal executou altos representantes da nobreza e baniu a Companhia de Jesus, a ordem de maior prestígio de todo o reino e seus domínios.

Em relação ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, uma maior importância da Amazônia para as novas intenções comerciais do primeiro-ministro provocou o deslocamento do centro político-administrativo de todo o território norte da colônia para a cidade de Belém, que passou a ser a capital do Estado em 1753. Como parte dessa nova política de exploração da Amazônia, foi criada a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que passou a deter o monopólio do comércio na bacia Amazônica. Nesse sentido, o Marquês de Pombal nomeou seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para governador-geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão; e seu sobrinho, Joaquim de Melo e Póvoas, para governador da capitania do Rio Novo, em 1755.

O aumento da importância da cidade de Belém, sobrepondo-se a São Luís, pode ser observado a partir de 1720, quando foi instituído o bispado do Pará independente do Maranhão, firmando-se Belém como uma das principais cidades da América portuguesa já na primeira metade do século XVIII.

Ainda nesse início do século XVIII, o nome do Estado passou a ser do Grão-Pará e Maranhão e não mais Estado do Maranhão e Grão-Pará. Em 1753, foi dividido em quatro capitanias subordinadas a Belém, que eram o Maranhão, Piauí, São José do Rio Negro e o próprio Grão-Pará. Em 1772, houve uma outra subdivisão do governo, que passou a ter Grão-Pará e Rio Negro, com sede em Belém, e o do Maranhão e Piauí, com sede em São Luís.

No período da administração pombalina, entre 1750 e 1777, Belém cresceu bastante em importância na política de povoamento do vale do Amazonas e de fomento da agricultura e do comércio. Belém oferecia uma posição estratégica para a exploração do vale e também para a sua defesa. Tais mudanças na política portuguesa provocaram um crescimento da produção de riquezas, cujo escoamento era feito obrigatoriamente por Belém, antes de ser encaminhada para o Reino, sendo este o principal motivo do crescimento da importância da cidade, que culminou com a transferência da capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão.[45]

A partir da segunda metade do Setecentos, o Maranhão tomou outro rumo. A escravidão negra, que substituiu definitivamente o cativeiro dos índios; a expulsão definitiva dos jesuítas em 1759, transformando a igreja de Nossa Senhora da Luz em catedral, e o colégio em Palácio Episcopal, doados à diocese de São Luís; e, por fim, as novas correntes de imigração portuguesa deram à capitania maranhense um novo estatuto junto da Coroa, relacionado às suas novas funções comerciais.[46]

No ano de 1755, o Marquês de Pombal criou a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, cuja sede ficava na casa onde mais tarde funcionou a alfândega. A atuação da Companhia Geral de Comércio abriu um período de fomento da economia, a partir da introdução do cultivo do arroz e do algodão e também, em larga escala, de escravos negros a partir da proibição da escravização de índios.[47] Esta Companhia foi extinta em 1778, após o final da administração pombalina, por decreto de D. Maria I.

Por iniciativa da Companhia Geral do Comércio, o Maranhão passou a ter o cultivo do arroz com sementes selecionadas, a introdução de máquinas de descascar, assim como os melhores processos de cultura do algodão, permitindo uma radical mudança na situação econômica do Estado que se integrou nas grandes correntes de comércio mundial, devido à alta do algodão e do arroz no contexto da guerra de independência dos Estados Unidos e das revoltas nas colônias francesas no Caribe.[48] Todas essas mudanças transformaram a cultura indígena e tradicional dos primeiros tempos, com sua produção

44 Cf. Rodolfo Garcia. *Op. cit.*

45 A redefinição geopolítica da América portuguesa também ocorreu no Estado do Brasil, onde a sede administrativa foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763.

46 Cf. Meireles, Mário Martins. *História da arquidiocese de São Luís do Maranhão*, p. 63.

47 Cf. Garcia, Rodolfo. *Op. cit.*

48 Sobre a introdução do cultivo do arroz da Carolina e o incremento da produção de algodão, ver Meireles, Mário Martins. *Melo e Póvoas: Governador e capitão-general do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1974.

doméstica de "panos da terra", que serviam de objeto de troca pela escassez de moeda corrente,[49] em agricultura intensiva para exportação alimentando as nascentes indústrias inglesas.

Após a transferência da sede do governo para a cidade de Belém em 1753, o Marquês de Pombal nomeou seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador-geral do Grão-Pará e Maranhão e deu a seu sobrinho, Joaquim de Melo e Póvoas, o governo da Capitania do Rio Novo que depois se chamou de Rio Negro, criada em 1755, e que compreendia parte da área do atual Estado do Amazonas. Tais nomeações confirmam o interesse do ministro de D. José de incorporar toda essa região definitivamente aos domínios da coroa portuguesa.[50] Posteriormente, Melo e Póvoas teve dois mandatos na administração de São Luís, totalizando dezoito anos de governo, entre 1761 e 1779, sendo nomeado capitão-general e governador.

Em consonância com o projeto ilustrado do Marquês de Pombal, que executou reformas urbanas para reconstruir Lisboa após o terremoto de 1755, uma das preocupações deste governador era com as melhorias urbanas na cidade. No centro urbano de São Luís implementou várias obras de melhoramentos, entre elas a reconstrução da Casa dos Governadores, concluída em 1776, que passou a se chamar Palácio do Governo, usando telhas e madeiras vindas da Casa dos Jesuítas da cidade de Alcântara que havia sido fechada.

Empenhou-se também o governador em remodelar o entorno da residência dos governadores, onde havia vários casebres, ao redor da igreja da Misericórdia, que ficava onde está o



Palácio dos Leões. *Trata-se do Palácio do Governo construído pelo governador Joaquim de Melo e Póvoas em 1776. Desde então passou por uma série de reparos nos séculos XIX e XX, como a que foi implementada na administração de Magalhães de Almeida, que reformou completamente o prédio. Mais tarde, o interventor Paulo Ramos ordenou que se modificasse toda a fachada do edifício, alterando totalmente seu estilo arquitetônico. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos).*

49 Somente em 1749 começou a correr o dinheiro amoedado, de ouro, prata e cobre. Até então o dinheiro que circulava para todas as transações era representado pelos novelos de algodão, e os rolos de pano.

50 Sobre a administração de Melo e Póvoas e sua atuação no Maranhão, ver Mário Martins Meireles, *Melo e Póvoas: Governador e capitão-general do Maranhão.* São Luís: SIOGE, 1974.

Banco do Brasil hoje, na atual Avenida Pedro II, de frente para o Palácio do Governo. Atrás da igreja da Misericórdia, ficava o primeiro cemitério da cidade e no extremo oposto do Palácio, na diagonal, no largo, ficava a Sé velha em estado de ruínas.[51]

O governador mandou demolir tudo, inclusive a igreja da Misericórdia, a Sé velha e os casebres, e ajardinar o largo. Ordenou também reedificar a Casa de Câmara e Cadeia, junto com o largo em que estavam esses edifícios. Na mesma praça, mandou reconstruir a velha igreja de Nossa Senhora da Luz e o contíguo colégio, fundados pelos jesuítas, transformando-os em Sé e Paço Episcopal, respectivamente.[52]

A remodelação implementada pelo governador Póvoas organizou um espaço exclusivo de poder no centro urbano de São Luís. A demolição de pequenas casas e igrejas velhas, dando lugar a edifícios novos ou restaurados, indica que o governo tinha um especial cuidado com os espaços de administração tanto temporal quanto espiritual, o que indica uma permanência dos fundamentos teológico-políticos do governo apesar do caráter ilustrado da política pombalina. A renovação da praça caracteriza uma diferenciação e particularização do espaço exclusivamente construído para abrigar as sedes do poder em relação ao resto da cidade.

Melo e Póvoas recuperou ainda a fonte das Pedras em 1762, e abriu uma nova fonte em 1774, que se chamou das Telhas. A fonte das Pedras ficava ao sul do centro urbano, e a das Telhas ao norte, o que distribuiu melhor o abastecimento de água na cidade.

A preocupação do governador com a urbanização da cidade, em ação conjunta com o Senado da Câmara, em 1774, resultou em um decreto que proibia o uso de materiais menos nobres nas construções no perímetro urbano. No ano seguinte, mandou abrir uma estrada que começava na antiga Estrada Real ou Rua Grande, e ia até a Ponta do Romeu, à margem esquerda do rio Anil, junto da igreja dos Remédios, na Rua Rio Branco que levava ao largo dos Amores, atual Praça Gonçalves Dias.[53] A estrada aberta por Melo e Póvoas seria depois conhecida como Rua dos Remédios, porque levava ao largo onde ficava a ermida de Nossa Senhora dos Remédios e, a seguir, como Rua Rio Branco. [54]



Fonte das Pedras: *sua construção é atribuída aos holandeses e acredita-se que foi neste local que Jerônimo de Albuquerque acampou as tropas, sitiando o núcleo fundador criado pelos franceses. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos).*

51 Cf. Mário Martins Meireles, *Melo e Póvoas: Governador e capitão-general do Maranhão.*
52 Cf. Mário Martins Meireles, *Melo e Póvoas: Governador e capitão-general do Maranhão.*
53 Idem.
54 Idem.

O Governador Joaquim de Melo e Póvoas reedificou os baluartes do Forte de São Filipe, São Cosme e São Damião, e batizou-os com o nome de Forte de São Miguel.[55] Estes dois fortins são as duas partes do forte em semicírculo na Avenida Beira-mar, que foi popularmente apelidado de "meia-laranja".[56] Além disso, o governador mandou reconstruir o forte de São Francisco, anteriormente chamado de Sardinha, que ficava na ponta do mesmo nome e fronteiro ao forte de São Filipe. Tentou ainda restabelecer o forte da Ponta d'Areia, que se chamou também de Santo Antônio da Barra, e que ficava na antiga Ponta de João Dias. Melo e Póvoas não conseguiu reerguer a fortificação pois o terreno em que estava assentada era arenoso e alagadiço.[57]

Além das reformas, o governador desenvolveu outros instrumentos para o controle e administração do Maranhão. Nesse sentido, ordenou que se fizesse um levantamento da população em 1778, que contou para o Estado do Maranhão 47.410 habitantes, dos quais 24.746 eram homens e 22.664 eram mulheres. Dez anos depois, em 1788, pelo censo do vigário de Nossa Senhora da Vitória, a cidade de São Luís teria 1.472 fogos, 16.580 habitantes e o principal núcleo era o bairro da Praia Grande.[58]

Segundo Mário Meireles, a população do Maranhão aprovou a administração de Melo e Póvoas, tanto que, no final de seu mandato, os habitantes de São Luís enviaram um abaixo-assinado a D. Maria I, que elogiava o governador afirmando que:

> [...] *o coração ou centro da Cidade se achava em muitas partes com casas cobertas de palhas, porém hoje animados os nossos habitantes pelo dito Governador, que tem aformoseado esta Cidade com muitas casas nobres, edifícios e novas ruas* [...][59]

Após a saída do sobrinho do Marquês de Pombal, as sucessivas administrações de São Luís continuaram o processo de renovação e a cidade continuou a crescer e a empreender melhorias urbanas. A igreja de São Pantaleão foi demolida em 1782 para que se fizesse outra na Rua do Sol, o que se iniciou no mesmo ano. Pertencia à Santa Casa da Misericórdia e foi fun-



Forte da Ponta d'Areia. *Forte de Santo Antônio da Barra, localizado na praia da Ponta d'Areia, e também conhecido por este nome. Sabe-se que foi construído no século XVII. Em 1755, sofreu reformas e, em 1762, o Governador Joaquim de Melo e Póvoas tentou reconstruí-lo, mas não foi possível em função do terreno arenoso e alagadiço. Seu paiol de pólvora foi adaptado para servir de farol em 1827. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos).*

55 Cf. César Augusto Marques. *Apontamentos para o dicionário histórico, geográfico, topográfico e estatístico da Província do Maranhão*. São Luís: José Maria Correia de Frias, 1864.

56 Cf. Meireles, Mário Martins. *Melo e Póvoas*: *Governador e capitão-general do Maranhão.*

57 Cf. Marques, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico, topográfico e estatístico da Província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Fon-Fon, 1970.

58 Cf. Amaral, José Ribeiro do. *Efemérides maranhenses: datas e fatos notáveis da história do Maranhão (1499-1823).* São Luís: Tipografia Maranhense, 1923.

59 Citado por: Meireles, Mário Martins. *Melo e Póvoas*: *governador e capitão-general do Maranhão.* p. 76.



Igreja de São Pantaleão. *Pertencente à Santa Casa da Misericórdia, esta igreja sofreu várias reconstruções e mudanças. Em 1817, foi celebrada a primeira missa com a chegada da imagem de São José. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos).*

dada em 1780, sob a invocação de São José da Cidade. Ficava no largo do Palácio de frente para o mesmo. Em 1791, foi construída a capela de Santana da Sagrada Família, que ficou conhecida como "Santaninha" e situava-se nas imediações do quartel, no final da Rua do Sol.[60]

Também desse período é a fonte do Ribeirão, construída em 1796. Passou por uma reforma em 1833, pois estava em ruínas. Até o início do século XX, acreditava-se que existia um subterrâneo ligando o convento do Carmo ao bairro do Ribeirão, cuja saída seria na fonte. Havia ainda

60 Cf. César Augusto Marques. *Op. cit.*



Igreja de Santana. *Construída em 1791, esta igreja foi, em 1801, a matriz da primeira freguesia que se criou depois da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, que foi a única na cidade até esta data. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos).*

uma outra fonte na cidade, a das Pedras. De construção mais antiga, a fonte das Pedras é atribuída ao período da permanência dos holandeses e sofreu reformas em 1870 por apresentar mau estado de conservação.

Assim, a partir das transformações implementadas pela administração pombalina para as colônias portuguesas, representadas no Maranhão pelo governo de Joaquim de Melo e Póvoas, o Estado passaria então a se integrar e ganharia projeção no comércio internacional e regional, deslocando-se do ponto estratégico de controle da região, para entreposto comercial, ponto de partida e chegada de mercadorias e passagem obrigatória para entrar ou sair do interior da capitania.



Fonte do Ribeirão. *Construída em 1796, ainda hoje está em atividade. Foi tombada pela SPHAN em 1950, e restaurada em 1987. Há uma lenda em torno desta fonte, segundo a qual suas galerias seriam túneis que interligariam igrejas locais, e serviriam para o tráfico ilegal de escravos no século XIX. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos).*

A partir da atuação da Companhia Geral do Comércio, as riquezas originárias da comercialização do arroz, algodão e também de couros, serão canalizadas para as cidades de São Luís e Belém, que se revezavam como capital do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Desta forma, a sociedade cristã se consolidaria, sobretudo através de uma aristocracia agrícola, apoiada sobre a escravidão africana. O índio se retraiu para os sertões e, posteriormente, os aldeamentos acabaram se tornando vilas.

As medidas tomadas pelo Marquês de Pombal não se limitaram à criação da Companhia, mas incentivaram também a migração de famílias do arquipélago dos Açores para incrementar o processo de povoamento da região. Os resultados de tais medidas no crescimento populacional foram significativos nesse período: de 854 habitantes, registrados por Bernardo Pereira de Berredo[61] em 1718, a população da cidade passou para 16.580 habitantes, no ano de 1788.[62]

Em suma, na segunda metade do século XVIII, houve um aumento da diversificação da população implementada pelas primeiras migrações; ativação e fomento da produção; concentração das atividades econômicas em São Luís; conseqüente valorização do solo urbano e também aumento no tamanho dos lotes para abrigar edificações de maior porte, residenciais ou comerciais, o que acarretou mudanças na ocupação dos chãos da cidade, pois "a regularidade dos lotes verificada antes – de cinco braças de frente por 15 de fundo – deu lugar a lotes urbanos de

61 Bernardo Pereira de Berredo. *Op.cit.*

62 Arrolados pelo vigário da única freguesia que a cidade possuía até o século XIX. O vigariato também informou que a cidade contava com 1.482 fogos. Ver: J. Ribeiro do Amaral. *Efemérides maranhenses*, p. 54.

até 50 braças ou mais, cercados por outros de 15 braças e inúmeros de cinco, quatro e até duas braças e meia de testada". [63]

Esse crescimento econômico e populacional levou a uma extensão do traçado original da cidade, originando um adensamento das áreas posteriores ao largo carmelita, acompanhando o eixo da Rua Grande e descendo lentamente a lombada mais alta da chapada, o que deu origem já no século XIX aos bairros de São Pantaleão e Remédios. O rendimento obtido com o plantio do arroz e do algodão, também deixou marcas nas edificações da cidade de São Luís. Datam do final do século XVIII os primeiros sobrados azulejados e com mirantes, bem como as primeiras melhorias urbanas e a tendência de se transferir aos poucos a posse de terras para particulares, tirando a quase exclusividade das ordens religiosas.

Entre os anos de 1798 e 1804, ocorreu a administração do governador dom Diogo de Sousa que, seguindo as preocupações de seus antecessores, empreendeu obras nos fortes da capital maranhense, no porto e cais, e também se preocupou com as atividades comerciais e com as condições de armazenamento e trânsito das mercadorias. [64]

Dom Diogo recuperou os fortes de São Marcos e os baluartes de São Cosme e São Damião. De acordo com Mário Meireles, São Luís tinha, nesse período, um cordão de defesa que mantinha esta disposição:

> *A cidade de São Luís era defendida por uma série de fortificações que, a contar desde fora do porto, eram as de São Marcos, olhando o mar alto; Santo Antônio, no extremo da ponta então chamada de João Dias (hoje Ponta d'Areia) e rigorosamente à entrada da barra; de São Francisco, à margem direita da foz do Anil e confrontando de muito perto a cidade; e do baluarte, com os fortins gêmeos de São Cosme e São Damião, verdadeiramente às portas da cidade, na extremidade do promontório sobre que fora a mesma fundada*. [65]

Em relação às melhorias nas condições do comércio, o governador insistia na necessidade de se instalar na praça do cais do porto um terreiro público para armazenar e vender os gêneros. Tal medida tinha o objetivo de evitar as dificuldades de embarque e desembarque de mercadorias, causadas pelas oscilações das marés que faziam que a área da Praia Grande, onde ficavam a Alfândega e o comércio, acumulasse um lamaçal, atrapalhando o trabalho dos numerosos escravos que, segundo Mário Meireles, durante a administração de D. Diogo de Sousa, somavam 40% da população, maior que a dos brancos que eram em 36 %.

Essa obra iniciou-se durante essa administração, contudo só terminou em 1805, na gestão do Governador Saldanha da Gama. A instalação desse espaço foi de frente para a Alfândega e foi construído em terreno ganho ao mar, em uma extensão de 300 metros, facilitando o transporte das mercadorias. Essa foi a origem do barracão, Tulha ou Celeiro Público que passou a se chamar Casa das Tulhas em 1822, e que corresponde à atual Feira da Praia Grande.[66]

Em 1801, a fim de administrar melhor os sacramentos católicos aos fiéis, a Igreja desmembrou a freguesia de Nossa Senhora da Vitória, da Sé, que deu origem à de Nossa Senhora de Santana. Em 1805, novamente desmembrou-se a freguesia da Sé, dando origem à de Nossa Senhora da Conceição, e em 1856, criou-se a freguesia de São João Batista.

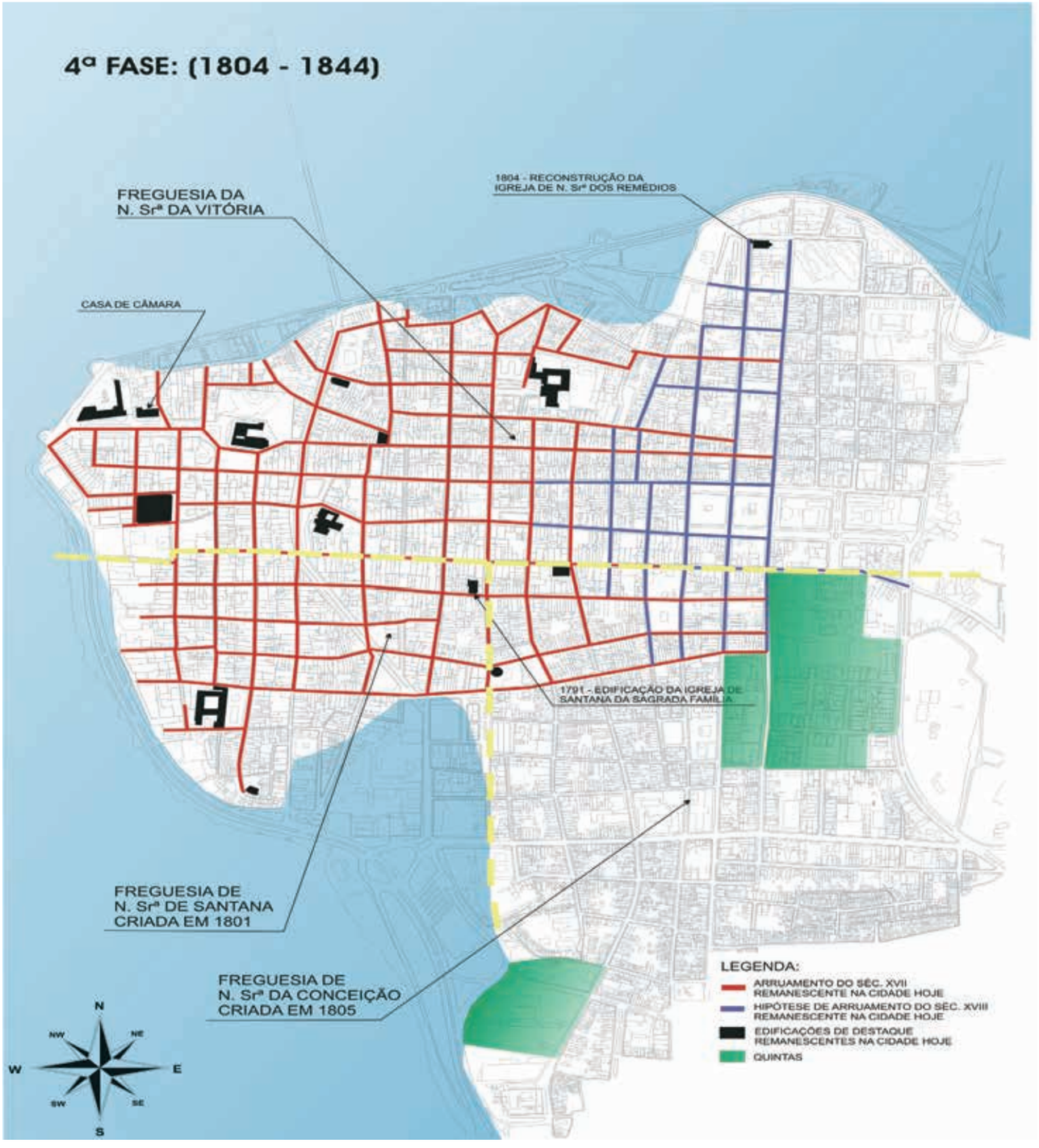
---

63 Citado por Carlos Frederico Lago Burnett. *Além do rio Anil: urbanização e desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão.* Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Maranhão, 2001, p. 11.

64 Sobre a administração de D. Diogo de Sousa, ver: Meireles, Mário Martins. *Dom Diogo de Sousa, governador e capitão-general do Maranhão e Piauí (1798-1804).* São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1979.

65 Meireles, Mário Martins. *D. Diogo de Sousa, governador e capitão-general do Maranhão e Piauí (1798-1804)*. p. 53.

66 Meireles, Mário Martins. Idem.


4ª FASE: (1804 - 1844)
FREGUESIA DA
N. Srª DA VITÓRIA
1804 - RECONSTRUÇÃO DA
IGREJA DE N. Srª DOS REMÉDIOS
CASA DE CÂMARA
1791 - EDIFICAÇÃO DA IGREJA DE
SANTANA DA SAGRADA FAMÍLIA
FREGUESIA DE
N. Srª DE SANTANA
CRIADA EM 1801
FREGUESIA DE
N. Srª DA CONCEIÇÃO
CRIADA EM 1805
N
NW
NE
W
E
SW
SE
S
LEGENDA:
ARRUAMENTO DO SÉC. XVII
REMANESCENTE NA CIDADE HOJE
HIPÓTESE DE ARRUAMENTO DO SÉC. XVIII
REMANESCENTE NA CIDADE HOJE
EDIFICAÇÕES DE DESTAQUE
REMANESCENTES NA CIDADE HOJE
QUINTAS

4ª fase (1804-1844)

Tentativas de normatização das ações urbanísticas: as melhorias na cidade (1804 – 1844)

O estímulo das ferramentas e escravos introduzidos pela Companhia Geral de Comércio fez continuar a cultura do algodão, prosseguindo as exportações até 1808, quando se reduziram as saídas do produto em função da invasão francesa em Portugal e da conseqüente paralisação do comércio entre o Brasil e a metrópole. A abertura dos portos ao comércio estrangeiro, sobretudo o inglês, por D. João VI, ocasionou maior expansão no volume da produção de algodão para as exportações. Já entre os anos de 1819 e 1821, houve decadência dessa produção, com baixa dos preços do produto, problemas com as colheitas e falências, provocados pelo considerável aumento da lavoura algodoeira americana, que fez baixar os preços do produto brasileiro, e também pela introdução de novidades técnicas agrícolas não adotadas pelo Brasil.

Os fatores mais relevantes para o adensamento da cidade de São Luís no século XIX foram a intensificação das melhorias urbanas e a valorização arquitetônica, gerada pelo aumento da construção de sobrados. O crescimento econômico e as novas atribuições da cidade, ocorridas a partir da implantação da Companhia Geral de Comércio, permitiram um adensamento das áreas da Praia Grande, Desterro, e da área posterior à igreja do Carmo Novo.

Nesses locais instalaram-se alguns sobrados maranhenses com seus azulejos portugueses, franceses e de outras procedências, e mirantes e, acompanhando este processo, as inovações nos serviços urbanos, como galerias de coleta de águas pluviais, iluminação pública a óleo, calçamento de ruas, construção de chafarizes com água canalizada do rio Anil, bem como a arborização de algumas ruas e espaços públicos, trouxeram conforto inusitado à população.

Conseqüência também do crescimento urbano foi a necessidade de se instalar novos cemitérios na cidade. Até o início do século XIX, os sepultamentos eram feitos no Largo da Matriz, no cemitério da Câmara Municipal, situado no final Rua Grande, em um terreno cedido pela Câmara à Santa Casa da Misericórdia em 1804, e ainda no cemitério da Misericórdia. Nesse mesmo ano de 1804, a Santa Casa da Misericórdia aprovou a criação de outro cemitério para São Luís, sendo escolhido então um terreno, concedido pela Câmara Municipal em 1794, nos fundos da cerca da igreja da Misericórdia. Um outro cemitério foi criado ainda nesse período: o Cemitério Inglês, em 1816, instalado na Rua de São Pantaleão.[67]

Na primeira metade do século XIX, o número de escravos era grande e foi crescendo até a proibição oficial do tráfico. De acordo com César Marques, perdeu-se a estatística da quantidade de negros que entraram no Maranhão até o ano de 1811, mas os números a partir daí são os seguintes:[68]

Ano		Escravos
1812	.....	1.672
1813	.....	1.729
1814	.....	2.516
1815	.....	3.476
1816	.....	3.377
1817	.....	8.028
1818	.....	6.636
1819	.....	6.058
1820	.....	2.864
Total escravos	**.....**	**36.356**

Em 1815, foi instalado, no Largo do Carmo, atual Praça João Lisboa, o pelourinho da cidade, que durou 50 anos.[69]

A cidade também ganhou um teatro, edificado com a entrada principal voltada para a Rua do Sol e os fundos para o Largo do Carmo. Chamou-se primeiramente de teatro União e, em 1852, sofreu grandes reformas e passou a ser chamado de teatro São Luís. Antes deste, segundo César Marques, houve um teatro no Largo do Palácio, e depois "outro em frente ao quartel, e finalmente outro na praça da Hortaliça ou do Mercado [...] e foram de curta duração".[70]

Segundo os viajantes Spix e Martius, que estiveram no Maranhão em 1819, São Luís era a quarta maior e mais próspera cidade do Brasil, atrás apenas do Rio de Janeiro, Salvador e Recife.[71]

---

67 Cf. César Augusto Marques. *Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão.*
68 Idem.
69 Idem.
70 Idem, p. 595.
71 Cf. J.B. von Spix e K.F.P. von Martius. *Viagem pelo Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

As conseqüências do crescimento econômico iniciado na segunda metade do século XVIII chegaram até o século XIX, podendo ser verificadas na estrutura urbana da cidade nesse período. A opulência dos sobrados e edifícios públicos foi também verificada por Spix e Martius:

> *As casas de dois e três pavimentos são na maioria construídas de grês de cantaria e a cômoda disposição interior corresponde ao exterior sólido, de conforto burguês.* [72]

O parcelamento do solo urbano também sofreu mudanças nesse período. Os quarteirões regulares definidos no século XVII foram parcelados, através de doações, compras e testamentos, o que levou a um diversificado padrão de lotes que abrigavam grandes solares e pequenas casas de porta e janela. [73]

Contudo, São Luís ainda necessitava de algumas melhorias urbanas. Ainda na primeira década do século XIX, o matadouro público ficava na praia de Santo Antônio; depois foi transferido para a praça que se chamava da Hortaliça, e também conhecida como do Açougue Velho. Além do problema do abastecimento de água e da higiene pública, a iluminação da cidade era deficiente e precária. Somente as principais vias e praças da cidade eram servidas de iluminação, feita com base no azeite, instalada em 1825.

No livro de leis e decretos da Câmara de São Luís,[74] há o regulamento número 7, de 29 de abril de 1835, que trata da divisão da Província em comarcas e termos. A comarca da Ilha do Maranhão compreendia todo o território da mesma ilha além dos termos de São Luís e da vila do Paço do Lumiar. O termo da cidade compreenderia o território que já lhe pertencia, adicionado de parte do termo da Vila dos Vinhais. Com toda esta área, era preciso elaborar códigos e posturas que ordenassem as condições de vida e funcionamento da cidade.

O embelezamento e bom funcionamento dos serviços urbanos constituíram preocupação constante dos administradores da cidade. Várias leis e decretos foram sancionados a fim de melhorar a aparência da capital maranhense. No livro de legislação de São Luís,[75] publicado em 1847, encontramos o regulamento número 22, de 28 de junho de 1836, que estabelece a mudança do açougue da cidade para a área da Madre Deus, por sua capacidade de abrigar os necessários currais e casa de matança do gado e por ser próxima ao rio, o que facilitava o desembarque do gado. De acordo com a referida lei, o açougue deveria ficar em qualquer terreno de marinha devoluto, sendo a Câmara Municipal a responsável pela edificação e pelos necessários arranjos para a matança do gado.

A partir da adesão do Maranhão à Independência do Brasil, São Luís foi confirmada como capital da província, e junto com esta posição veio um crescimento considerável da cidade. Em 1840, instalaram-se seis fábricas de pilar arroz, três de sabão e velas, duas prensas de algodão, 22 de cal, oito olarias e seis tipografias.[76]

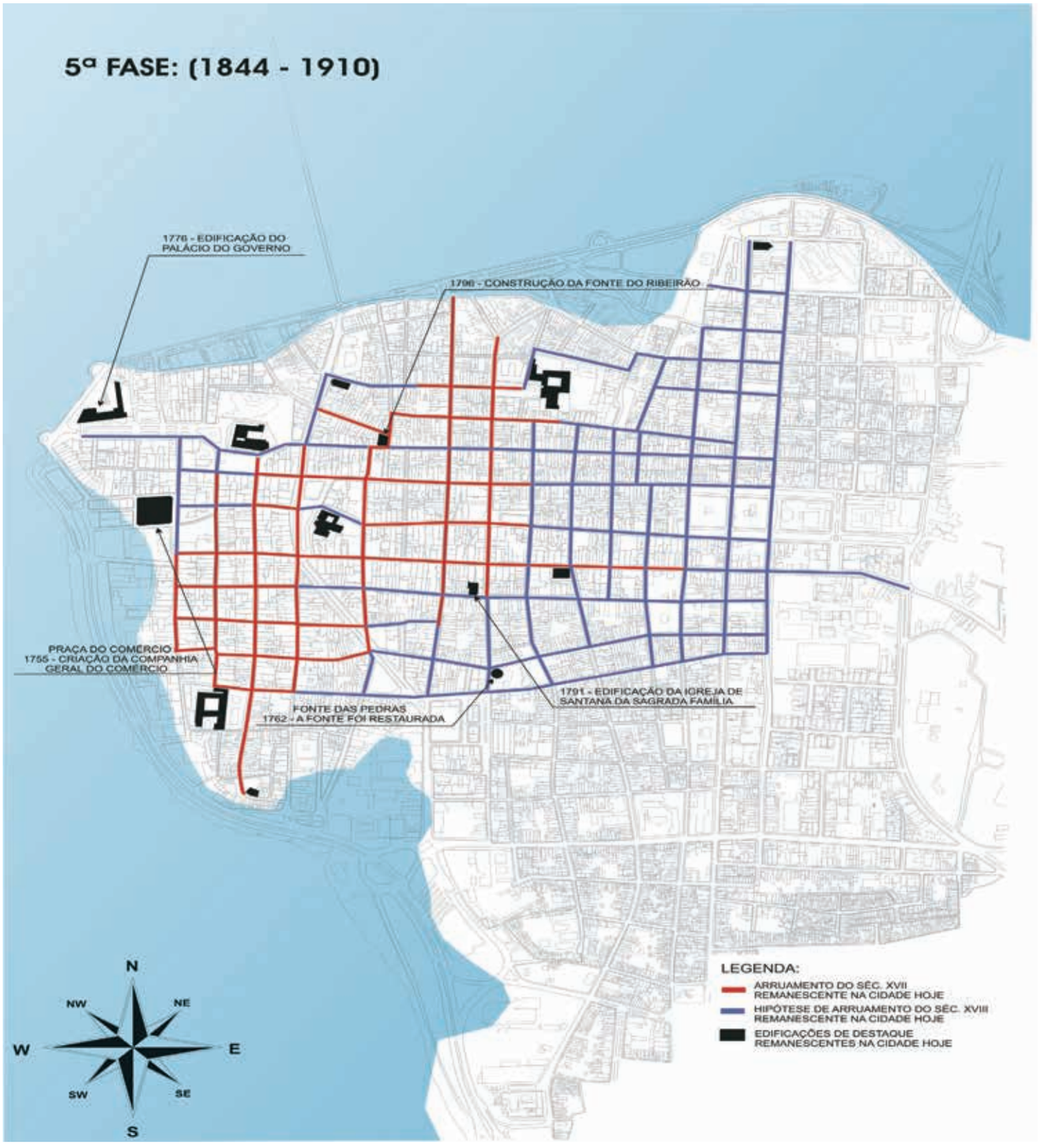
O pastor americano Daniel Kidder, que esteve no Maranhão em 1841, estimou a população da cidade em 33 mil habitantes no ano de 1840, número que inclui franceses e ingleses dedicados, sobretudo, às atividades comerciais. Afirmou também que as casas eram construídas de pedra britada e cimento, e observa ainda:

> *tem-se a cidade do Maranhão como sendo de melhor construção que qualquer outra no Brasil. Apresenta ela ao visitante um aspecto de progresso como raramente se nota em outras cidade do Império. Além disso são poucas as choupanas e casebres.* [77]

Até a década de 1840, mantiveram-se os limites urbanos traçados até o século XVIII. Contudo, a transformação de São Luís pode se verificar em melhorias urbanas e na preocupação das autoridades com a funcionalidade e o embelezamento da cidade.

---

72 J. B. von Spix e K.F.P. Martius. *Op. cit.*
73 Cf. Carlos Frederico Lago Burnett. *Op.cit.*
74 *Coleção das leis, decretos e resoluções da Província do Maranhão, 1835-1843.* São Luís, 1847.
75 Idem.
76 ANS – Série Inventário – cx. 130/138.
77 Daniel P. Kidder e J. C. Fletcher. *O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo*. São Paulo: Ed. Nacional, 1941, pp. 151 e 154.


5ª FASE: (1844 - 1910)
1776 - EDIFICAÇÃO DO PALÁCIO DO GOVERNO
1796 - CONSTRUÇÃO DA FONTE DO RIBEIRÃO
PRAÇA DO COMÉRCIO
1755 - CRIAÇÃO DA COMPANHIA GERAL DO COMÉRCIO
FONTE DAS PEDRAS
1762 - A FONTE FOI RESTAURADA
1791 - EDIFICAÇÃO DA IGREJA DE SANTANA DA SAGRADA FAMÍLIA
N
NW
NE
W
E
SW
SE
S
LEGENDA:
ARRUAMENTO DO SÉC. XVII REMANESCENTE NA CIDADE HOJE
HIPÓTESE DE ARRUAMENTO DO SÉC. XVIII REMANESCENTE NA CIDADE HOJE
EDIFICAÇÕES DE DESTAQUE REMANESCENTES NA CIDADE HOJE

5ª fase (1844-1910)

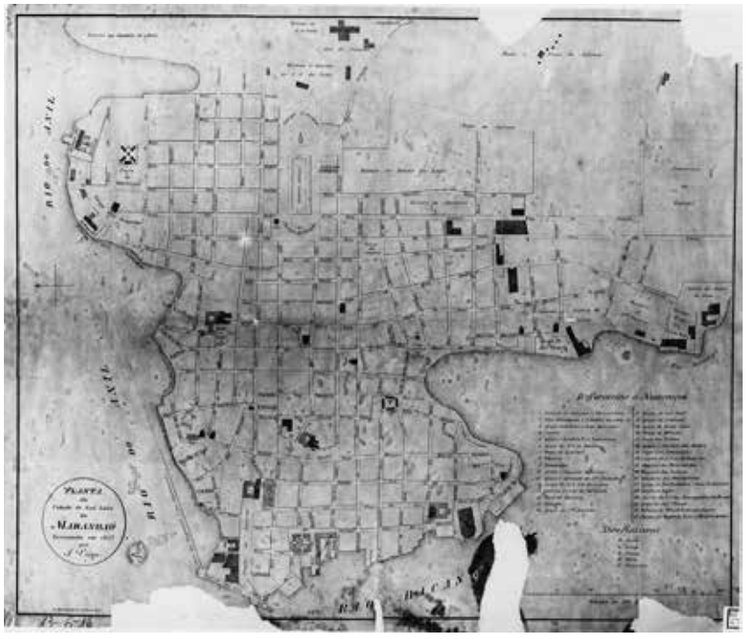
Tecidos e sobrados: economia maranhense e ordem urbana em São Luís (1844 – 1910)

Na segunda metade do século XIX, a preocupação dos administradores era organizar o espaço urbano pelo melhoramento e instalação de serviços. Entre os anos de 1849 e 1851 houve reparos na calçada da Praia Grande, na Rua do Sol, e ruas próximas ao Campo do Ourique.

Construiu-se um novo prédio para a Cadeia Pública, substituindo o que havia desde o século XVII. A nova Cadeia ficava no bairro dos Remédios, por trás da igreja de mesma invocação. Um dos maiores problemas da capital do Maranhão nesse período era o abastecimento de água. Inicialmente a população recolhia água dos poços e fontes, que representavam grande foco de doenças e endemias pela falta de higiene nas fontes e mananciais.

No ano de 1850, os proprietários de imóveis ficaram obrigados, pela lei número 289, a conservar as frentes das casas em que morassem, bem como dos seus terrenos, quintais e sítios, e se proibia o depósito de lixo ou animais mortos nas vias. Segundo esta lei, ficou estabelecido também que todos os proprietários cujas casas não ficassem distante mais de 20 braças dos canos gerais da cidade seriam obrigados a encaminhar seus esgotos subterraneamente para as águas. Aqueles que possuíssem terrenos pantanosos ou encharcados dentro da cidade seriam obrigados a aterrá-los no prazo que lhes fosse intimado pelo fiscal. A legislação proibia também a criação ou conservação de porcos dentro da cidade e seus subúrbios. [78]

A Praça do Mercado ou da Hortaliça ficava próximo ao mar, e era sempre alagada pelas marés. Funcionava lá o curral da municipalidade, o que lhe deu o nome de Largo do Açougue Velho. Em 1850 iniciou-se a obra de construção de um novo matadouro público, na Quinta da Madre de Deus, de propriedade da Câmara Municipal. Em 1853, a Câmara determinou que a Comissão de Obras comprasse casas e terrenos da Praça do Mercado para torná-la de uso público. Em 1855, iniciou-se a obra de sua remodelação que ganhou quatro barracões onde funcionavam vendas de frutas, legumes e também um açougue.[79] Nesse mesmo ano de 1853 o livro de correspondências da Repartição de Obras Públicas registra os andamentos das obras de construção de um dique no bairro das Mercês.[80]



VEIGA, J. Planta da cidade de S. Luís do Maranhão levantada em 1853. Biblioteca Nacional, Iconografia, RJ, 1858.

78 *Legislação da Província do Maranhão*. São Luís: Tipografia do Frias, 1867.
79 César Augusto Marques. *Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão.*
80 Maranhão. Repartição de Obras Públicas. Livro de registro de correspondência (1847-1857). Arquivo Público do Estado do Maranhão – Setor de Códices.

Nessa época, no ano de 1855, foi instalado um outro cemitério na cidade, que se chamou do Gavião e, no ano seguinte, em 1856, o serviço de abastecimento de água foi implantado em São Luís, com a Companhia Anil, que tinha o privilégio exclusivo da venda de água na cidade por 60 anos, o que reduziu o antigo problema de abastecimento da cidade.[81]

No ano de 1858, o *Almanak do Maranhão*[82] registrou um paulatino crescimento do número de edificações na cidade, que pode ser observado no quadro a seguir:

Ano		Casas
1808	.....	1.553
1818	.....	1.577
1828	.....	1.846
1838	.....	2.213
1848	.....	2.429
1856	.....	2.764

Como se pode observar, nesse período de 48 anos, o número de casas quase duplicou. Esse crescimento ensejou a formulação de normas e, desta forma, garantiu-se uma certa uniformidade, característica da arquitetura oitocentista de São Luís, pois uma grande quantidade de casas foi construída em um mesmo momento e obedecendo a regras e padrões estabelecidos pela Câmara.

Sobre esta aparência da cidade, nesse período, existe o relato do viajante Robert Avé-Lallemant que, partindo do Recife, passou por São Luís e Belém, até chegar ao seu destino em 1859, o rio Amazonas. Em sua escala no Maranhão, o viajante descreveu suas impressões positivas sobre a cidade, principalmente acerca da beleza dos edifícios. Em seu livro *No rio Amazonas*, o autor destaca o caminho que conduz ao Palácio do Governo, ponto de convergência de ruas regulares, apesar das ladeiras. O casario e o traçado da cidade fizeram parte das observações de Avé-Lallemant:

> *seu traçado em linha reta, embora com subida e descida, e sua limpeza logo impressionam de modo sumamente agradável. Creio poder dizer que nenhuma cidade do Brasil conta proporcionalmente ao seu tamanho tantas casas bonitas, grandes e até apalaçadas como o Maranhão. A cidade parece ter-se sentido, no tempo do domínio português, chamada às Grandes Coisas e ostenta ainda o esplendor de uma época, infelizmente passada*. [83]

De acordo com o código de 1866, nenhum edifício poderia ser construído nem reformado sem a licença prévia da Câmara.[84] Essa mesma lei mantinha outros impedimentos como a proibição da abertura de buracos nas ruas e praças da cidade, independentemente do objetivo; ordenava que ninguém causasse danos aos muros ou paredes de edifícios públicos ou particulares, às calçadas, pontes, poços, cais ou qualquer outra construção urbana. Proibia também os danos às plantas de ruas e praças e o corte de árvores frutíferas. Ainda de acordo com esta lei, ninguém poderia impedir ou atrapalhar o escoamento das águas pluviais do terreno ou prédio vizinho; não se poderia fazer estacadas, obras ou aterros no mar ou em qualquer terreno de marinha; e nem se poderia cravar pregos ou estacas nas junturas das pedras das muralhas das casas que deitassem para o mar. Segundo César Augusto Marques, a disposição da cidade na década de 1860 era a seguinte: "10 praças, 72 ruas, 19 becos, contendo 2.903 casas inclusive 18 edifícios públicos gerais e 6 provinciais".[85]



Palacete Gentil Braja. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos)

81 Cf. César Augusto Marques. *Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão.*
82 *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Província do Maranhão.* B. de Matos, 1858-1881.
83 Avé-Lallemant, Robert. *No rio Amazonas* (*1859*). São Paulo-Belo Horizonte: Edusp-Itatiaia, 1980, pp. 19 e 20.
84 *Código Municipal da Câmara da capital da Província do Maranhão*. São Luís: Tipografia de B. de Matos, 1866.
85 Cf. Marques, César Augusto. *Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão*, p. 447.

Sobre os portos da zcidade, um livro de correspondência da Repartição de Obras Públicas oficial para o período entre os anos de 1865 e 1878 registra que em 1868 o envio de cópia do contrato de arrematação da construção de cais e aterro no Portinho em 1868; a apresentação de três propostas de arrematação da construção do cais da Praia Pequena em 1869; e ainda um orçamento para levantar os paredões da ponte do Cais da Sagração em quatro palmos em 1870. Neste ano, o livro também registra um orçamento para construção de nova ponte interligando a Praia da Trindade ao Cais da Sagração.[86]

Entre as características assumidas pelo casario de São Luís em meados do século XIX, destacam-se o emprego de azulejos nas fachadas. Segundo Dora Alcântara,[87] seria a época aproximada em que a nova forma de utilizar azulejos pode ter-se generalizado no Brasil, período em que se restabeleceram os laços comerciais com Portugal, por meio de tratados, depois de nossa independência.

As ligações entre Lisboa e São Luís, a partir do período de atuação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, estenderam-se pelo século XIX, mesmo depois de extinta a Companhia, trazendo para São Luís materiais de construção como o lioz e os azulejos de Lisboa.

Na Península Ibérica, a utilização de azulejos sempre foi interpretada como sinal de progresso material. A Guerra de Secessão dos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX, fez que o algodão produzido no Maranhão entrasse no rol de substituições alternativas para a falta do produto nas fábricas inglesas, o que representou um significativo crescimento econômico para a região, que passou a fornecer seus produtos para a Inglaterra até a restauração do comércio internacional norte-americano.

Esse período coincide com a difusão da utilização de azulejos em fachadas, também na segunda metade do Oitocentos, sendo este resultado não só uma significativa ampliação do parque industrial e do surgimento de um incipiente mercado consumidor, como também uma tentativa de enobrecer as propriedades, dos homens de comércio que ascendiam econômica e socialmente e que, dessa forma, procuravam exibir seu novo *status*, bem como marcavam sua diferença em relação à ostentação dos senhores de engenho, escravocratas da vizinha cidade de Alcântara, tradicional rival de São Luís.

Ainda tentando preservar a funcionalidade urbana, as leis provinciais de 1874 proibiam a circulação de animais pelas ruas e estradas do município de São Luís.[88] Proibia fazer, sem licença prévia da Câmara, escavações para introduzir canos condutores de água ou gás nas praças, ruas e estradas da cidade, pois causariam dano e obstáculo ao livre trânsito público. A lei proibia também tirar terra vermelha e pedras em quintais e terrenos não edificados dentro da cidade.

Até 1870 a cidade não contava com nenhum meio de transporte coletivo organizado para atender as necessidades de sua população que era, segundo o censo de 1872, de 31.604 habitantes, sendo 24.578 livres e 7.026 escravos. Existiam apenas dois tipos de carros: os de cargas, que transportavam mercadorias de toda sorte, como pedras, água e materiais de construção, e os de passageiros. Em 25 de maio de 1870, foi feita uma solicitação para o estabelecimento de uma empresa de carros a vapor pelo Sistema Road Steams.[89] Em setembro de 1872, foi inaugurado o bonde a tração animal, objeto de muita crítica da população.

O final do século XIX caracterizou-se pelo processamento industrial do algodão.[90] Assim, em 1888, iniciou-se a montagem da Fábrica de Fiação e Tecidos Maranhense, e a seguir montaram-se outras em São Luís como a Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil, de 1890; a Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa, de 1891; a Companhia Fabril Maranhense, de 1893; e ainda as Fábricas São Luís e Santa Amélia, de 1900. Essas fábricas foram o resultado de investimentos de recursos financeiros oriundos da agricultura da cana-de-açúcar e do algodão, processo que culminou em 1895, quando o Maranhão tinha 27 fábricas de tecidos e de outros produtos.[91]

---

86 Maranhão. Repartição de Obras Públicas. Livro de registro de correspondência (1865-1878). Arquivo Público do Estado do Maranhão – Setor de Códices.

87 Alcântara, Dora. *Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão*.

88 *Leis e regulamentos provinciais*. São Luís: Tipografia d'*O País*, 1874.

89 Cf. Moura, Benedito Clementino de Siqueira. "São Luís dos bons tempos do bonde". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*. São Luís: n. 14, março 1991, p. 92.

90 A partir da invasão francesa em Portugal, a produção do algodão no Maranhão entrou em queda pela impossibilidade de comercialização para a metrópole. A lavoura da cana-de-açúcar acabou ganhando força até que superou o cultivo do algodão. Depois da abolição da escravatura em 1888, a cultura do açúcar experimentou grande queda. Já o algodão manteve sua baixa produção, porém sem ser atingido tão fortemente pela falta de braços escravos.

91 ANS – Série Inventário – pastas 130 a 138.

Apesar deste crescimento no número de estabelecimentos de manufatura do algodão, o plantio não foi estimulado pelo consumo das fábricas e continuou em baixa produção, devido à praga da chamada "lagarta rósea" que devastava cerca de 70% da produção, e que os agricultores não conseguiam contornar com técnicas ou remédios.

Já na primeira metade do século XX, o algodão foi substituído por um produto de fácil colheita e bastante lucrativo, o babaçu, que desviou grandes quantidades de trabalhadores para sua exploração.

Paralelamente à preocupação com a produção, as autoridades maranhenses investiam no escoamento de mercadorias. Durante quase setenta anos (1841 a 1910) permaneceram as obras do cais da Sagração. Dar um bom porto para São Luís foi preocupação das autoridades desde os tempos coloniais, mas somente no século XX, os resultados foram mais significativos.[92] Em 1875, divulgou-se um relatório sobre o porto de São Luís feito por André Rebouças. Em 1890, o engenheiro Aarão Reis recebeu autorização para as obras de melhoramento do porto que também não foram concluídas. Em 1920, houve um novo contrato para execução das obras de recuperação do porto, desta vez por meio de uma empresa inglesa. No entanto, outras obras portuárias foram implementadas no período mas em locais afastados do centro da cidade.

No final do século XIX, observa-se uma diferenciação funcional dos bairros de São Luís. O bairro da Praia Grande, por exemplo, teve grande importância desde a época colonial, pela instalação da Praça do Comércio e, a partir da segunda metade do século XVIII, por abrigar as atividades mercantis promovidas pela Companhia Geral de Comércio.

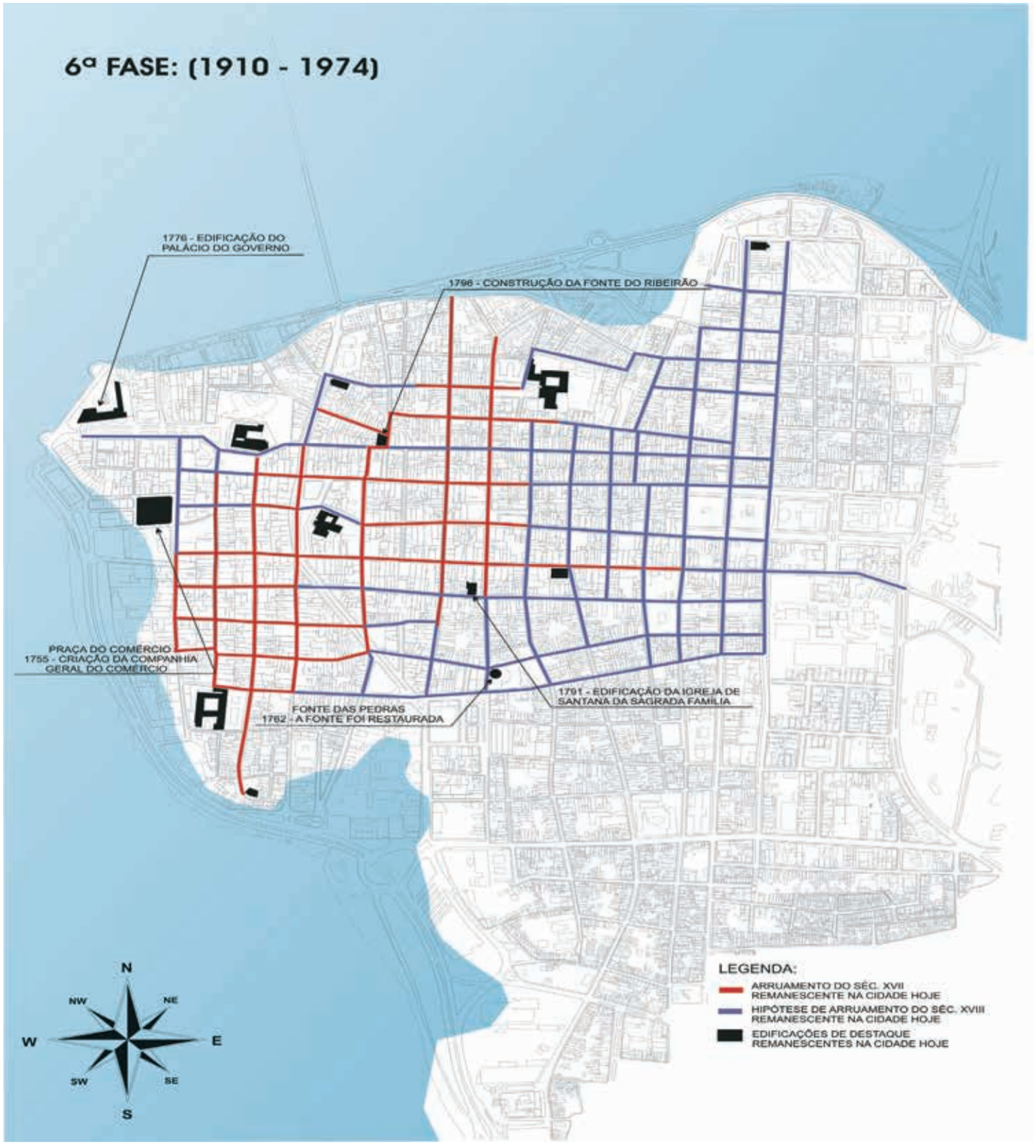
O centro administrativo de São Luís, no início do século XX, encontrava-se entre as Avenidas Pedro II e 5 de Julho, ligadas por uma rampa que também dava acesso ao cais da Sagração. Aí estavam o Palácio do Governo e a Prefeitura Municipal, que ainda funcionam no local, e outros órgãos que hoje não se encontram mais, como o Banco do Estado.

Segundo Aroldo de Azevedo, o comércio varejista ficava na Praça João Lisboa, e o atacadista localizava-se entre a Rua Cândido Mendes e o Bacanga.[93] Uma área residencial, caracterizada pelos grandes sobrados, se formou às margens do rio Anil, desde a praça Gonçalves Dias (onde fica a igreja de Nossa Senhora dos Remédios), até a área da Quinta do Barão, chegando ao bairro de São Pantaleão. Havia ainda na cidade uma região que abrigava algumas fábricas de tecidos e pequenas oficinas, que ficava na parte sul da cidade.

Na segunda metade do século XIX, outras instituições, além da Igreja, intervieram no espaço de São Luís. Assim, a Câmara e o governo provincial instituíram leis e decretos a fim de normatizar e controlar o espaço da cidade. Houve, dessa forma, um processo de laicização e controle do espaço urbano, verificado paralelamente à especialização dos bairros que não obedecia mais às divisões de freguesias operadas pela Igreja desde o período colonial.

92 Sobre este assunto ver: Wilson Soares. "O porto de São Luís." *Revista de Geografia e História do Maranhão*. São Luís: v. 3, n. 3, pp. 19-42. 1950.

93 Azevedo, Aroldo de; Matos, Dirceu Lino de. *Viagem ao Maranhão*. São Paulo, 1950.


6ª FASE: (1910 - 1974)
1776 - EDIFICAÇÃO DO PALÁCIO DO GOVERNO
1796 - CONSTRUÇÃO DA FONTE DO RIBEIRÃO
PRAÇA DO COMÉRCIO
1755 - CRIAÇÃO DA COMPANHIA GERAL DO COMÉRCIO
FONTE DAS PEDRAS
1762 - A FONTE FOI RESTAURADA
1791 - EDIFICAÇÃO DA IGREJA DE SANTANA DA SAGRADA FAMÍLIA
N
NW
NE
W
E
SW
SE
S
LEGENDA:
ARRUAMENTO DO SÉC. XVII REMANESCENTE NA CIDADE HOJE
HIPÓTESE DE ARRUAMENTO DO SÉC. XVIII REMANESCENTE NA CIDADE HOJE
EDIFICAÇÕES DE DESTAQUE REMANESCENTES NA CIDADE HOJE



FERREIRA, Justo Jansen. **Planta da cidade de São Luís capital do Maranhão**, *1912. Biblioteca Nacional, Cartografia, RJ*

6ª fase (1910-1974)

Do horror ao antigo à valorização dos conjuntos: reformas urbanas e tombamento (1910 – 1974)

Até o início do século XX, São Luís apresentava um considerável nível de crescimento urbano e de qualidade de vida da população. Nesse período, foram inaugurados vários cinemas na cidade, como o Cinematógrafo Pathé, de 1909, e o Cine-Teatro Éden, inaugurado em 1919, entre outros. Isto logo após ter sido sanada uma epidemia de peste bubônica na cidade que levou grande parte da população a procurar abrigo nas áreas não contaminadas.

A prosperidade do comércio atingiu ainda as fábricas. Estimuladas, entre outros fatores, pela força da economia em torno da industrialização e comercialização do algodão e do babaçu, várias fábricas entraram em atividade, como a Companhia Fabril Maranhense, localizada no cruzamento da Rua Grande com o velho prédio da Receita Federal.

Em 1912, o Largo do Carmo passou a se chamar Praça João Lisboa, sendo inaugurada a estátua do escritor em 1918. Neste mesmo ano de 1912, criou-se, na vila de Icatu, a primeira oficina especializada em lavrar a pedra de granito no formato de paralelepípedos com a finalidade de calçar as ruas. Assim, o velho Caminho Grande, que nesta altura ainda era enlameado, embora o seu primeiro calçamento datasse de 1852, recebeu os primeiros bondes de tração animal, da Companhia de Ferro Carril, de Teixeira Leite. Como a igreja de Nossa Senhora da Conceição ficava na Rua Grande, e era a sede da Freguesia do mesmo nome desde 1805, o logradouro obteve linha de bonde em toda a sua extensão, indo até o Anil, e outra que a cortava ligando o largo dos Remédios até a Quinta do Matadouro (São Pantaleão), pelas Ruas Rio Branco, do Passeio, e a rua do Norte.

Mais tarde, durante a administração do Governador Godofredo Viana, entre 1922 e 1926, os bondes passaram a ser movidos pela eletricidade e os trilhos foram incorporados às ruas. Foi também durante essa administração que o azeite na iluminação pública foi substituído pelo álcool e, a partir de 1924, com o contrato com a Companhia norte-americana Ullen, começaram algumas obras de melhoramento dos serviços de água, esgotos e



Sobrado com loja. *Observa-se um dos modelos mais comuns das construções dos séculos XVIII e XIX: sobrados com lojas nas suas partes térreas, onde originalmente as famílias mantinham ou alugavam para pequenos comércios. Com o crescimento do comércio já no século XX, as estruturas desses edifícios foram alteradas para obrigar os mais variados tipos de negócio. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos)*

tração elétrica. O contrato com a empresa durou 20 anos, e foi assumido pelo Estado após 1946.[94]

O conjunto arquitetônico construído ao longo dos séculos XVIII e XIX não sofrera grandes alterações, apesar da implementação, na década de 1920, de uma lei municipal que exigia a construção de platibandas nas edificações, que impôs algumas modificações no aspecto colonial.

Entretanto, a nomeação de Paulo Martins de Sousa Ramos em 1936, como interventor federal para o Maranhão, fez com que esse conjunto arquitetônico e urbanístico, que até então estivera preservado praticamente intacto, passasse a ser visto como prova do atraso econômico, social e cultural da cidade. A busca do progresso, que se afinava com os novos valores que guiavam o país naquele momento, começava a ameaçar as construções antigas. Tais concepções incluíam uma visão de desenvolvimento urbano que se chocava com a manutenção de construções antigas. Desta maneira, a arquitetura representativa dos séculos XVIII e XIX passou a ser vista como um sinal de atraso e um empecilho para a evolução urbana na cidade.

Alinhadas com essa visão, várias obras foram implementadas para modificar o quadro de atraso de São Luís. Ocorre-

94 Sobre alguns serviços públicos nesse período em São Luís ver: Soares, Wilson. "O porto de São Luís." *Revista de Geografia e História do Maranhão*. São Luís: v. 3, n. 3, 1950, pp. 19-42.

ram neste sentido as intervenções para ligar o interior à capital: a ferrovia São Luís-Teresina; na cidade, o alargamento de vias centrais e, a mais significativa, a abertura de uma via no sentido norte-sul, a Avenida Magalhães de Almeida, que cortou a cidade pelo largo do Carmo, destruindo vários quarteirões antigos, a partir de 1940. O Palácio dos Holandeses foi interditado em função de seu estado de ruína e nesse mesmo período foi demolido para as mesmas melhorias urbanísticas.

O interventor Paulo Ramos, ao prestar contas ao presidente Getúlio Vargas, dizia que:

> *A avenida que vai da Praça João Lisboa à Avenida 5 de Julho acha-se em fase de execução bem adiantada, emprestando, já ao centro urbano, o efeito sugestivo de sua moderna perspectiva [...] Desapropriados que foram, na sua totalidade, os imóveis atingidos pelo traçado, procedeu-se, seguidamente, aos serviços de demolição e terraplenagem, para abertura e fixação do leito da nova via pública, operação quase completamente concluída já nos primeiros dias de dezembro passado.*[95]

O interventor imprimiu à cidade uma imagem que desconsiderava a importância dos vestígios dos tempos coloniais e do Império na arquitetura de São Luís, a despeito da atuação do Departamento de Patrimônio, órgão que foi criado pelo próprio Vargas, objetivando a proteção dos chamados bens culturais do país. O legado colonial e oitocentista do Maranhão, ao contrário, era visto como um empecilho à modernidade.

Dentre as obras que Paulo Ramos[96] empreendeu estão a do Palácio do Comércio; a penitenciária do Estado, construída à margem direita do rio Bacanga; a construção da Avenida Getúlio Vargas; a construção da avenida que liga a Praça João Lisboa à praça do Mercado Novo e da Avenida Cinco de Julho; pavimentação de ruas; edificação de um estádio; restauração de parte do mercado do Ourique e reparos nas estradas da capital. Em 1943, o mesmo interventor construiu o Palácio da Justiça que ficava na Rua Afonso Pena, reformou a biblioteca pública e a Praça João Lisboa.[97]

Ainda na década de 1950, o diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, o engenheiro Rui Mesquita, traçou o Plano Rodoviário da Ilha de São Luis, que previa a expansão da cidade para além do antigo centro, ocupando outras áreas e, conseqüentemente, descentralizando a cidade. São Luis começou a se espalhar em outros sentidos alternativos aos que permitem o curso da Rua Grande, e isto se deu com a construção da Ponte José Sarney, que liga a cidade antiga ao bairro de São Francisco, e da barragem do rio Bacanga, ambas em 1970.

Associada a essa expansão urbana intensificou-se o processo de descaracterização da arquitetura do centro histórico, onde a estrutura interna de vários prédios sofreu alterações para facilitar o funcionamento de lojas, que se instalavam na parte inferior das antigas residências, descaracterizando as fachadas. Além disso, um processo de crescimento vertical trouxe maior descaracterização ao patrimônio da cidade.



Fonte do Ribeirão. *Largo do Ribeirão, no centro da cidade de São Luís e cujo conjunto arquitetônico é composto por sobrado, que ainda mantêm vestígios e características históricas e urbanas dos séculos XVIII e XIX. Nos dois sobrados restaurados, ao fundo, funcionou a Casa de Cultura Josué Montelo, hoje na Rua das Hortas.*

Preocupado com a preservação da herança arquitetônica de São Luís, o prefeito da cidade, Pedro Guimarães Pinto, começou a solicitar tombamentos para algumas edificações ainda em 1954, alegando sempre a importância daquele conjunto arquitetônico para a memória colonial da cidade e também do Brasil. Na maioria de suas correspondências o prefeito aponta para o constante perigo da especulação imobiliária que ameaçava os sobrados e ruas do centro antigo de São Luís.

Em 1955, foram inscritos no livro do tombo do DPHAN os conjuntos da Praça Benedito Leite, Praça João Lisboa, Praça Gonçalves Dias e largo fronteiro à igreja de Nossa Senhora do Desterro. Nessa época, já havia sido tombada a fonte do Ribeirão

95 Ramos, Paulo. *Relatório ao Sr. Presidente da República, 1942*. Citado por Carlos Frederico Lago Burnett. *Op. cit.*, p. 20.
96 Ramos, Paulo. *Relatório: exercício de 1942*. São Luís: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1943.
97 Ramos, Paulo. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas*. São Luís: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1943.

e também o portão da Quinta das Laranjeiras, a capela de São José das Laranjeiras, o altar-mor da Sé e a cidade de Alcântara.

A ação do DPHAN no Maranhão foi motivo de debate em vários jornais, onde se exaltava a importância da preservação para a consolidação da identidade nacional e manutenção de valores éticos e sociais. Periódicos locais como *O Imparcial*, *O Globo* e *Jornal do Dia* publicavam várias matérias acerca das questões de tombamento, destruição e progresso material da cidade.

No final da década de 1950, estava em andamento a discussão sobre a demolição dos prédios antigos que abrigavam a Sociedade Líbano-Maranhense, para construção de arranha-céus. Os prédios foram tombados pelo DPHAN e, em 6 de fevereiro de 1957, a Sociedade Líbano-Maranhense, enviou uma carta ao Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM):[98]

> *[...] Da leitura atenta do memorial incluso, colhe-se, para logo, a certeza de que a DPHAN [...] agiu impatrioticamente em São Luis ao efetivar sem prévio exame e demorado estudo o tombamento da Praça João Lisboa, o que, sem dúvida, representa absurda limitação ao embelezamento e progresso imobiliário daquele logradouro público. É certo, bem o sabemos, que o Patrimônio Histórico, artístico e tradicional de um povo deve ser preservado a todo custo. Mas, no caso vertente, o que se verifica é um inominável abuso de poder, com o adotar-se uma medida que sobre ser antipática e atentatória ao progresso da cidade, não assenta em legítimas razões históricas e estéticas. Na verdade, a Praça João Lisboa na atualidade nada encerra de portentoso em matéria de arquitetura ou arte decorativa tradicionais. Tudo ali, [...] está desfigurado, confuso, amalgamado, a ponto de não poder se reconhecer, no risco e linha de seus edifícios, o que é fatura antiga, colonial, tradicional, e o que é moderno, recente, satisfatoriamente reformado.*

Na parte final do estudo que fez sobre a arquitetura de São Luís, a arquiteta Dora Alcântara concluiu que existiam vários sobrados a serem preservados, principalmente os que incluem mirantes e revestimentos de azulejos. O horror ao antigo que fora tão difundido na década de 1930, e que fundamentou as intervenções urbanísticas da década de 1940, foi observado por Dora Alcântara em 1959, em um parecer sobre um possível tombamento em São Luís. Embora o relatório da arquiteta tenha sido bastante detalhado, a demarcação dos limites para área de tombamento federal foi feita pelo arquiteto português, consultor da Unesco, Viana de Lima, em 1973, e no ano seguinte o IPHAN tombou o conjunto histórico de São Luís que incluía alguns itens do tombamento individual, realizado anteriormente, como as Praças Benedito Leite e João Lisboa.

98 Processo de Tombamento – São Luís. Doc. 104/105.

Cronologia

Para a delimitação do recorte temporal da pesquisa histórica foi considerada a época em que se deu a ocupação do território relacionada ao contexto sócio-econômico motivador dessa ocupação, a consolidação da estrutura urbana foi abordada numa perspectiva de longo prazo, desde a fundação da cidade até a época do seu tombamento, quando ela passa a ser vivida e tratada como patrimônio cultural, estando sujeita a regras específicas num objeto de investigação distinto.

1499 - reconhecimento do território do Maranhão pelo espanhol Vicente Yanes Pinzón

1531 - primeira tentativa de ocupação do Maranhão por Diogo de Sordas, que resultou em naufrágio

1535 - doação da capitania do Maranhão a João de Barros

- naufrágio da expedição de João de Barros e Aires da Cunha

1554 - naufrágio da expedição de Luís Melo da Silva

1573 - novamente naufragam os navios de Luís Melo da Silva, que iam em direção ao Maranhão

1594 - chegada ao Maranhão do francês Charles de Vaux

1612 - Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, organiza uma companhia de colonização do Maranhão que contava com religiosos capuchinhos franceses, que escreverem sobre o início da ocupação do sítio.

1614 - estabelecimento dos franciscanos em São Luís, vindos de Olinda

1615 - tomada do Maranhão pelos portugueses e expulsão dos franceses

- fundação da cidade de São Luís
- retorno dos franciscanos para Pernambuco
- chegada dos primeiros jesuítas a São Luís

1616 - Jerônimo de Albuquerque dá início à modelação urbana de São Luís de acordo com a planta de Francisco Frias da Mesquita

1618 - saída dos jesuítas do Maranhão

1619 - instalação da Câmara de São Luís

- chegada de casais açorianos para a ocupação do Maranhão

1621 - criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará
- criação da primeira matriz, a igreja de Nossa Senhora da Vitória
- obras no convento do Carmo

1622 - foi instituída a Irmandade da Misericórdia
- retorno dos jesuítas ao Maranhão com o padre Luís Figueira
- início da construção do colégio e igreja de Nossa Senhora da Luz pelo padre Luís Figueira
- fundação dos dois primeiros engenhos de açúcar na embocadura do rio Itapicuru

1624 - retorno da ordem de São Francisco de Assis ao Maranhão com frei Cristóvão de Lisboa
- fundação do convento de Santo Antônio, sob invocação primitiva de Santa Margarida, pelo frei Cristóvão de Lisboa

1625 - reedificação do forte de São Filipe

1627 - construção do Carmo Novo no lugar onde ficava a capela de Santa Bárbara
- fim da construção da igreja do colégio de Nossa Senhora da Luz, pelo padre Luís Figueira

1638 - posse do governador Bento Maciel Parente

1641 - em novembro, os holandeses tomam a cidade de São Luís

1643 - os índios aruãs de Marajó matam o padre Luís Figueira

1644 - em fevereiro, os holandeses são expulsos

1648 - primeira reconstrução da igreja do Desterro (esta é a primeira informação que se tem sobre a igreja)

1649 - os índios uruatis matam os onze padres jesuítas do Maranhão

1652 - supressão do governo do Maranhão e divisão em duas capitanias: Maranhão e Grão-Pará
- retorno da ordem dos jesuítas ao Maranhão

1653 - chegada do padre Antônio Vieira

1654 - reunião estabelecida por Carta Régia de 25 de agosto das duas capitanias, Maranhão e Grão-Pará, sob um governo geral, com André Vidal de Negreiros como governador
- chegada dos mercedários a São Luís

1655 - obtenção dos privilégios de Cidadãos do Porto para São Luís e Belém

1661 - chegada do padre jesuíta João Filipe Betendorf

1662 - primeira expulsão dos jesuítas do Maranhão

1665 - edificação da igreja de São João Batista
- transformação da Rua Grande em caminho para passagem de carros de boi

1673 - o governador Pedro César transfere sua residência para Belém, sendo o primeiro governador a deixar a sede em São Luís para morar em Belém

1677 - criação da diocese do Maranhão e conseqüente elevação de São Luís de vila para cidade

1682 - criação da Companhia de Comércio do Maranhão e do Estanco (20 anos de privilégio exclusivo de comércio em todo o Estado do Maranhão)
- no final de sua administração, Inácio Coelho manda reedificar todas as igrejas de São Luís que estivessem em ruínas

1684 - Revolta de Beckman contra o Estanco

1685 - extinção do Estanco
- segunda expulsão dos jesuítas do Maranhão

1692 - demolição da igreja do colégio de Nossa Senhora da Luz, para construção de uma nova igreja

1693 - pedido de licença do procurador da Câmara para cortar as árvores da cidade que não fossem de utilidade

1695 - peste de bexigas em São Luís, Alcântara, Cumã, Pará e Cametá, por cinco meses

1699 - inauguração da nova igreja de Nossa Senhora da Luz, dos jesuítas

1713 - o Estado do Maranhão passa a se chamar Estado do Grão-Pará e Maranhão

1717 - início da construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

1718 - toma posse o governador Bernardo Pereira de Berredo
- carta régia de 18/05, manda construir uma nova catedral na cidade de São Luís

1719 - início da construção da igreja da Santíssima Virgem dos Remédios

1723 - início da construção da igreja de Nossa Senhora da Boa-Hora

1727 - restauração da estrada que ligava o Maranhão ao Pará

1749 - começa a correr no Estado o dinheiro amoedado, de ouro, prata e cobre
- epidemia de sarampo em toda a capitania

1751 - criação da Alfândega em São Luís

1752 - fundação do Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios

1753 - transferência da sede do governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão para a cidade de Belém

1755 - alvará que proibia a escravização dos índios
- criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, com privilégios por 20 anos
- criação da Capitania do Rio Novo, que depois chamou-se de Rio Negro e compreendia o atual Estado do Amazonas

1759 - expulsão dos jesuítas de todo o Reino e seus domínios

1760 - término da construção da igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos

1761 - posse do governador Joaquim de Melo e Póvoas, sobrinho do marquês de Pombal
- primeira importação de escravos negros

1762 - transferência da Sé para a igreja de Nossa Senhora da Luz, que era dos jesuítas
- restauração da fonte das Pedras

1763 - demolição da antiga Sé de Nossa Senhora da Vitória
- o governador Melo e Póvoas manda derrubar a igreja da Misericórdia, que ficava no Largo do Palácio, atual Avenida Pedro II

1765 - introdução do cultivo do arroz da Carolina
- construção da primeira fábrica de beneficiamento de arroz, às margens do rio Anil

1767 - primeira exportação de arroz da Carolina para Lisboa

1772 - proibição, pelo governador Melo e Póvoas, de se semear outro arroz que não fosse o da Carolina

1774 - extinção do Estado do Grão-Pará e Maranhão, passando a ser dois Estados distintos: do Maranhão que contava com o Piauí; e do Grão-Pará, que contava com São José do Rio Negro
- abertura da fonte das Tulhas

1775 - Melo e Póvoas passa de capitão-mor a capitão-general no governo do Estado do Maranhão

1776 - edificação do Palácio do Governo

1777 - Melo e Póvoas promove as culturas do anil, criando uma fábrica em São João de Cortes; da amoreira e da criação do bicho-da-seda

1778 - extinção da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, por decreto de D. Maria I.

1779 - fim da administração de Joaquim de Melo e Póvoas.

1780 - o ouvidor-geral determinou que se fizessem obras para o calçamento das ruas de que necessitasse a cidade

1791 - edificação da igreja de Santana da Sagrada Família, conhecida como "Santaninha"

1793 - início da construção do quartel do Campo do Ourique

1796 - construção da fonte do Ribeirão

1797 - término das obras de construção do quartel do Campo do Ourique
- construção do forte de Santo Antônio da Barra (Ponta d'Areia) e da ponte da Alfândega
- início do desmoronamento do forte de São Francisco
- entrada de 1.854 africanos para servirem de escravos

1798 - epidemia de varíola na capitania que leva à morte quatro mil pessoas. Segundo os mapas de mortalidade, entre 1799 e 1802 morreram quase 20 mil pessoas nas capitanias do Maranhão e do Piauí
- início da administração de D. Diogo de Sousa

1799 - criação, em São Luís, das cadeiras de filosofia, retórica, latim e gramática

1801 - criação da freguesia de Nossa Senhora de Santana, com matriz na mesma igreja, resultado de um desmembramento da freguesia de Nossa Senhora da Vitória

1803 - tentativa de introduzir a vacina contra varíola

1804 - construção de barracas e canos de esgotos da Praia Grande
- reconstrução da igreja de Nossa Senhora dos Remédios
- construção de um cemitério para escravos e pobres
- final do governo de D. Diogo de Sousa

1805 - desmembra-se a freguesia da Sé, dando origem à de Nossa Senhora da Conceição, com matriz na mesma igreja
- término das obras da Casa das Tulhas, junto da Alfândega

1806 - criação do Hospital da Misericórdia, que ficava entre as Ruas do Norte e do Passeio

1807 - baixa do algodão em função da invasão francesa em Portugal

1809 - alta do algodão e do arroz através da abertura dos portos às nações estrangeiras

1810 - assinatura dos tratados comerciais entre Portugal e Inglaterra

1811 - chegada do viajante Henry Koster

1815 - elevação do Brasil a reino
- instituição do pelourinho no Largo do Carmo
- início da edificação do Teatro União

1816 - criação do Cemitério Inglês

1817 - conclusão das obras da igreja de São José
- conclusão das obras do Teatro União
- início de funcionamento do Cemitério Inglês, na Rua de São Pantaleão

1821 - o Maranhão é declarado porto livre e cria-se uma repartição aduaneira em São Luís

1823 - o Maranhão adere à Independência do Brasil

1841 - chegada do naturalista George Gardner
- início das obras do Cais da Sagração

1850 - obras de construção do matadouro público na Quinta da Madre de Deus

1852 - reformas no Teatro União, que estava arruinado, passando a se chamar Teatro São Luís
- início das obras de calçamento da Rua Grande

1854 - criação do Asilo de Santa Teresa

1855 - término das obras de calçamento da Rua Grande
- criação do cemitério do Gavião
- obras de remodelação da Praça do Mercado ou da Hortaliça

1856 - criação da freguesia de São João Batista
- contratação da Companhia do Anil, que tinha o privilégio da venda de água por 20 anos

1867 - obras de reparo no calçamento da Rua Grande

1868 - novas obras no calçamento da Rua Grande

1869 - obras de recuperação do prédio da Alfândega

1891 - extinção da ordem dos carmelitas no Maranhão

1904 - epidemia de "peste bubônica" em São Luís

1909 - inauguração do primeiro cinema de São Luís, o Cinematógrafo Pathé

1911 - inauguração do Cinema Central, na Rua Grande

1912 - instalação de oficina especializada na lavra de pedras de granito no formato de paralelepípedos para o calçamento de ruas
- mudança do nome do Largo do Carmo para Praça João Lisboa

1916 - inauguração do Cinema Teatro São Luís, na Rua Grande, n.1

1918 - inauguração da estátua de João Lisboa, na Praça de mesmo nome

1919 - inauguração do Cine-Teatro Éden

1922 - início da regularização do sistema de esgotos, água e instalação do sistema elétrico

1924 - início de funcionamento dos bondes elétricos

1936 - nomeação do interventor federal para o Maranhão: Paulo Martins de Sousa Ramos

1939 - reforma do Cine Éden, mudando alguns aspectos para art nouveau
- demolição da igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos

1940 - início das demolições para abertura da Avenida Magalhães de Almeida

1964 - inauguração do Cine Passeio

1970 (Anexo)

1971- início da construção do anel viário sob a administração do prefeito Haroldo Olímpio Lisboa Tavares (As obras do anel viário por Ivar Figueiredo Saldanha foram concluídas entre 1976-1978)
1975 -

1974 - Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís pelo IPHAN.

. . . . . .

Dados complementares

Estimativas populacionais anteriores ao 1º Censo (1872)

- Lopes, Raimundo. *Uma região tropical*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.

Fins do século XVII ..... 10.000 hab.
Fins do século XVIII (recens. Vigariato Geral) ..... 17.000 hab.
1820 (Coronel Lago) ..... 20.000 hab.
1835 (aval. Prof. Amaral) ..... 25.000 hab.
1868 ..... 30.000 hab.
1868 (segundo Cândido Mendes) ..... 35.000 hab.

Em 1810, segundo a *Estatística* do coronel Antônio Bernardino Pereira do Lago, citada pelo autor:

população maranhense era de 152.634, sendo:

- população escrava de 84.534, maior que a livre
- população masculina 82.304, maior que a feminina
- população branca 23.994
- índios 9.684
- negros 87.262, sendo 9.308 livres
- mulatos 31.691

- Azevedo, Aroldo de; Matos, Dirceu Lino de. *Viagem ao Maranhão*. São Paulo, 1950. p. 76.
- estimativa para o final do século XVII: 10.000 habitantes
- em 1872, São Luís tinha 31.600 habitantes.
- em fins do século XIX, São Luís possuía 36.800 habitantes.

- Meireles, Mário Martins. *História da Arquidiocese de São Luís do Maranhão*. São Luís: Universidade do Maranhão / SIOGE, 1977. p. 61
- em 1658, citando Warden, na *Histoire de l'Empire du Brésil*, 700 almas; e em 1683, apenas pouco mais de 1.000 almas
- em 1662, citando Ribeiro do Amaral, nas *Efemérides,* e Maurício de Heriarte, na *Descrição do Estado do Maranhão*, contava a cidade de São Luís com mais de 600 moradores
- em 1677, segundo o decreto pontifício de criação da diocese do Maranhão – 2 mil fiéis
- em 1684, citando com frei Domingos Teixeira dá a população urbana, na ocasião da Revolta de Bequimão, composta por 500 habitantes.

- Meireles, Mário Martins. *Holandeses no Maranhão: 1641-1644*. São Luís: PPPG, Editora UFMA, 1991.

Citando informação de Bento Maciel Parente à Coroa, a população em 1630 era de 500 habitantes, dos quais 300 moradores e cerca de 200 soldados; com três mosteiros de capuchinhos (Santa Margarida), carmelitas (Carmo) e jesuítas (Nossa Senhora da Luz).

- Meireles, Mário Martins. *Dom Diogo de Sousa, governador e capitão-general do Maranhão e Piauí (1798-1804)*. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1979. p.53.

Citando o relatório do bispo D. Joaquim de Carvalho, de 27 de novembro de 1799: a cidade de São Luís contava com 22 mil habitantes.

- Amaral, J. Ribeiro do. *Efemérides maranhenses*. São Luís: Tipografia Maranhense, 1923. pp. 48-106.

Para o ano de 1778, a população do Maranhão era a seguinte: sexo masculino – 24.746; feminino – 22.664; total – 47.410. Nesse mesmo ano houve 1.358 nascimentos e faleceram 751 pessoas, segundo o autor.

Para o ano de 1788, arrolou o vigário da única freguesia até então existente na capital (Nossa Senhora da Vitória), a população de 16.580 habitantes e 1.482 fogos.

Em 1798, o arrolamento da capitania estimou 78.860 habitantes, dos quais: 42.244 – livres; 36.860 – escravos. Segundo o autor houve, durante este ano, 497 casamentos, 1692 nascimentos e 1741 óbitos.

Em 1818 o autor estima a população da cidade em mais de 20 mil almas.

- Burnett, Carlos Frederico Lago. *Além do rio Anil: urbanização e desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão.*

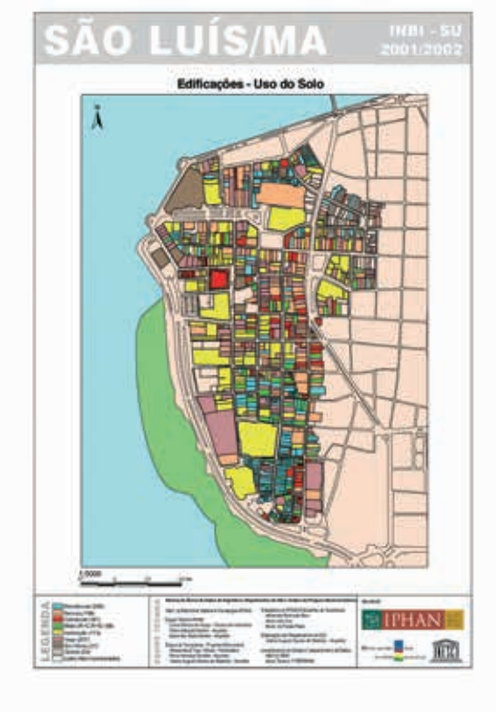
- em 1637, Bento Maciel registrou 310 habitantes
- em 1720, nos *Anais* de Berredo, 854 habitantes
- em 1821, Antônio Bernardino Pereira do Lago registrou 19.611 habitantes
- em 1869, Cândido Mendes registrou 35.000 habitantes
- em 1º de agosto de 1872, o Censo registrou 31.604 habitantes.

Exemplo de uso dos dados do Inventário - Análise Socioeconômica e de Referências Culturais [1]

A análise socioeconômica e de referências culturais é constituída pelas análises quantitativas e qualitativas dos dados do INBI-SU. As análises das questões do Formulário Geral do Sítio Urbano foram realizadas a partir dos gráficos estatísticos, bem como do resultado do processo de classificação e interpretação dos bancos de dados do INBI-SU.

Questões do Formulário Geral do Sítio Urbano (fichas 4 e 5)

Para entendimento dessa análise, conforme a metodologia do INBI-SU, deve-se considerar que os moradores são os entrevistados em unidades residenciais (fichas 4) e os usuários são os entrevistados em unidades não-residenciais (fichas 5).



Mapeamento dos usos. 3ª Superintendência Regional[2]

1 Trabalho realizado pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização sobre os dados das entrevistas aplicadas em São Luis, formulários 4 e 5 do método INBI-SU. Brasília, 2004.

2 Mapeamentos realizados em Arcview, em atualização pela 3ª Superintendência Regional IPHAN, 2006.

3 Sobre a questão do abastecimento de água na área inventariada é importante ressaltar que a população tem acesso à agua "dias sim, outros não", ou seja, apenas quinze dias ao mês. Ainda sobre o problema de abastecimento de água, o texto preliminar da pesquisa histórica demonstra: "Um dos maiores problemas da capital do Maranhão era o abastecimento de água. Inicialmente a população obtinha água dos poços e fontes, que apresentavam grande foco de doenças e endemias pela falta de higiene nas fontes e mananciais. O serviço de abastecimento de água foi implantado a partir de 1850, com a Companhia Anil." (p. 23)

Item 24 - Principais elementos do sítio urbano destacados pelos moradores e usuários

As informações apresentadas pelos gráficos do sistema INBI-SU demonstram que em um universo de 989 entrevistados no sítio urbano de São Luís, os principais elementos destacados pelos moradores e usuários da área inventariada são:

Unidades Residenciais(ficha 4)

- *qualidade de vida (42,55%) e outros (35,64%)* - no processo de classificação do item qualidade de vida houve muitas respostas que identificavam especificamente a *localização* como elemento mais significativo da área tombada, entretanto não há este item arrolado na classificação proposta no INBI-SU. Embora, no entendimento do conceito de qualidade de vida, seja contemplada também a questão da localização, os outros aspectos que compõem este conceito apresentam-se de forma negativa pela maioria dos entrevistados, como pode ser observado no gráfico sobre a *opinião dos moradores e usuários acerca dos serviços públicos* em que há problemas relativos, sobretudo, ao abastecimento de água e serviços hospitalares[3]. Sendo assim, como foi identificado que o elemento "localização" era preponderante e não poderia estar diluído, juntamente com o item qualidade de vida, a opção para a categorização desta resposta foi classificá-la em duas opções: "qualidade de vida" e "outros", especificado como "localização". Esta opção ocorreu com o objetivo de poder ser visualizada no gráfico a opinião principal dos moradores/usuários acerca do que mais gostam na área histórica e ainda para que se, no futuro, houver a possibilidade de ser inserido no arrolamento da classificação o item "localização", seja fácil de ser localizado na estrutura do sistema.

Diante disso, para a compreensão do item qualidade de vida, deve-se considerar que dos itens apontados, cerca de 70% do universo de 160 respostas são relativas especificamente à localização e 30% indicam a relação com a vizinhança como aspecto mais importante. O item "outros" deve ser compreendido como 80% relacionados à localização e os outros 20% relacionados às respostas que apresentaram pouco interesse pela área tombada ou apenas problemas ("moro aqui porque não tenho outra opção"; "tudo velho caindo, abandonado").

- *conjunto edificado/arquitetura (18,88%)* - a identificação da comunidade com a área do Projeto Reviver é bastante destacada nas entrevistas. Trata-se de um espaço de encontro, de sociabilidade da população de São Luís, onde foram realizadas, há poucos anos, obras de requalificação. Outros elementos arquitetônicos apontados foram a Igreja do Desterro e Sé, a Fonte do Ribeirão, tendo como referência cultural associada a estes bens a lenda da serpente e de Ana Jansen.

Sobre essas lendas, associadas aos bens culturais mais destacados pelos entrevistados, foram selecionadas algumas respostas para as questões 24 (ficha 4)/32 (ficha 5) – Conhece alguma história sobre a cidade? (referência a lendas, folclore, fatos memoráveis).

A Sra. Maria Rita dos Santos, residente a Rua João Vital de Matos, nº 195, respondeu sobre a lenda de Ana Jansen:

> *Da Ana Jansen que era uma mulher muito rica que gostava de se exibir. Colocava os escravos em fileira deitados para caminhar por cima deles. Ela andava de carruagem, amostrando correntes. Dizem que ela era muito perversa.*

A Sra. Leda Cristina Oliveira Silva, residente na Rua do Desterro, nº 3, respondeu sobre as lendas de Ana Jansen e da Serpente:

> *Desde criança eu escuto falar da lenda de Ana Jansen, da carruagem com os cavalos sem cabeça. Correntes que se arrastam à noite. Quando era criança tinha pavor da cobra que tem cabeça na igreja da Sé e vai afundar São Luís.*

A Sra. Mary Seabra Tavares, residente ao Parque XV de Novembro, nº 258, respondeu sobre a lenda de Ana Jansen:

> *A de Ana Jansen e a do Ribeirão que tem uma princesa encantada lá que vira cobra.*

A Sra. Rita de Cássia Soeiro Araújo – auxiliar administrativa de uma empresa de informática – nº 83/ 93 da Rua da Palma respondeu sobre as lendas de Ana Jansen e da Serpente:

> *Da Ana Jansen que prendia os escravos e colocava nos porões. A lenda da serpente adormecida, São Luís pode a qualquer momento ser mais uma Atlântida.*

E ainda, o Sr. Antônio Carlos Martins Jr. – delegado de polícia – Rua da Palma, nº 305, respondeu sobre a lenda da Serpente:

> *Aquela da cobra, da serpente. No dia que encontrar o rabo São Luís acaba.*

- *ruas e praças (1,86%)* - as ruas e praças mais destacadas foram a Rua Portugal e a Praça João Lisboa; paisagem natural (1,06%), embora seja reduzido o número de pessoas que identificaram este aspecto, é possível perceber no gráfico sobre *elementos da*

paisagem natural destacados pelos moradores, que a maioria da população de São Luís possui uma forte relação com o mar e a maré – item especificado no INBI-SU como litoral, sendo identificado também o Rio Anil e o Aterro do Bacanga. Embora não seja destacado pelos moradores e usuários, o Beco Catarina Mina possui também uma história, a de Catarina Mina.

A Sra. Maria de Lourdes Ribeiro – responsável pelo bar e restaurante – nº 124 do Beco Catarina Mina, respondeu sobre a lenda de Catarina Mina:

> *Catarina Mina foi uma negra que trabalhava na esquina da Rua Portugal; vendia peixe frito. Casou-se e tornou-se uma sinhá como qualquer branca. Alguém da Casa de Mina me informou que ela morou ali na esquina onde hoje funciona o Correio.*

O Sr. Arsênio Ivamar G. de Andrade – contador de um escritório de contabilidade – s/n do Beco Catarina Mina, respondeu sobre a lenda de Catarina Mina:

> *Esse beco [Catarina Mina] foi em homenagem a uma negra chamada Catarina Mina. Ela descia com vasilhas de água o Beco da Merda, aqui no Centro tem esse nome porque era passagem dos escravos para jogar fora as fezes dos patrões.*

E ainda, a Sra. Eliane de Fátima M. Farias – responsável pela loja de artesanato – nº 134 do Beco Catarina Mina, respondeu sobre a lenda de Catarina Mina:

> *Catarina Mina, uma escrava muito bonita de olhos verdes, com o seu corpo e na beleza conseguiu dinheiro e alforria. Ela subia essas escadas e os senhores de escravos é que se abaixavam para olhar para as pernas dela.*

Unidades Não-residenciais(ficha 5)

- *conjunto edificado / arquitetura (38,66%)* – nas unidades não-residenciais os elementos arquitetônicos, bem como as lendas associadas a esses bens, foram destacados da mesma maneira que nas unidades residenciais.
- *qualidade de vida (23,49%) e outros (32,79%)* – seguindo o mesmo entendimento da análise do gráfico de unidades residenciais, o processo de classificação do item qualidade de vida dos usuários da área inventariada não se apresenta como fator preponderante, entretanto apresenta-se como segundo aspecto, mas com a sua classificação associada à tranqüilidade, embora haja muitas queixas relacionadas à questão do serviço público de segurança.

Para a compreensão do item qualidade de vida, deve-se considerar que cerca de 70% do universo de 144 respostas são relativas especificamente à localização e 30% indicam a questão da tranqüilidade da área, e ainda deve-se destacar o caráter de grande parcela dos estabelecimentos serem unidades de uso misto o que identifica também a questão da relação com a vizinhança. O item "outras opiniões", totalizando 201 respostas, deve ser entendido como 60% relacionados à localização e os outros 40% relacionados às respostas como "tudo" ou "nada", por exemplo.

Item 25 - Síntese das opiniões dos moradores e usuários acerca da preservação.

A síntese da opinião dos moradores e usuários da área inventariada acerca da preservação do sítio urbano foi analisada a partir dos gráficos emitidos pelo INBI-SU. Para a análise desta questão do Formulário Geral do Sítio Urbano foi levada em conta a relação dos moradores e usuários com o sítio urbano e com as instituições públicas que atuam na preservação na área tombada de São Luís. As questões que tratam das referências culturais das fichas 4 e 5 do INBI-SU são os seguintes itens: 19/27. *O que a preservação significa para a cidade?*; 20/28. *Acha a cidade bem preservada?*; 21/29. *A atuação do IPHAN é satisfatória?*; 22/30. *E a atuação da prefeitura com relação à preservação é satisfatória?*

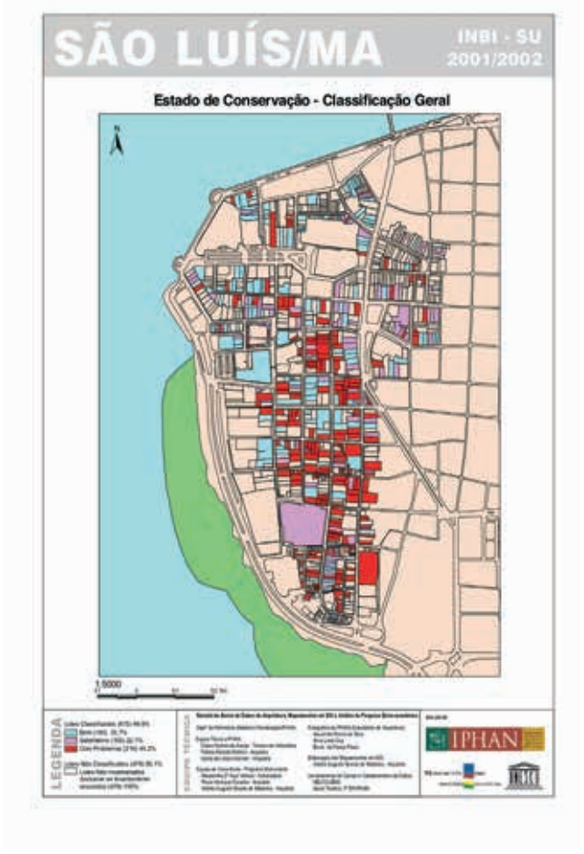
Nas questões acima descritas houve dificuldade quanto a respostas como "tudo", "nada", "é importante", "mais ou menos", "não", "sim". Este problema gerou, como pode ser constatado nos gráficos, um grande contingente de "outros" para a opinião dos moradores acerca da preservação do sítio urbano de São Luís.

Sobre a *opinião dos moradores (fichas 4) acerca da preservação do sítio*, para um universo de 281 entrevistas, foi possível perceber que a resposta mais recorrente foi: a preservação é importante para a memória e identidade de São Luís (96 respostas). Em segundo lugar, a preservação contribui para o incentivo ao turismo (28 respostas) e logo depois os moradores identificam que a preservação propicia uma boa qualidade de vida (17 respostas), ou seja, se os imóveis estão bem preservados não há problemas, como muitas vezes identificados pelos moradores e usuários, nos gráficos sobre a *opinião dos moradores e usuários sobre os serviços públicos* prestados, no qual a limpeza pública é apresentada como deficiente por 93 dos moradores e 275 dos usuários. Associada a esta questão pode-se destacar que muitos moradores e usuários queixam-se de baratas e ratos e da grande ocorrência de imóveis abandonados. Vale destacar também que apenas 21 respostas relativas aos aspectos negativos da preservação no sítio foram apontadas.

A opinião dos usuários (fichas 5) sobre a preservação do sítio apresentou os mesmos resultados da opinião emitida pelos mo-

radores. Entretanto, foi destacado pelos usuários que a preservação viabiliza a economia local, sendo apresentada no mesmo nível de importância que a qualidade de vida propiciada pela preservação.

A opinião dos moradores e usuários do sítio urbano de São Luís sobre o estado de conservação apresenta, em um universo de 803 entrevistas, 315 respostas que apontam "outras opiniões" sobre esta questão. Entre moradores e usuários do sítio em estudo as respostas indicam que grande parte das pessoas acha que as edificações de São Luís estão mal conservadas: 117 moradores e 254 usuários entendem que as edificações estão mal conservadas, enquanto apenas 34 moradores e 57 usuários acham que as edificações estão bem conservadas. Por meio dos gráficos – "Opinião dos moradores/usuários: Estado de Conservação (aspectos positivos/negativos)" – é possível perceber que, embora o estado de conservação do sítio esteja ruim, o conjunto urbano se mantém relativamente bem preservado.



Mapeamento do estado de conservação. 3ª Superintendência Regional.[4]

Poucas pessoas classificam as edificações como descaracterizadas (17 moradores e 29 usuários); por outro lado, a visão dos usuários sobre o cuidado com as ruas e praças, embora seja apenas de 29 respostas, tem um nível mais elevado que os moradores que apresentaram apenas 4 respostas. Vale destacar, também, que o sítio urbano de São Luís possui muitos estacionamentos privados, apesar de não estar expresso, entre as opiniões dos usuários e moradores a questão do tráfego incompatível com o Centro Histórico, muito comum em várias cidades devido à estrutura urbana colonial. É possível identificar também

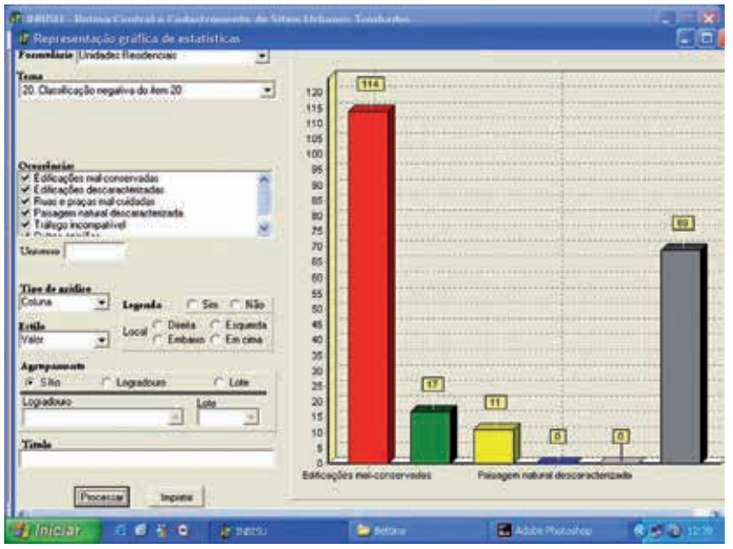


Gráfico de Estado de Conservação – morador.
Banco de Dados do INBI-SU/São Luís

que muitos dos moradores possuem veículos e os guardam em estacionamentos privados.

Com relação à *opinião dos moradores e usuários sobre a atuação do IPHAN* a grande maioria da população moradora e usuária da área inventariada desconhece o IPHAN e/ou desconhece a atuação do IPHAN em São Luís. No total de 836 pessoas entrevistadas 654 desconhecem o IPHAN e/ou sua atuação gerando uma porcentagem de 78,23% dos entrevistados. Assim sendo, como não há este item especificado na classificação

4 Mapeamentos realizados em Arcview, em atualização pela 3ª Superintendência Regional – 2006.

desta questão e ainda pela grande incidência desta resposta, foi considerado para a categorização desta resposta (negativa sobre a atuação do IPHAN) o item "outros".

Dentre os aspectos positivos pode-se destacar que, das entrevistas realizadas, 12,44% dos moradores e usuários apontam a importância da presença e atuação da instituição no sítio urbano, ressaltando seus critérios e normas, mas existem muitas observações relacionadas à ação muito burocrática do IPHAN e ainda que há muito pouca divulgação sobre sua atuação em São Luís.

Os gráficos que tratam da *opinião dos moradores sobre a atuação da Prefeitura* revelaram que, de um universo de 870 questionários respondidos, entre moradores e usuários, 163 vêem que a prefeitura preocupa-se com a preservação do sítio urbano de São Luís; por outro lado outros 315 entrevistados acham que a prefeitura não se preocupa com a preservação do conjunto. Vale destacar que, do total de entrevistas realizadas, 388 respostas foram classificadas como "outras opiniões", entre os aspectos negativos e positivos.

No processo de classificação desta questão foi possível identificar que as respostas ("outras opiniões") não eram aplicáveis às alternativas do INBI-SU, mas foi possível perceber a grande incidência de alguns temas. Grande parte das pessoas afirma que a atuação do Estado do Maranhão na preservação do sítio de São Luís é maior do que a da prefeitura, entretanto, observam que as ações de preservação são realizadas de maneira pontual, sem planejamento para a gestão do patrimônio cultural da cidade. Muitos moradores e usuários reclamam uma ação conjunta entre Prefeitura, Estado e Governo Federal para viabilizar uma ação mais expressiva no sítio urbano tombado pelo IPHAN e pela UNESCO. Outro aspecto muito apontado refere-se à ação da prefeitura com relação à limpeza urbana. Parte dos entrevistados vê alguma atuação da prefeitura neste aspecto, mas ainda ineficiente, muito esparsa.

Item 28 - Demanda de obras – percentual dos tipos de obras solicitadas.

Considerando as opiniões dos moradores e usuários que identificam o sítio urbano de São Luís como mal conservado, esperava-se que a demanda de obras fosse expressiva. Entretanto, foi verificado, entre os moradores, que em um universo de 302 entrevistas, 183 pessoas desejam fazer obras e 116 não desejam fazer obras em seu domicílio. Como a relação

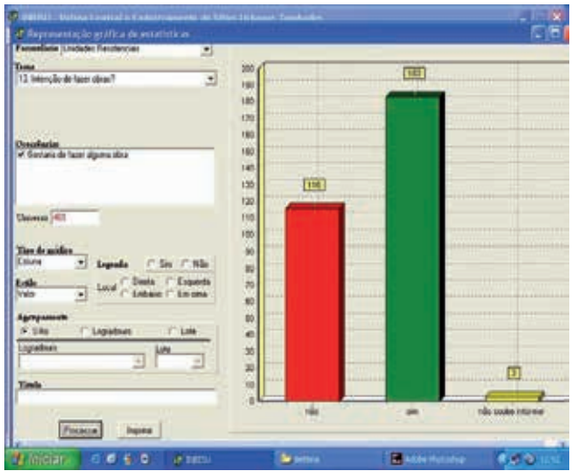


Gráfico de Demanda de obras.
Banco de Dados do INBI-SU/São Luís

com o IPHAN é muitas vezes distanciada, o morador prefere não declarar o seu desejo em realizar obras, ainda que para a conservação do seu imóvel.

Quanto ao gráfico sobre *demanda de obras,* o universo de entrevistas realizadas é de 883 entrevistas, entre moradores e usuários. Deste total, 440 entrevistados não desejam fazer obras e 3 pessoas não souberam informar. Sendo assim, 440 pessoas desejam fazer obras.

Embora a *demanda de obra***s** esteja diretamente relacionada à quantificação do gráfico sobre *tipos de obras solicitadas* pelos entrevistados, é importante ressaltar que este gráfico apresenta um total de 472. Isso ocorre porque o INBI-SU, na classificação das obras solicitadas, permite a escolha de mais de uma opção de obra para ser realizada.

Dentre as obras solicitadas pelos moradores é constatado que em um universo de 169 questionários realizados em domicílios, 65 pessoas desejam realizar reformas gerais em seus imóveis, 35 pessoas indicaram obras relativas à conservação e 30 pessoas solicitaram obras classificadas como reformas parciais.

Já entre os usuários do sítio, o mesmo número de pessoas, 105, indica obras relativas à conservação e reformas parciais, enquanto 70 pessoas indicaram reformas gerais a serem realizadas.

Muitos moradores e usuários disseram que sempre são realizadas pinturas de fachada e, dentre as reformas parciais, a mais solicitada foi a de telhado. Embora não haja uma análise da visão do morador em face do levantamento de arquitetura, seria interessante contrastar os olhares dos moradores e usuários com o olhar técnico sobre a edificação em estudo.

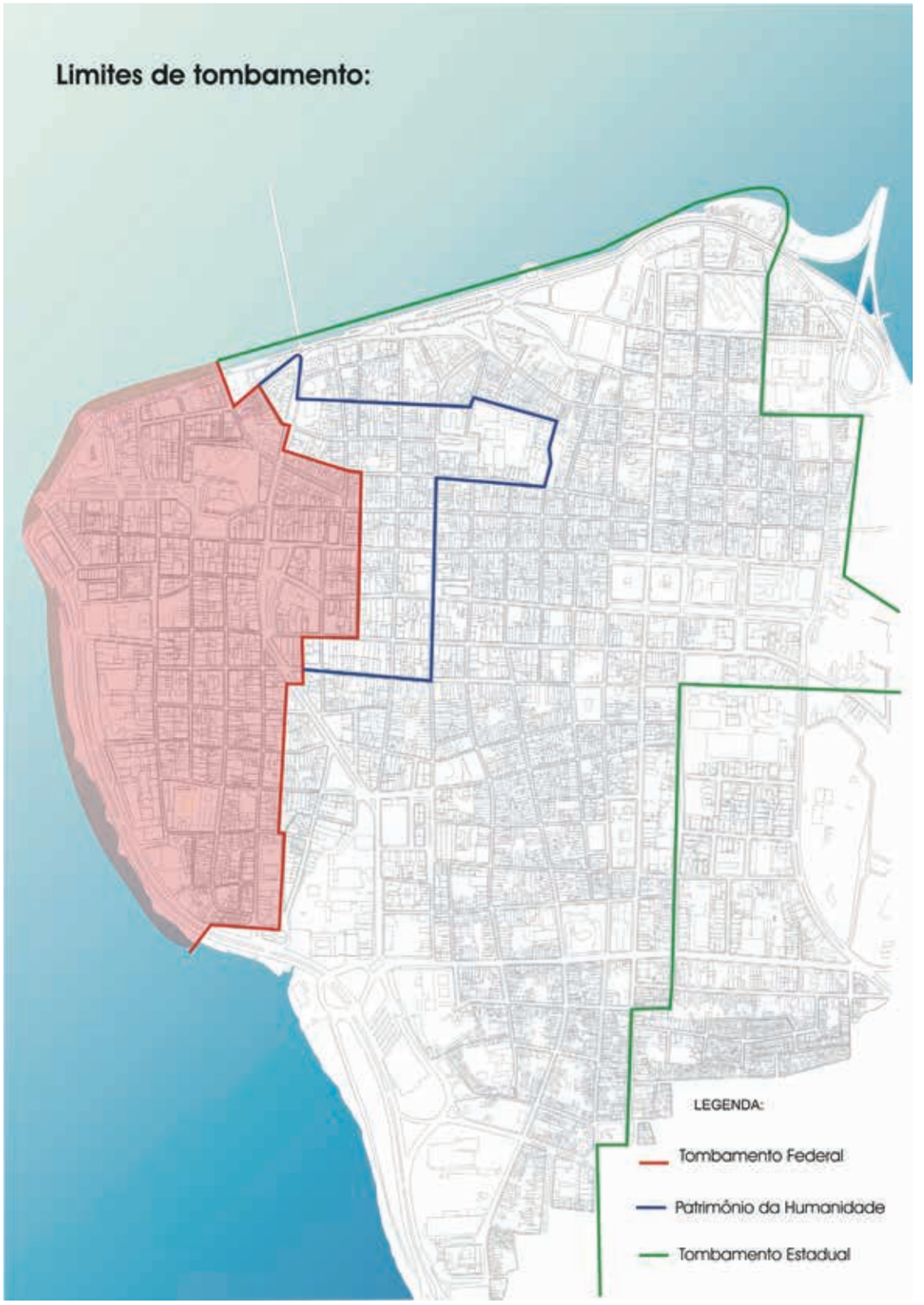
No INBI-SU há uma questão diretamente relacionada à necessidade de realização de obras indicada pelos moradores e usuários. Trata-se da justificativa dos moradores/usuários para a **não realização das obras nas edificações**. Neste gráfico percebe-se a resposta "falta de recursos", como principal justificativa apontada pelos entrevistados que, inclusive, reclamam um apoio institucional para a realização das obras de conservação dos imóveis.

Considerações finais da pesquisa socioeconômica

O conhecimento produzido pelo Inventário de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados apresenta ao IPHAN uma gama imensa de informações que tem como um dos objetivos oferecer subsídios às ações de preservação no sítio urbano de São Luís – MA. Buscou-se, por meio da análise da pesquisa socioeconômica, demonstrar o olhar das pessoas que habitam e vivenciam este patrimônio cultural brasileiro e mundial.

Este trabalho nunca estará completo e não possui este objetivo, muito ainda há para ser feito, espera-se que ações de inventário tornem-se uma prática dinâmica, apesar da complexidade e fragilidade do objeto que trata. O conhecimento produzido pelo inventário é muito amplo e de interesse de diversas áreas do conhecimento que atuam nas cidades patrimônio e, por isso, deve ser acessível a todos porque trata do que somos e porque somos, mostra parte de nossa diversidade cultural.

Embora haja limitações neste instrumento, que é aberto, por essência, foi possível perceber diversos problemas e potencialidades do sítio urbano de São Luís, demonstrando, acima de tudo, a necessidade de uma ação conjunta entre as esferas municipal, estadual e federal, mas, sobretudo, a necessidade de se desenvolver uma ação de preservação que considere, em primeiro lugar, a opinião da sociedade de São Luís porque, nas palavras de Aloísio Magalhães, "a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio".


Limites de tombamento:
LEGENDA:
Tombamento Federal
Patrimônio da Humanidade
Tombamento Estadual

Dados dos imóveis

OS DADOS apresentados a seguir são uma pequena amostra das informações reunidas no sistema INBI/SU, provenientes dos levantamentos de campo – planialtimétricos, físico-arquitetônicos e entrevistas – realizados em 2002, na cidade de São Luís.

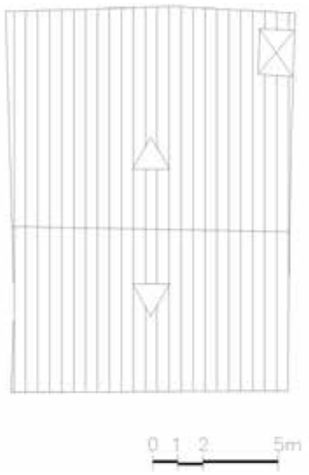
O método INBI/SU sistematiza as informações em cinco diferentes formulários (Características dos lotes; Características arquitetônicas; Estado de conservação; Questionário/unidade residencial; Questionário/unidade não residencial), que alimentam um banco de dados, permitindo o cruzamento de informações e a elaboração de gráficos e relatórios para o estudo dos sítios urbanos, com a análise dos seus elementos formais associada a dados e opiniões dos moradores e usuários sobre a cidade onde vivem.

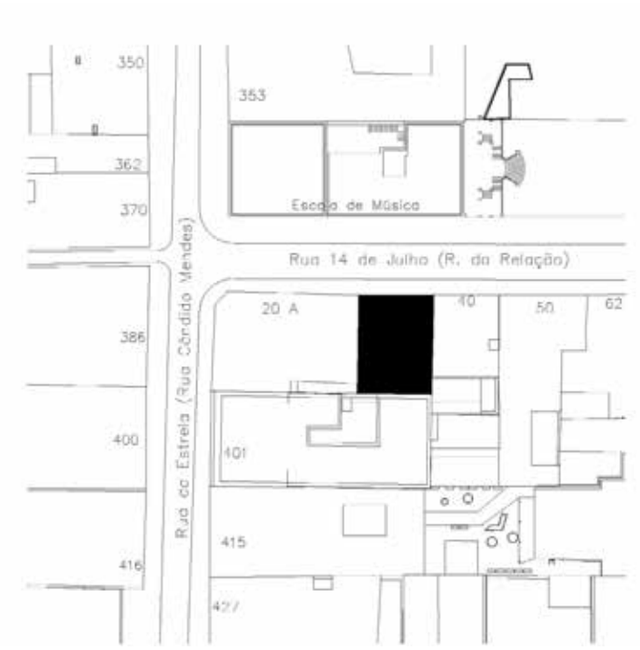
Aqui estão reunidas fotos, plantas de localização e coberturas dos imóveis inventariados, e foram destacadas algumas ruas mais representativas do conjunto, que trazem alguns dados textuais sobre as edificações. O sistema de informações INBI-SU ainda se encontra em fase de consolidação para disponibilização em ambiente Web.

RUA 14 DE JULHO Nº 20



Endereço: Rua 14 de Julho, 20

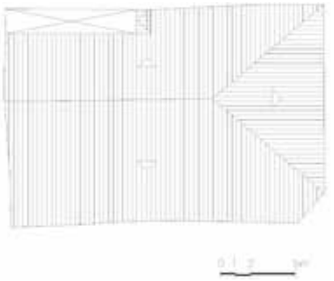


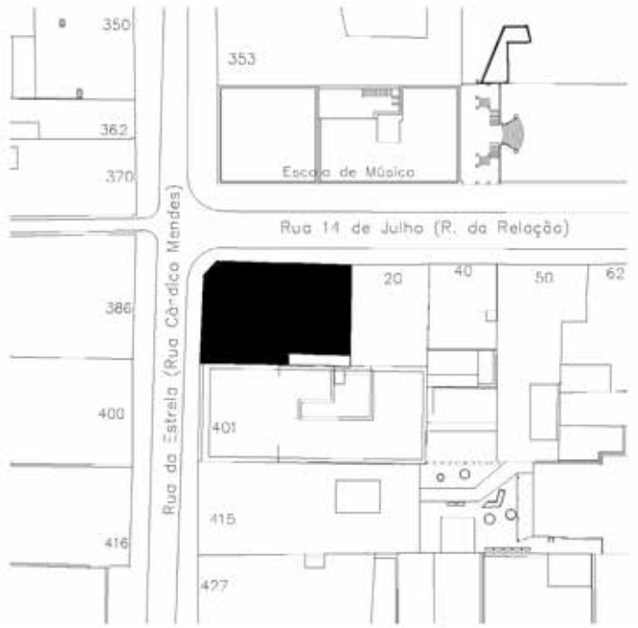


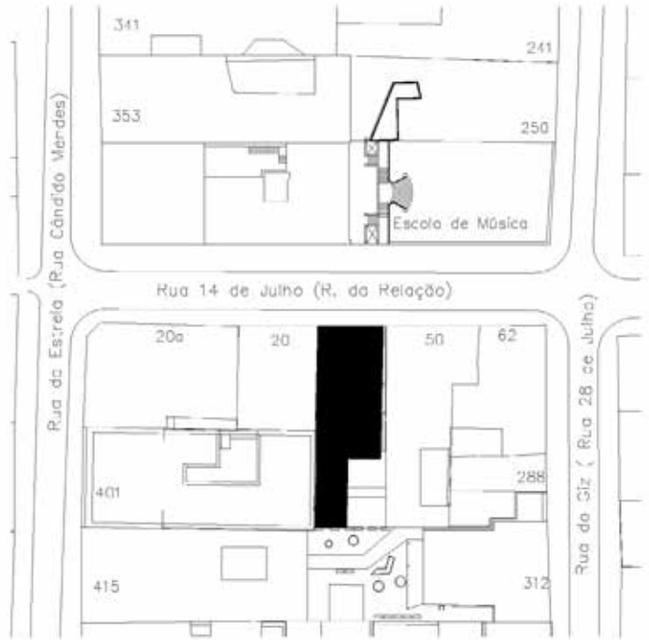
RUA 14 DE JULHO Nº 20 A

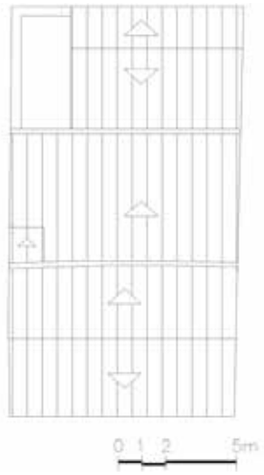


Endereço: Rua 14 de Julho, 20A





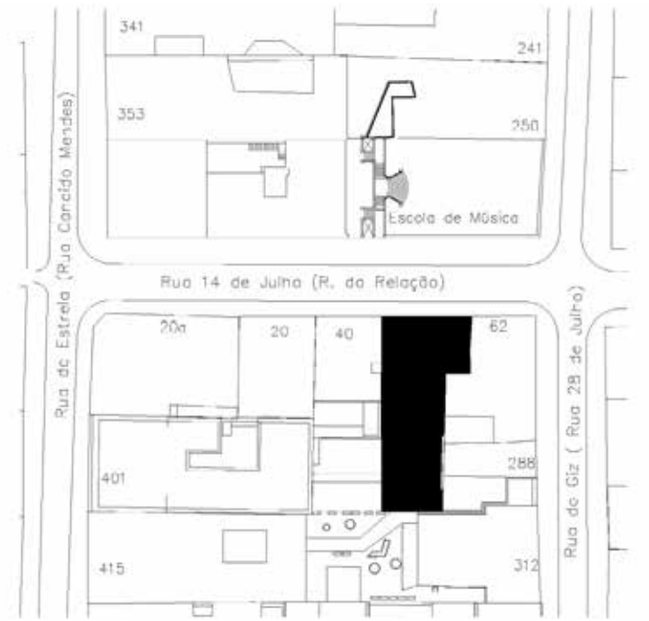


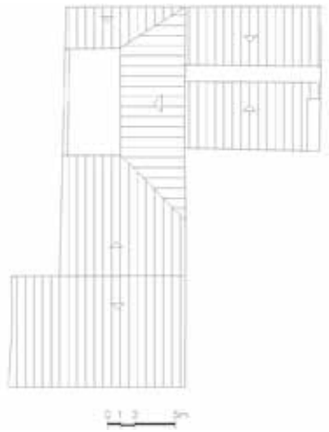


RUA 14 DE JULHO Nº 40



Endereço: Rua 14 de Julho, 40





RUA 14 DE JULHO Nº 50

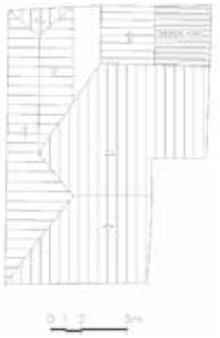


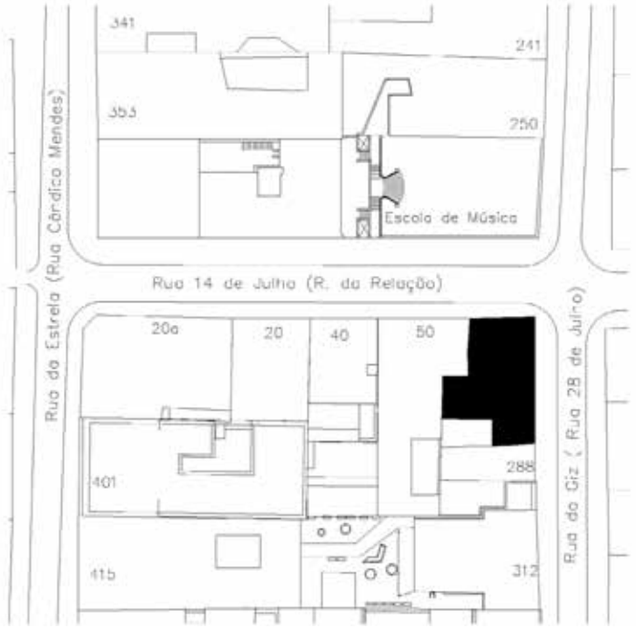
Endereço: Rua 14 de Julho, 50

RUA 14 DE JULHO Nº 62



Endereço: Rua 14 de Julho, 62





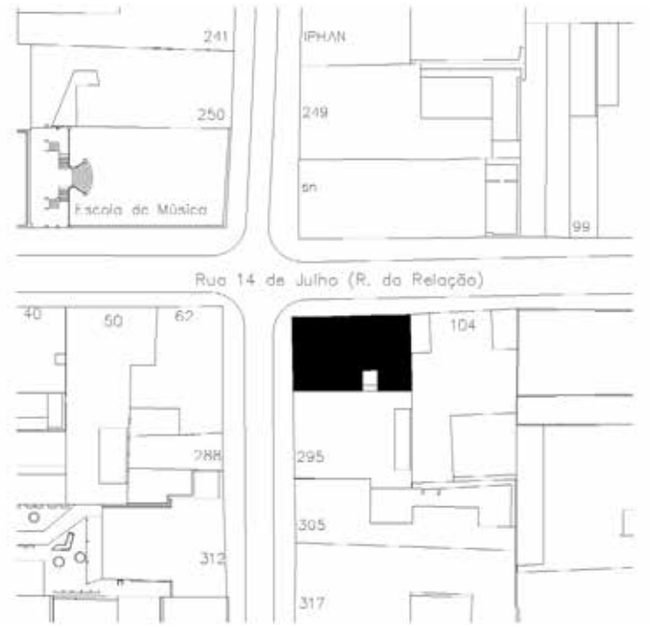
RUA 14 DE JULHO Nº 80

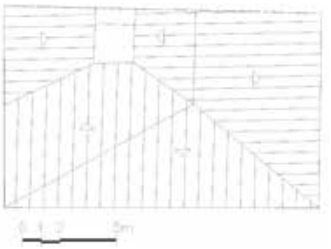


Endereço: Rua 14 de Julho, 80



RUA 14 DE JULHO Nº 88

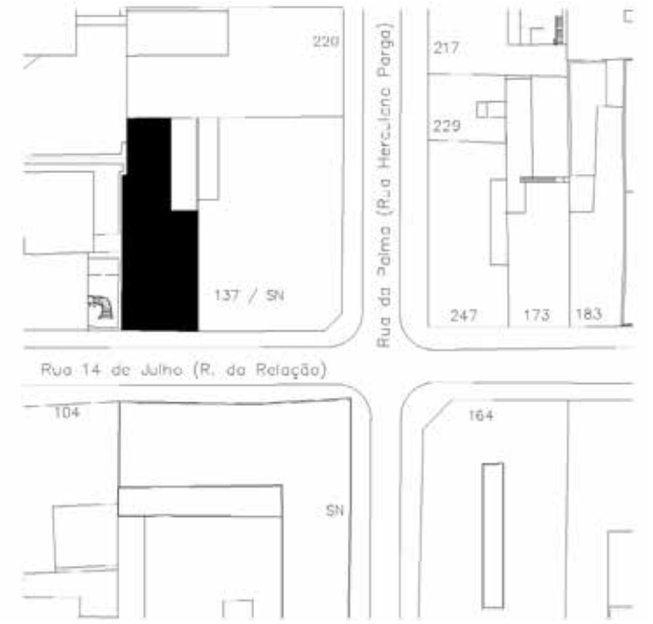


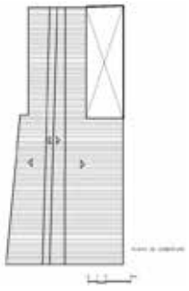




Endereço: Rua 14 de Julho, 88

RUA 14 DE JULHO Nº 99





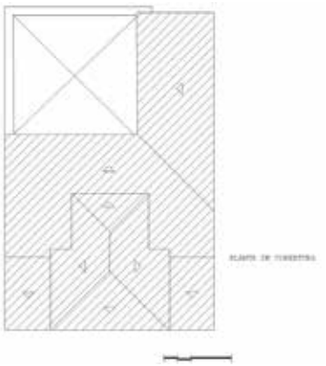


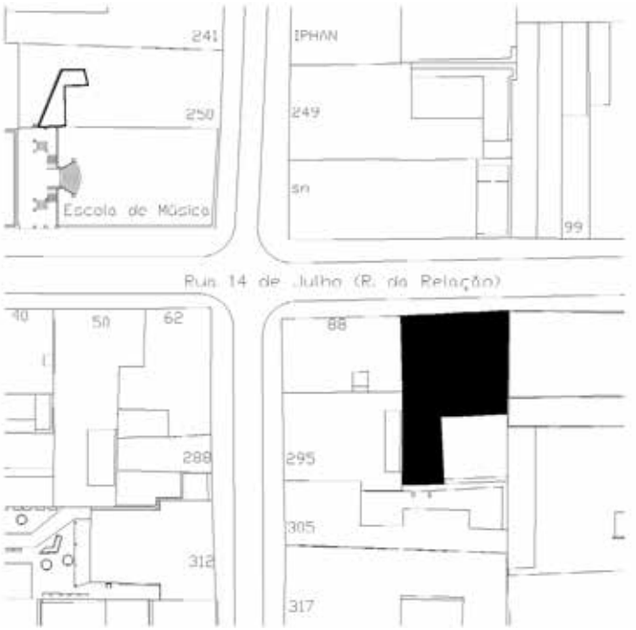
Endereço: Rua 14 de Julho, 99

RUA 14 DE JULHO Nº 104



Endereço: Rua 14 de Julho, 104



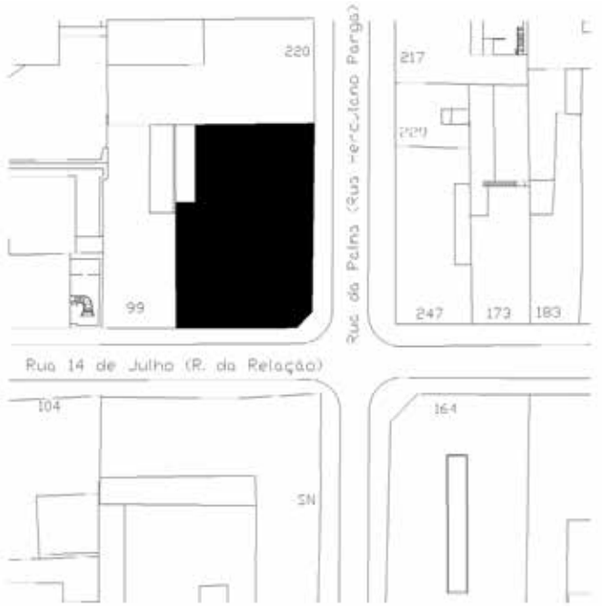


RUA 14 DE JULHO Nº 137

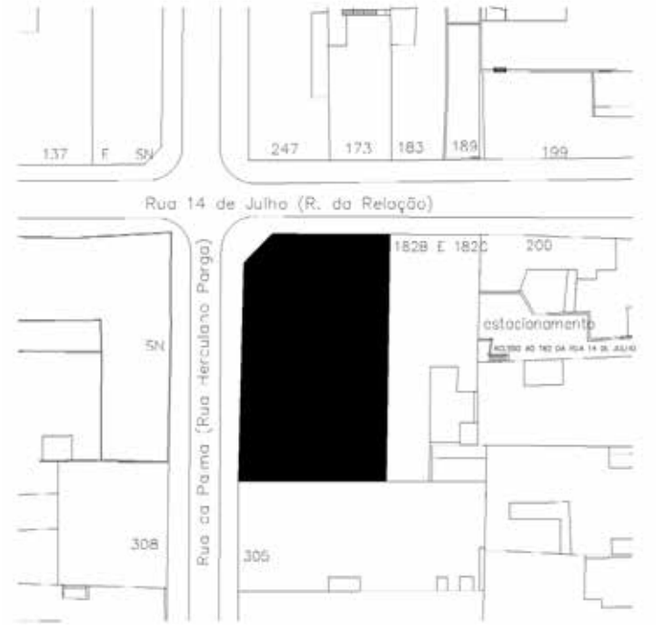


Endereço: Rua 14 de Julho, 137 ou s/n





RUA 14 DE JULHO Nº 164

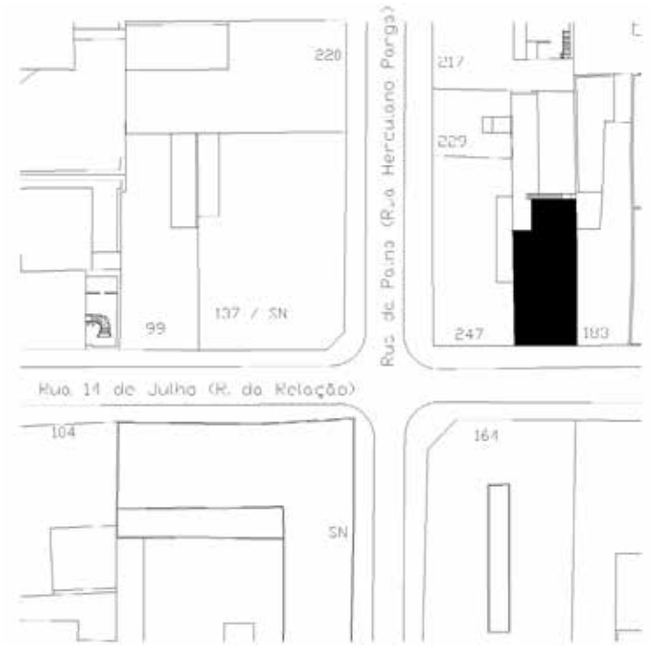






Endereço: Rua 14 de Julho, 164

RUA 14 DE JULHO Nº 173





Endereço: Rua 14 de Julho, 173

RUA 14 DE JULHO Nº 182





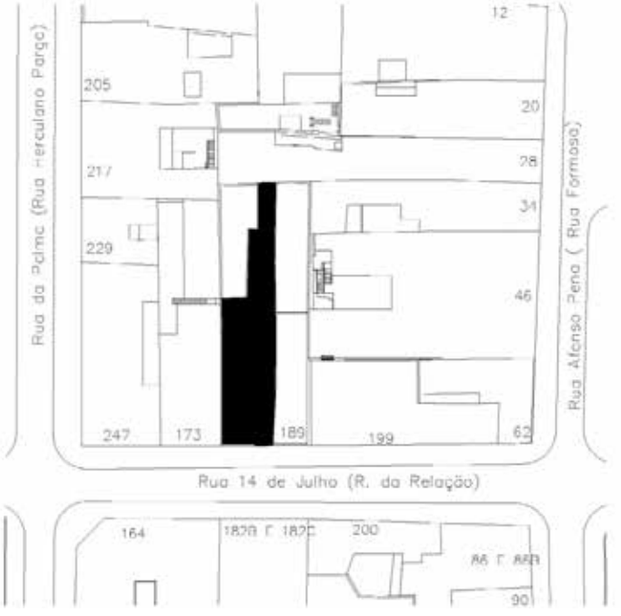


Endereço: Rua 14 de Julho, 182

RUA 14 DE JULHO Nº 183

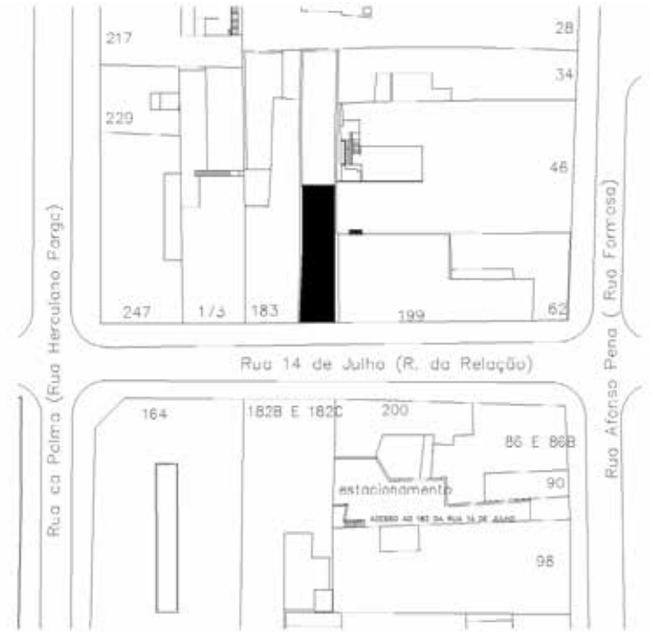






Endereço: Rua 14 de Julho, 183

RUA 14 DE JULHO Nº 189

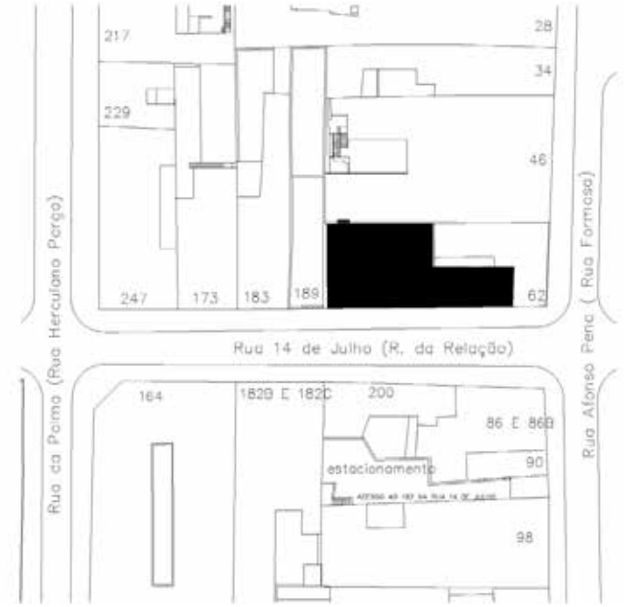






Endereço: Rua 14 de Julho, 189

RUA 14 DE JULHO Nº 199





Endereço: Rua 14 de Julho, 199

RUA 14 DE JULHO Nº 200, 200A e 200B



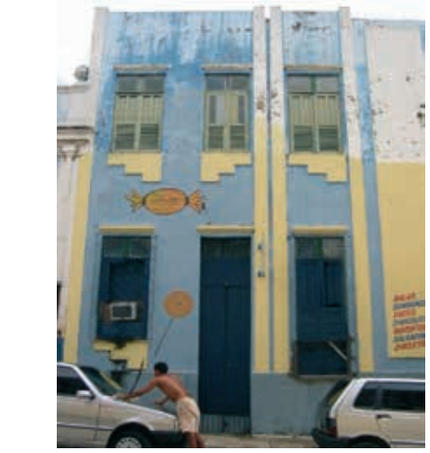




Endereço: Rua 14 de Julho, 200/ 200A

RUA 14 DE JULHO SN





Endereço: Rua 14 de Julho, s/n (ao lado do nº 53/ 57/ 61 da Rua Afonso Pena)

RUA DOS AFOGADOS Nº 28



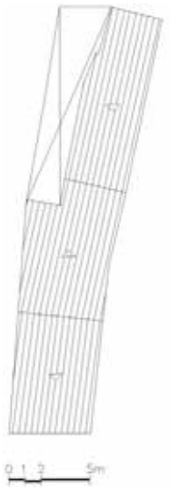


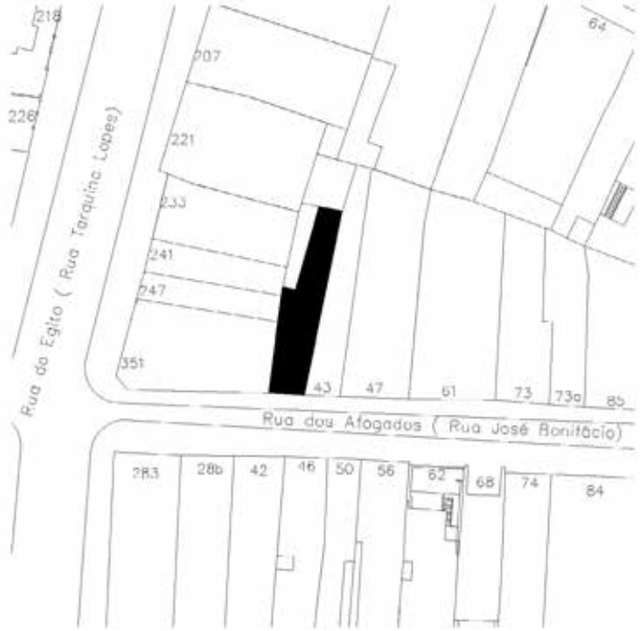
Endereço: Rua dos Afogados, 28

RUA DOS AFOGADOS Nº 39



Endereço: Rua dos Afogados, 39

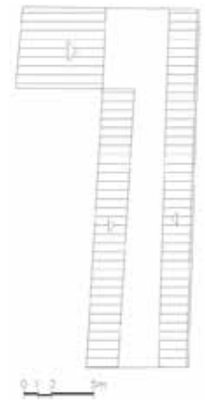




RUA DOS AFOGADOS Nº 42

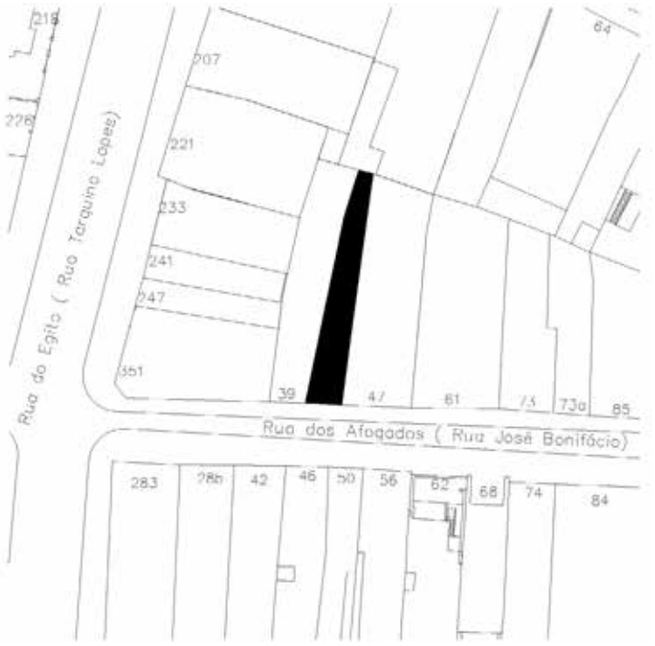


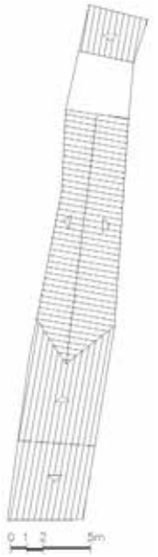
Endereço: Rua dos Afogados, 42





RUA DOS AFOGADOS Nº 43



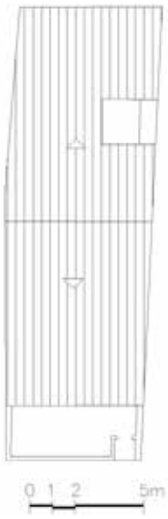




Endereço: Rua dos Afogados, 43

RUA DOS AFOGADOS Nº 46







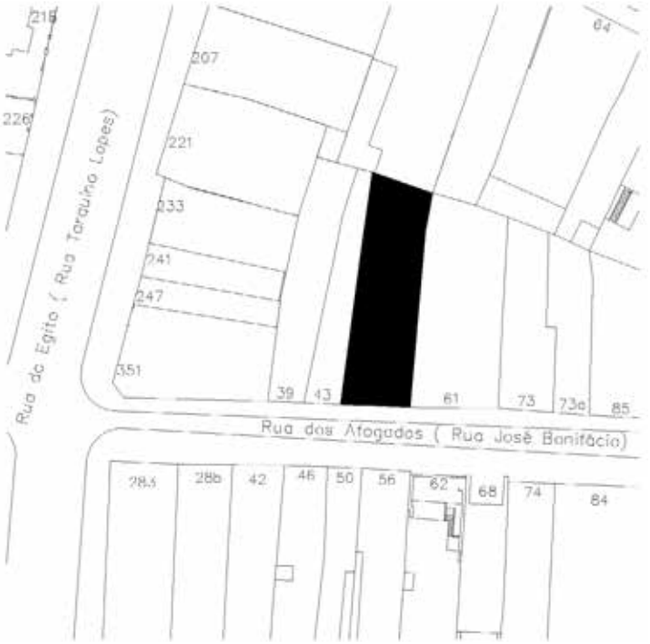
Endereço: Rua dos Afogados, 46

RUA DOS AFOGADOS Nº 47



Endereço: Rua dos Afogados, 47

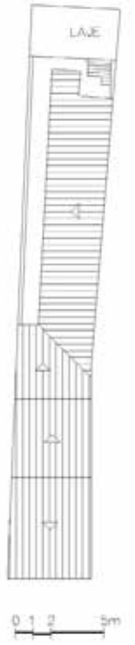




RUA DOS AFOGADOS Nº 50



Endereço: Rua dos Afogados, 50





RUA DOS AFOGADOS Nº 56



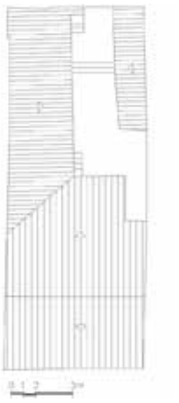




Endereço: Rua dos Afogados, 56

RUA DOS AFOGADOS Nº 61







Endereço: Rua dos Afogados, 61

RUA DOS AFOGADOS Nº 62



Endereço: Rua dos Afogados, 62





RUA DOS AFOGADOS Nº 68



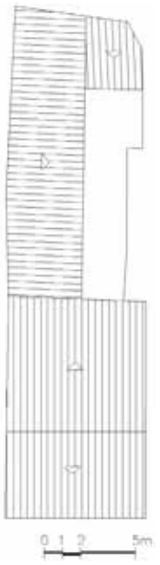
Endereço: Rua dos Afogados, 68





RUA DOS AFOGADOS Nº 73



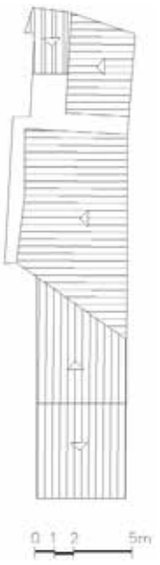




Endereço: Rua dos Afogados, 73

RUA DOS AFOGADOS Nº 73 A





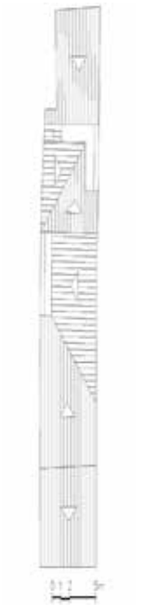


Endereço: Rua dos Afogados, 73A

RUA DOS AFOGADOS Nº 074



Endereço: Rua dos Afogados, 74





RUA DOS AFOGADOS Nº 84



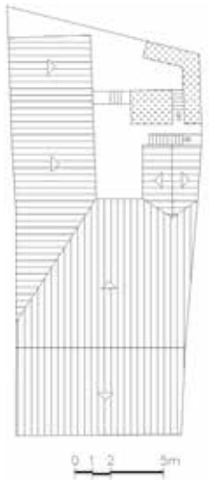
Endereço: Rua dos Afogados, 84





RUA DOS AFOGADOS Nº 85

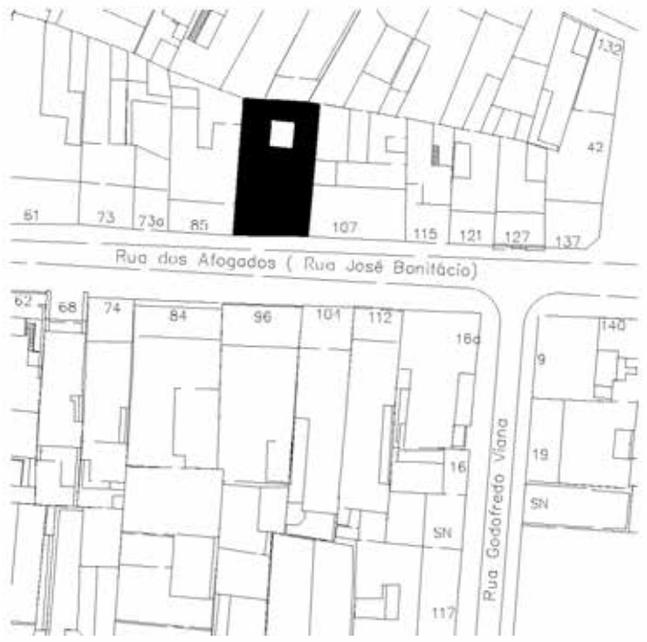






Endereço: Rua dos Afogados, 85

RUA DOS AFOGADOS Nº 95





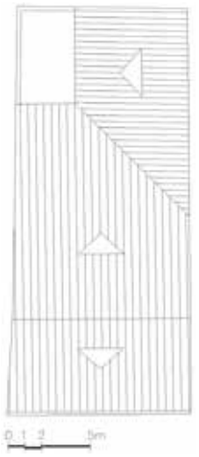


Endereço: Rua dos Afogados, 95

RUA DOS AFOGADOS Nº 96



Endereço: Rua dos Afogados, 96

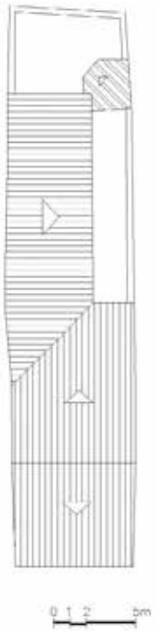




RUA DOS AFOGADOS Nº 104



Endereço: Rua dos Afogados, 104





RUA DOS AFOGADOS Nº 107



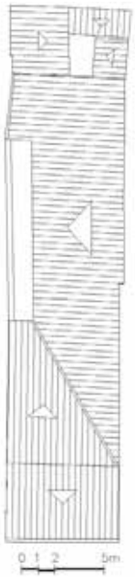




Endereço: Rua dos Afogados, 107

RUA DOS AFOGADOS Nº 112







Endereço: Rua dos Afogados, 112

RUA DOS AFOGADOS Nº 115



Endereço: Rua dos Afogados, 115

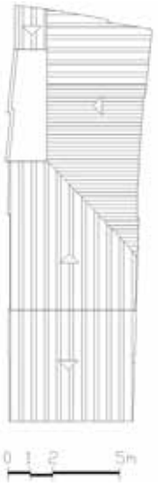




RUA DOS AFOGADOS Nº 121



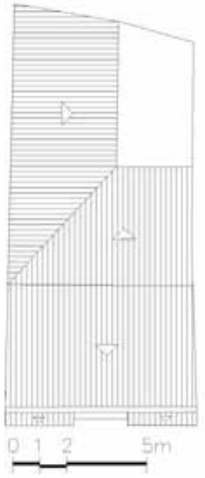
Endereço: Rua dos Afogados, 121





RUA DOS AFOGADOS Nº 127







Endereço: Rua dos Afogados, 127

RUA DOS AFOGADOS Nº 137





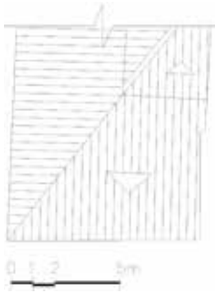


Endereço: Rua dos Afogados, 137

RUA DOS AFOGADOS Nº 150



Endereço: Rua dos Afogados, 150

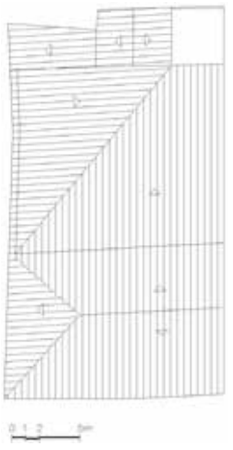


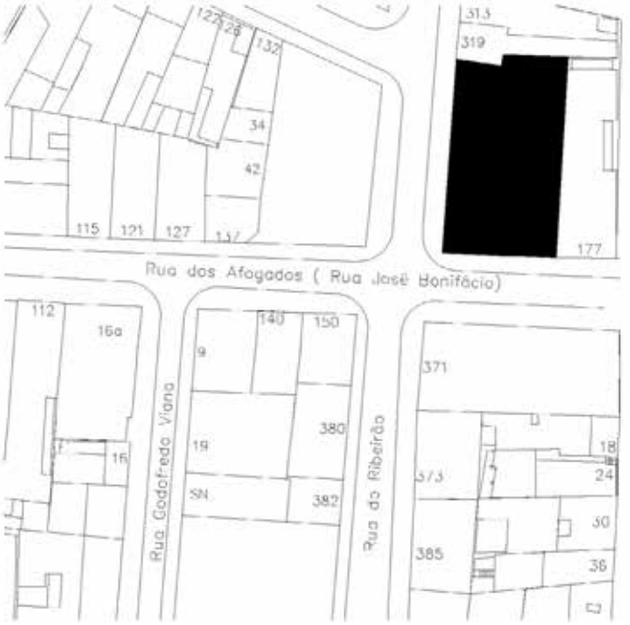


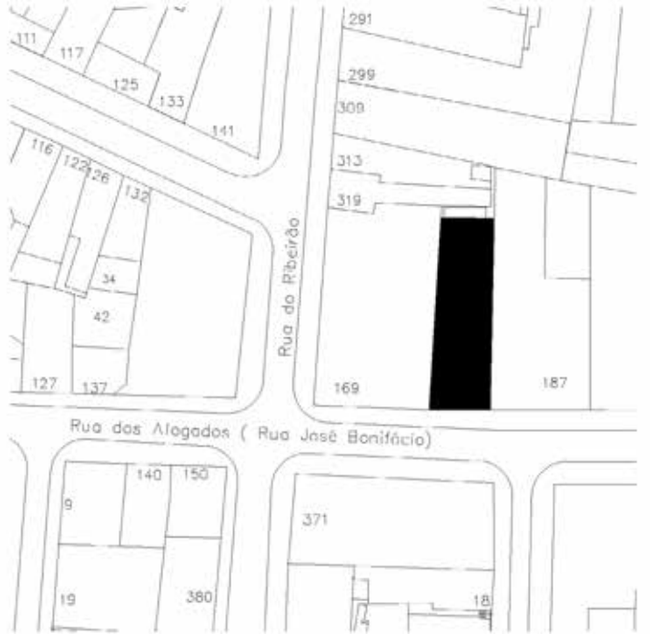
RUA DOS AFOGADOS Nº 169



Endereço: Rua dos Afogados, 169









RUA DOS AFOGADOS Nº 177



Endereço: Rua dos Afogados, 177





RUA DOS AFOGADOS Nº 187



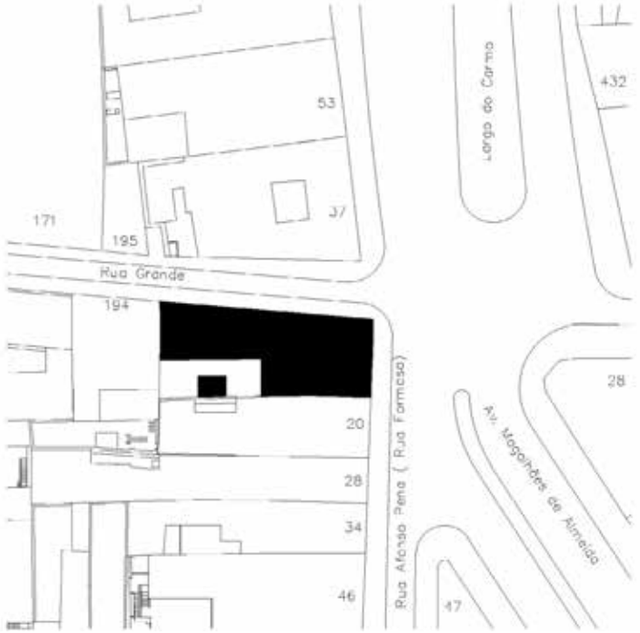
Endereço: Rua dos Afogados, 187

RUA AFONSO PENA Nº 12



Endereço: Rua Afonso Pena, 12
Uso atual: comercial e serviço
Uso anterior: residencial e comercial
Gabarito: 2
Outros gabaritos: 2 subsolos
Área do lote: 374,52 m²
Área de Projeção: 309,32 m²
Estado de conservação: com problemas



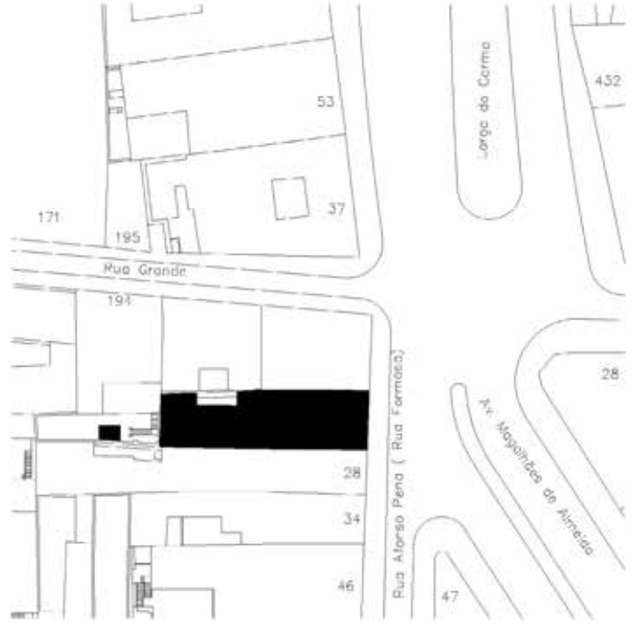


RUA AFONSO PENA Nº 20



Endereço: Rua Afonso Pena, 20
Uso atual: vago
Uso anterior: consultório (dentista)
Gabarito: 3
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 196,15 m²
Área de projeção: 185,06 m²
Estado de conservação: com problemas





RUA AFONSO PENA Nº 28

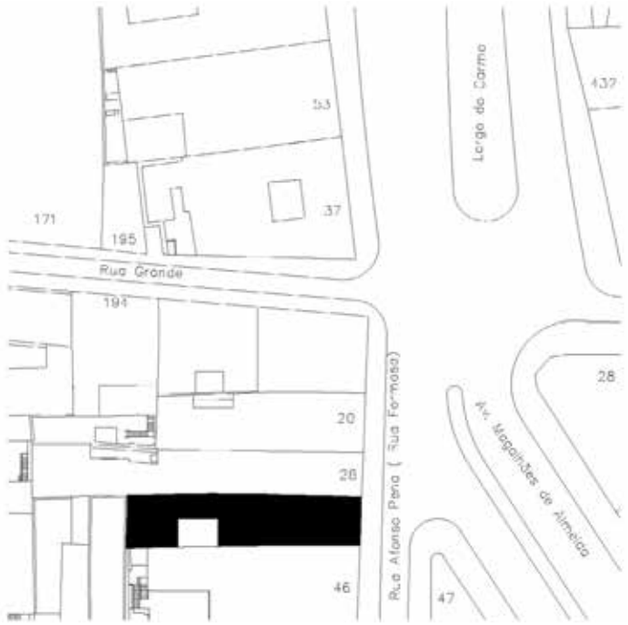


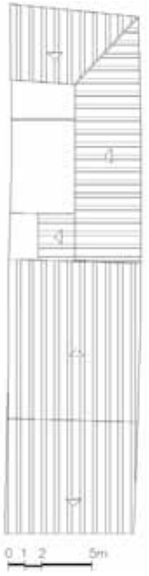




Endereço: Rua Afonso Pena, 28
Uso atual: comercial, serviço e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 330,43 m²
Área de projeção: 314,13 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA AFONSO PENA Nº 34





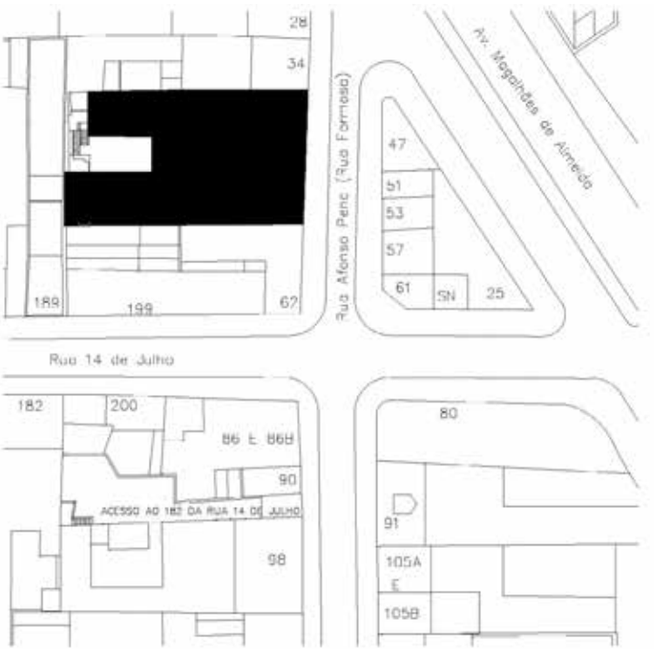


Endereço: Rua Afonso Pena, 34
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 240,98 m²
Área de Projeção: 204,68 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA AFONSO PENA Nº 46





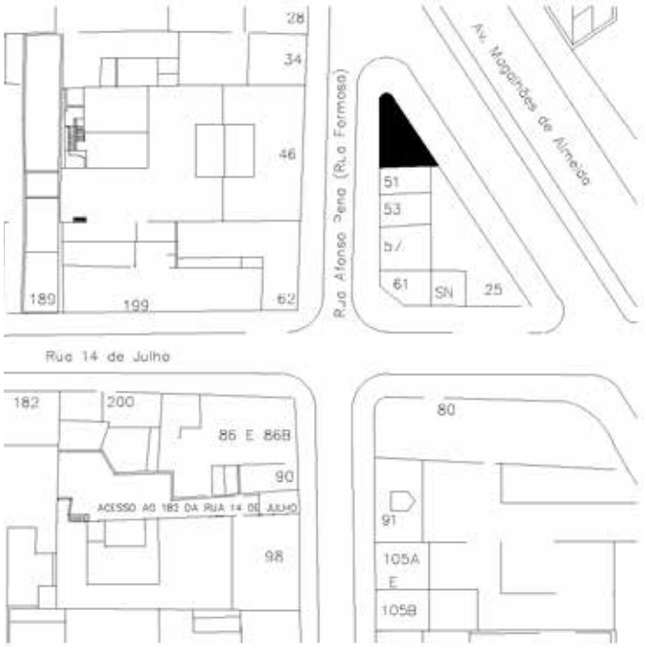


Endereço: Rua Afonso Pena, 46
Uso atual: em obras
Uso anterior: Imparcial (jornal)
Gabarito: 3
Outros gabaritos: pavimento intermediário e mirante
Área do lote: 592,64 m²
Área de Projeção: 520,12 m²
Estado de conservação: com problemas

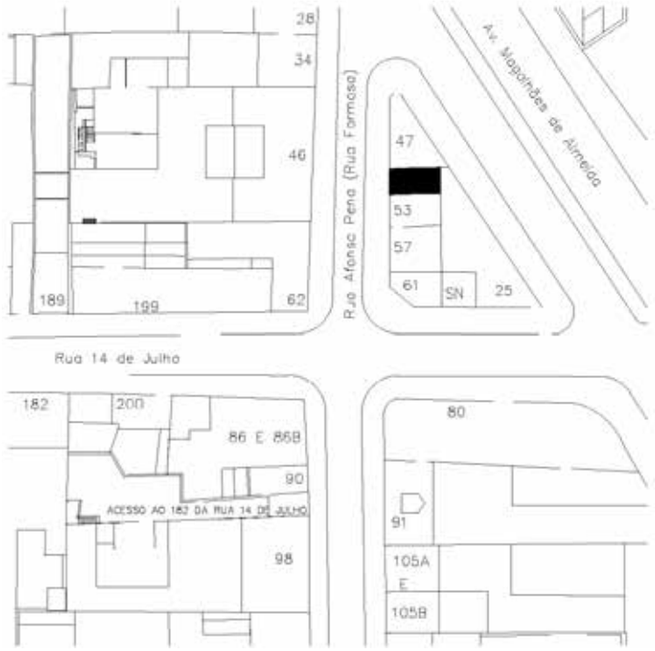
RUA AFONSO PENA Nº 47







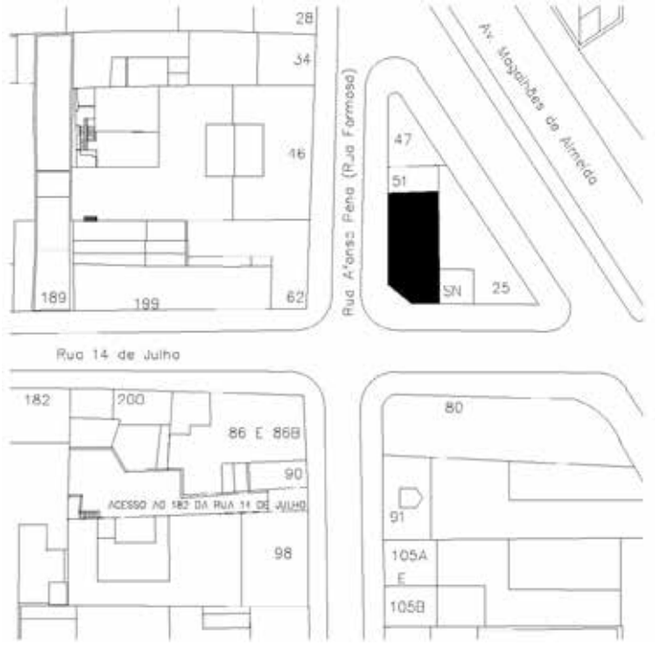
Endereço: Rua Afonso Pena, 47
Uso atual: comercial
Uso anterior: loja e lanchonete
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de projeção: –
Estado de conservação: satisfatório



RUA AFONSO PENA Nº 51



Endereço: Rua Afonso Pena, 51
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de projeção: –
Estado de conservação: satisfatório



RUA AFONSO PENA Nº 53

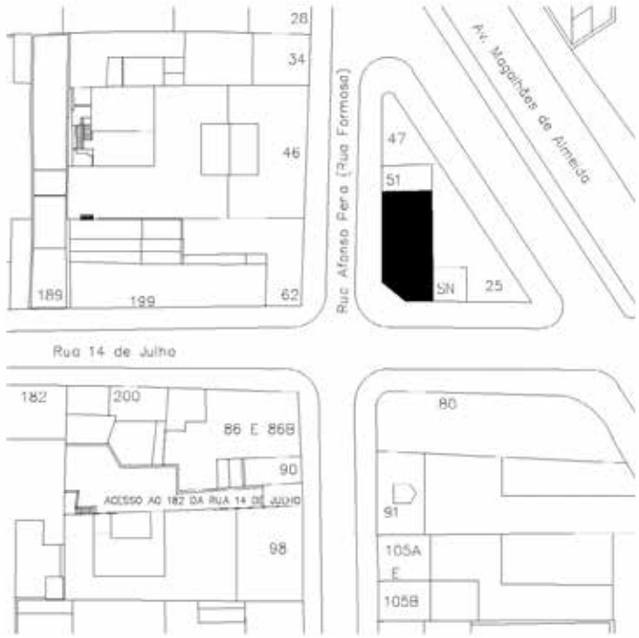


Endereço: Rua Afonso Pena, 53
Uso atual: comercial, serviço e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: satisfatório

RUA AFONSO PENA Nº 57



Endereço: Rua Afonso Pena, 57
Uso atual: comercial, serviço e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: satisfatório



RUA AFONSO PENA Nº 61



Endereço: Rua Afonso Pena, 61
Uso atual: comercial, serviço e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: satisfatório

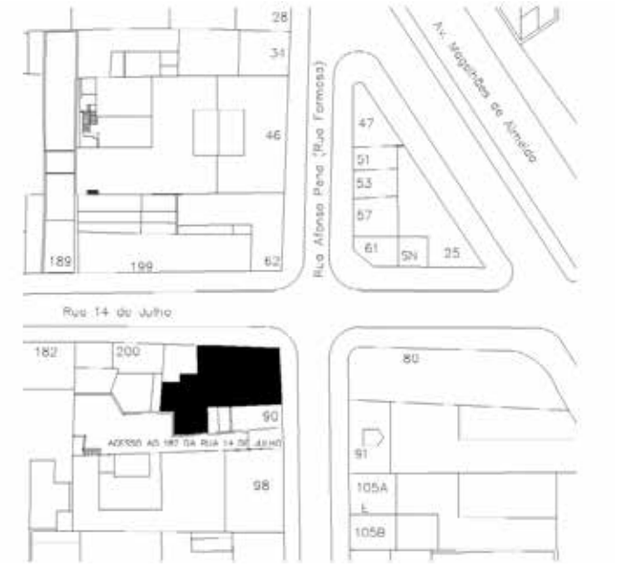
RUA AFONSO PENA Nº 62





Endereço: Rua Afonso Pena, 62
Uso atual: comercial e serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 137,91 m²
Área de projeção: 135,82 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA AFONSO PENA Nº 86







Endereço: Rua Afonso Pena, 86
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 233,28 m²
Área de projeção: 233,28 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA AFONSO PENA Nº 91



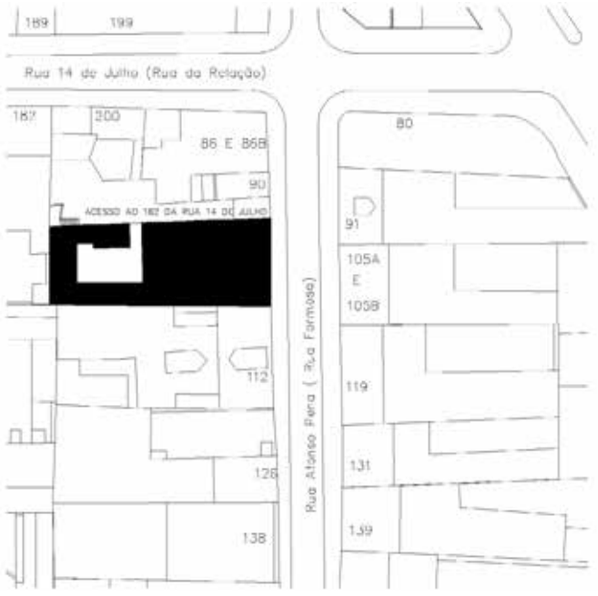
Endereço: Rua Afonso Pena, 91
Uso atual: comercial e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 456,65 m²
Área de projeção: –
Estado de conservação: com problemas

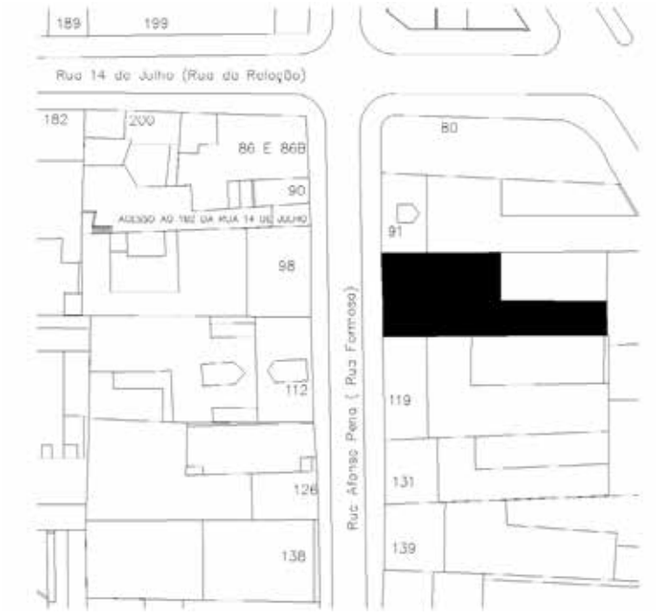


RUA AFONSO PENA Nº 98



Endereço: Rua Afonso Pena, 98
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 415,37 m²
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –





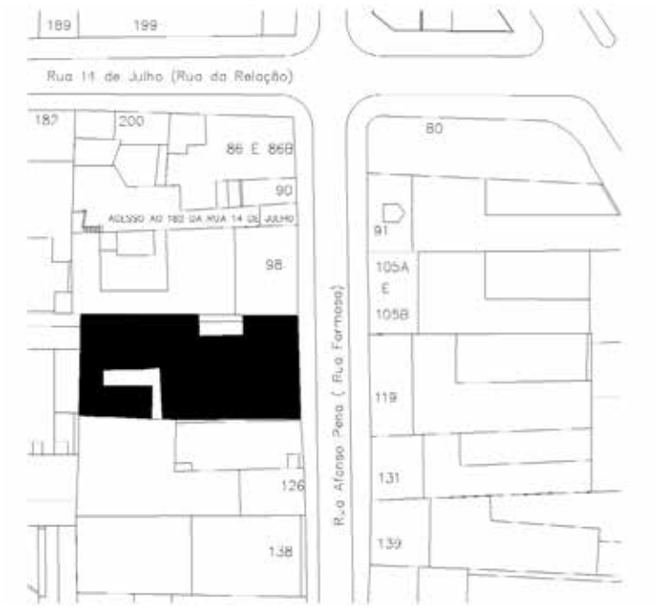


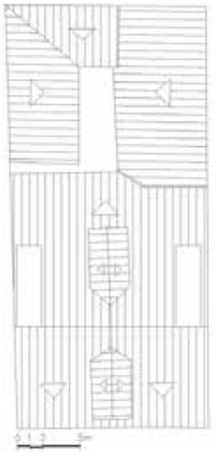
RUA AFONSO PENA Nº 105 A e 105 B



Endereço: Rua Afonso Pena, 105 A / 105 B
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 387,75 m²
Área de Projeção: 275,24 m²
Estado de conservação: satisfatório / bom

RUA AFONSO PENA Nº 112





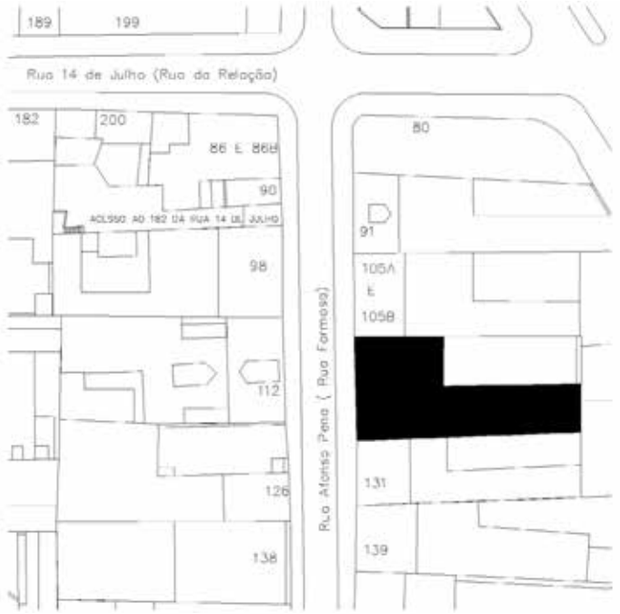


Endereço: Rua Afonso Pena, 112
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: mirante
Área do lote: 483,73 m²
Área de projeção: –
Estado de conservação: –

RUA AFONSO PENA Nº 119







Endereço: Rua Afonso Pena, 119
Uso atual: residencial e comercial
Uso anterior: colégio, hotel e convento
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 474,21 m²
Área de projeção: 332,28 m²
Estado de conservação: bom

RUA AFONSO PENA Nº 126









Endereço: Rua Afonso Pena, 126
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 495,31 m²
Área de Projeção: 362,92 m²
Estado de conservação: com problemas



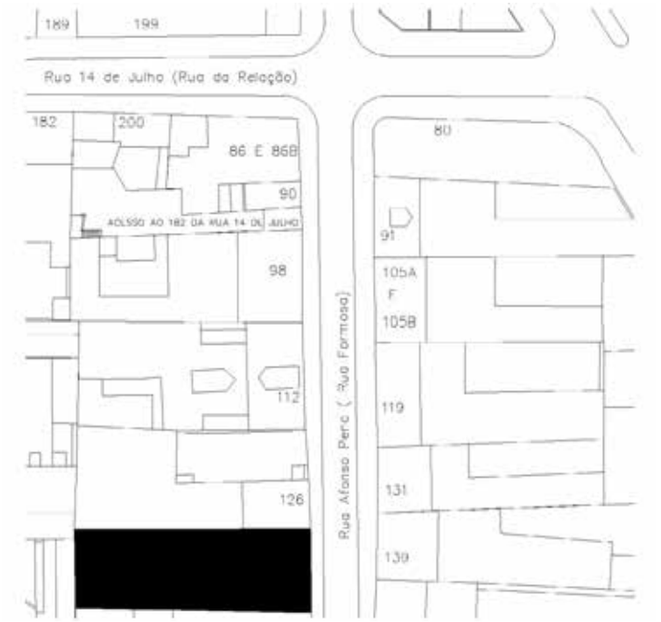


RUA AFONSO PENA Nº 131



Endereço: Rua Afonso Pena, 131
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 307,06 m²
Área de projeção: 203,54 m²
Estado de conservação: –

RUA AFONSO PENA Nº 138



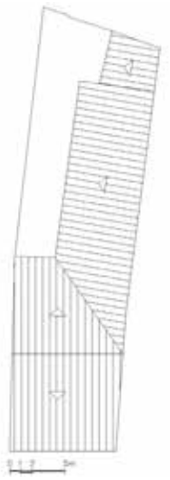




Endereço: Rua Afonso Pena, 138
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 386,24 m²
Área de projeção: 386,24 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA AFONSO PENA Nº 139







Endereço: Rua Afonso Pena, 139
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 341,73 m²
Área de Projeção: 276,91 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA AFONSO PENA Nº 150





Endereço: Rua Afonso Pena, 150
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 200,11 m²
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –

RUA AFONSO PENA Nº 151







Endereço: Rua Afonso Pena, 151
Uso atual: comercial, serviço e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 529,40 m²
Área de projeção: 187,55 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA AFONSO PENA Nº 171 A



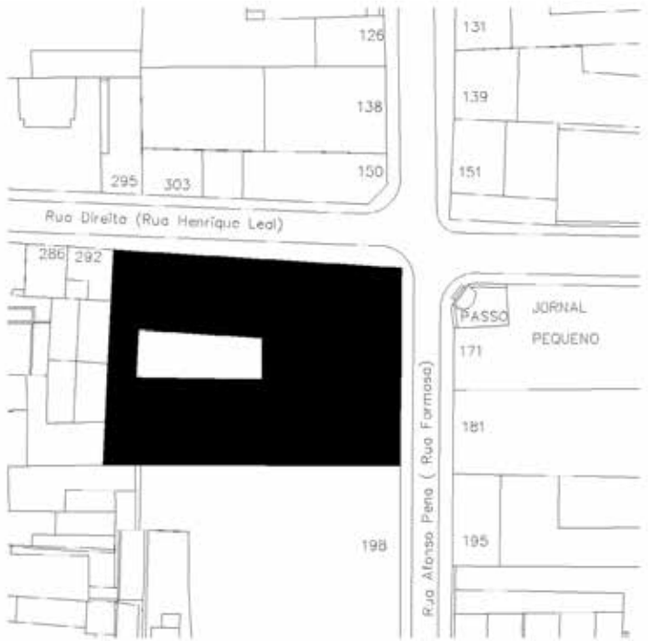


Endereço: Rua Afonso Pena, 171 A
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: –
Área do lote: 475,13 m²
Área de projeção: 470,94 m²
Estado de conservação: –

RUA AFONSO PENA Nº 174



Endereço: Rua Afonso Pena, 174
Uso atual: serviço e vago
Uso anterior: Escola Técnica de Comércio do Maranhão
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 1.033,05 m²
Área de Projeção: 904,65 m²
Estado de conservação: com problemas



RUA AFONSO PENA Nº 181



Endereço: Rua Afonso Pena, 181
Uso atual: residencial, comercial e serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 466,06 m²
Área de projeção: 397,08 m²
Estado de conservação: –

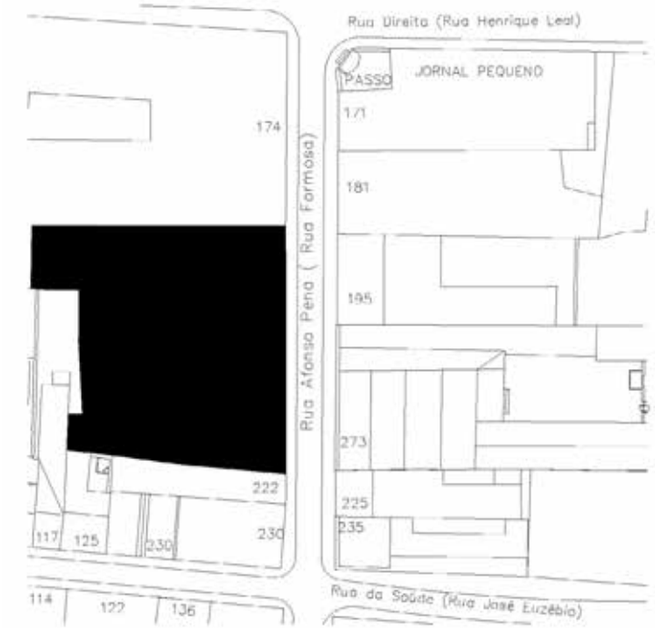




RUA AFONSO PENA Nº 195



Endereço: Rua Afonso Pena, 195
Uso atual: comercial e serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 430,68 m²
Área de Projeção: 278,93 m²
Estado de conservação: –



RUA AFONSO PENA Nº 198



Endereço: Rua Afonso Pena, 198
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 1.014,27 m²
Área de Projeção: 1.009,85 m²
Estado de conservação: bom

RUA AFONSO PENA Nº 222



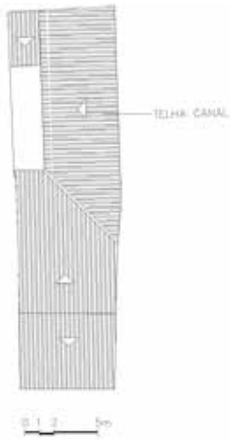




Endereço: Rua Afonso Pena, 222
Uso atual: comercial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 171,33 m²
Área de Projeção: 171,33 m²
Estado de conservação: –

RUA AFONSO PENA Nº 225







Endereço: Rua Afonso Pena, 225
Uso atual: residencial e serviço
Uso anterior: residencial e comercial
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 185,59 m²
Área de Projeção: 166,59 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA AFONSO PENA Nº 230



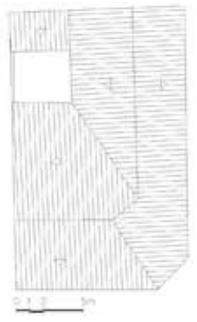


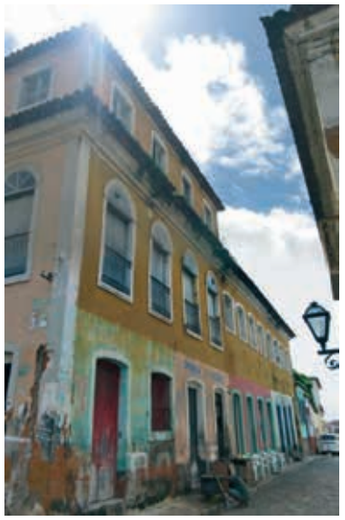


Endereço: Rua Afonso Pena, 230
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 224,25 m²
Área de Projeção: 224,25 m²
Estado de conservação: –

RUA AFONSO PENA Nº 235-235A





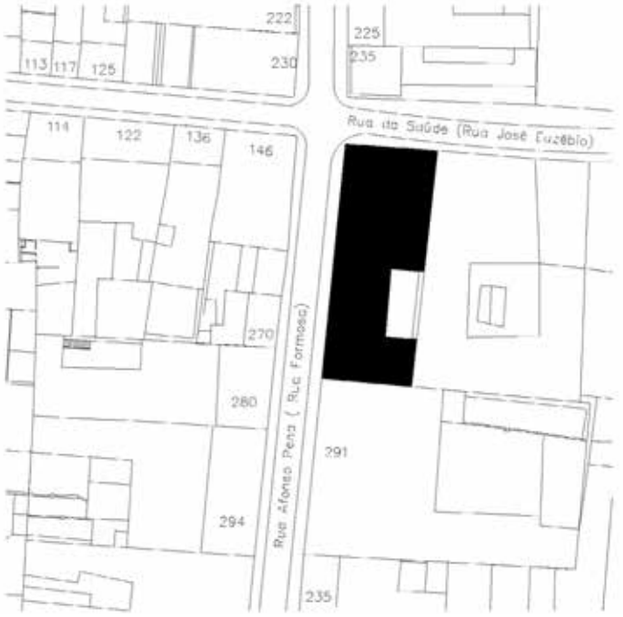


Endereço: Rua Afonso Pena n. 235/ 235 A
Uso atual: residencial e serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: subsolo e mirante
Área do lote: 275,14 m²
Área de Projeção: 257,69 m²
Estado de conservação: –

RUA AFONSO PENA Nº 261



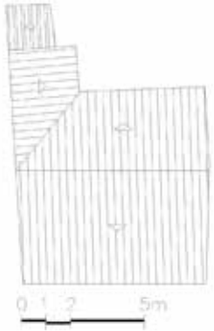




Endereço: Rua Afonso Pena, 261
Uso atual: comercial e serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: mezanino
Área do lote: 449,02 m²
Área de Projeção: 385,14 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA AFONSO PENA Nº 270







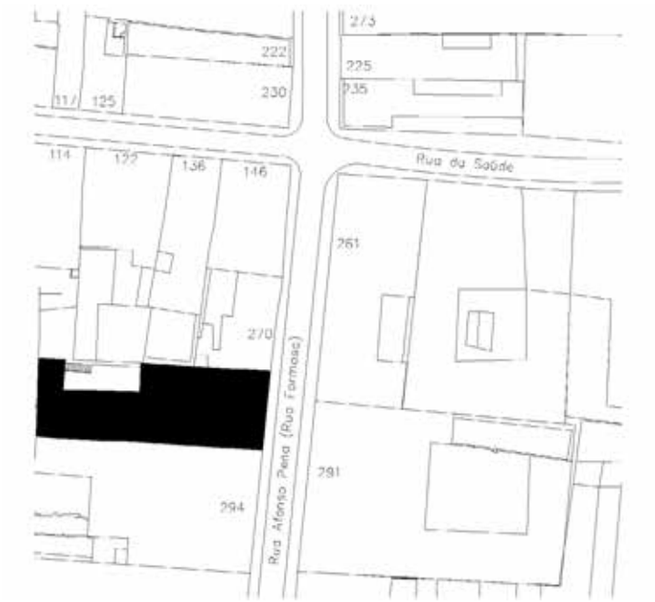
Endereço: Rua Afonso Pena, 270
Uso atual: comercial e serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 69,57 m²
Área de Projeção: 66,71 m²
Estado de conservação: com problemas



RUA AFONSO PENA Nº 273



Endereço: Rua Afonso Pena, 273
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1 ou 2
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 910,67 m²
Área de Projeção: 584,87 m²
Estado de conservação: com problemas





RUA AFONSO PENA Nº 280



Endereço: Rua Afonso Pena, 280
Uso atual: residencial e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 416,51 m²
Área de Projeção: 369,92 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA AFONSO PENA Nº 291



Endereço: Rua Afonso Pena, 291
Uso atual: serviço e institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 1.106,10 m²
Área de Projeção: 762,09 m²
Estado de conservação: com problemas



RUA AFONSO PENA Nº 294



Endereço: Rua Afonso Pena, 294
Uso atual: serviço e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 647,02 m²
Área de Projeção: 541,21 m²
Estado de conservação: com problemas





RUA AFONSO PENA Nº 310



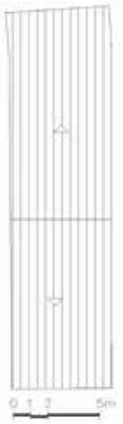




Endereço: Rua Afonso Pena, 310
Uso atual: residencial e serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 477,23 m²
Área de Projeção: 437,46 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA AFONSO PENA Nº 335







Endereço: Rua Afonso Pena, 335
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 129,34 m²
Área de Projeção: 129,34 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA AFONSO PENA Nº 341



Endereço: Rua Afonso Pena, 341
Uso atual: residencial, comercial e serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: acréscimo vertical (fundos)
Área do lote: 234,70 m²
Área de Projeção: 199,06 m²
Estado de conservação: com problemas



RUA AFONSO PENA Nº 349



Endereço: Rua Afonso Pena, 349
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: subsolo e acréscimo vertical
Área do lote: 426,00 m²
Área de Projeção: 377,89 m²
Estado de conservação: com problemas



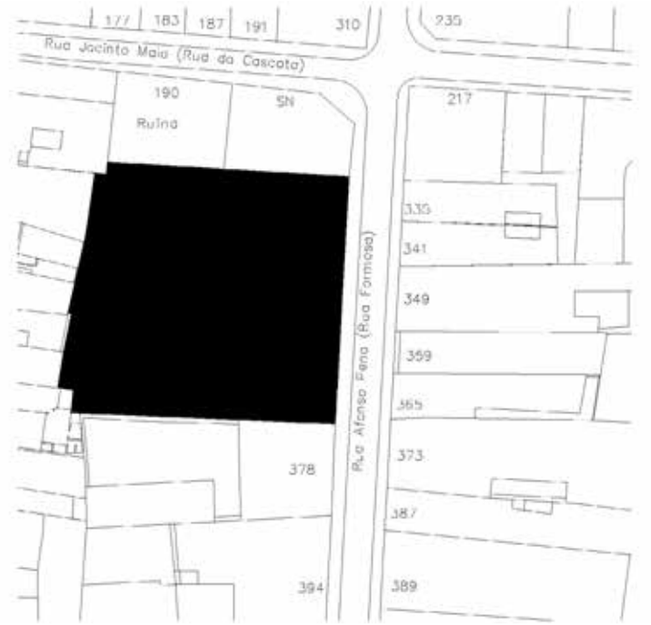




RUA AFONSO PENA Nº 359



Endereço: Rua Afonso Pena, 359
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito:1
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 176,15 m²
Área de Projeção: 172,02 m²
Estado de conservação: satisfatório



RUA AFONSO PENA Nº 360



Endereço: Rua Afonso Pena, 360
Uso atual: serviço e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 628,30 m²
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –

RUA AFONSO PENA Nº 365



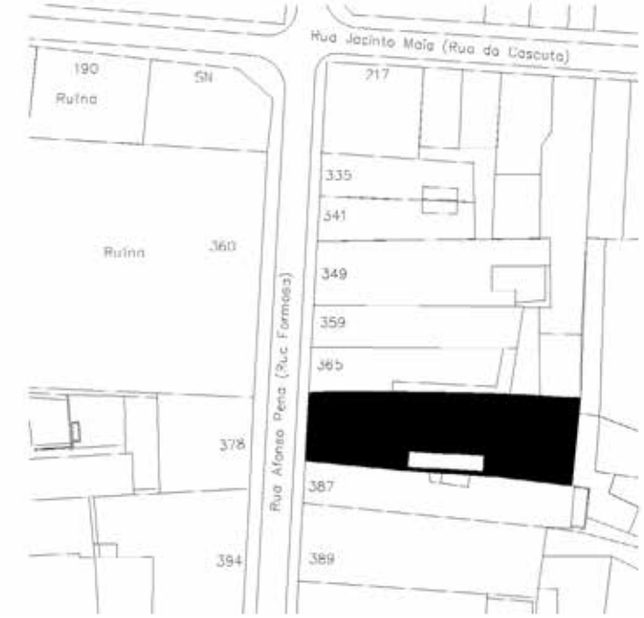
Endereço: Rua Afonso Pena, 365
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 207,90 m²
Área de Projeção: 174,41 m²
Estado de conservação: com problemas



RUA AFONSO PENA Nº 373



Endereço: Rua Afonso Pena, 373
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 434,27 m²
Área de Projeção: 399,66 m²
Estado de conservação: bom







RUA AFONSO PENA Nº 378



Endereço: Rua Afonso Pena, 378
Uso atual: em ruínas
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 536,03 m²
Área de Projeção: 356,37 m²
Estado de conservação: –



RUA AFONSO PENA Nº 387

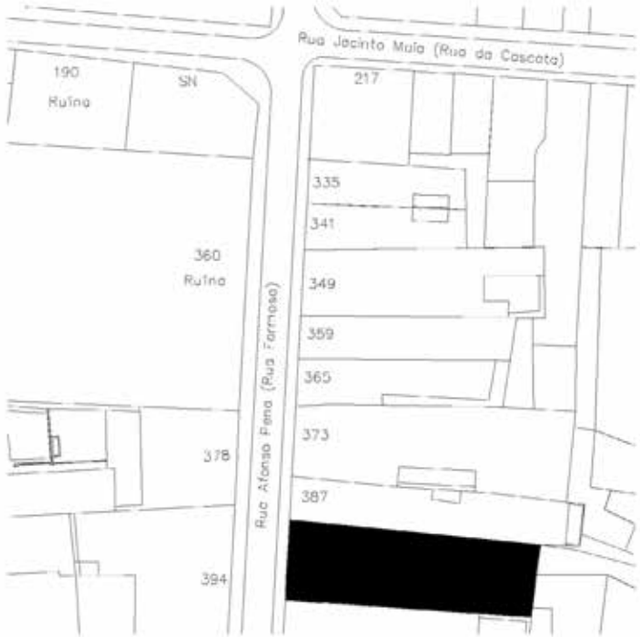


Endereço: Rua Afonso Pena, 387
Uso atual: residencial
Uso anterior: Arnazém Paraíba
Gabarito: 1
Outros gabaritos: mezanino
Área do lote: 191,79 m²
Área de Projeção: 153,38 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA AFONSO PENA Nº 389



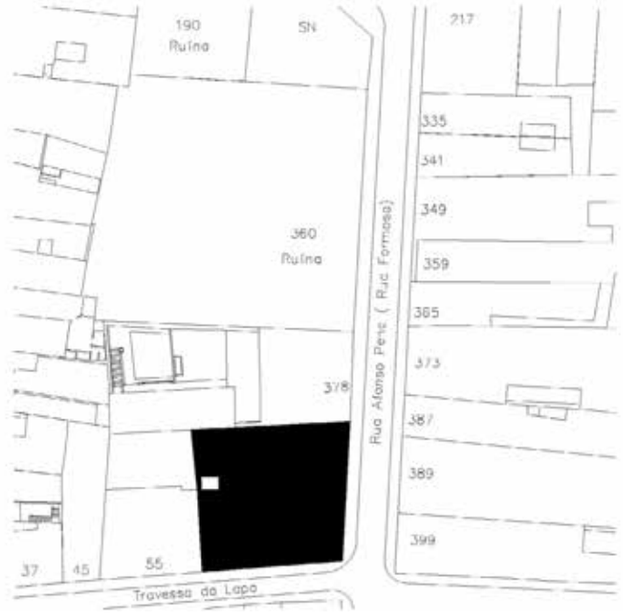
Endereço: Rua Afonso Pena, 389
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 420,24 m²
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –



RUA AFONSO PENA Nº 394



Endereço: Rua Afonso Pena, 394
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: mirante
Área do lote: 443,21 m²
Área de Projeção: –
Estado de conservação: satisfatório

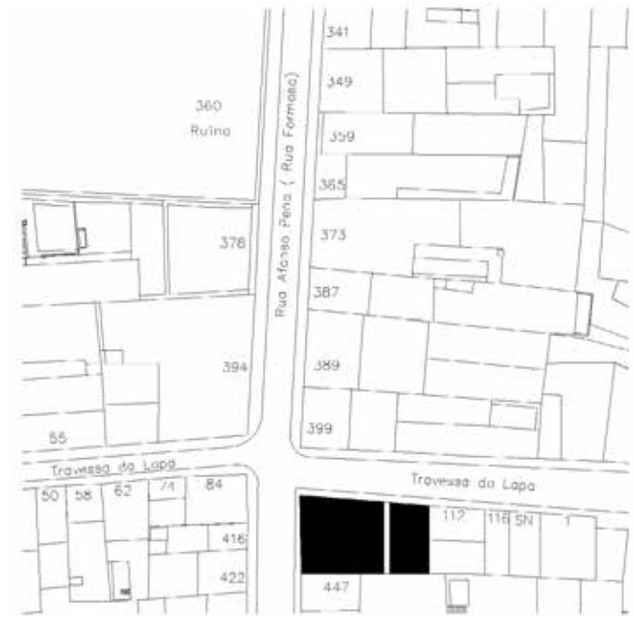




RUA AFONSO PENA Nº 399



Endereço: Rua Afonso Pena, 399
Uso atual: residencial e serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 285,44 m²
Área de Projeção: 257,72 m²
Estado de conservação: com problemas





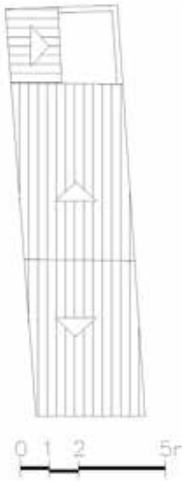
RUA AFONSO PENA Nº 415/415B/415C



Endereço: Rua Afonso Pena, 415 / 415B/ 415C
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: sótão habitável
Área do lote: 188,33 m²
Área de Projeção: 188,33 m²
Estado de conservação: com problemas/ satisfatório

RUA AFONSO PENA Nº 416







Endereço: Rua Afonso Pena, 416
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 54,39 m²
Área de Projeção: 48,83 m²
Estado de conservação: –

RUA AFONSO PENA Nº 422







Endereço: Rua Afonso Pena, 422
** ocupante não autorizou questionário*
Uso atual: residencial e comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 80,34 m²
Área de Projeção: 80,34 m²
Estado de conservação: –

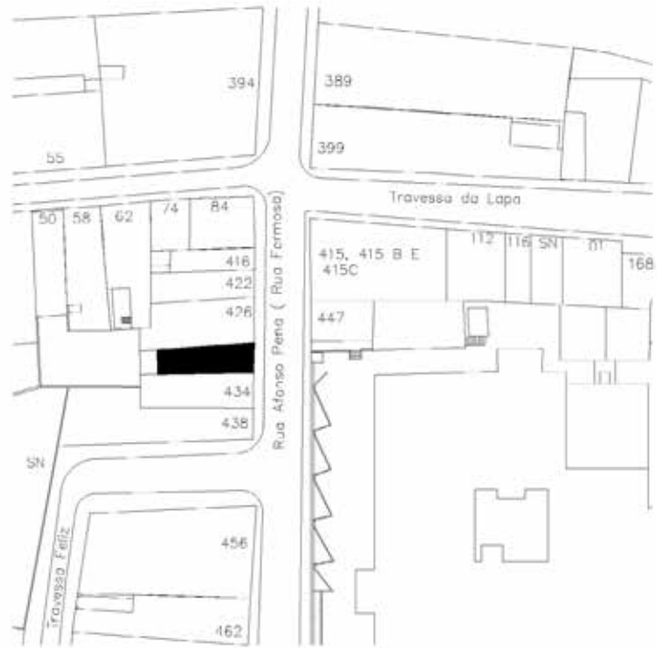
RUA AFONSO PENA Nº 426





Endereço: Rua Afonso Pena, 426
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 60,59 m²
Área de Projeção: 48,52 m²
Estado de conservação: –

RUA AFONSO PENA Nº 430





Endereço: Rua Afonso Pena, 430
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –

RUA AFONSO PENA Nº 434



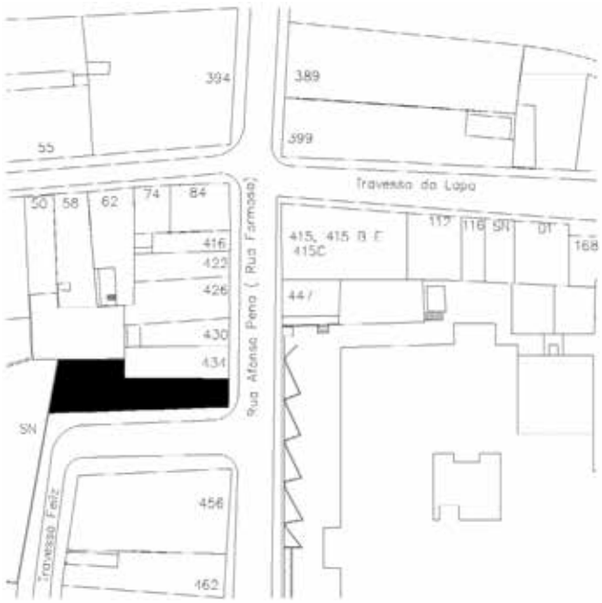
Endereço: Rua Afonso Pena, 434
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 115,58 m²
Área de Projeção: 98,20 m²
Estado de conservação: –

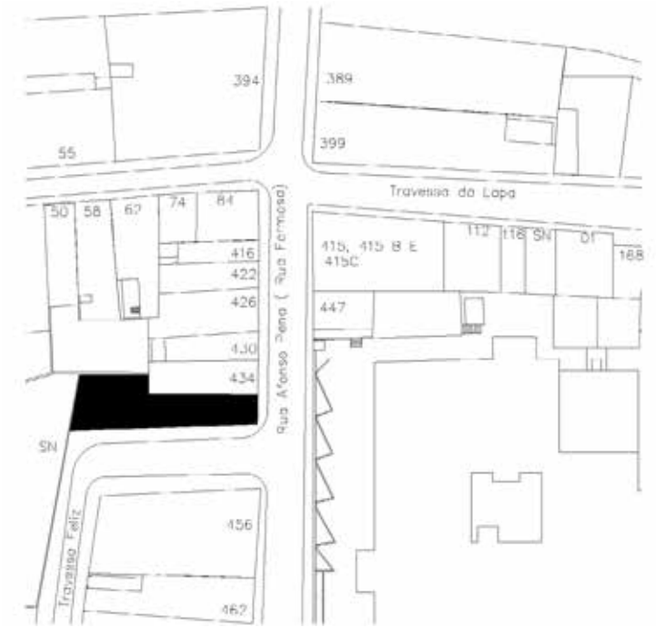


RUA AFONSO PENA Nº 438



Endereço: Rua Afonso Pena, 438
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 198,58 m²
Área de Projeção: 198,58 m²
Estado de conservação: –

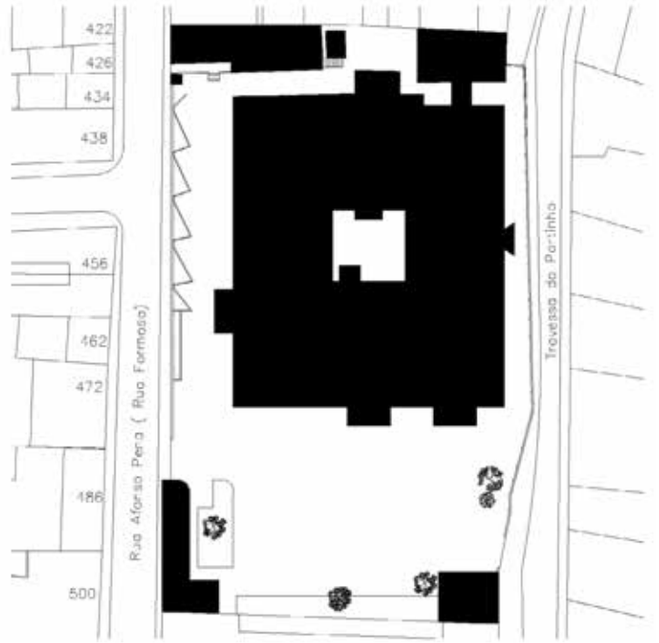


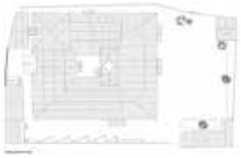


RUA AFONSO PENA Nº 438 - TRAVESSA FELIZ 19



Endereço: Rua Afonso Pena, 438
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 198,58 m²
Área de Projeção: 198,58 m²
Estado de conservação: –





RUA AFONSO PENA Nº 447



Endereço: Rua Afonso Pena, 447
Uso atual: vago
Uso anterior: frigorífico
Gabarito: 1
Outros gabaritos: pavimento recuado
Área do lote: 5.034,29 m²
Área de Projeção: 2.112,85 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA AFONSO PENA Nº 456



Endereço: Rua Afonso Pena, 456
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 290,61 m²
Área de Projeção: 290,61 m²
Estado de conservação: –



RUA AFONSO PENA Nº 462 - FRENTE



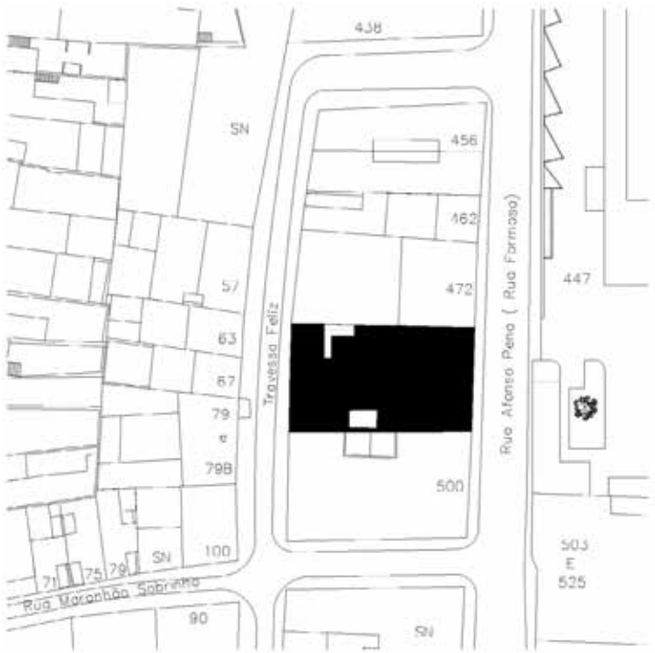
Endereço: Rua Afonso Pena, 462
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: mezanino e acréscimo vertical
Área do lote: 148,66 m²
Área de projeção: 131,37 m²
Estado de conservação: com problemas





RUA AFONSO PENA Nº 472

Endereço: Rua Afonso Pena, 472
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: –
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –



RUA AFONSO PENA Nº 486

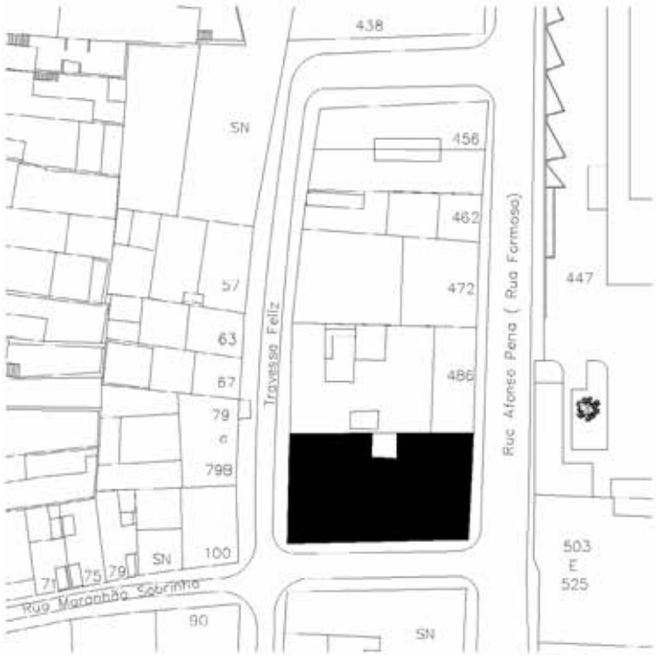


Endereço: Rua Afonso Pena, 486
Uso atual: comercial
Uso anterior: residencial e fábrica de móveis
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 384,27 m²
Área de Projeção: 364,95 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA AFONSO PENA Nº 500



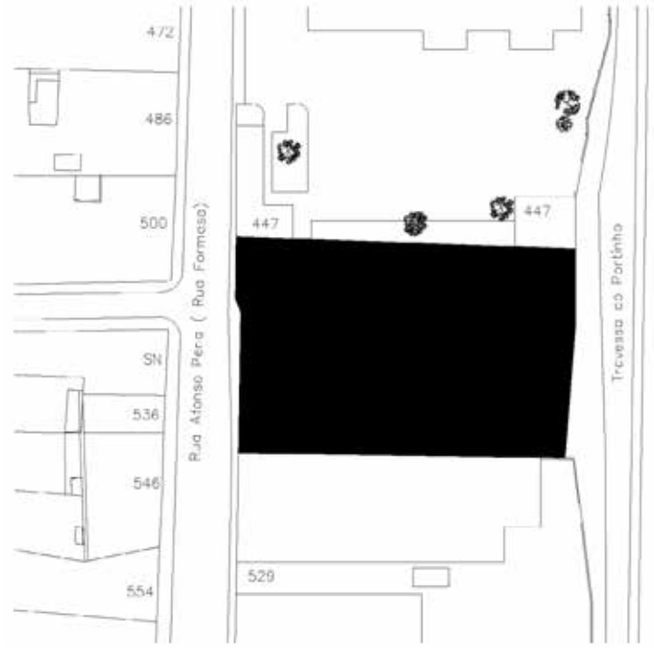
Endereço: Rua Afonso Pena, 500
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 412,97 m²
Área de Projeção: 402,74 m²
Estado de conservação: –

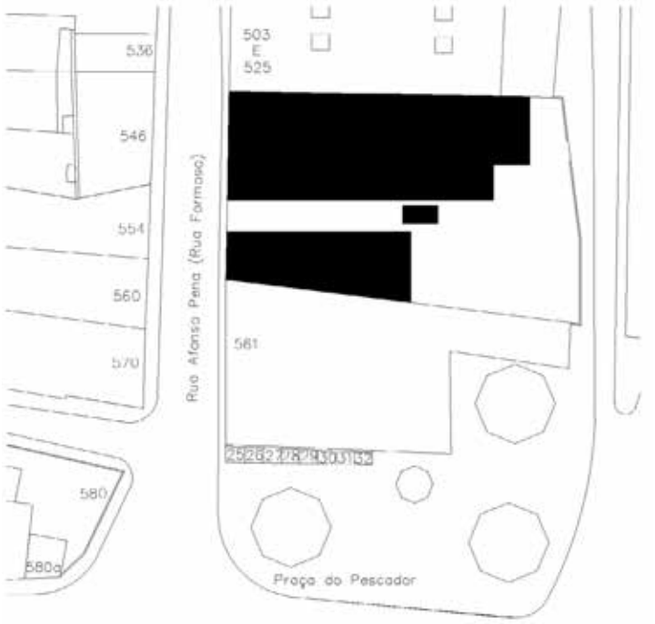


RUA AFONSO PENA Nº 503 e 525



Endereço: Rua Afonso Pena, 503–525
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: acréscimo vertical (fundos)
Área do lote: 1.340,70 m²
Área de Projeção: 1.258,00 m²
Estado de conservação: –







RUA AFONSO PENA Nº 529



Endereço: Rua Afonso Pena, 529
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 1.375,54 m²
Área de Projeção: 811,64 m²
Estado de conservação: –



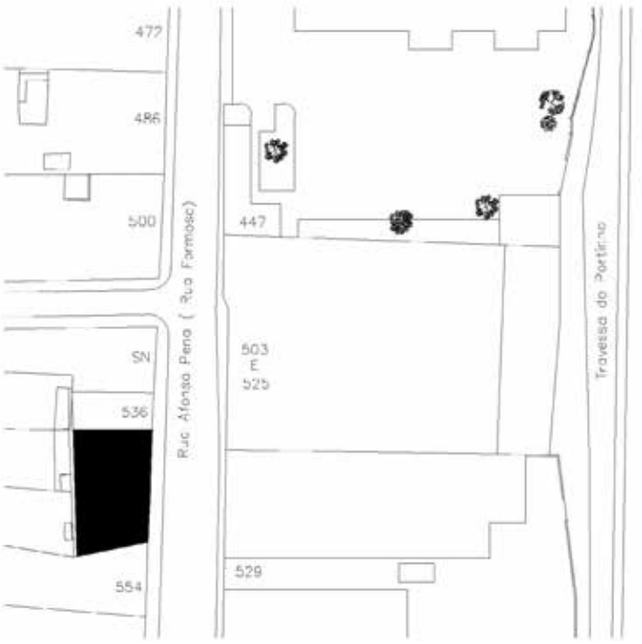
RUA AFONSO PENA Nº 536



Endereço: Rua Afonso Pena, 536
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –

RUA AFONSO PENA Nº 546



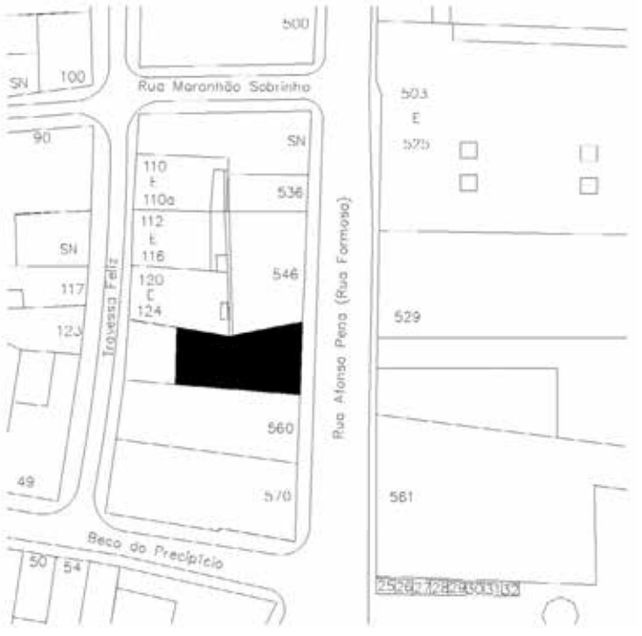


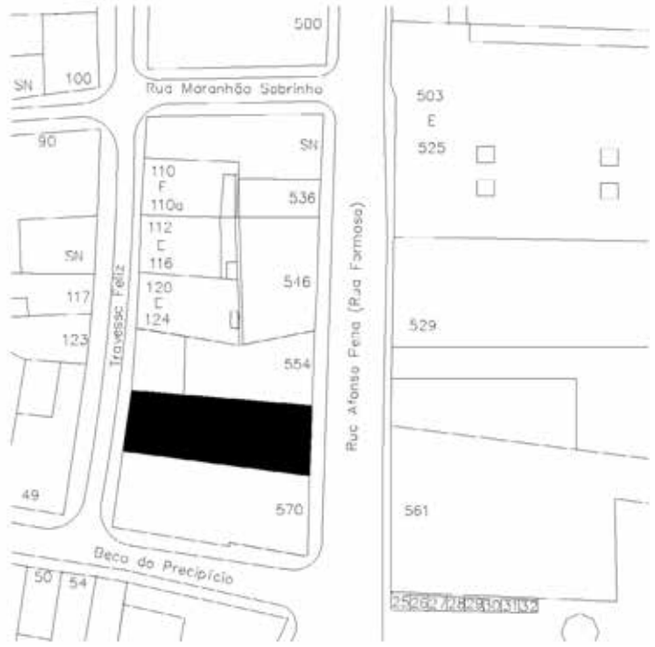
RUA AFONSO PENA Nº 554



Endereço: Rua Afonso Pena, 554
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 229,02 m²
Área de Projeção: 167,90 m²
Estado de conservação: –





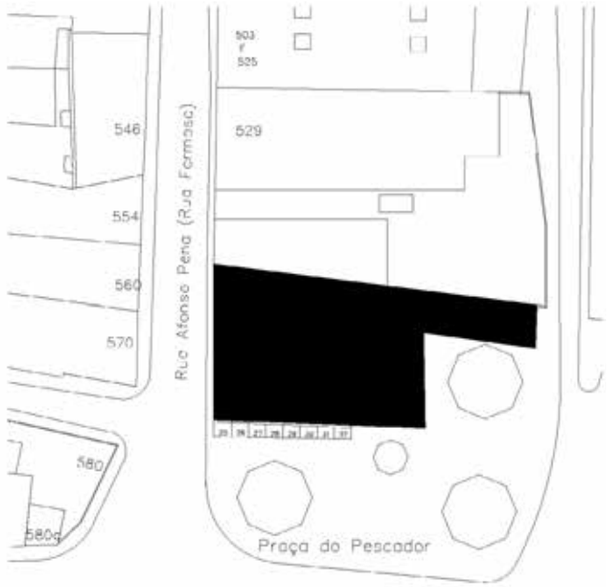




RUA AFONSO PENA Nº 560



Endereço: Rua Afonso Pena, 560
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 236,46 m²
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –





RUA AFONSO PENA Nº 561



Endereço: Rua Afonso Pena, 561
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –

RUA AFONSO PENA Nº 570



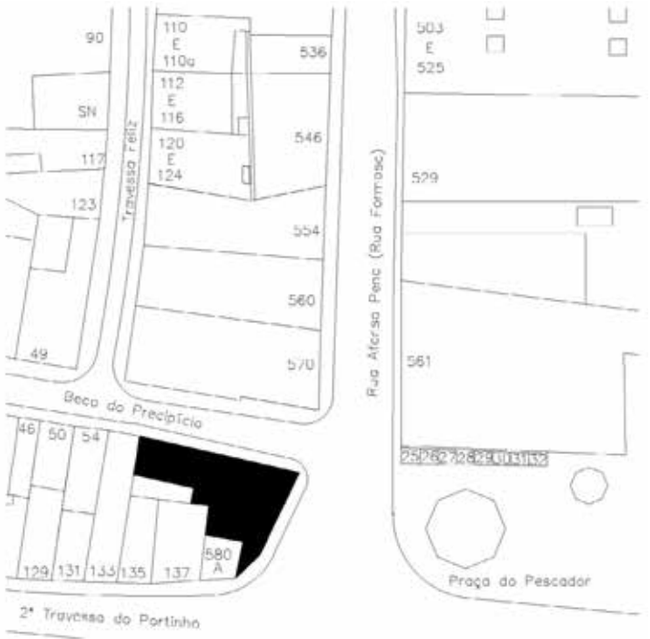




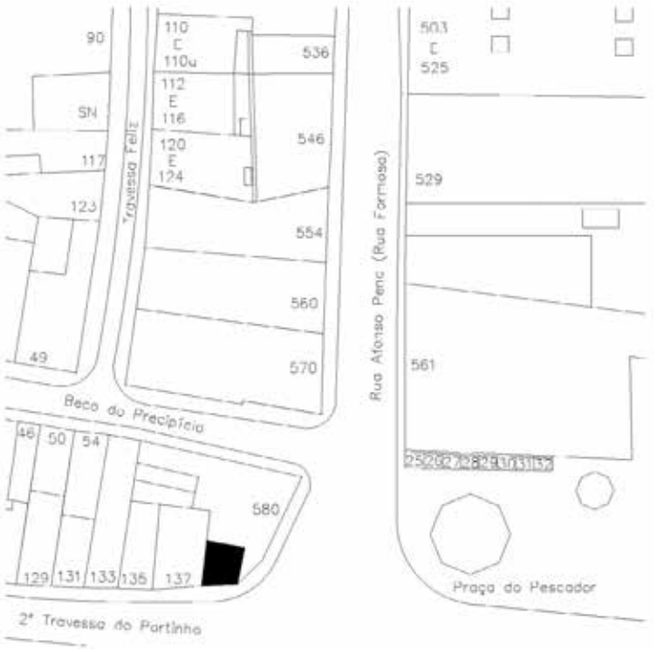
Endereço: Rua Afonso Pena, 570
Uso atual: residencial e comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 323,70 m²
Área de Projeção: 166,36 m²
Estado de conservação: –

RUA AFONSO PENA Nº 580





Endereço: Rua Afonso Pena, 580
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 115,54 m²
Área de Projeção: 115,54 m²
Estado de conservação: –



RUA AFONSO PENA Nº 580 - A



Endereço: Rua Afonso Pena, 580A
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 24,77 m²
Área de Projeção: 24,77 m²
Estado de conservação: –





RUA AFONSO PENA - PASSO



Endereço: Rua Afonso Pena – Passo (esquina com Rua Direita)
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 42,40 m²
Área de Projeção: 42,40 m²
Estado de conservação: bom

RUA AFONSO PENA SN
ESQUINA MARANHÃO SOBRINHO



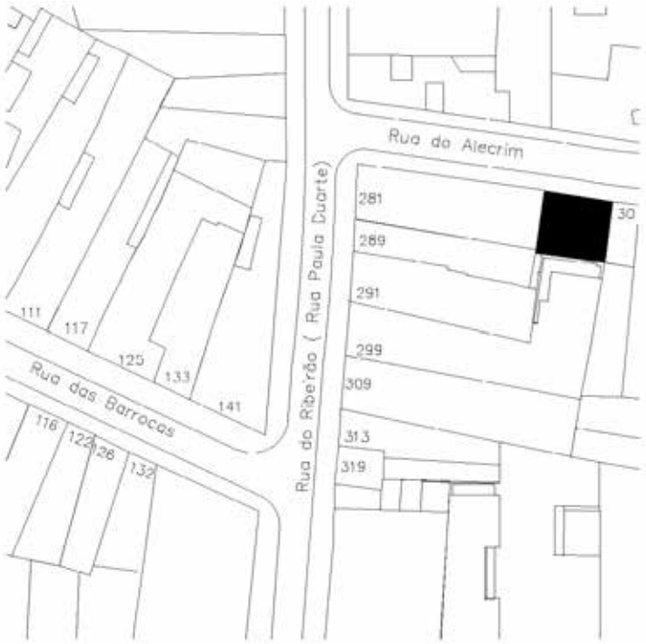




Endereço: Rua Afonso Pena, s/n (esquina com Rua Maranhão Sobrinho)
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 243,23 m²
Área de Projeção: 243,23 m²
Estado de conservação: –

RUA DO ALECRIM Nº 22





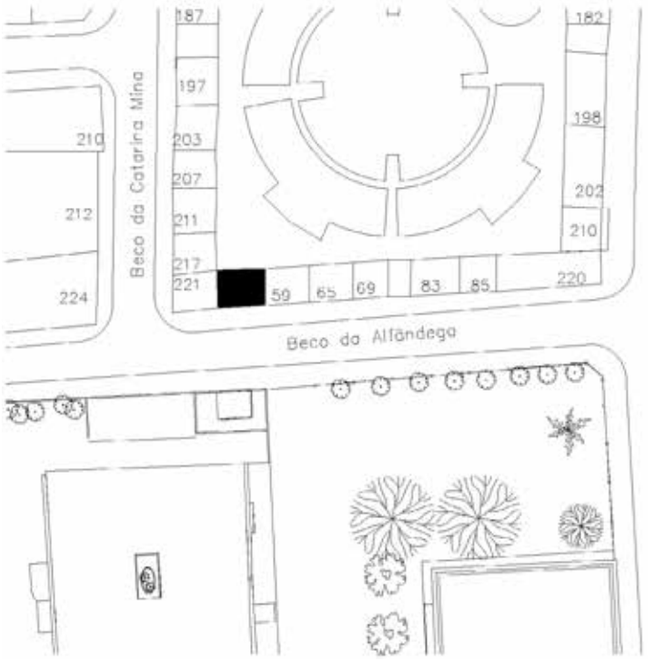
Endereço: Rua do Alecrim, 22



RUA DO ALECRIM Nº 30



Endereço: Rua do Alecrim, 30





BECO DA ALFÂNDEGA Nº 57

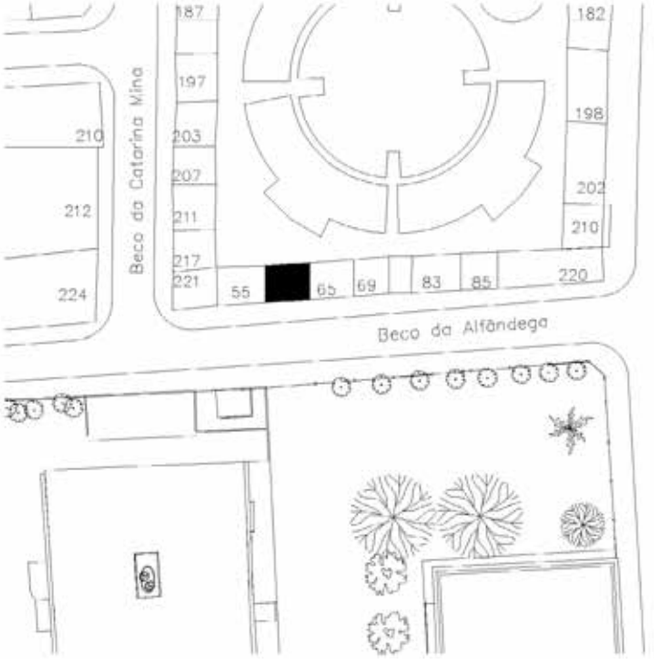


Endereço: Beco da Alfândega, 57 no local 55
Uso atual: comercial e em obras
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: mezanino e sótão habitável
Área do lote: 46,99 m²
Área de Projeção: 46,99 m²
Estado de conservação: com problemas

BECO DA ALFÂNDEGA Nº 59



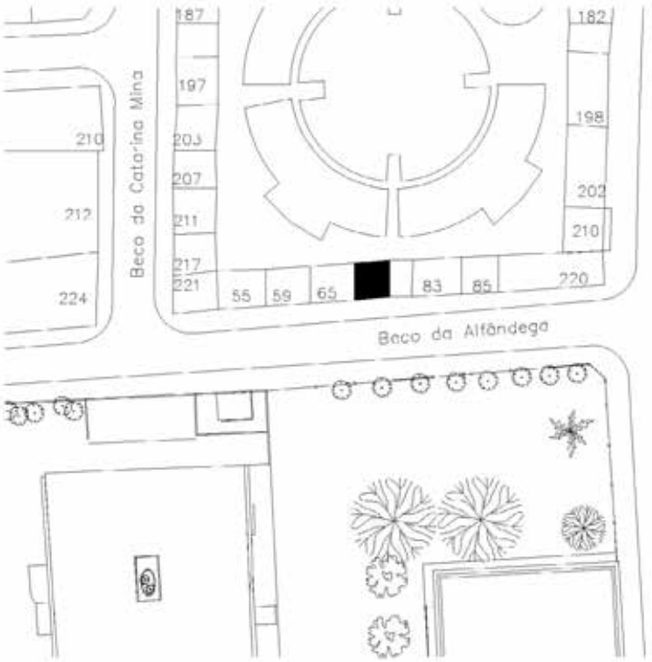




Endereço: Beco da Alfândega, 59
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: mezanino
Área do lote: 48,99 m²
Área de Projeção: 48,99 m²
Estado de conservação: satisfatório

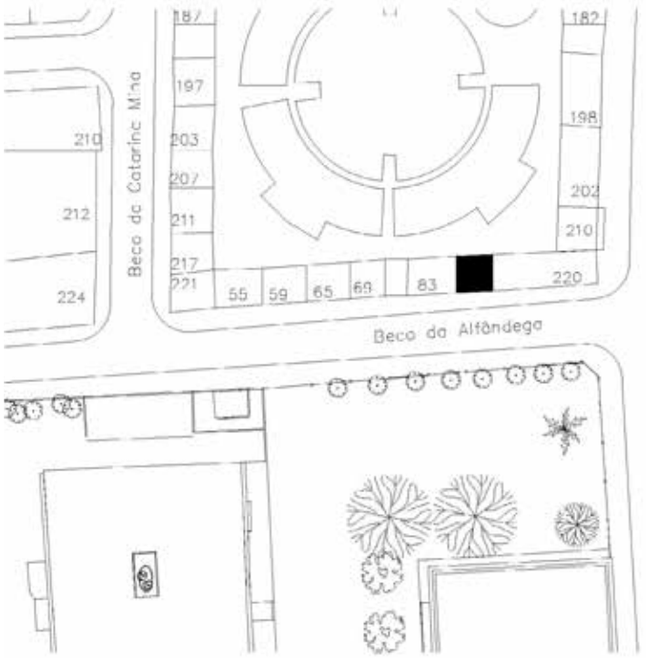
BECO DA ALFÂNDEGA Nº 69

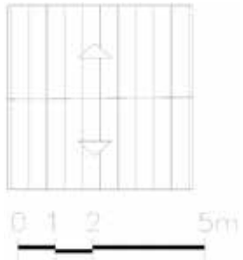




Endereço: Beco da Alfândega, 69
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: sótão habitável
Área do lote: 51,49 m²
Área de Projeção: 51,49 m²
Estado de conservação: com problemas

BECO DA ALFÂNDEGA Nº 85

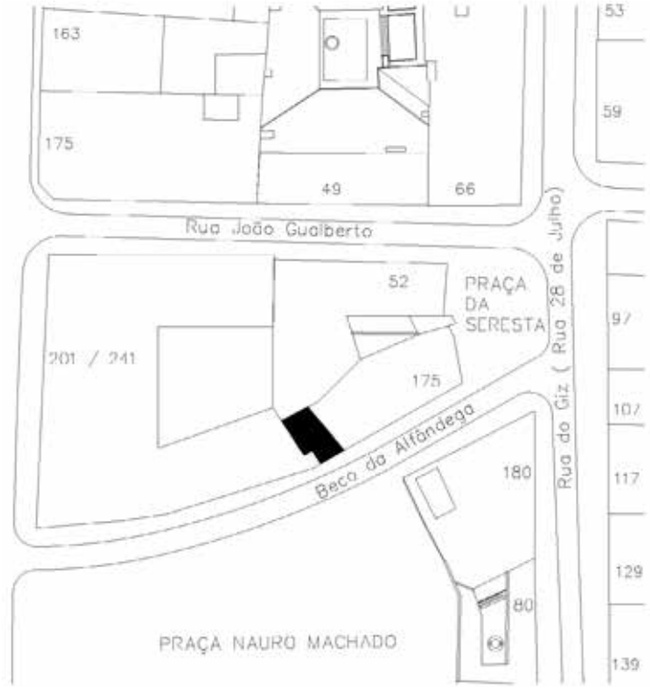


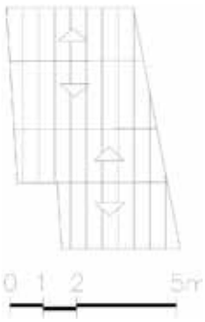




Endereço: Beco da Alfândega, 85
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 51,36 m²
Área de Projeção: 51,36 m²
Estado de conservação: –

BECO DA ALFÂNDEGA Nº 161



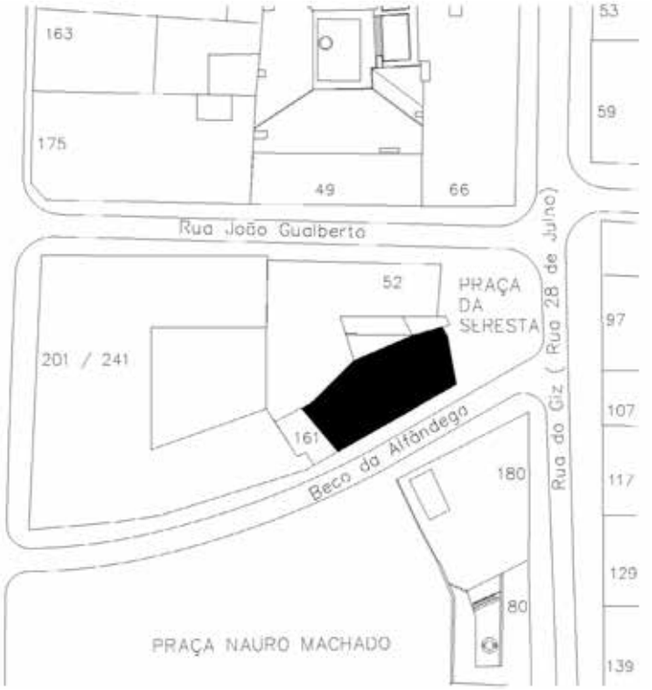




Endereço: Beco da Alfândega, 161
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 230,83 m²
Área de Projeção: 230,83 m²
Estado de conservação: satisfatório

BECO DA ALFÂNDEGA Nº 175



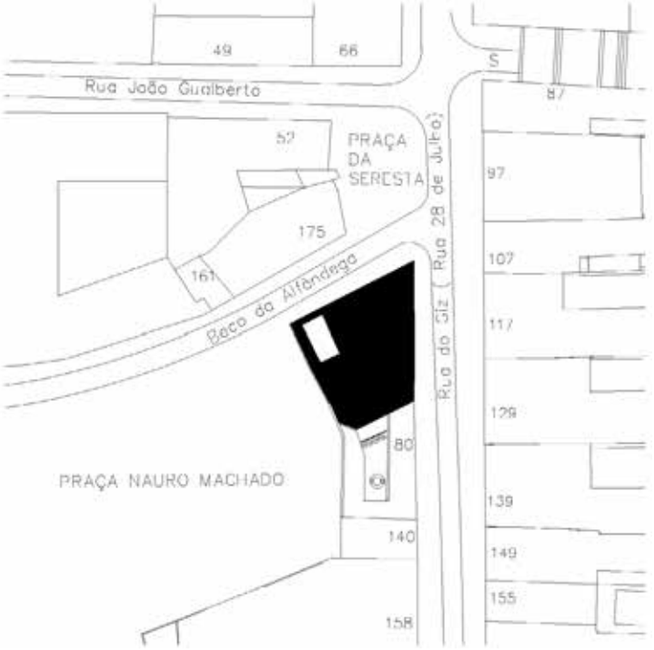


Endereço: Beco da Alfândega, 175
Uso atual: residencial e comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: mirante
Área do lote: 232,99 m²
Área de Projeção: 212,74 m²
Estado de conservação: com problemas

BECO DA ALFÂNDEGA Nº 180

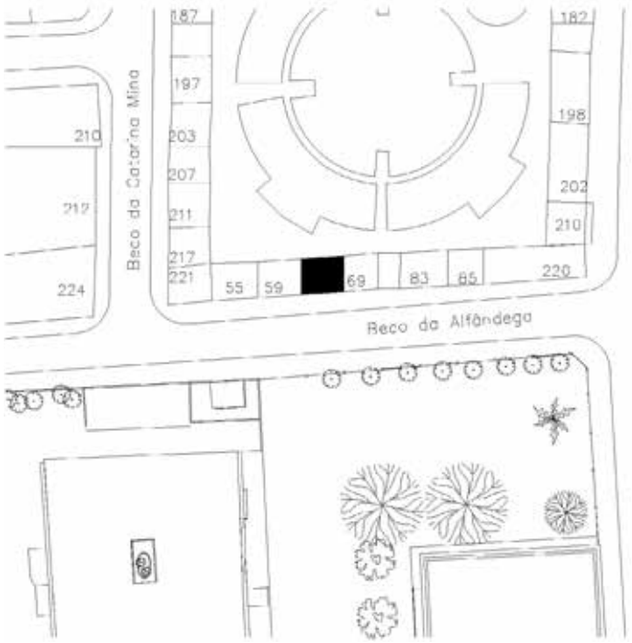






Endereço: Beco da Alfândega, 180
Uso atual: residencial e comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: mirante
Área do lote: 464,24 m²
Área de Projeção: 331,72 m²
Estado de conservação: –

BECO DA ALFÂNDEGA SN - 65

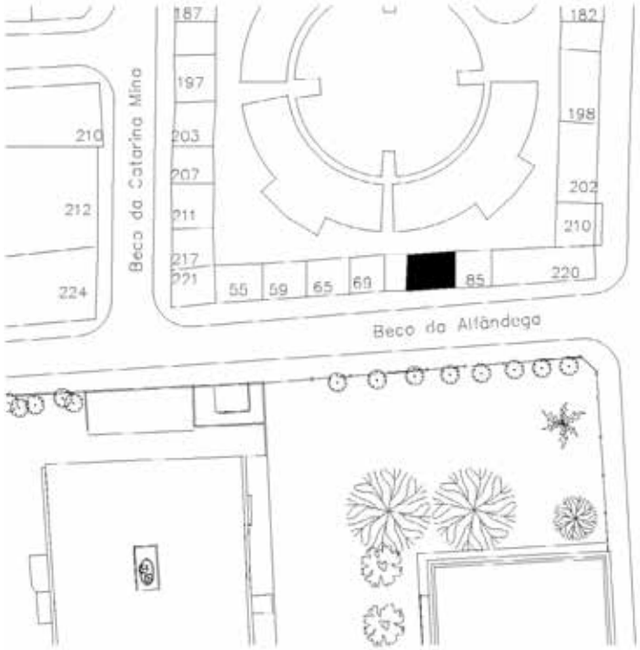






Endereço: Beco da Alfândega, s/n no local 65
Uso atual: serviço
Uso anterior: comercial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: mezanino e sótão habitável
Área do lote: 46,95 m²
Área de Projeção: 46,95 m²
Estado de conservação: bom

BECO DA ALFÂNDEGA SN - 75





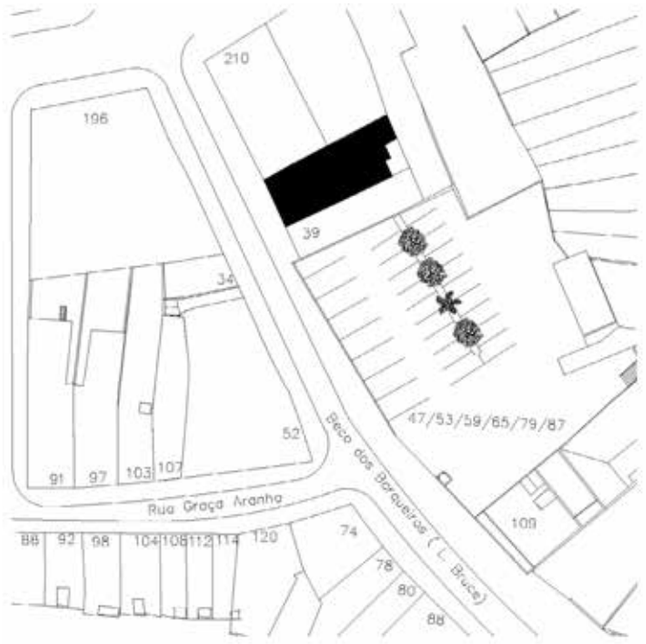
Endereço: Beco da Alfândega, s/n no local 75
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: sótão habitável
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –

BECO DOS BARQUEIROS Nº 33



Endereço: Beco dos Barqueiros, 33





BECO DOS BARQUEIROS Nº 34



Endereço: Beco dos Barqueiros, 34





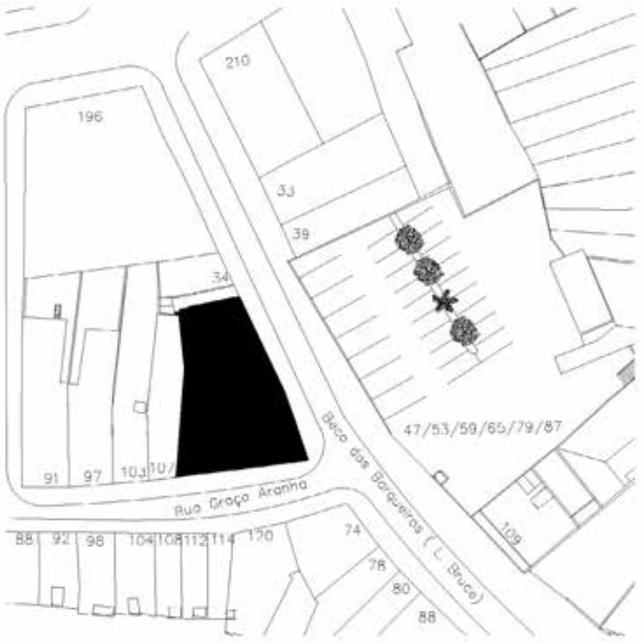




BECO DOS BARQUEIROS Nº 39



Endereço: Beco dos Barqueiros, 39



BECO DOS BARQUEIROS Nº 52

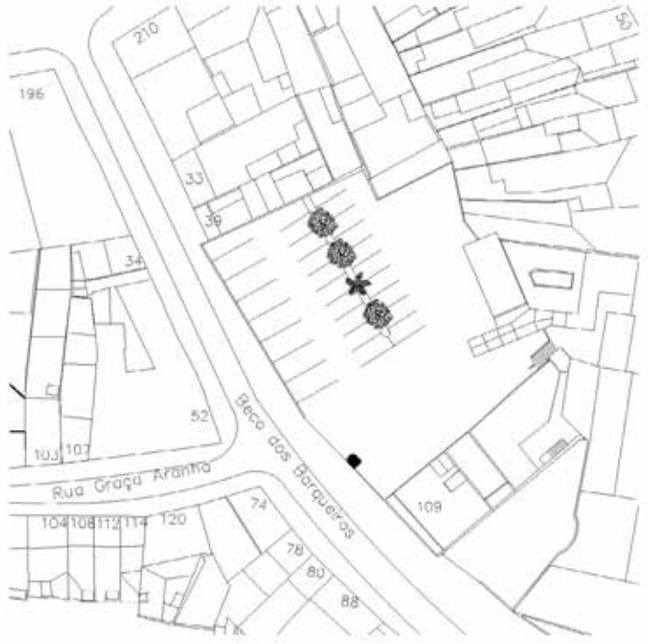


Endereço: Beco dos Barqueiros, 52

BECO DOS BARQUEIROS Nº 47 - 87



Endereço: Beco dos Barqueiros, 47/ 53/ 59/ 65/ 79/ 87



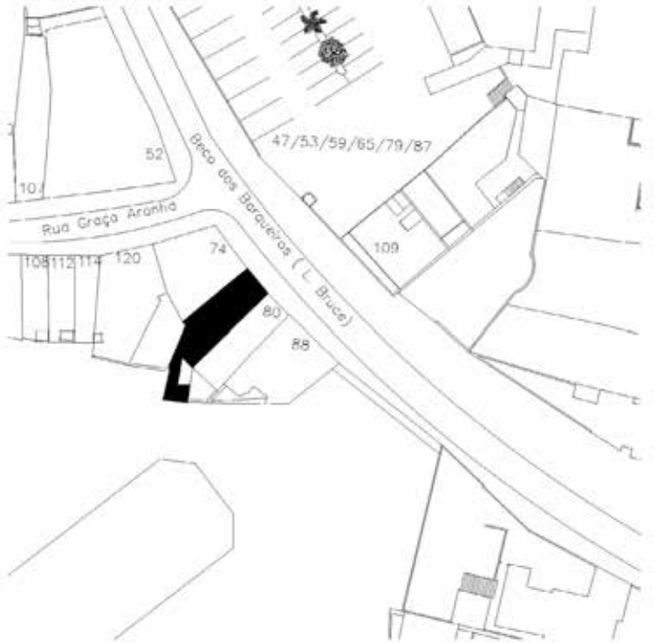
BECO DOS BARQUEIROS Nº 74





Endereço: Beco dos Barqueiros, 74



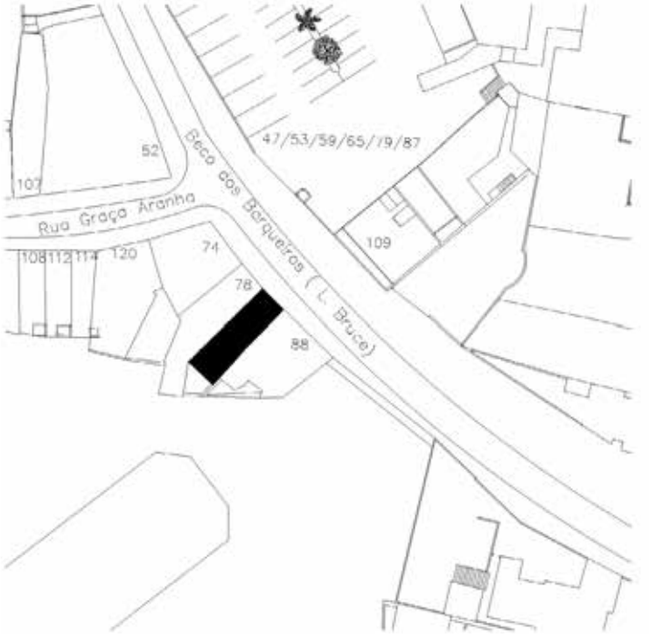




BECO DOS BARQUEIROS Nº 78



Endereço: Beco dos Barqueiros, 78





BECO DOS BARQUEIROS Nº 80



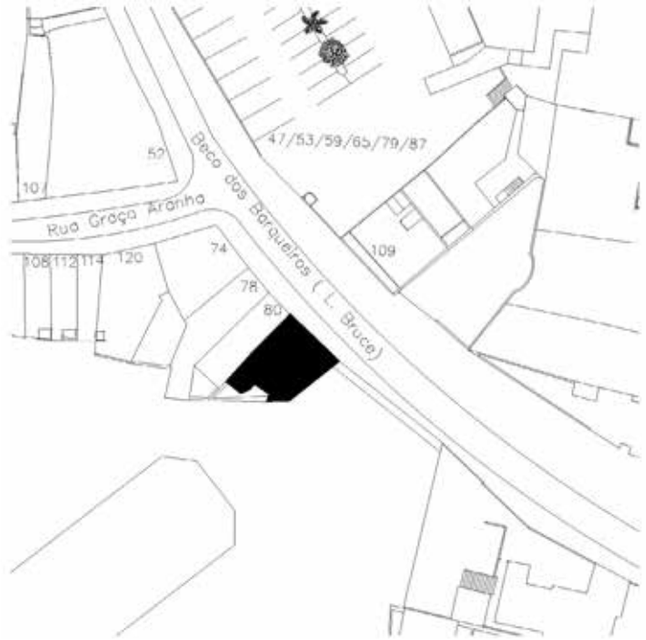
Endereço: Beco dos Barqueiros, 80

BECO DOS BARQUEIROS Nº 88



Endereço: Beco dos Barqueiros, 88

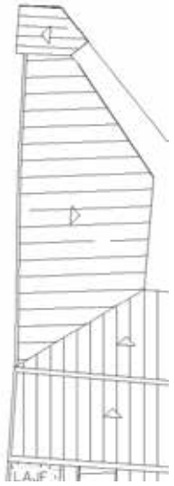


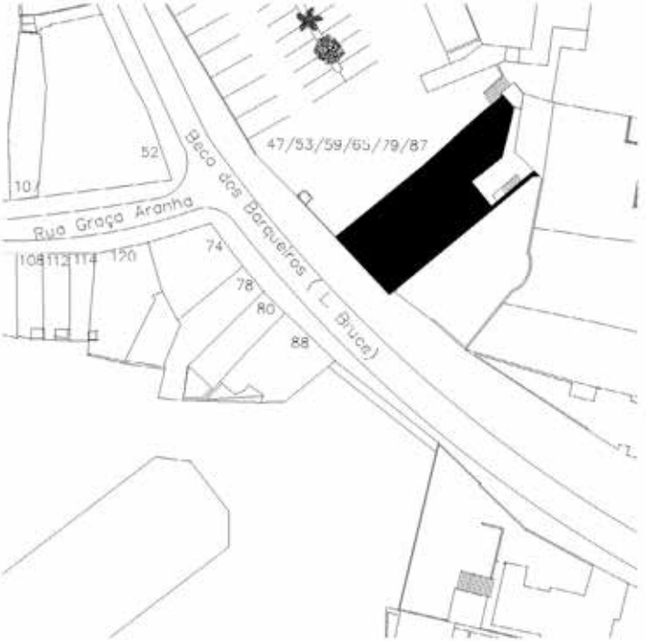


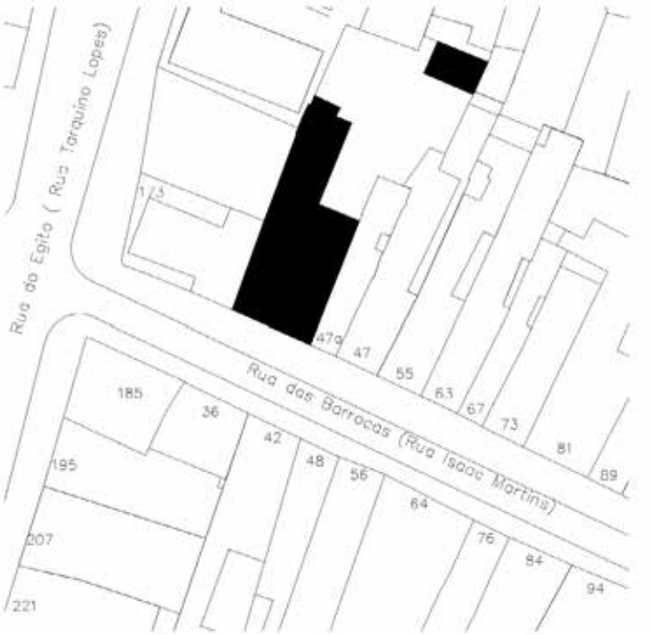
BECO DOS BARQUEIROS Nº 109



Endereço: Beco dos Barqueiros, 109









RUA DAS BARROCAS Nº 35



Endereço: Rua das Barrocas, 35



RUA DAS BARROCAS Nº 36



Endereço: Rua das Barrocas, 36

RUA DAS BARROCAS Nº 42



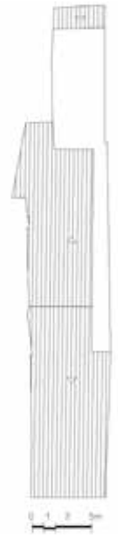
Endereço: Rua das Barrocas, 42

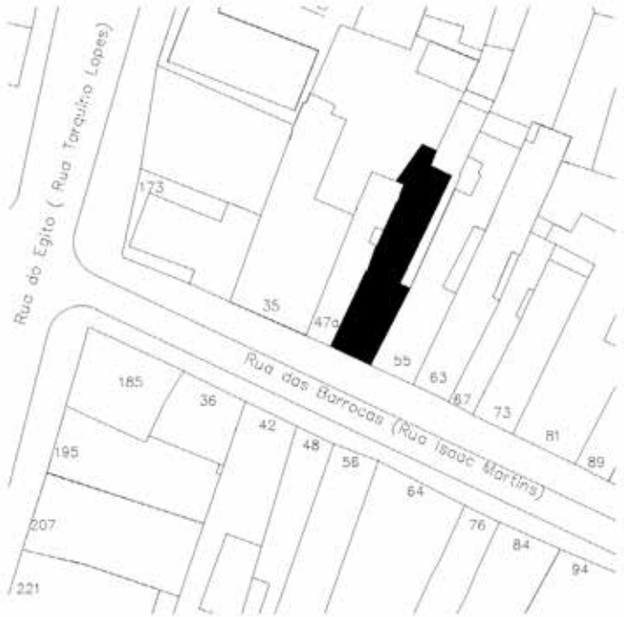


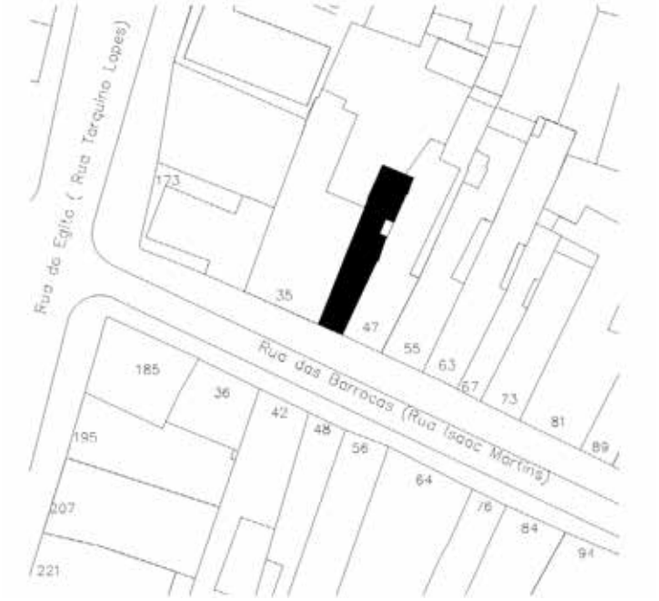
RUA DAS BARROCAS Nº 47



Endereço: Rua das Barrocas, 47









RUA DAS BARROCAS Nº 47 A



Endereço: Rua das Barrocas, 47A



RUA DAS BARROCAS Nº 48

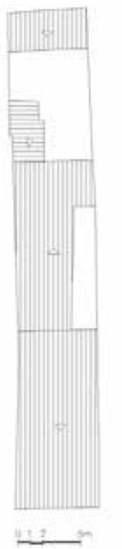


Endereço: Rua das Barrocas, 48

RUA DAS BARROCAS Nº 55



Endereço: Rua das Barrocas, 55





RUA DAS BARROCAS Nº 56



Endereço: Rua das Barrocas, 56





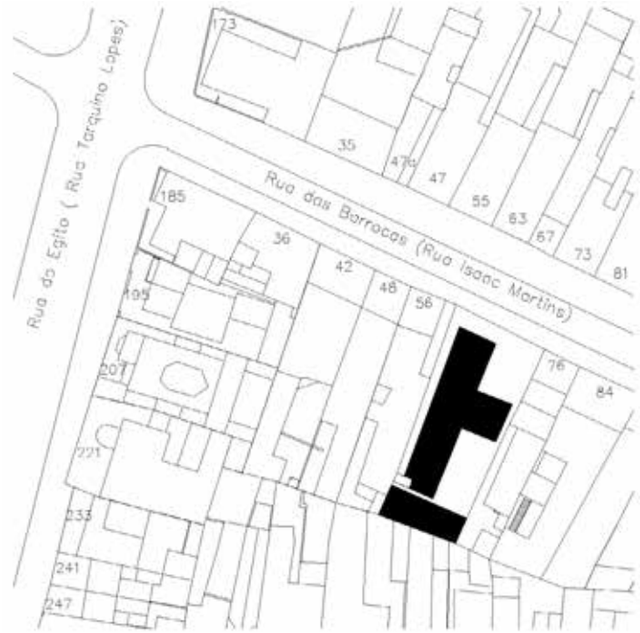




RUA DAS BARROCAS Nº 63



Endereço: Rua das Barrocas, 63





RUA DAS BARROCAS Nº 64



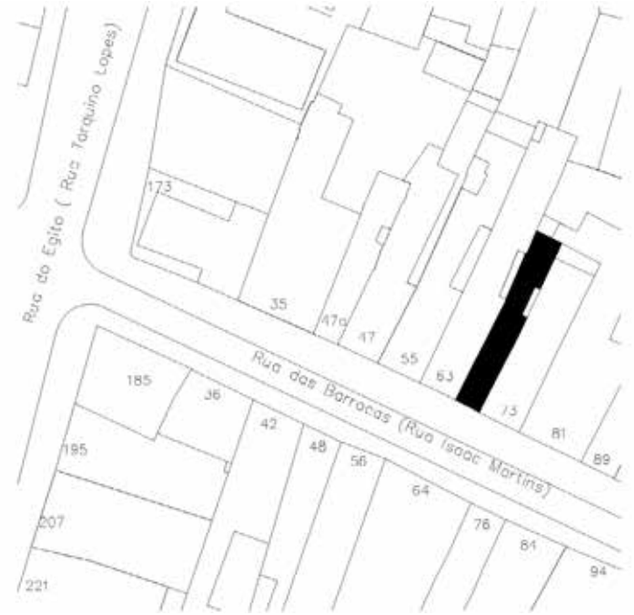
Endereço: Rua das Barrocas, 64

RUA DAS BARROCAS Nº 67



Endereço: Rua das Barrocas, 67

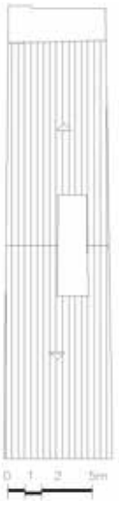


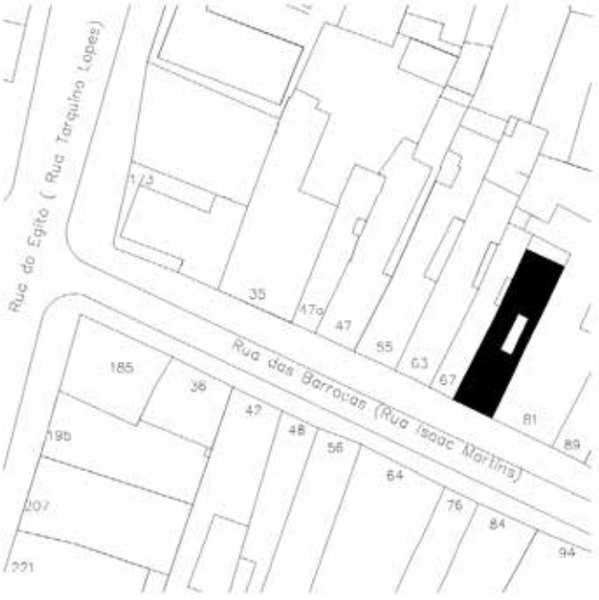


RUA DAS BARROCAS Nº 73

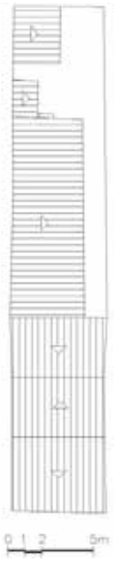


Endereço: Rua das Barrocas, 73









RUA DAS BARROCAS Nº 76



Endereço: Rua das Barrocas, 76





RUA DAS BARROCAS Nº 81



Endereço: Rua das Barrocas, 81

RUA DAS BARROCAS Nº 84



Endereço: Rua das Barrocas, 84





RUA DAS BARROCAS Nº 89



Endereço: Rua das Barrocas, 89







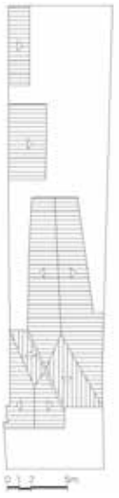


RUA DAS BARROCAS Nº 94



Endereço: Rua das Barrocas, 94





RUA DAS BARROCAS Nº 99

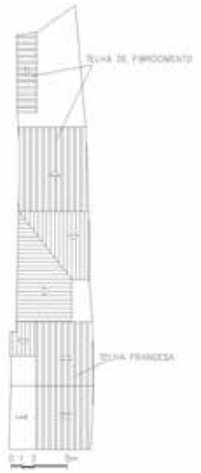


Endereço: Rua das Barrocas, 99

RUA DAS BARROCAS Nº 103



Endereço: Rua das Barrocas, 103





RUA DAS BARROCAS Nº 104



Endereço: Rua das Barrocas, 104





RUA DAS BARROCAS Nº 110







Endereço: Rua das Barrocas, 110

RUA DAS BARROCAS Nº 111







Endereço: Rua das Barrocas, 111

RUA DAS BARROCAS Nº 116



Endereço: Rua das Barrocas, 116





RUA DAS BARROCAS Nº 117



Endereço: Rua das Barrocas, 117





RUA DAS BARROCAS Nº 122







Endereço: Rua das Barrocas, 122

RUA DAS BARROCAS Nº 125







Endereço: Rua das Barrocas, 125

RUA DAS BARROCAS Nº 126



Endereço: Rua das Barrocas, 126



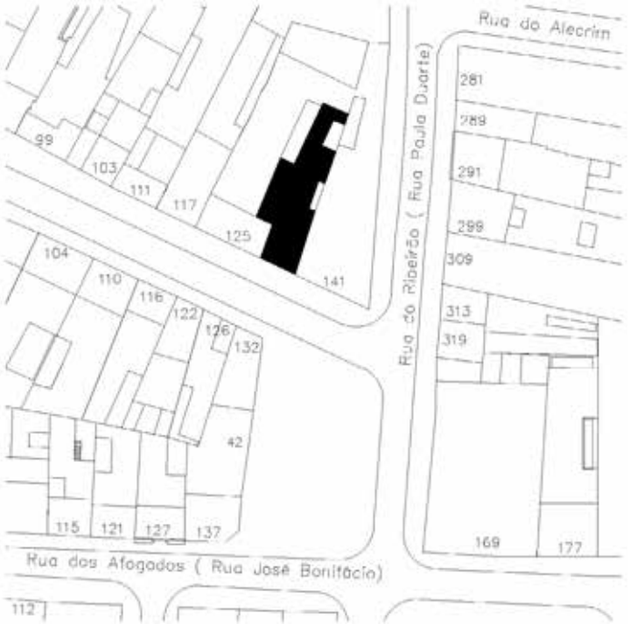


RUA DAS BARROCAS Nº 132



Endereço: Rua das Barrocas, 132







RUA DAS BARROCAS Nº 133



Endereço: Rua das Barrocas, 133





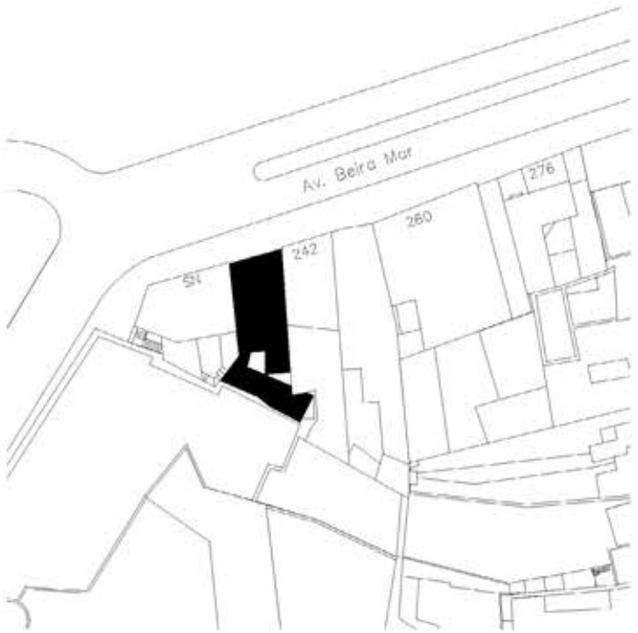
RUA DAS BARROCAS Nº 141



Endereço: Rua das Barrocas, 141

AVENIDA BEIRA MAR Nº 232

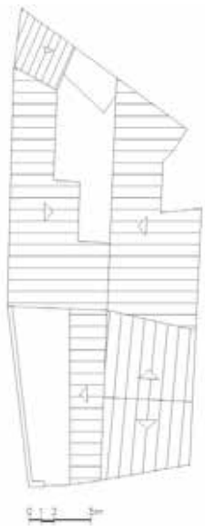


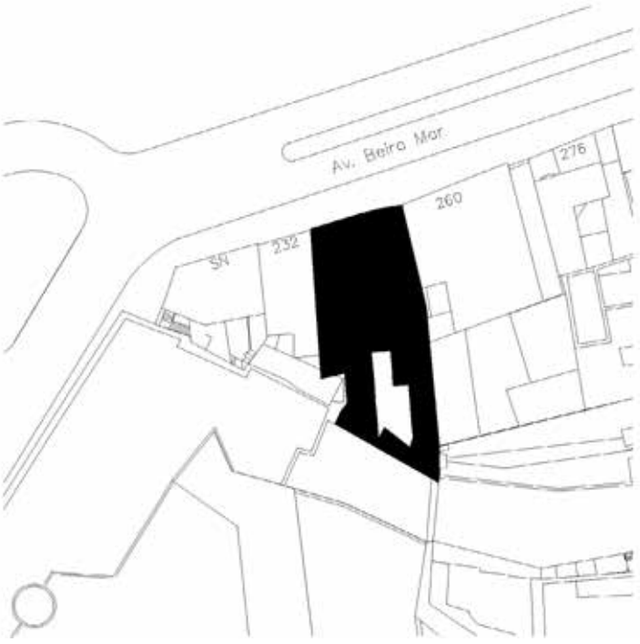


Endereço: Avenida Beira Mar, 232
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 179,98 m²
Área de Projeção: 163,54 m²
Estado de conservação: com problemas

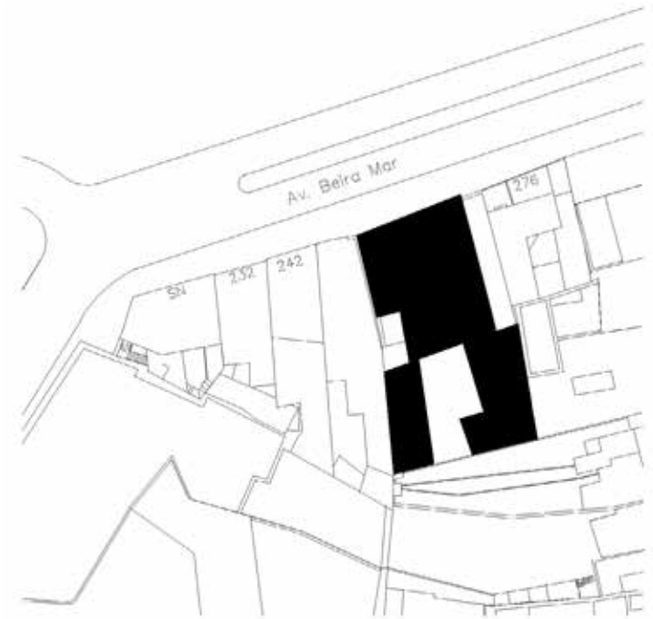
AVENIDA BEIRA MAR Nº 242

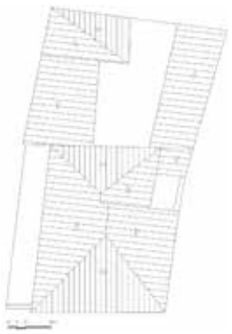






Endereço: Avenida Beira Mar, 242
Uso atual: serviço
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 477,06 m²
Área de Projeção: 377,38 m²
Estado de conservação: bom

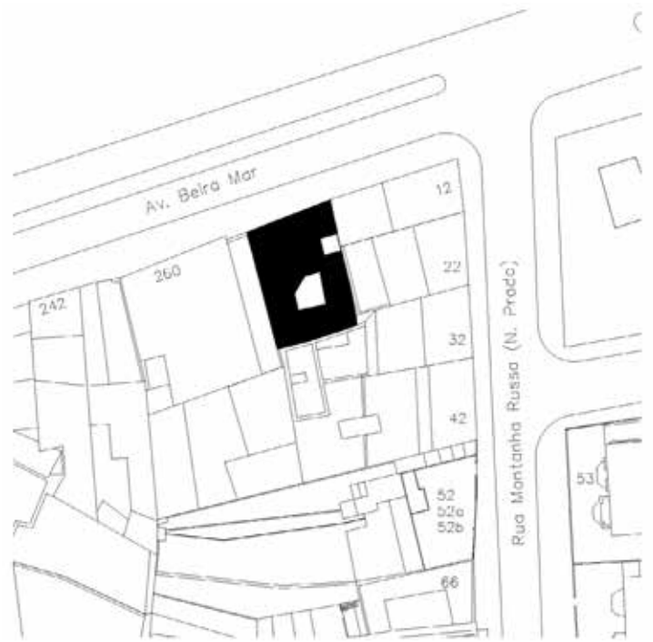




AVENIDA BEIRA MAR Nº 260



Endereço: Avenida Beira Mar, 260
Uso atual: vago
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 709,13 m²
Área de Projeção: 475,38 m²
Estado de conservação: –





AVENIDA BEIRA MAR Nº 276

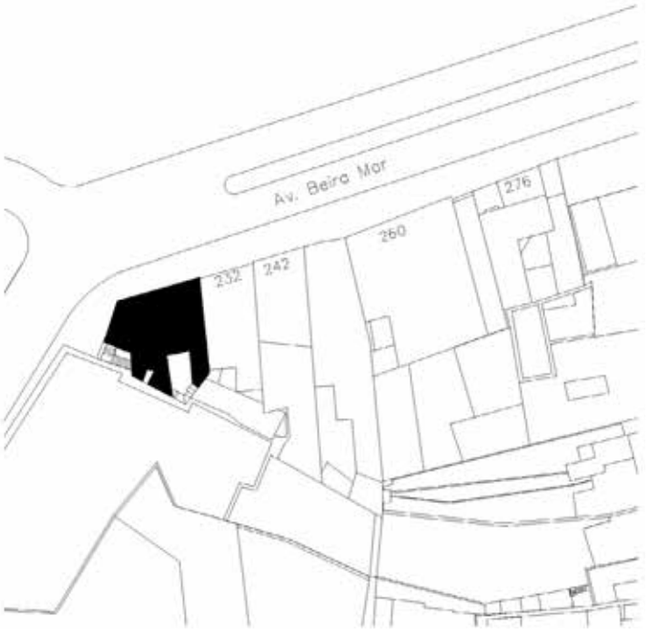


Endereço: Avenida Beira Mar, 276
Uso atual: vago
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: acréscimo vertical (fundos)
Área do lote: 191,80 m²
Área de Projeção: 174,21 m²
Estado de conservação: com problemas

AVENIDA BEIRA MAR SN





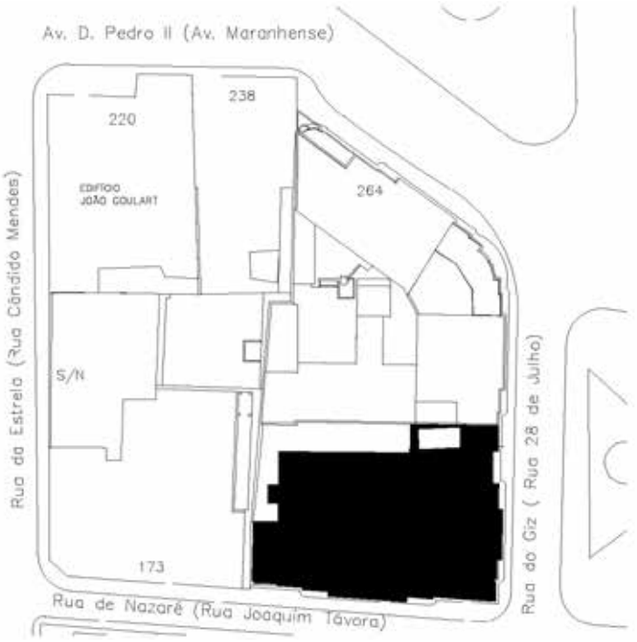


Endereço: Avenida Beira Mar, s/n
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –

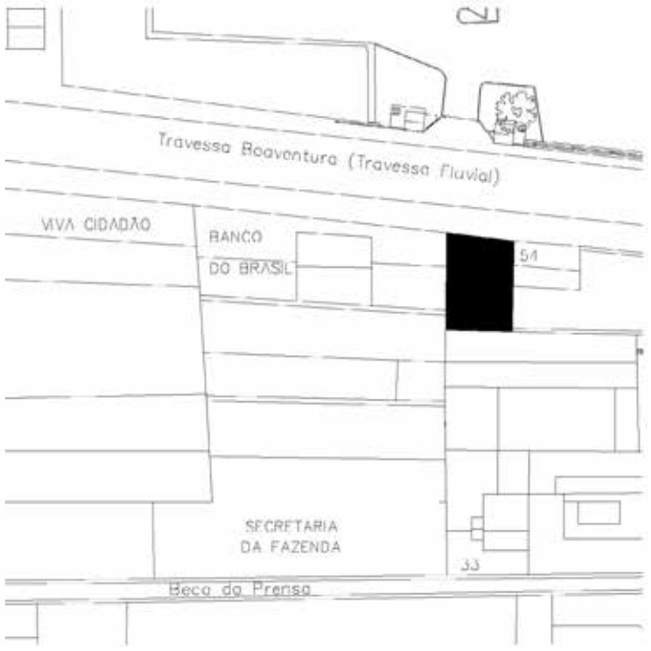
PRAÇA BENEDITO LEITE







Endereço: Praça Benedito Leite – Associação Comercial
Uso atual: serviço, institucional e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 7
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –

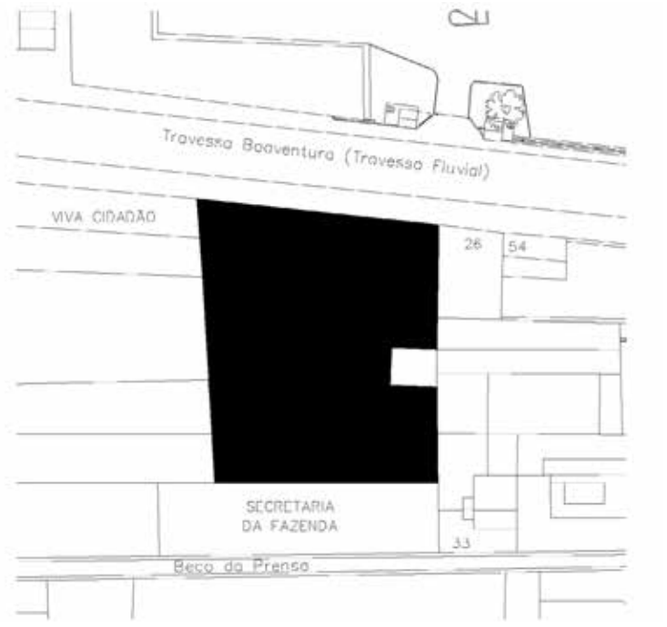




TRAVESSA BOA VENTURA Nº 26



Endereço: Travessa Boa Ventura, 26



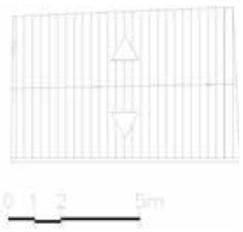
TRAVESSA BOA VENTURA Nº 078 B

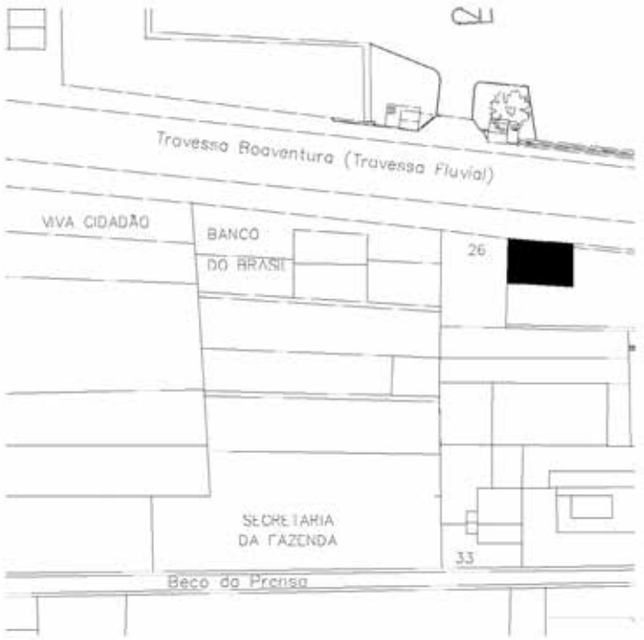


Endereço: Travessa Boa Ventura, 78B

TRAVESSA BOA VENTURA SN - NO LOCAL 54



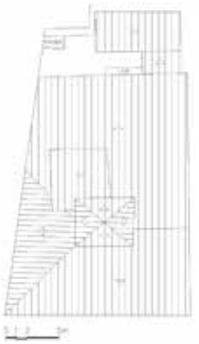


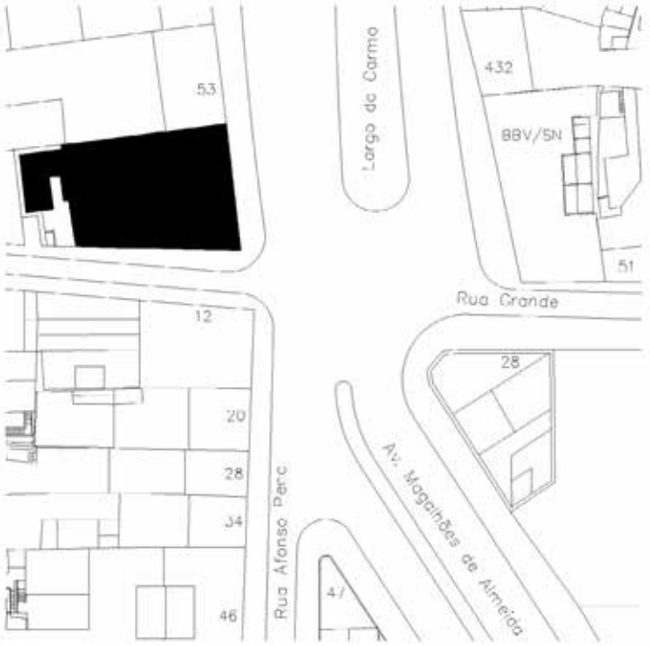


Endereço: Travessa Boa Ventura, s/n no local 54

LARGO DO CARMO Nº 37







Endereço: Largo do Carmo, 37
Uso atual: comercial e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: subsolo e mirante
Área do lote: 523,15 m²
Área de Projeção: 451,41 m²
Estado de conservação: satisfatório





LARGO DO CARMO Nº 53



Endereço: Largo do Carmo, 53
Uso atual: comercial e serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 451,05 m²
Área de Projeção: 415,51 m²
Estado de conservação: satisfatório





LARGO DO CARMO Nº 66



Endereço: Largo do Carmo, 66
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 437,87 m²
Área de Projeção: 371,76 m²
Estado de conservação: bom

LARGO DO CARMO Nº 78



Endereço: Largo do Carmo, 78
Uso atual: comercial
Uso anterior: Banco Bradesco
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 452,09 m²
Área de Projeção: 351,41 m²
Estado de conservação: bom



LARGO DO CARMO Nº 90



Endereço: Largo do Carmo, 90
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 308,21 m²
Área de Projeção: 244,92 m²
Estado de conservação: bom







LARGO DO CARMO Nº 102



Endereço: Largo do Carmo, 102
Uso atual: comercial e serviço
Uso anterior: comercial
Gabarito: 2
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 617,04 m²
Área de Projeção: 499,51 m²
Estado de conservação: satisfatório





LARGO DO CARMO Nº 114

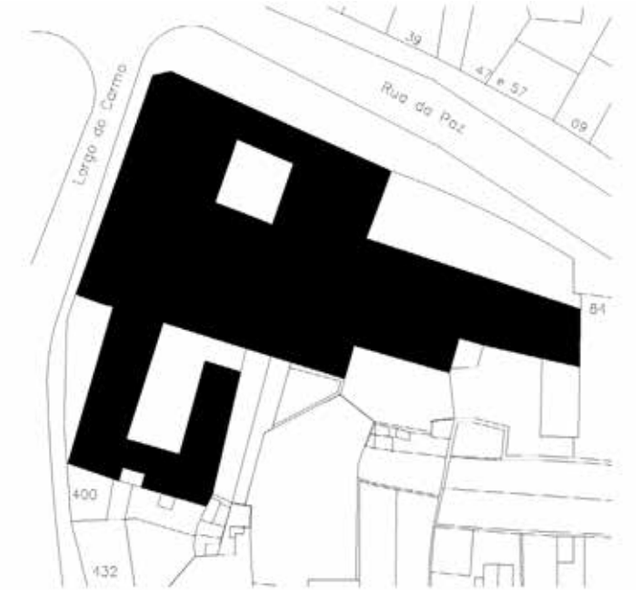


Endereço: Largo do Carmo, 114
Uso atual: vago
Uso anterior: Banco Bandeirantes
Gabarito: 2
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 509,02 m²
Área de Projeção: 385,42 m²
Estado de conservação: satisfatório

LARGO DO CARMO Nº 350 - IGREJA DO CARMO



Endereço: Largo do Carmo, 350 – Igreja do Carmo
Uso atual: institucional e culto
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –



LARGO DO CARMO Nº 400 - COM RUA DA PAZ - FUNDOS DO CONVENTO



Endereço: Largo do Carmo, 360 / 400
Uso atual: institucional e culto
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –







LARGO DO CARMO Nº 432





LARGO DO CARMO SN

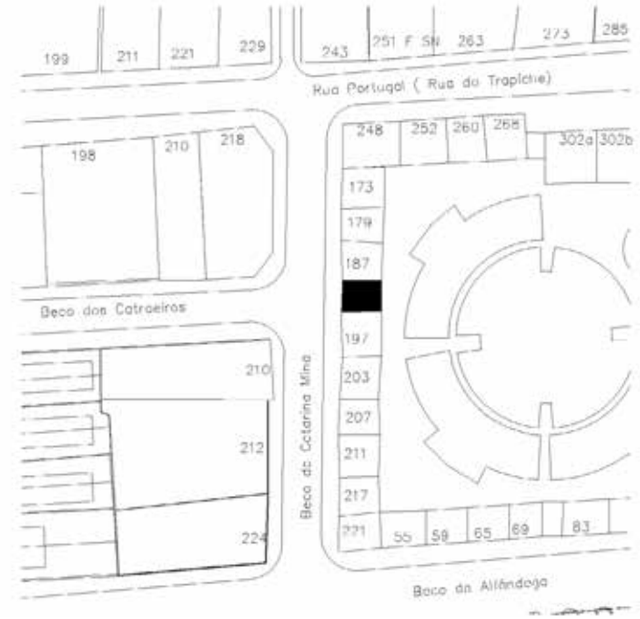


Endereço: Largo do Carmo, s/n BBV
** ocupante não autorizou questionário*
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –

BECO CATARINA MINA - FEIRA PG



Endereço: Beco Catarina Mina – Feira da Praia Grande (entre o nº 187 e o nº 197)
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –



BECO CATARINA MINA Nº 61



Endereço: Beco Catarina Mina, 61
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: –
Área do lote: 145,86 m²
Área de Projeção: 131,05 m²
Estado de conservação: –









BECO CATARINA MINA Nº 62



Endereço: Beco Catarina Mina, 62
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 49,70 m²
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –





BECO CATARINA MINA Nº 70



Endereço: Beco Catarina Mina, 70
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 65,08 m²
Área de Projeção: 65,08 m²
Estado de conservação: –

BECO CATARINA MINA Nº 76







Endereço: Beco Catarina Mina, 76
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 60,75 m²
Área de Projeção: 60,75 m²
Estado de conservação: –

BECO CATARINA MINA Nº 84



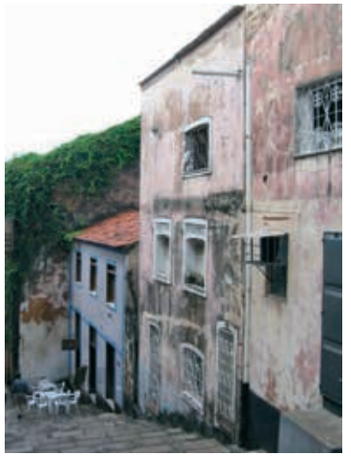




Endereço: Beco Catarina Mina, 84
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 168,44 m²
Área de Projeção: 158,21 m²
Estado de conservação: bom

BECO CATARINA MINA Nº 120





Endereço: Beco Catarina Mina, 120
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –

BECO CATARINA MINA Nº 123



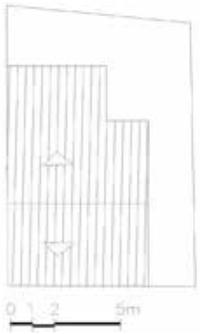


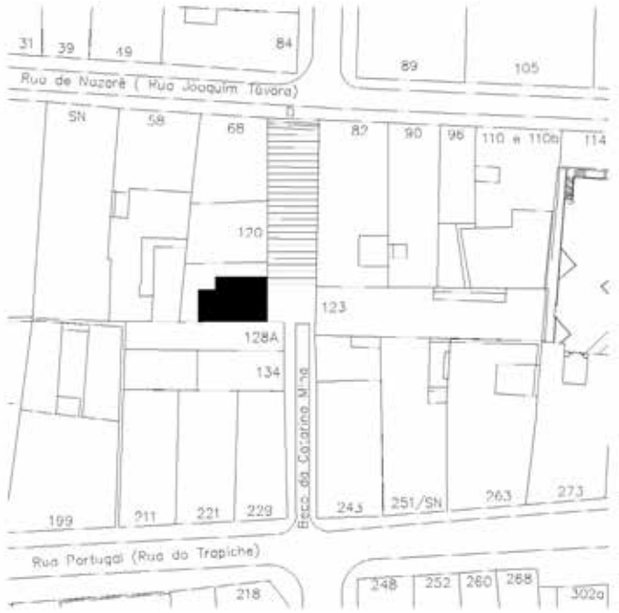


Endereço: Beco Catarina Mina, 123
Uso atual: comercial e serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 244,49 m²
Área de Projeção: 187,38 m²
Estado de conservação: bom

BECO CATARINA MINA Nº 124







Endereço: Beco Catarina Mina, 124
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 87,57 m²
Área de Projeção: 59,98 m²
Estado de conservação: –

BECO CATARINA MINA Nº 128 A





Endereço: Beco Catarina Mina, 128A
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 153,76 m²
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –

BECO CATARINA MINA Nº 134

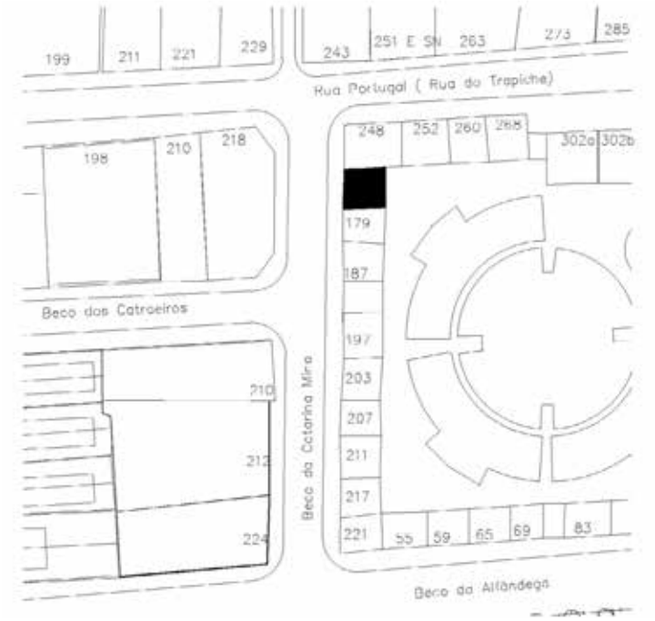






Endereço: Beco Catarina Mina, 134
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: –
Área do lote: 135,32 m²
Área de Projeção: 74,20 m²
Estado de conservação: –

BECO CATARINA MINA Nº 173





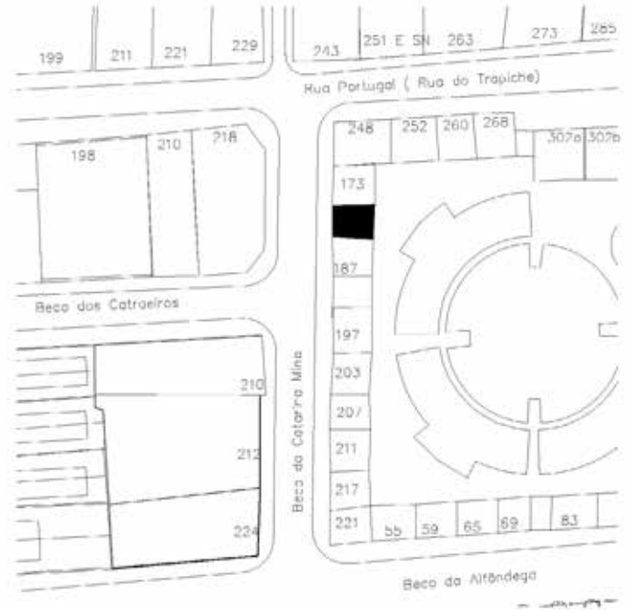


Endereço: Beco Catarina Mina, 173
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 49,52 m²
Área de Projeção: 49,52 m²
Estado de conservação: com problemas

BECO CATARINA MINA Nº 179



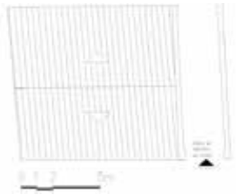


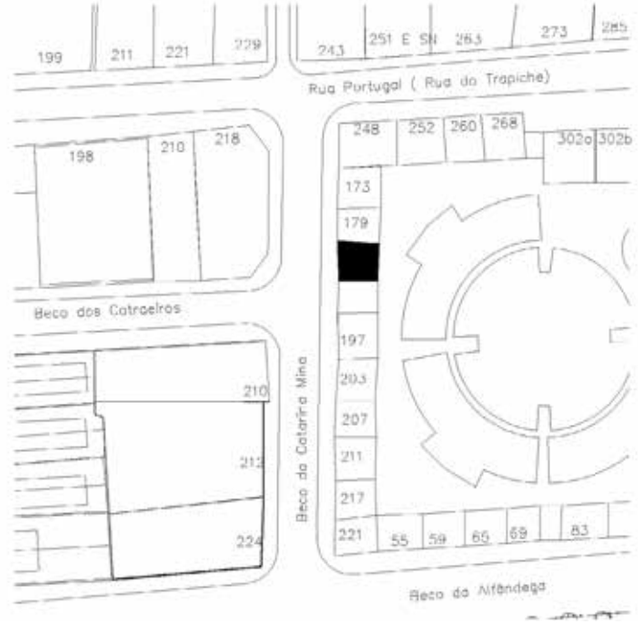


Endereço: Beco Catarina Mina, 179
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: sótão habitável
Área do lote: 58,42 m²
Área de Projeção: 58,42 m²
Estado de conservação: satisfatório

BECO CATARINA MINA Nº 187

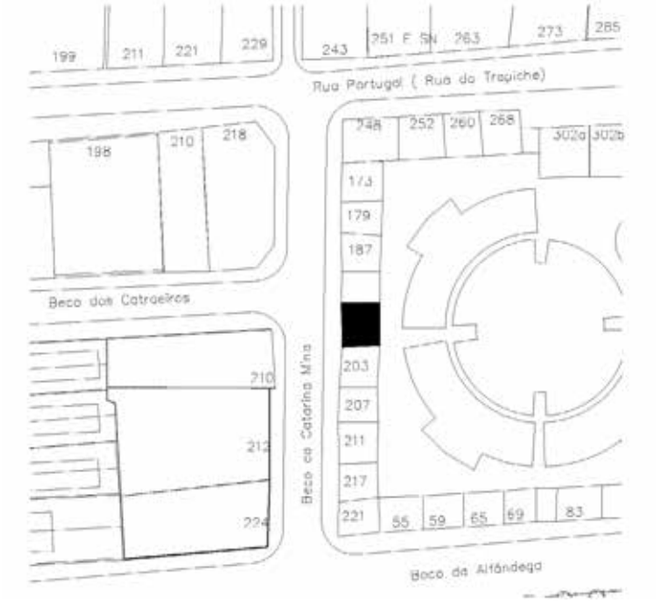






Endereço: Beco Catarina Mina, 187
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 99,37 m²
Área de Projeção: 99,37 m²
Estado de conservação: –

BECO CATARINA MINA Nº 197

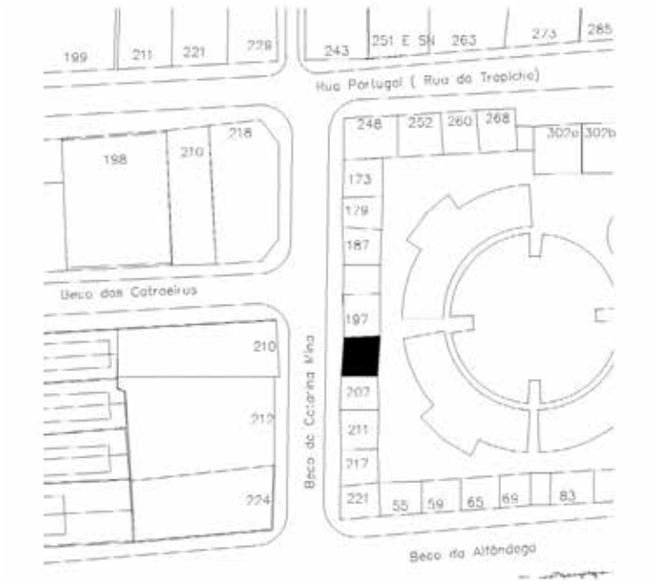






Endereço: Beco Catarina Mina, 197
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: sótão habitável
Área do lote: 50,69 m²
Área de Projeção: 50,69 m²
Estado de conservação: satisfatório

BECO CATARINA MINA Nº 203





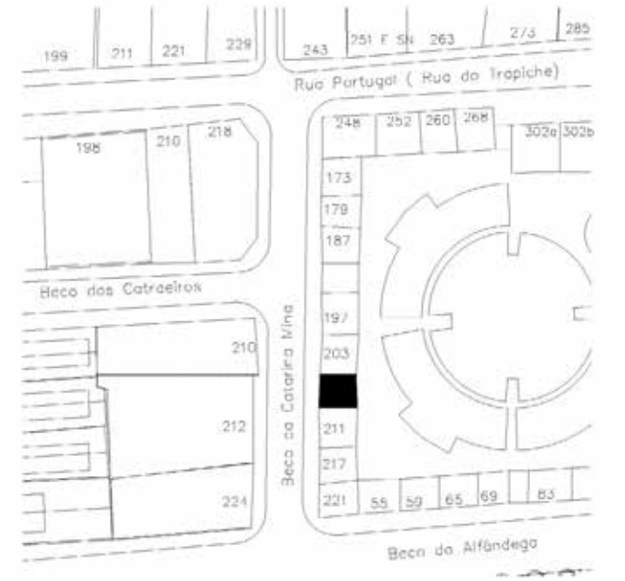


Endereço: Beco Catarina Mina, 203
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: sótão habitável
Área do lote: 53,13 m²
Área de Projeção: 53,13 m²
Estado de conservação: com problemas

BECO CATARINA MINA Nº 207





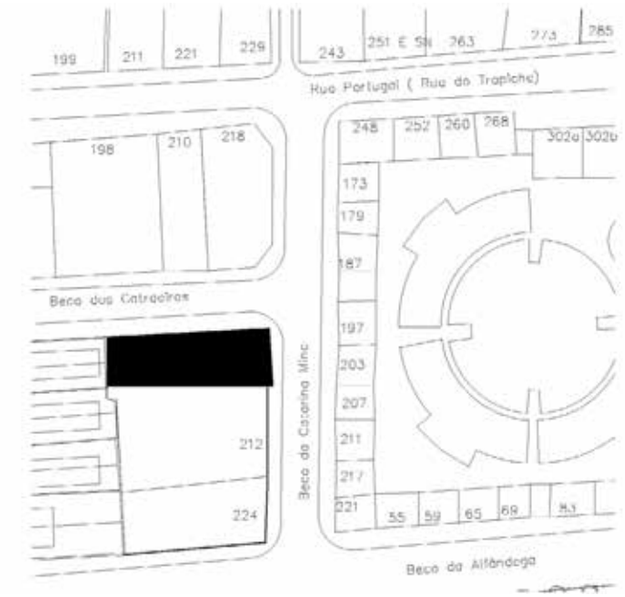


Endereço: Beco Catarina Mina, 207
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: sótão habitável
Área do lote: 51,35 m²
Área de Projeção: 51,35 m²
Estado de conservação: satisfatório

BECO CATARINA MINA Nº 210

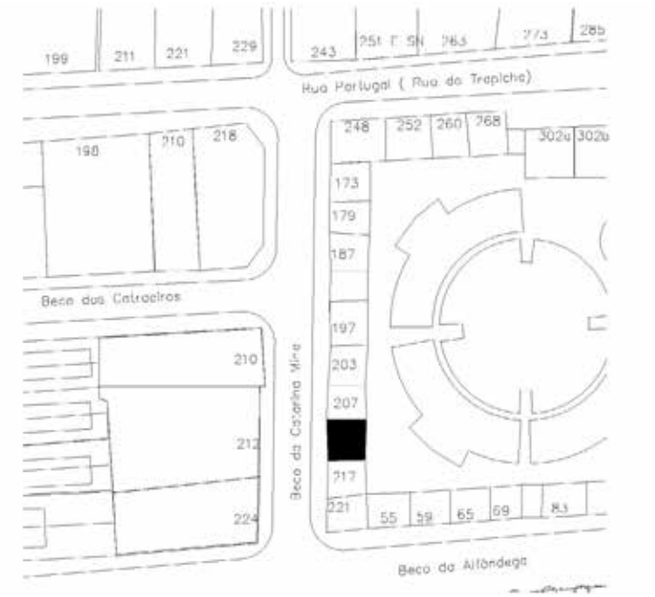






Endereço: Beco Catarina Mina, 210
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: satisfatório

BECO CATARINA MINA Nº 211

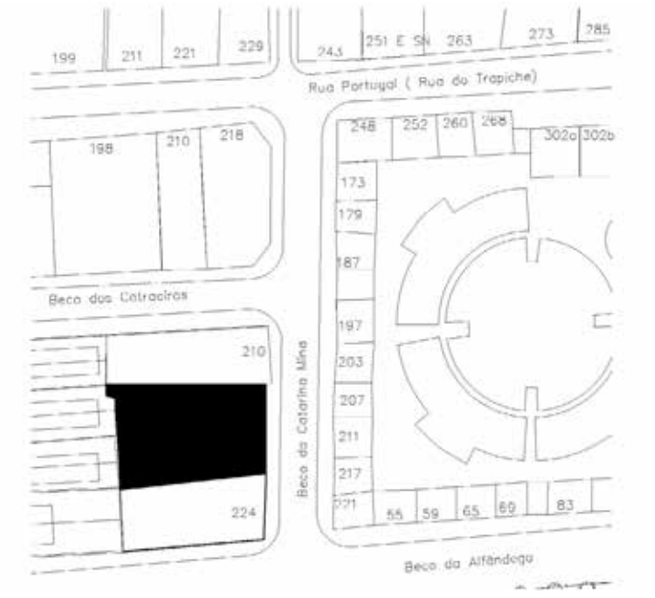






Endereço: Beco Catarina Mina, 211
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: mezanino
Área do lote: 50,95 m²
Área de Projeção: 50,95 m²
Estado de conservação: satisfatório

BECO CATARINA MINA Nº 212





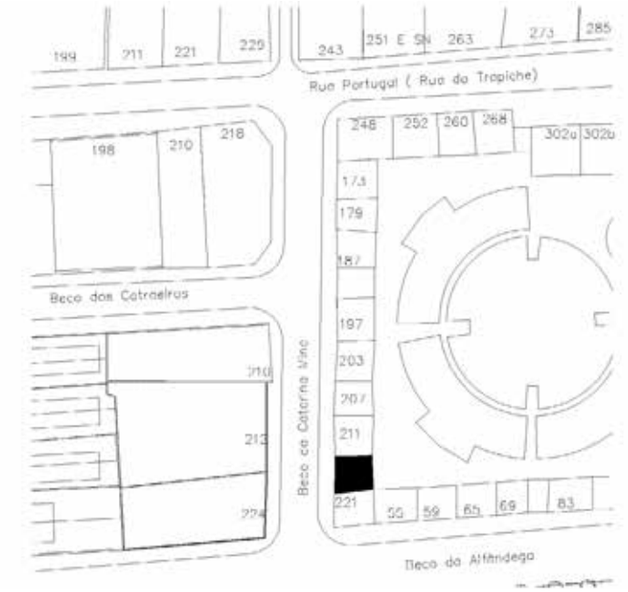


Endereço: Beco Catarina Mina, 212
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –

BECO CATARINA MINA Nº 217





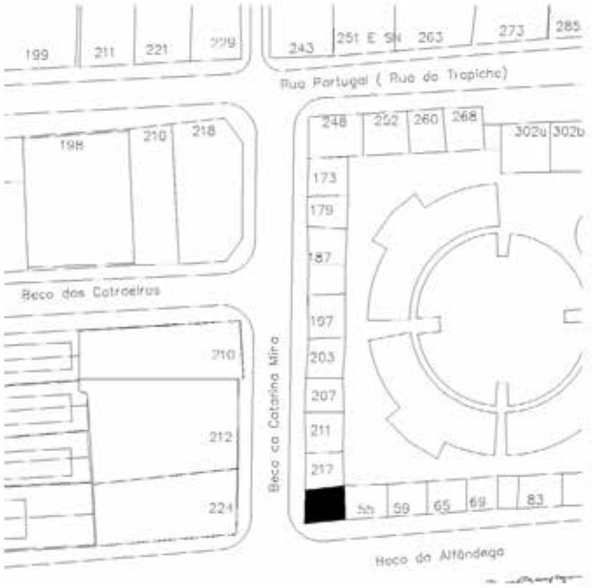


Endereço: Beco Catarina Mina, 217
Uso atual: sem informação
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: sótão habitável
Área do lote: 51,39 m²
Área de Projeção: 51,39 m²
Estado de conservação: com problemas

BECO CATARINA MINA Nº 221

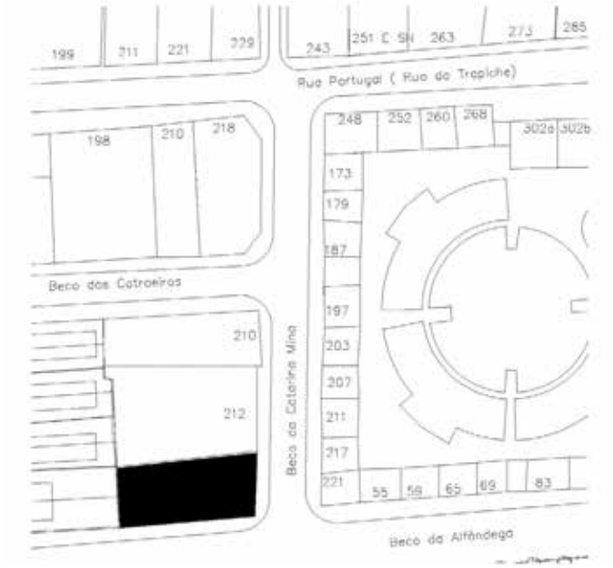


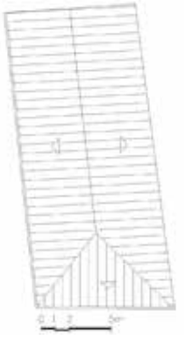




Endereço: Beco Catarina Mina, 221
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: mezanino
Área do lote: 53,16 m²
Área de Projeção: 53,16 m²
Estado de conservação: com problemas

BECO CATARINA MINA Nº 224

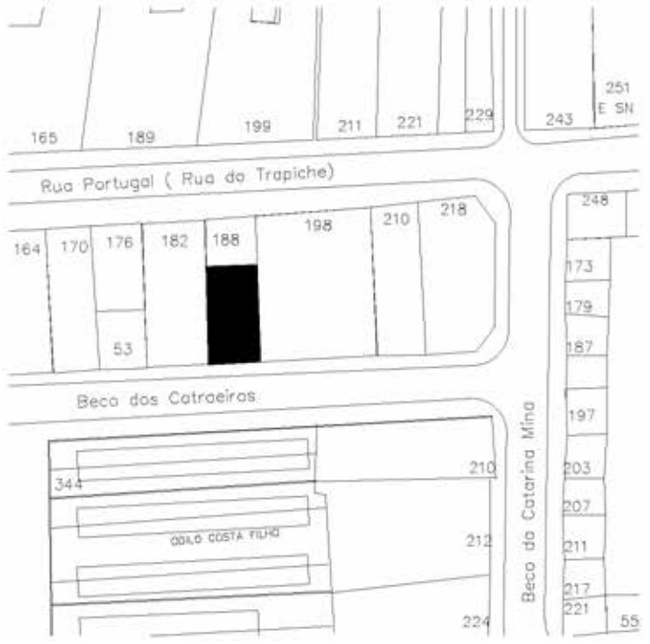






Endereço: Beco Catarina Mina, 224
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: bom

BECO DOS CATRAEIROS Nº 49







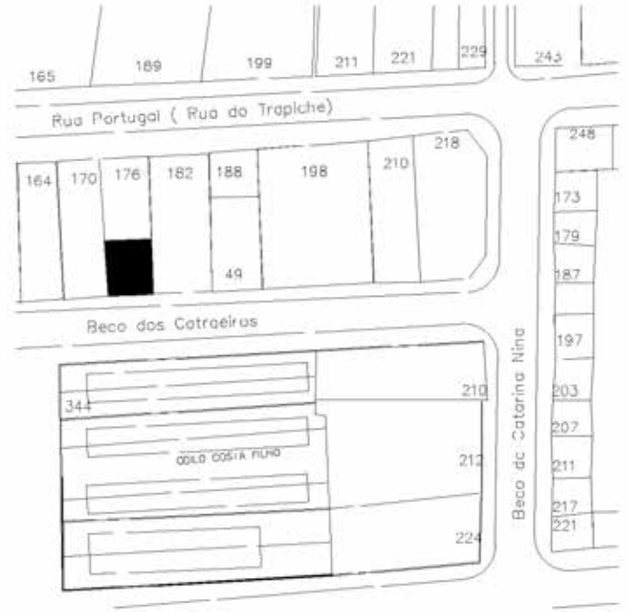
Endereço: Beco dos Catraeiros, 49

BECO DOS CATRAEIROS Nº 53



Endereço: Beco dos Catraeiros, 53





BECO DOS CATRAEIROS Nº 57

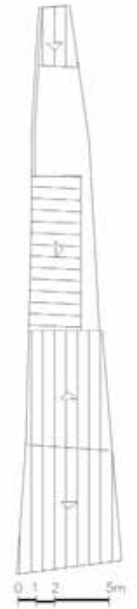


Endereço: Beco dos Catraeiros, 57









BECO DO COUTO Nº 42



Endereço: Beco do Couto, 42





BECO DO COUTO Nº 46

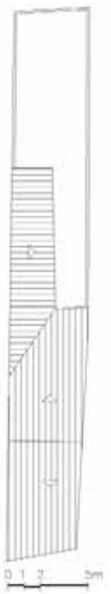


Endereço: Beco do Couto, 46

BECO DO COUTO Nº 50



Endereço: Beco do Couto, 50

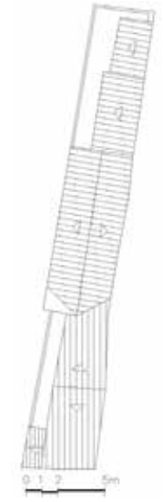




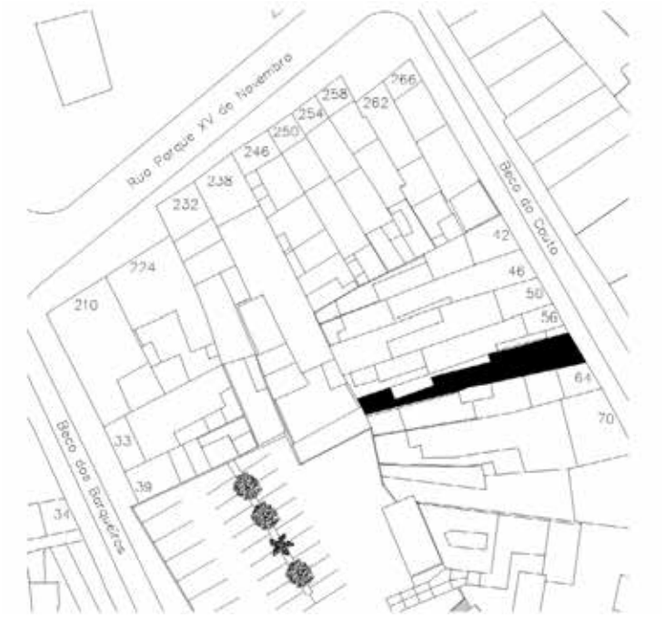
BECO DO COUTO Nº 56



Endereço: Beco do Couto, 56









BECO DO COUTO Nº 60



Endereço: Beco do Couto, 60





BECO DO COUTO Nº 64



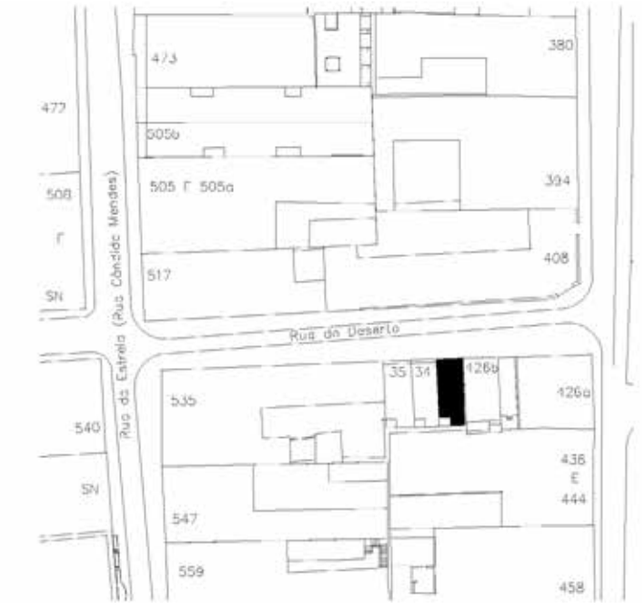
Endereço: Beco do Couto, 64

RUA DO DESERTO Nº 3



Endereço: Rua do Deserto, 3

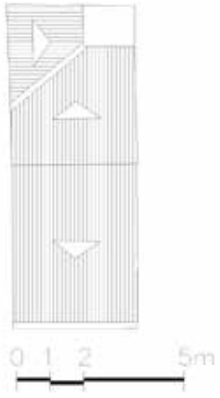




RUA DO DESERTO Nº 34



Endereço: Rua do Deserto, 34





RUA DO DESERTO Nº 35



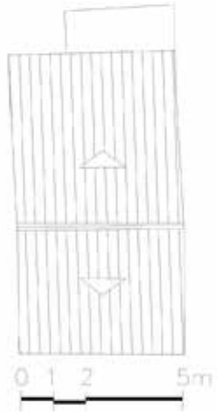




Endereço: Rua do Deserto, 35

RUA DO DESERTO Nº 426 B





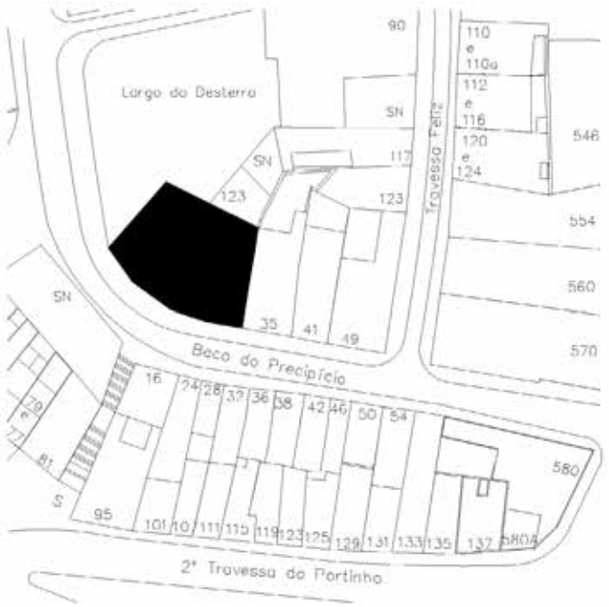


Endereço: Rua do Deserto, 426B

LARGO DO DESTERRO -
IGREJA DO DESTERRO



Endereço: Largo do Desterro – Igreja do Desterro
Uso atual: culto
Uso anterior: culto
Gabarito: 2
Outros gabaritos: torre
Área do lote: 262,64 m²
Área de Projeção: 240,07 m²
Estado de conservação: –



LARGO DO DESTERRO Nº 49 SN





Endereço: Largo do Desterro, 49 no local 56
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 118,10 m²
Área de Projeção: 118,10 m²
Estado de conservação: –

LARGO DO DESTERRO Nº 123





Endereço: Largo do Desterro, 123
Uso Atual: vago
Uso anterior:sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 925,56 m²
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –

PRAIA DO DESTERRO Nº 65



Endereço: Praia do Desterro, 65

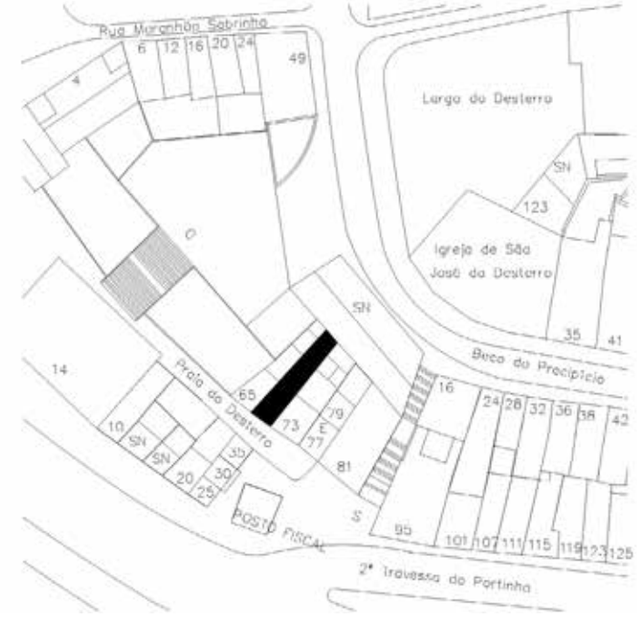


PRAIA DO DESTERRO Nº 71

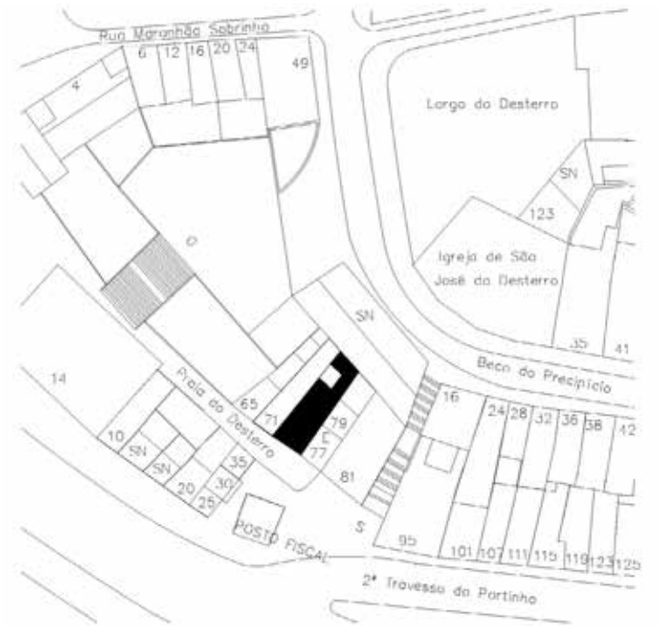


Endereço: Praia do Desterro, 71





PRAIA DO DESTERRO Nº 73

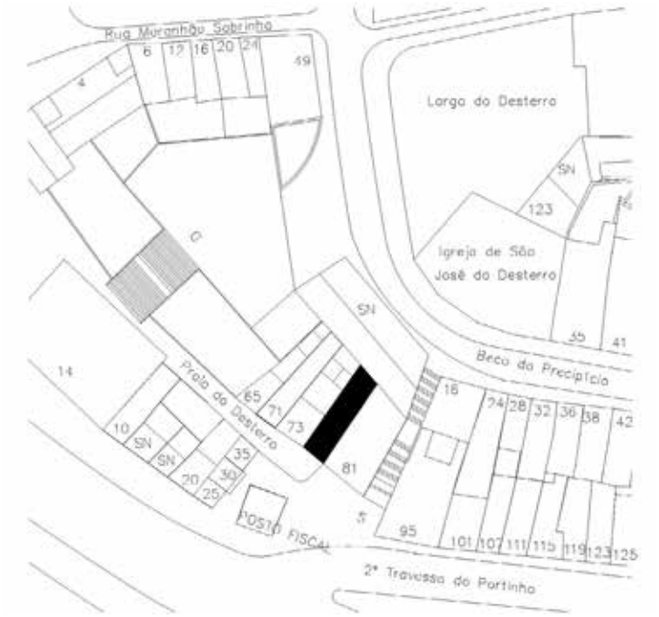


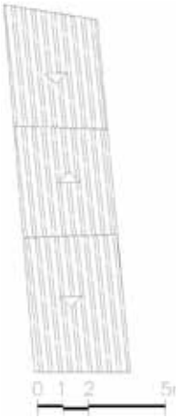




Endereço: Praia do Desterro, 73

PRAIA DO DESTERRO Nº 77



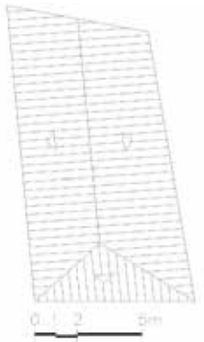




Endereço: Praia do Desterro, 77

PRAIA DO DESTERRO Nº 81



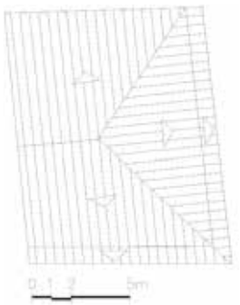


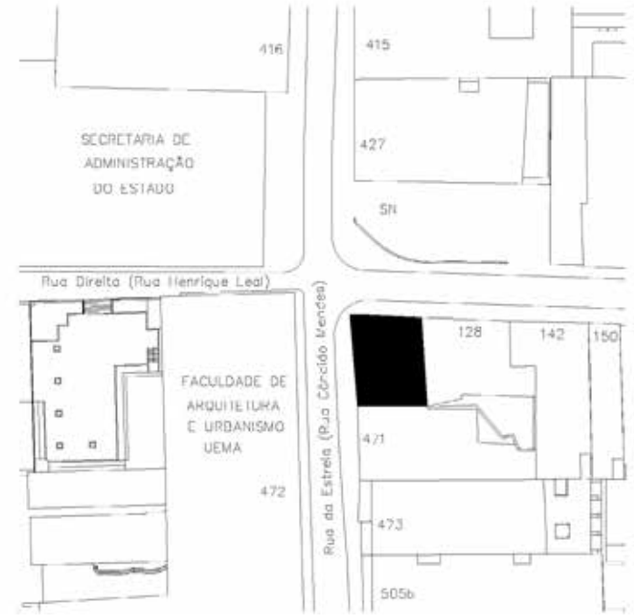


Endereço: Praia do Desterro, 81

RUA DIREITA Nº 118

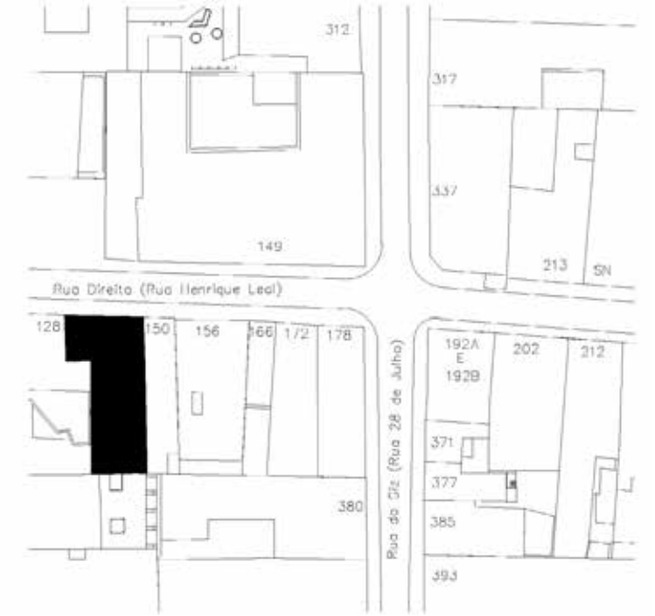






Endereço: Rua Direita, 118

RUA DIREITA Nº 128

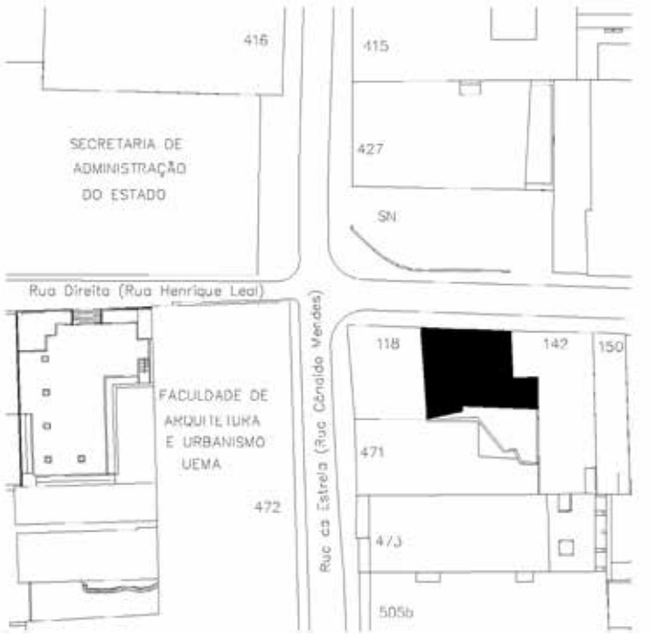






Endereço: Rua Direita, 128

RUA DIREITA Nº 142



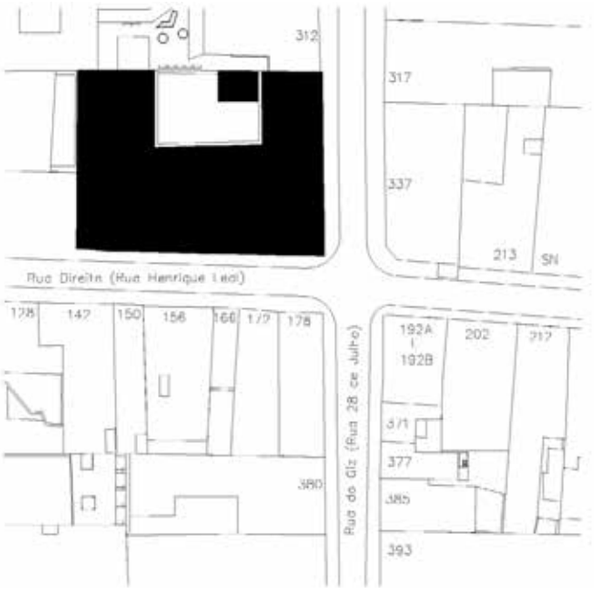


Endereço: Rua Direita, 142

RUA DIREITA Nº 149



Endereço: Rua Direita, 149

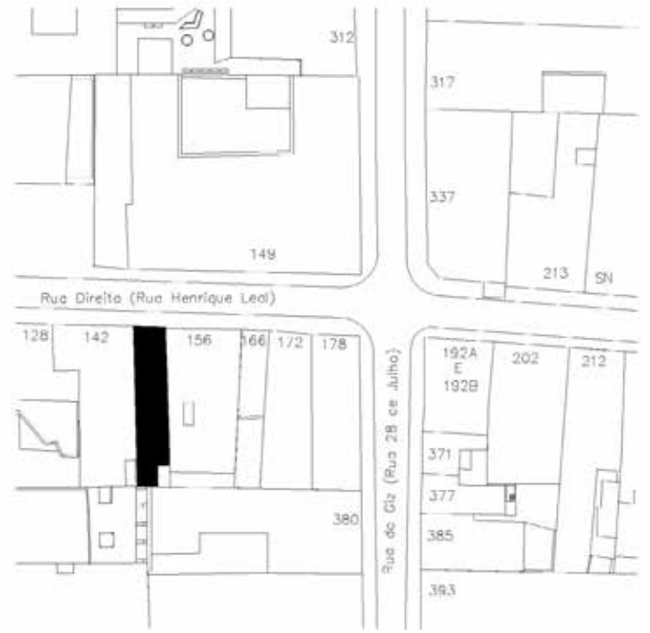


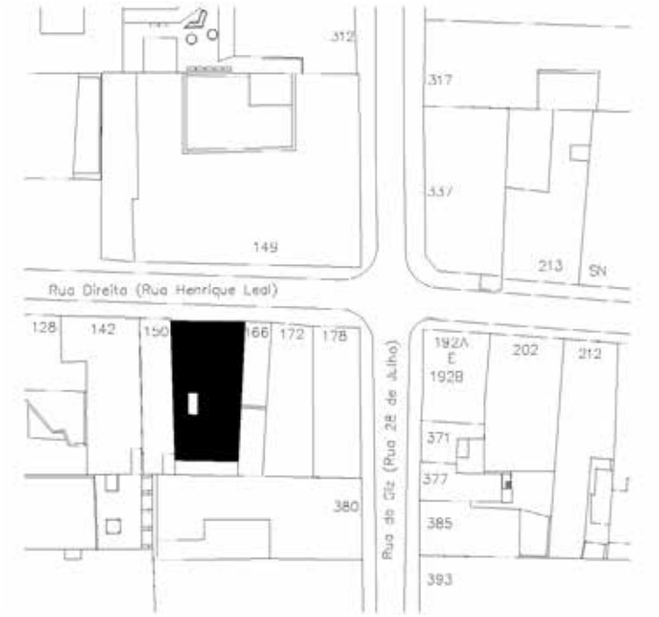
RUA DIREITA Nº 150



Endereço: Rua Direita, 150





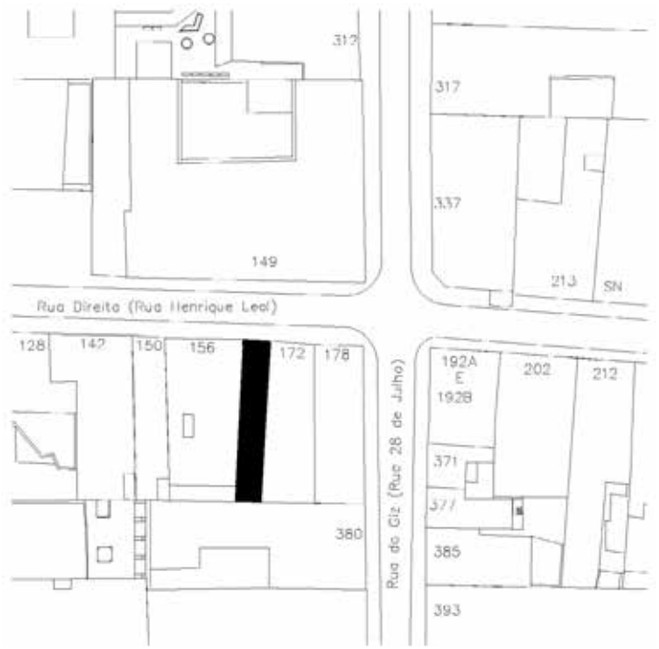




RUA DIREITA Nº 156



Endereço: Rua Direita, 156





RUA DIREITA Nº 166



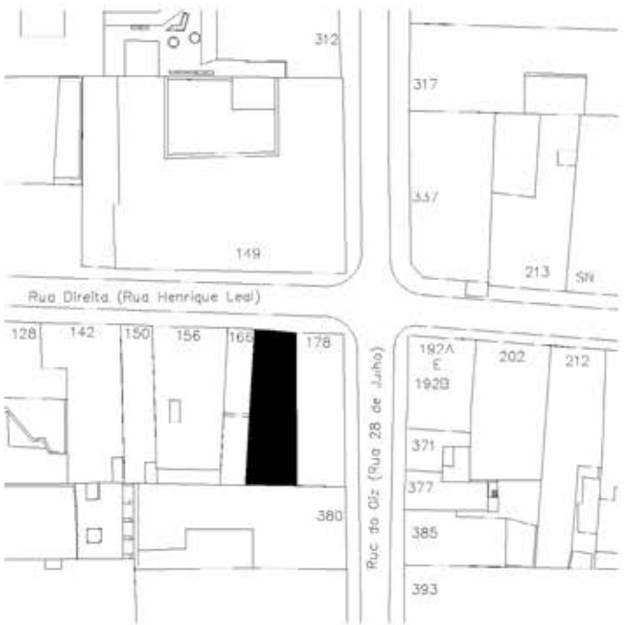
Endereço: Rua Direita, 166

RUA DIREITA Nº 172



Endereço: Rua Direita, 172



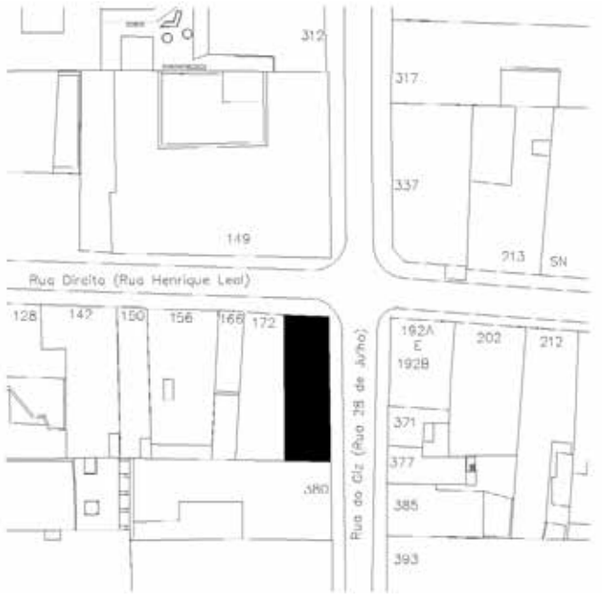


RUA DIREITA Nº 178

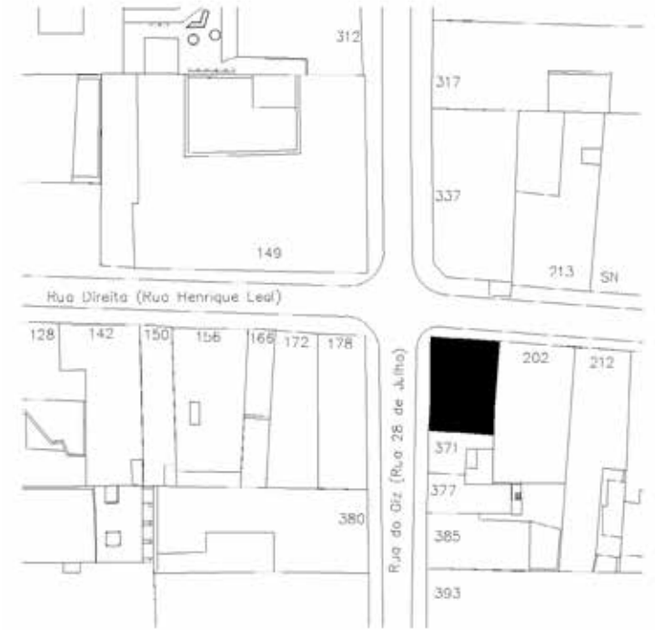


Endereço: Rua Direita, 178





RUA DIREITA Nº 192 A/192B

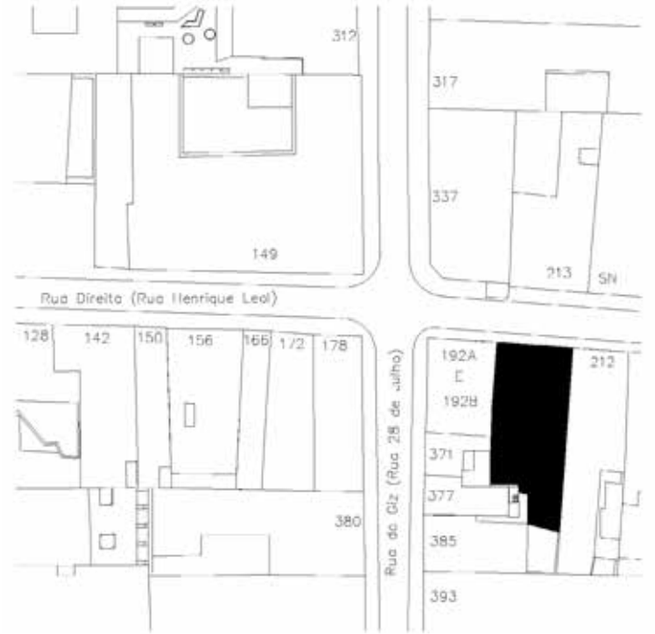






Endereço: Rua Direita, 192A/ 192B

RUA DIREITA Nº 202







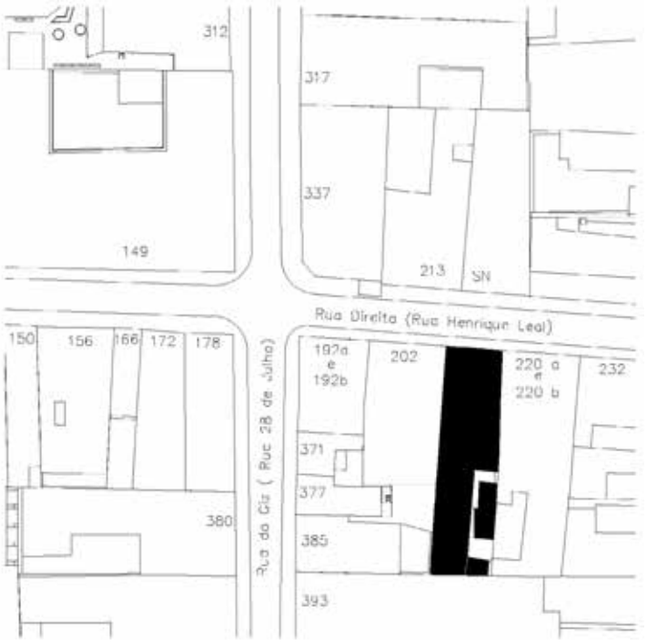
Endereço: Rua Direita, 202

RUA DIREITA Nº 212



Endereço: Rua Direita, 212



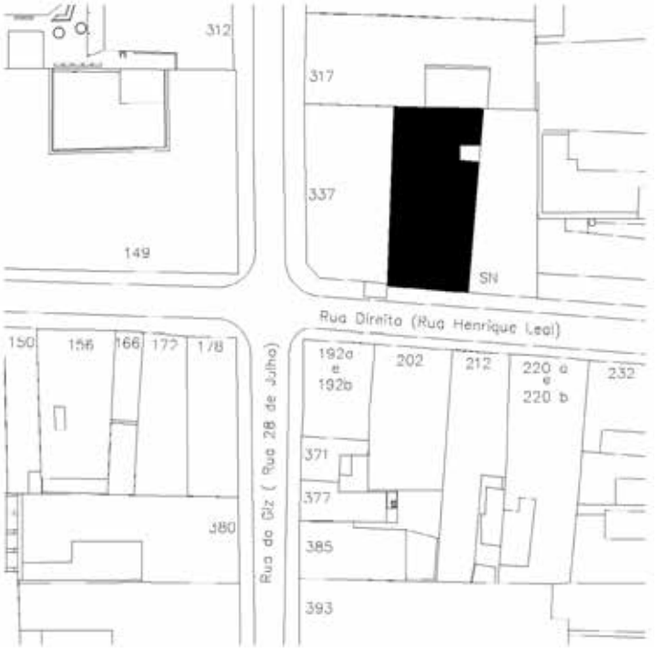


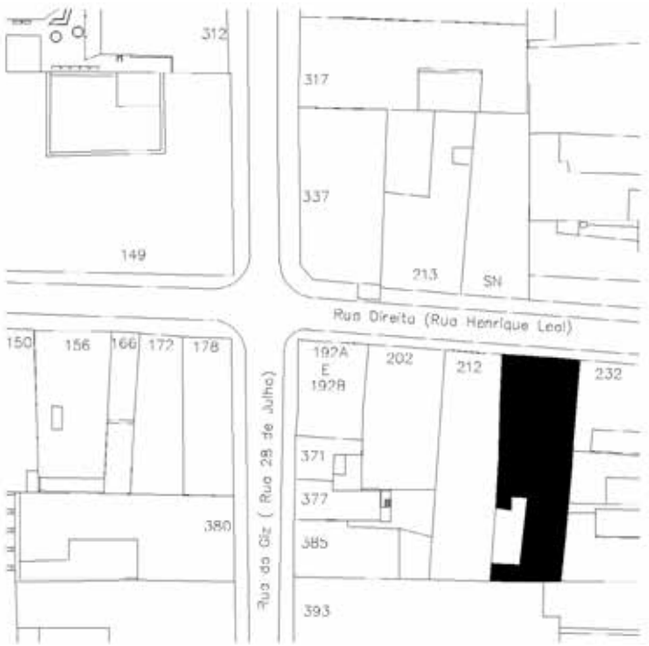
RUA DIREITA Nº 213



Endereço: Rua Direita, 213







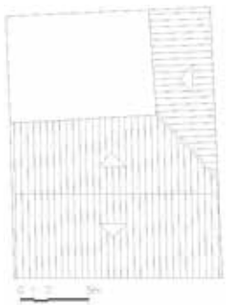


RUA DIREITA Nº 220



Endereço: Rua Direita, 220





RUA DIREITA Nº 232



Endereço: Rua Direita, 232

RUA DIREITA Nº 270



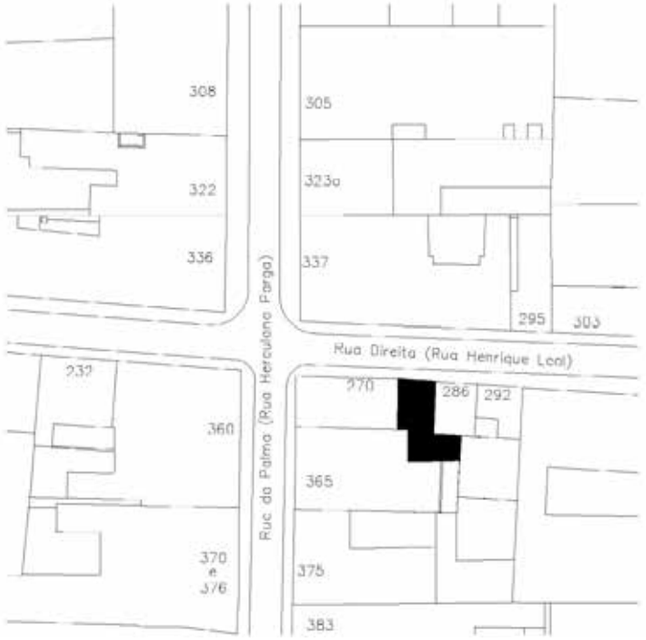
Endereço: Rua Direita, 270

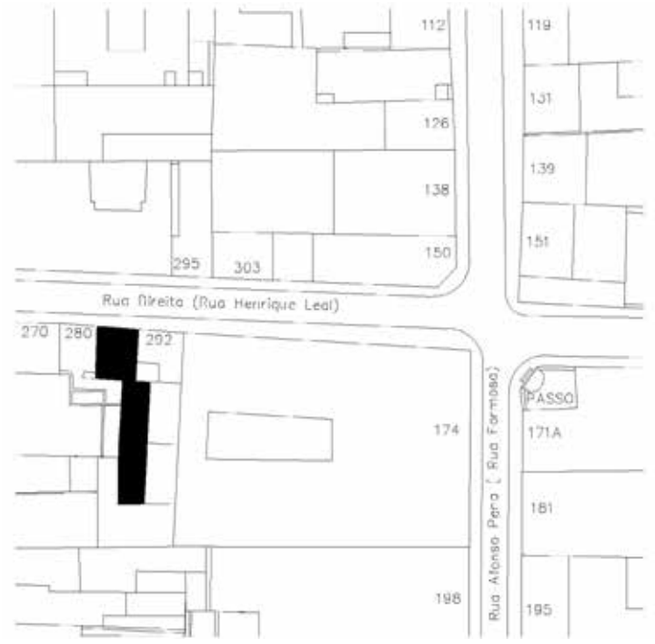


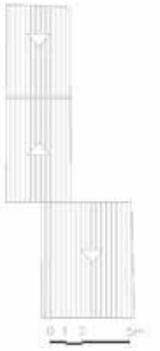
RUA DIREITA Nº 280



Endereço: Rua Direita, 280





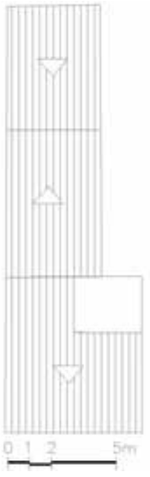


RUA DIREITA Nº 286



Endereço: Rua Direita, 286





RUA DIREITA Nº 292

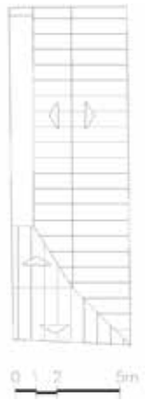


Endereço: Rua Direita, 292

RUA DIREITA Nº 295



Endereço: Rua Direita, 295





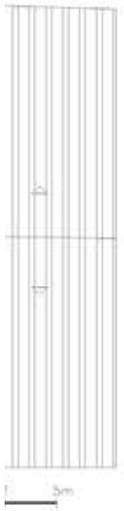
RUA DIREITA Nº 303



Endereço: Rua Direita, 303





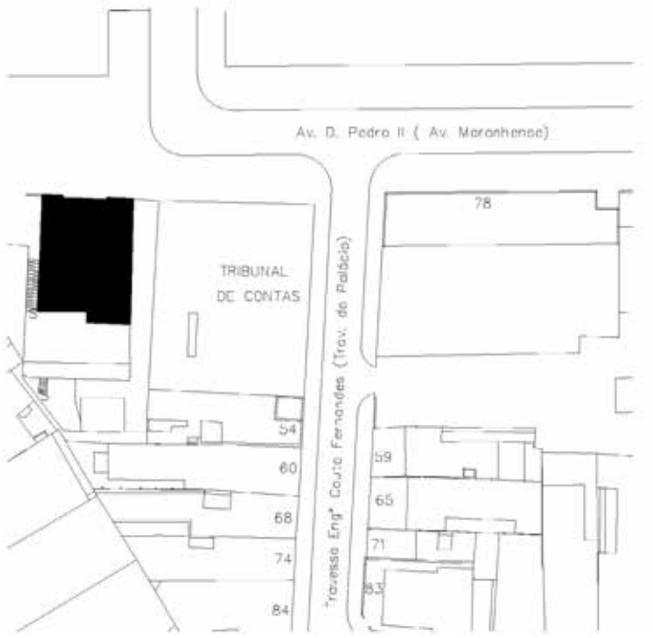


RUA DIREITA SN



Endereço: Rua Direita, s/n (ao lado do nº 213 da Rua Direita)

AVENIDA DOM PEDRO - CAPITANIA DOS PORTOS

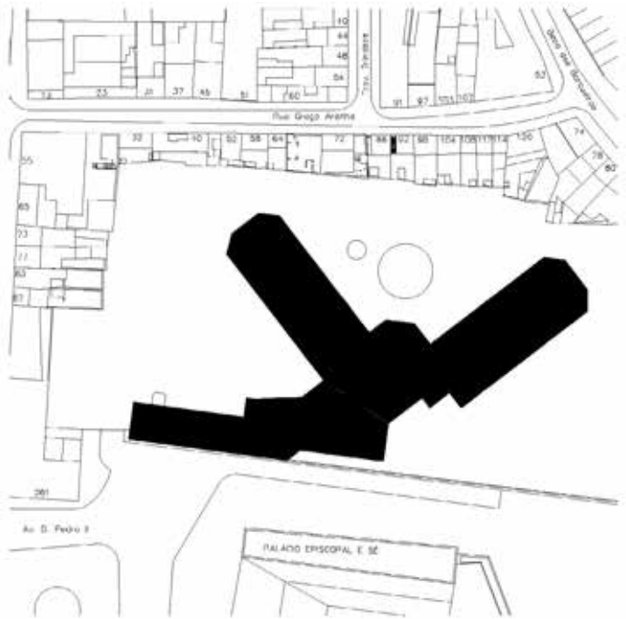




Endereço: Avenida Dom Pedro II – Capitania dos Portos
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –

AVENIDA DOM PEDRO II - HOTEL VILA RICA

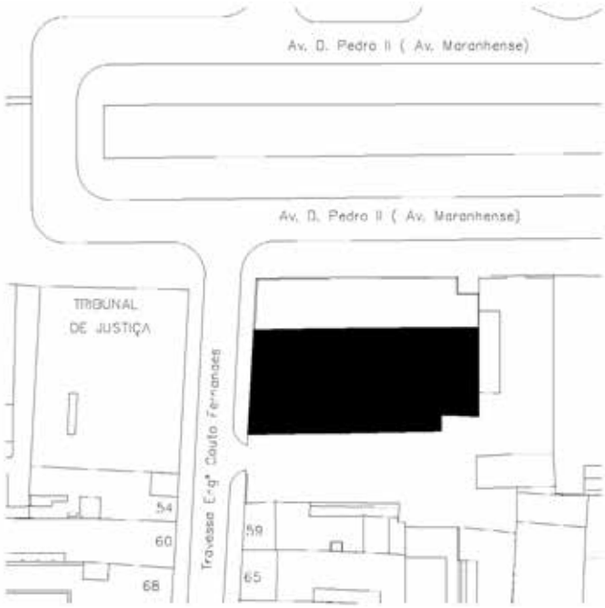




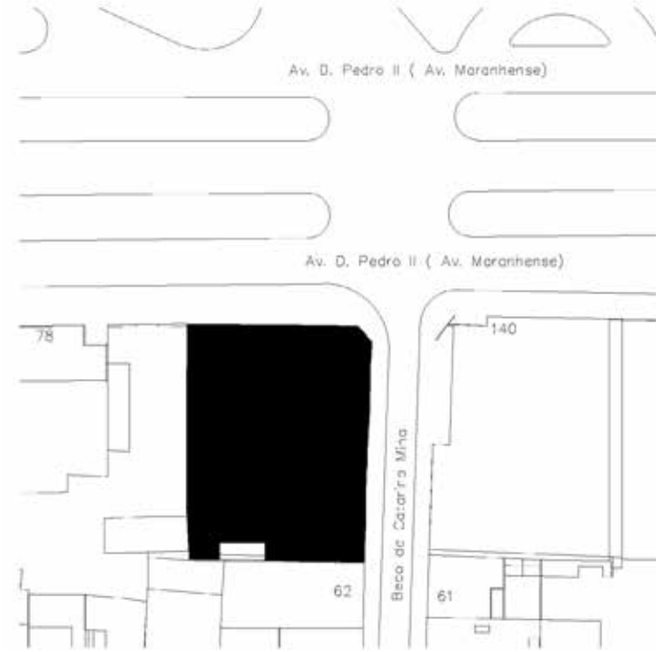
Endereço: Avenida Dom Pedro II – Hotel Vila Rica
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 4
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –

AVENIDA DOM PEDRO II Nº 078





Endereço: Avenida Dom Pedro II, 78
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: –
Área do lote: 743,18 m²
Área de Projeção: 503,54 m²
Estado de conservação: –





AVENIDA DOM PEDRO II Nº 102



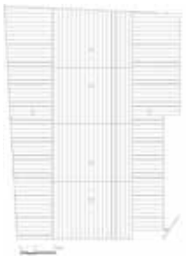
AVENIDA DOM PEDRO II Nº 120

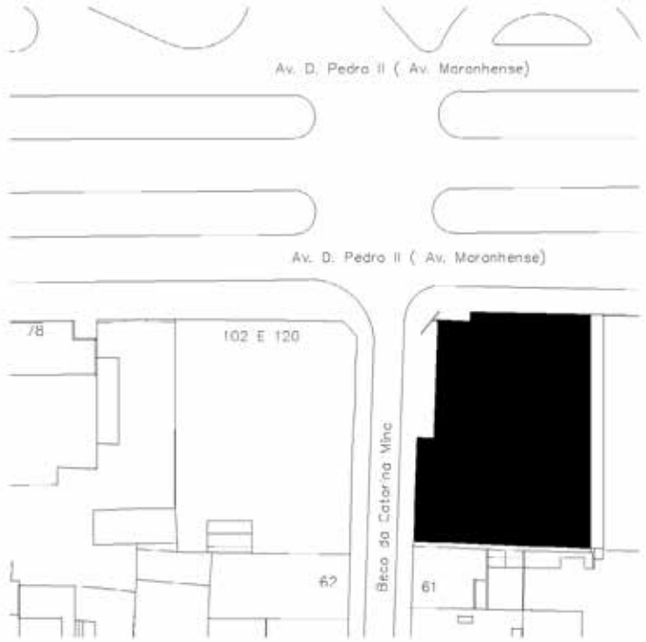


Endereço: Avenida Dom Pedro II, 102 / 120
Uso atual: serviço
Uso anterior: antigo BDM
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 796,55 m²
Área de Projeção: 781,85 m²
Estado de conservação: bom

AVENIDA DOM PEDRO II Nº 140





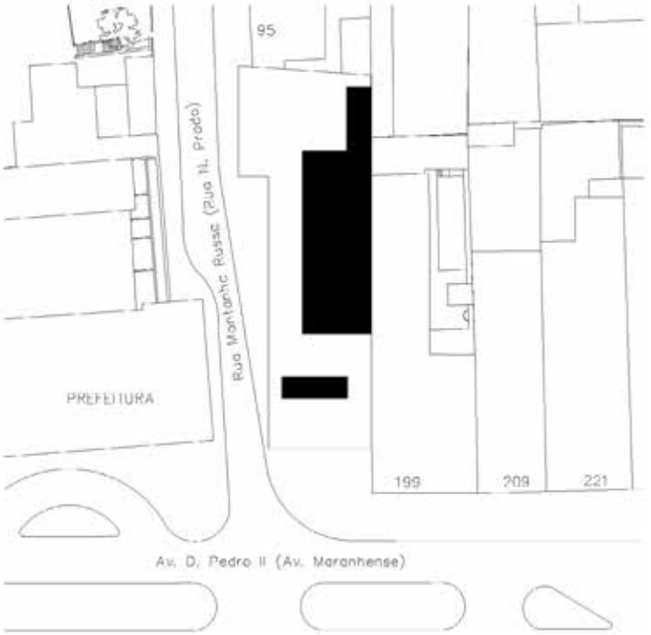


Endereço: Avenida Dom Pedro II, 140
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 743,28 m²
Área de Projeção: 743,28 m²
Estado de conservação: –

AVENIDA DOM PEDRO II Nº 181

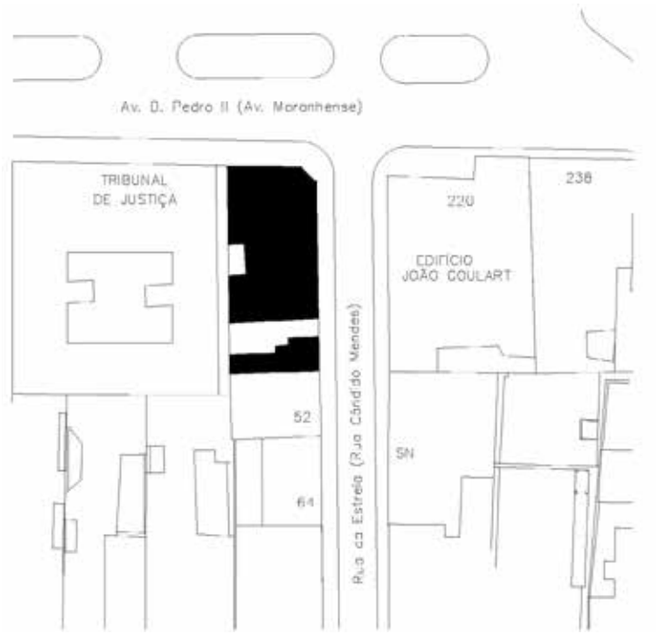


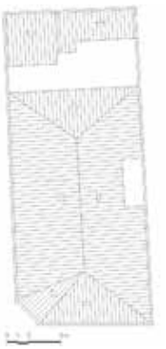




Endereço: Avenida Dom Pedro II, 181
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 733,95 m²
Área de Projeção: 272,33 m²
Estado de conservação: –

AVENIDA DOM PEDRO II Nº 190

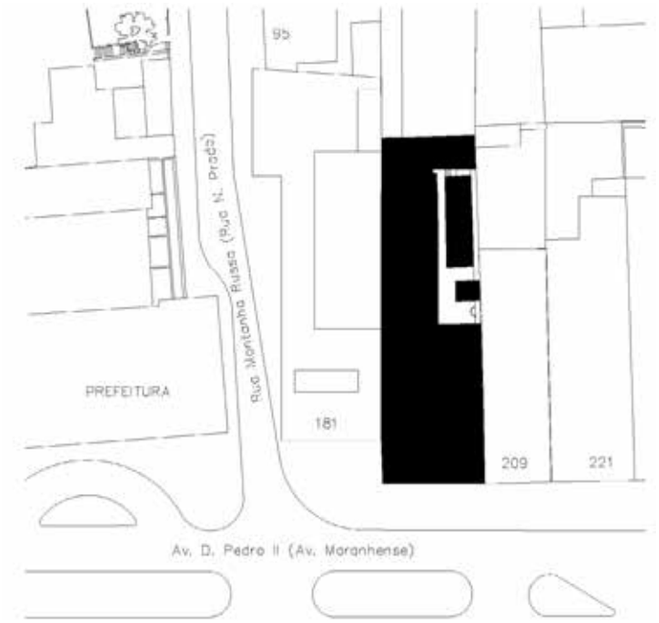






Endereço: Avenida Dom Pedro II, 190
Uso atual: institucional (anexo do Tribunal de Justiça)
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: –
Área do lote: 364,37 m²
Área de Projeção: 317,53 m²
Estado de conservação: –

AVENIDA DOM PEDRO II Nº 199



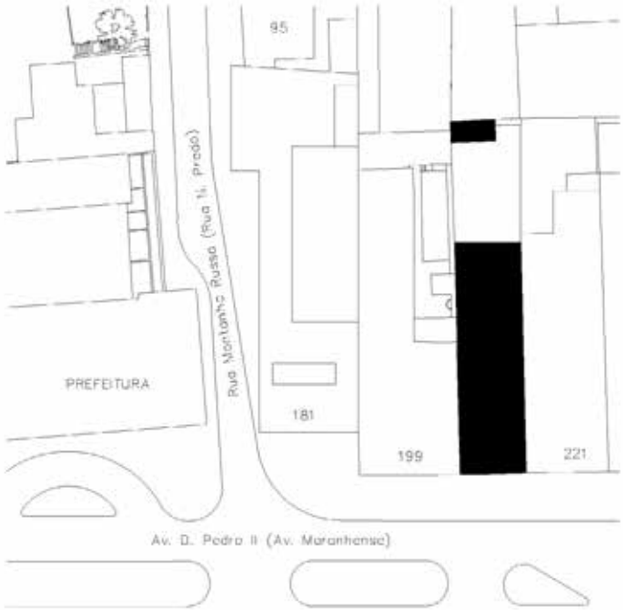


Endereço: Avenida Dom Pedro II, 199
Uso atual: vago
Uso anterior: JUCEMA
Gabarito:: 2
Área do lote: 701,78 m²
Área de Projeção: 606,41 m²
Estado de conservação: com problemas

AVENIDA DOM PEDRO II Nº 209



Endereço: Avenida Dom Pedro II, 209
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 315,05 m²
Área de Projeção: 315,05 m²
Estado de conservação: –

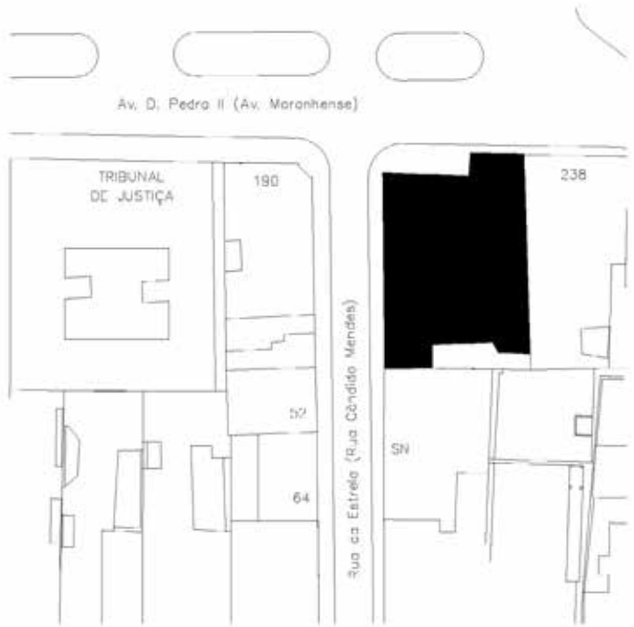


AVENIDA DOM PEDRO II Nº 220

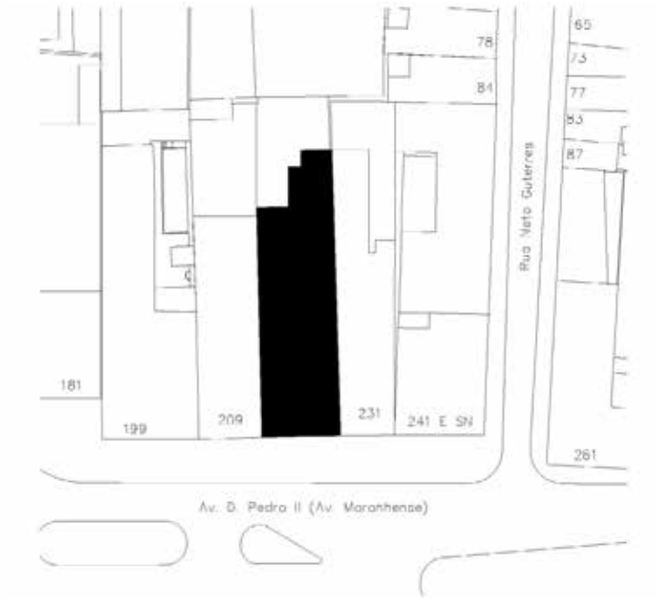


Endereço: Avenida Dom Pedro II, 220
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 11
Outros gabaritos: –
Área do lote: 624,24 m²
Área de Projeção: 580,83 m²
Estado de conservação: –





AVENIDA DOM PEDRO II Nº 221

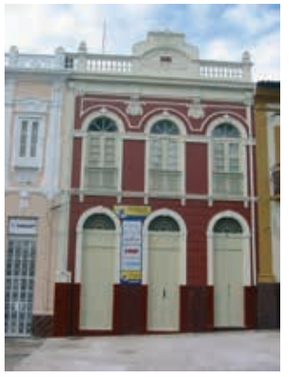




Endereço: Avenida Dom Pedro II, 221
Uso atual: serviço e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: mezanino
Área do lote: 589,32 m²
Área de Projeção: 589,32 m²
Estado de conservação: bom

AVENIDA DOM PEDRO II Nº 231



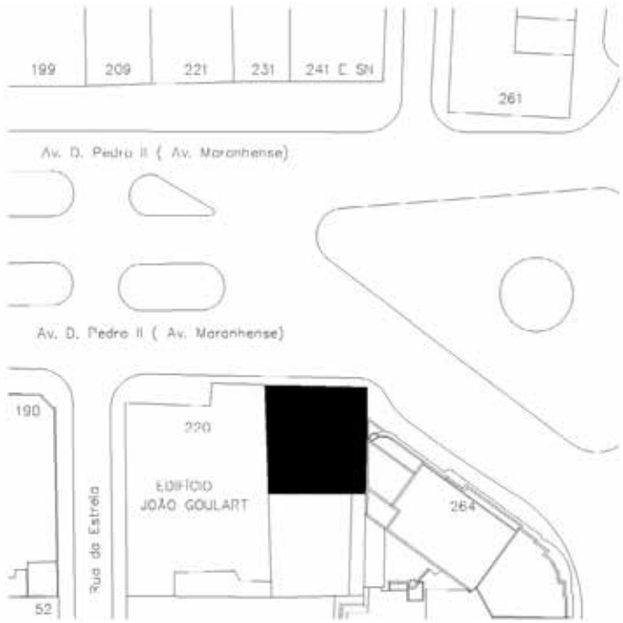


Endereço: Avenida Dom Pedro II, 231
** ocupante não encontrado*
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 407,71 m²
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –

AVENIDA DOM PEDRO II Nº 238



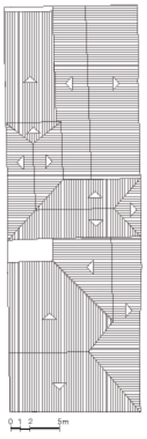
Endereço: Avenida Dom Pedro II, 238
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 387,53 m²
Área de Projeção: 371,84 m²
Estado de conservação: –

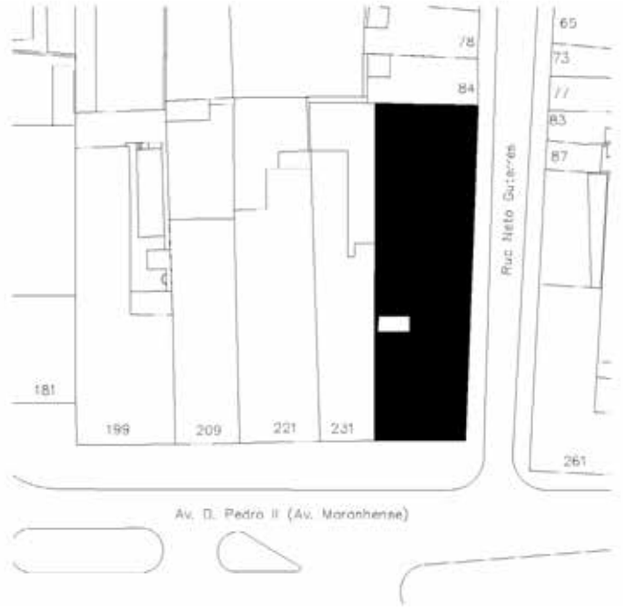


AVENIDA DOM PEDRO II Nº 241

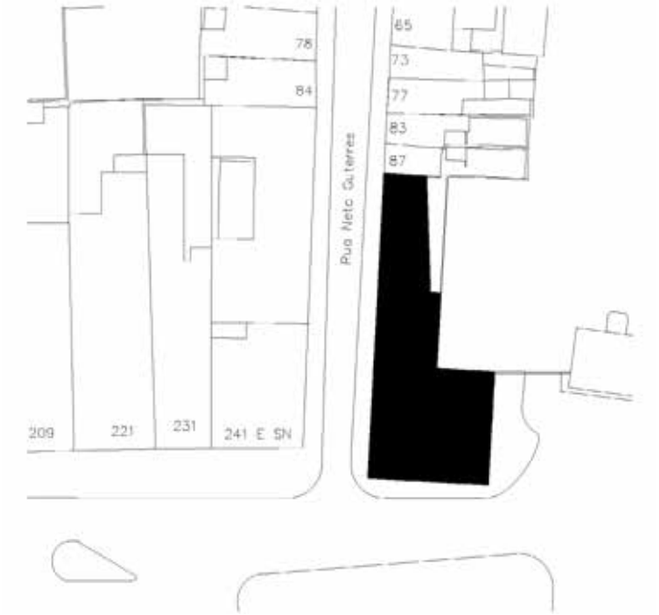


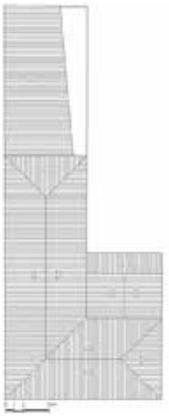
Endereço: Avenida Dom Pedro II, 241
Uso atual: vago
Uso anterior: SEBRAE
Gabarito: 2
Outros gabaritos: mirante
Área do lote: 561,86 m²
Área de Projeção: 555,16 m²
Estado de conservação: –





AVENIDA DOM PEDRO II Nº 261







Endereço: Avenida Dom Pedro II, 261
**morador não autorizou levantamento arquitetônico*
Uso atual: vago
Uso anterior: SEBRAE
Gabarito: 2
Outros gabaritos: mirante
Área do lote: 561,86 m²
Área de Projeção: 555,16 m²
Estado de conservação: –

AVENIDA DOM PEDRO II Nº 264



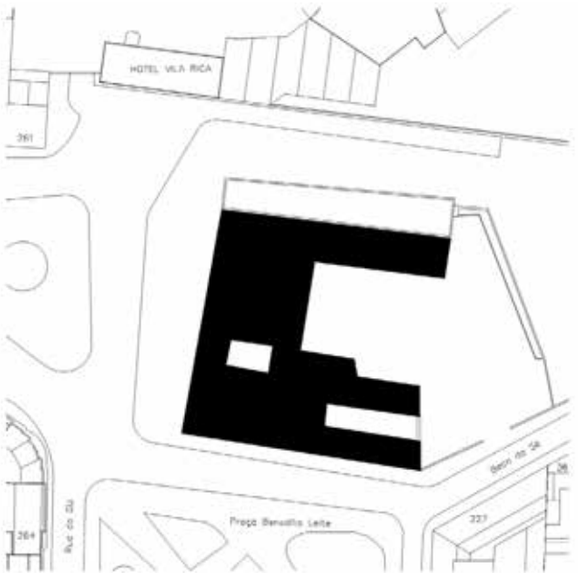


Endereço: Avenida Dom Pedro II, 264 (esquina com Praça Benedito Leite)
Uso atual: comercial, serviço e institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 5
Outros gabaritos: mirante
Área do lote: 1.038,70 m²
Área de Projeção: 787,70 m²
Estado de conservação: –

AVENIDA DOM PEDRO II -
PALÁCIO EPISCOPAL - IGREJA DA SÉ



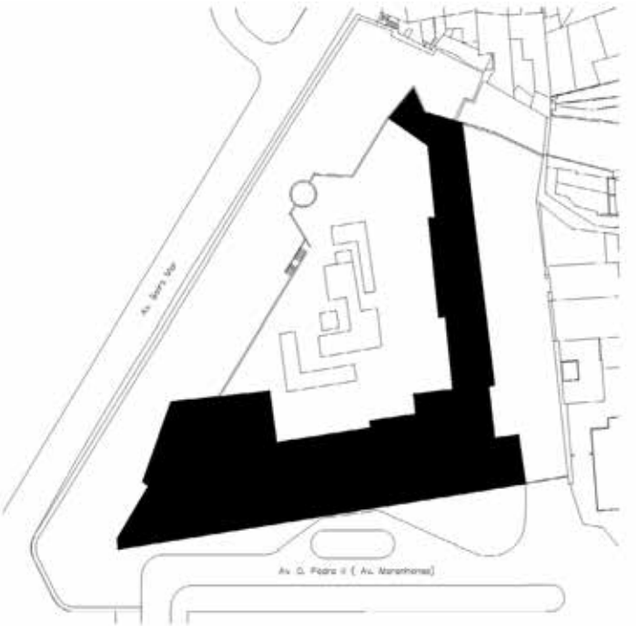




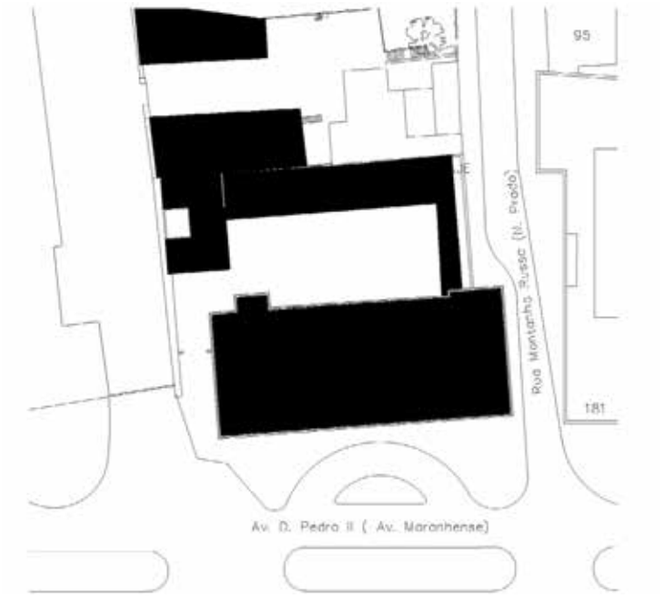
Endereço: Avenida Don Pedro II –
Palácio Episcopal - Igreja da Sé
Uso atual: Institucional
Uso Anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos –
Área do lote: 3950,32 m²
Área de Projeção: 1.856,70 m²
Estado de conservação: –

AVENIDA DOM PEDRO II - PALÁCIO DOS LEÕES





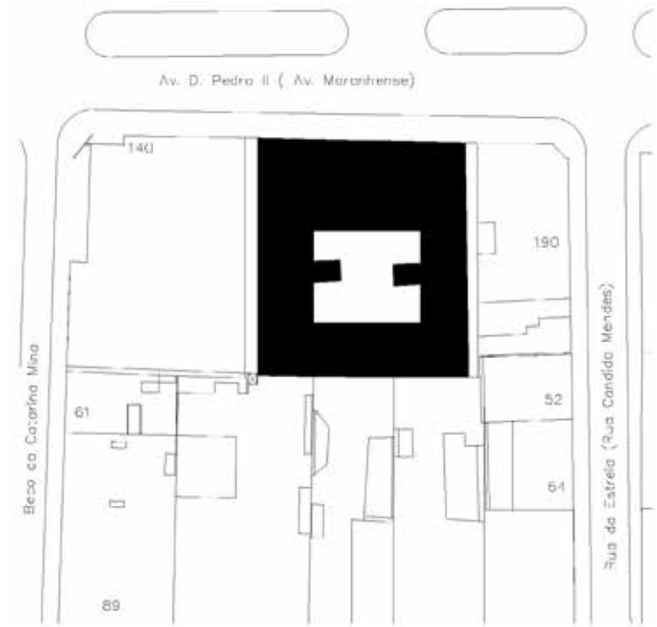
Endereço: Avenida Dom Pedro II – Palácio dos leões
Uso atual: em obras
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: 9.454,33 m²
Área de Projeção: 2.667 m²
Estado de Conservação: –



AVENIDA DOM PEDRO II - PREFEITURA



Endereço: Avenida Dom Pedro II – Prefeitura
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –



AVENIDA DOM PEDRO II - TRIBUNAL



Endereço: Avenida Dom Pedro II – Tribunal de Justiça
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: –
Área do lote: –
Área de Projeção: –
Estado de conservação: –

RUA DO EGITO Nº 106



Endereço: Rua do Egito, 106



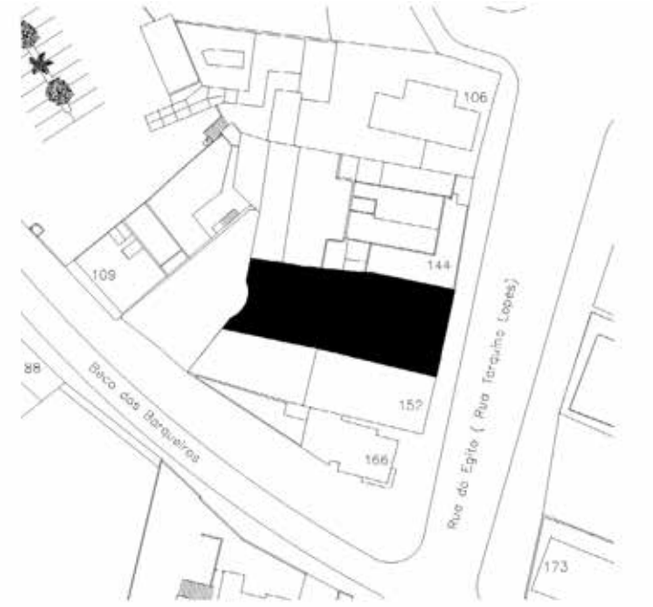
RUA DO EGITO Nº 146



Endereço: Rua do Egito, 146







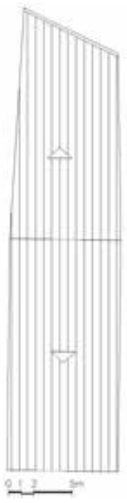


RUA DO EGITO Nº 144 - B



Endereço: Rua do Egito, 144B





RUA DO EGITO Nº 152



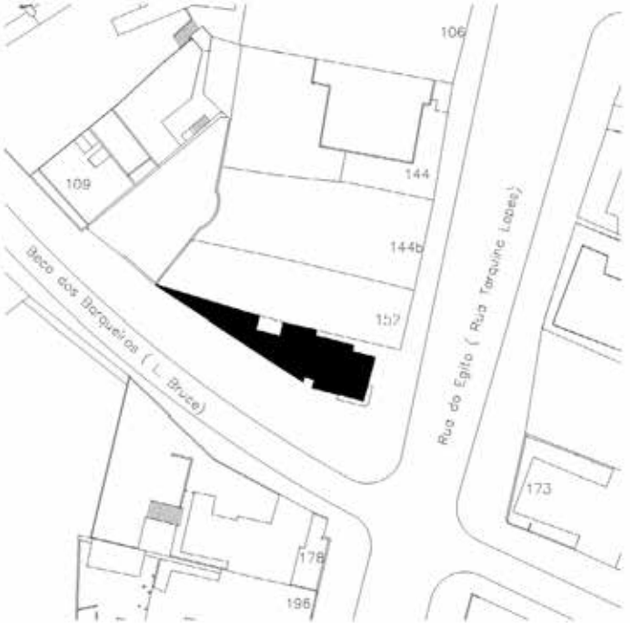
Endereço: Rua do Egito, 152

RUA DO EGITO Nº 166



Endereço: Rua do Egito, 166

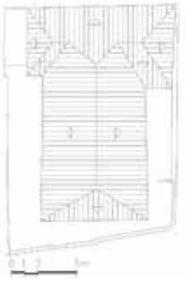


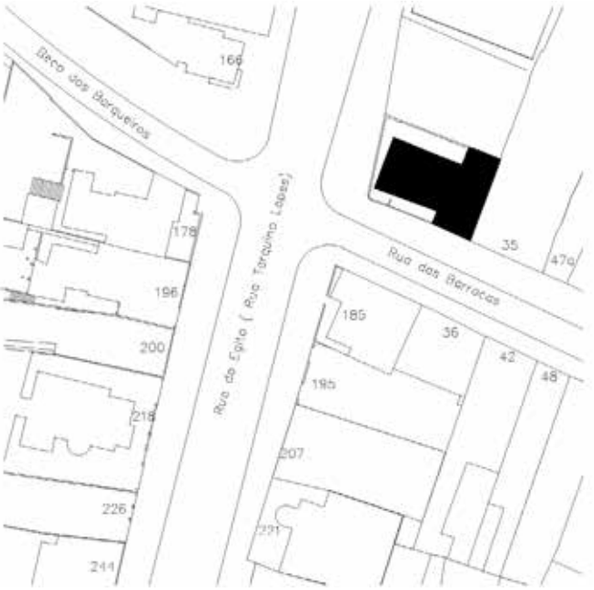


RUA DO EGITO Nº 173



Endereço: Rua do Egito, 173







RUA DO EGITO Nº 178



Endereço: Rua do Egito, 178



RUA DO EGITO Nº 185



Endereço: Rua do Egito, 185

RUA DO EGITO Nº 195



Endereço: Rua do Egito, 195





RUA DO EGITO Nº 196



Endereço: Rua do Egito, 196





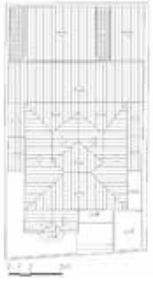


RUA DO EGITO Nº 200



Endereço: Rua do Egito, 200





RUA DO EGITO Nº 207



Endereço: Rua do Egito, 207

RUA DO EGITO Nº 218



Endereço: Rua do Egito, 218





RUA DO EGITO Nº 221

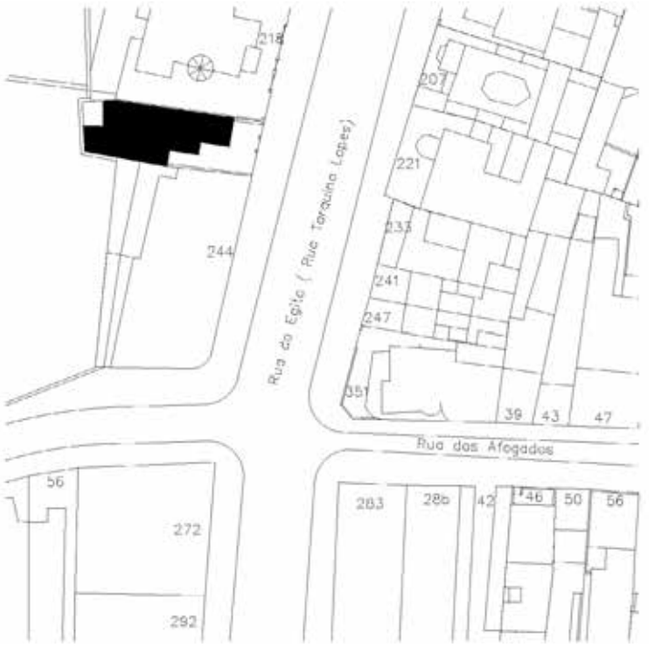


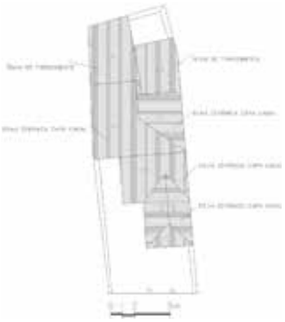
Endereço: Rua do Egito, 221





RUA DO EGITO Nº 226







Endereço: Rua do Egito, 226

RUA DO EGITO Nº 233







Endereço: Rua do Egito, 233

RUA DO EGITO Nº 241



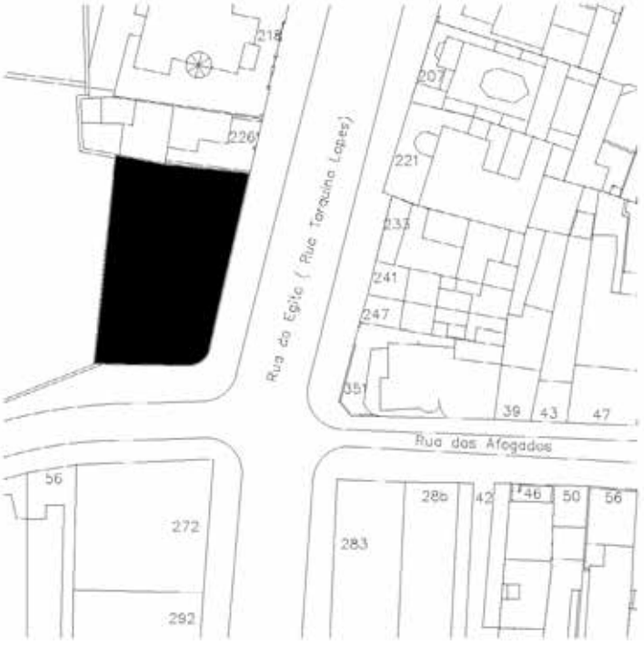
Endereço: Rua do Egito, 241

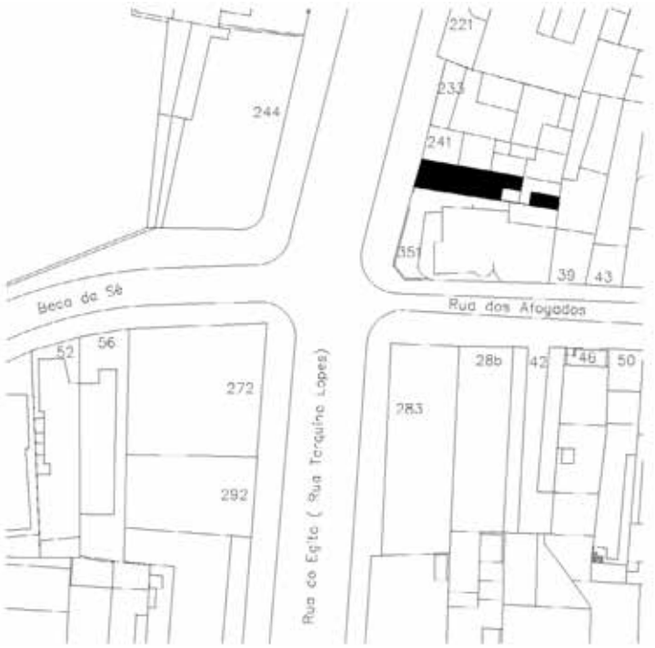




RUA DO EGITO Nº 244





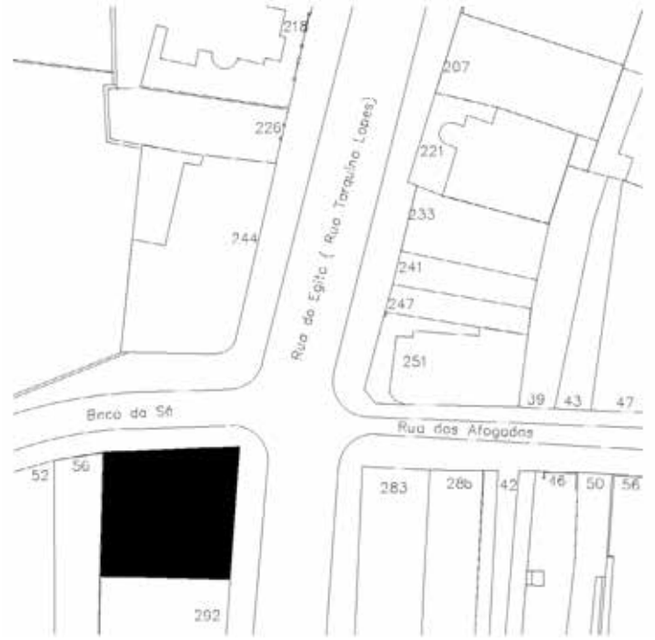




RUA DO EGITO Nº 247



Endereço: Rua do Egito, 247



RUA DO EGITO Nº 272



Endereço: Rua do Egito, 272

RUA DO EGITO Nº 283



Endereço: Rua do Egito, 283



RUA DO EGITO Nº 292



Endereço: Rua do Egito, 292



RUA DO EGITO Nº 351

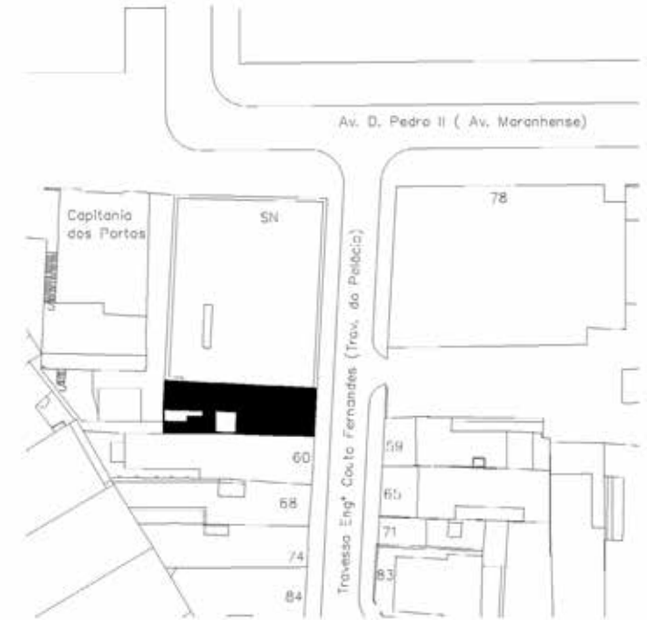


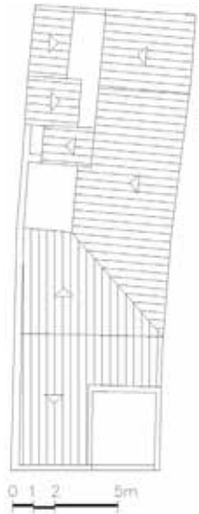




Endereço: Rua do Egito, 351

TRAVESSA ENGENHEIRO COUTO FERNANDES Nº 54







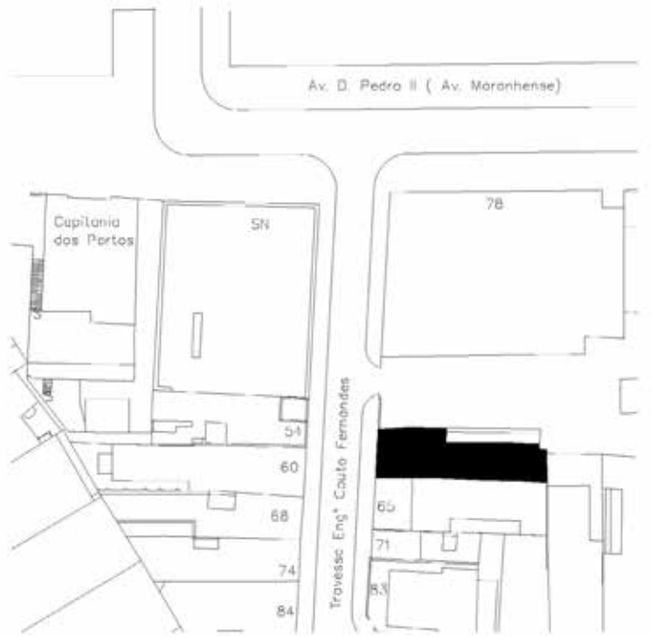
Endereço: Travessa Engenheiro Couto Fernandes, 54

TRAVESSA ENGENHEIRO COUTO FERNANDES Nº 59



Endereço: Travessa Engenheiro Couto Fernandes, 59



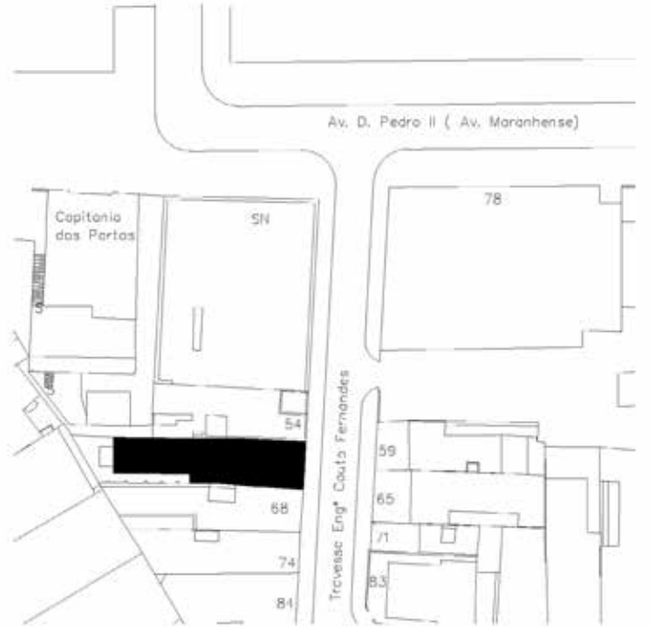


TRAVESSA ENGENHEIRO COUTO FERNANDES Nº 60

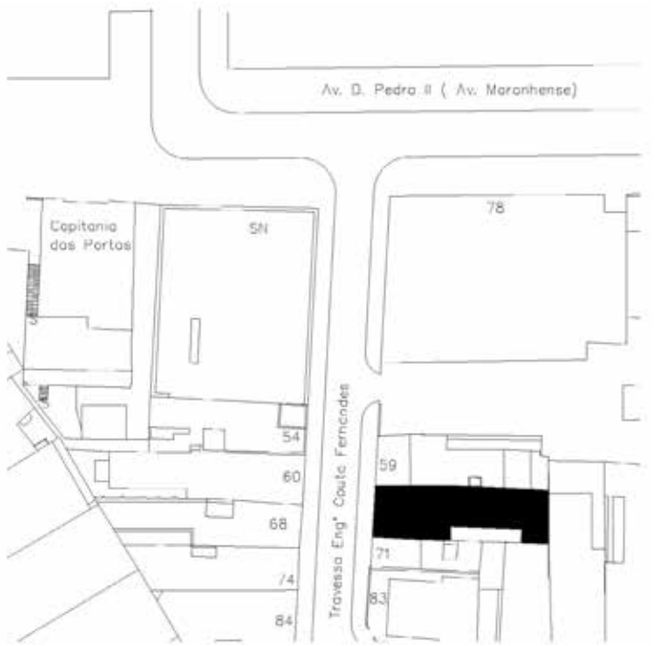


Endereço: Travessa Engenheiro Couto Fernandes, n. 60





TRAVESSA ENGENHEIRO COUTO FERNANDES Nº 65

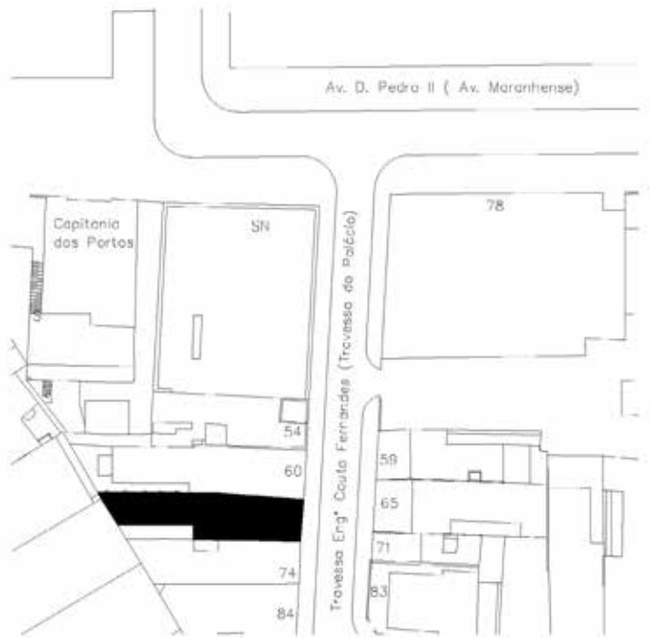


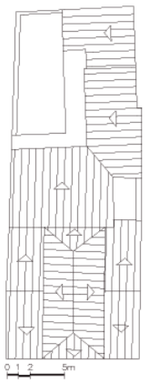




Endereço: Travessa Engenheiro Couto Fernandes, 65

TRAVESSA ENGENHEIRO COUTO FERNANDES Nº 68

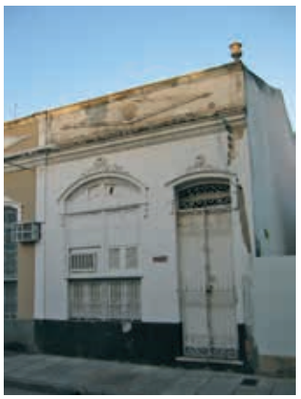






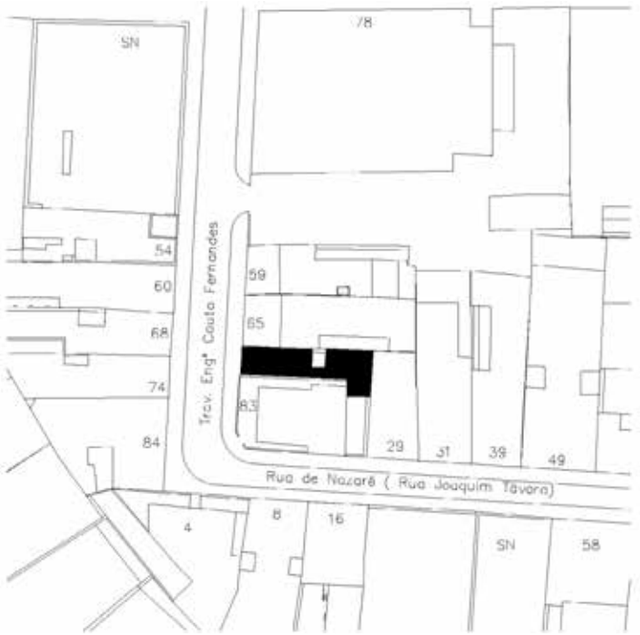
Endereço: Travessa Engenheiro Couto Fernandes, 68

TRAVESSA ENGENHEIRO COUTO FERNANDES Nº 71



Endereço: Travessa Engenheiro Couto Fernandes, 71

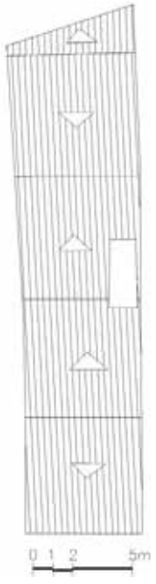


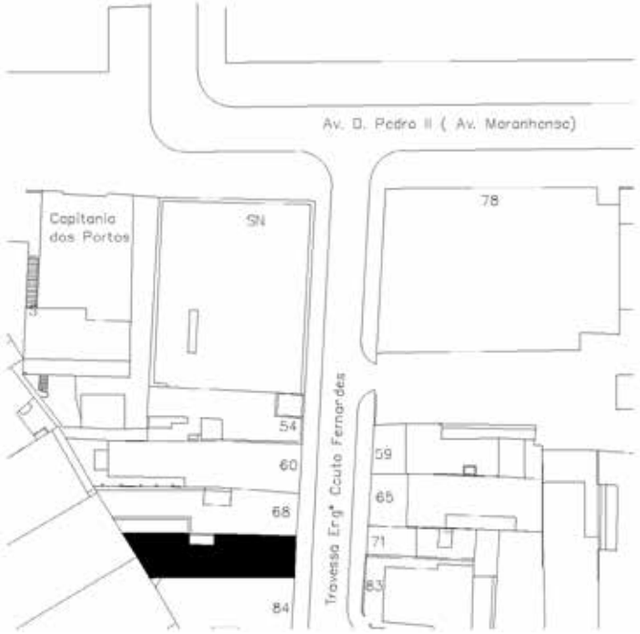


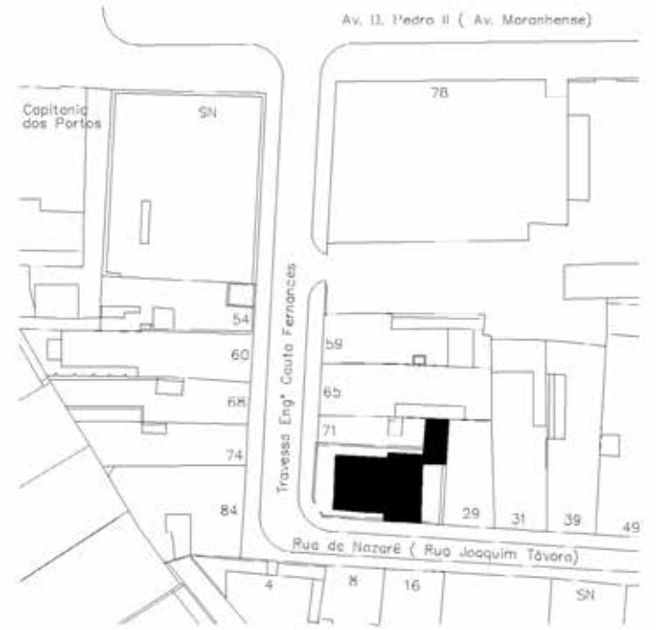
TRAVESSA ENGENHEIRO COUTO FERNANDES Nº 68



Endereço: Travessa Engenheiro Couto Fernandes, 68





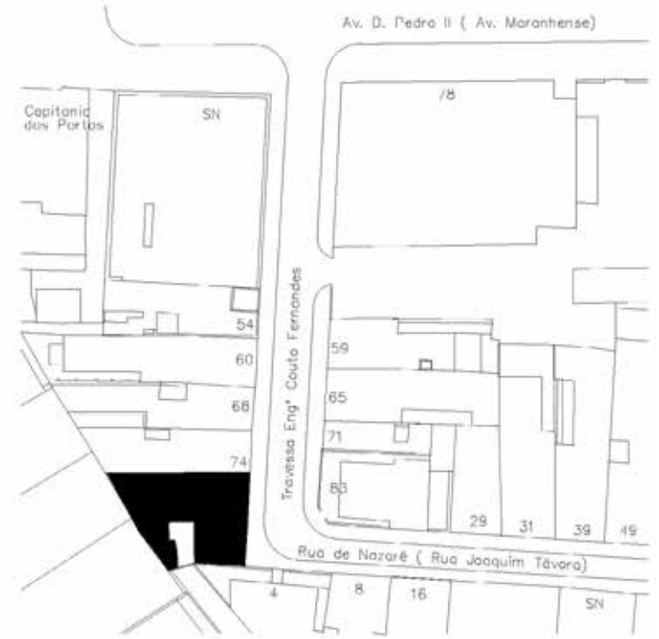




TRAVESSA ENGENHEIRO COUTO FERNANDES Nº 83



Endereço: Travessa Engenheiro Couto Fernandes, 83





TRAVESSA ENGENHEIRO COUTO FERNANDES Nº 84

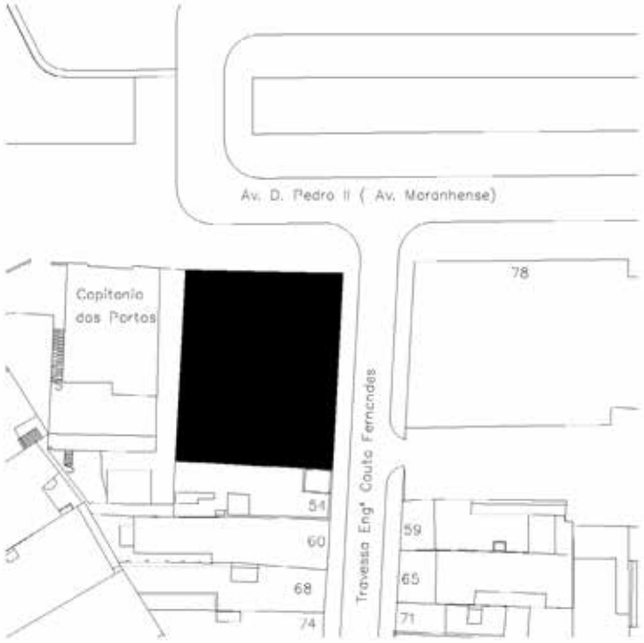


Endereço: Travessa Engenheiro Couto Fernandes, 84

TRAVESSA ENGENHEIRO COUTO FERNANDES - TRIBUNAL DE CONTAS DO MARANHÃO



Endereço: Travessa Engenheiro Couto Fernandes – Tribunal de Contas do Maranhão



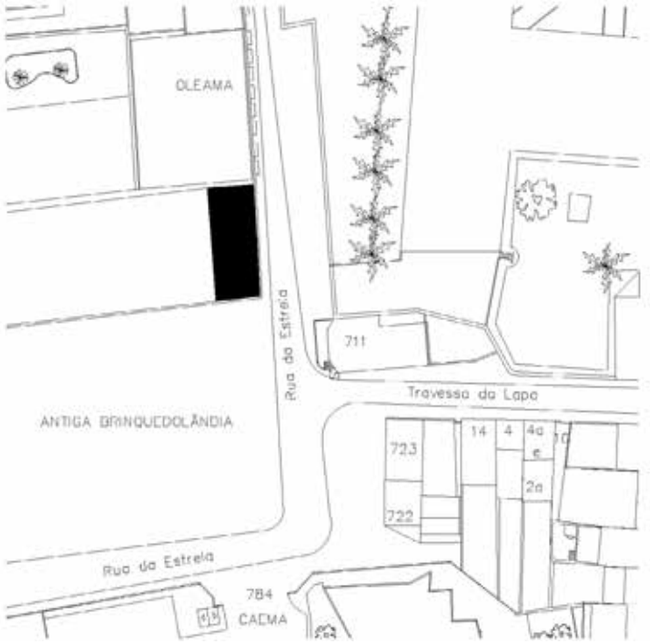
RUA DA ESTRELA
ANTIGA BRINQUEDOLÂNDIA



Endereço: Rua da Estrela – antiga Brinquedolândia
Uso atual: vago
Uso anterior: Brinquedolândia
Gabarito: -
Outros gabaritos: -
Área do lote: 1.076,83 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

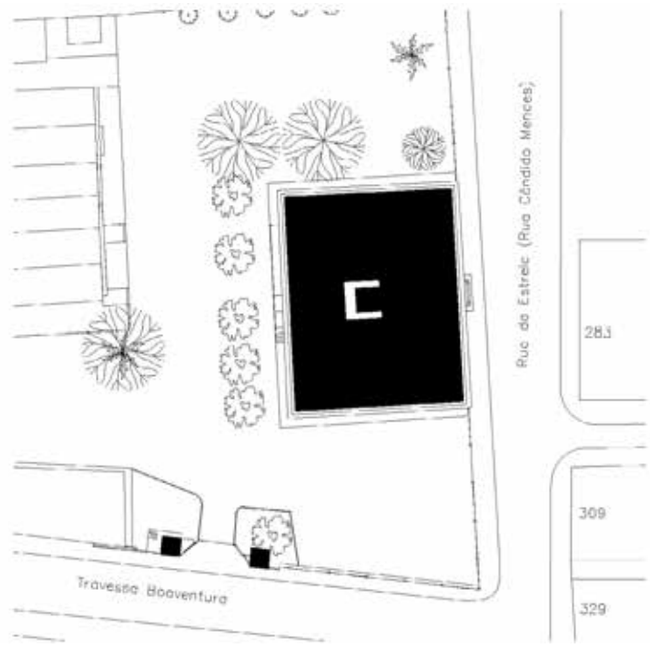






RUA DA ESTRELA –
ANTIGA TRAMONTINA

Endereço: Rua da Estrela – antiga Tramontina
Uso atual: vago
Uso anterior: Tramontina
Gabarito: 1
Outros gabaritos: mezanino
Área do lote: 95,91 m²
Área de projeção: 95,91 m²
Estado de conservação: -





RUA DA ESTRELA –
CÂMARA MUNICIPAL



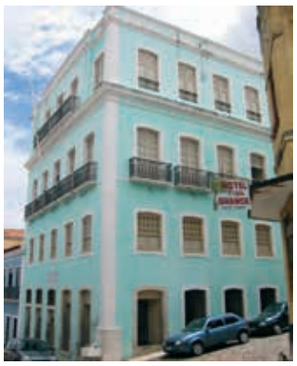
Endereço: Rua da Estrela – Câmara Municipal
Uso atual: institucional
Uso anterior: alfândega
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: -
Área de projeção: -
Estado de conservação: bom

RUA DA ESTRELA –
ESCOLA DE MÚSICA







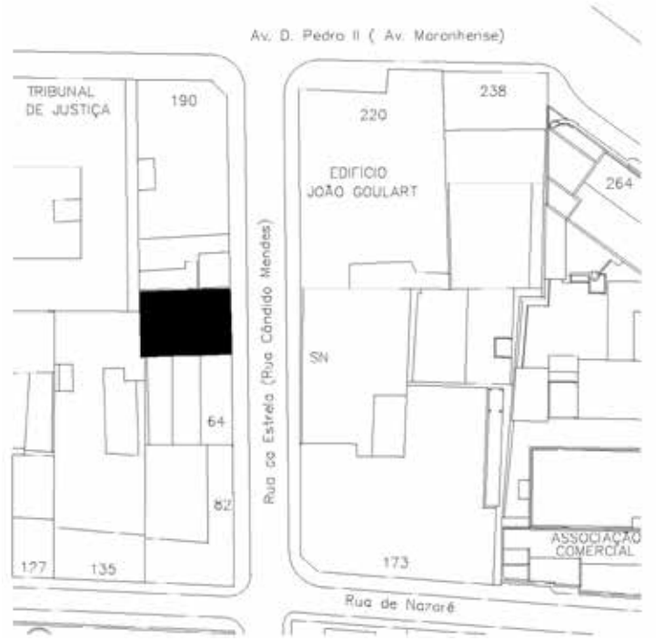






Endereço: Rua da Estrela – Escola de Música
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 4
Outros gabaritos: mirante
Orea do lote: 579,14 m²
Área de projeção: 501,84 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA ESTRELA Nº 52

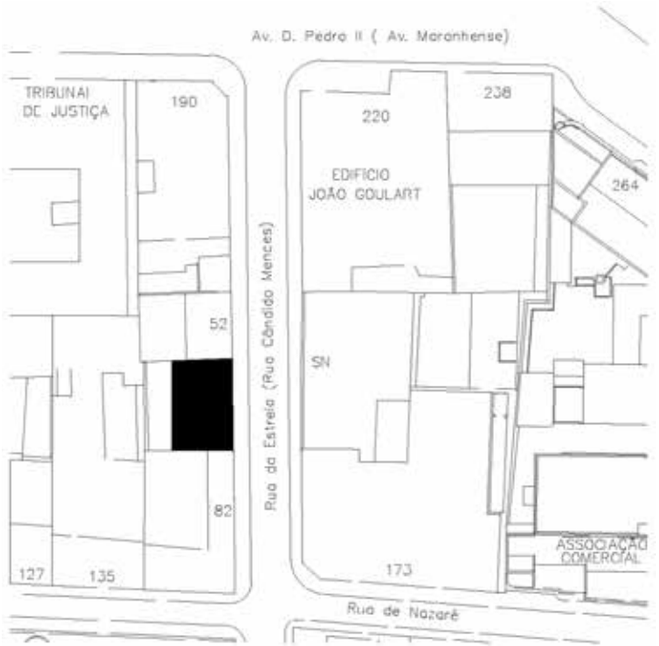






Endereço: Rua da Estrela, 52
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 104,60 m²
Área de projeção: 104,60 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DA ESTRELA Nº 64

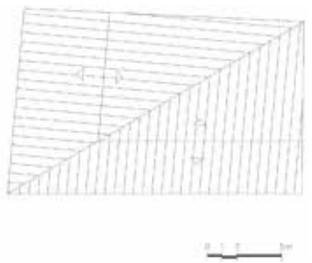


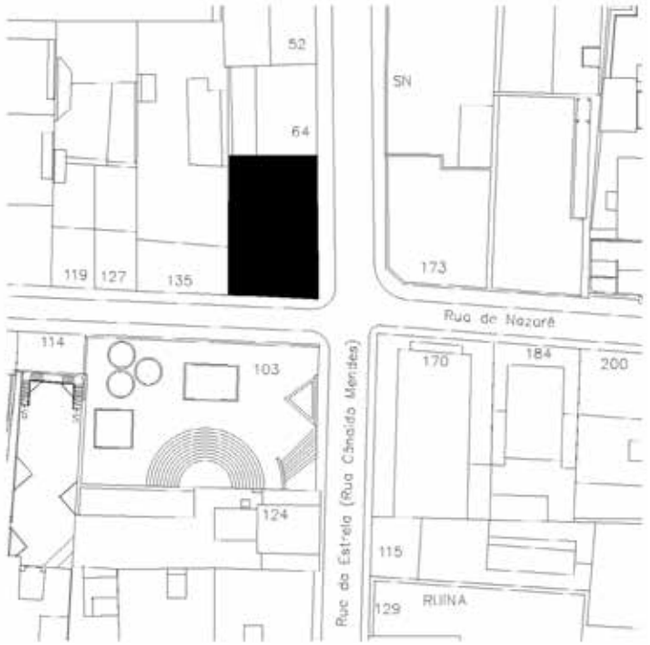


Endereço: Rua da Estrela, 64
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 169,57 m²
Área de projeção: 122,67 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DA ESTRELA Nº 82



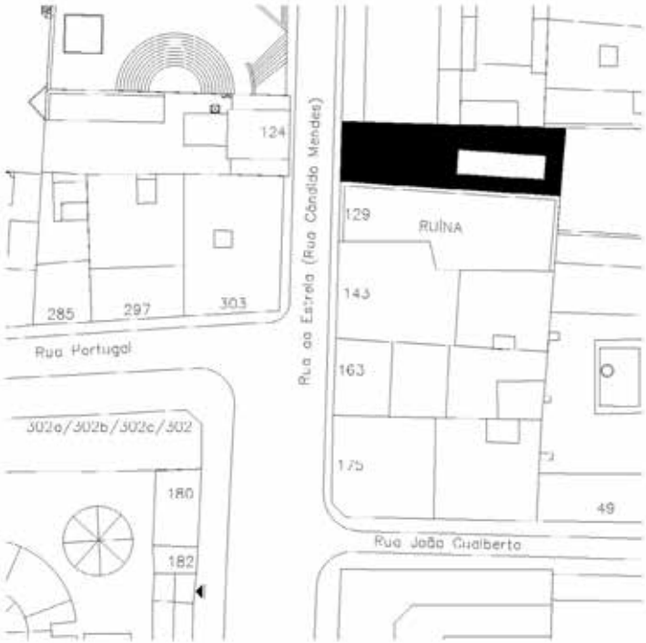




Endereço: Rua da Estrela, 82
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 4
Outros gabaritos: -
Área do lote: 232,93 m²
Área de projeção: 232,93 m²
Estado de conservação: -

RUA DA ESTRELA Nº 115





Endereço: Rua da Estrela,
Uso atual: residencial e em obras
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros Gabaritos: panimento intermediário
Área do lote: 538,49 m²
Área de Projeção: 497, 25 m²
Estado de conservação: –

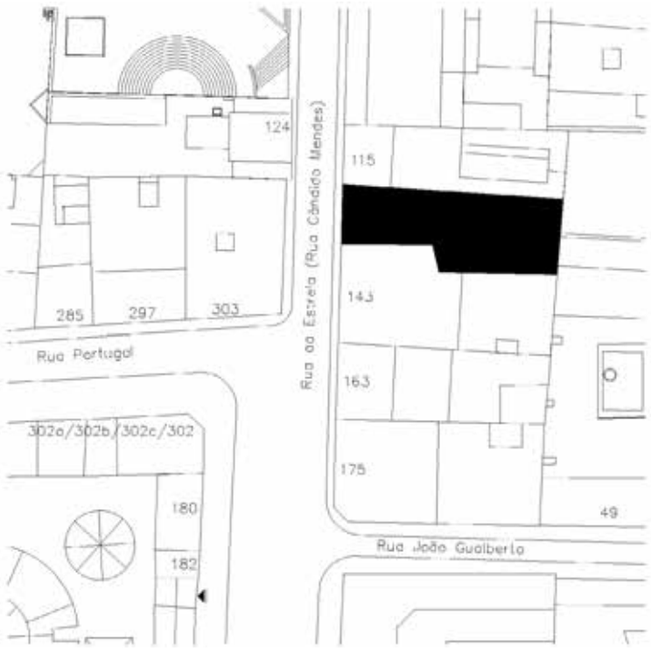




RUA DA ESTRELA Nº 124



Endereço: Rua da Estrela, 124
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: mirante
Área do lote: 906,39 m²
Área de projeção: 554,40 m²
Estado de conservação: satisfatório



RUA DA ESTRELA Nº 129

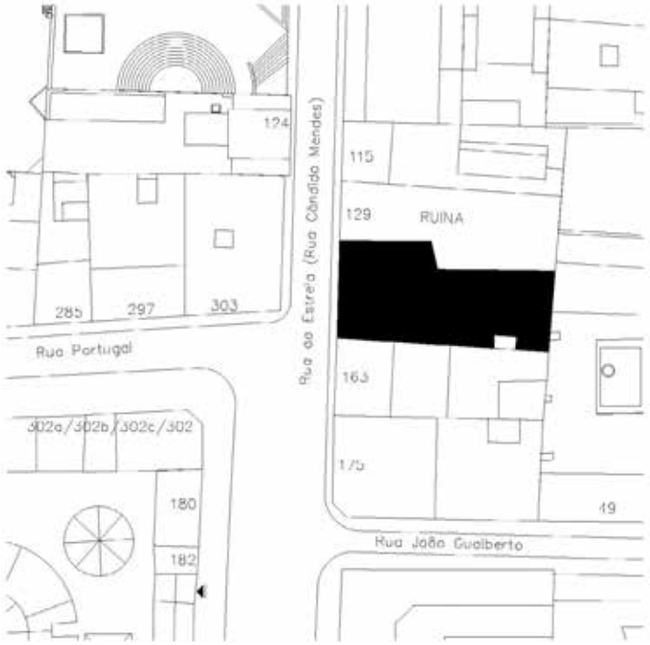


Endereço: Rua da Estrela, 129
Uso atual: em ruínas
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 457,85 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

RUA DA ESTRELA Nº 143







Endereço: Rua da Estrela, 143
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 366,10 m²
Área de projeção: 360,71 m²
Estado de conservação: -

RUA DA ESTRELA Nº 163

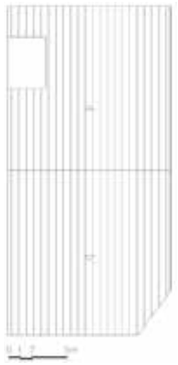






Endereço: Rua da Estrela, 163
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 302,24 m²
Área de projeção: 195,69 m²
Estado de conservação: -

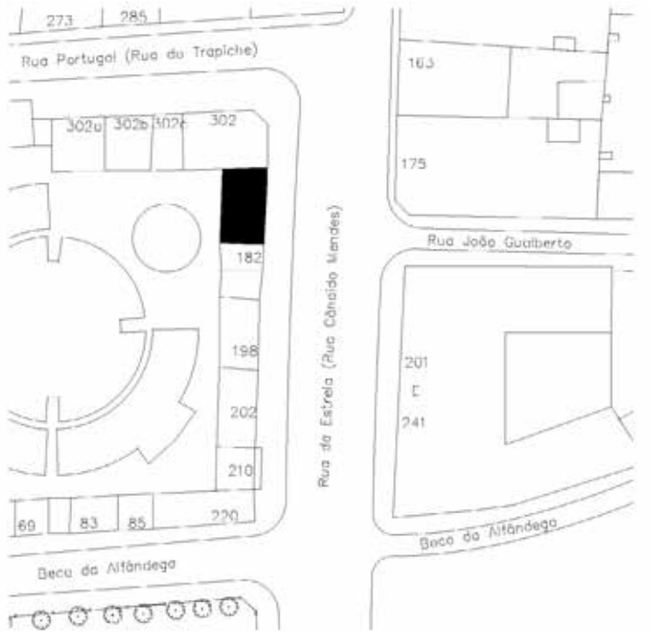




RUA DA ESTRELA Nº 175



Endereço: Rua da Estrela, 175
Uso atual: em obras
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 390,74 m²
Área de projeção: 376,27 m²
Estado de conservação: -





RUA DA ESTRELA Nº 180

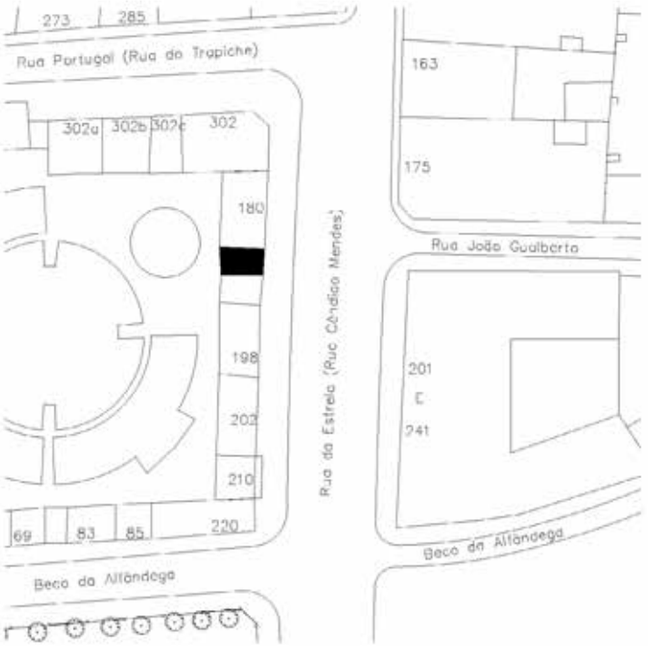


Endereço: Rua da Estrela, 180
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 105,28 m²
Área de projeção: 105,28 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DA ESTRELA Nº 182





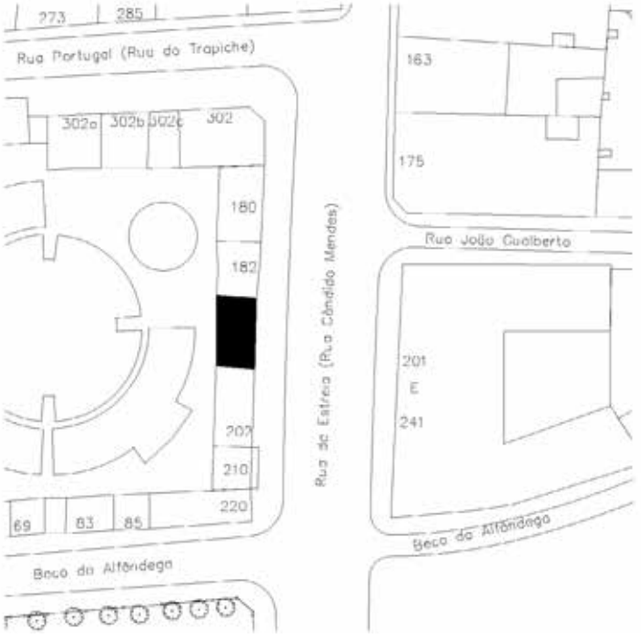


Endereço: Rua da Estrela, 182
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote : 48,71 m²
Área do projeção: 48,71 m²
Estado de conservação: Satisfatório

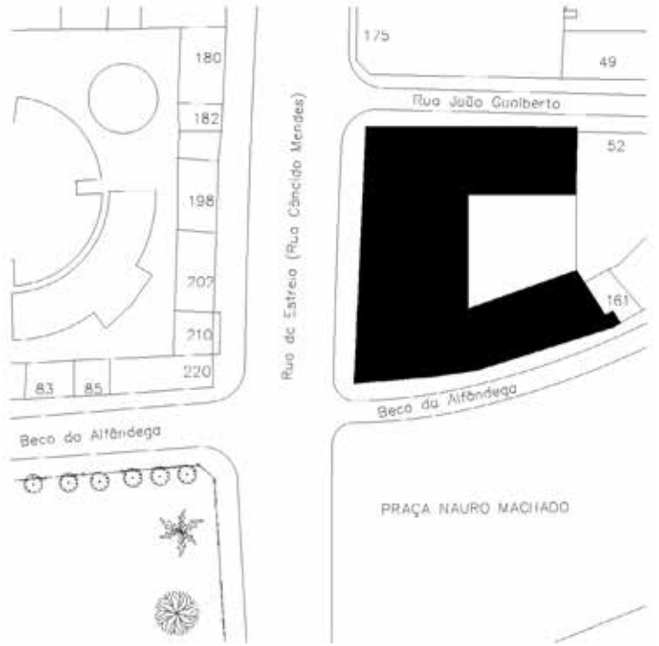
RUA DA ESTRELA Nº 198







Endereço: Rua da Estrela, 198
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 78,83 m²
Área de projeção: 78,83 m²
Estado de conservação: com problemas

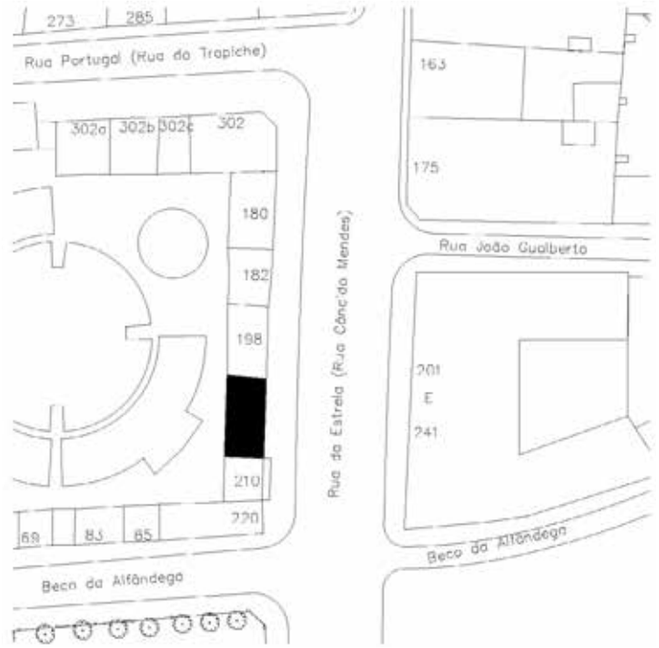




RUA DA ESTRELA Nº 201/241



Endereço: Rua da Estrela, 201/ 241
Uso atual: em obras
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: mirante
Área do lote: 1.243,50 m²
Área de projeção: 1.004,20 m²
Estado de conservação: bom



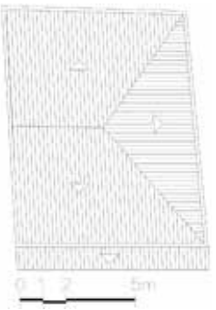
RUA DA ESTRELA Nº 202

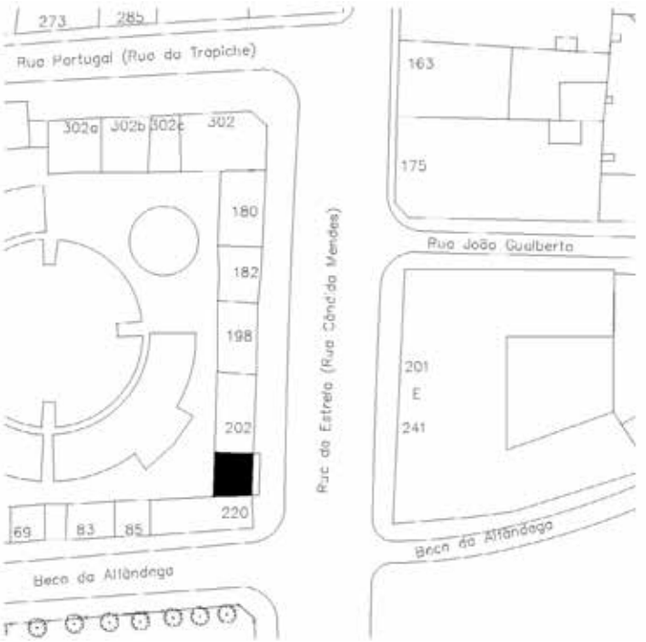


Endereço: Rua da Estrela, 202
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: sótão habitável
Área do lote: 55,41 m²
Área de projeção: 55,41 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DA ESTRELA Nº 210





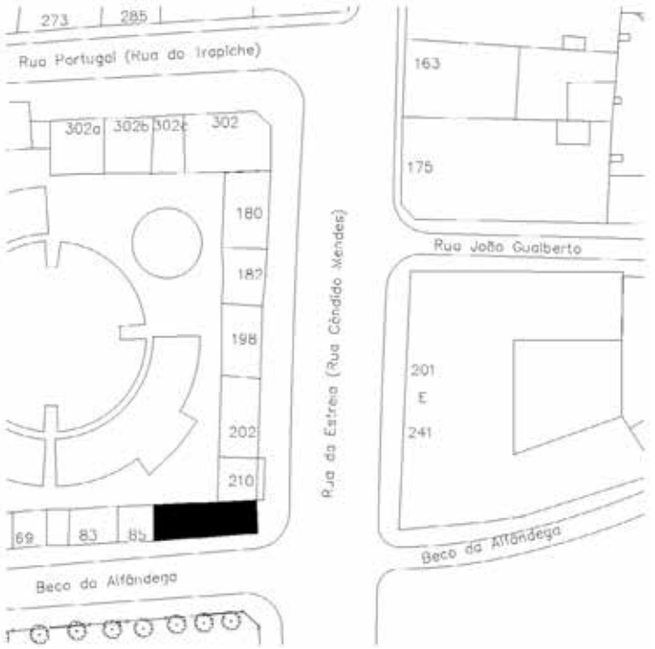


Endereço: Rua da Estrela, 210
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: mezanino
Área do lote: 85,17 m²
Área de projeção: 85,17 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DA ESTRELA Nº 220

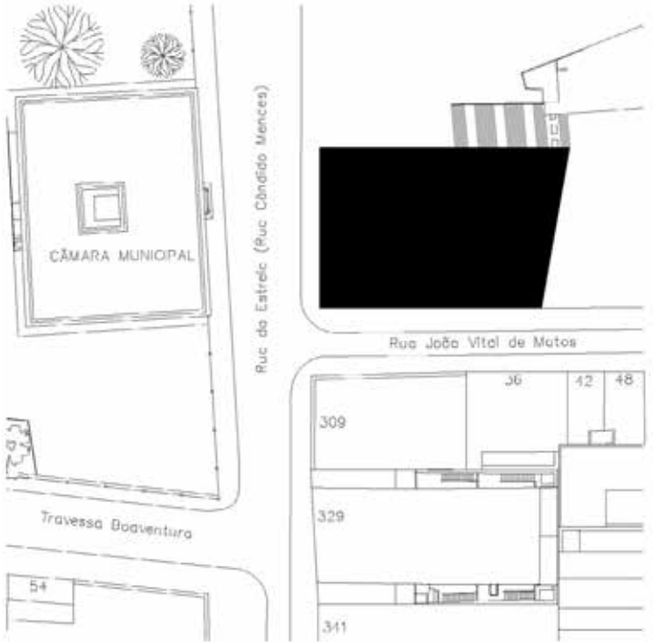






Endereço: Rua da Estrela, 220
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: mezanino
Área do lote: 152,60 m²
Área de projeção: 152,60 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA ESTRELA Nº 283

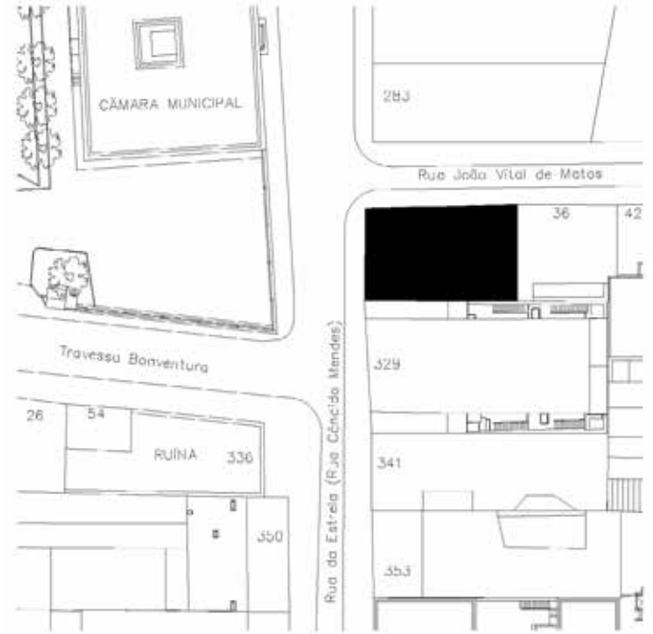






Endereço: Rua da Estrela, 283
Uso atual: em obras
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: mezanino
Área do lote: 717,67 m²
Área de projeção: 717,67 m²
Estado de conservação: -

RUA DA ESTRELA Nº 309



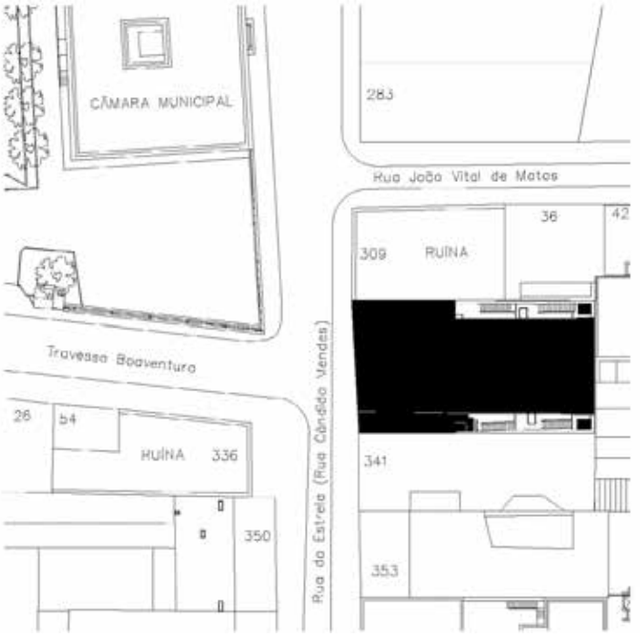


Endereço: Rua da Estrela, 309
Uso atual: em ruínas
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 395,44 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

RUA DA ESTRELA Nº 321



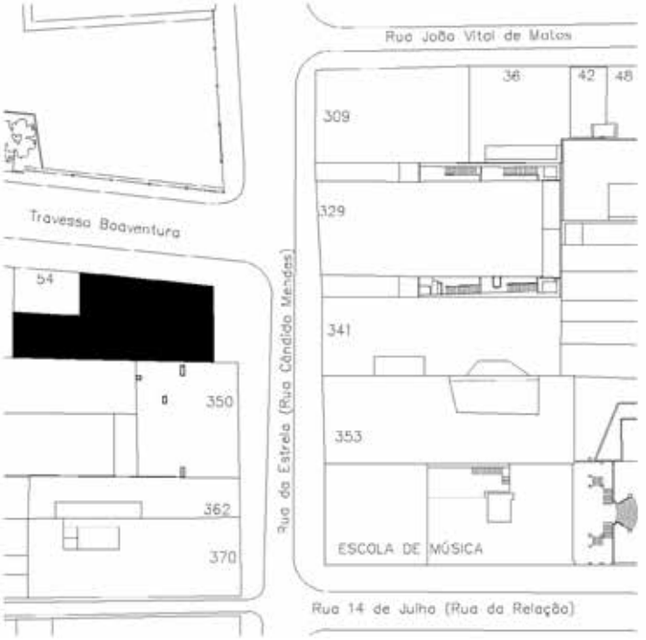




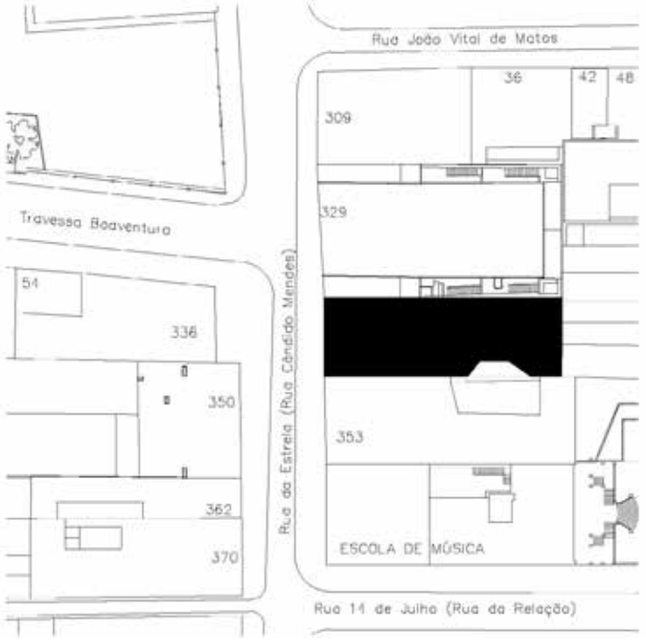
Endereço: Rua da Estrela, 321 no local 329
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 651,40 m²
Área de projeção: 543,59 m²
Estado de conservação: com problemas

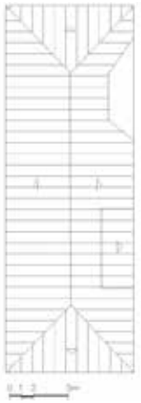
RUA DA ESTRELA Nº 336





Endereço: Rua da Estrela, 336
Uso atual: em obras
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 374,56 m²
Área de projeção: 374,56 m²
Estado de conservação: -

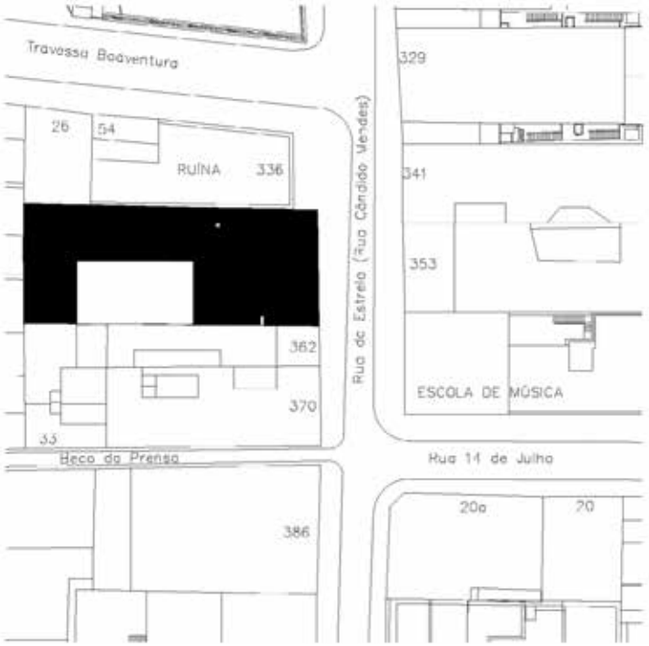




RUA DA ESTRELA Nº 341



Endereço: Rua da Estrela, 341
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: pavimento intermediário
Área do lote: 345,96 m²
Área de projeção: 332,39 m²
Estado de conservação: -





RUA DA ESTRELA Nº 350



Endereço: Rua da Estrela, 350
Uso atual: residencial e institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: -
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

RUA DA ESTRELA Nº 353







Endereço: Rua da Estrela, 353
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 429,14 m²
Área de projeção: 359,71 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA ESTRELA Nº 362







Endereço: Rua da Estrela, 362
Uso atual: comercial e serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 226,60 m²
Área de projeção: 210,02 m²
Estado de conservação: satisfatório

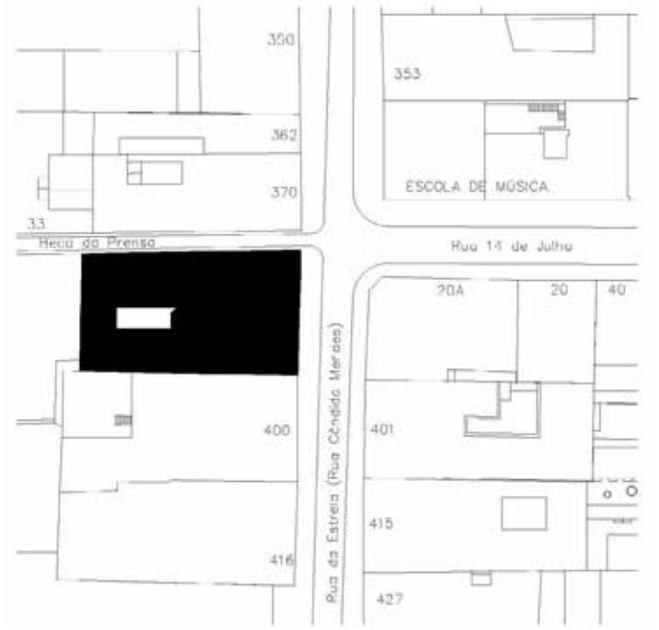




RUA DA ESTRELA Nº 370



Endereço: Rua da Estrela, 370
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: 2 subsolos e mirante
Área do lote: 363,54 m²
Área de projeção: 345,94 m²
Estado de conservação: satisfatório





RUA DA ESTRELA Nº 386

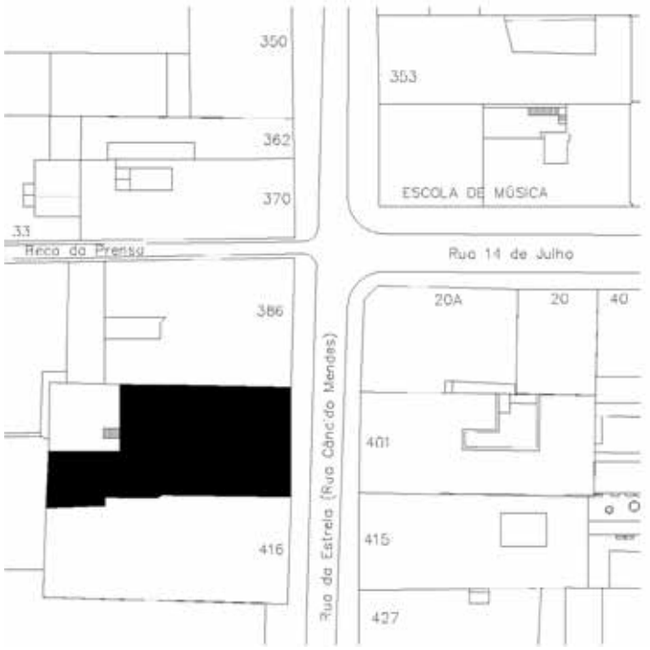


Endereço: Rua da Estrela, 386
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 532,36 m²
Área de projeção: 508,77 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA ESTRELA Nº 400







Endereço: Rua da Estrela, 400
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: sótão habitável
Área do lote: 532,21 m²
Área de projeção: 441,27 m²
Estado de conservação: bom

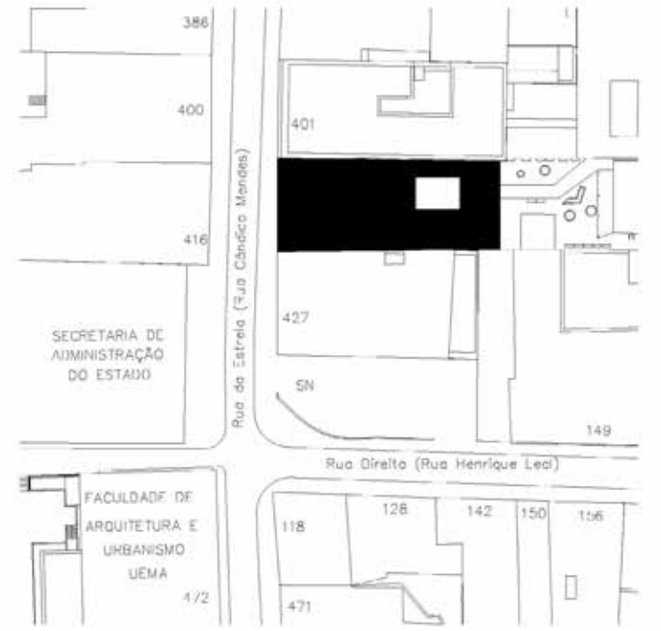
RUA DA ESTRELA Nº 401







Endereço: Rua da Estrela, 401
Uso atual: em obras
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 471,18 m²
Área de projeção: 432,73 m²
Estado de conservação: -



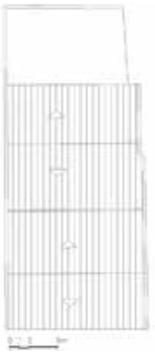


RUA DA ESTRELA Nº 415



Endereço: Rua da Estrela, 415
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 471,19 m²
Área de projeção: 441,59 m²
Estado de conservação: com problemas





RUA DA ESTRELA Nº 416

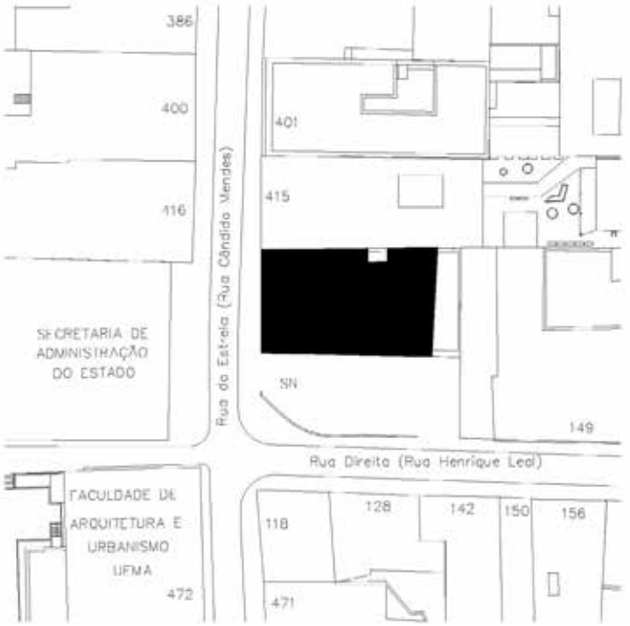


Endereço: Rua da Estrela, 416
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 473,21 m²
Área de projeção: 419,33 m²
Estado de conservação: -

RUA DA ESTRELA Nº 427







Endereço: Rua da Estrela, 427
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 467,26 m²
Área de projeção: 421,69 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA ESTRELA Nº 471

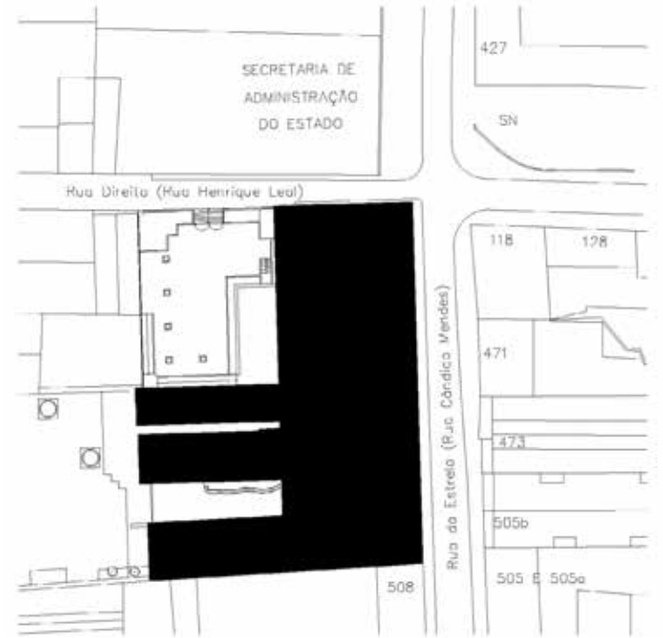


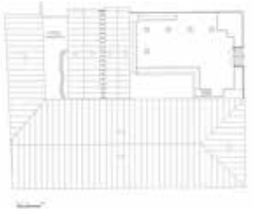




Endereço: Rua da Estrela, 471
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 230,73 m²
Área de projeção: 211,98 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA ESTRELA Nº 472













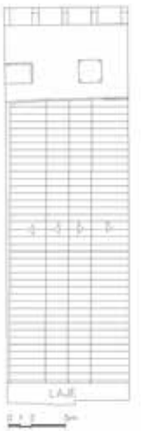


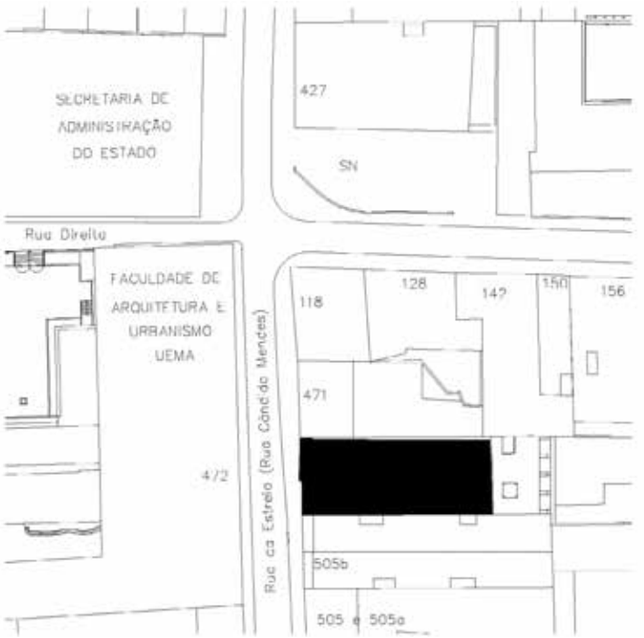


Endereço: Rua da Estrela, 472
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 2.063,11 m²
Área de projeção: 1.399,39 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA ESTRELA Nº 473







Endereço: Rua da Estrela, 473
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 352,97 m²
Área de projeção: 288,03 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA ESTRELA Nº 505/505 - A





Endereço: Rua da Estrela, 505/ 505 A
Uso atual: residencial e serviço
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 475,85 m²
Área de projeção: 417,90 m²
Estado de conservação: satisfatório





RUA DA ESTRELA Nº 505 - B



Endereço: Rua da Estrela, 505 B
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 325,69 m²
Área de projeção: 311,62 m²
Estado de conservação: -



RUA DA ESTRELA Nº 508



Endereço: Rua da Estrela, 508
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: -
Área de projeção: 524,43 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA ESTRELA Nº 517





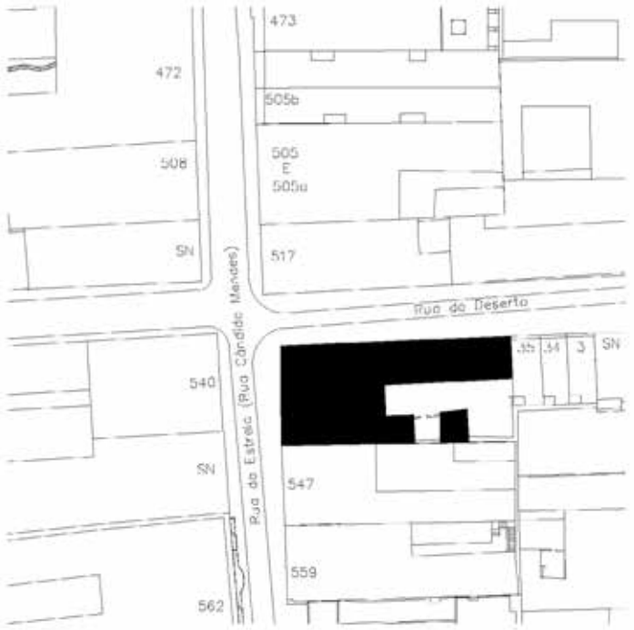


Endereço: Rua da Estrela, 517
Uso atual: serviço e institucional
Uso anterior: depósito de material e restaurante
Gabarito: 2
Outros gabaritos: mirante
Área do lote: 395,72 m²
Área de projeção: 374,74 m²
Estado de conservação: com problemas

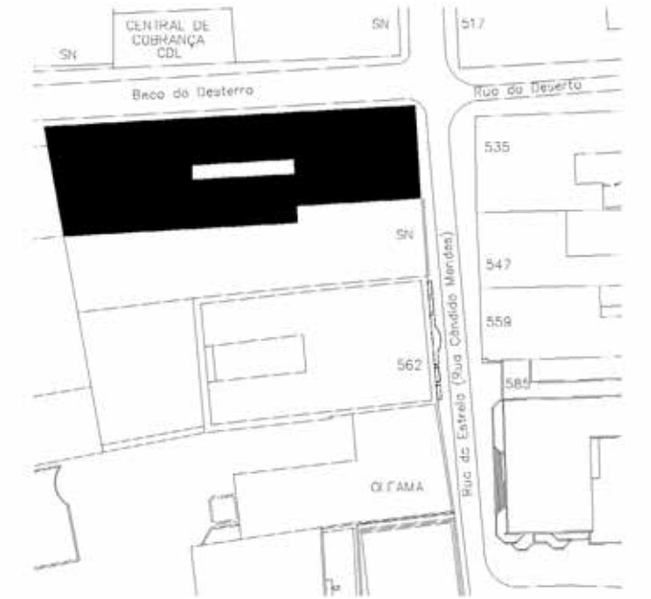
RUA DA ESTRELA Nº 535

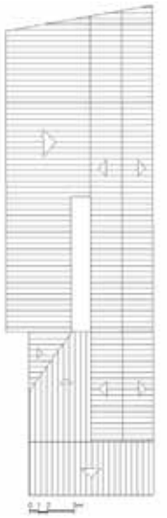






Endereço: Rua da Estrela, 535
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 484,81 m²
Área de projeção: 358,09 m²
Estado de conservação: com problemas





RUA DA ESTRELA Nº 540



Endereço: Rua da Estrela, 540
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 865,85 m²
Área de projeção: 257,57 m²
Estado de conservação: -





RUA DA ESTRELA Nº 547



Endereço: Rua da Estrela, 547
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 373,87 m²
Área de projeção: 263,57 m²
Estado de conservação: -

RUA DA ESTRELA Nº 559







Endereço: Rua da Estrela, 559
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 348,64 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

RUA DA ESTRELA Nº 562

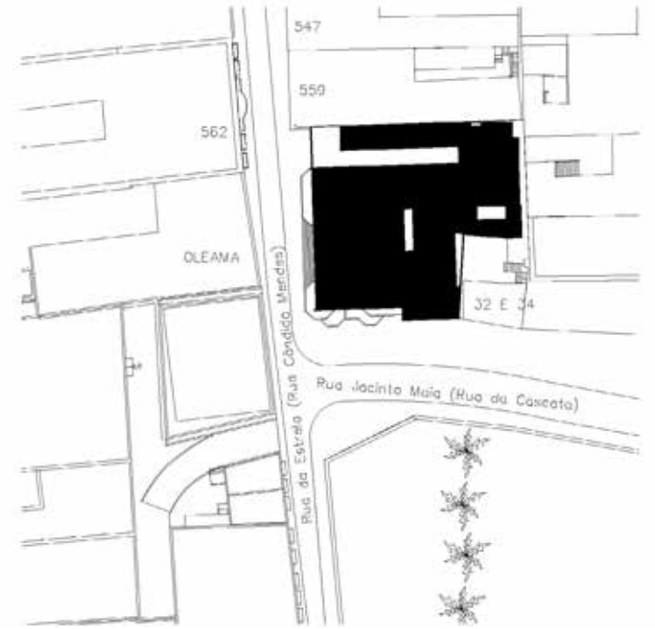






Endereço: Rua da Estrela, 562 – Solar dos Vasconcelos
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 685,63 m²
Área de projeção: 586,98 m²
Estado de conservação: –

RUA DA ESTRELA Nº 585

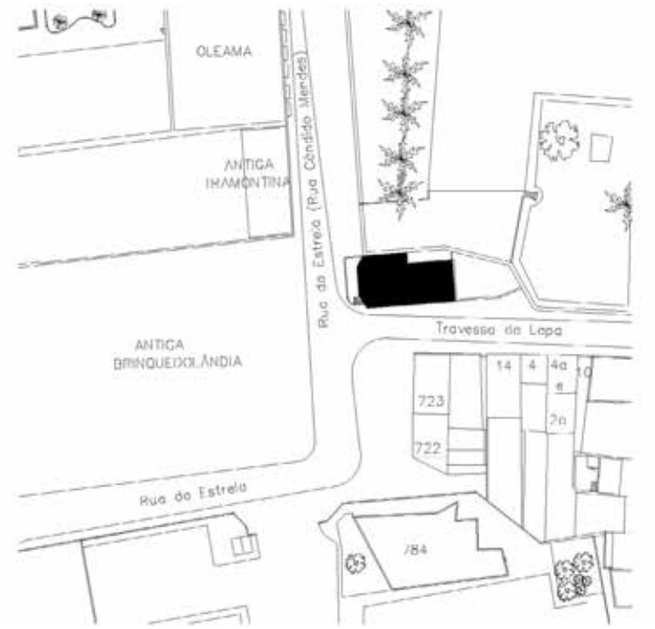






Endereço: Rua da Estrela, 585
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos:
Área do lote: 706,32 m²
Área de projeção: 631,13 m²
Estado de conservação: –

RUA DA ESTRELA Nº 711





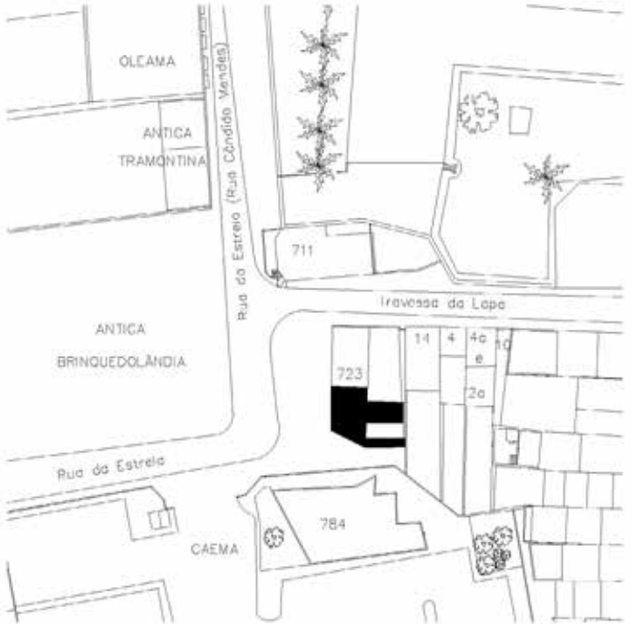


Endereço: Rua da Estrela, 711
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 750,07 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

RUA DA ESTRELA Nº 722





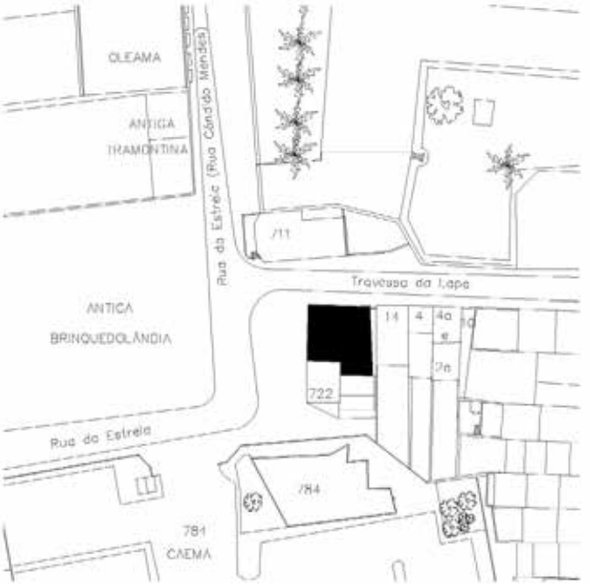


Endereço: Rua da Estrela, 722
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: -
Área de projeção: 65,97 m²
Estado de conservação: -

RUA DA ESTRELA Nº 723

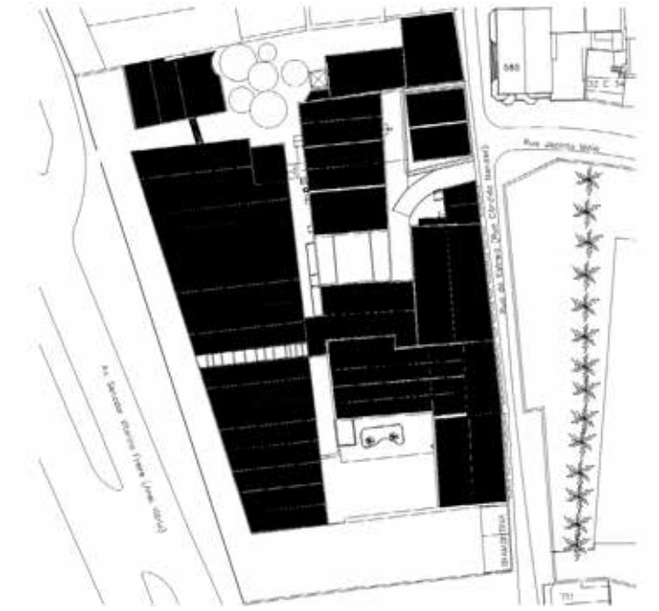






Endereço: Rua da Estrela, 723
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: -
Área de projeção: 89,02 m²
Estado de conservação: -

RUA DA ESTRELA - OLEAMA Nº 644











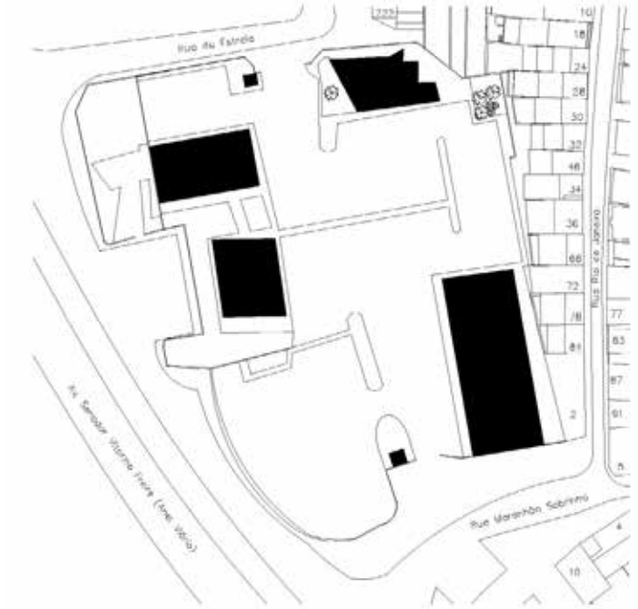


Endereço: Rua da Estrela – OLEAMA
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 9.453,56 m²
Área de projeção: 5.461,82 m²
Estado de conservação: -

RUA DA ESTRELA Nº 784







Endereço: Rua da Estrela, 784 – CAEMA
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 7.017,28 m²
Área de projeção: 1.151,79 m²
Estado de conservação: -

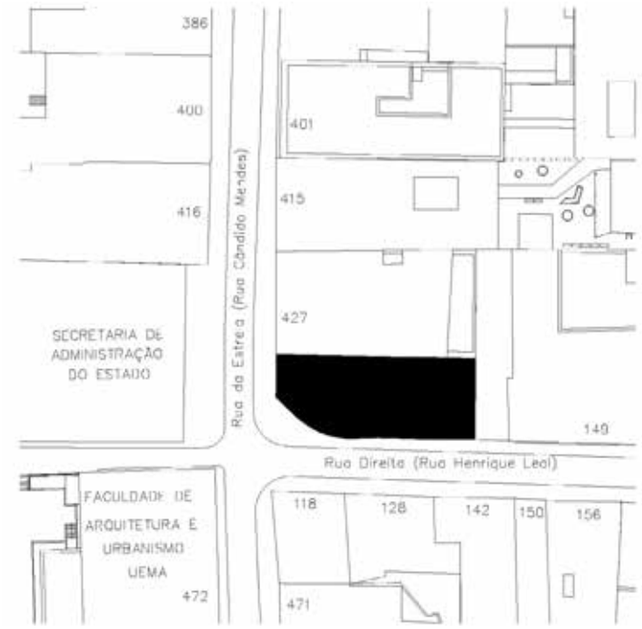
RUA DA ESTRELA - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO







Endereço: Rua da Estrela – Secretaria de Administração do Estado
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: -
Área de projeção: -
Estado de conservação: -



RUA DA ESTRELA SN (LADO 427)



Endereço: Rua da Estrela, s/n (ao lado do nº 427 da Rua da Estrela)
Uso atual: institucional (estacionamento da Secretaria de Administração do Estado)
Uso anterior: sem informação
Gabarito: -
Outros gabaritos: -
Área do lote: 453,84 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -



RUA DA ESTRELA SN (AO LADO DO 508)



Endereço: Rua da Estrela, s/n (ao lado do nº 508 da Rua da Estrela)
Uso atual: sem informação
Uso anterior: sem informação
Gabarito: -
Outros gabaritos: -
Área do lote: -
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

RUA DA ESTRELA SN (Entre o 540 e o 562)



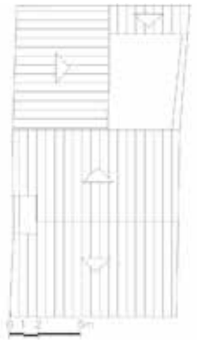
Endereço: Rua da Estrela s/n (entre o nº 540 e o nº 562 da Rua da Estrela)
Uso atual: estacionamento do nº 508
Uso anterior: sem informação
Gabarito:
Outros gabaritos: -
Área do lote: -
Área de projeção: -
Estado de conservação: -



TRAVESSA FELIZ Nº 57



Endereço: Travessa Feliz, 57





TRAVESSA FELIZ - Nº 63







Endereço: Travessa Feliz, 63

TRAVESSA FELIZ - Nº 67







Endereço: Travessa Feliz, 67

TRAVESSA FELIZ Nº 79/79B







Endereço: Travessa Feliz, 79/ 79B

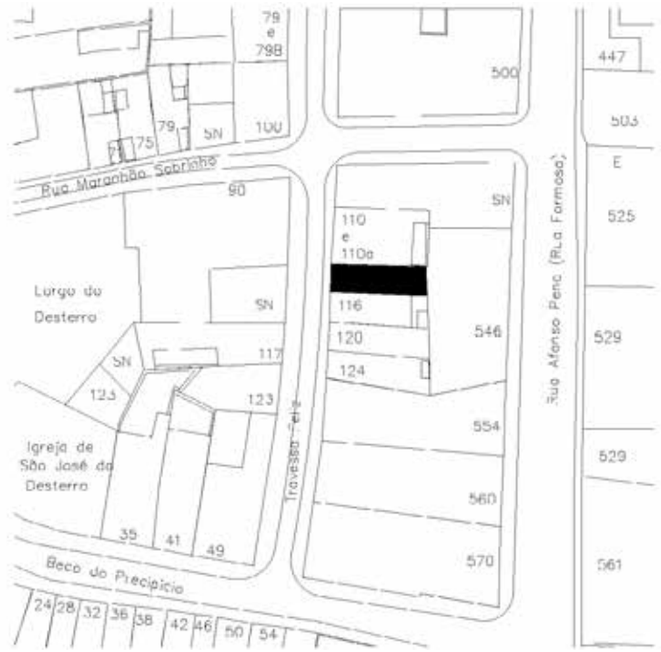
TRAVESSA FELIZ Nº 110/110A







Endereço: Travessa Feliz, 110/110A

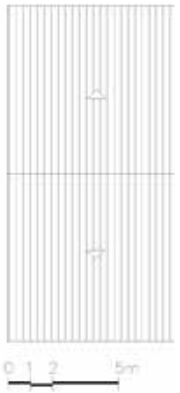


TRAVESSA FELIZ Nº 112



Endereço: Travessa Feliz, 112





TRAVESSA FELIZ Nº 113



Endereço: Travessa Feliz, 113

TRAVESSA FELIZ Nº 116



Endereço: Travessa Feliz, 116



TRAVESSA FELIZ Nº 117



Endereço: Travessa Feliz, 117





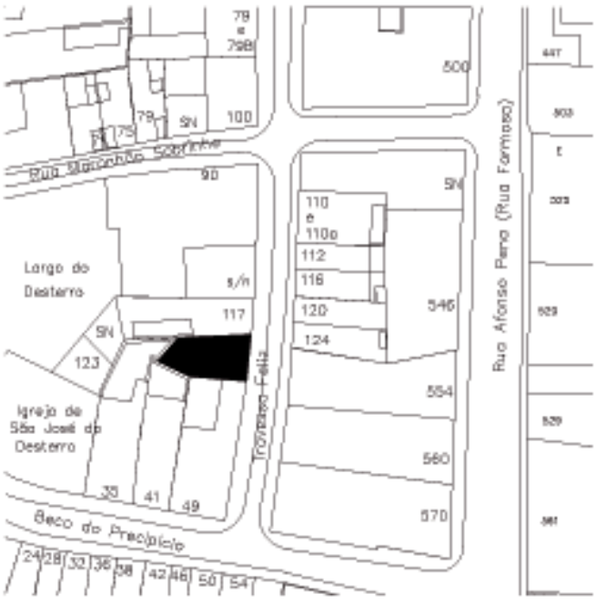




TRAVESSA FELIZ Nº 120



Endereço: Travessa Feliz, 120



TRAVESSA FELIZ Nº 123

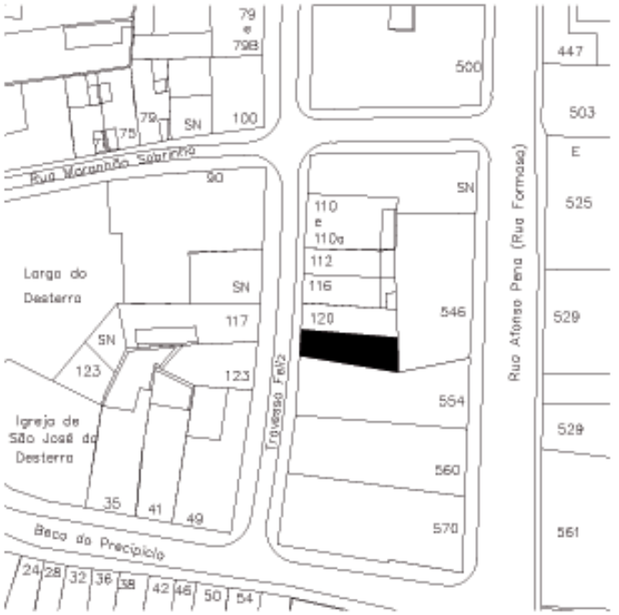


Endereço: Travessa Feliz, 123

TRAVESSA FELIZ Nº 124



Endereço: Travessa Feliz, 124



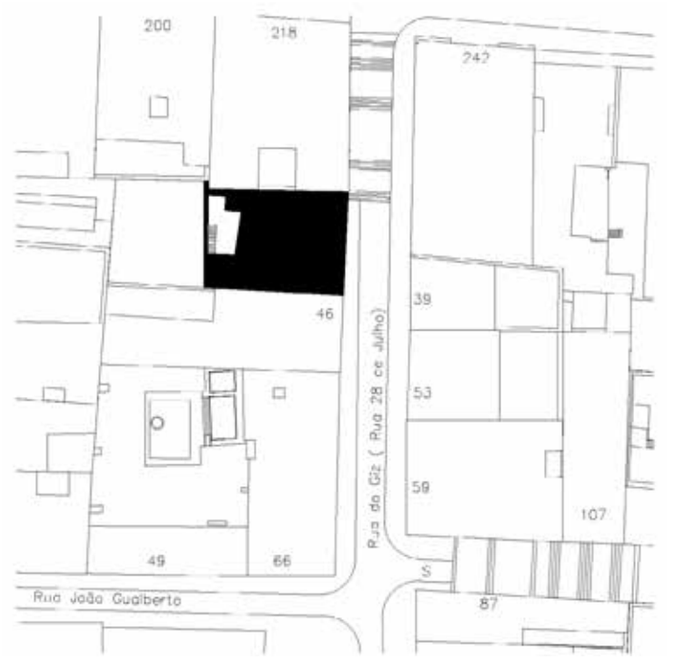
TRAVESSA FELIZ - S/N Nº 031

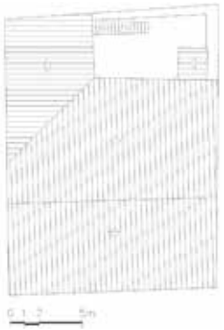


Endereço: Travessa Feliz, s/n 31





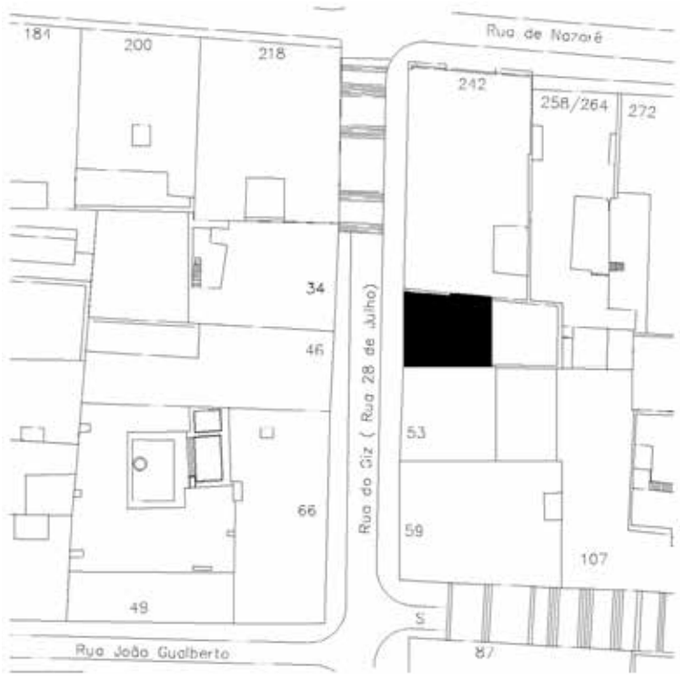




RUA DO GIZ Nº 34



Endereço: Rua do Giz, 34
Uso atual: residencial e institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 288,66 m²
Área de projeção: 251,73 m²
Estado de conservação: satisfatório





RUA DO GIZ Nº 39



Endereço: Rua do Giz, 39
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 185,77 m²
Área de projeção: 107,18 m²
Estado de conservação: -

RUA DO GIZ Nº 46



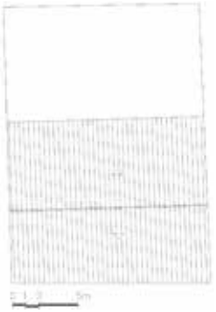


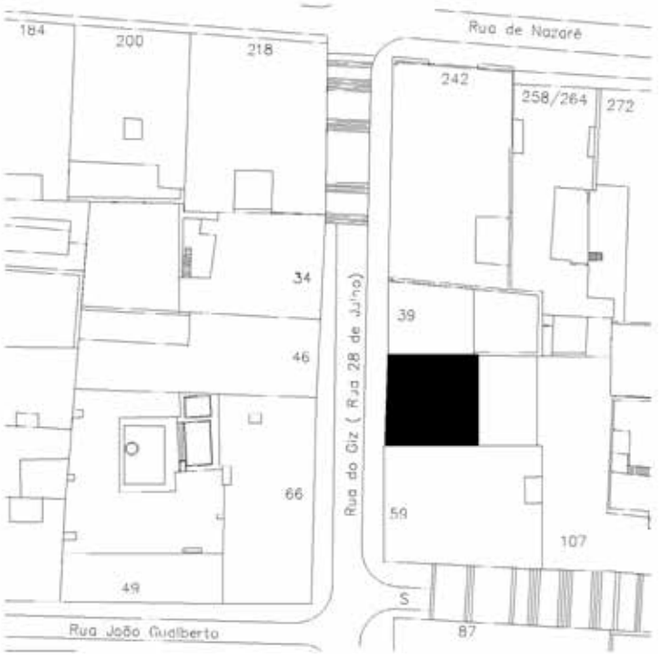


Endereço: Rua do Giz, 46
Uso atual: vago
Uso anterior: pousada
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 379,36 m²
Área de projeção: 299,59 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DO GIZ Nº 53



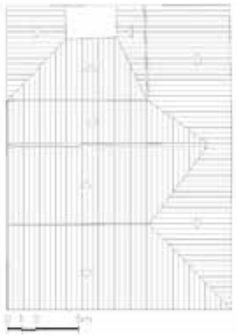




Endereço: Rua do Giz, 53
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 318,99 m²
Área de projeção: 118,63 m²
Estado de conservação: -

RUA DO GIZ Nº 59







Endereço: Rua do Giz, 59
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 327,66 m²
Área de projeção: 317,88 m²
Estado de conservação: bom

RUA DO GIZ Nº 66

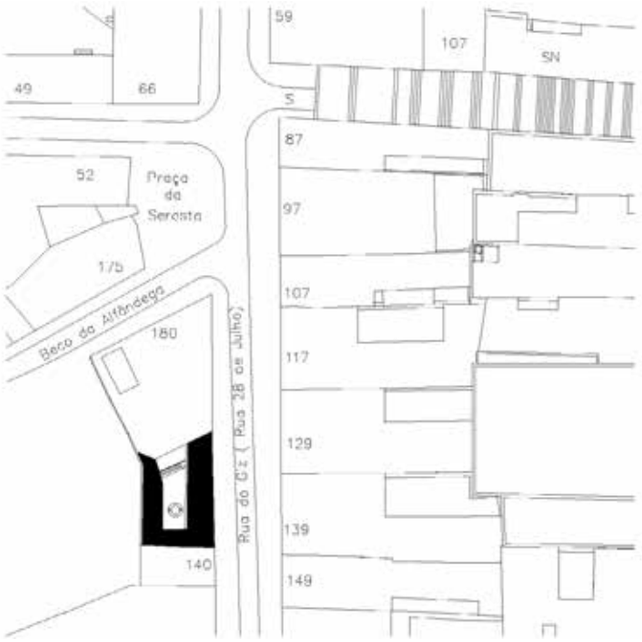




Endereço: Rua do Giz, 66
Uso atual: em obras
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 466,62 m²
Área de projeção: 461,64 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DO GIZ Nº 80

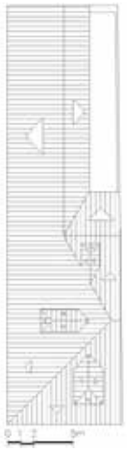


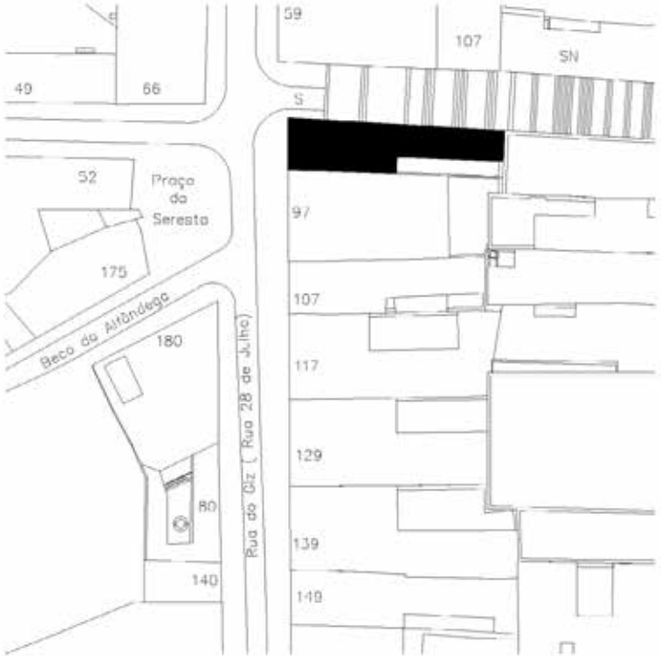


Endereço: Rua do Giz, 80/ 121
Uso atual: serviço e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 41,36 m²
Área de projeção: 31,19 m²
Estado de conservação: com problemas

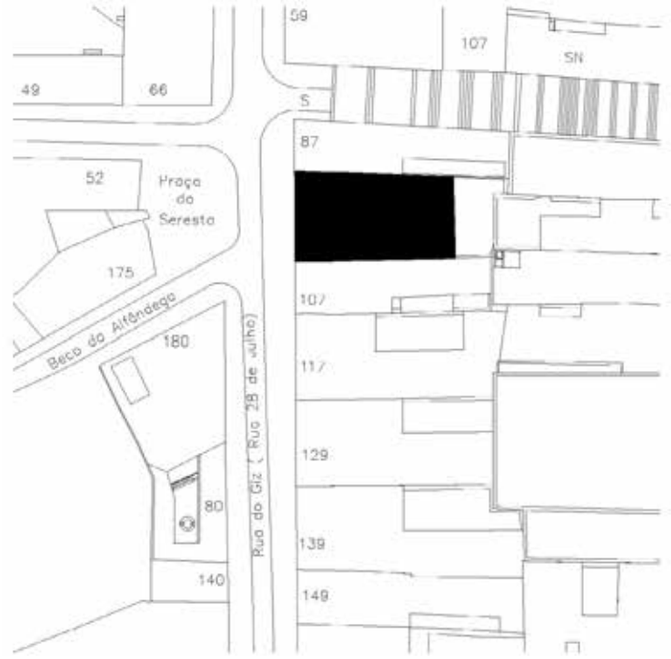
RUA DO GIZ Nº 87







Endereço: Rua do Giz, 87
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 258,10 m²
Área de projeção: 227,77 m²
Estado de conservação: -

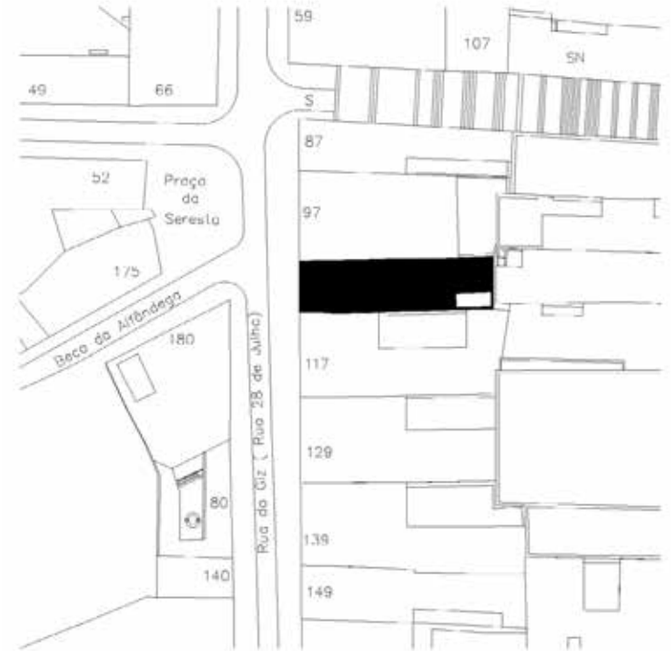




RUA DO GIZ Nº 097



Endereço: Rua do Giz, 97
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 380,46 m²
Área de projeção: 296,90 m²
Estado de conservação: -





RUA DO GIZ Nº 107

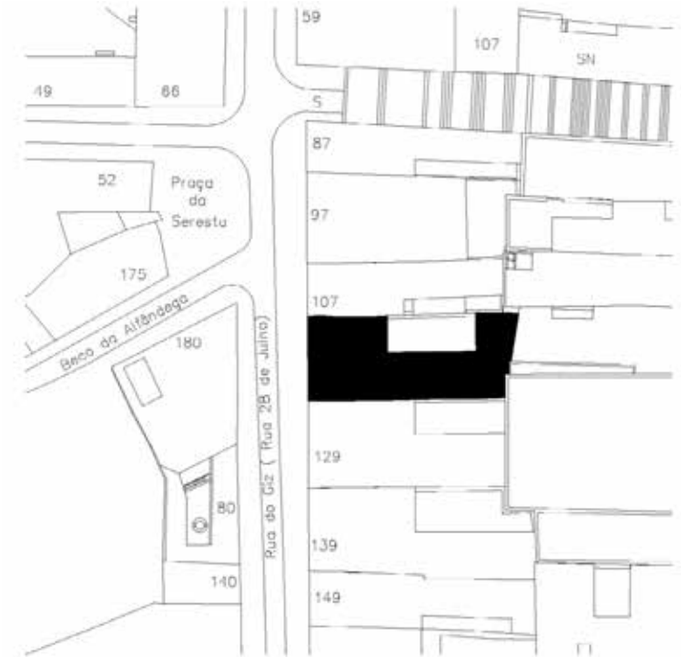


Endereço: Rua do Giz, 107
Uso atual: residencial e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 4
Outros gabaritos: -
Área do lote: 232,25 m²
Área de projeção: 218,54 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DO GIZ Nº 117





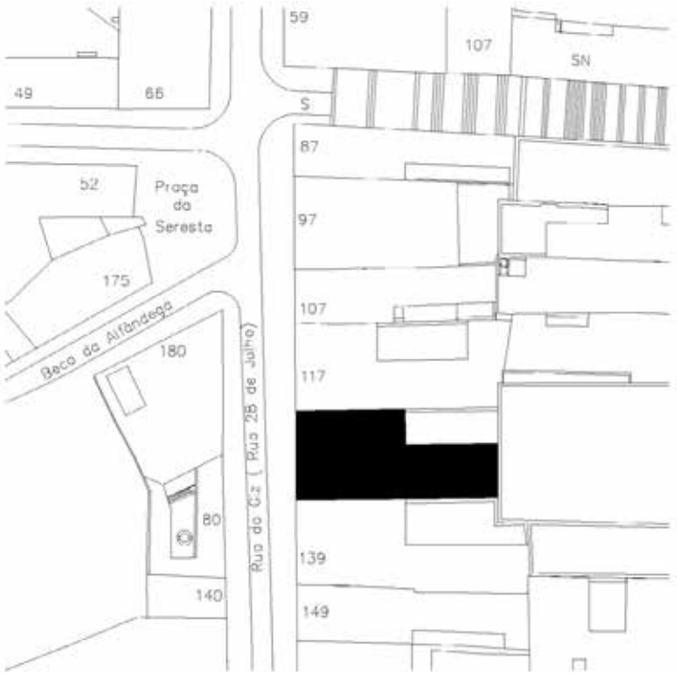


Endereço: Rua do Giz, 117
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 346,78 m²
Área de projeção: 308,22 m²
Estado de conservação: com problemas

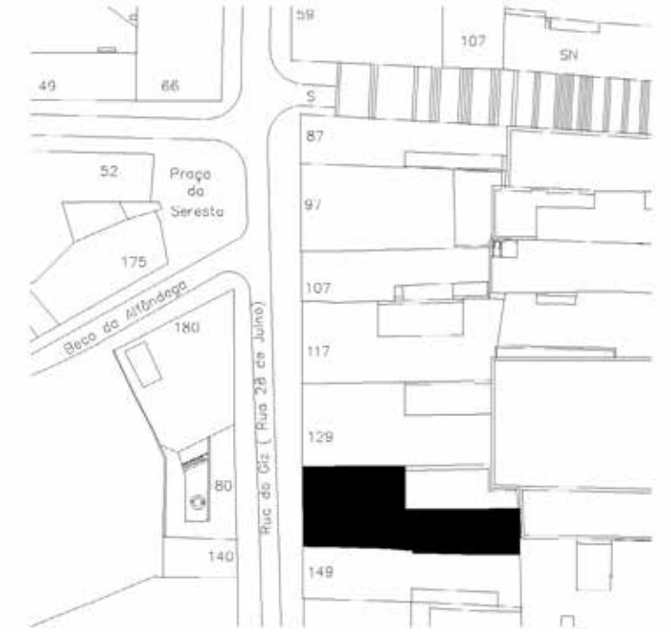
RUA DO GIZ Nº 129







Endereço: Rua do Giz, 129
Uso atual: vago
Uso anterior: albergue
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 347,45 m²
Área de projeção: 288,04 m²
Estado de conservação: satisfatório

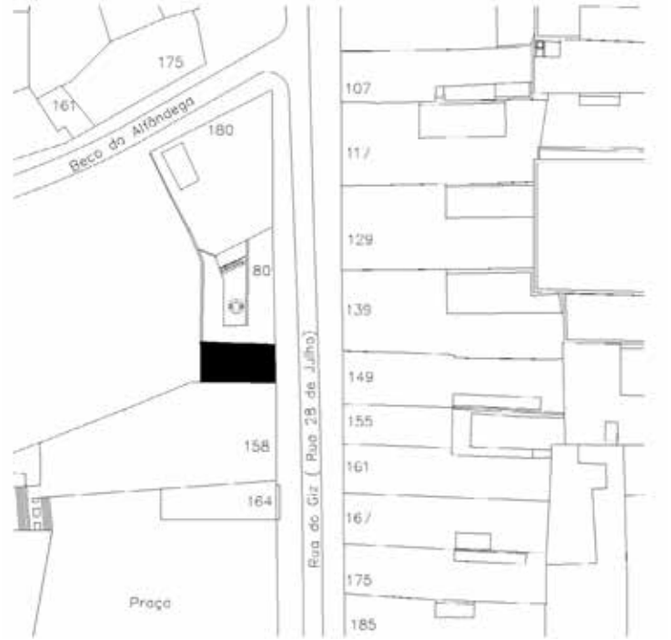




RUA DO GIZ Nº 139



Endereço: Rua do Giz, 139
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 383,01 m²
Área de projeção: 304,42 m²
Estado de conservação: com problemas



RUA DO GIZ Nº 140 OU SN

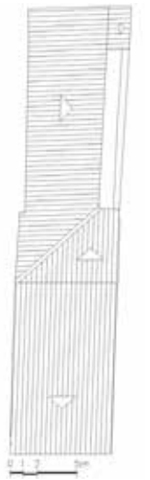


Endereço: Rua do Giz, 140 ou s/n
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 40,47 m²
Área de projeção: 40,47 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DO GIZ Nº 149



Endereço: Rua do Giz, 149
Uso atual: vago
Uso anterior: assistência técnica da Consul
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 239,22 m²
Área de projeção: 216,25 m²
Estado de conservação: satisfatório



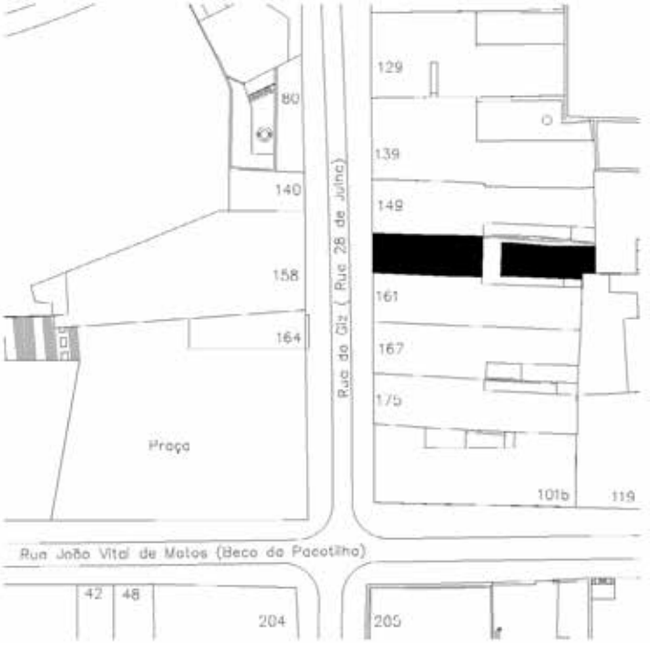


RUA DO GIZ Nº 155



Endereço: Rua do Giz, 155
Uso atual: vago
Uso anterior: papelaria
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 182,07 m²
Área de projeção: 146,99 m²
Estado de conservação: com problemas





RUA DO GIZ Nº 158







RUA DO GIZ Nº 161





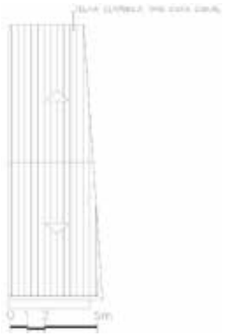


Endereço: Rua do Giz, 161
Uso atual: vago
Uso anterior: armazém
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 197,08 m²
Área de projeção: 197,08 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DO GIZ Nº 164



Endereço: Rua do Giz, 164
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 77,62 m²
Área de projeção: 77,62 m²
Estado de conservação: -





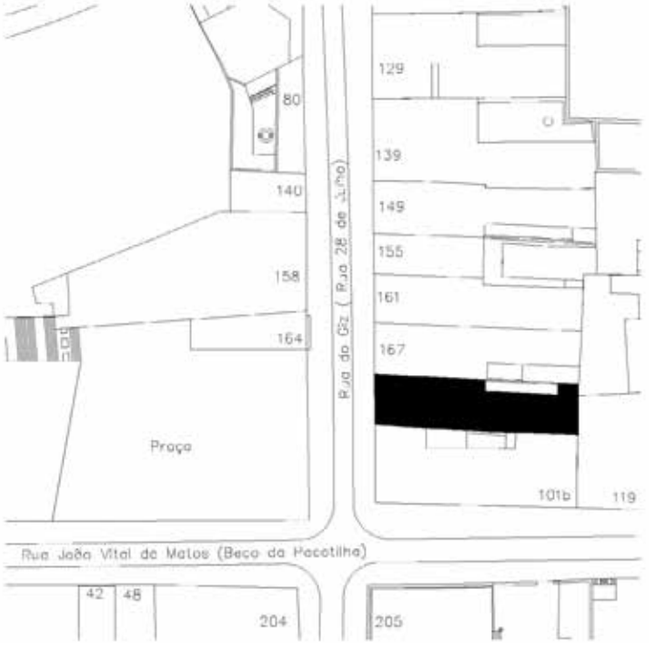
RUA DO GIZ Nº 167



Endereço: Rua do Giz, 167
Uso atual: serviço
Uso anterior: casa de ferragem
Gabarito: 1
Outros gabaritos: sótão habitável
Área do lote: 219,50 m²
Área de projeção: 208,25 m²
Estado de conservação: com problemas









RUA DO GIZ Nº 175



Endereço: Rua do Giz, 175
Uso atual: vago
Uso anterior: loja de vender fumo
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 212,57 m²
Área de projeção: 196,70 m²
Estado de conservação: com problemas





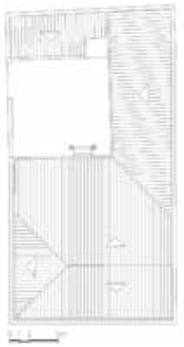
RUA DO GIZ Nº 204



Endereço: Rua do Giz, 204
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 240,37 m²
Área de projeção: 240,37 m²
Estado de conservação: -

RUA DO GIZ Nº 205







Endereço: Rua do Giz, 205
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 562,80 m²
Área de projeção: 431,86 m²
Estado de conservação: bom

RUA DO GIZ Nº 214







Endereço: Rua do Giz, 214
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 389,85 m²
Área de projeção: 342,38 m²
Estado de conservação: bom



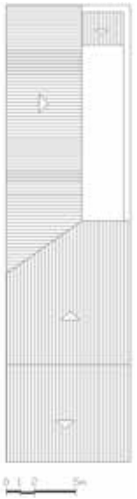


RUA DO GIZ Nº 221



Endereço: Rua do Giz, 221
Uso atual: institucional
Uso anterior: residencial e escola
Gabarito: 3
Outros gabaritos: sótão habitável
Área do lote: 609,88 m²
Área de projeção: 526,33 m²
Estado de conservação: bom





RUA DO GIZ Nº 224



Endereço: Rua do Giz, 224
Uso atual: vago
Uso anterior: escritório de segurança e alarme – SEMATEL
Gabarito: 1
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 296,73 m²
Área de projeção: 252,56 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DO GIZ Nº 232



Endereço: Rua do Giz, 232
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 293,60 m²
Área de projeção: 250,30 m²
Estado de conservação: bom



RUA DO GIZ Nº 235





Endereço: Rua do Giz, 235 – IPHAN
Uso atual: institucional
Uso anterior: residência da Baronesa de Anajatuba, Banco Comercial S.A e Banco do Estado do Maranhão
Gabarito: 4
Outros gabaritos:
Área do lote: 433,06 m²
Área de projeção: 388,67 m²
Estado de conservação: bom



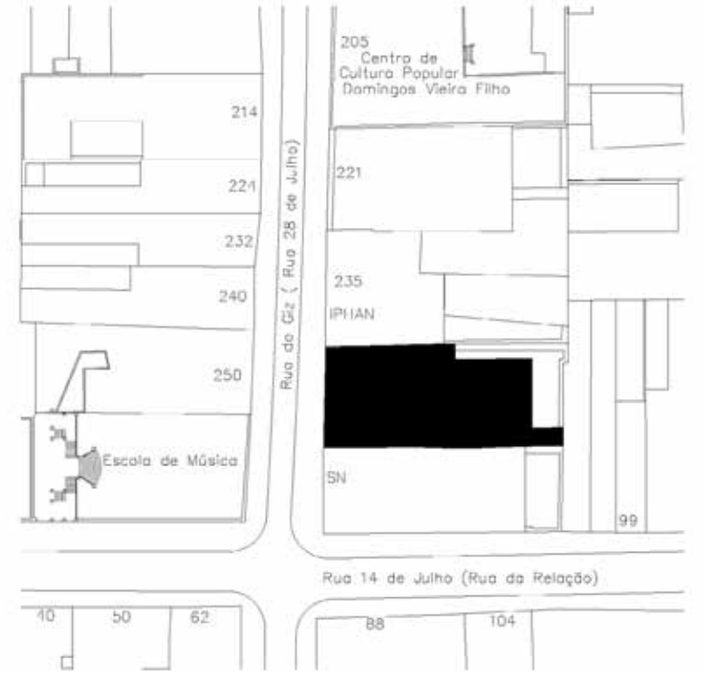




RUA DO GIZ Nº 240



Endereço: Rua do Giz, 240
Uso atual: comercial
Uso anterior: armazém
Gabarito: 1
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 296,69 m²
Área de projeção: 236,04 m²
Estado de conservação: com problemas





RUA DO GIZ Nº 249

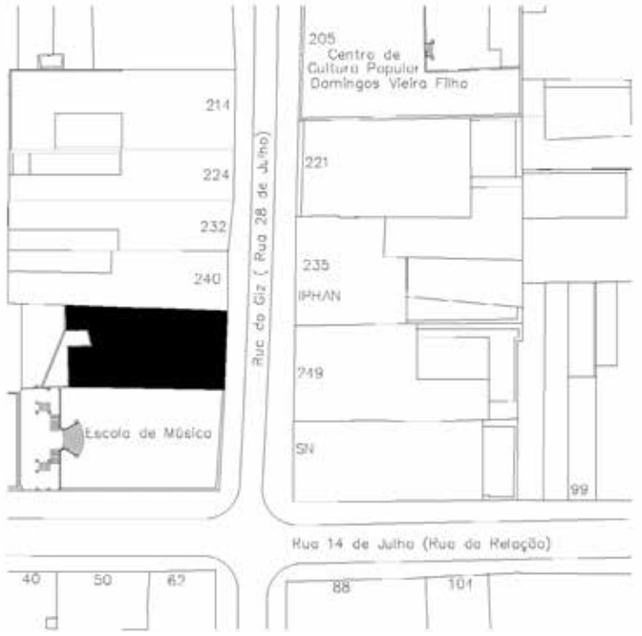


Endereço: Rua do Giz, 249
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 461,79 m²
Área de projeção: 389,33 m²
Estado de conservação: bom

RUA DO GIZ Nº 250







Endereço: Rua do Giz, 250
Uso atual: residencial, serviço e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 361,79 m²
Área de projeção: 235,70 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DO GIZ Nº 288

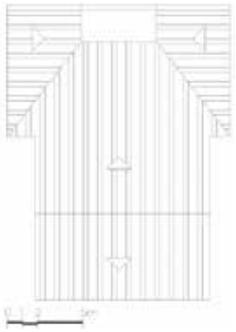






Endereço: Rua do Giz, 288
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 105,70 m²
Área de projeção: 105,70 m²
Estado de conservação: -





RUA DO GIZ Nº 295



Endereço: Rua do Giz, 295
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 256,80 m²
Área de projeção: 244,52 m²
Estado de conservação: -



RUA DO GIZ Nº 305



Endereço: Rua do Giz, 305
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 117,65 m²
Área de projeção: 98,65 m²
Estado de conservação: bom

RUA DO GIZ Nº 312



Endereço: Rua do Giz, 312
Uso atual: institucional
Uso anterior: Secretaria de Administração – Arquivo
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 571,06 m²
Área de projeção: 304,74 m²
Estado de conservação: com problemas





RUA DO GIZ Nº 317



Endereço: Rua do Giz, 317
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 429,49 m²
Área de projeção: 406,48 m²
Estado de conservação: bom



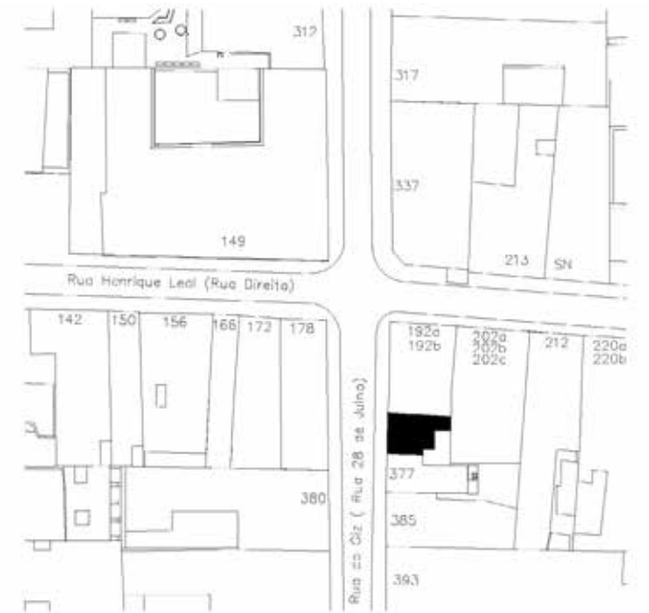


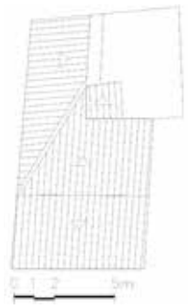


RUA DO GIZ Nº 337



Endereço: Rua do giz
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: –
Área do lote: 232,19 m²
Área de projeção: 232,19 m²
Estado de conservação: –





RUA DO GIZ Nº 371

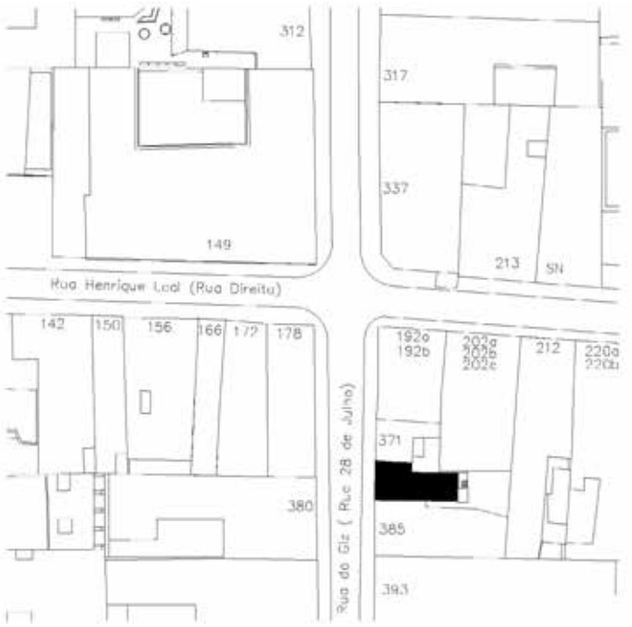


Endereço: Rua do Giz, 371
Uso atual: comercial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 78,09 m²
Área de projeção: 68,85 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DO GIZ Nº 377





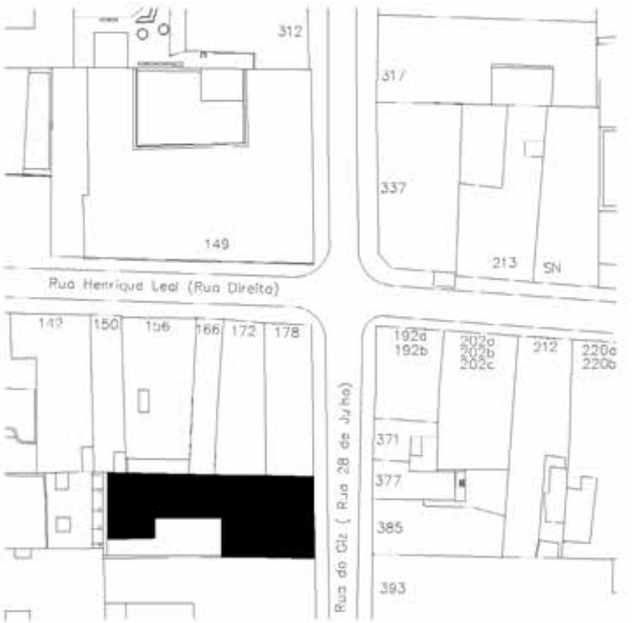


Endereço: Rua do Giz, 377
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 63,47 m²
Área de projeção: 56,25 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DO GIZ Nº 380







Endereço: Rua do Giz, 380
Uso atual: residencial e vago
Uso anterior: cabaré, Prefeitura e comércio
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 369,33 m²
Área de projeção: 271,48 m²
Estado de conservação: com problemas





RUA DO GIZ Nº 385



Endereço: Rua do Giz, 385
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: sótão habitável
Área do lote: 106,82 m²
Área de projeção: 106,82 m²
Estado de conservação: com problemas





RUA DO GIZ Nº 393



Endereço: Rua do Giz, 393
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 486,76 m²
Área de projeção: 409,07 m²
Estado de conservação:

RUA DO GIZ Nº 394







Endereço: Rua do Giz, 394
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 561,09 m²
Área de projeção: 464,19 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DO GIZ Nº 405





Endereço: Rua do Giz, 405
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 390,30 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

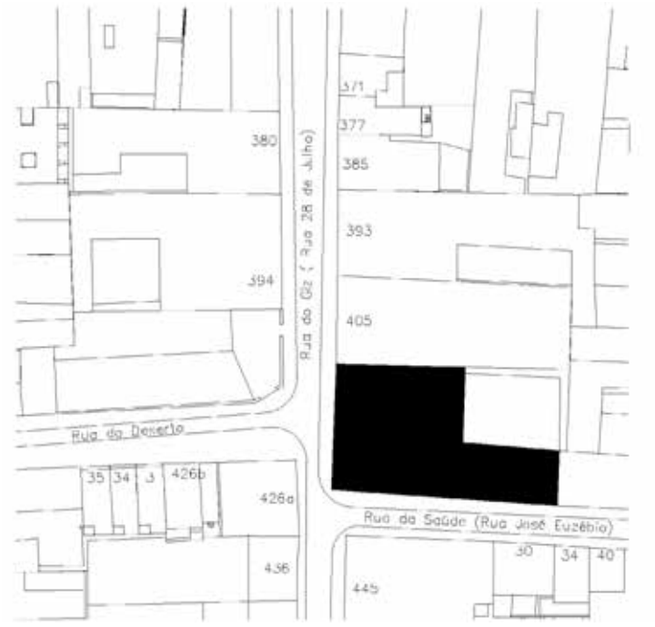




RUA DO GIZ Nº 408



Endereço: Rua do Giz, 408
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 479,76 m²
Área de projeção: 396,63 m²
Estado de conservação: -





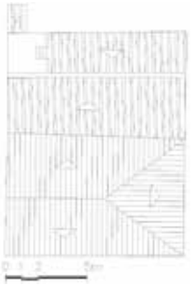
RUA DO GIZ Nº 421



Endereço: Rua do Giz, 421
Uso atual: residencial e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 554,70 m²
Área de projeção: 407,00 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DO GIZ Nº 426 A







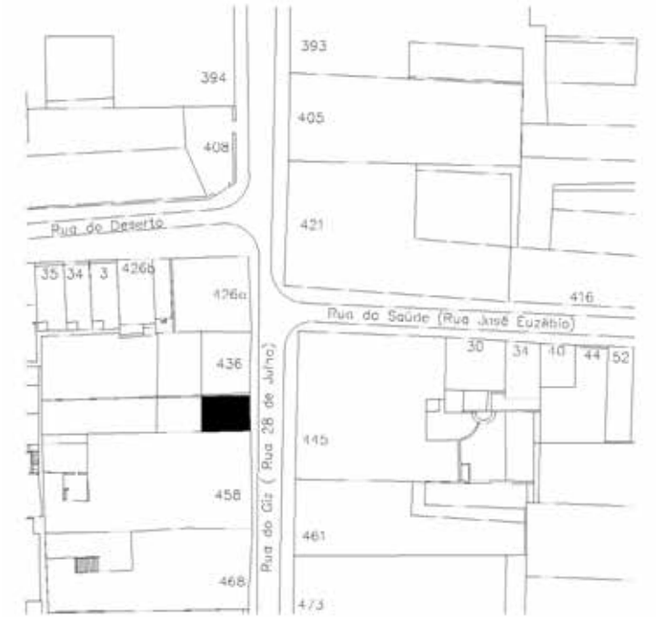
Endereço: Rua do Giz, 426 A
Uso atual: serviço
Uso anterior: comercial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 161,98 m²
Área de projeção: 156,15 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DO GIZ Nº 436





Endereço: Rua do Giz, 436
Uso atual: residencial e comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 267,70 m²
Área de projeção: 62,75 m²
Estado de conservação: com problemas

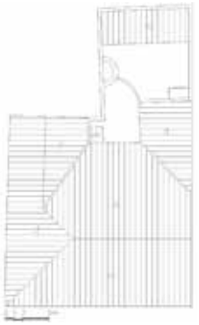


RUA DO GIZ Nº 444



Endereço: Rua do Giz, 444
Uso atual: em obras
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 158,14 m²
Área de projeção: 37,65 m²
Estado de conservação: -





RUA DO GIZ Nº 445



Endereço: Rua do Giz, 445
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 594,32 m²
Área de projeção: 500,84 m²
Estado de conservação: -

RUA DO GIZ Nº 458



Endereço: Rua do Giz, 458
Uso atual: residencial
Uso anterior: casa noturna
Gabarito: 1
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 402,00 m²
Área de projeção: 358,27 m²
Estado de conservação: com problemas



RUA DO GIZ Nº 461



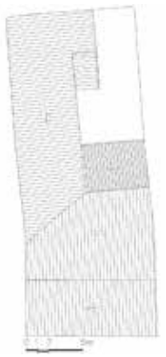


Endereço: Rua do Giz, 461
Uso atual: em obras
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 365,88 m²
Área de projeção: 335,03 m²
Estado de conservação: -



RUA DO GIZ Nº 468







Endereço: Rua do Giz, 468
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 312,91 m²
Área de projeção: 254,32 m²
Estado de conservação: -

RUA DO GIZ Nº 473/483







Endereço: Rua do Giz, 473/ 483
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 849,40 m²
Área de projeção: 719,97 m²
Estado de conservação: bom

RUA DO GIZ Nº 476



Endereço: Rua do Giz, 476
Uso atual: em ruínas
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 253,06 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

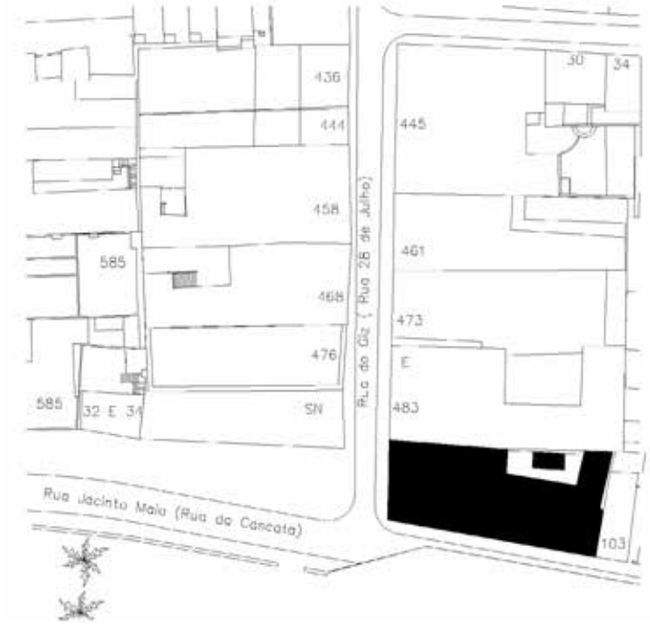


RUA DO GIZ Nº 495

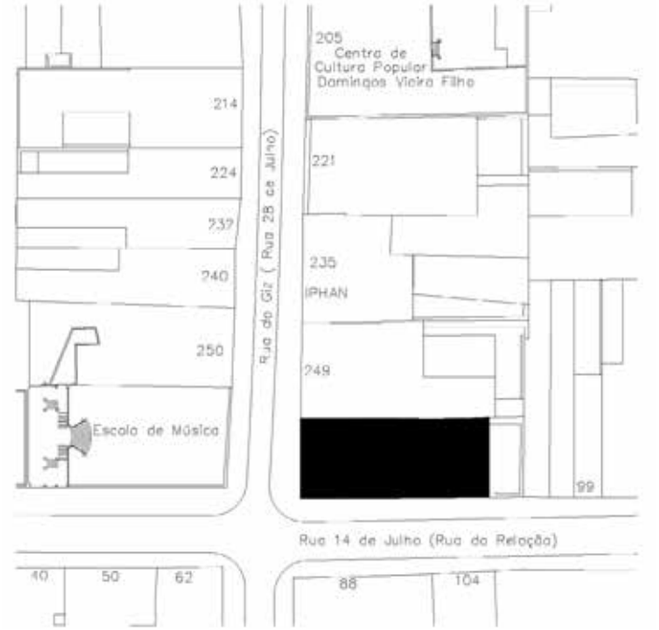


Endereço: Rua do Giz, 495
Uso atual: residencial, comercial e serviço
Uso anterior: casa noturna
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 374,48 m²
Área de projeção: 347,22 m²
Estado de conservação: com problemas





RUA DO GIZ SN - ESQUINA RUA 14 DE JULHO

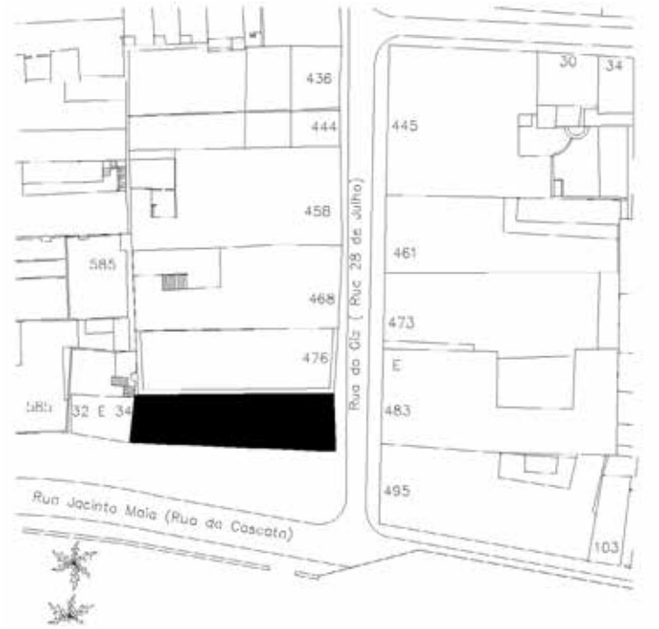






Endereço: Rua do Giz, s/n (esquina com Rua 14 de Julho)
Uso atual: residencial e institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 462,60 m²
Área de projeção: 394,77 m²
Estado de conservação: -

RUA DO GIZ SN 1 - ESQUINA RUA JACINTO MAIA





Endereço: Rua do Giz, s/n (esquina com Rua Jacinto Maia)
Uso atual: terreno vazio
Uso anterior: sem informação
Gabarito: -
Outros gabaritos: -
Área do lote: -
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

RUA GODOFREDO VIANA Nº 9



Endereço: Rua Godofredo Viana, 9

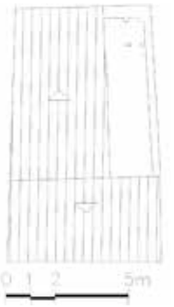




RUA GODOFREDO VIANA Nº 16



Endereço: Rua Godofredo Viana, 16







RUA GODOFREDO VIANA Nº 16 A



Endereço: Rua Godofredo Viana, 16 A





RUA GODOFREDO VIANA Nº 19



Endereço: Rua Godofredo Viana, 19

RUA GODOFREDO VIANA Nº 123



Endereço: Rua Godofredo Viana, 123





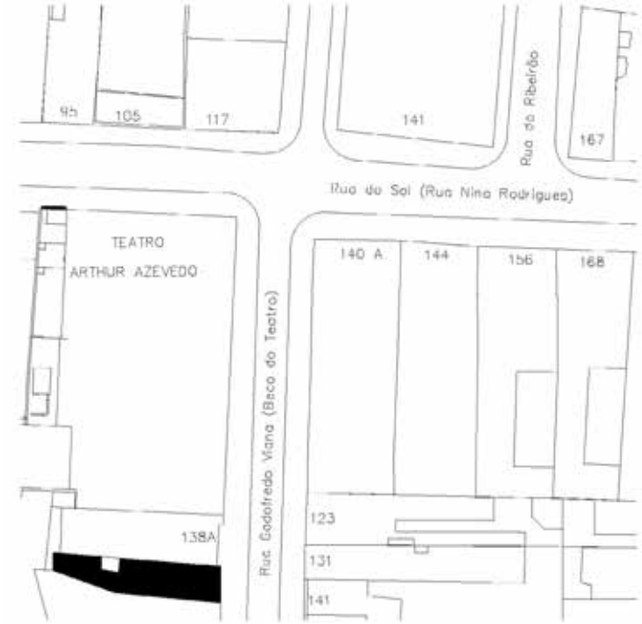
RUA GODOFREDO VIANA Nº 131

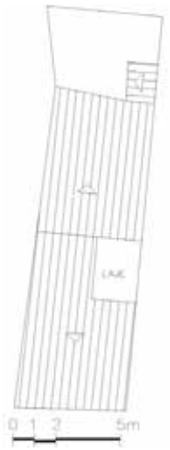


Endereço: Rua Godofredo Viana, 131







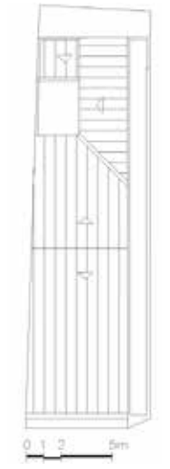


RUA GODOFREDO VIANA Nº 138

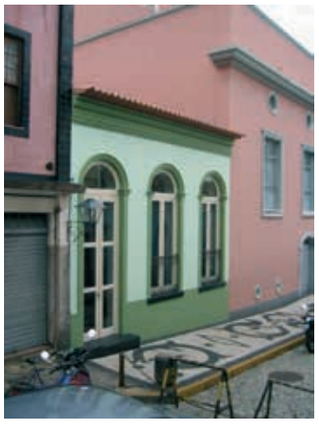


Endereço: Rua Godofredo Viana, 138





RUA GODOFREDO VIANA Nº 138 A



Endereço: Rua Godofredo Viana, 138 A

RUA GODOFREDO VIANA Nº 141 - 141B - 141C







Endereço: Rua Godofredo Viana, 141 - 141 B - 141C

RUA GODOFREDO VIANA Nº 146





Endereço: Rua Godofredo Viana, 146



RUA GODOFREDO VIANA Nº 151 - 151A



Endereço: Rua Godofredo Viana, 151 - 151A



RUA GODOFREDO VIANA Nº 216



Endereço: Rua Godofredo Viana, 216

RUA GODOFREDO VIANA Nº 240



Endereço: Rua Godofredo Viana, 240



RUA GRAÇA ARANHA Nº 13



Endereço: Rua Graça Aranha, 13



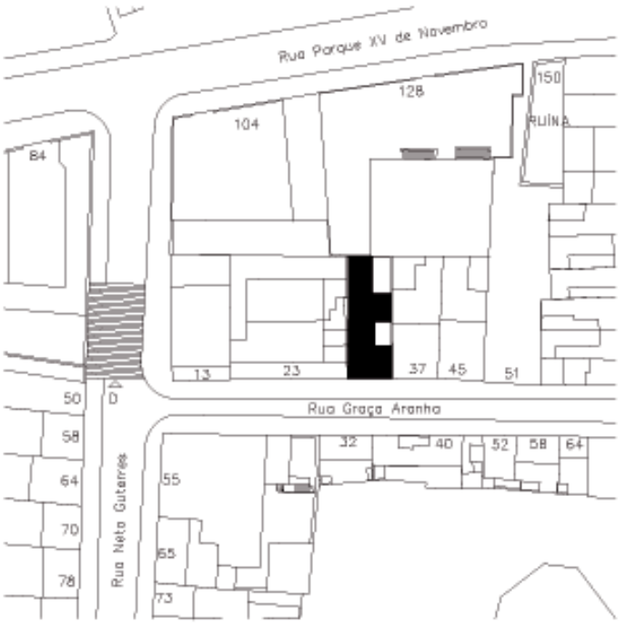
RUA GRAÇA ARANHA Nº 23





Endereço: Rua Graça Aranha, 23

RUA GRAÇA ARANHA Nº 31







Endereço: Rua Graça Aranha, 31

RUA GRAÇA ARANHA Nº 32







Endereço: Rua Graça Aranha, 32

RUA GRAÇA ARANHA Nº 37







Endereço: Rua Graça Aranha, 37

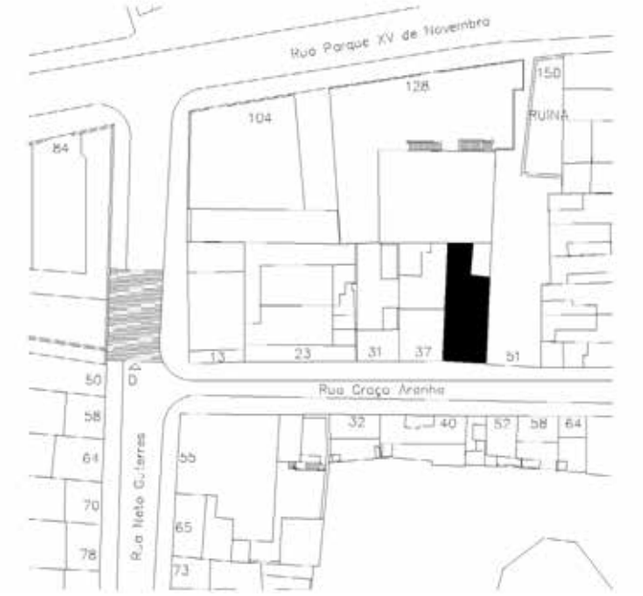
RUA GRAÇA ARANHA Nº 40

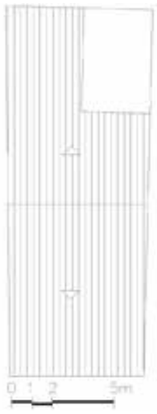




Endereço: Rua Graça Aranha, 40

RUA GRAÇA ARANHA Nº 45





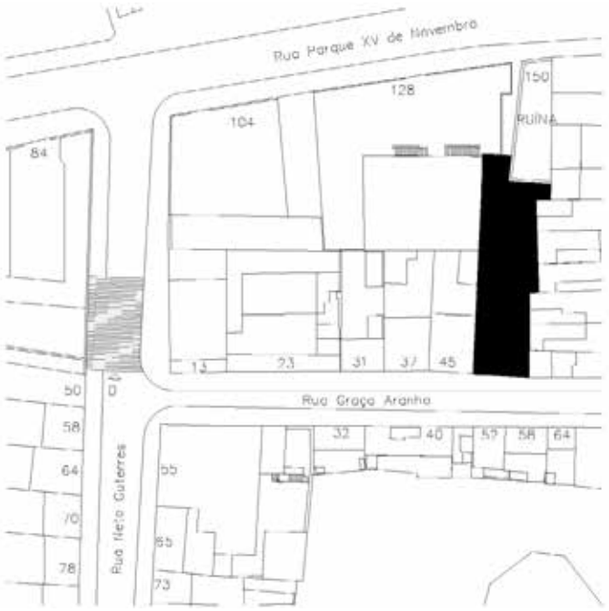


Endereço: Rua Graça Aranha, 45

RUA GRAÇA ARANHA Nº 51



Endereço: Rua Graça Aranha, 51



RUA GRAÇA ARANHA Nº 52



Endereço: Rua Graça Aranha, 52





RUA GRAÇA ARANHA Nº 58



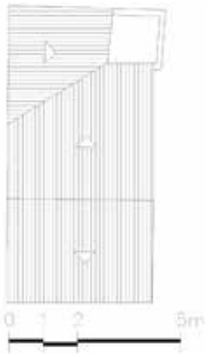




Endereço: Rua Graça Aranha, 58

RUA GRAÇA ARANHA Nº 64







Endereço: Rua Graça Aranha, 64

RUA GRAÇA ARANHA Nº 72



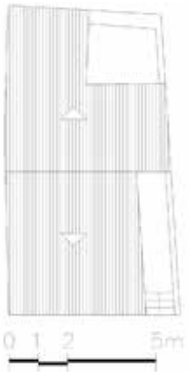




Endereço: Rua Graça Aranha, 72

RUA GRAÇA ARANHA Nº 88







Endereço: Rua Graça Aranha, 88





RUA GRAÇA ARANHA Nº 91



Endereço: Rua Graça Aranha, 91





RUA GRAÇA ARANHA Nº 92



Endereço: Rua Graça Aranha, 92

RUA GRAÇA ARANHA Nº 97



Endereço: Rua Graça Aranha, 97



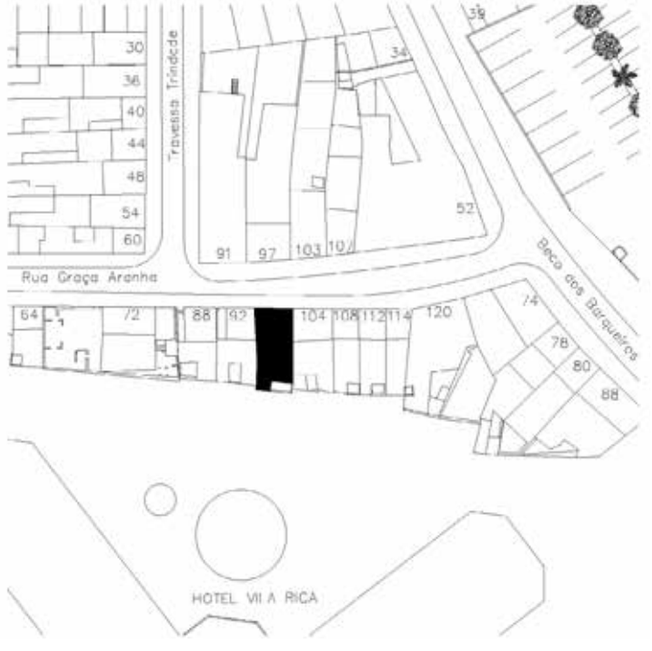


RUA GRAÇA ARANHA Nº 98



Endereço: Rua Graça Aranha, 98





RUA GRAÇA ARANHA Nº 103







Endereço: Rua Graça Aranha, 103

RUA GRAÇA ARANHA Nº 104







Endereço: Rua Graça Aranha, 104

RUA GRAÇA ARANHA Nº 107



Endereço: Rua Graça Aranha, 107

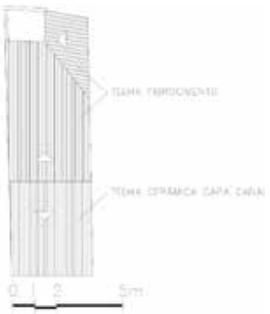




RUA GRAÇA ARANHA Nº 108



Endereço: Rua Graça Aranha, 108





RUA GRAÇA ARANHA Nº 112







Endereço: Rua Graça Aranha, 112

RUA GRAÇA ARANHA Nº 114







Endereço: Rua Graça Aranha, 114

RUA GRAÇA ARANHA Nº 120



Endereço: Rua Graça Aranha, 120



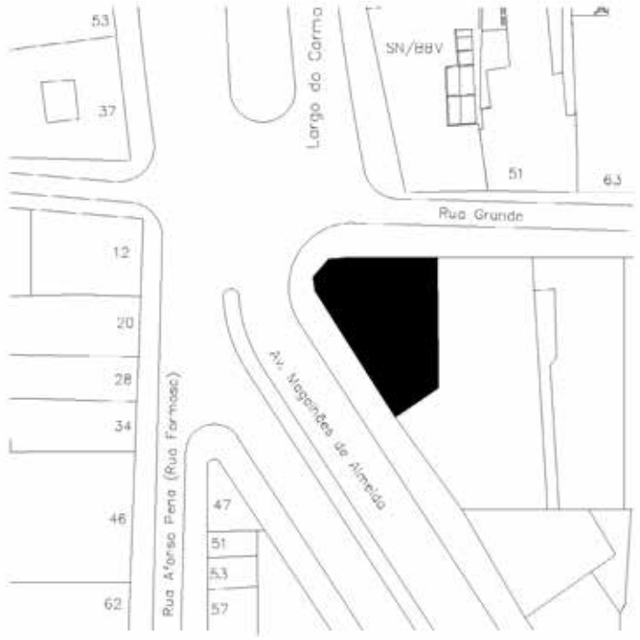


RUA GRANDE Nº 28

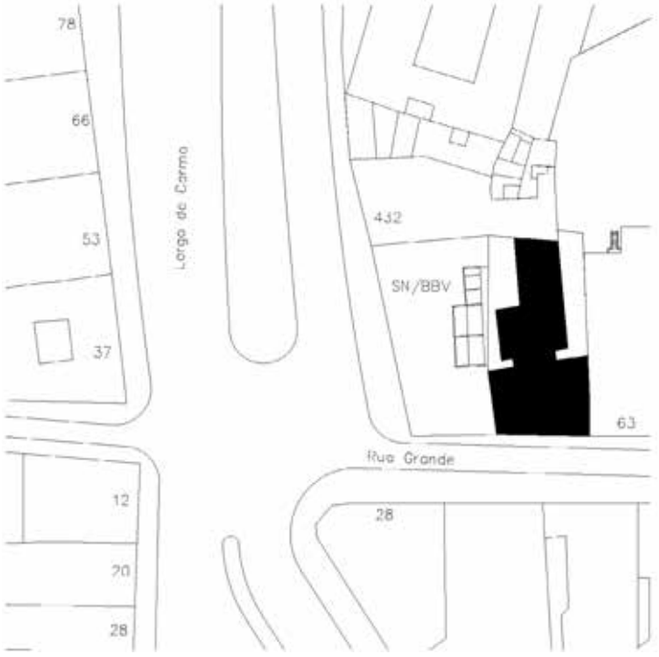


Endereço: Rua Grande, 28
**ocupante não encontrado*
Uso atual: comercial e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 240,97 m²
Área de projeção: 240,97 m²
Estado de conservação: -





RUA GRANDE Nº 51

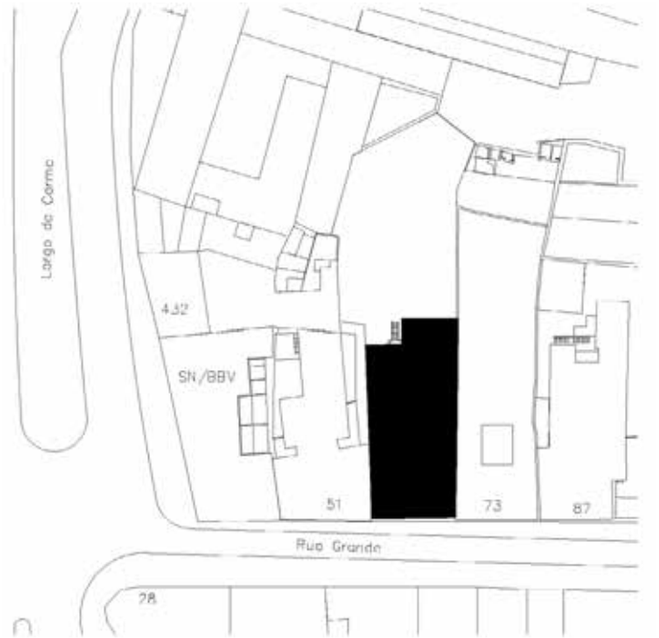






Endereço: Rua Grande, 51
Uso atual: residencial, comercial e serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 363,93 m²
Área de projeção: 295,13 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA GRANDE Nº 63



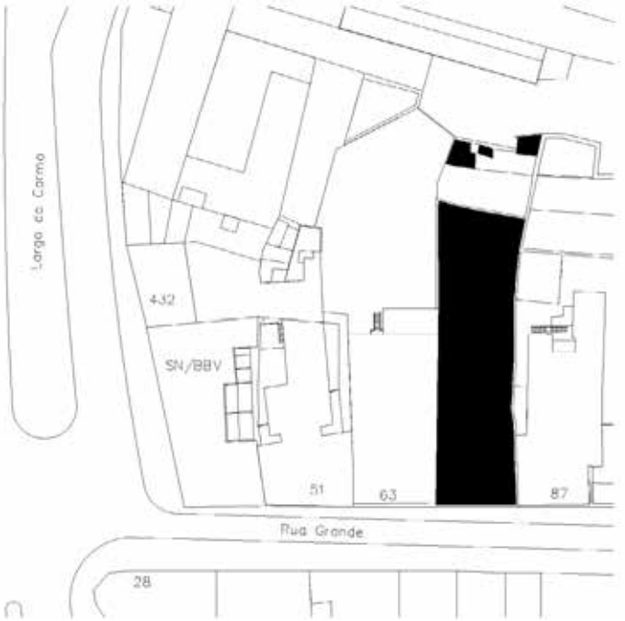




Endereço: Rua Grande, 63
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 479,77 m²
Área de projeção: 355,79 m²
Estado de conservação: -

RUA GRANDE Nº 73

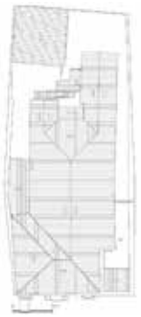




Endereço: Rua Grande, 73
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: -
Área de projeção: -
Estado de conservação: bom

RUA GRANDE Nº 87







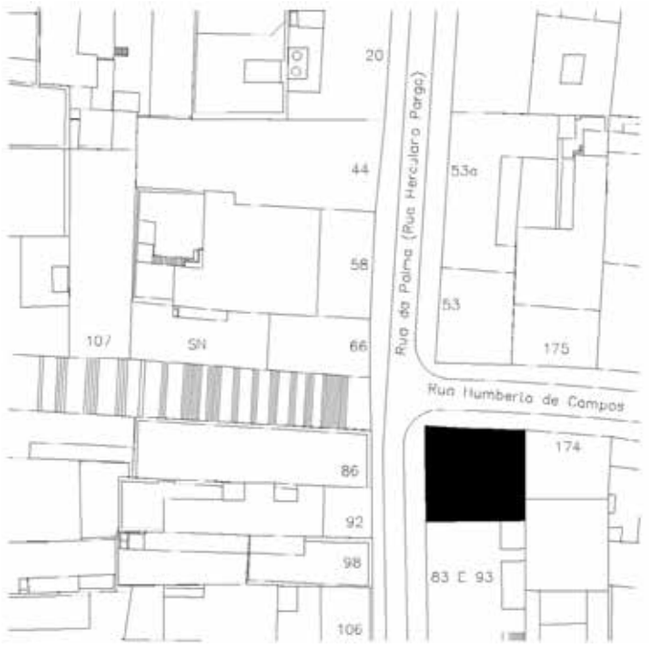
Endereço: Rua Grande, 87
Uso atual: residencial, comercial e serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: mezanino
Área do lote: 565,93 m²
Área de projeção: 378,97 m²
Estado de conservação: satisfatório



RUA HUMBERTO DE CAMPOS Nº 107



Endereço: Rua Humberto de Campos, 107



RUA HUMBERTO DE CAMPOS Nº 160



Endereço: Rua Humberto de Campos, 160

RUA HUMBERTO DE CAMPOS Nº 174



Endereço: Rua Humberto de Campos, 174



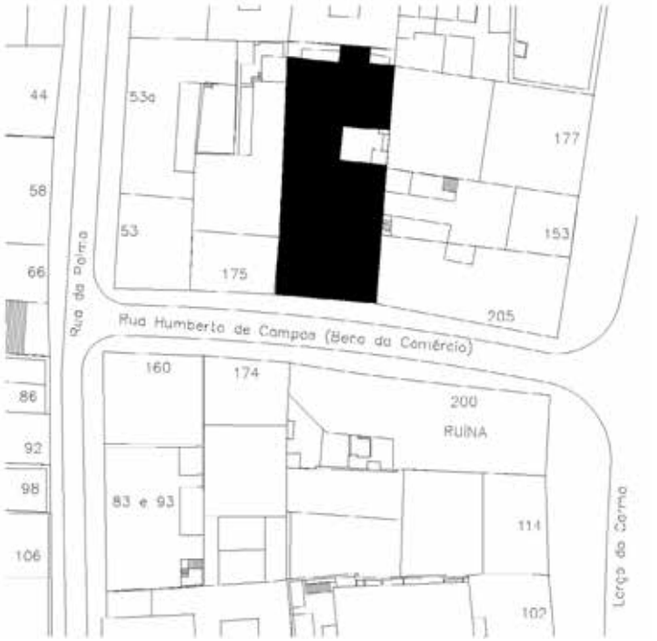
RUA HUMBERTO DE CAMPOS Nº 175



Endereço: Rua Humberto de Campos, 175









RUA HUMBERTO DE CAMPOS Nº 185



Endereço: Rua Humberto de Campos, 185



RUA HUMBERTO DE CAMPOS Nº 200



Endereço: Rua Humberto de Campos, 200

RUA HUMBERTO DE CAMPOS SN



Endereço: Rua Humberto de Campos, s/n (ao lado do nº 107 da Rua Humberto de Campos)

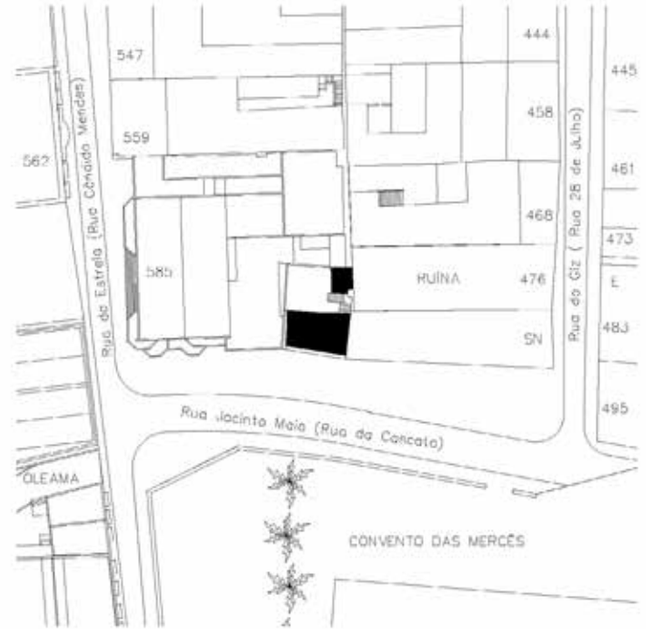


RUA JACINTO MAIA Nº 32/34

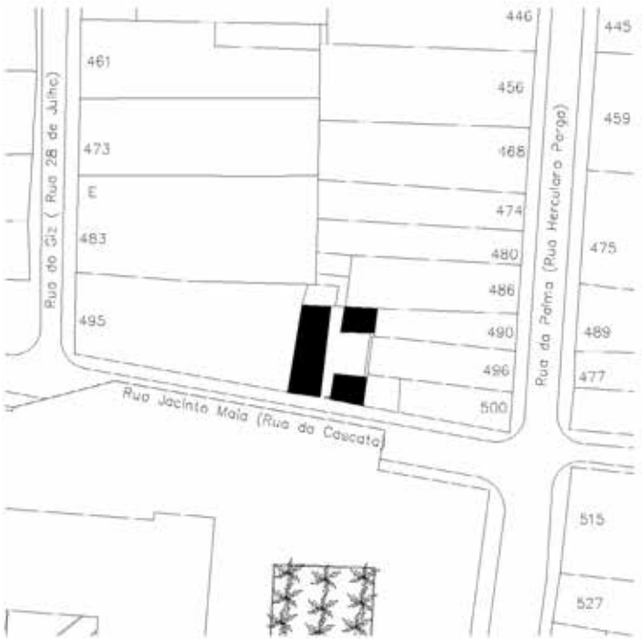


Endereço: Rua Jacinto Maia, 32/34





RUA JACINTO MAIA Nº 103





Endereço: Rua Jacinto Maia, 103

RUA JACINTO MAIA Nº 177







Endereço: Rua Jacinto Maia, 177

RUA JACINTO MAIA Nº 183



Endereço: Rua Jacinto Maia, 183



RUA JACINTO MAIA Nº 187



Endereço: Rua Jacinto Maia, 187





RUA JACINTO MAIA Nº 190



Endereço: Rua Jacinto Maia, 190



RUA JACINTO MAIA Nº 191



Endereço: Rua Jacinto Maia, 191

RUA JACINTO MAIA Nº 217



Endereço: Rua Jacinto Maia, 217



RUA JACINTO MAIA Nº 225



Endereço: Rua Jacinto Maia, 225





RUA JACINTO MAIA SN



Endereço: Rua Jacinto Maia, s/n (ao lado do nº 190 da Rua Jacinto Maia)

RUA RUA JOÃO GUALBERTO Nº 49







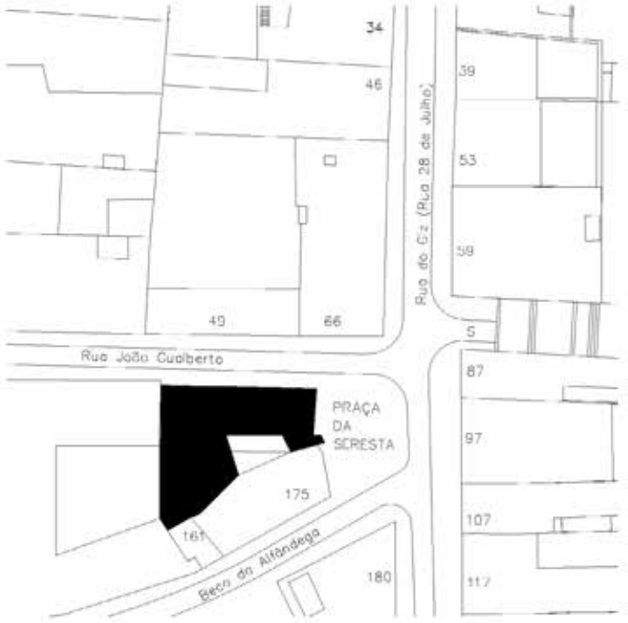
Endereço: Rua João Gualberto, 49

RUA RUA JOÃO GUALBERTO Nº 52



Endereço: Rua João Gualberto, 52





PRAÇA JOÃO LISBOA Nº 153

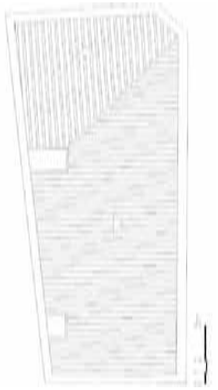


Endereço: Praça João Lisboa, 153
Uso Atual: Comercial E Serviço
Uso Anterior: Grêmio Primeiro de Janeiro
Gabarito: 2
Outros Gabaritos: -
Área Do Lote: 377,76 M²
Área De Projeção: 304,61 M²
Estado De Conservação: Satisfatório





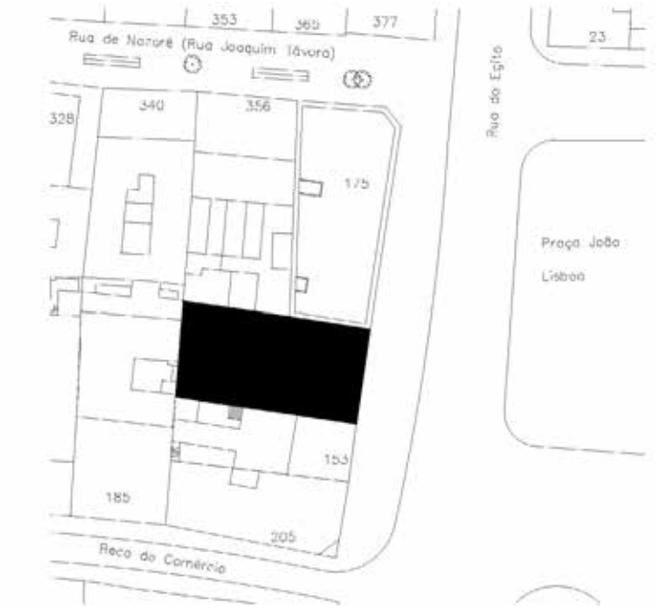


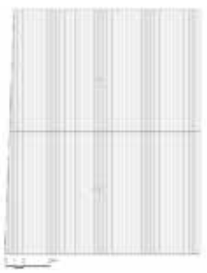


PRAÇA JOÃO LISBOA Nº 175



Endereço: Praça João Lisboa, 175
Uso Atual: Vago
Uso Anterior: Sem Informação
Gabarito: 2
Outros Gabaritos: -
Área Do Lote: 441,29 M²
Área De Projeção: 429,80 M²
Estado De Conservação: -





PRAÇA JOÃO LISBOA Nº 177



Endereço: Praça João Lisboa, 177
Uso Atual: Comercial e Serviço
Uso Anterior: Sem Informação
Gabarito: 3
Outros Gabaritos: -
Área Do Lote: 607,55 M²
Área De Projeção: 607,55 M²
Estado De Conservação: -

PRAÇA JOÃO LISBOA, 205



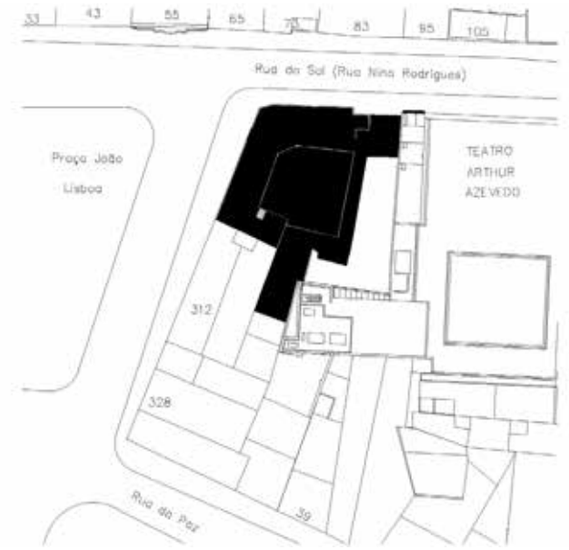


Endereço: Praça João Lisboa, 205
Uso Atual: Comercial, Serviço e Vago
Uso Anterior: Sem Informação
Gabarito: 2
Outros Gabaritos: -
Área Do Lote: -
Área De Projeção: -
Estado De Conservação: -

PRAÇA JOÃO LISBOA Nº 292

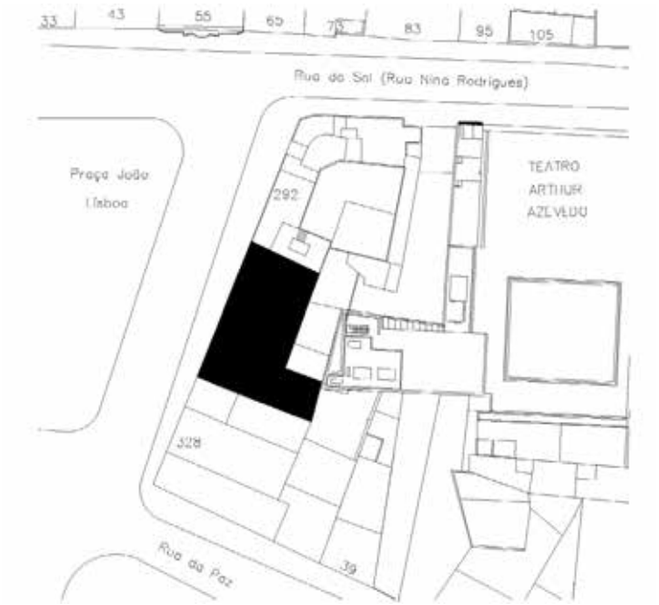






Endereço: Praça João Lisboa, 292
Uso Atual: Institucional
Uso Anterior: Sem Informação
Gabarito: 3
Outros Gabaritos: -
Área Do Lote: 740,98 M²
Área De Projeção: 526,59 M²
Estado De Conservação: -

PRAÇA JOÃO LISBOA Nº 312

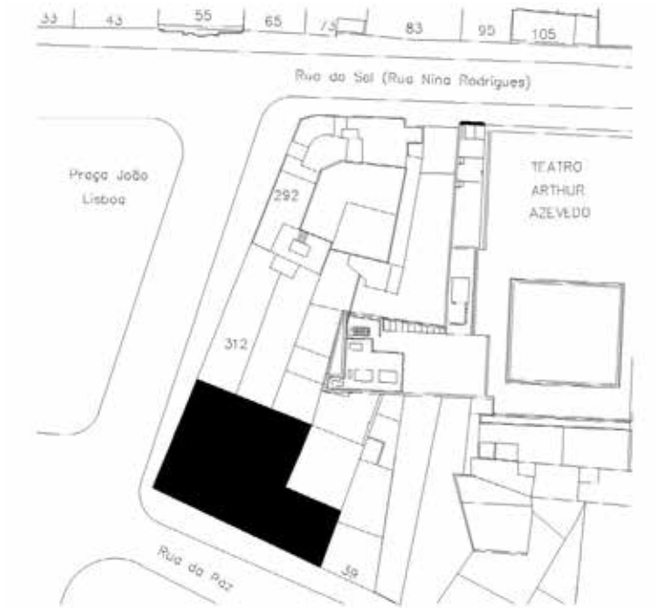






Endereço: Praça João Lisboa, 312
Uso Atual: Institucional
Uso Anterior: Sem Informação
Gabarito: 4
Outros Gabaritos: -
Área Do Lote: 291,92 M²
Área De Projeção: 216,30 M²
Estado De Conservação: -

PRAÇA JOÃO LISBOA Nº 328





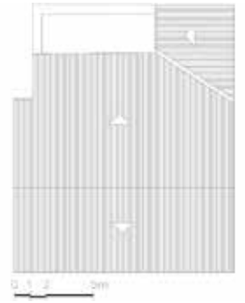


Endereço: Praça João Lisboa, 328
Uso Atual: Institucional
Uso Anterior: Residencial
Gabarito: 2
Outros Gabaritos: Mirante
Área Do Lote: 491,76 M²
Área De Projeção: 404,67 M²
Estado De Conservação: Bom

RUA JOÃO VITAL DE MATOS Nº 36



Endereço: Rua João Vital De Matos, 36

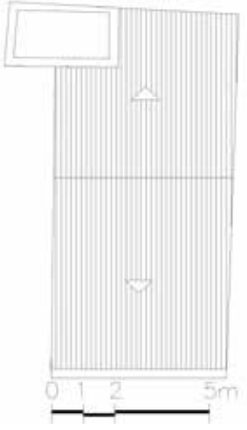


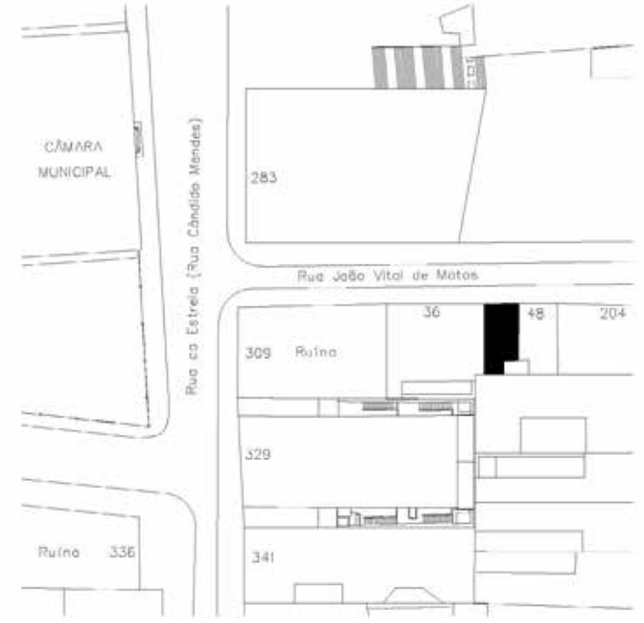


RUA JOÃO VITAL DE MATOS Nº 42



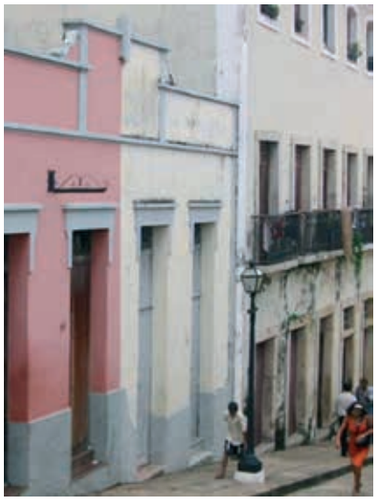
Endereço: Rua João Vital de Matos, 42



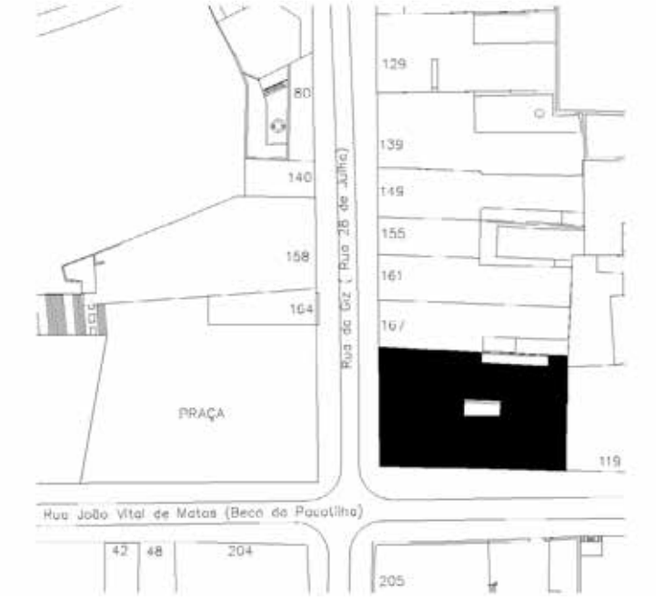




RUA JOÃO VITAL DE MATOS Nº 48



Endereço: Rua João Vital De Matos, 48



RUA JOÃO VITAL DE MATOS Nº 101





Endereço: Rua João Vital De Matos, 101

RUA JOÃO VITAL DE MATOS Nº 119



Endereço: Rua João Vital De Matos, 119

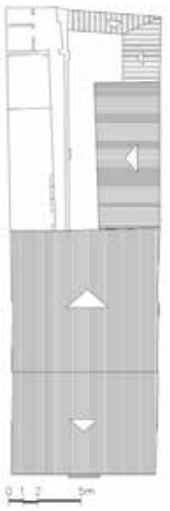




RUA JOÃO VITAL DE MATOS Nº 129



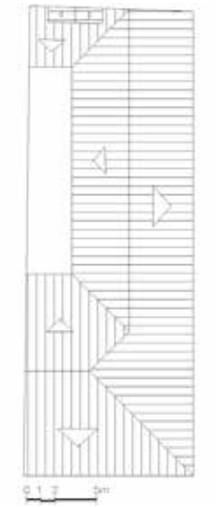
Endereço: Rua João Vital De Matos, 129





RUA JOÃO VITAL DE MATOS Nº 141





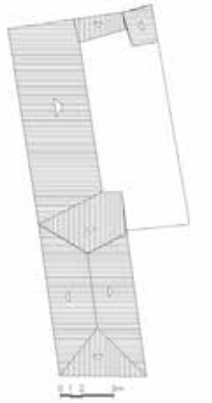




Endereço: Rua João Vital De Matos, 141

RUA JOÃO VITAL DE MATOS Nº 159







Endereço: Rua João Vital De Matos, 159

RUA JOÃO VITAL DE MATOS Nº 171







Endereço: Rua João Vital De Matos, 171

RUA JOÃO VITAL DE MATOS Nº 194







Endereço: Rua João Vital De Matos, 194

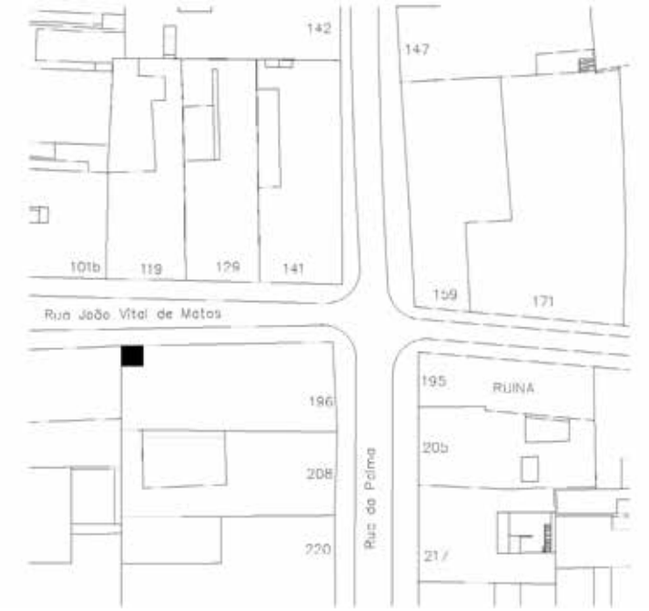
RUA JOÃO VITAL DE MATOS Nº 195





Endereço: Rua João Vital De Matos, 195

RUA JOÃO VITAL DE MATOS Nº 205





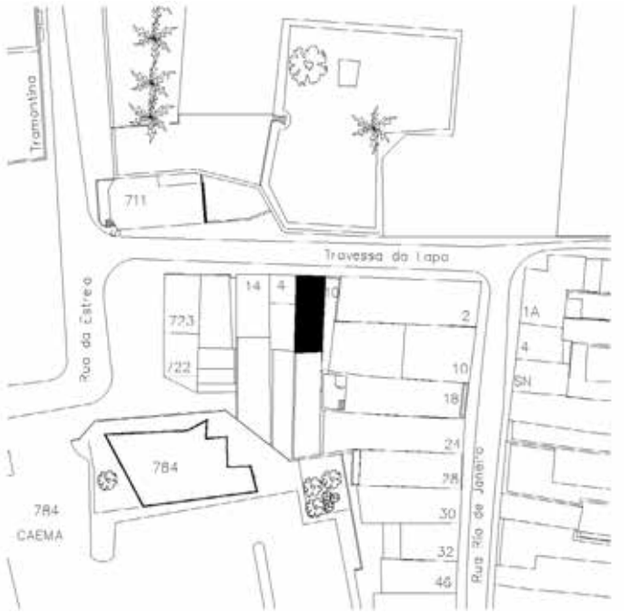
Endereço: Rua João Vital De Matos – Passo (Ao lado do nº 205 da Rua da Palma)

RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 2A / 4A



Endereço: Travessa Da Lapa, 2a / 4a

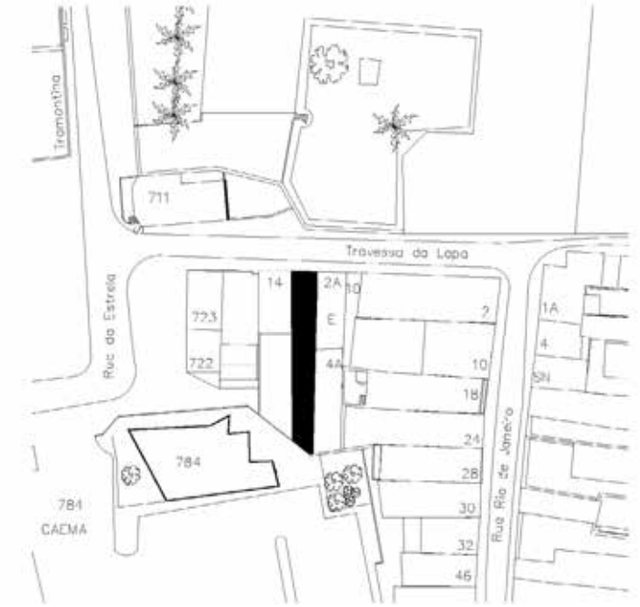




RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 4



Endereço: Travessa Da Lapa, 4



RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 6



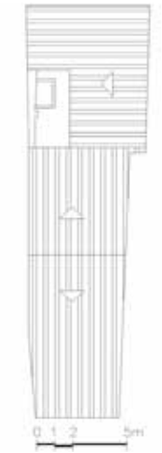




Endereço: Travessa da Lapa, 6

RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 12





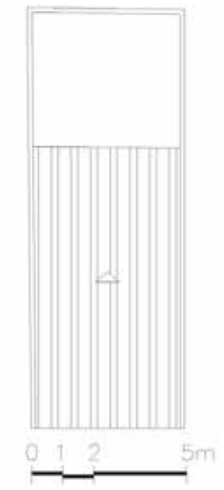


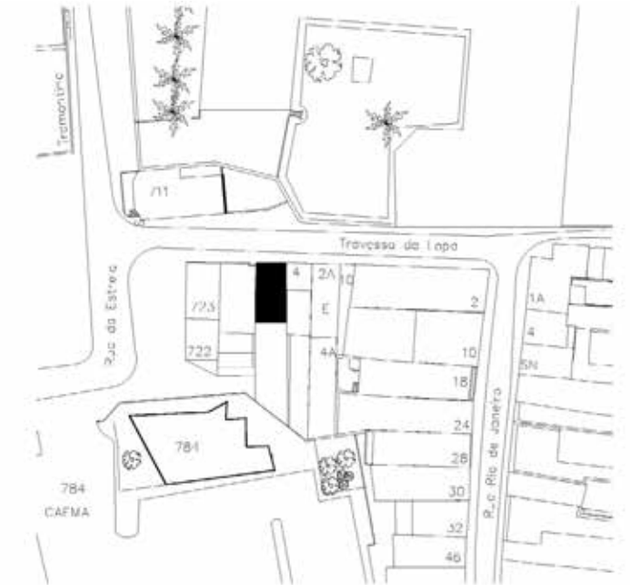
Endereço: Travessa da Lapa, 12

RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 14



Endereço: Travessa da Lapa, 14





RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 16

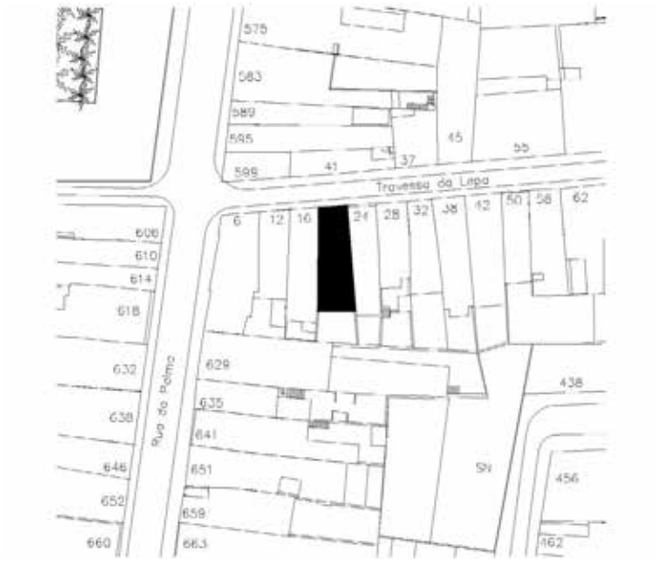


Endereço: Travessa da Lapa, 16





RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 20







Endereço: Travessa da Lapa, 20

RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 24





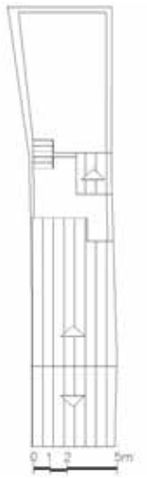


Endereço: Travessa da Lapa, 24

RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 28



Endereço: Travessa da Lapa, 28





RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 32



Endereço: Travessa da Lapa, 32



RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 37







Endereço: Travessa da Lapa, 37

RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 38



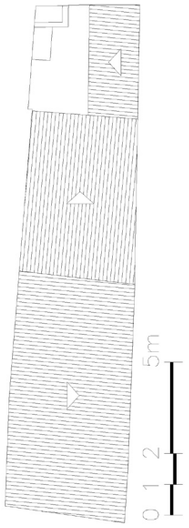


Endereço: Travessa da Lapa, 38

RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 41



Endereço: Travessa da Lapa, 41





RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 42



Endereço: Travessa da Lapa, 42





RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 45





Endereço: Travessa da Lapa, 45

RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 50





Endereço: Travessa da Lapa, 50

RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 55



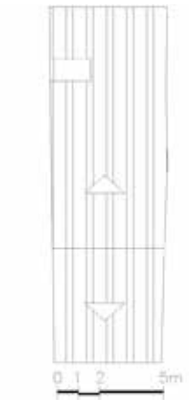
Endereço: Travessa da Lapa, 55



RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 58 -56



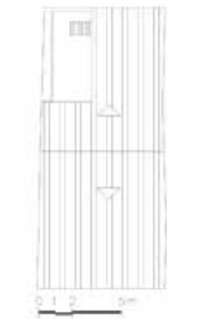
Endereço: Travessa da Lapa, 58 - 56





RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 62







Endereço: Travessa da Lapa, 62

RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 74 B





Endereço: Travessa da Lapa, 74 B

RUA TRAVESSA DA LAPA Nº 84







Endereço: Travessa da Lapa, 84

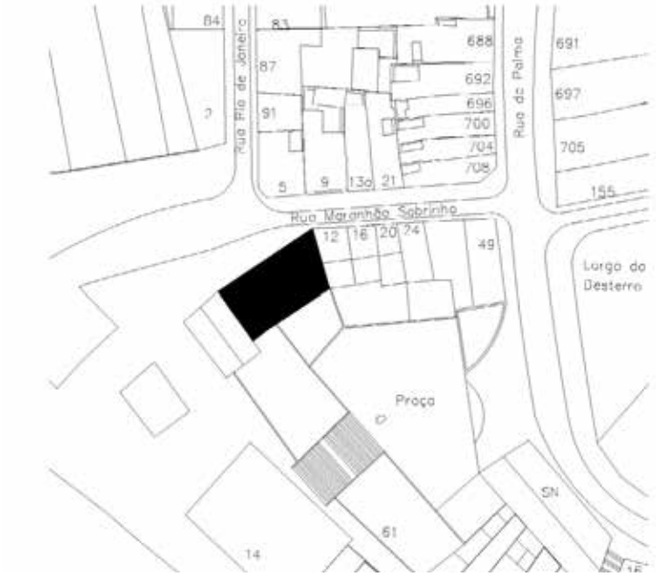
AVENIDA MAGALHÃES DE ALMEIDA Nº 25





Endereço: Avenida Magalhães de Almeida, 25

RUA MARANHÃO SOBRINHO Nº 4/6



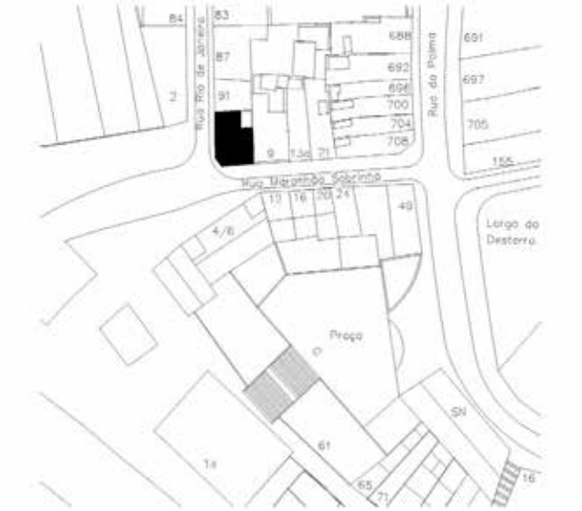






Endereço: Rua Maranhão Sobrinho, 4 / 6

RUA MARANHÃO SOBRINHO Nº 5



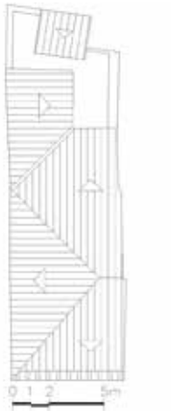


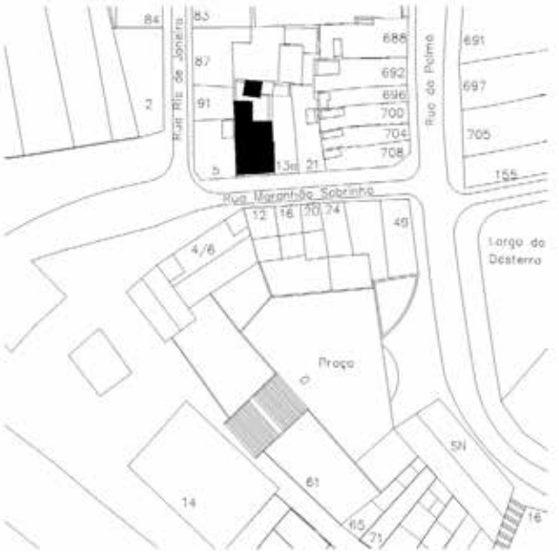


Endereço: Rua Maranhão Sobrinho, 5

RUA MARANHÃO SOBRINHO Nº 9



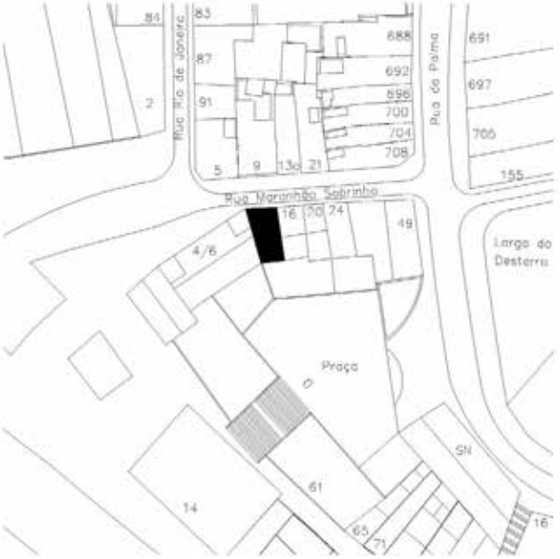




Endereço: Rua Maranhão Sobrinho, 9

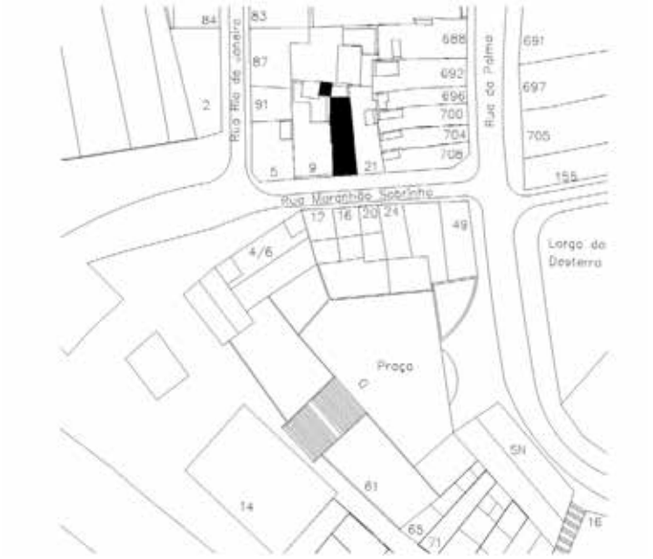
RUA MARANHÃO SOBRINHO Nº 12

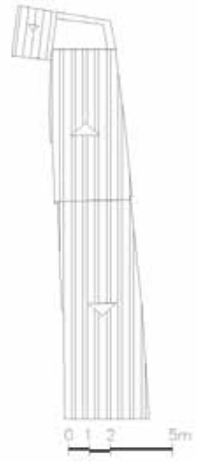




Endereço: Rua Maranhão Sobrinho, 12

RUA MARANHÃO SOBRINHO Nº 13A

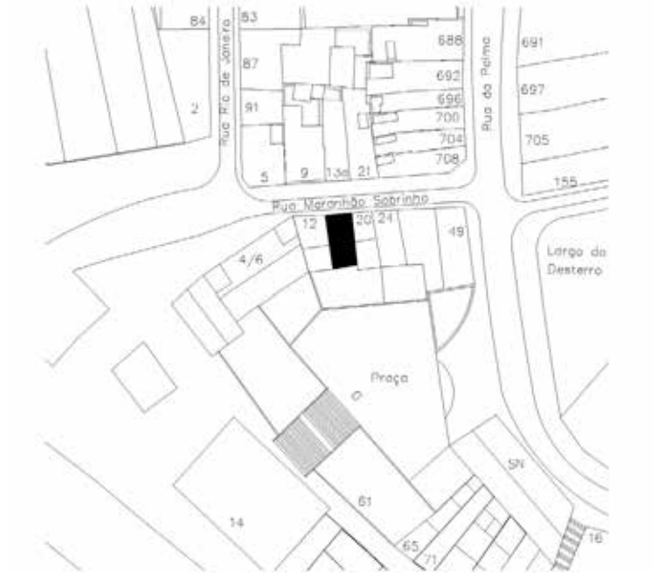






Endereço: Rua Maranhão Sobrinho, 13A

RUA MARANHÃO SOBRINHO Nº 16





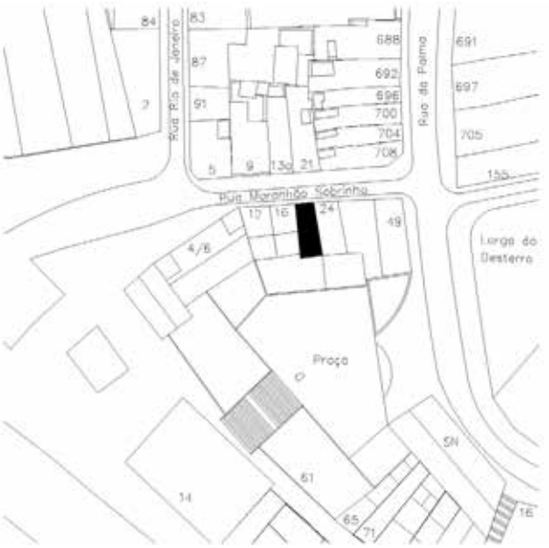


Endereço: Rua Maranhão Sobrinho, 16

RUA MARANHÃO SOBRINHO Nº 20



Endereço: Rua Maranhão Sobrinho, 20

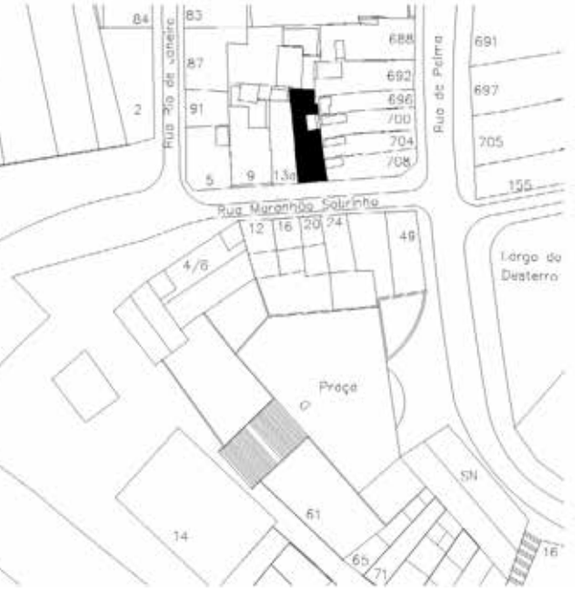


RUA MARANHÃO SOBRINHO Nº 21

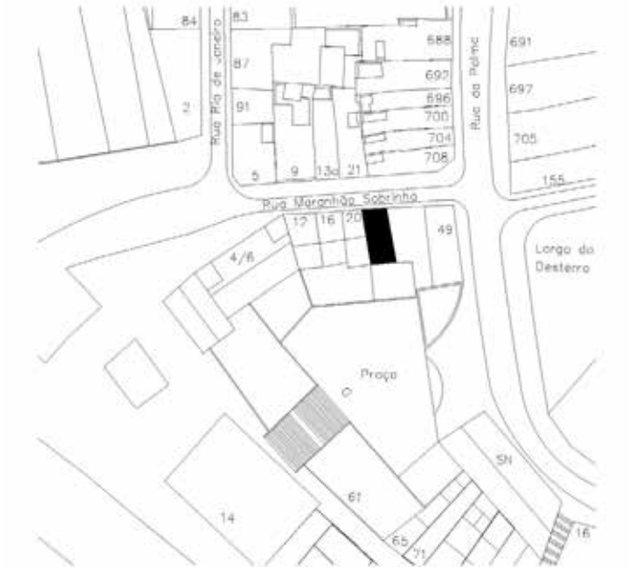


Endereço: Rua Maranhão Sobrinho, 21





RUA MARANHÃO SOBRINHO Nº 24







Endereço: Rua Maranhão Sobrinho, 24

RUA MARANHÃO SOBRINHO Nº 71



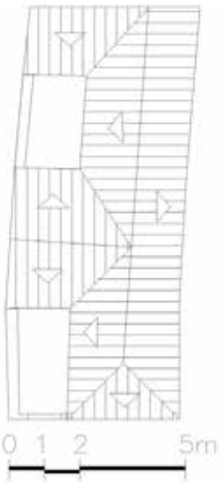




Endereço: Rua Maranhão Sobrinho, 71

RUA MARANHÃO SOBRINHO Nº 75



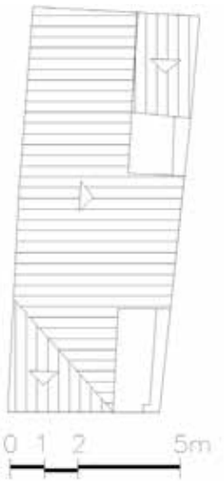




Endereço: Rua Maranhão Sobrinho, 75

RUA MARANHÃO SOBRINHO Nº 79



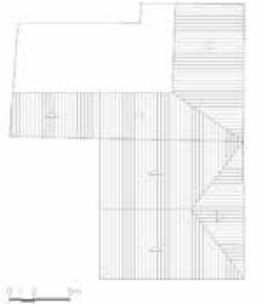




Endereço: Rua Maranhão Sobrinho, 79

RUA MARANHÃO SOBRINHO Nº 90







Endereço: Rua Maranhão Sobrinho, 90

RUA MARANHÃO SOBRINHO Nº 100





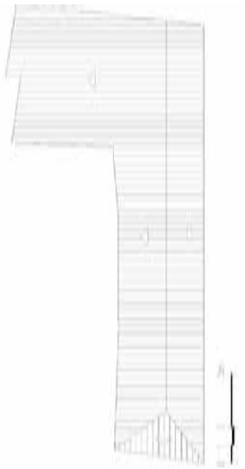


Endereço: Rua Maranhão Sobrinho, 100

RUA MARANHÃO SOBRINHO Nº 155



Endereço: Rua Maranhão Sobrinho, 155





RUA MARANHÃO SOBRINHO S/N

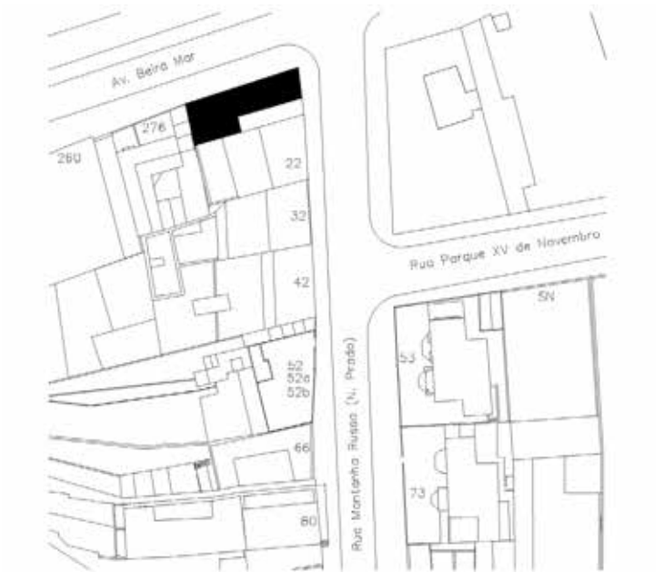


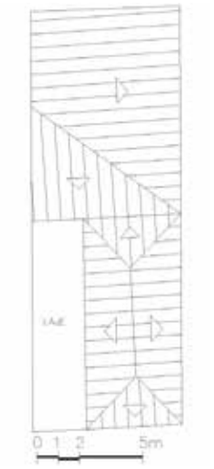
Endereço: Rua Maranhão Sobrinho, s/n





RUA MONTANHA RUSSA, Nº 12



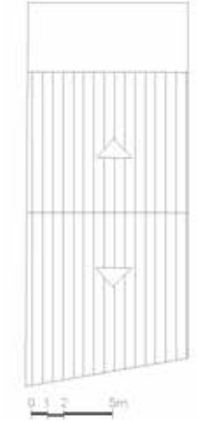




Endereço: Rua Montanha Russa, 12

RUA MONTANHA RUSSA Nº 22





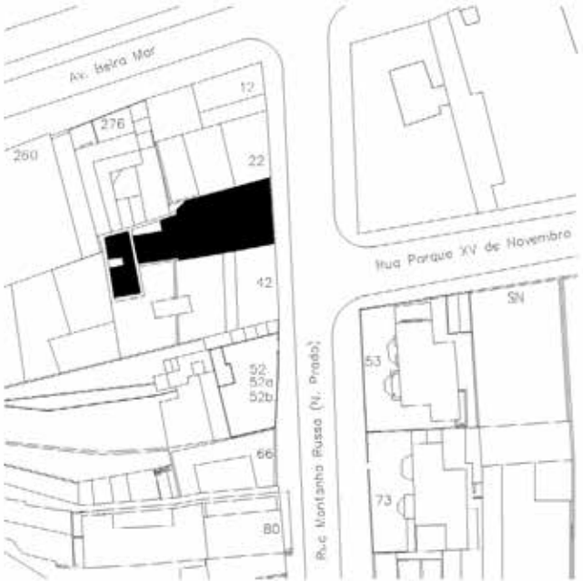


Endereço: Rua Montanha Russa, 22

RUA MONTANHA RUSSA Nº 32



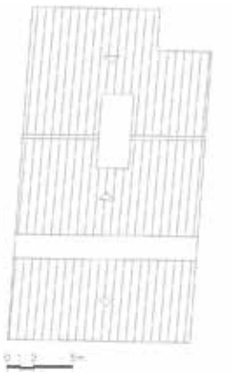
Endereço: Rua Montanha Russa, 32

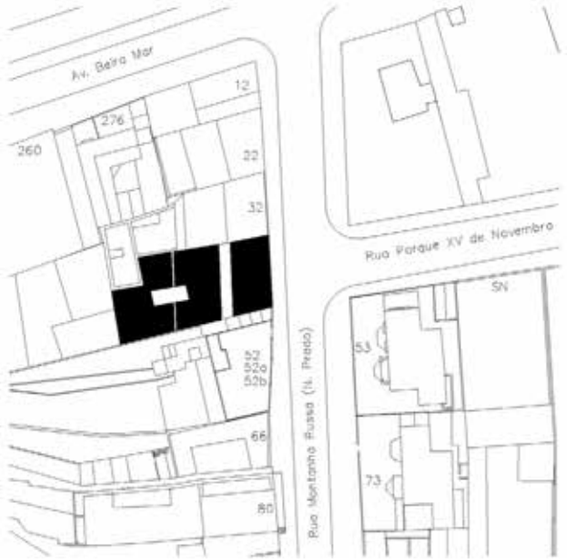


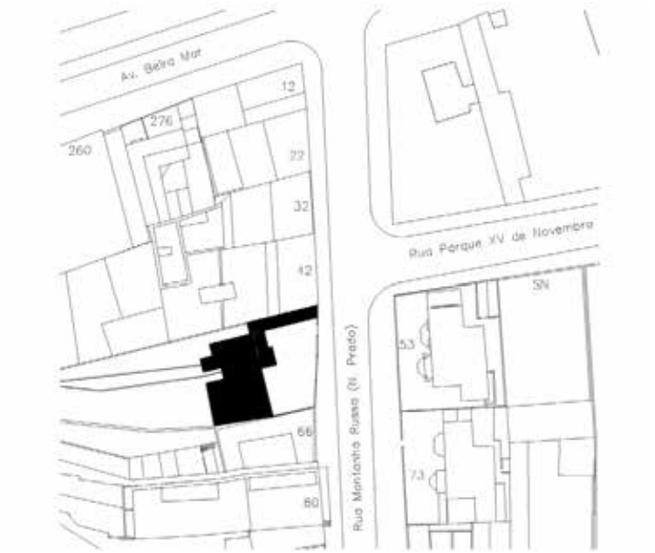
RUA MONTANHA RUSSA Nº 42



Endereço: Rua Montanha Russa, 42





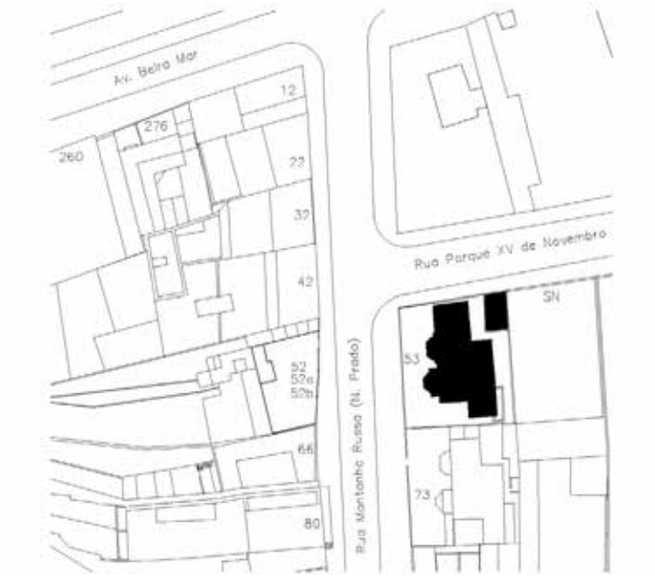


RUA MONTANHA RUSSA Nº 52





Endereço: Rua Montanha Russa, 52



RUA MONTANHA RUSSA Nº 53



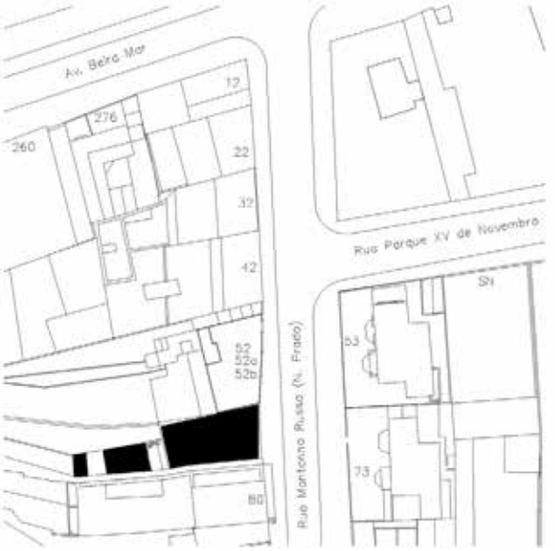
Endereço: Rua Montanha Russa, 53

RUA MONTANHA RUSSA Nº 66



Endereço: Rua Montanha Russa, 66



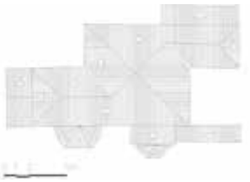


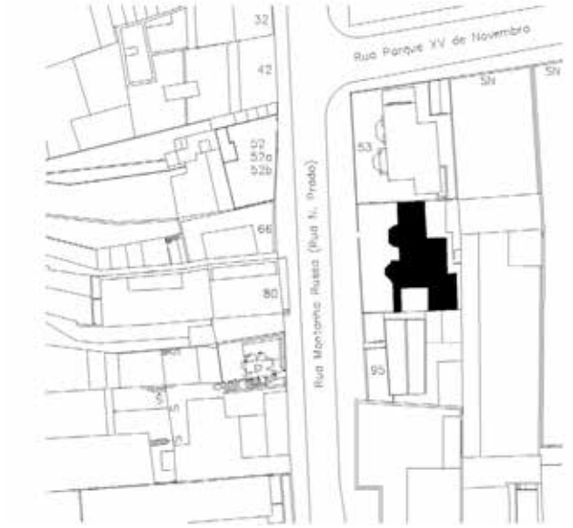
RUA MONTANHA RUSSA Nº 73





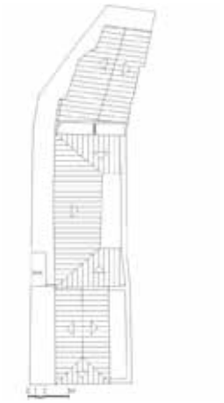
Endereço: Rua Montanha Russa, 73





RUA MONTANHA RUSSA Nº 80

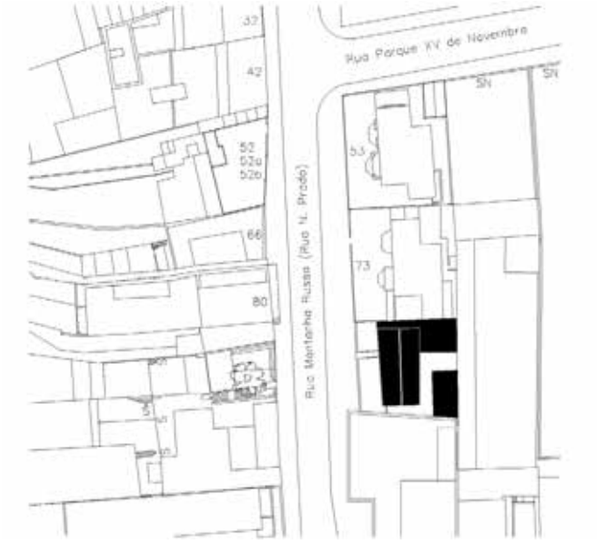






Endereço: Rua Montanha Russa, 80

RUA MONTANHA RUSSA Nº 95







Endereço: Rua Montanha Russa, 95

RUA DE NAZARÉ Nº 4



Endereço: Rua de Nazaré, 4

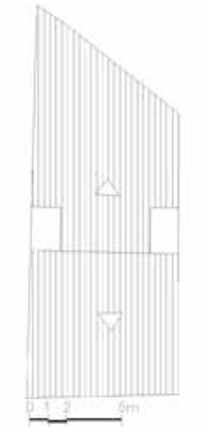


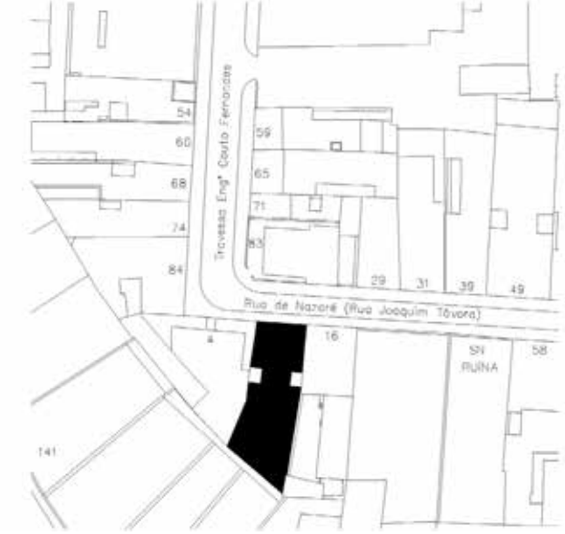


RUA DE NAZARÉ Nº 8



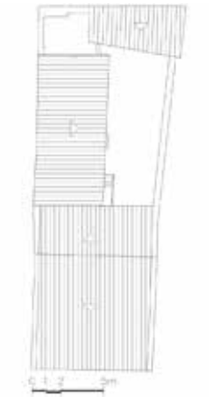
Endereço: Rua de Russa, 95





RUA DE NAZARÉ Nº 16







Endereço: Rua de Nazaré, 16

RUA DE NAZARÉ Nº 29





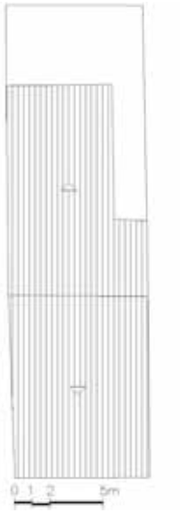


Endereço: Rua de Nazaré, 29

RUA DE NAZARÉ Nº 31



Endereço: Rua de Nazaré, 31



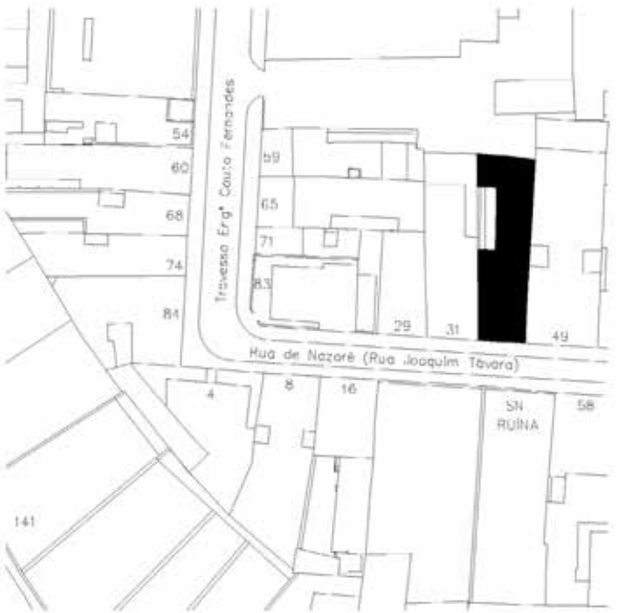


RUA DE NAZARÉ Nº 39

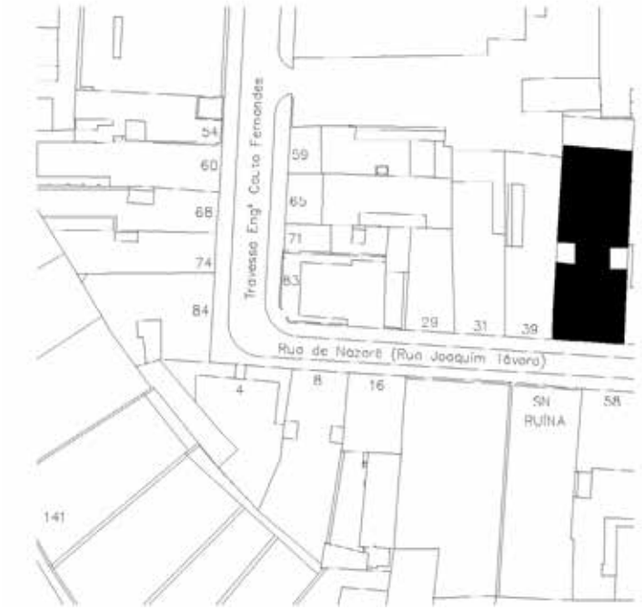


Endereço: Rua de Nazaré, 39





RUA DE NAZARÉ Nº 49

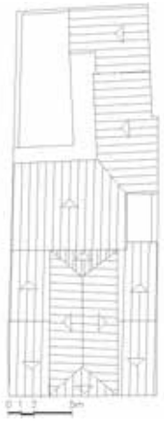




Endereço: Rua de Nazaré, 49

RUA DE NAZARÉ Nº 58







Endereço: Rua de Nazaré, 58

RUA DE NAZARÉ Nº 68





Endereço: Rua de Nazaré, 68





RUA DE NAZARÉ Nº 82





Endereço: Rua de Nazaré, 82





RUA DE NAZARÉ Nº 89







Endereço: Rua de Nazaré, 89

RUA DE NAZARÉ Nº 90







Endereço: Rua de Nazaré, 90

RUA DE NAZARÉ Nº 96



Endereço: Rua de Nazaré, 96

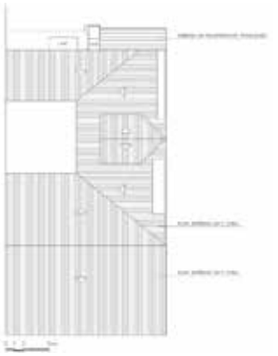




RUA DE NAZARÉ Nº 105

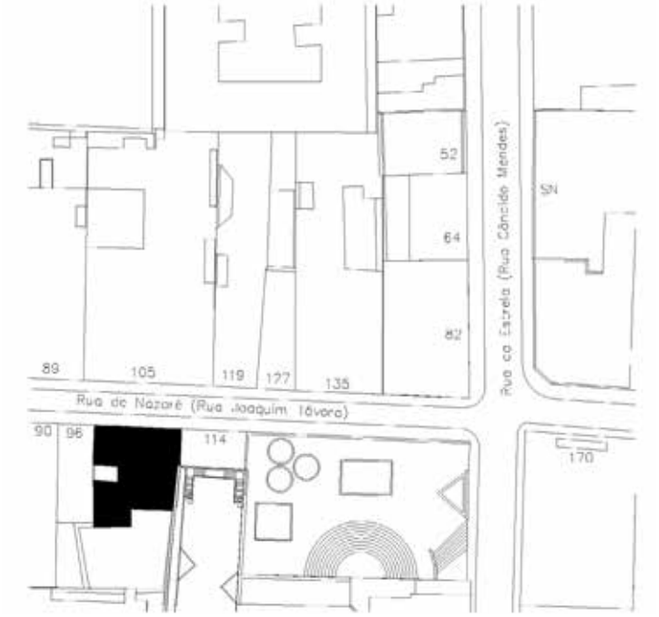


Endereço: Rua de Nazaré, 105





RUA DE NAZARÉ Nº 110







Endereço: Rua de Nazaré, 110

RUA DE NAZARÉ Nº 114





Endereço: Rua de Nazaré, 114

RUA DE NAZARÉ Nº 119



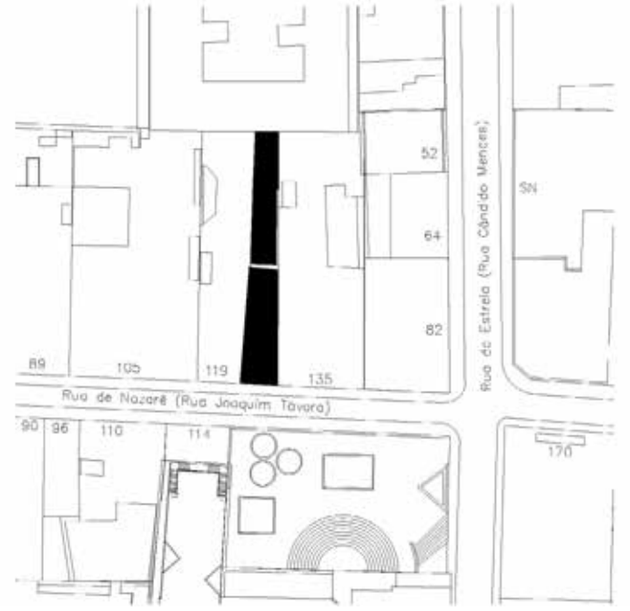
Endereço: Rua de Nazaré, 119



RUA DE NAZARÉ Nº 127

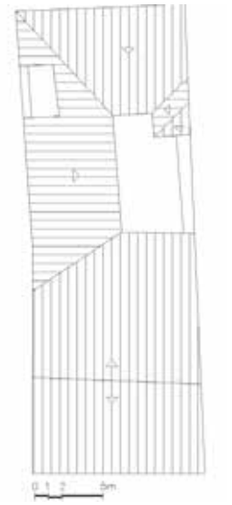


Endereço: Rua de Nazaré, 127



RUA DE NAZARÉ Nº 135

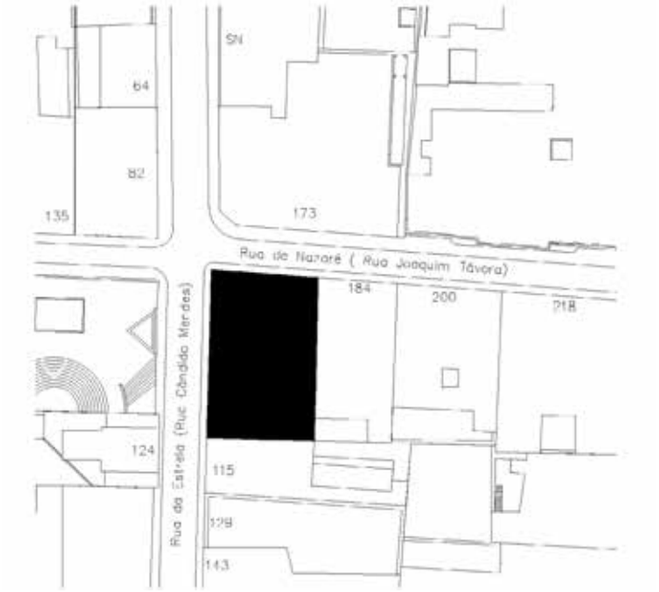


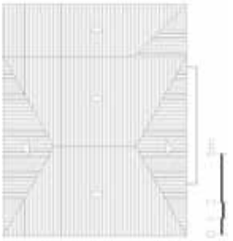




Endereço: Rua de Nazaré, 135

RUA DE NAZARÉ Nº 170





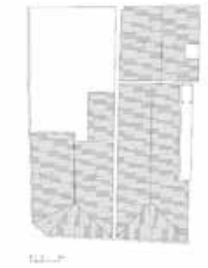


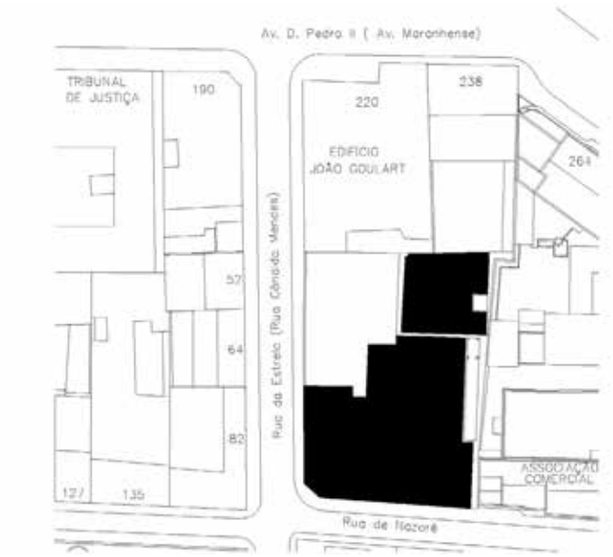
Endereço: Rua de Nazaré, 170

RUA DE NAZARÉ Nº 173



Endereço: Rua de Nazaré, 173

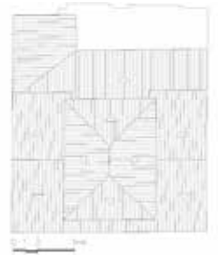


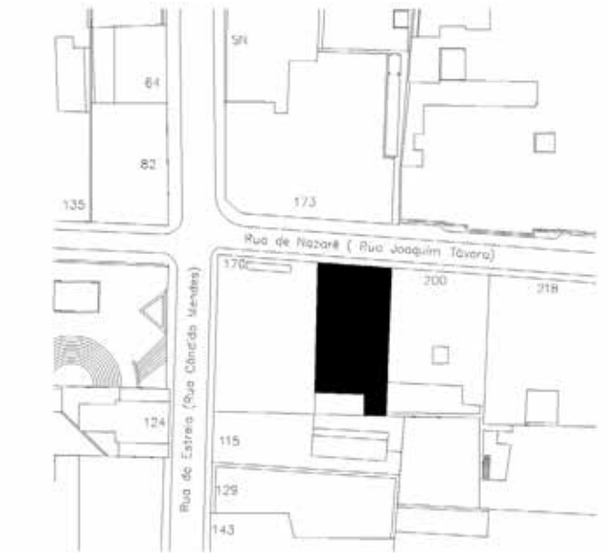


RUA DE NAZARÉ Nº 184



Endereço: Rua de Nazaré, 184





RUA DE NAZARÉ Nº 200

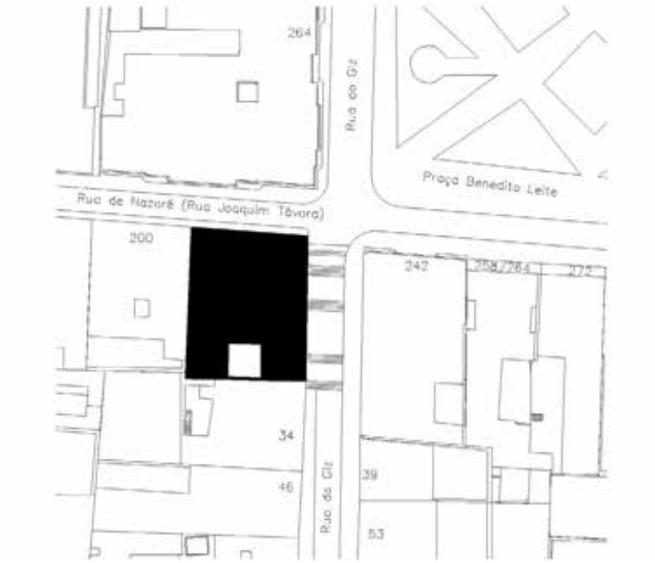






Endereço: Rua de Nazaré, 200

RUA DE NAZARÉ Nº 218





Endereço: Rua de Nazaré, 218

RUA DE NAZARÉ Nº 227





Endereço: Rua de Nazaré, 227



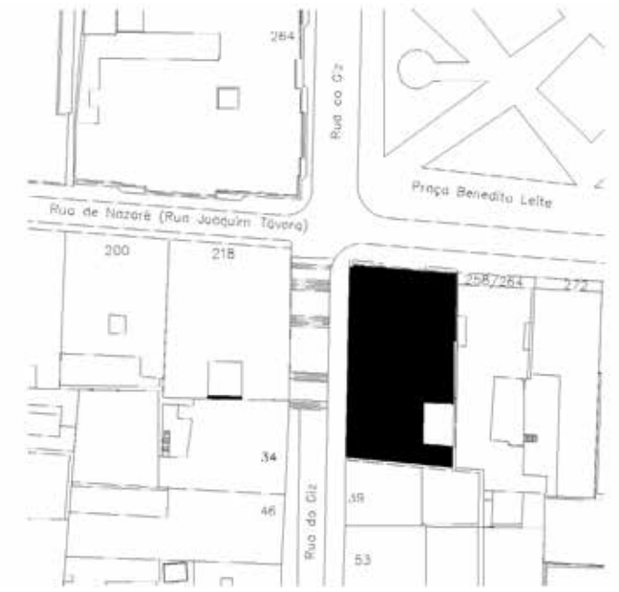
RUA DE NAZARÉ Nº 242





Endereço: Rua de Nazaré, 242





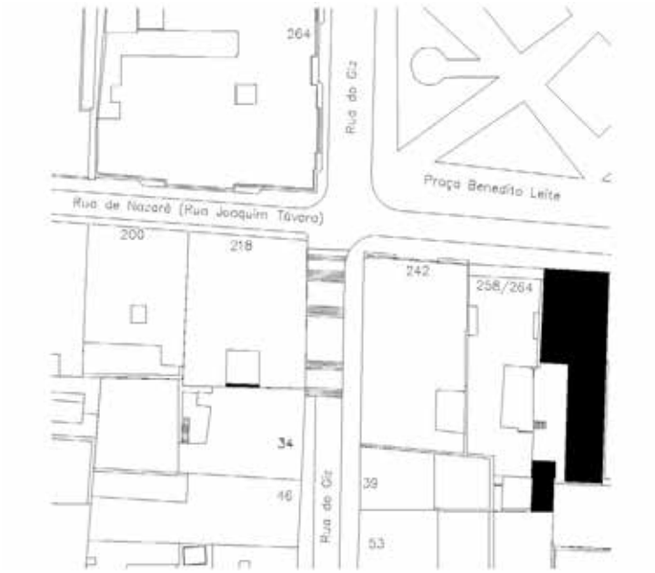
RUA DE NAZARÉ Nº 264





Endereço: Rua de Nazaré, 258 - 264

RUA DE NAZARÉ Nº 272





Endereço: Rua de Nazaré, 272

RUA DE NAZARÉ Nº 284



Endereço: Rua de Nazaré, 284

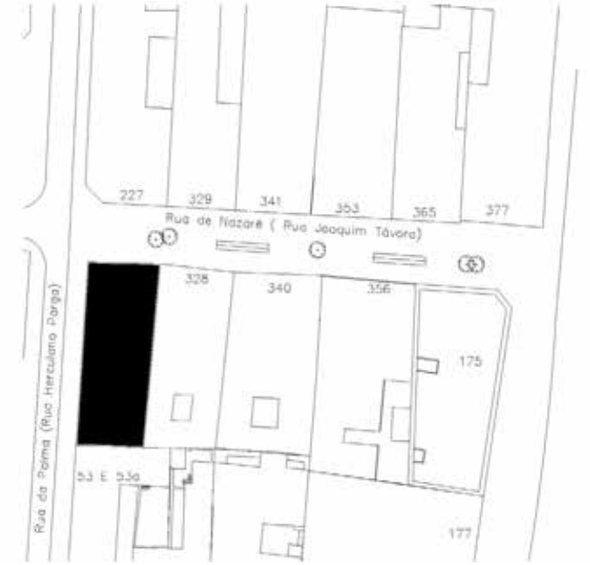




RUA DE NAZARÉ Nº 316



Endereço: Rua de Nazaré, 316



RUA DE NAZARÉ Nº 328







Endereço: Rua de Nazaré, 328

RUA DE NAZARÉ Nº 329





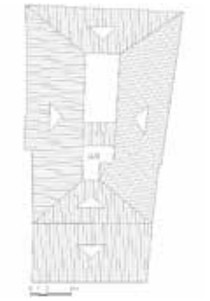


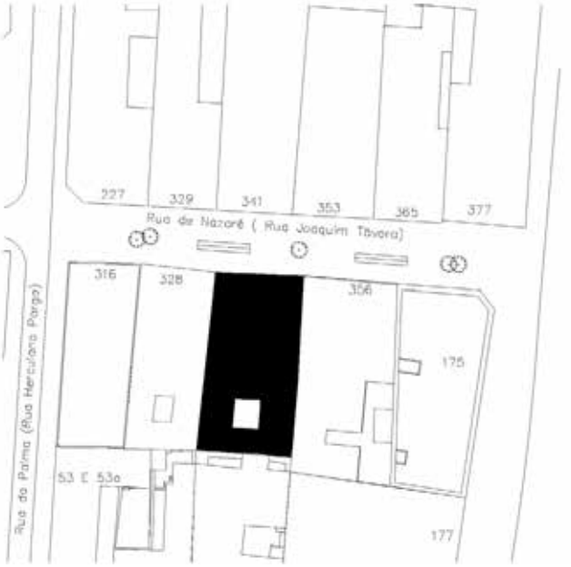
Endereço: Rua de Nazaré, 329

RUA DE NAZARÉ Nº 340



Endereço: Rua de Nazaré, 340

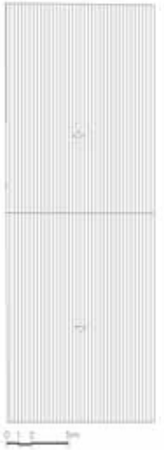




RUA DE NAZARÉ Nº 341



Endereço: Rua de Nazaré, 341





RUA DE NAZARÉ Nº 353



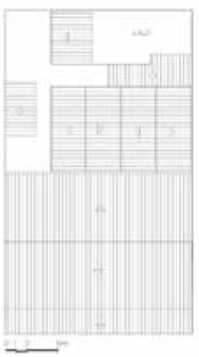




Endereço: Rua de Nazaré, 353

RUA DE NAZARÉ Nº 356







Endereço: Rua de Nazaré, 356

RUA DE NAZARÉ Nº 377



Endereço: Rua de Nazaré, 377





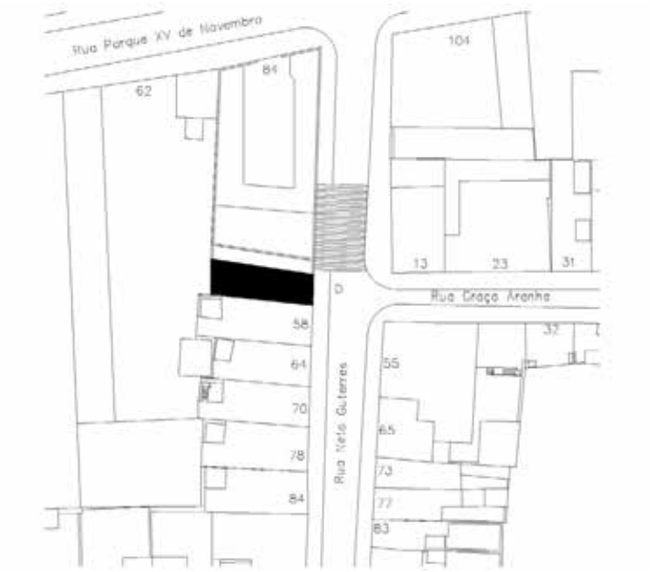
RUA DE NAZARÉ SN



Endereço: Rua de Nazaré, s/n (ao lado do nº 58)



RUA NETO GUTERRES Nº 50

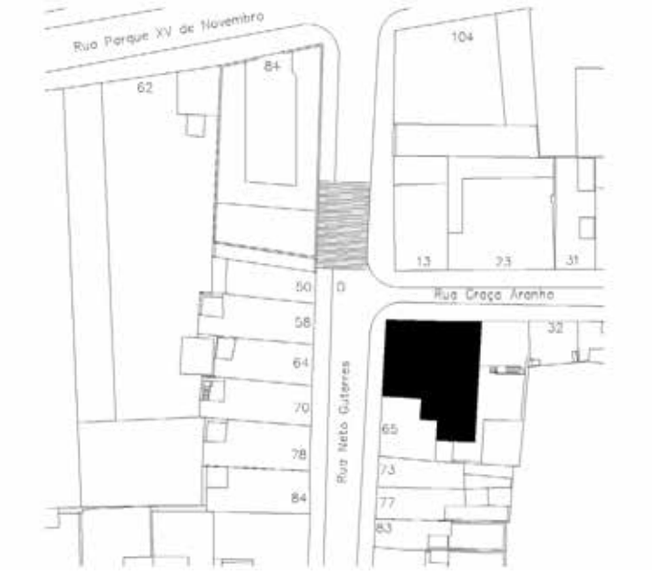






Endereço: Rua Neto Guterres, 50

RUA NETO GUTERRES Nº 55





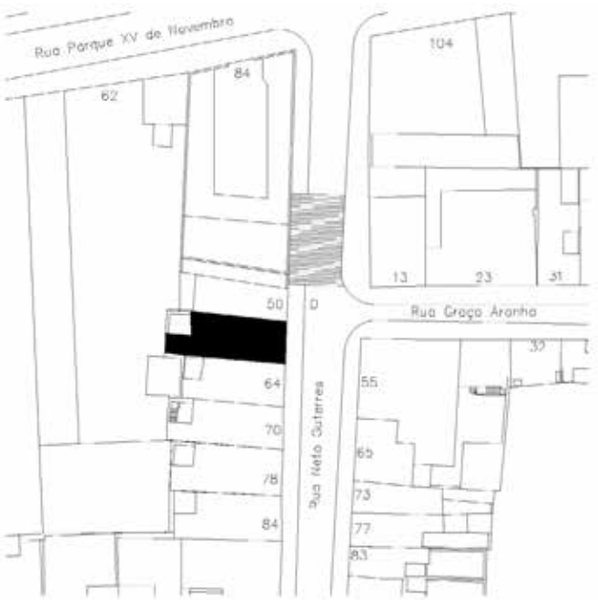
Endereço: Rua Neto Guterres, 55

RUA NETO GUTERRES Nº 58



Endereço: Rua Neto Guterres, 58





RUA NETO GUTERRES Nº 64

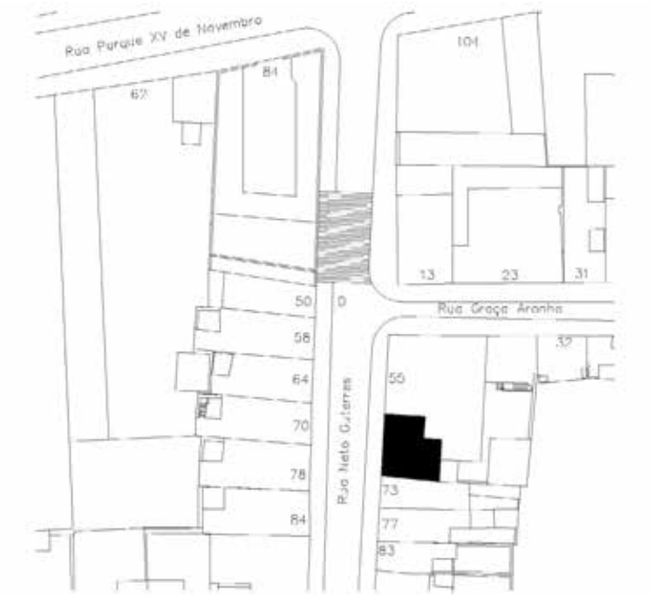


Endereço: Rua Neto Guterres, 64





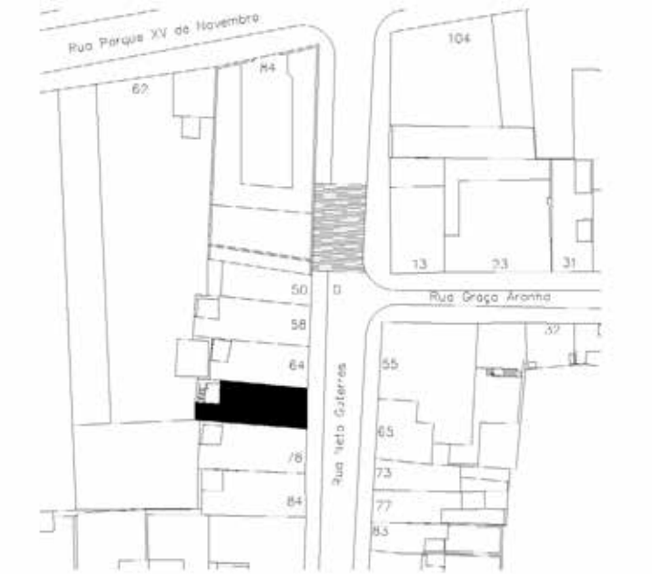
RUA NETO GUTERRES Nº 65





Endereço: Rua Neto Guterres, 65

RUA NETO GUTERRES Nº 70





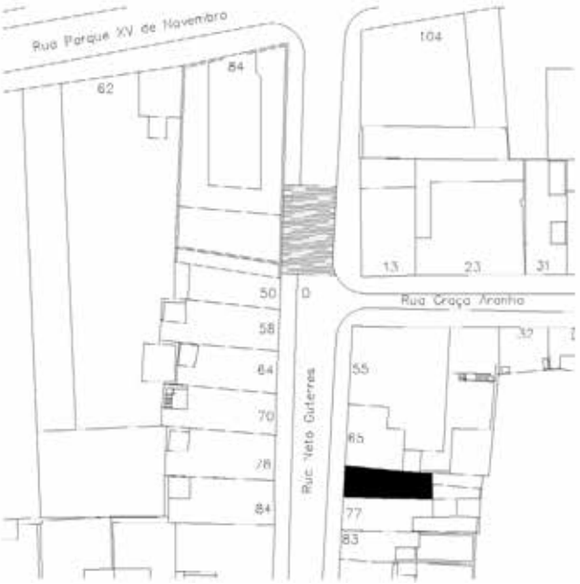


Endereço: Rua Neto Guterres, 70

RUA NETO GUTERRES Nº 73



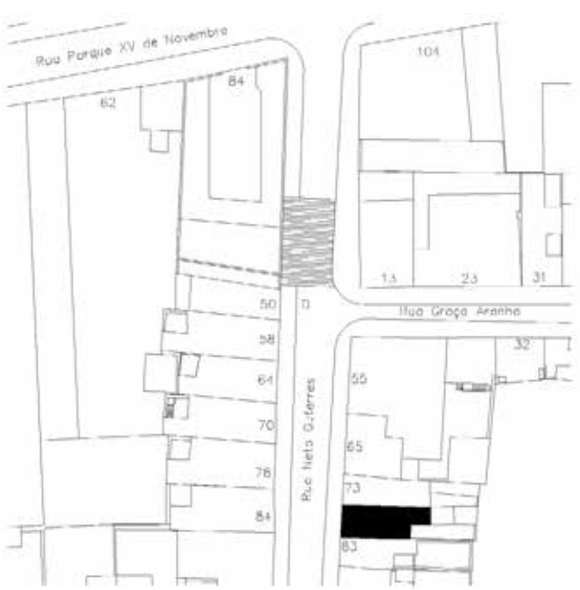
Endereço: Rua Neto Guterres, 73



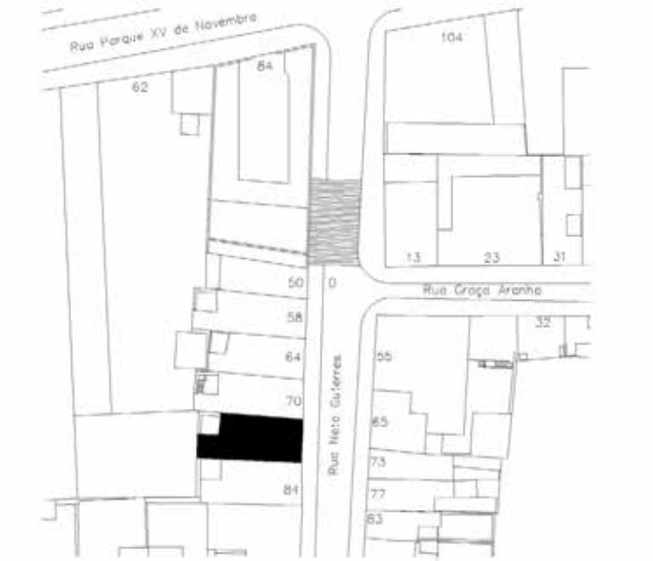
RUA NETO GUTERRES Nº 77



Endereço: Rua Neto Guterres, 77



RUA NETO GUTERRES Nº 78

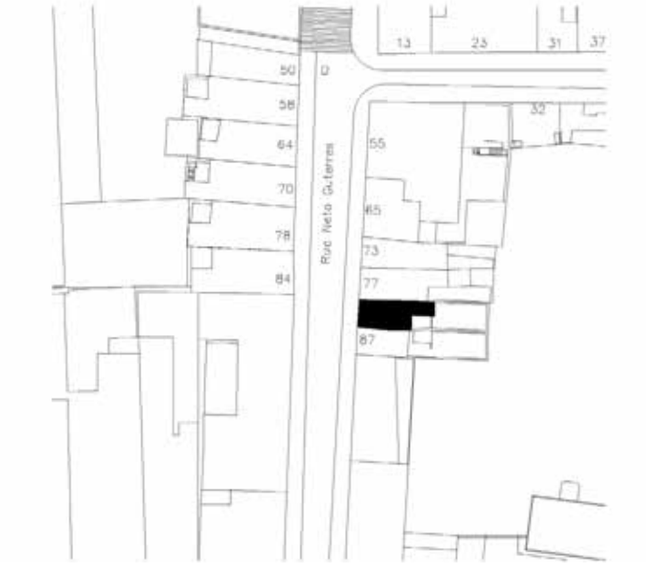


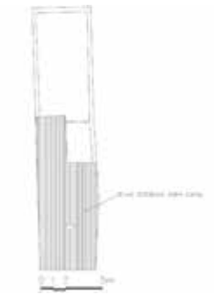




Endereço: Rua Neto Guterres, 78

RUA NETO GUTERRES Nº 83







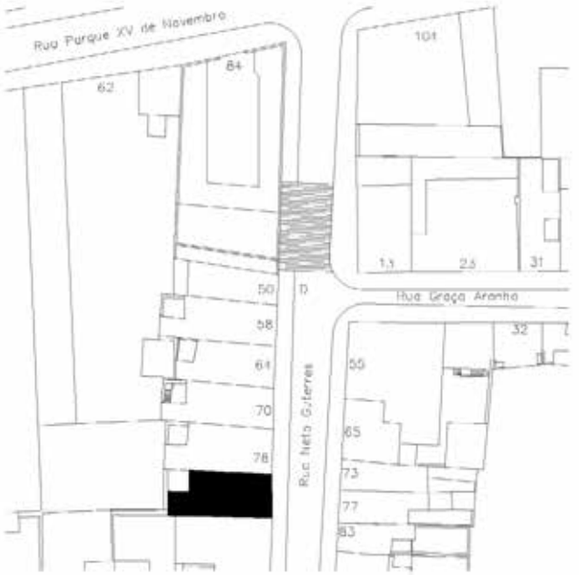
Endereço: Rua Neto Guterres, 83

RUA NETO GUTERRES Nº 84



Endereço: Rua Neto Guterres, 84

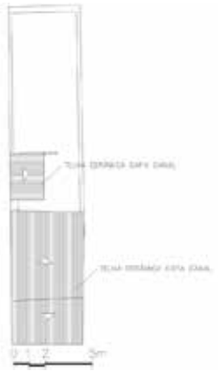




RUA NETO GUTERRES Nº 87



Endereço: Rua Neto Guterres, 87





RUA DA PALMA Nº 20







Endereço: Rua da Palma, 20
Uso atual: comercial e serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3/ 2
Outros gabaritos: mirante
Área do lote: 443,83 m²
Àrea de projeção: -
Estado de conservação: bom

RUA DA PALMA Nº 44

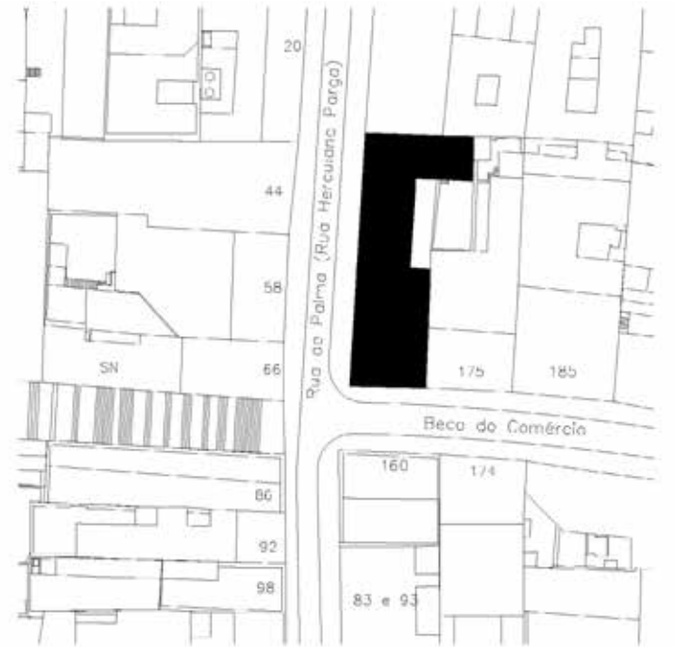


Endereço: Rua da Palma, 44
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: -
Área de projeção: -
Estado de conservação: -



RUA DA PALMA Nº 53/53A





Endereço: Rua da Palma, 53/ 53A
Uso atual: vago
Uso anterior: órgão público
Gabarito: 2/ 3
Outros gabaritos: sótão habitável
Área do lote: 548,31 m²
Área de projeção: 463,96 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DA PALMA Nº 58







Endereço: Rua da Palma, 58
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 512,01 m²
Área de projeção: 421,26 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 66

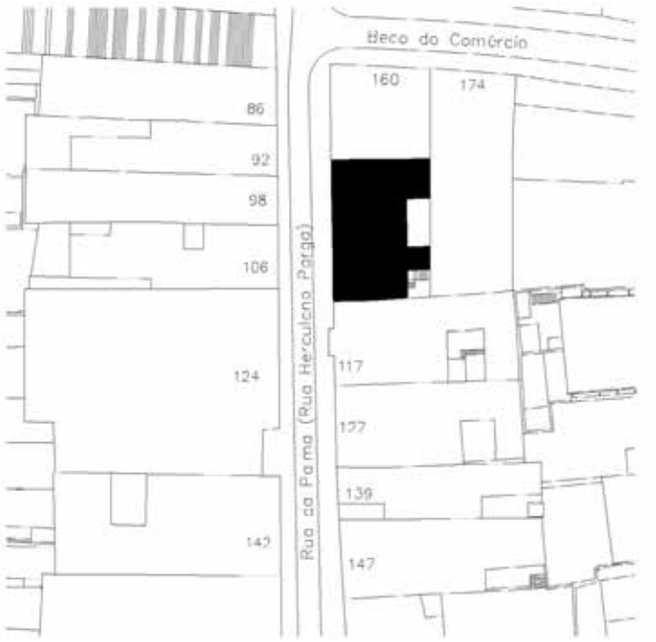




Endereço: Rua da Palma, 66
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: 2 subsolos
Área do lote: 117,61 m²
Área de projeção: 117,61 m²
Estado de conservação: -

RUA DA PALMA Nº 83/93





Endereço: Rua da Palma, 83/ 93
Uso atual: serviço e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 269,36 m²
Área de projeção: 237,10 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 86







Endereço: Rua da Palma, 86
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 331,98 m²
Área de projeção: 331,98 m²
Estado de conservação: -

RUA DA PALMA Nº 86



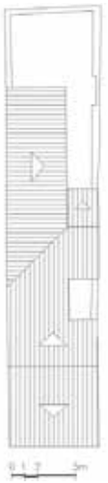




Endereço: Rua da Palma, 86
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 331,98 m²
Área de projeção: 331,98 m²
Estado de conservação: -

RUA DA PALMA Nº 92







Endereço: Rua da Palma, 92
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 248,31 m²
Área de projeção: 174,79 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 98



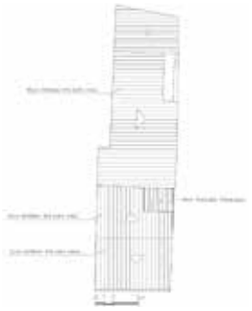




Endereço: Rua da Palma, 98
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 245,74 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 106







Endereço: Rua da Palma, 106
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: subsolo e sótão habitável
Área do lote: 277,64 m²
Área de projeção: 277,64 m²
Estado de conservação: com problemas





RUA DA PALMA Nº 117



Endereço: Rua da Palma, 117
Uso atual: residencial
Uso anterior: hotel
Gabarito: 2
Outros gabaritos: mirante
Área do lote: 296,72 m²
Área de projeção: 270,26 m²
Estado de conservação: com problemas





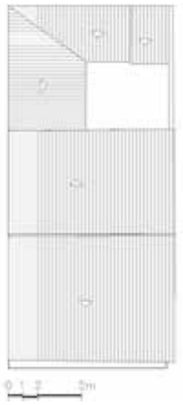
RUA DA PALMA Nº 124

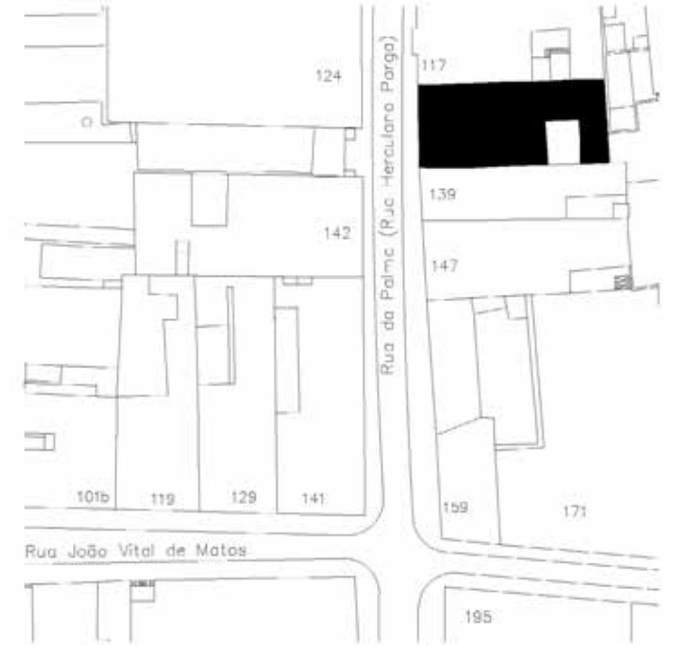


Endereço: Rua da Palma, 124
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 880,48 m²
Área de projeção: 687,90 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 127





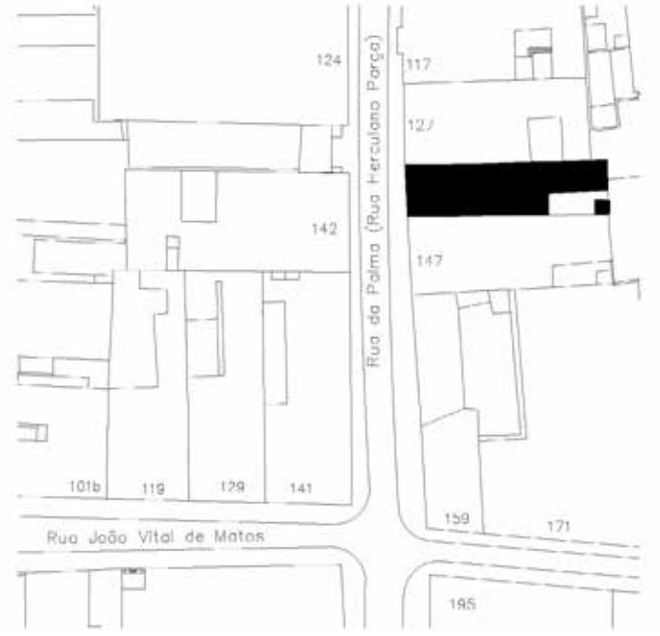


Endereço: Rua da Palma, 127
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 280,12 m²
Área de projeção: 252,99 m²
Estado de conservação: bom

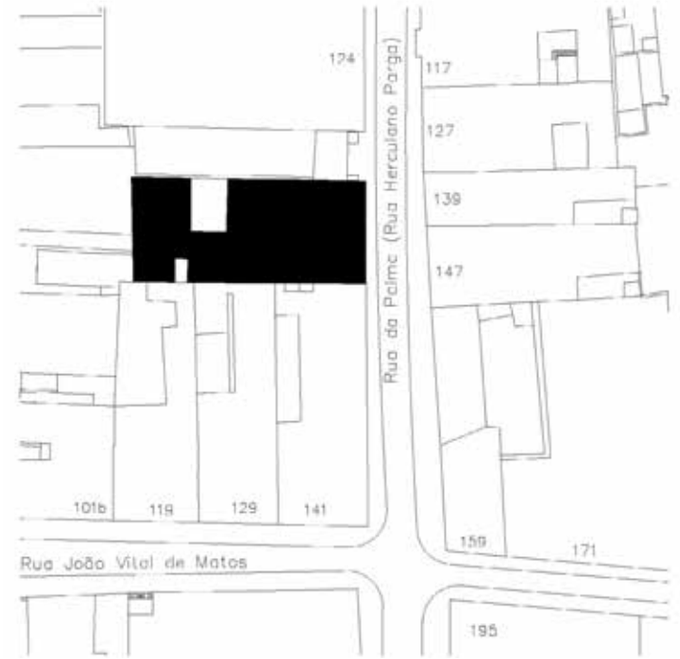
RUA DA PALMA Nº 139







Endereço: Rua da Palma, 139
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 214,98 m²
Área de projeção: 174,84 m²
Estado de conservação: -

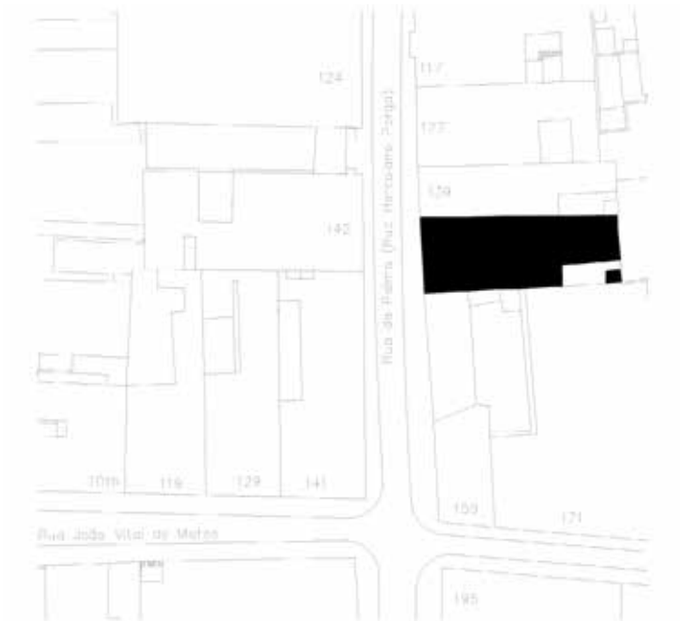




RUA DA PALMA Nº 142



Endereço: Rua da Palma, 142
Uso atual: comercial, institucional e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 426,74 m²
Área de projeção: 390,56 m²
Estado de conservação: com problemas



RUA DA PALMA Nº 147

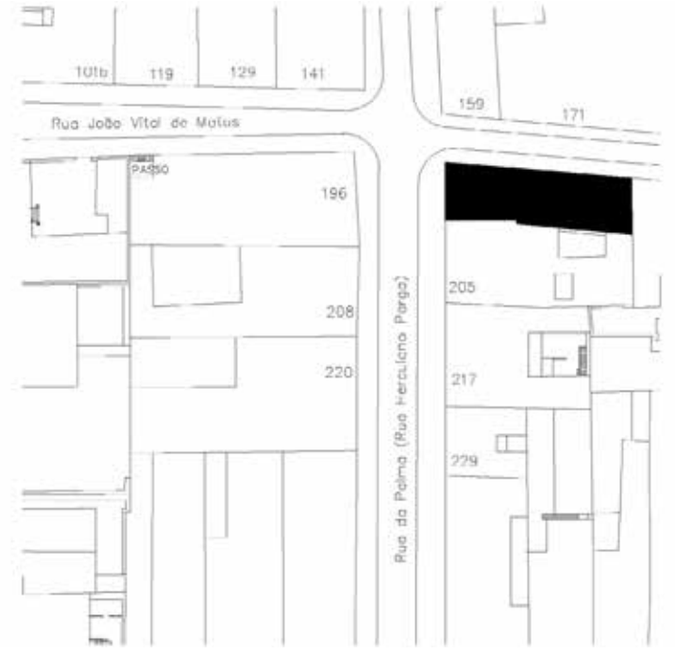


Endereço: Rua da Palma, 147
Uso atual: serviço
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 211,98 m²
Área de projeção: 175,40 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 195



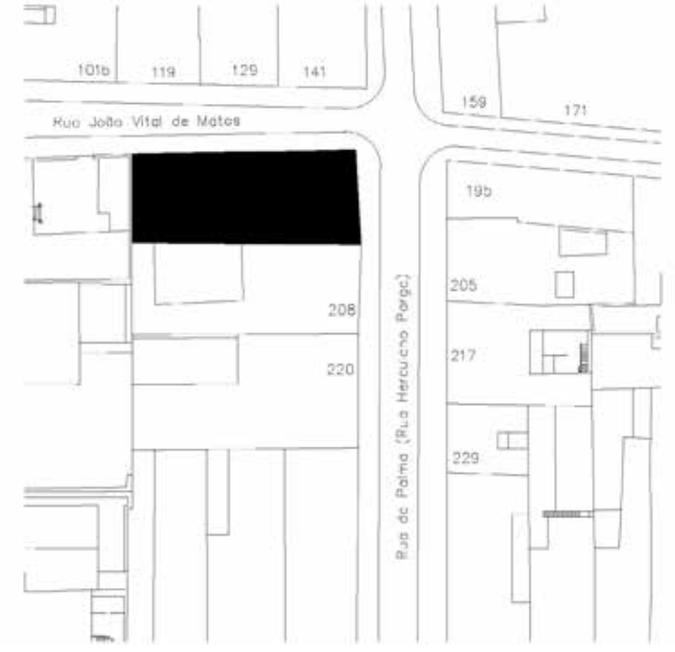
Endereço: Rua da Palma, 195
Uso atual: em ruínas
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 301,29 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -



RUA DA PALMA Nº 196



Endereço: Rua da Palma, 196
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 507,84 m²
Área de projeção: 507,84 m²
Estado de conservação: satisfatório



RUA DA PALMA Nº 205

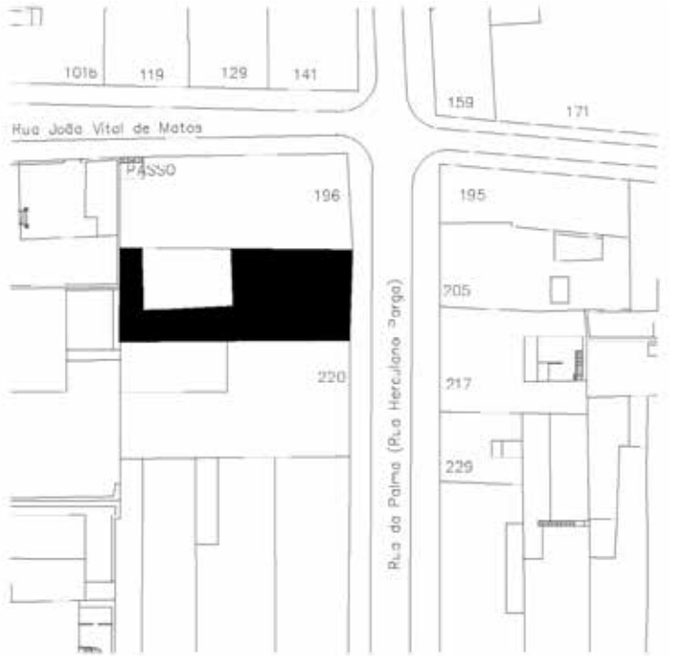






Endereço: Rua da Palma, 205
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: sótão habitável
Área do lote: 374,52 m²
Área de projeção: 304,23 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 208



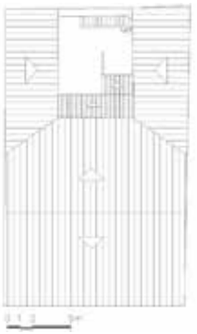


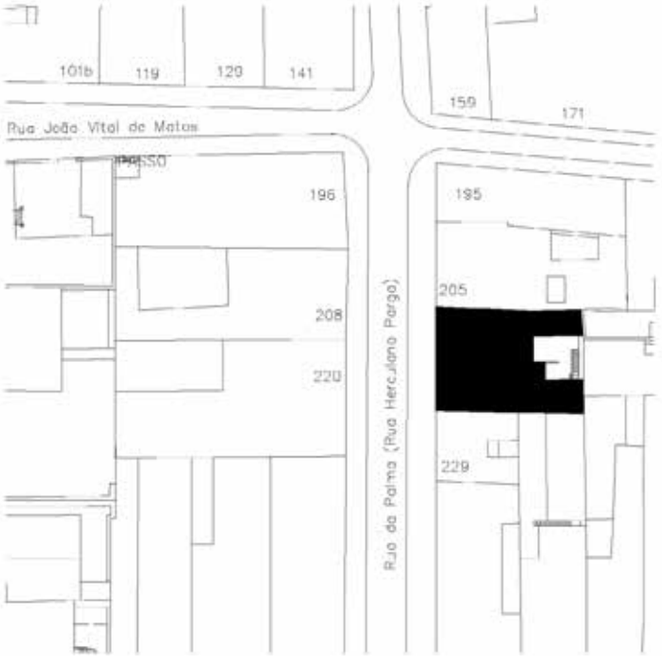


Endereço: Rua da Palma, 208
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 457,25 m²
Área de projeção: 385,79 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA PALMA Nº 217





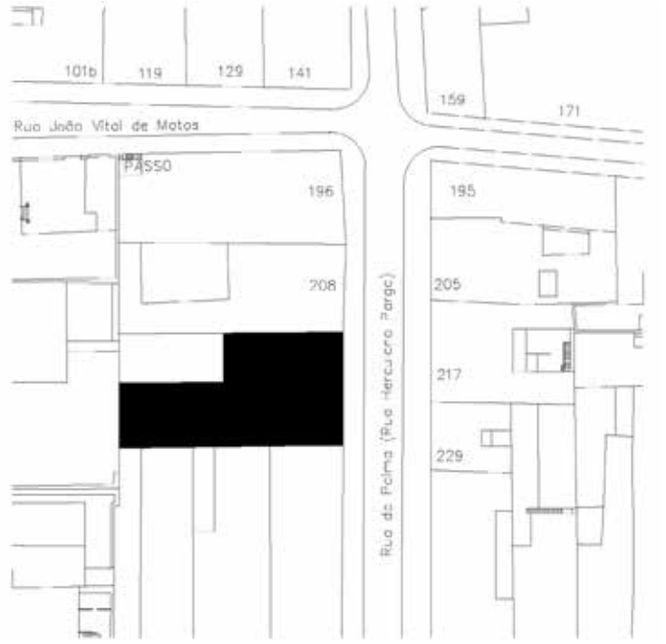


Endereço: Rua da Palma, 217
Uso atual: comercial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 322,56 m²
Área de projeção: 286,47 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 220

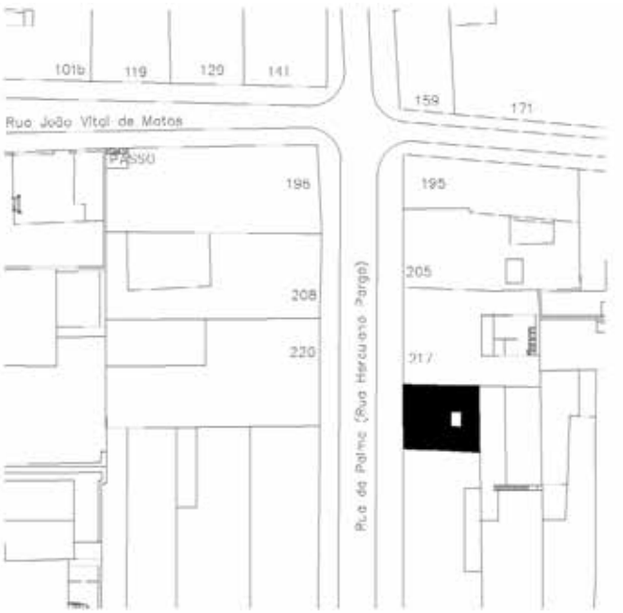


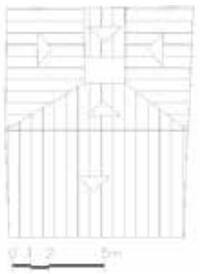




Endereço: Rua da Palma, 220
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: mirante
Área do lote: 460,92 m²
Área de projeção: 442,05 m²
Estado de conservação: -

RUA DA PALMA Nº 229

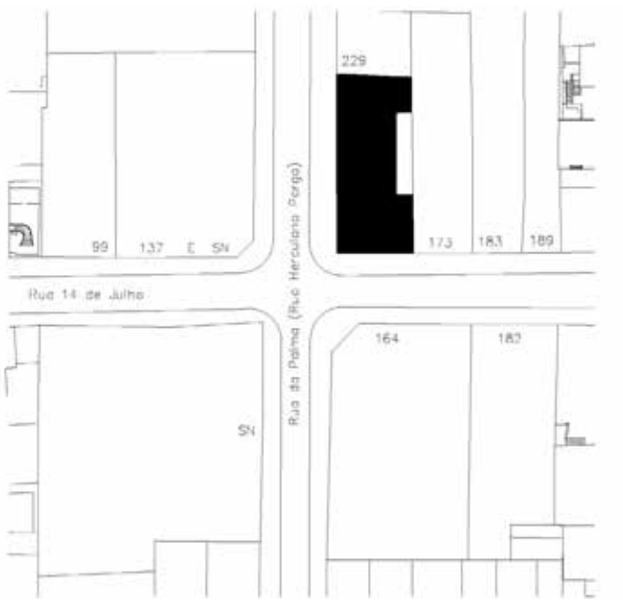






Endereço: Rua da Palma, 229
Uso atual: comercial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 123,90 m²
Área de projeção: 120,78 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 247



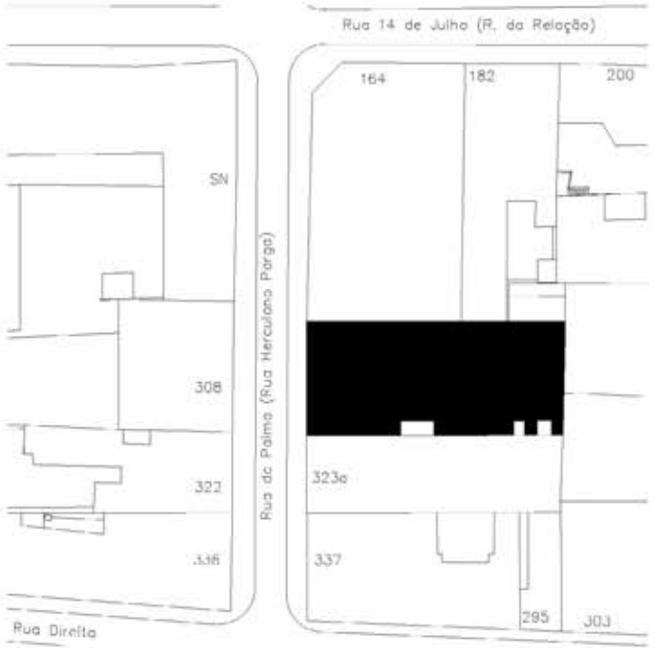


Endereço: Rua da Palma, 247
Uso atual: institucional
Uso anterior: Secretaria de Segurança
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 360,54 m²
Área de projeção: 321,33 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA PALMA Nº 305



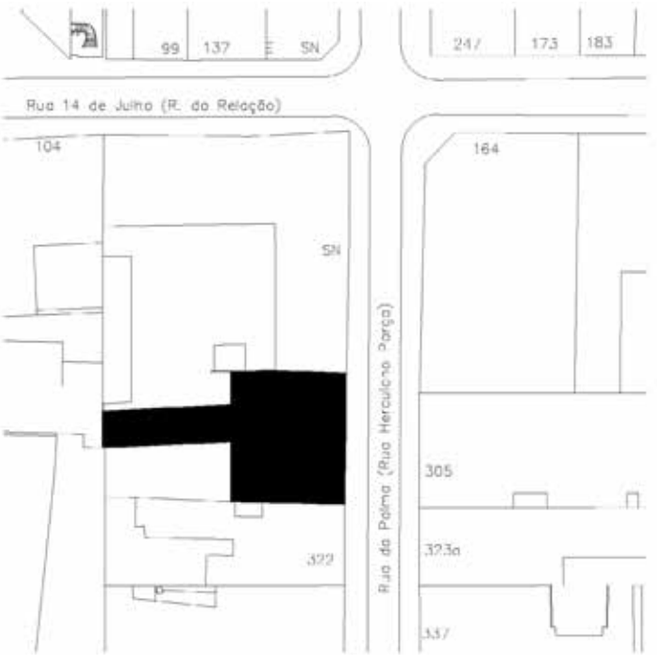




Endereço: Rua da Palma, 305
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: -
Área de projeção: -
Estado de conservação: bom

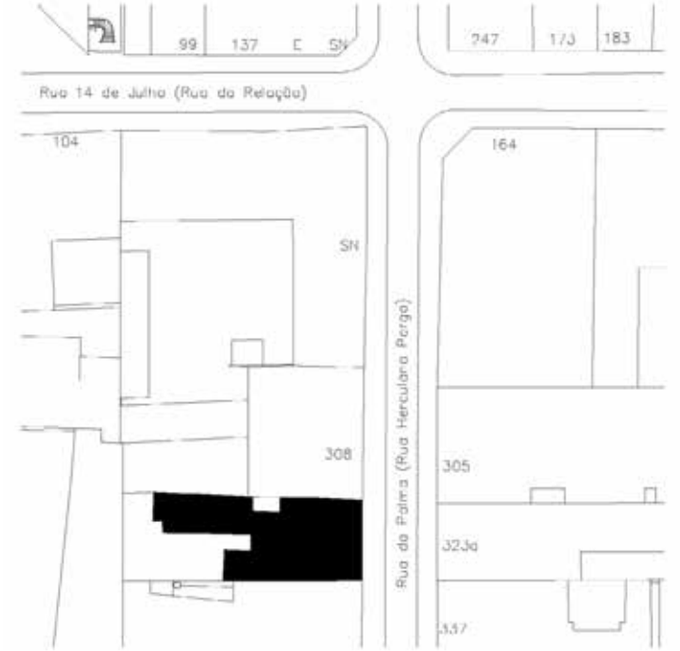
RUA DA PALMA Nº 308





Endereço: Rua da Palma, 308
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 549,69 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

RUA DA PALMA Nº 322

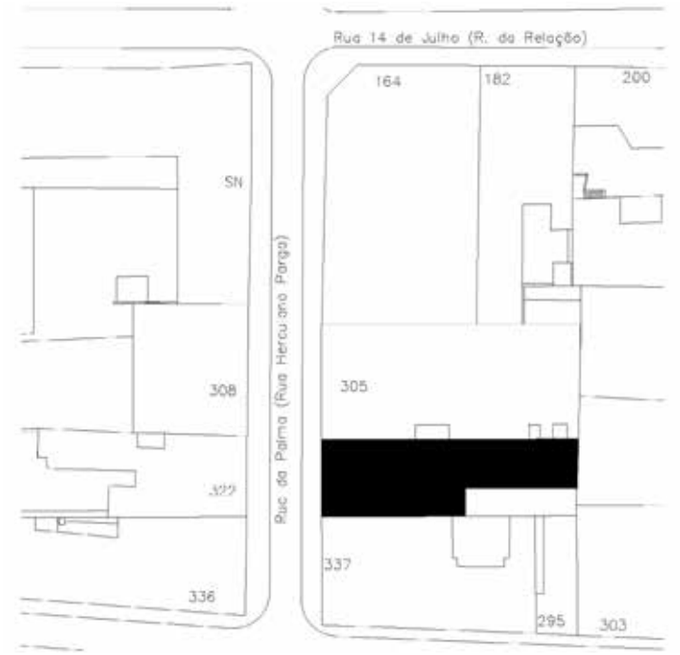






Endereço: Rua da Palma, 322
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 377,71 m²
Área de projeção: 255,26 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA PALMA Nº 323A





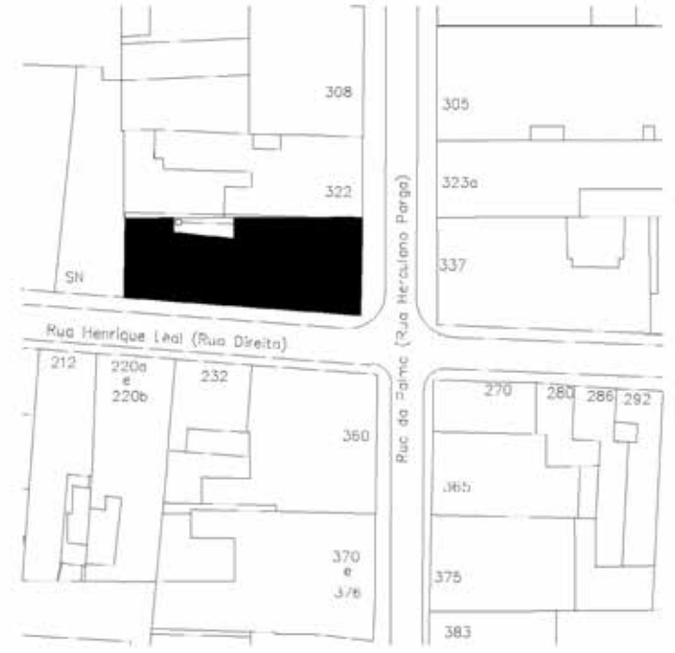


Endereço: Rua da Palma, 323A
Uso atual: residencial e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: -
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

RUA DA PALMA Nº 336





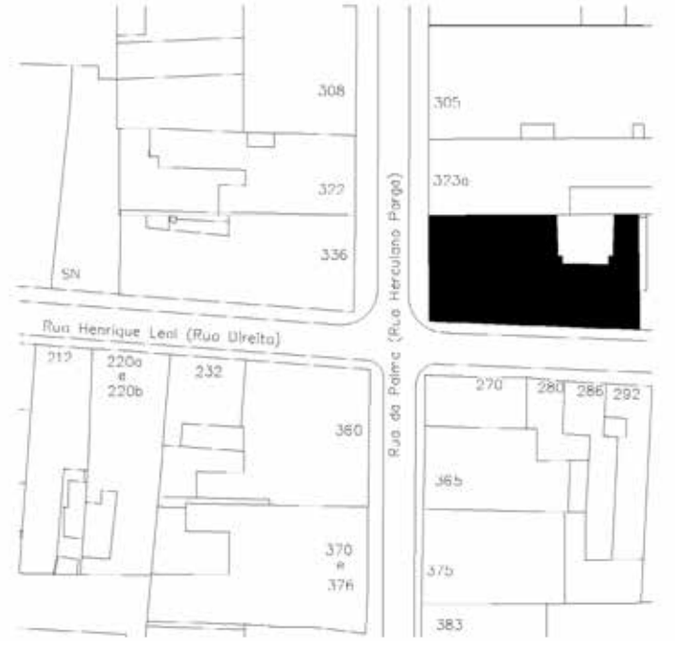


Endereço: Rua da Palma, 336
Uso atual: em obras
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
outros gabaritos: -
área do lote: 446,63 m²
área de projeção: 415,69 m²
estado de conservação: -

RUA DA PALMA Nº 337



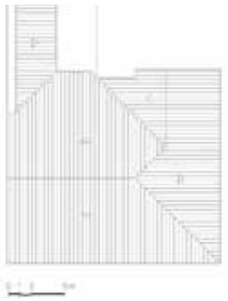




Endereço: Rua da Palma, 337
Uso atual: residencial e serviço
Uso anterior: Hotel Guarani e primeira Faculdade do Estado
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 429,50 m²
Área de projeção: 344,01 m²
estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 360



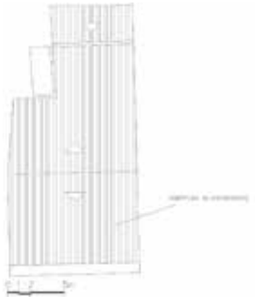




Eendereço: Rua da Palma, 360
Uso atual: em ruínas
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 402,85 m²
Área de projeção: 363,74 m²
Estado de conservação: -

RUA DA PALMA Nº 365







Endereço: Rua da Palma, 365
Uso atual: sem informação
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: -
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

RUA DA PALMA Nº 370 -376



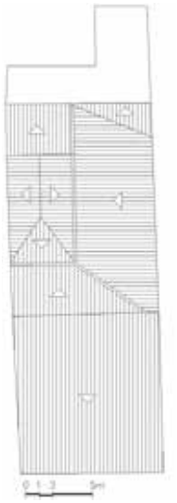


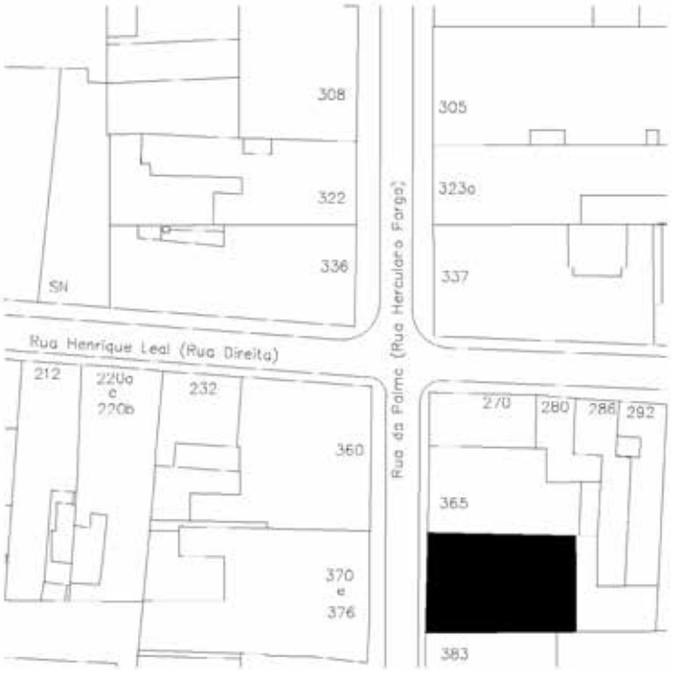


Endereço: Rua da Palma, 370/ 376
Uso atual: residencial, serviço e vago
Uso anterior: CEMAR (Companhia de Água e Esgotos do Maranhão)
Gabarito: 2
outros gabaritos: -
Área do lote: 507,42 m²
Área de projeção: 420,44 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 375







Endereço: Rua da Palma, 375
Uso atual: residencial, serviço e vago
Uso anterior: cabaré
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 351,36 m²
Área de projeção: 303,21 m²
Estado de conservação: com problemas





RUA DA PALMA Nº 383



Endereço: Rua da Palma, 383
Uso atual: institucional
Uso anterior: entidade social Casa de João e Maria
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: -
Área de projeção: -
Estado de conservação: com problemas





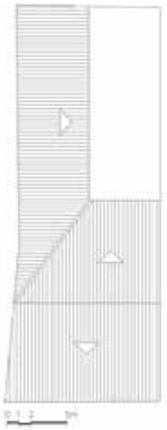
RUA DA PALMA Nº 391



Endereço: Rua da Palma, 391
Uso atual: comercial
Uso anterior: gráfica
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 169,42 m²
Área de projeção: 150,84 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DA PALMA Nº 392







Endereço: Rua da Palma, 392
Uso atual: residencial e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 399,75 m²
Área de projeção: 303,18 m²
Estado de conservação: -

RUA DA PALMA Nº 393







Endereço: Rua da Palma, 393
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 235,20 m²
Área de projeção: 183,32 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 402







Endereço: Rua da Palma, 402
Uso atual: vago
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 243,64 m²
Área de projeção: 157,63 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA PALMA Nº 403







Endereço: Rua da Palma, 403
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 315,48 m²
Área de projeção: 248,35 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DA PALMA Nº 406







Endereço: Rua da Palma, 406
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 134,16 m²
Área de projeção: 134,16 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 415







Endereço: Rua da Palma, 415
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 319,25 m²
Área de projeção: 185,09 m²
Estado de conservação: -

RUA DA PALMA Nº 416



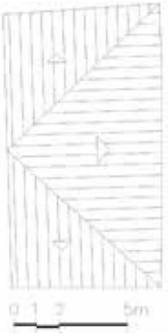




Endereço: Rua da Palma, 416
Uso atual: comercial e serviço
Uso anterior: residencial e comercial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 255,64 m²
Área de projeção: 255,64 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 434







Endereço: Rua da Palma, 434
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 83,44 m²
Área de projeção: 83,44 m²
Estado de conservação: -

RUA DA PALMA Nº 436



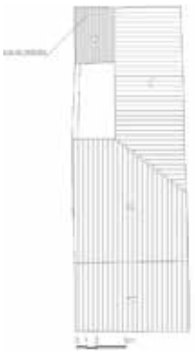




Endereço: Rua da Palma, 436
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 76,11 m²
Área de projeção: 57,01 m²
Estado de conservação:

RUA DA PALMA Nº 445







Endereço: Rua da Palma, 445
Uso atual: residencial e serviço
Uso anterior: residencial
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 369,93 m²
Área de projeção: 331,31 m²
Estado de conservação: com problemas





RUA DA PALMA Nº 446



Endereço: Rua da Palma, 446
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 144,27 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -



RUA DA PALMA Nº 456



Endereço: Rua da Palma, 456
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 326,55 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

RUA DA PALMA Nº 459





Endereço: Rua da Palma, 459
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 591,40 m²
Área de projeção: 106,84 m²
Estado de conservação: -

RUA DA PALMA Nº 468





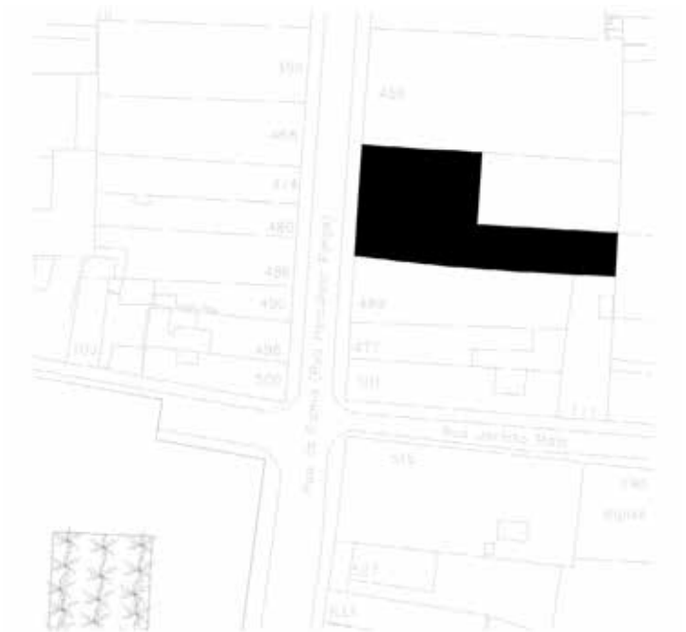
Endereço: Rua da Palma, 468
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 281,55 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -



RUA DA PALMA Nº 474



Endereço: Rua da Palma, 474
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 160,73 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -



RUA DA PALMA Nº 475



Endereço: Rua da Palma, 475
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 600,62 m²
Área de projeção: 390,67 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA PALMA Nº 477

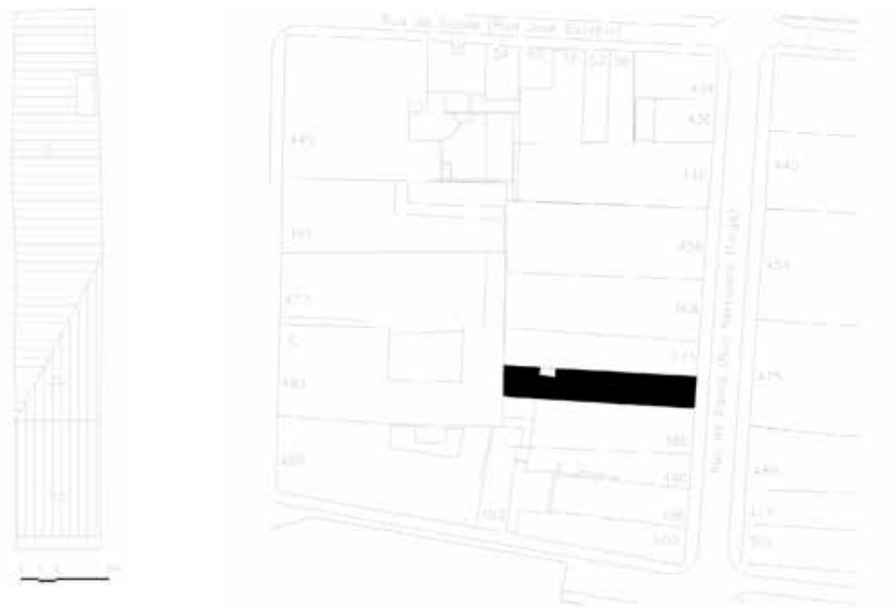




Endereço: Rua da Palma, 477 no local 497
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: -
Área de projeção: -
Estado de conservação: satisfatório

RUA DA PALMA Nº 480





Endereço: Rua da Palma, 480
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 147,47 m²
Área de projeção: 144,66 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 486





Endereço: Rua da Palma, 486
Uso atual: residencial e comercial
Uso anterior: residencial e comercial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 225,54 m²
Área de projeção: 215,01 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 489





Endereço: Rua da Palma, 489
Uso atual: em ruínas
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 402,82 m²
Área de projeção: 196,54 m²
Estado de conservação: -

RUA DA PALMA Nº 490

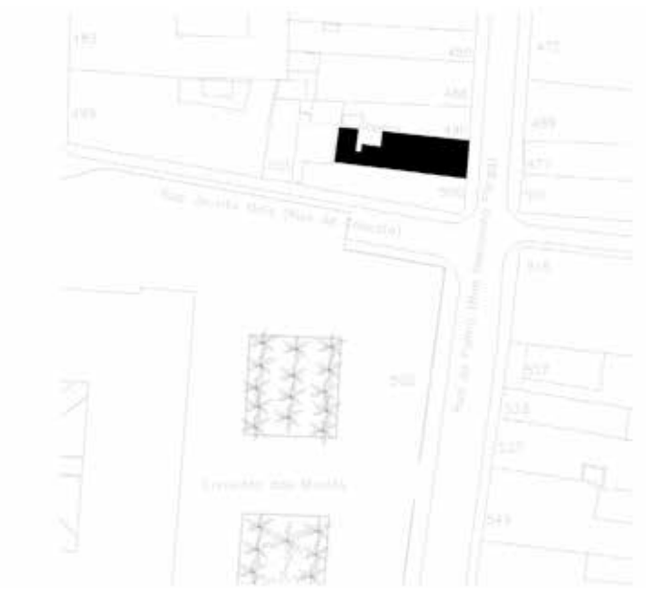




Endereço: Rua da Palma, 490
Uso atual: residencial e serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos:
Área do lote: 118,61 m²
Área de projeção: 99,83 m²
Estado de conservação: com problemas

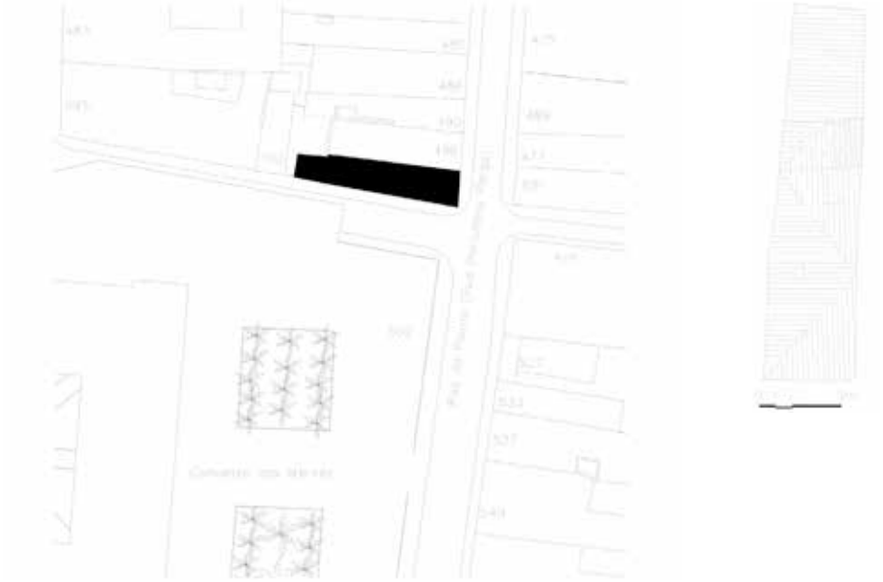
RUA DA PALMA Nº 496





Endereço: Rua da Palma, 496
Uso atual: residencial e comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 129,63 m²
Área de projeção: 119,50 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 500





Endereço: Rua da Palma, 500
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 116,40 m²
Área de projeção: 116,40 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 501





Endereço: Rua da Palma, 501
Uso atual: residencial e serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 114,36 m²
Área de projeção: 106,20 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 502 - CONVENTO DAS MERCÊS - INTERNA



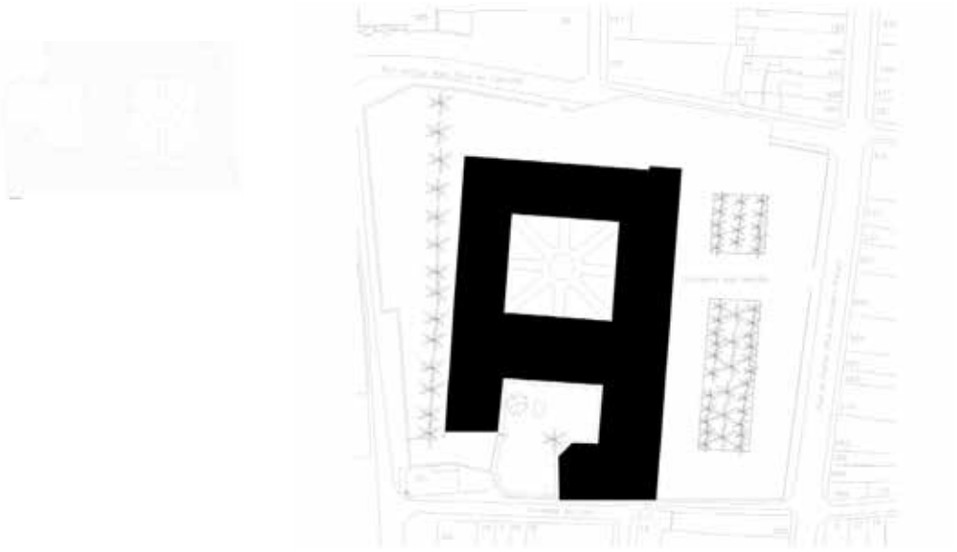
RUA DA PALMA Nº 502 - CONVENTO DAS MERCÊS - FRENTE



RUA DA PALMA Nº 502 - CONVENTO DAS MERCÊS - FUNDOS



Endereço: Rua da Palma, 502 (Convento das Mercês)
Uso atual: institucional
Uso anterior: convento e Corpo de Bombeiro
Gabarito: 2
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 11.040,02 m²
Área de projeção: 3.300,17 m²
Estado de conservação: satisfatório

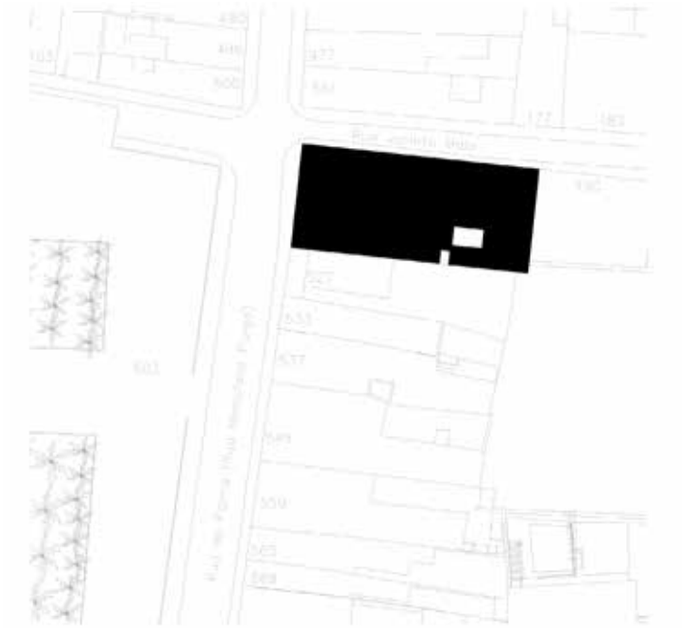


RUA DA PALMA Nº 502 - CONVENTO DAS MERCÊS - ARCADA



RUA DA PALMA Nº 502 - CONVENTO DAS MERCÊS





RUA DA PALMA Nº 515 - 2





RUA DA PALMA Nº 527



Endereço: Rua da Palma, 527
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 252,33 m²
Área de projeção: 84,27 m²
Estado de conservação: -

RUA DA PALMA Nº 533

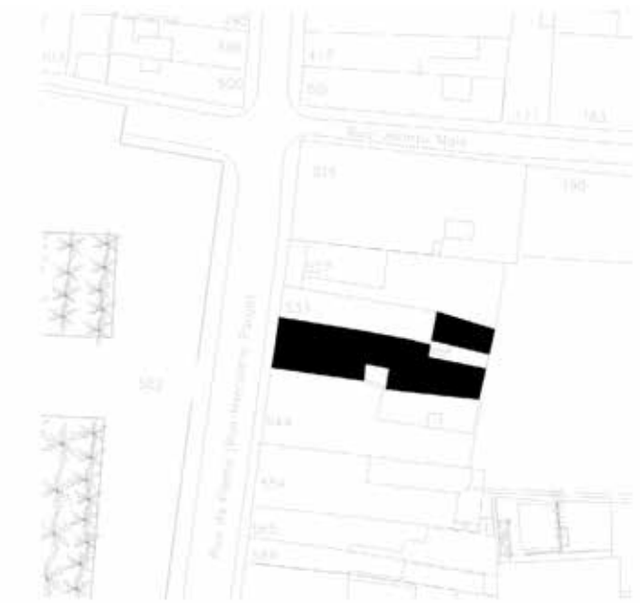




Endereço: Rua da Palma, 533
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: -
Área de projeção: -
Estado de conservação: bom

RUA DA PALMA Nº 537





Endereço: Rua da Palma, 537
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 277,74 m²
Área de projeção: 247,53 m²
Estado de conservação: com problemas

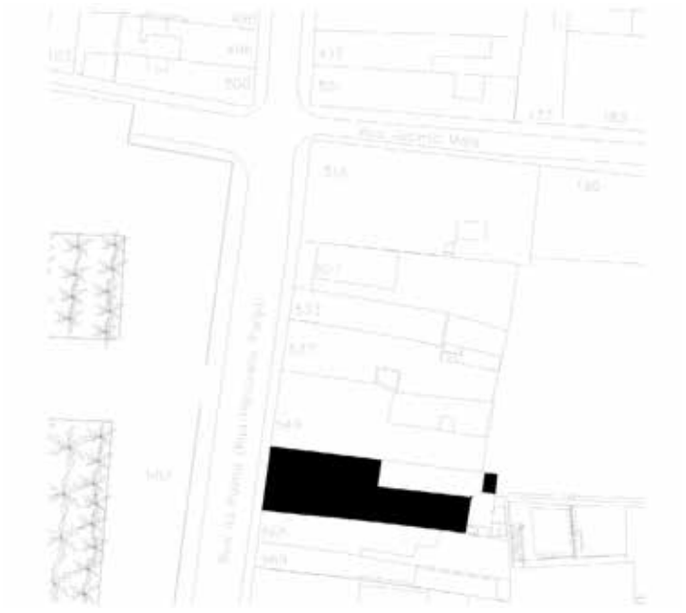
RUA DA PALMA Nº 549





Endereço: Rua da Palma, 549
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 339,18 m²
Área de projeção: 265,64 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 559





Endereço: Rua da Palma, 559
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 305,03 m²
Área de projeção: 263,08 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DA PALMA Nº 565





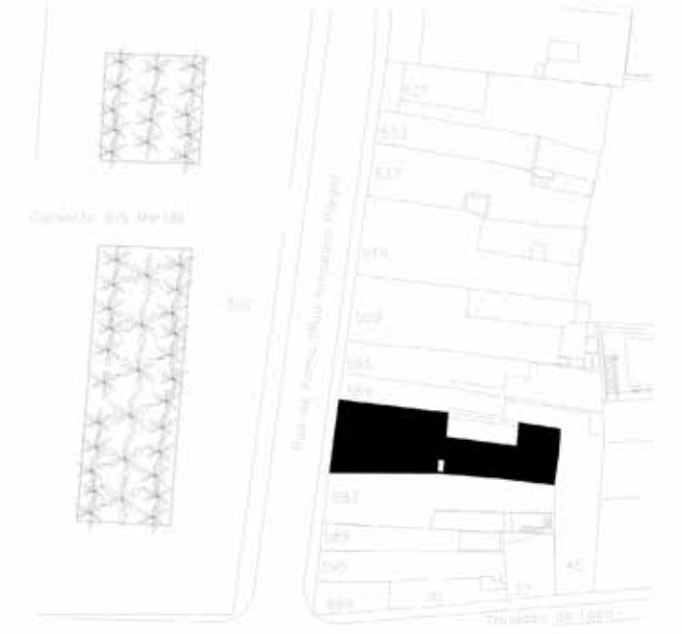
Endereço: Rua da Palma, 565
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 125,91 m²
Área de projeção: 92,01 m²
Estado de conservação: com prolemas

RUA DA PALMA Nº 569





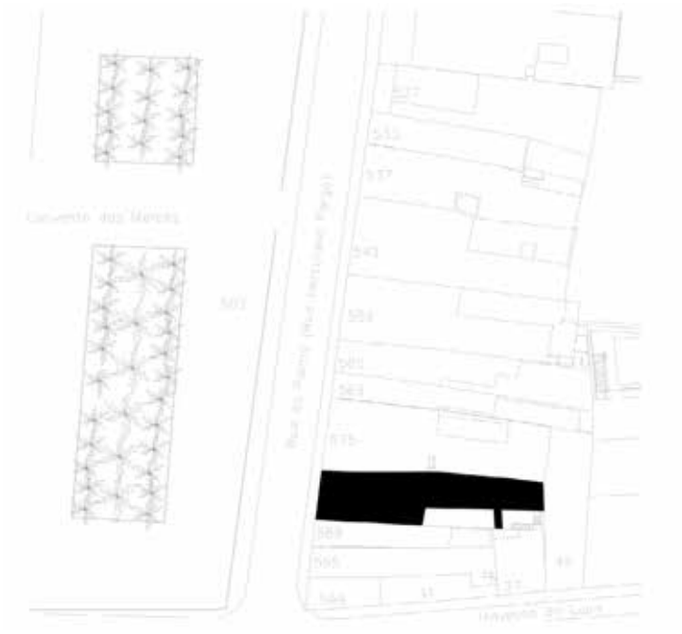
Endereço: Rua da Palma, 569
Uso atual: vago
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 105,28 m²
Área de projeção: 86,71 m²
Estado de conservação: com problemas



RUA DA PALMA Nº 575



Endereço: Rua da Palma, 575
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 262,75 m²
Área de projeção: 222,05 m²
Estado de conservação: com problemas



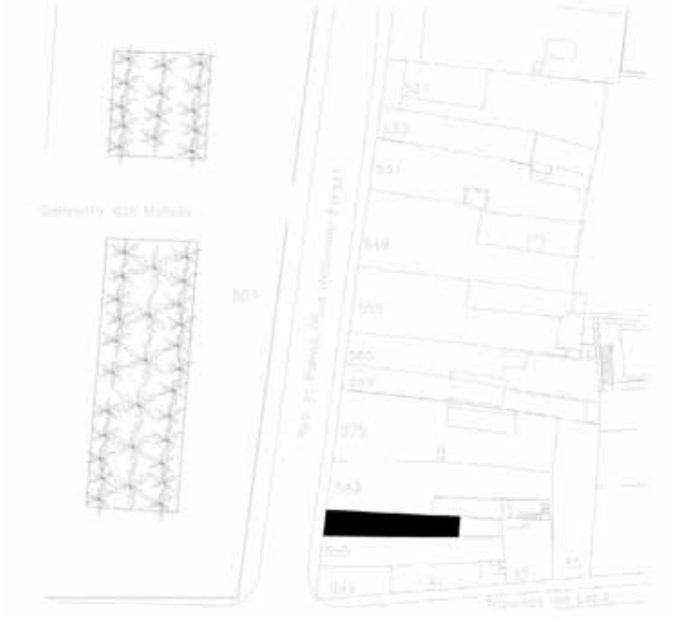
RUA DA PALMA Nº 583



Endereço: Rua da Palma, 583
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 304,43 m²
Área de projeção: 274,97 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 589

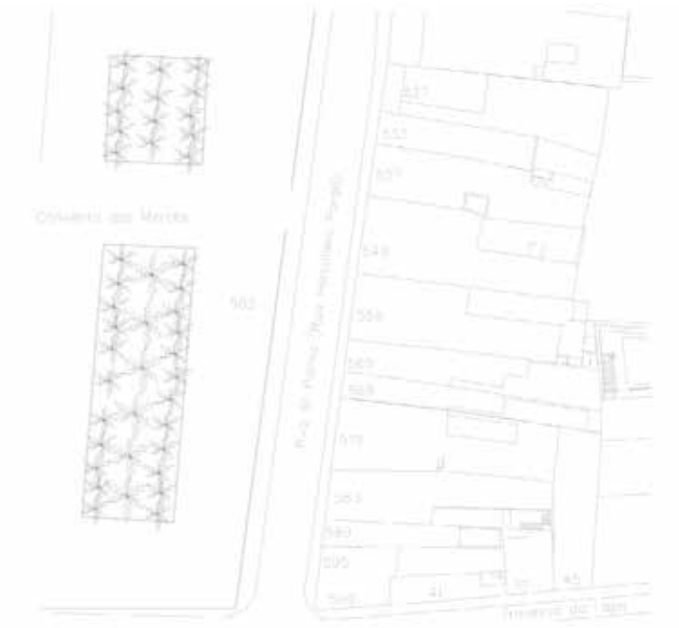




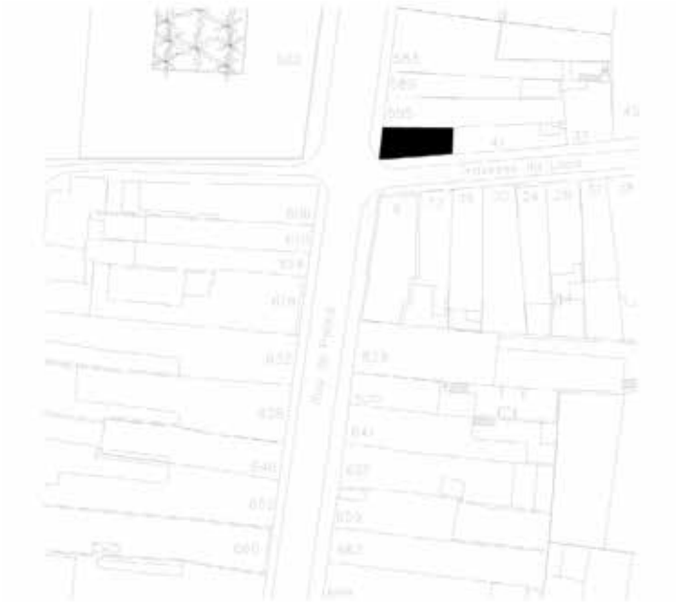
Endereço: Rua da Palma, 589
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: -
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

RUA DA PALMA Nº 595





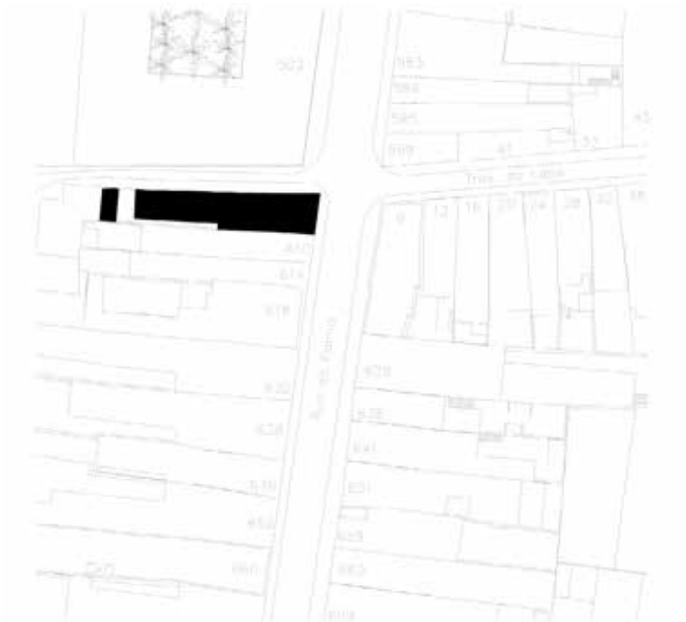
Endereço: Rua da Palma, 595
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: -
Área de projeção: -
Estado de conservação: -



RUA DA PALMA Nº 599



Endereço: Rua da Palma, 599
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: -
Área de projeção: -
Estado de conservação: bom



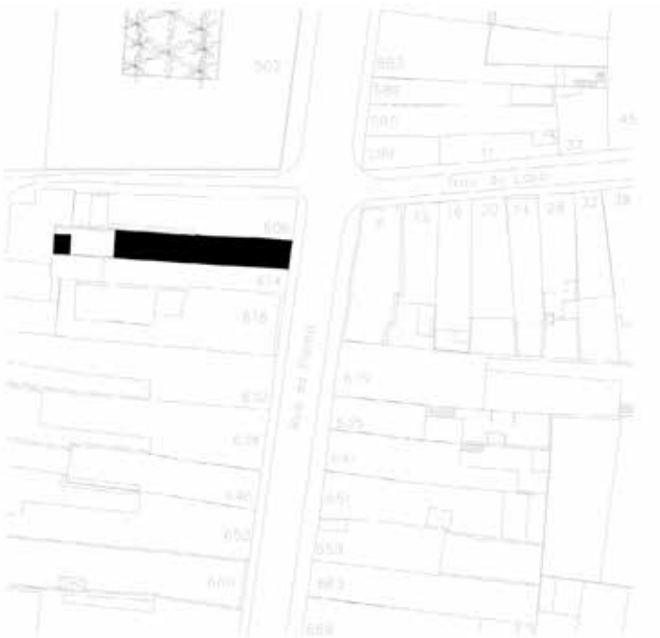
RUA DA PALMA Nº 606



Endereço: Rua da Palma, 606
Uso atual: residencial e comercial
Uso anterior: residencial e comercial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 164,47 m²
Área de projeção: 126,67 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA PALMA Nº 610

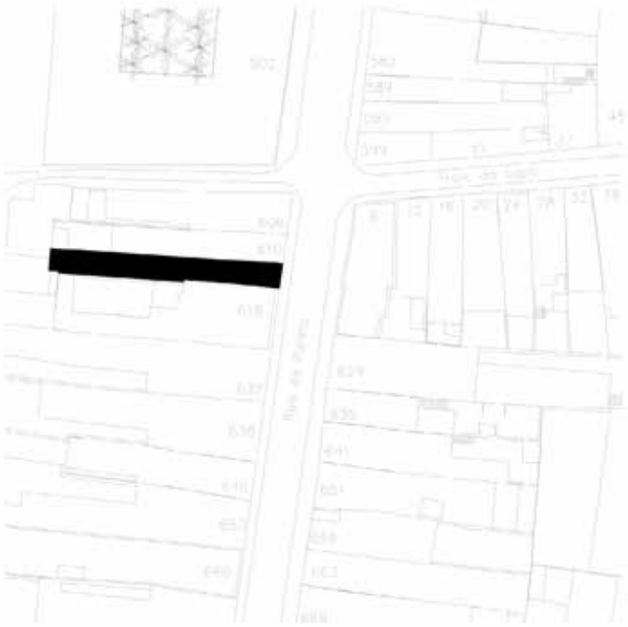




Endereço: Rua da Palma, 610
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 134,70 m²
Área de projeção: 102,61 m²
Estado de conservação: -

RUA DA PALMA Nº 614





Endereço: Rua da Palma, 614
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 203,09 m²
Área de projeção: 188,39 m²
Estado de conservação: com problemas



RUA DA PALMA Nº 618



Endereço: Rua da Palma, 618
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 171,40 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -



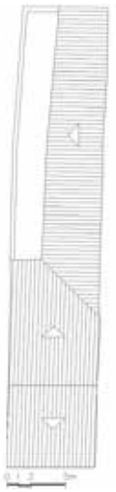
RUA DA PALMA Nº 629



Endereço: Rua da Palma, 629
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 263,59 m²
Área de projeção: 202,79 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DA PALMA Nº 632







Endereço: Rua da Palma, 632
Uso atual: vago
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 297,46 m²
Área de projeção: 221,93 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 635

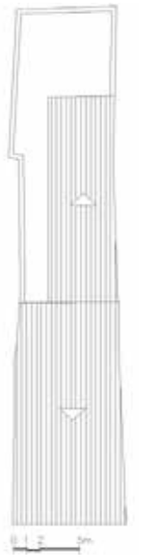






Endereço: Rua da Palma, 635
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 159,21 m²
Área de projeção: 82,89 m²
Estado de conservação: bom





RUA DA PALMA Nº 638



Endereço: Rua da Palma, 638
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 305,56 m²
Área de projeção: 188,33 m²
Estado de conservação: -





RUA DA PALMA Nº 641



Endereço: Rua da Palma, 641
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 313,95 m²
Área de projeção: 234,77 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DA PALMA Nº 646





Endereço: Rua da Palma, 646
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 161,05 m²
Área de projeção: 149,64 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA PALMA Nº 651

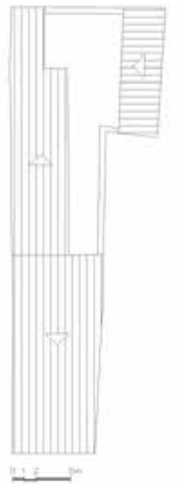






Endereço: Rua da Palma, 651
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 239,64 m²
Área de projeção: 210,32 m²
Estado de conservação: bom

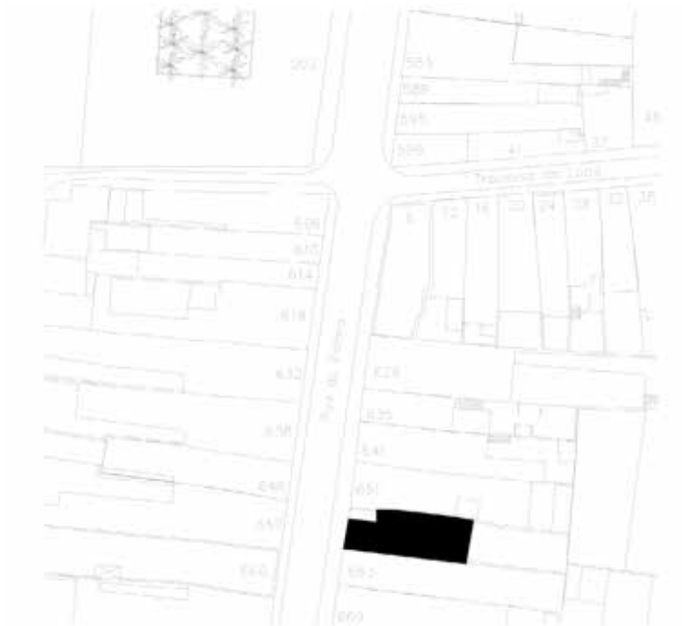




RUA DA PALMA Nº 652



Endereço: Rua da Palma, 652
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 354,92 m²
Área de projeção: 261,84 m²
Estado de conservação: bom





RUA DA PALMA Nº 659



Endereço: Rua da Palma, 659
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 194,83 m²
Área de projeção: 106,29 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DA PALMA Nº 660



Endereço: Rua da Palma, 660
Uso atual: serviço e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 239,29 m²
Área de projeção: 233,11 m²
Estado de conservação: -





RUA DA PALMA Nº 663



Endereço: Rua da Palma, 663
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 172,87 m²
Área de projeção: 136,04 m²
Estado de conservação: bom









RUA DA PALMA Nº 664



Endereço: Rua da Palma, 664
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 274,16 m²
Área de projeção: 193,09 m²
Estado de conservação: com problemas





RUA DA PALMA Nº 669

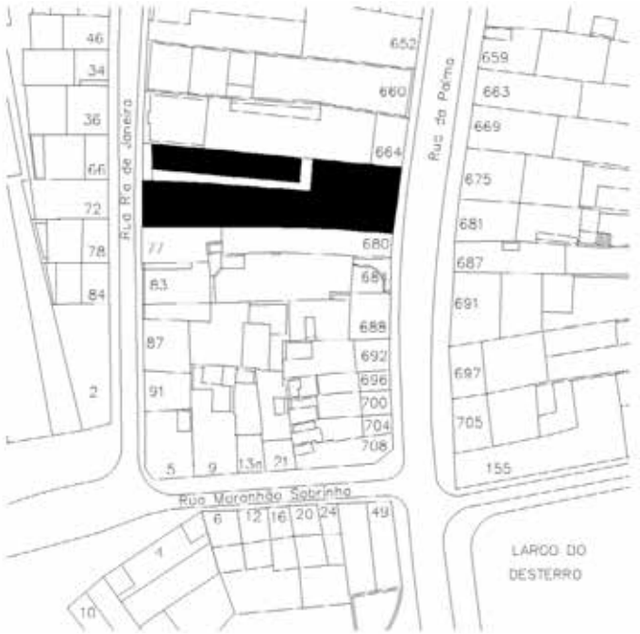


Endereço: Rua da Palma, 669
Uso atual: residencial e comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: acréscimo vertical
Área do lote: 191,26 m²
Área de projeção: 177,90 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA PALMA Nº 674 - FRENTE







Endereço: Rua da Palma, 674
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 383,12 m²
Área de projeção: 343,95 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 675

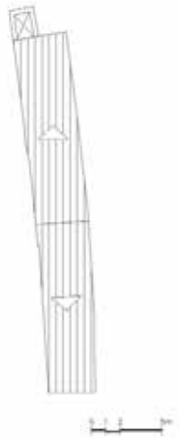






Endereço: Rua da Palma, 675
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 210,41 m²
Área de projeção: 133,47 m²
Estado de conservação: satisfatório

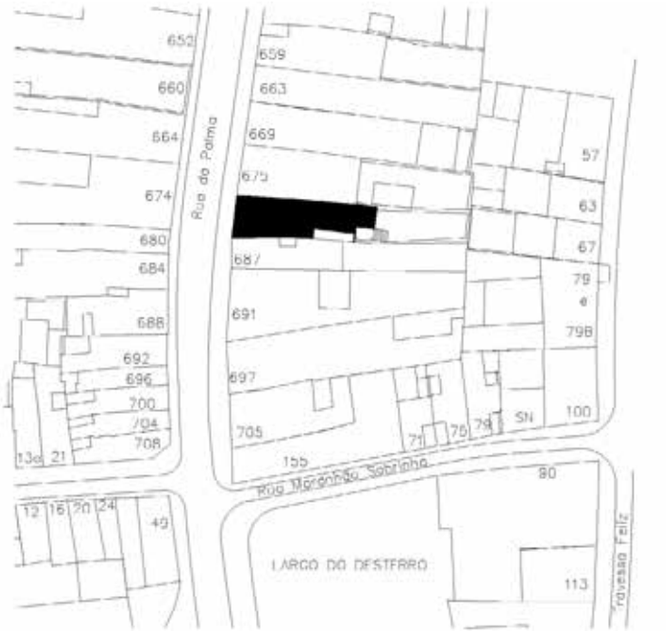


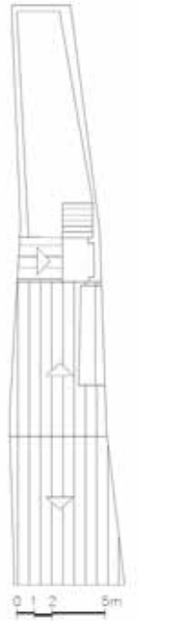


RUA DA PALMA Nº 680



Endereço: Rua da Palma, 680
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 95,52 m²
Área de projeção: 93,41 m²
Estado de conservação: bom





RUA DA PALMA Nº 681



Endereço: Rua da Palma, 681
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 159,59 m²
Área de projeção: 94,29 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 684







Endereço: Rua da Palma, 684
Uso atual: residencial e comercial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 159,39 m²
Área de projeção: 139,46 m²
Estado de conservação: bom

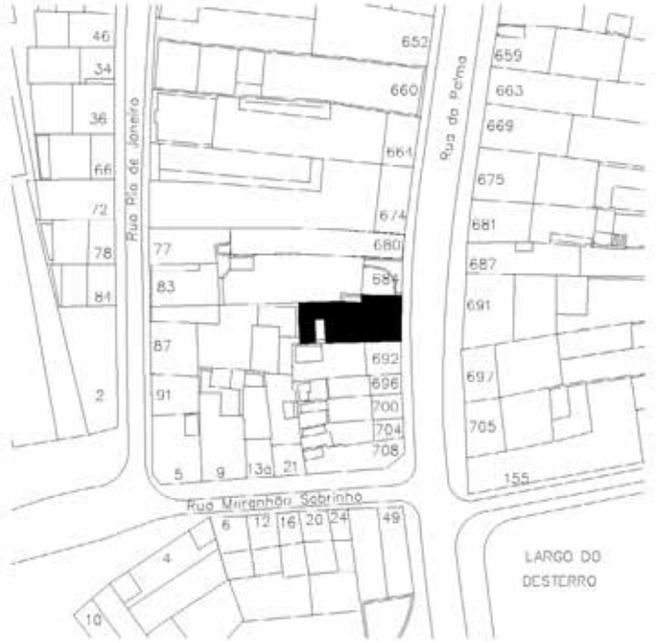
RUA DA PALMA Nº 687

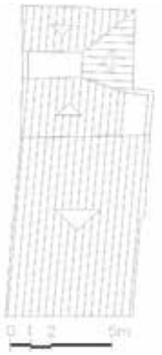




Endereço: Rua da Palma, 687
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: subsolo e acréscimo vertical (fundos)
Área do lote: 123,45 m²
Área de projeção: 120,90 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA PALMA Nº 688







Endereço: Rua da Palma, 688
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 90,45 m²
Área de projeção: 83,51 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA PALMA Nº 691







Endereço: Rua da Palma, 691
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 143,96 m²
Área de projeção: 68,96 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DA PALMA Nº 692







Endereço: Rua da Palma, 692
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 72,07 m²
Área de projeção: 61,76 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 696



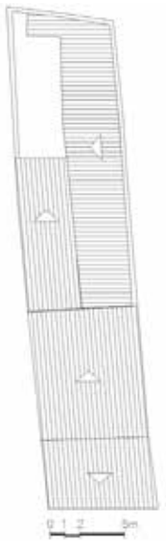




Endereço: Rua da Palma, 696
Uso atual: vago
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 41,72 m²
Área de projeção: 36,54 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 697

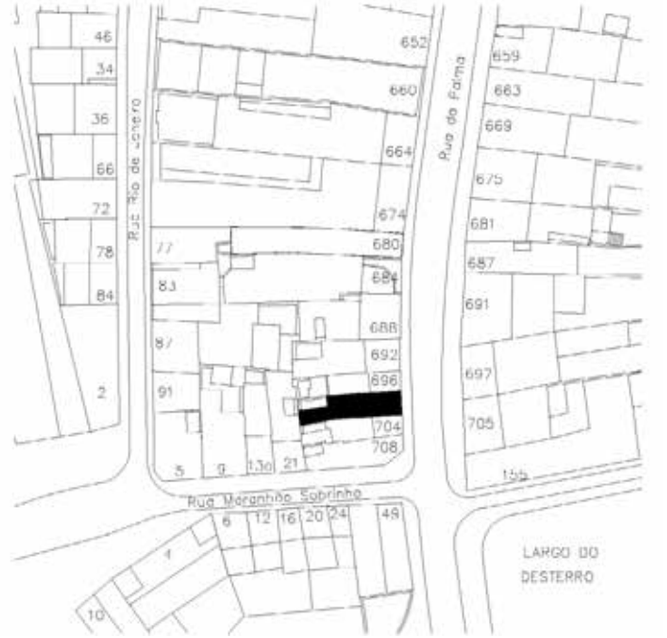


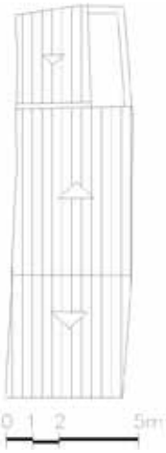




Endereço: Rua da Palma, 697
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 245,15 m²
Área de projeção: 207,81 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA PALMA Nº 700





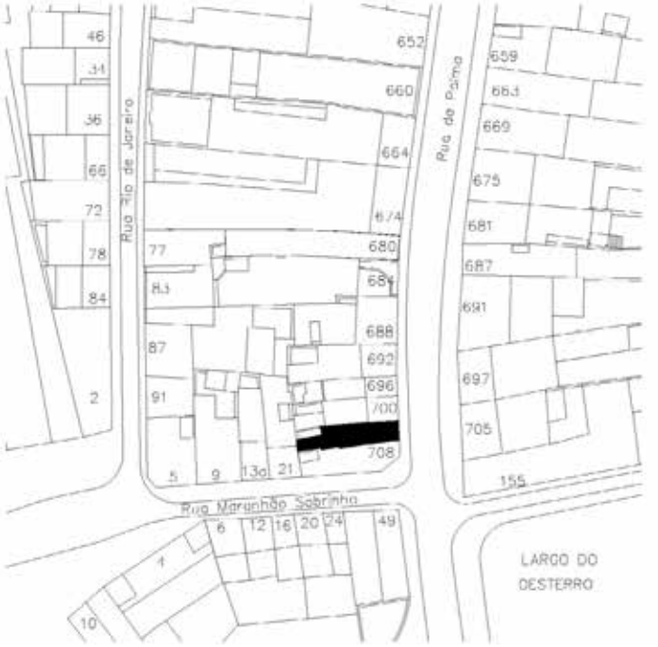


Endereço: Rua da Palma, 700
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 63,31 m²
Área de projeção: 57,73 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 704



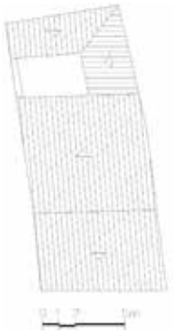




Endereço: Rua da Palma, 704
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 44,51 m²
Área de projeção: 40,78 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA Nº 705







Endereço: Rua da Palma, 705
Uso atual: residencial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 126,97 m²
Área de projeção: 116,07 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DA PALMA Nº 708

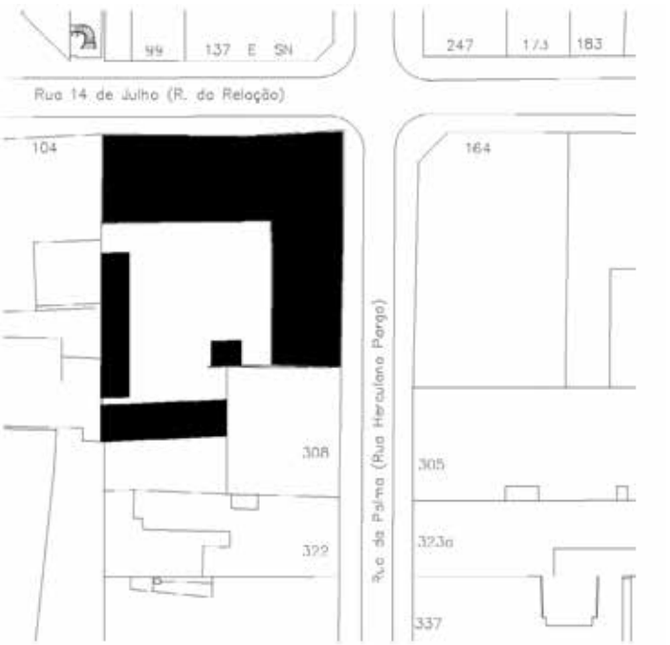






Endereço: Rua da Palma, 708
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 71,46 m²
Área de projeção: 64,13 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PALMA SN





Endereço: Rua da Palma, s/n (esquina com Rua 14 de Julho)
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: -
Área de projeção: -
Estado de conservação: bom

PARQUE XV DE NOVEMBRO Nº 62



Endereço: Parque XV de Novembro, 62



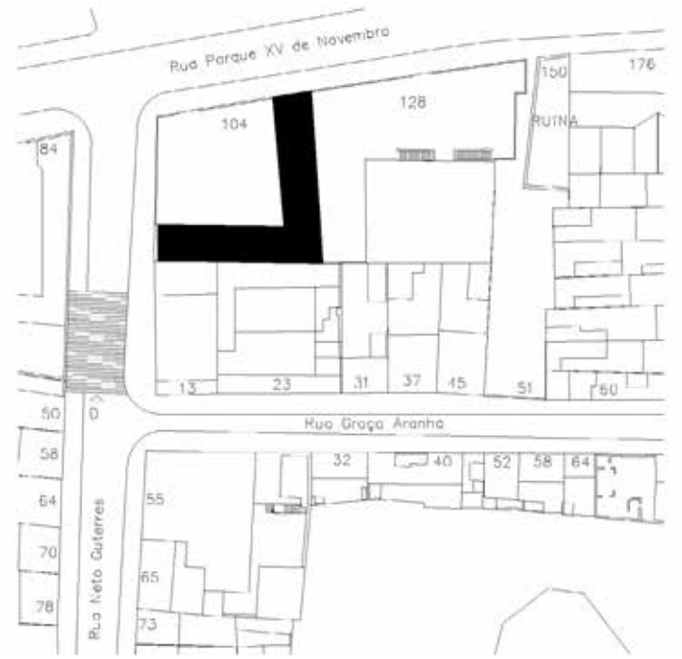
PARQUE XV DE NOVEMBRO Nº 84



Endereço: Parque XV de Novembro, 84



PARQUE XV DE NOVEMBRO Nº 104

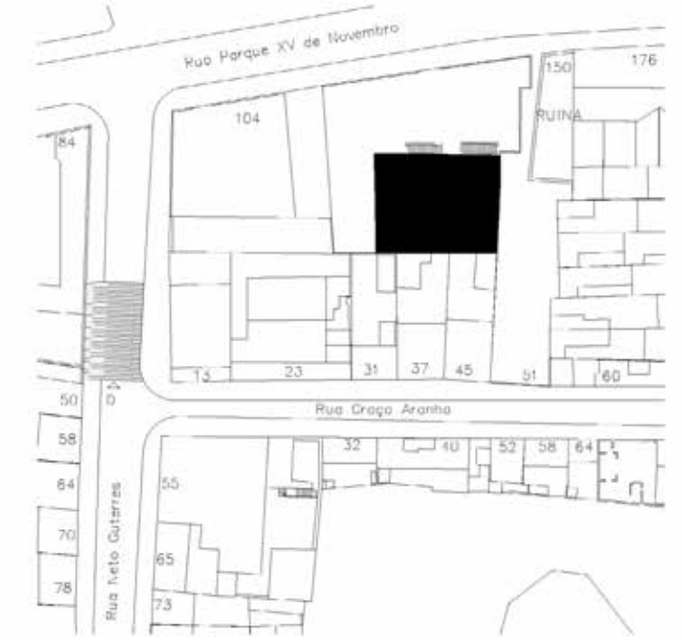






Endereço: Parque XV de Novembro, 104

PARQUE XV DE NOVEMBRO Nº 128





Endereço: Parque XV de Novembro, 128

PARQUE XV DE NOVEMBRO Nº 150



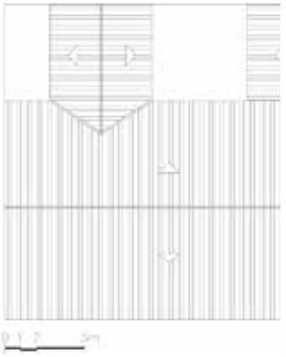


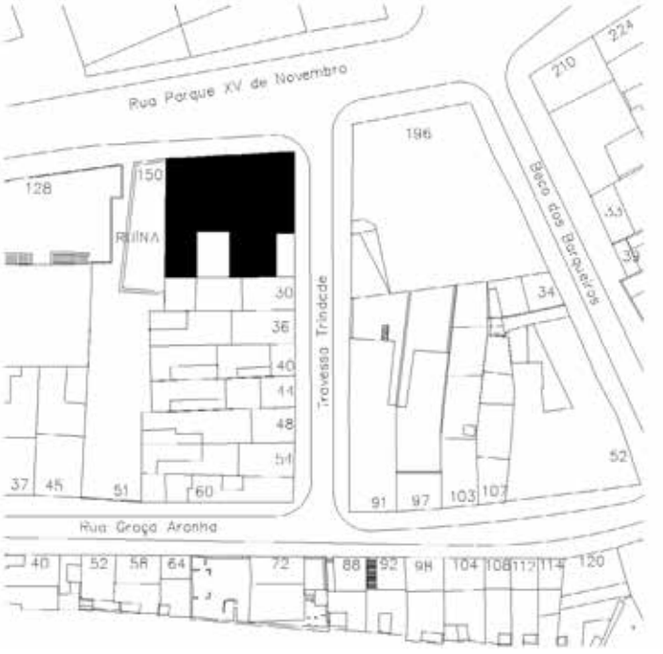


Endereço: Parque XV de Novembro, 150

PARQUE XV DE NOVEMBRO Nº 176







Endereço: Parque XV de Novembro, 176

PARQUE XV DE NOVEMBRO Nº 196

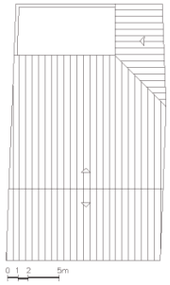






Endereço: Parque XV de Novembro, 196





PARQUE XV DE NOVEMBRO Nº 210



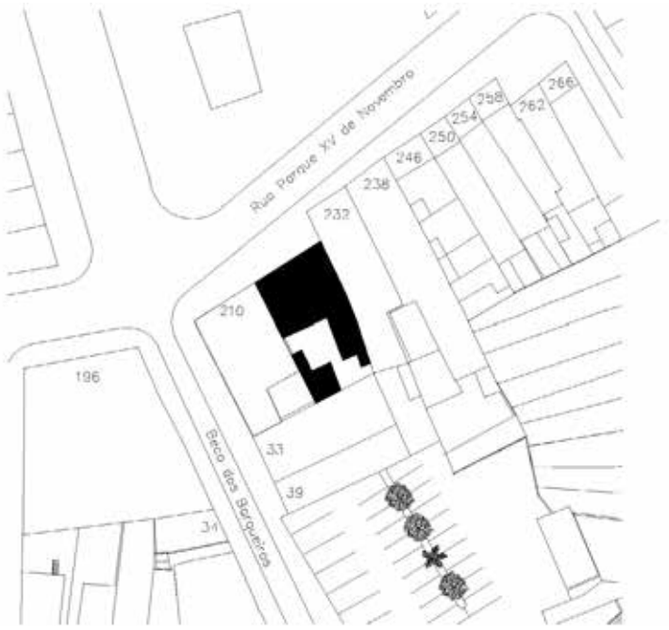
Endereço: Parque XV de Novembro, 210

PARQUE XV DE NOVEMBRO Nº 224



Endereço: Parque XV de Novembro, 224

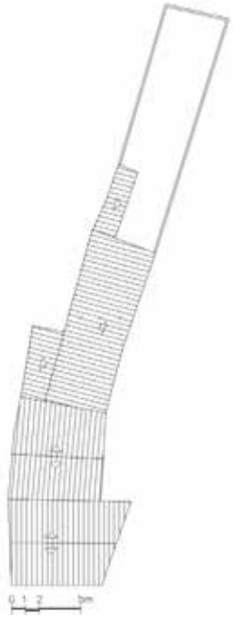




PARQUE XV DE NOVEMBRO Nº 232

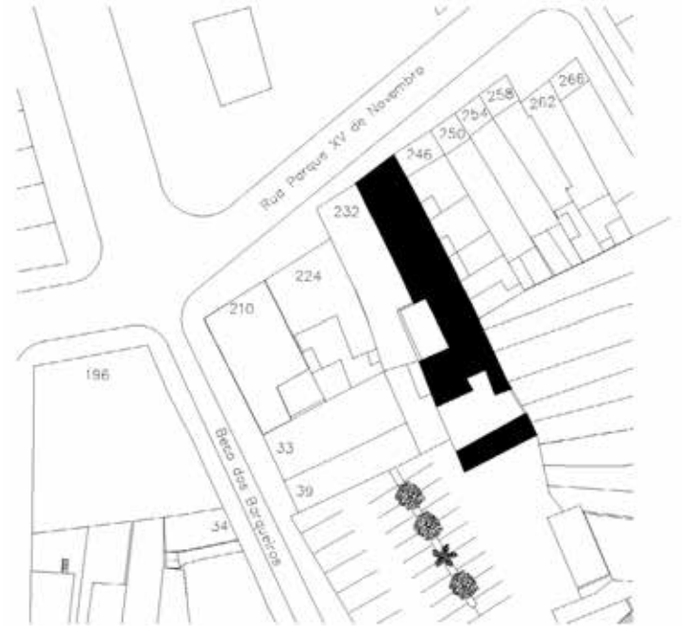


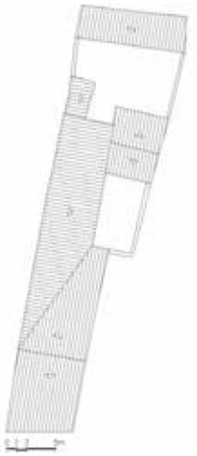
Endereço: Parque XV de Novembro, 232





PARQUE XV DE NOVEMBRO Nº 238



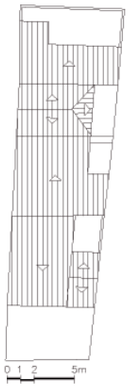




Endereço: Parque XV de Novembro, 238

PARQUE XV DE NOVEMBRO Nº 246







Endereço: Parque XV de Novembro, 246

PARQUE XV DE NOVEMBRO Nº 250



Endereço: Parque XV de Novembro, 250

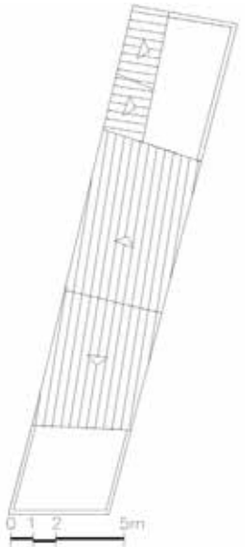




PARQUE XV DE NOVEMBRO Nº 254



Endereço: Parque XV de Novembro, 254





PARQUE XV DE NOVEMBRO Nº 258



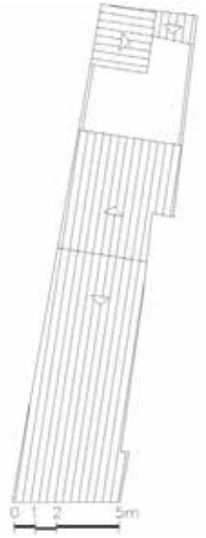




Endereço: Parque XV de Novembro, 258

PARQUE XV DE NOVEMBRO Nº 262





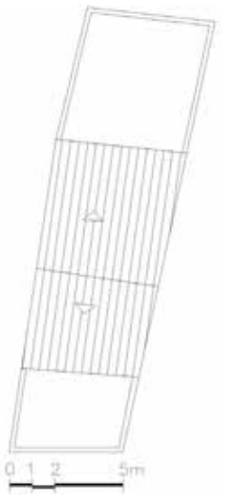


Endereço: Parque XV de Novembro, 262

PARQUE XV DE NOVEMBRO Nº 266







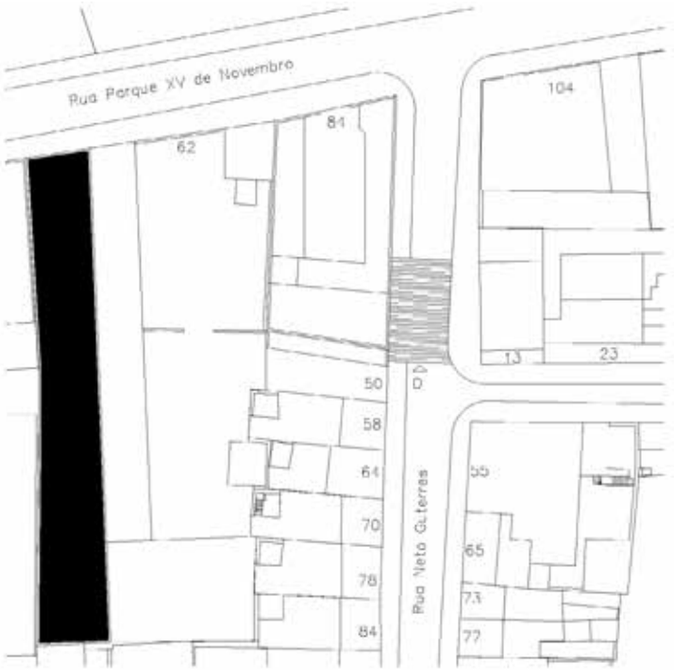


Endereço: Parque XV de Novembro, 266

PARQUE XV DE NOVEMBRO SN



Endereço: Parque XV de Novembro, s/n
(ao lado do nº 62)



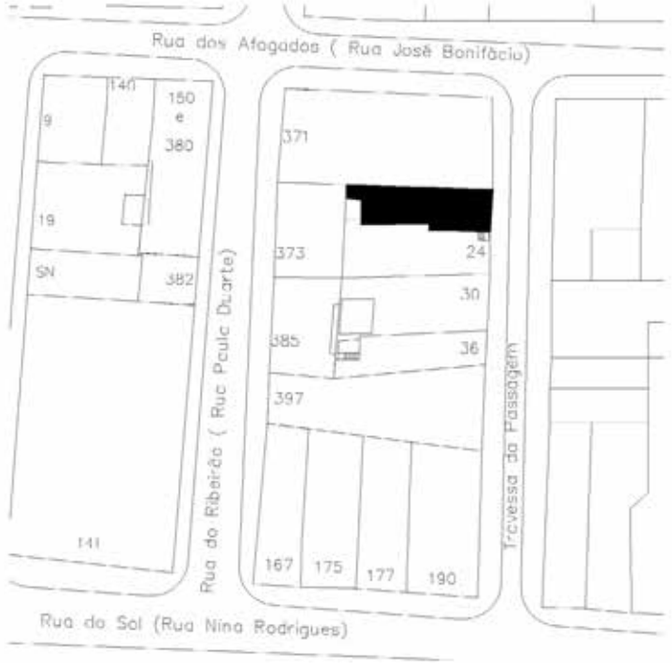
PARQUE XV DE NOVEMBRO SN - 2

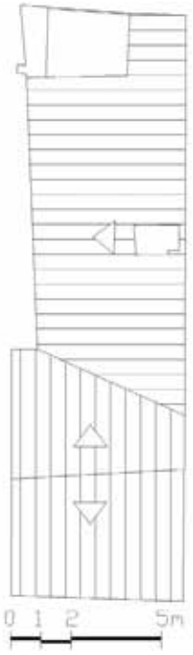




Endereço: Parque XV de Novembro, s/n 2
(entre o s/n e o nº 53 da Rua Montanha Russa)

TRAVESSA DA PASSAGEM Nº 18







Endereço: Travessa da Passagem, 18

TRAVESSA DA PASSAGEM Nº 24



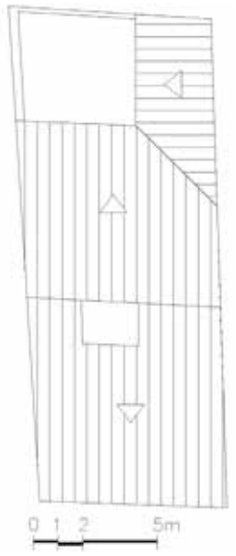
Endereço: Travessa da Passagem, 24/ s/n



TRAVESSA DA PASSAGEM Nº 30



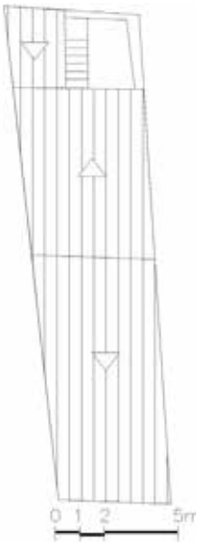
Endereço: Travessa da Passagem, 30





TRAVESSA DA PASSAGEM Nº 36



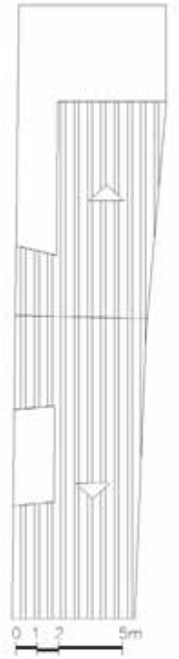




Endereço: Travessa da Passagem, 36

TRAVESSA DA PASSAGEM Nº 120







Endereço: Travessa da Passagem, 120

TRAVESSA DA PASSAGEM Nº 126



Endereço: Travessa da Passagem, 126

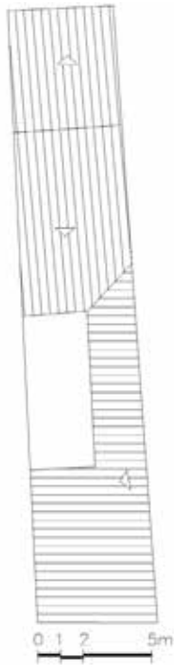




TRAVESSA DA PASSAGEM Nº 132



Endereço: Travessa da Passagem, 132





TRAVESSA DA PASSAGEM Nº 138





Endereço: Travessa da Passagem, 138

RUA DA PAZ Nº 39







Endereço: Rua da Paz, 39
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: porão alto
Área do lote: 130,20 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

RUA DA PAZ Nº 47









Endereço: Rua da Paz, 47/ 57
Uso atual: serviço (estacionamento)
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 609,36 m²
Área de projeção: 609,36 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DA PAZ Nº 69







Endereço: Rua da Paz, 69
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 107,35 m²
Área de projeção: 107,35 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PAZ Nº 79



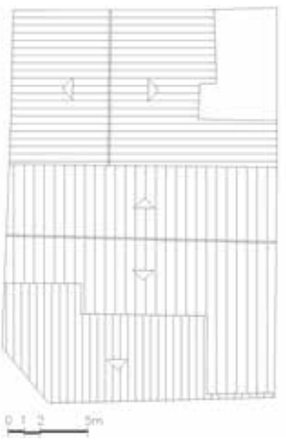


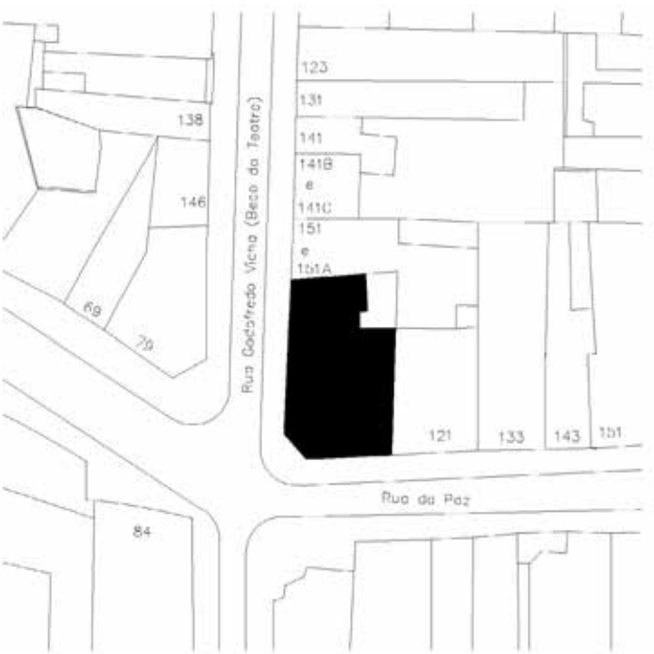


Endereço: Rua da Paz, 79
Uso atual: serviço (estacionamento)
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: porão alto
Área do lote: 179,41 m²
Área de projeção: 179,41 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DA PAZ Nº 107







Endereço: Rua da Paz, 107
Uso atual: residencial, comercial, serviço e vago
Uso anterior: residencial
Gabarito: 2
Outros gabaritos: subsolo e mirante
Área do lote: 383,65 m²
Área de projeção: 347,82 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DA PAZ Nº 121



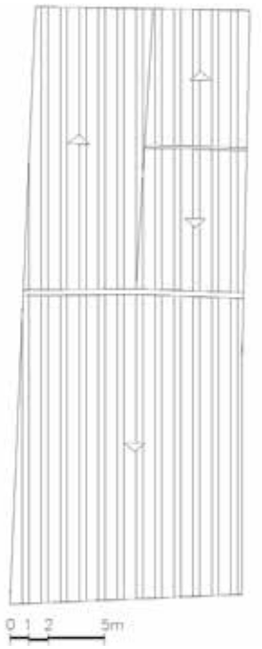




Endereço: Rua da Paz, 121
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 368,45 m²
Área de projeção: 322,70 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA PAZ Nº 133



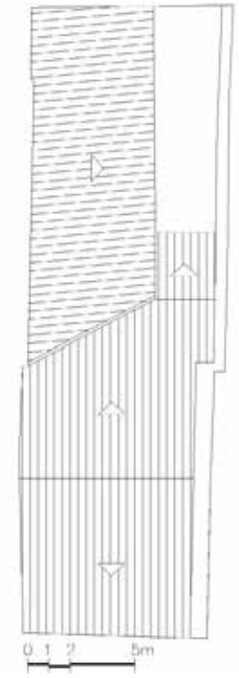




Endereço: Rua da Paz, 133
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: subsolo e mirante
Área do lote: 339,53 m²
Área de projeção: 339,53 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA PAZ Nº 143



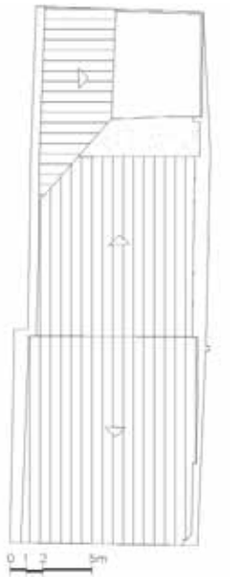




Endereço: Rua da Paz, 143
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 247,40 m²
Área de projeção: 215,66 m²
Estado de conservação: -

RUA DA PAZ Nº 151







Endereço: Rua da Paz, 151
Uso atual: residencial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 324,34 m²
Área de projeção: 288,70 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DA PAZ Nº 163



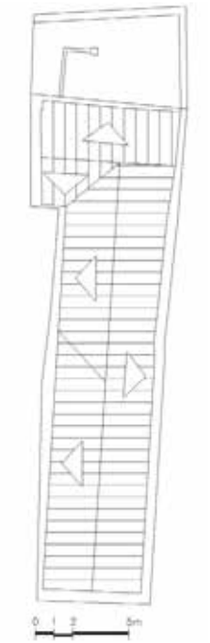




Endereço: Rua da Paz, 163
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 194,51 m²
Área de projeção: 190,70 m²
Estado de conservação: bom

RUA DA PAZ Nº 167

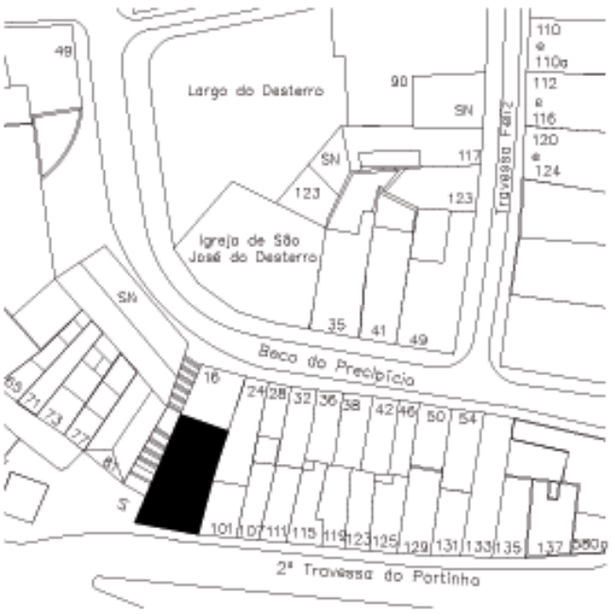


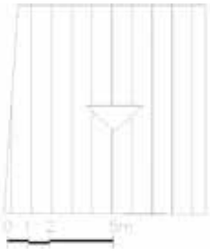




Endereço: Rua da Paz, 167
Uso atual: serviço
Uso anterior: comércio de produtos importados, loja de confecção e pensão
Gabarito: 1
outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 220,87 m²
Área de projeção: 180,56 m²
Estado de conservação: bom

SEGUNDA TRAVESSA DO PORTINHO Nº 95



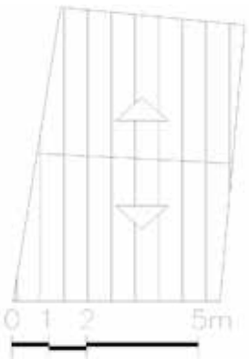




Endereço: Segunda Travessa do Portinho, 95

SEGUNDA TRAVESSA DO PORTINHO Nº 101



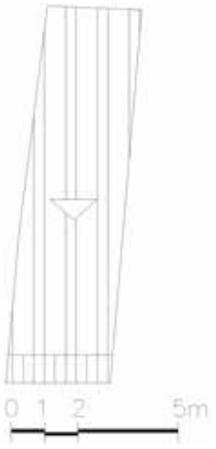




Endereço: Segunda Travessa do Portinho, 101

SEGUNDA TRAVESSA DO PORTINHO Nº 107



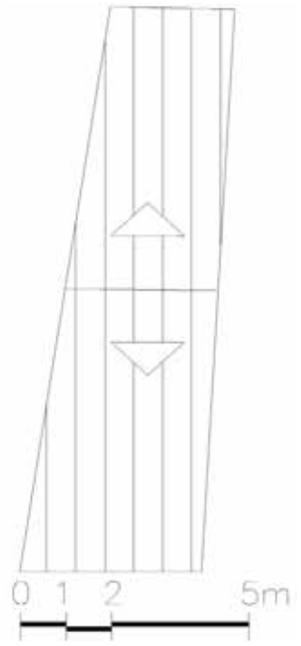




Endereço: Segunda Travessa do Portinho, 107

SEGUNDA TRAVESSA DO PORTINHO Nº 111



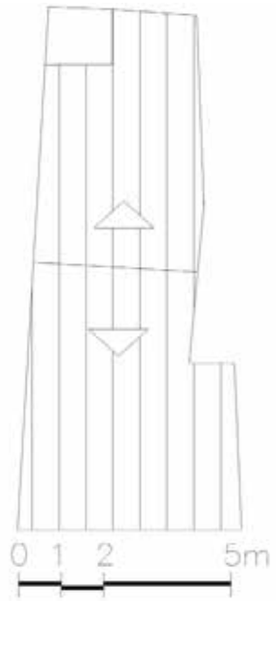




Endereço: Segunda Travessa do Portinho, 111

SEGUNDA TRAVESSA DO PORTINHO Nº 115







Endereço: Segunda Travessa do Portinho, 115

SEGUNDA TRAVESSA DO PORTINHO Nº 119



Endereço: Segunda Travessa do Portinho, 119

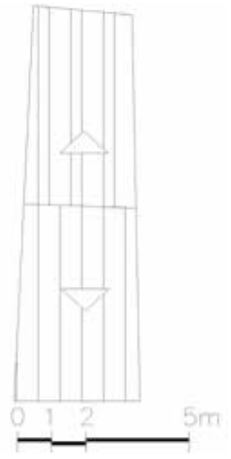




SEGUNDA TRAVESSA DO PORTINHO Nº 123

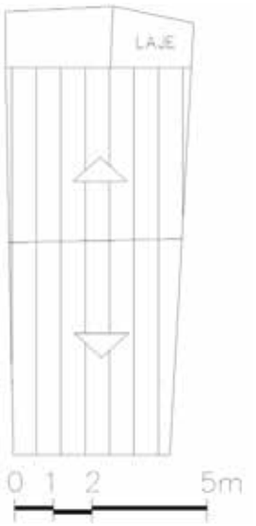


Endereço: Segunda Travessa do Portinho, 123









SEGUNDA TRAVESSA DO PORTINHO Nº 125



Endereço: Segunda Travessa do Portinho, 125





SEGUNDA TRAVESSA DO PORTINHO Nº 129

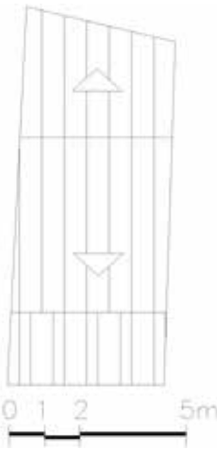


Endereço: Segunda Travessa do Portinho, 129

SEGUNDA TRAVESSA DO PORTINHO Nº 131



Endereço: Segunda Travessa do Portinho, 131

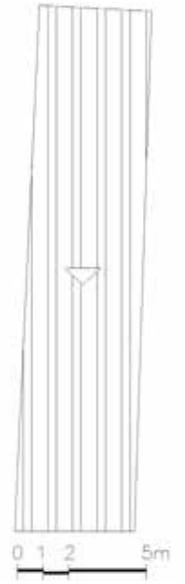




SEGUNDA TRAVESSA DO PORTINHO Nº 133



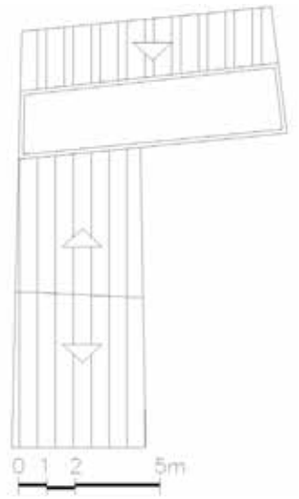
Endereço: Segunda Travessa do Portinho, 133





SEGUNDA TRAVESSA DO PORTINHO Nº 135



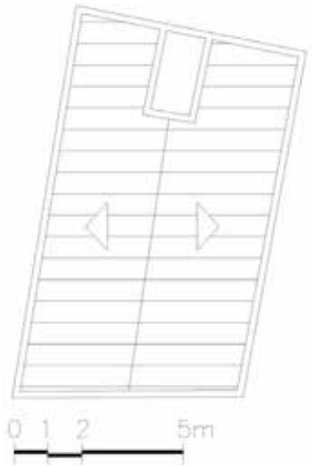




Endereço: Segunda Travessa do Portinho, 135

SEGUNDA TRAVESSA DO PORTINHO Nº 137



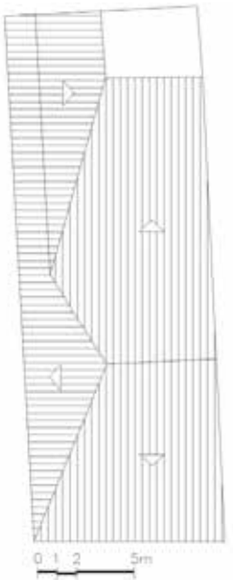


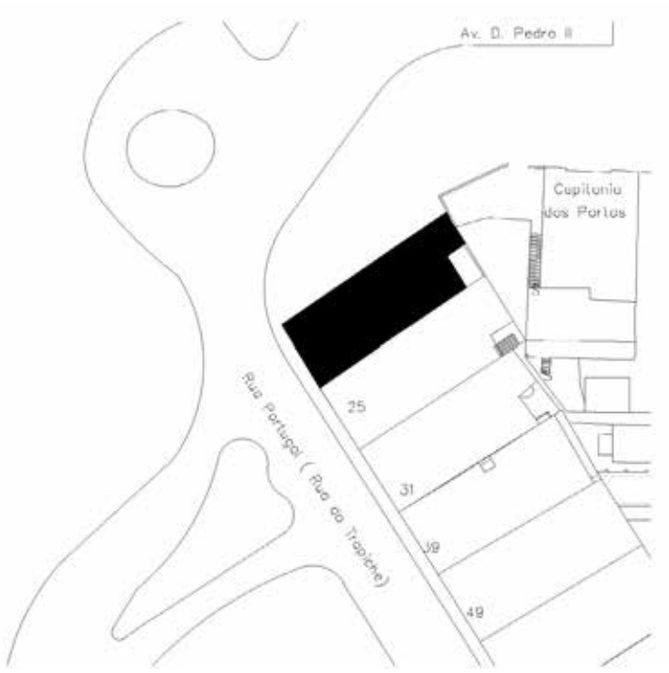


Endereço: Segunda Travessa do Portinho, 137

RUA PORTUGAL Nº 17



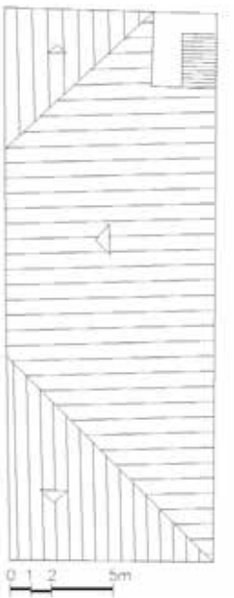


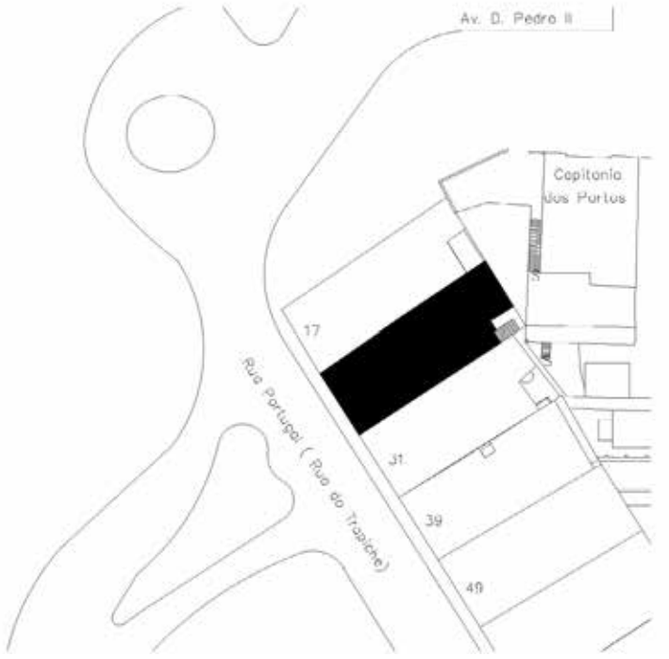


Endereço: Rua Portugal, 17
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 274,90 m²
Área de projeção: 256,95 m²
Estado de conservação: -

RUA PORTUGAL Nº 25

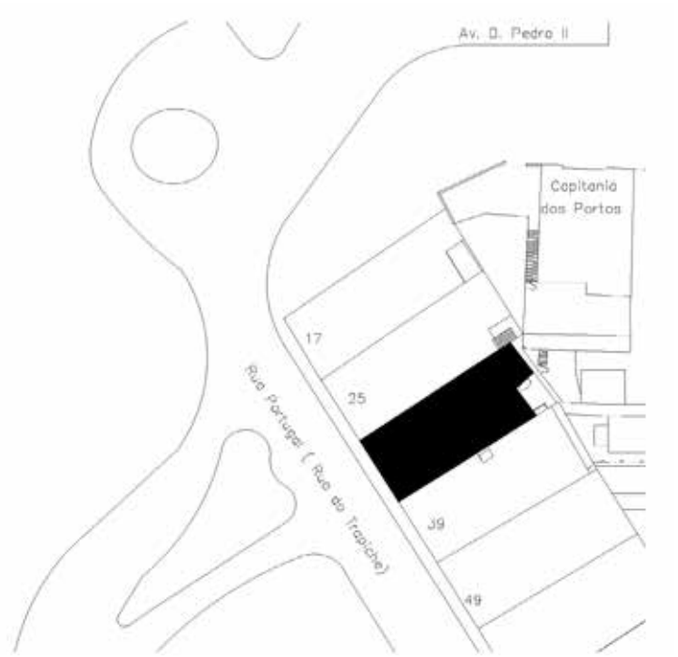






Endereço: Rua Portugal, 25
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 137,91 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: satisfatório

RUA PORTUGAL Nº 31

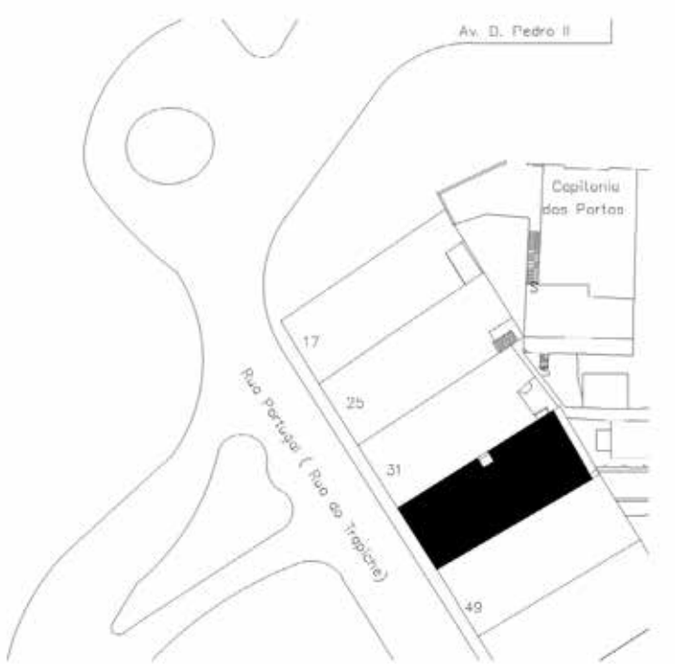






Endereço: Rua Portugal, 31
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: mezanino
Área do lote: 123,09 m²
Área de projeção: 106,15 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA PORTUGAL Nº 39



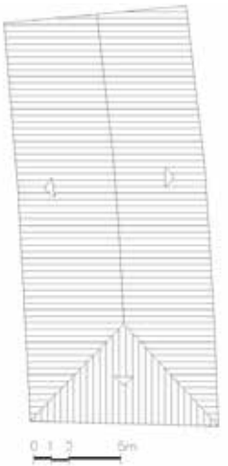


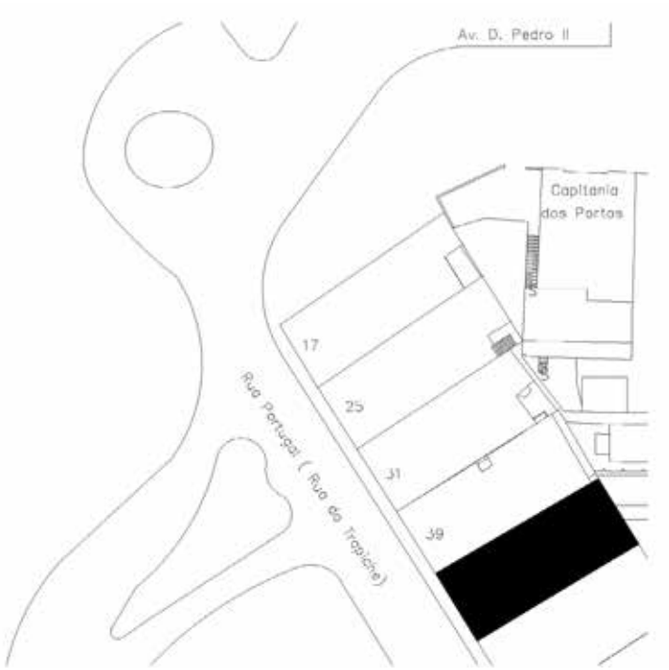


Endereço: Rua Portugal, 39
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: mezanino
Área do lote: 434,36 m²
Área de projeção: 220,06 m²
Estado de conservação: bom

RUA PORTUGAL Nº 49



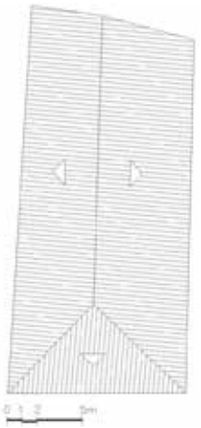


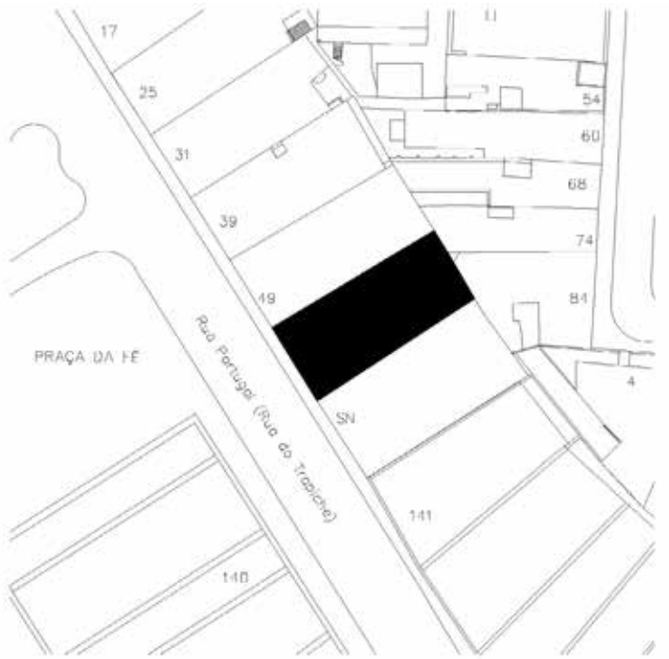


Endereço: Rua Portugal, 49
Uso atual: residencial e serviço
Uso anterior: gráfica
Gabarito: 1
Outros gabaritos: mezanino
Área do lote: 256,31 m²
Área de projeção: 256,31 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA PORTUGAL Nº 59

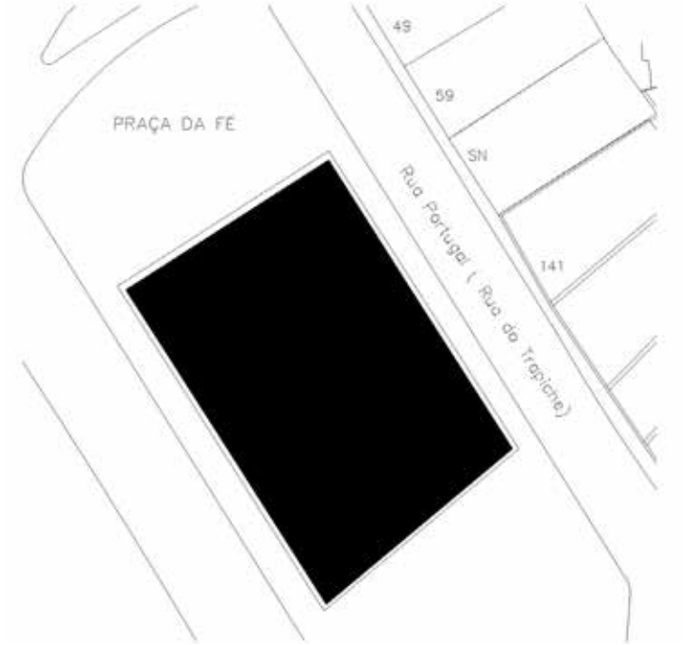






Endereço: Rua Portugal, 59
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 278,43 m²
Área de projeção: 278,43 m²
Estado de conservação:

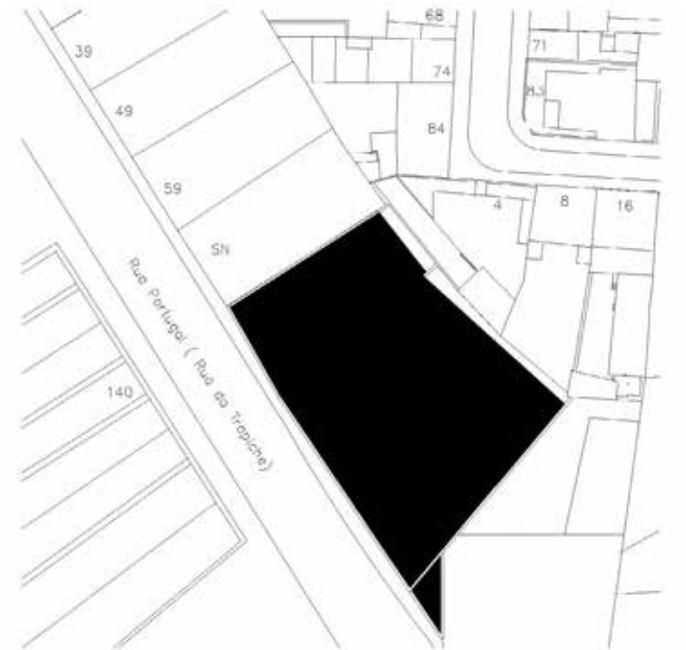
RUA PORTUGAL Nº 140





Endereço: Rua Portugal, 140
Uso atual: em obras
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 1.757,51 m²
Área de projeção: 1.757,51 m²
Estado de conservação: -

RUA PORTUGAL Nº 141





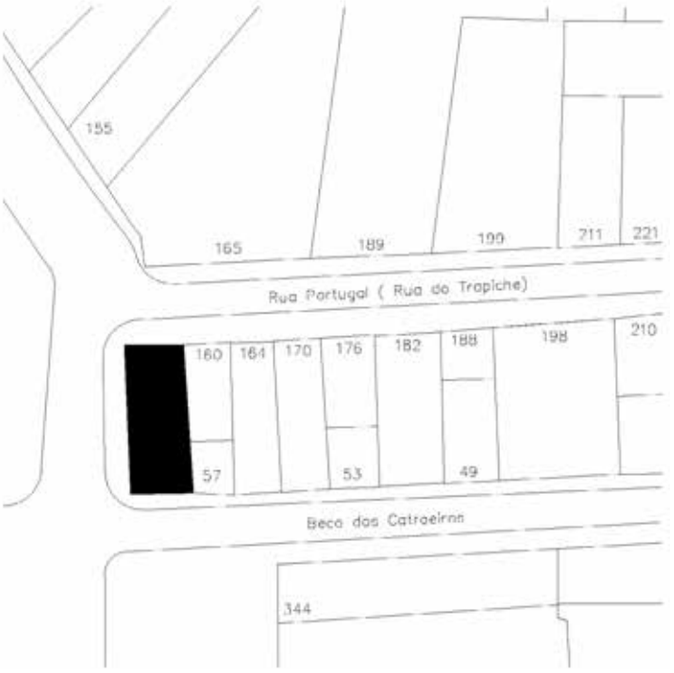


Endereço: Rua Portugal, 141/ 155
Uso atual: em obras
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 1.270, 39 m²
Área de projeção: 1.165,88 m²
Estado de conservação:

RUA PORTUGAL Nº 152





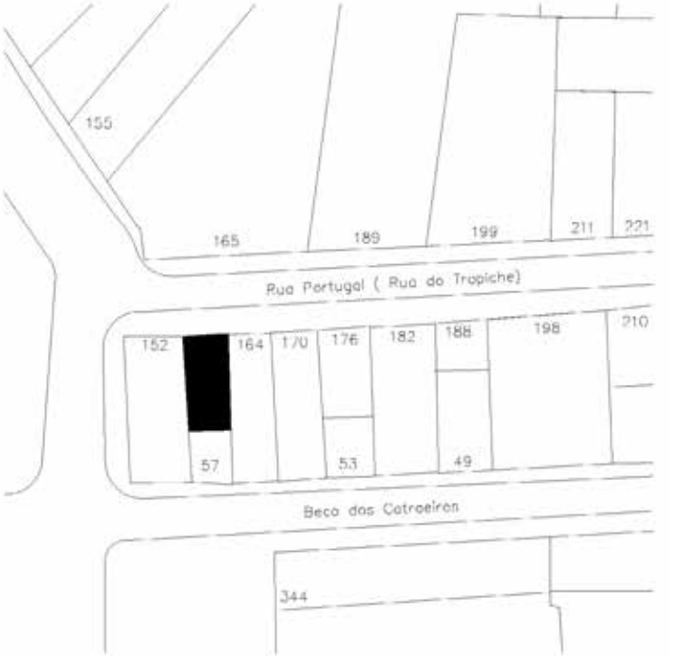


Endereço: Rua Portugal, 152
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 246,08 m²
Área de projeção: 246,08 m²
Estado de conservação: bom

RUA PORTUGAL Nº 160

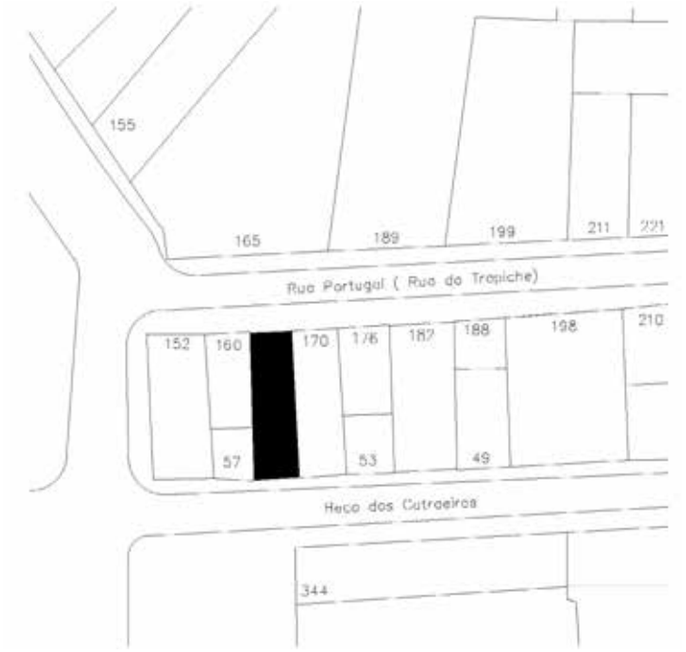


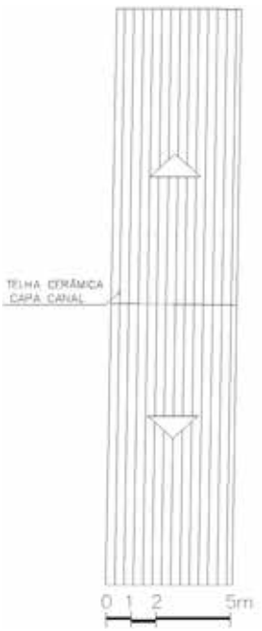




Endereço: Rua Portugal, 160
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 63,69 m²
Área de projeção: 63,69 m²
Estado de conservação: -

RUA PORTUGAL Nº 164 - FRENTE

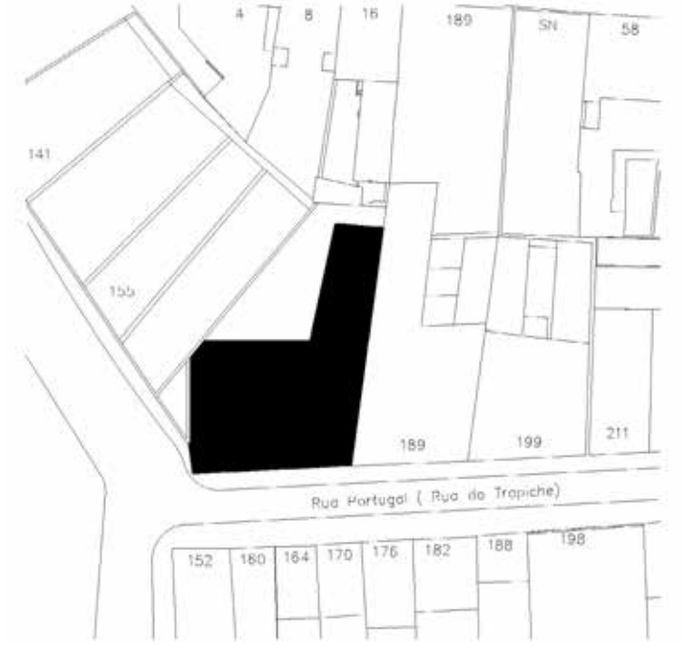


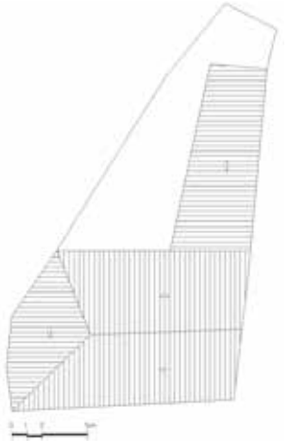




Endereço: Rua Portugal, 164
Uso atual: comercial
Uso anterior: comercial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: sótão habitável
Área do lote: 105,56 m²
Área de projeção: 105,56 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA PORTUGAL Nº 165





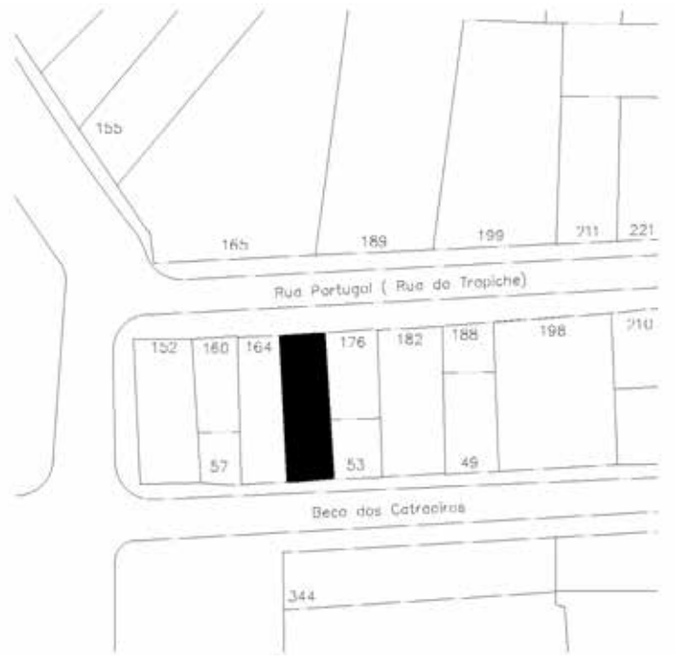


Endereço: Rua Portugal, 165
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 4
Outros gabaritos: -
Área do lote: 642,52 m²
Área de projeção: 466,05 m²
Estado de conservação:

RUA PORTUGAL Nº 170





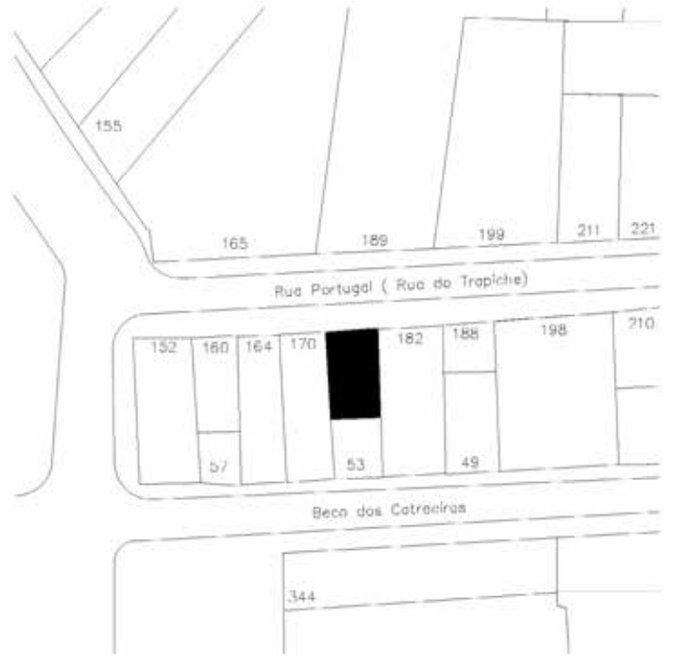


Endereço: Rua Portugal, 170
Uso atual: comercial
Uso anterior: comercial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 110,69 m²
Área de projeção: 110,69 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA PORTUGAL Nº 176

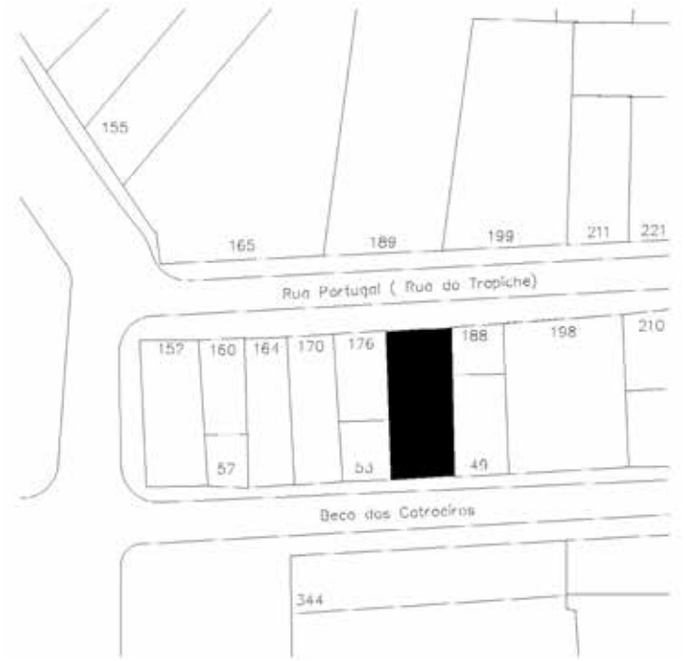






Endereço: Rua Portugal, 176
Uso atual: comercial
Uso anterior: comercial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 131,86 m²
Área de projeção: 131,86 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA PORTUGAL Nº 182

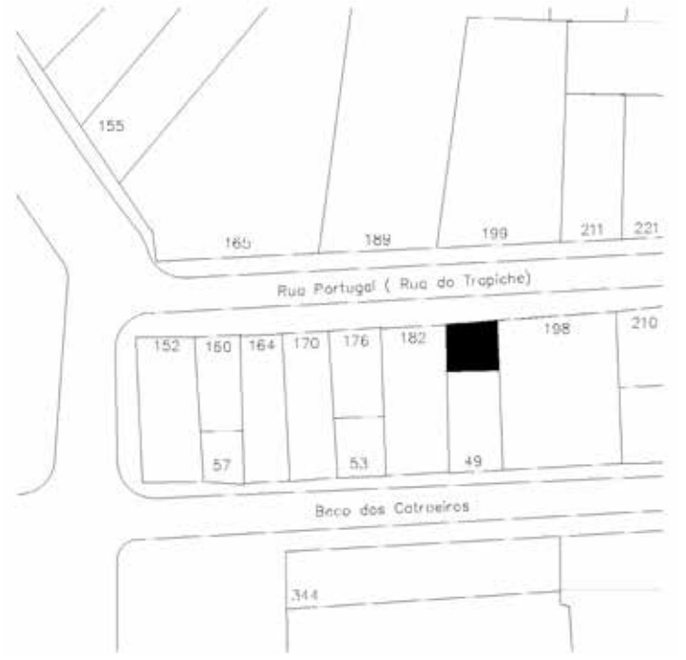






Endereço: Rua Portugal, 182
Uso atual: comercial
Uso anterior: comercial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 136,69 m²
Área de projeção: 136,69 m²
Estado de conservação: bom

RUA PORTUGAL Nº 188



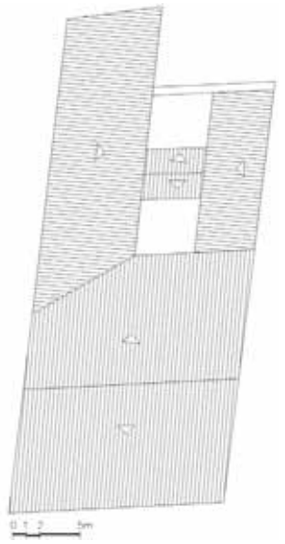


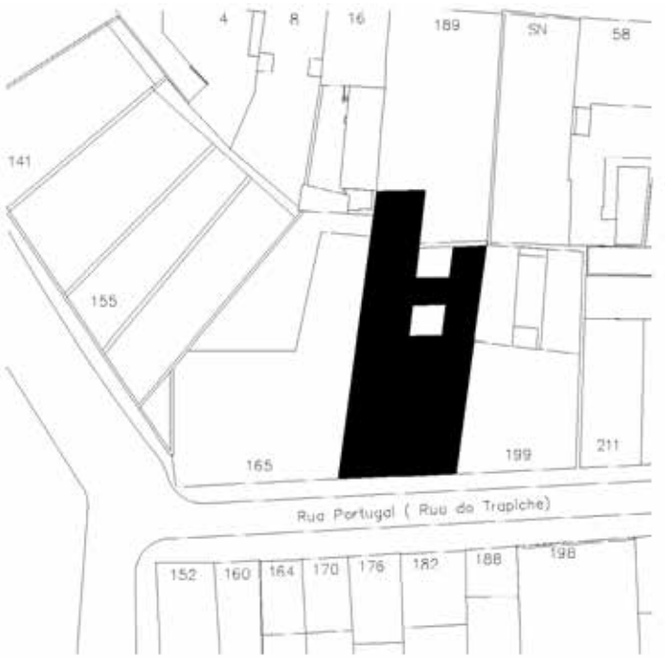


Endereço: Rua Portugal, 188
Uso atual: comercial
Uso anterior: comercial
Gabarito: 1
Outros gabaritos: sótão habitável
Área do lote: 140,57 m²
Área de projeção: 148,90 m²
Estado de conservação: bom

RUA PORTUGAL Nº 189



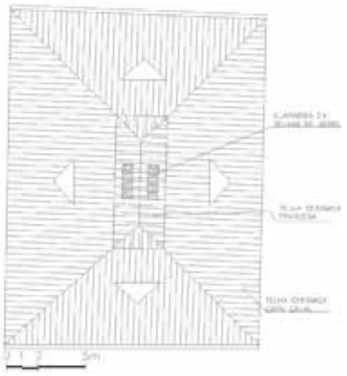


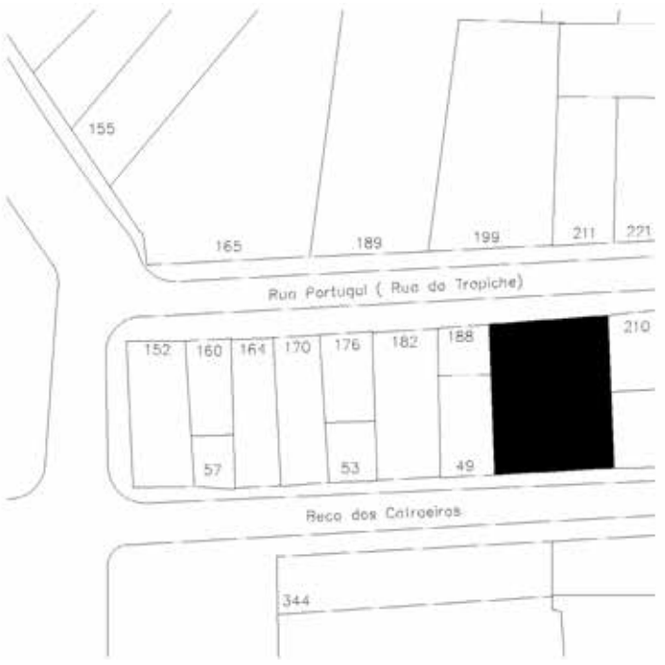


Endereço: Rua Portugal, 189
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 540,33 m²
Área de projeção: 503,41 m²
Estado de conservação: -

RUA PORTUGAL Nº 198

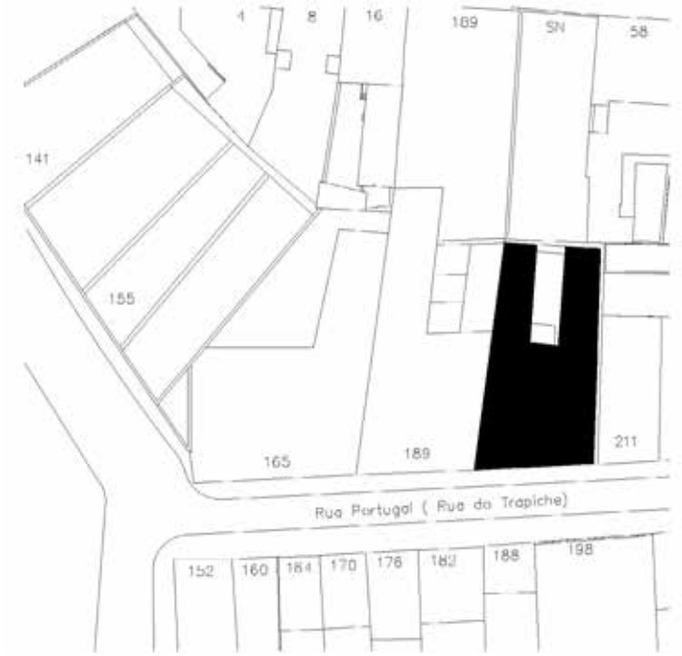


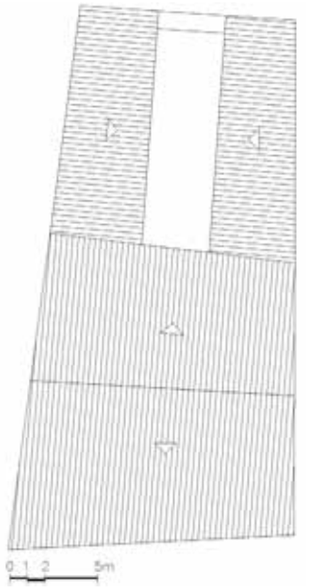




Endereço: Rua Portugal, 198
Uso atual: serviço e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 346,43 m²
Área de projeção: 346,43 m²
Estado de conservação: -

RUA PORTUGAL Nº 199

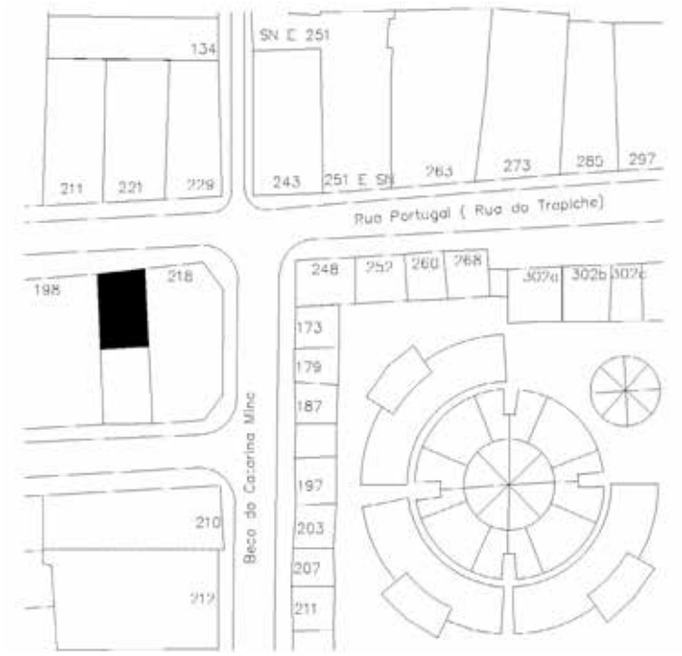






Endereço: Rua Portugal, 199
Uso atual: serviço e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 346,43 m²
Área de projeção: 346,43 m²
Estado de conservação: -

RUA PORTUGAL Nº 210





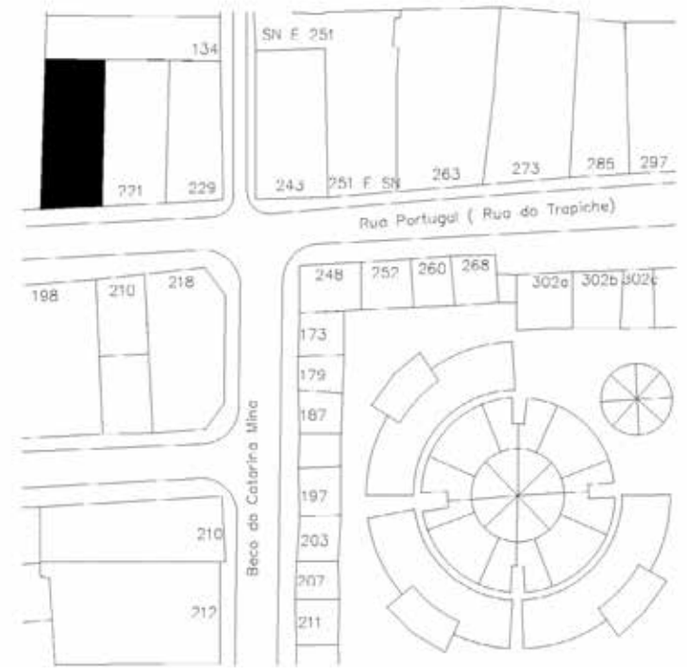


Endereço: Rua Portugal, 210
Uso atual: institucional
Uso anterior: comercial
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 209,92 m²
Área de projeção: 209,92 m²
Estado de conservação: bom

RUA PORTUGAL Nº 211



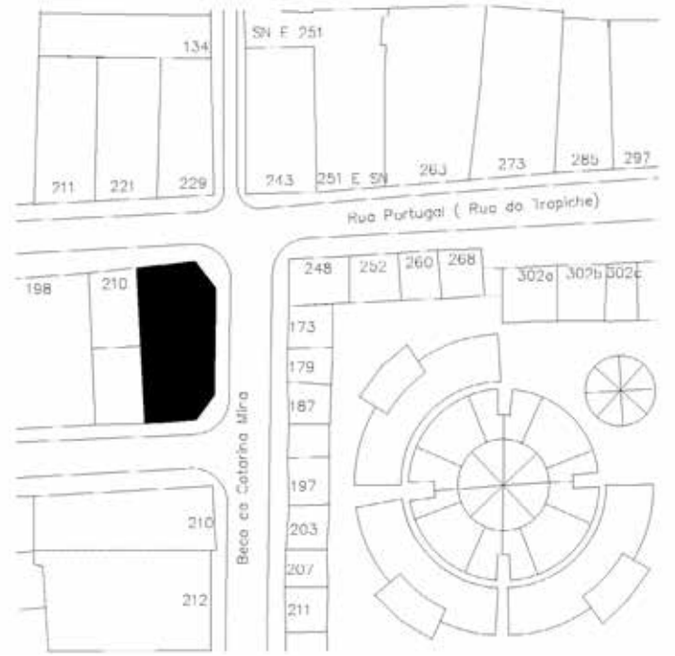
Endereço: Rua Portugal, 211
Uso atual: serviçp
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 178,13 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

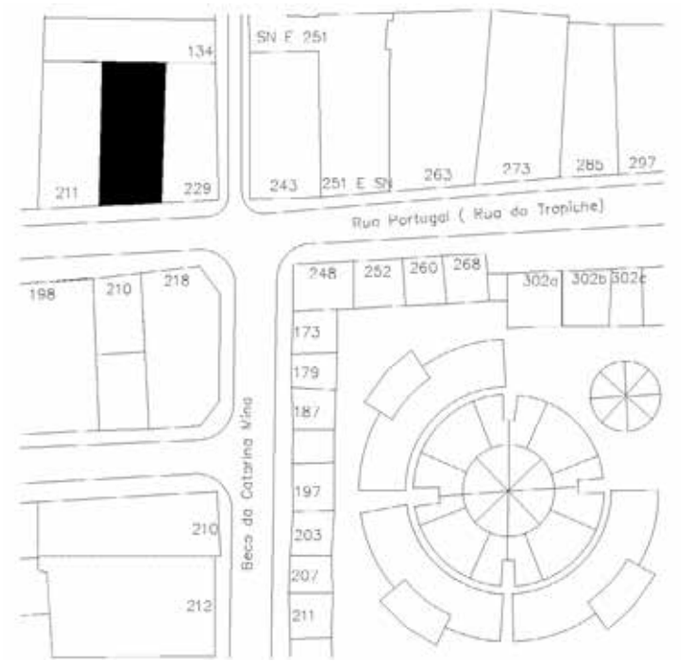


RUA PORTUGAL Nº 218



Endereço: Rua Portugal, 218
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 359,24 m²
Área de projeção: 359,24 m²
Estado de conservação: -

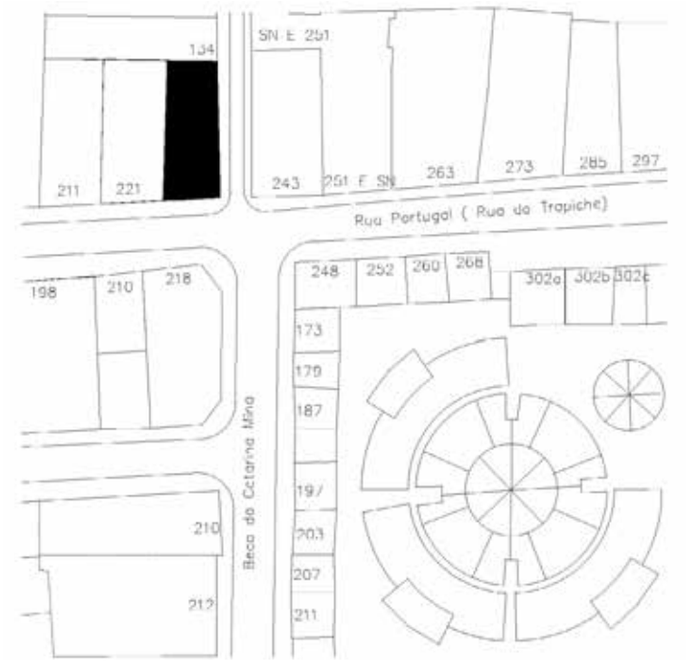




RUA PORTUGAL Nº 221



Endereço: Rua Portugal, 221
Uso atual: em obras
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 194,25 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -



RUA PORTUGAL Nº 239 - NO LOCAL 229

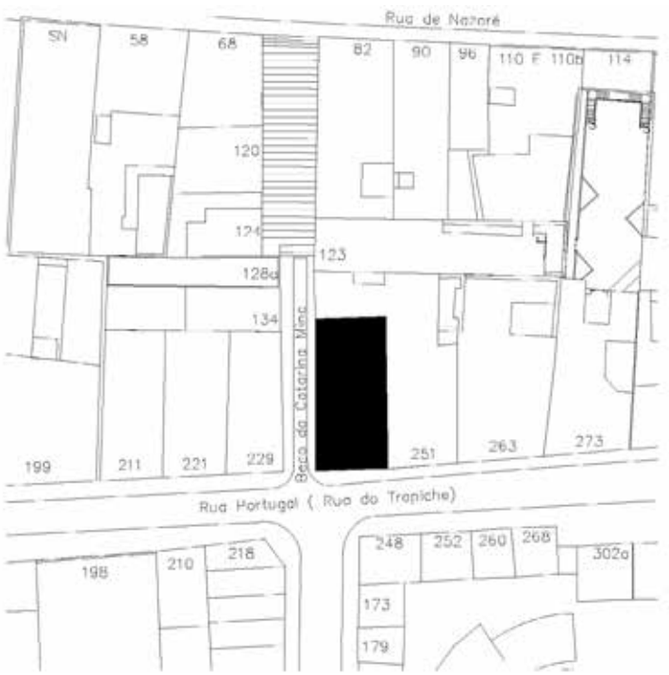


Endereço: Rua Portugal, 239 no local 229
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 103,92 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

RUA PORTUGAL Nº 243





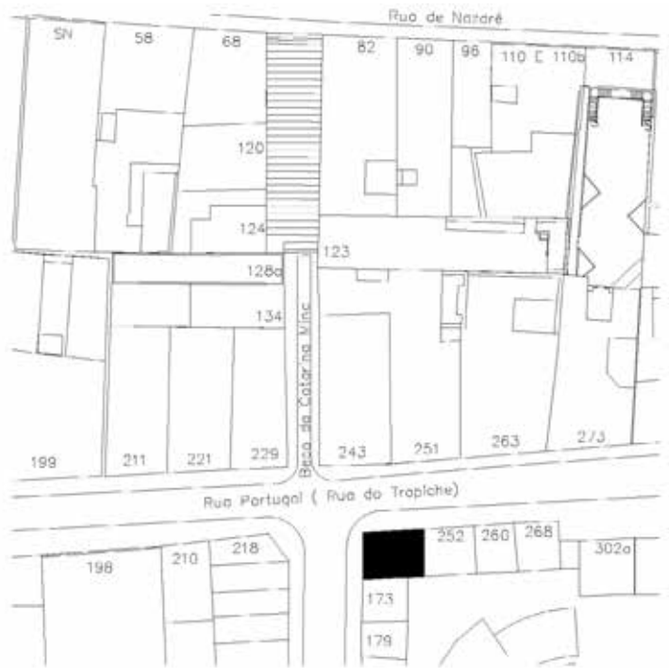


Endereço: Rua Portugal, 243
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: mezanino
Área do lote: 189,93 m²
Área de projeção: 189,93 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA PORTUGAL Nº 248

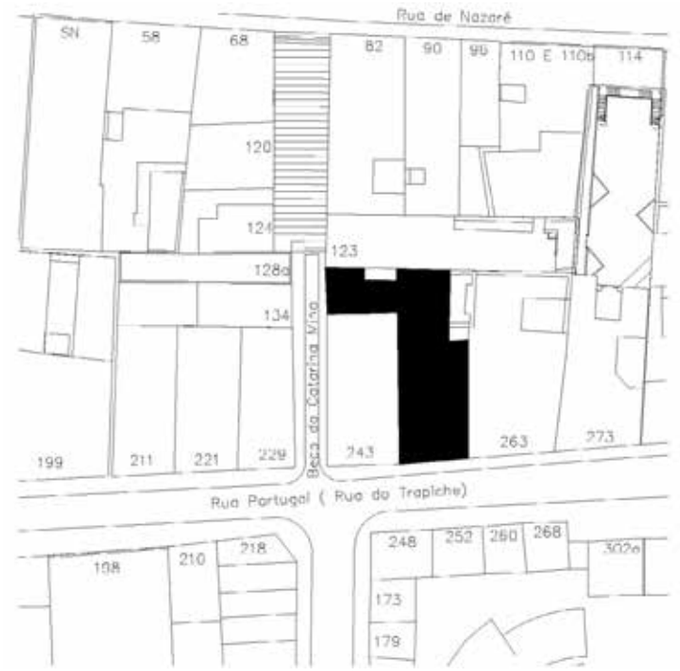


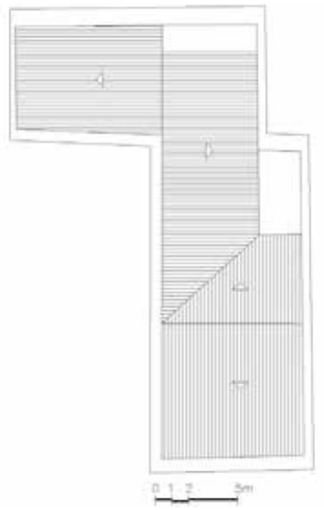




Endereço: Rua Portugal, 248
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 98,12 m²
Área de projeção: 90,94 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA PORTUGAL Nº 251

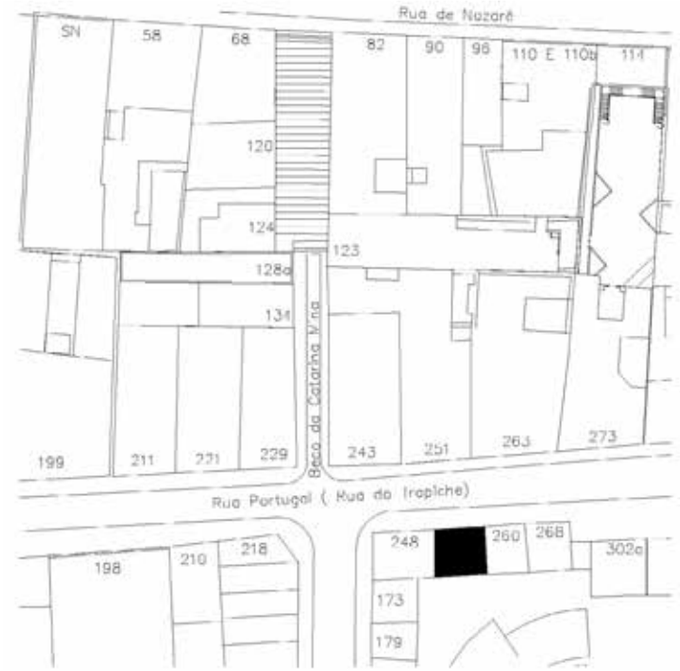


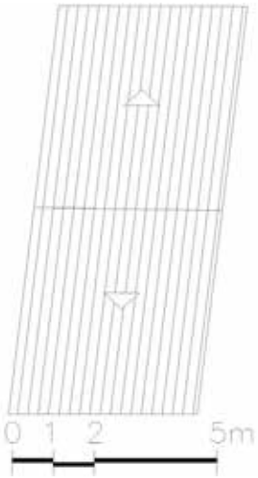




Endereço: Rua Portugal, 251
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 326,02 m²
Área de projeção: 296,46 m²
Estado de conservação: bom

RUA PORTUGAL Nº 252



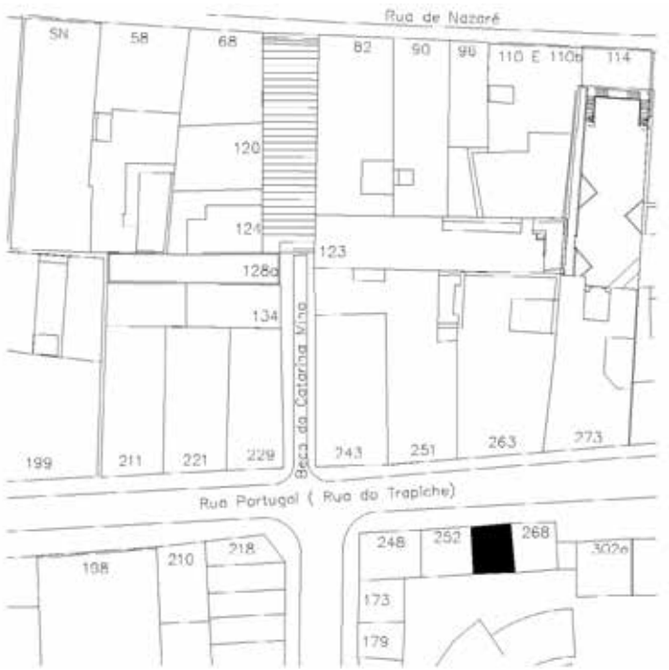




Endereço: Rua Portugal, 252
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 45,96 m²
Área de projeção: 45,96 m²
Estado de conservação: -

RUA PORTUGAL Nº 260



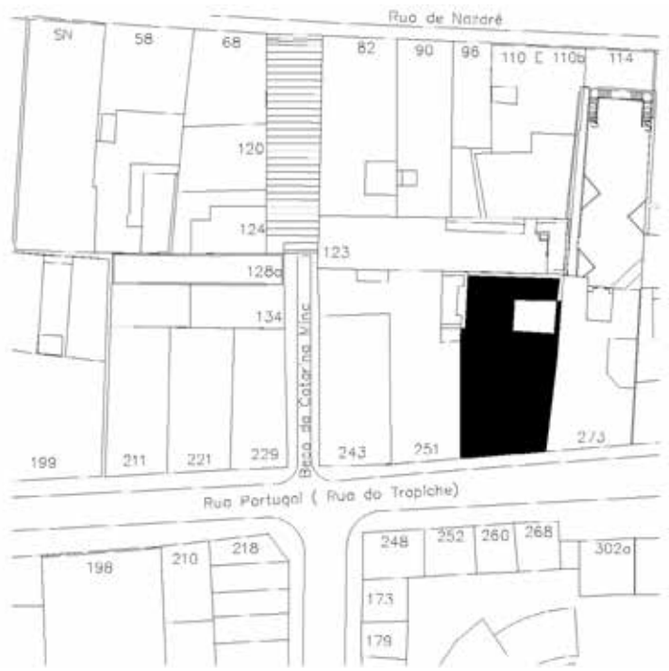


Endereço: Rua Portugal, 260
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 98,46 m²
Área de projeção: 98,46 m²
Estado de conservação: bom

RUA PORTUGAL Nº 263







Endereço: Rua Portugal, 263
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 329,01 m²
Área de projeção: 288,13 m²
Estado de conservação: bom

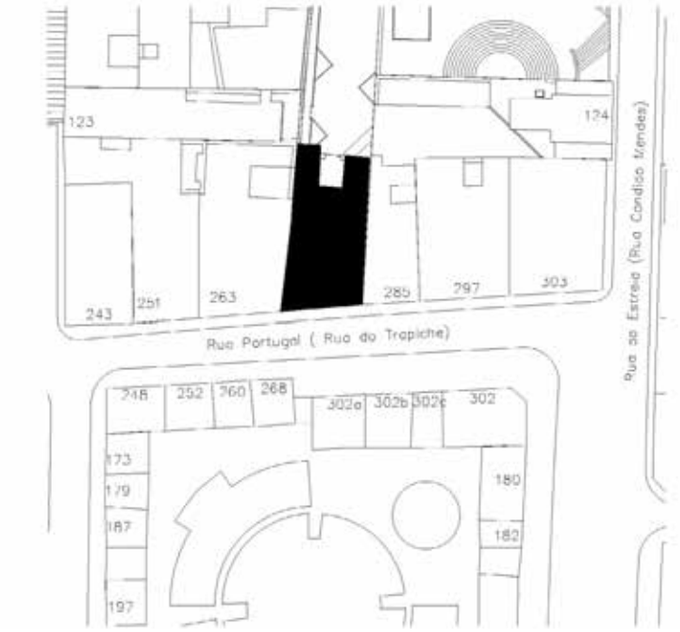




RUA PORTUGAL Nº 268



Endereço: Rua Portugal, 268
Uso atual: comercial
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 50,16 m²
Área de projeção: 50,16 m²
Estado de conservação: bom



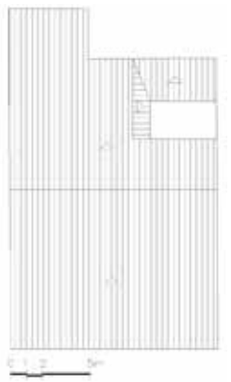
RUA PORTUGAL Nº 273

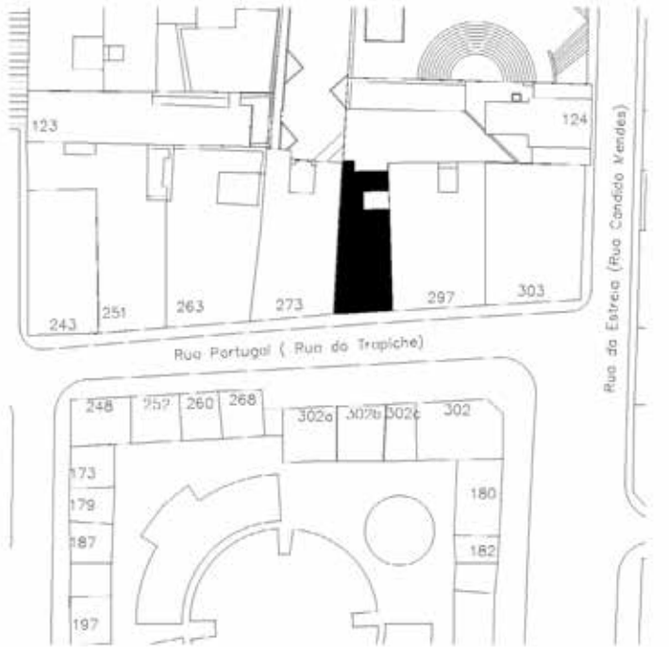


Endereço: Rua Portugal, 273
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: mirante
Área do lote: -
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

RUA PORTUGAL Nº 285





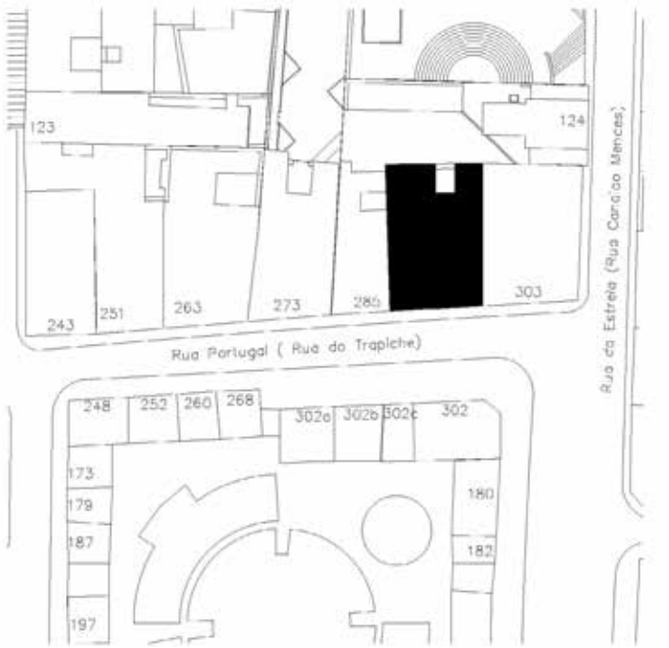


Endereço: Rua Portugal, 285
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 282,06 m²
Área de projeção: 271,16 m²
Estado de conservação: bom

RUA PORTUGAL Nº 297







Endereço: Rua Portugal, 297
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: sótão habitável
Área do lote: 261,75 m²
Área de projeção: 251,12 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA PORTUGAL Nº 302 / 302 A/ 302 B/ 302 C

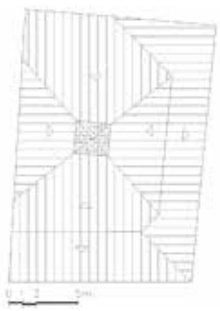




Endereço: Rua Portugal, Nº 302 / 302 A/ 302 B/ 302 C
Uso atual: comercial e serviço
Uso anterior: Tribunal de Justiça
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 336,60 m²
Área de projeção: 336,60 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA PORTUGAL Nº 303



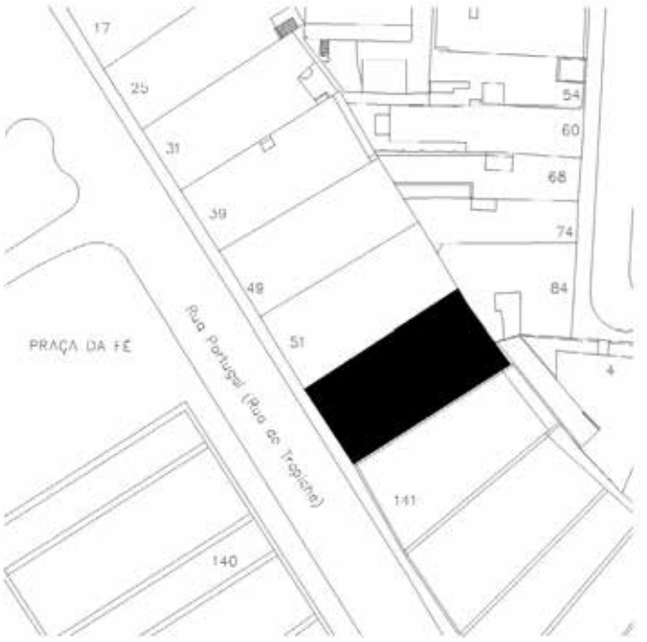




Endereço: Rua Portugal, Nº 303
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 256,47 m²
Área de projeção: 237,56 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA PORTUGAL Nº s/n (entre o nº 51/ 61 e o nº 141/ 155 da Rua Portugal)

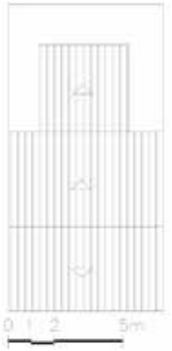




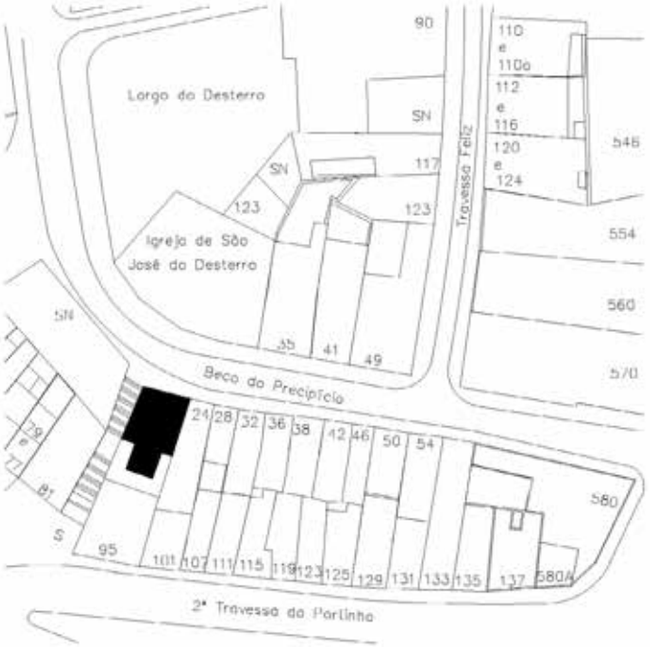
Endereço: Rua Portugal, s/n (entre o nº 51/ 61 e o nº 141/ 155 da Rua Portugal)
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 120,03 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

BECO DO PRECIPÍCIO Nº 16

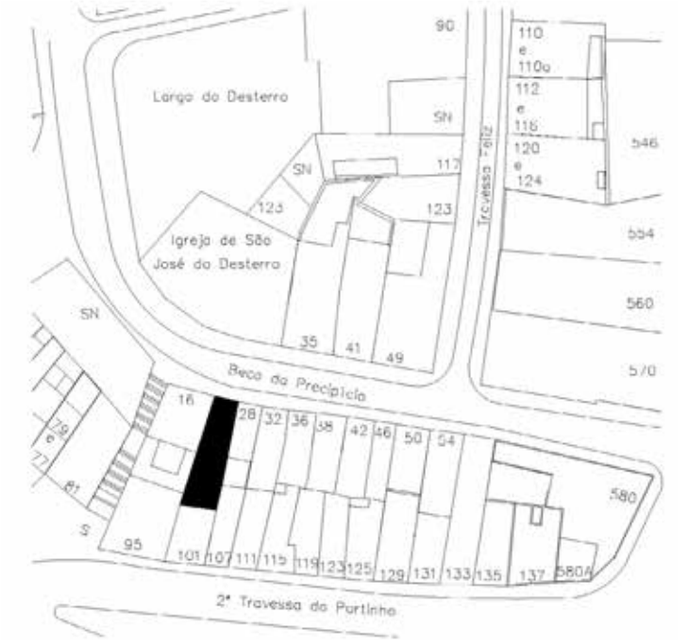








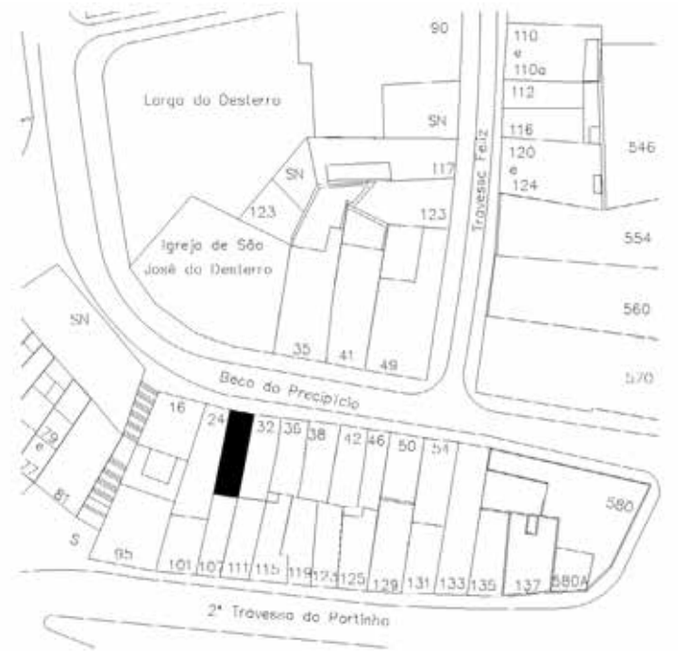
Endereço: Beco do Precipício, 16



BECO DO PRECIPÍCIO Nº 24



Endereço: Beco do Precipício, 24



BECO DO PRECIPÍCIO Nº 28



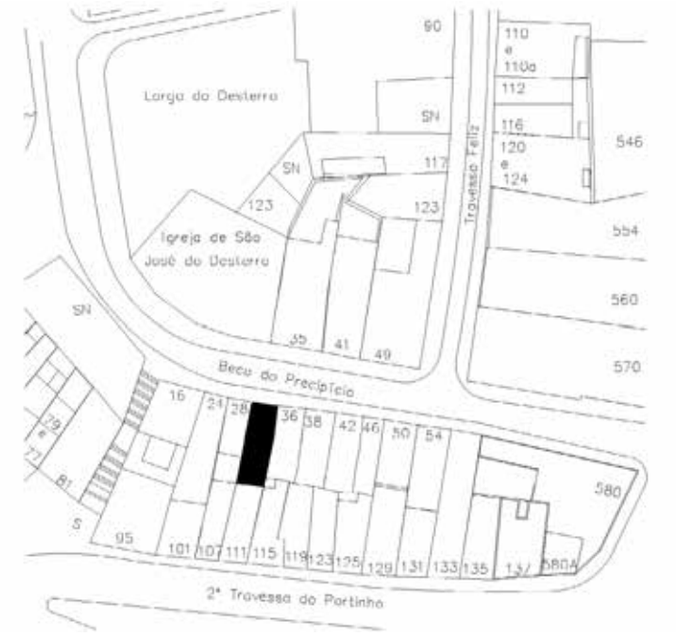
Endereço: Beco do Precipício, 28

BECO DO PRECIPÍCIO Nº 32



Endereço: Beco do Precipício, 32



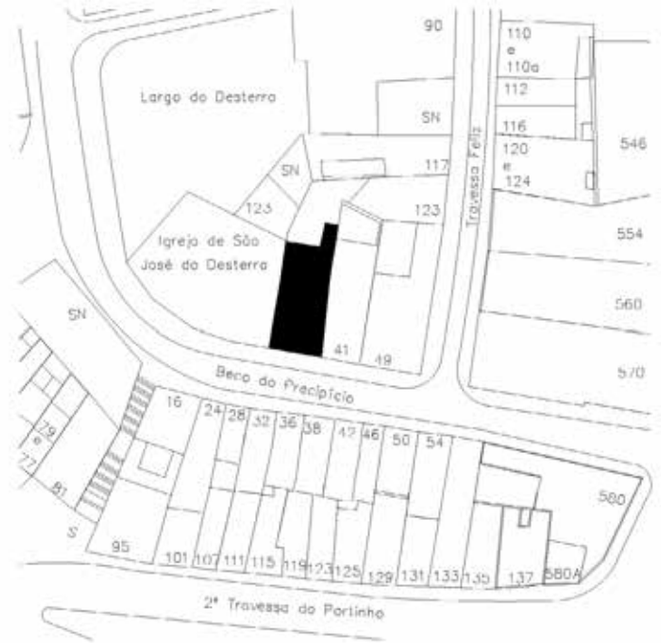


BECO DO PRECIPÍCIO Nº 35

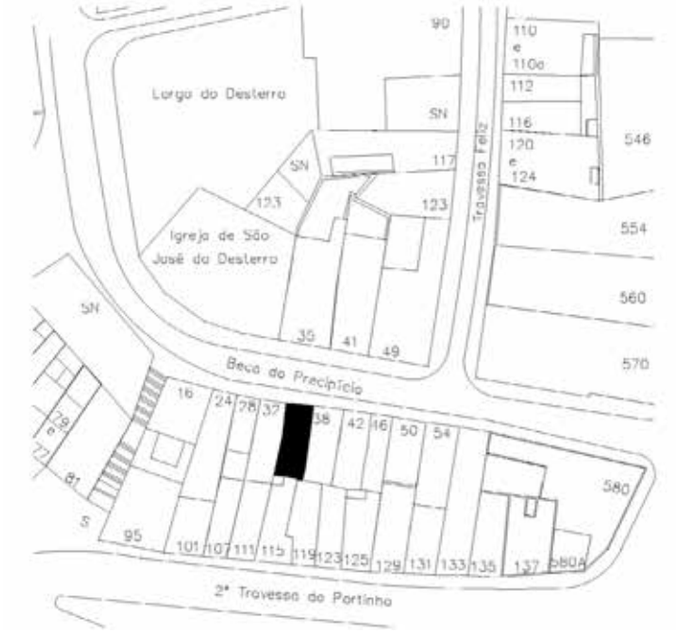


Endereço: Beco do Precipício, 35





BECO DO PRECIPÍCIO Nº 36

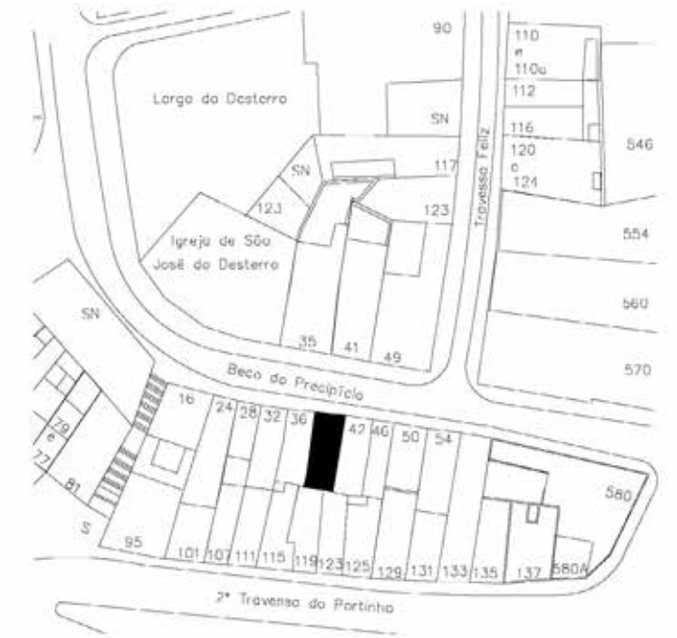


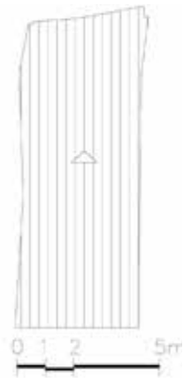




Endereço: Beco do Precipício, 36

BECO DO PRECIPÍCIO Nº 38







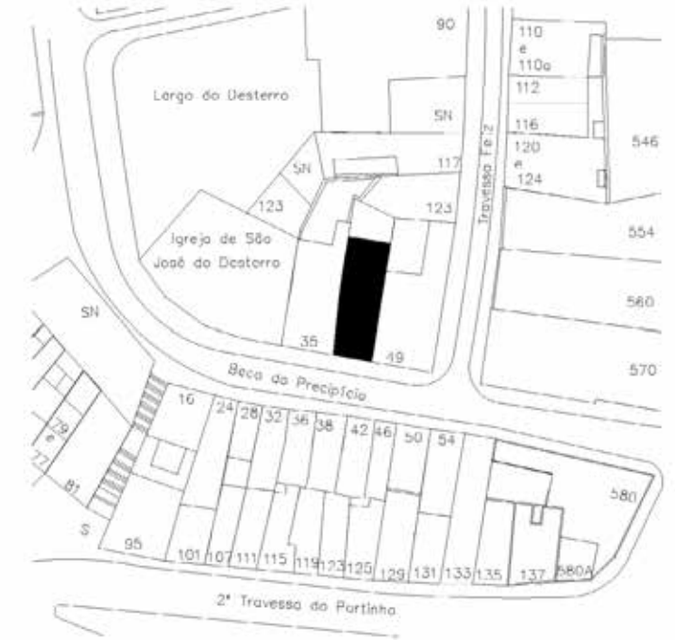
Endereço: Beco do Precipício, 38

BECO DO PRECIPÍCIO Nº 41



Endereço: Beco do Precipício, 41



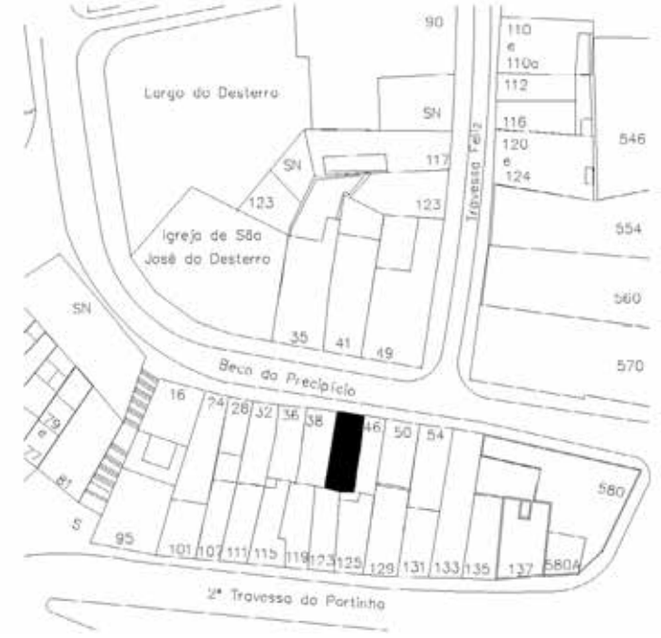


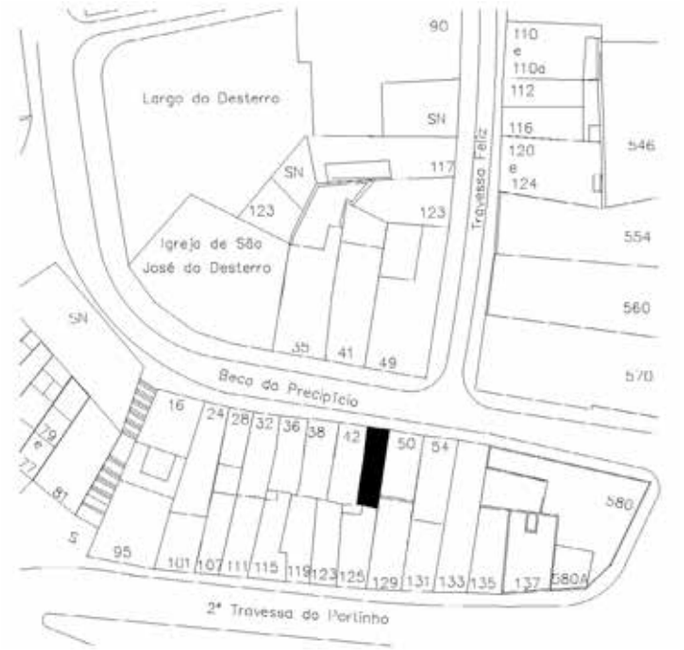
BECO DO PRECIPÍCIO Nº 42



Endereço: Beco do Precipício, 42





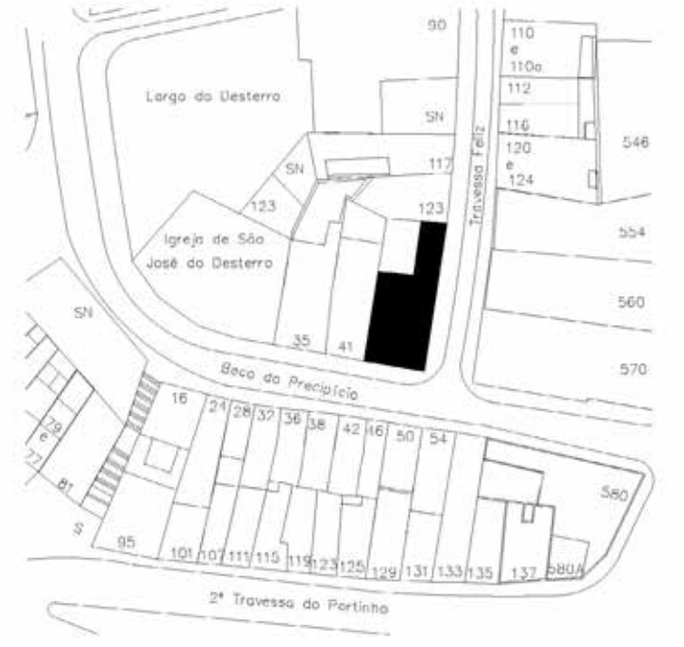


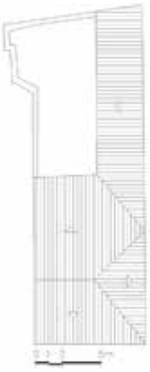


BECO DO PRECIPÍCIO Nº 46



Endereço: Beco do Precipício, 46





BECO DO PRECIPÍCIO Nº 49



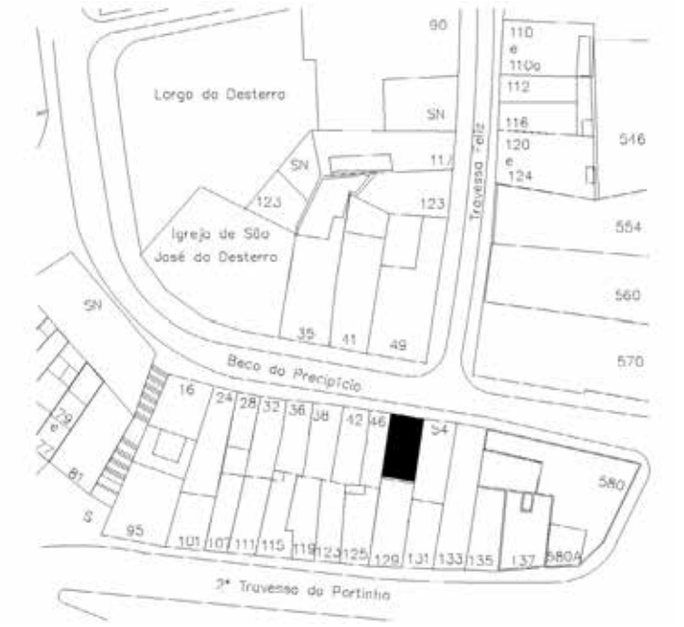
Endereço: Beco do Precipício, 49

BECO DO PRECIPÍCIO Nº 50



Endereço: Beco do Precipício, 50





BECO DO PRECIPÍCIO Nº 54



Endereço: Beco do Precipício, 54





BECO DA PRENSA Nº 33

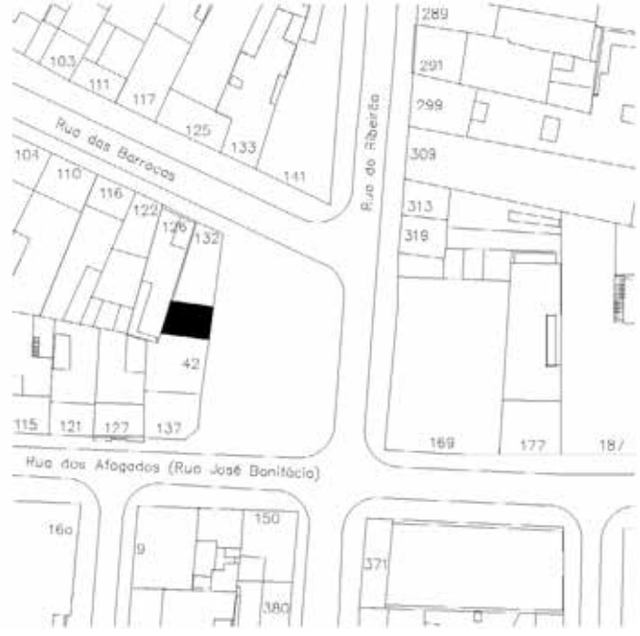


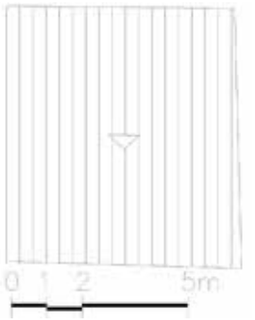




Endereço: Beco da Prensa, 33

LARGO DO RIBEIRÃO Nº 34







Endereço: Largo do Ribeirão, 34

LARGO DO RIBEIRÃO Nº 42



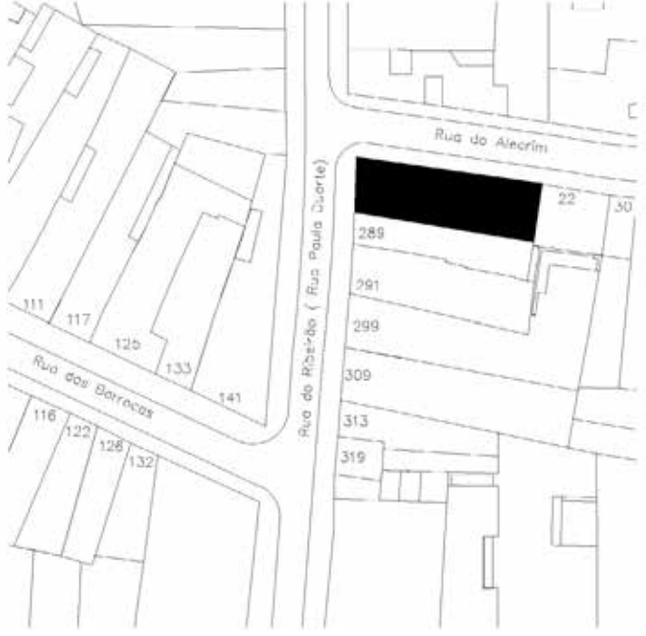


Endereço: Largo do Ribeirão, 42

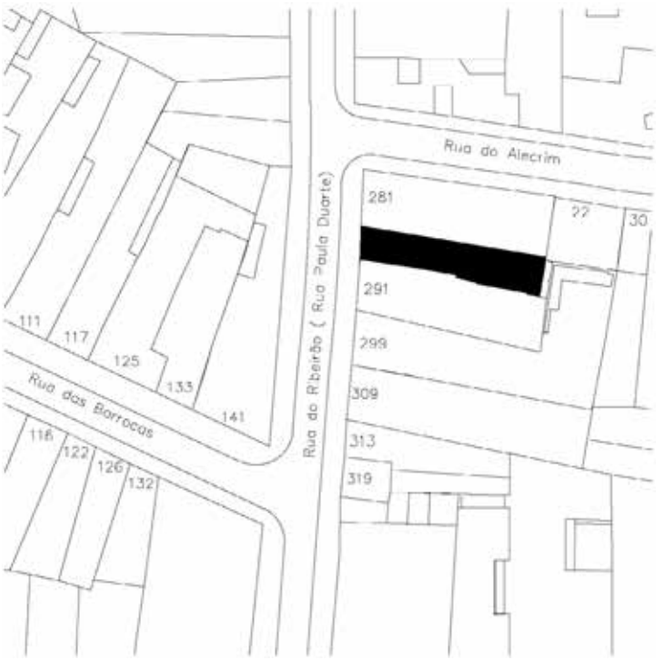
RUA DO RIBEIRÃO Nº 281







Endereço: Rua do Ribeirão, 281





RUA DO RIBEIRÃO Nº 289



Endereço: Rua do Ribeirão, 289





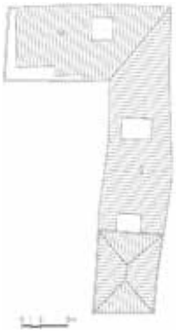
RUA DO RIBEIRÃO Nº 291

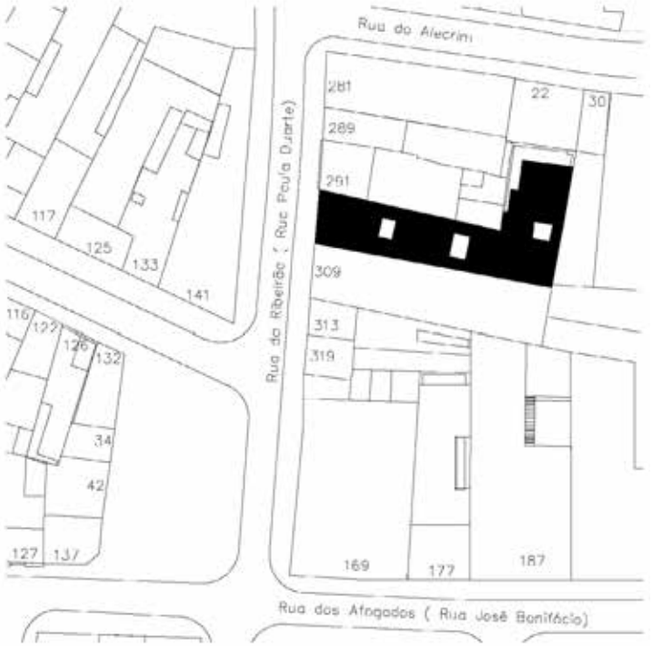


Endereço: Rua do Ribeirão, 291

RUA DO RIBEIRÃO Nº 299



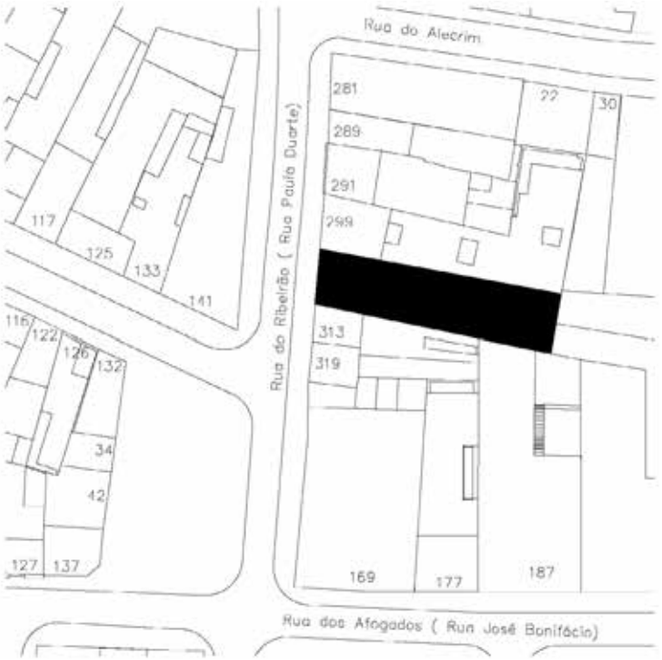




Endereço: Rua do Ribeirão, 299

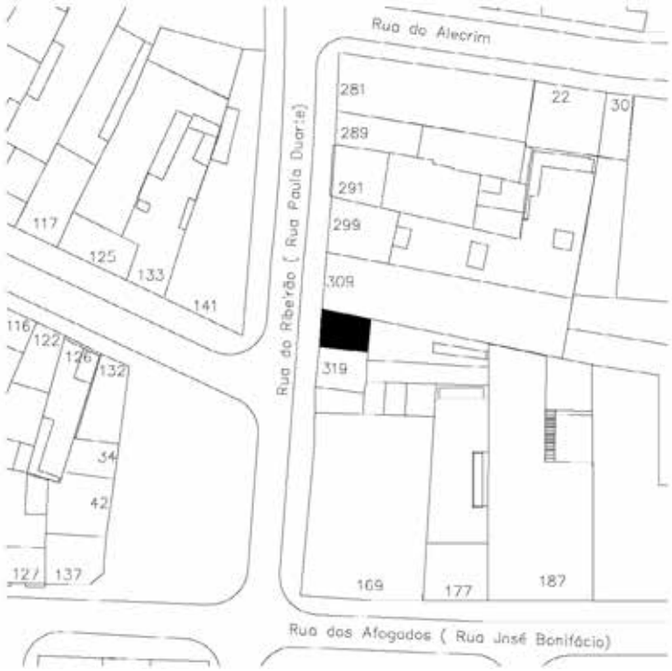
RUA DO RIBEIRÃO Nº 309





Endereço: Rua do Ribeirão, 309

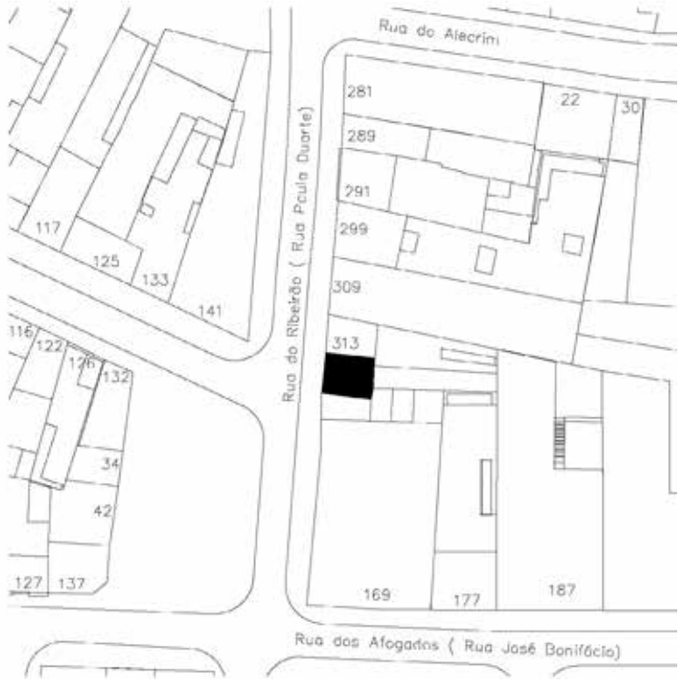
RUA DO RIBEIRÃO Nº 313





Endereço: Rua do Ribeirão, 313

RUA DO RIBEIRÃO Nº 319





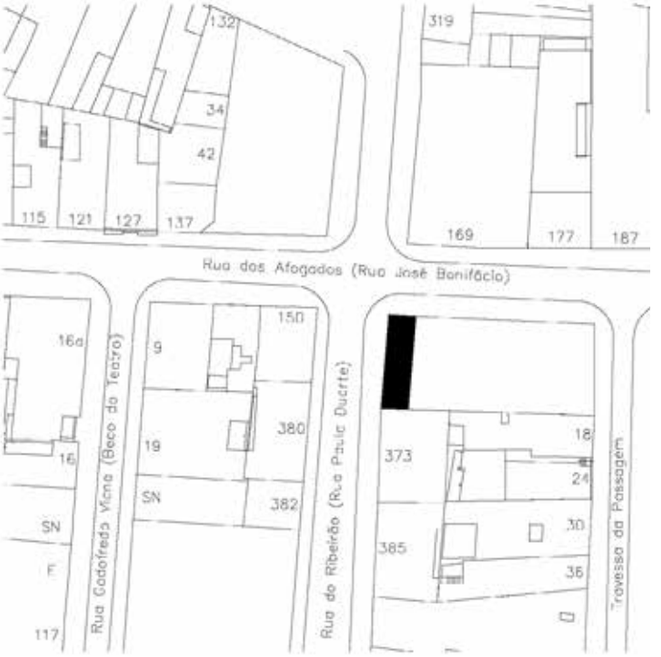
Endereço: Rua do Ribeirão, 319

RUA DO RIBEIRÃO Nº 371







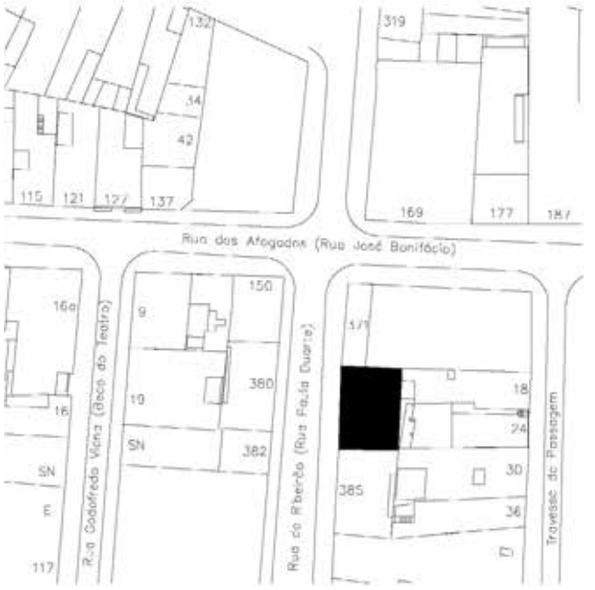


Endereço: Rua do Ribeirão, 371

RUA DO RIBEIRÃO Nº 373

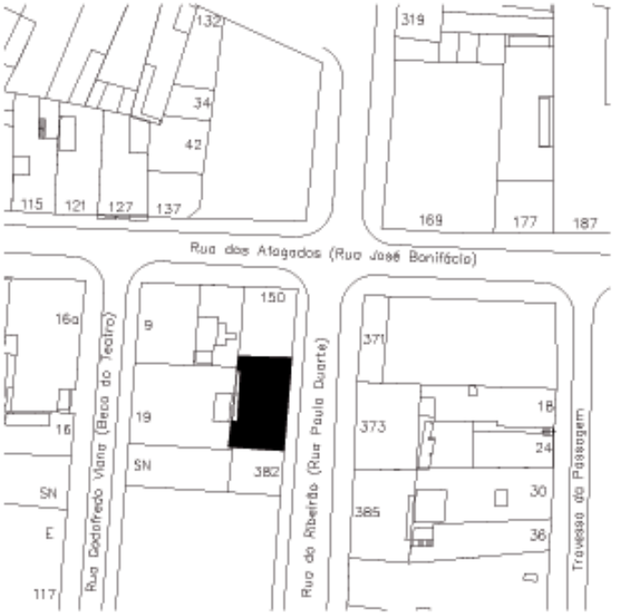






Endereço: Rua do Ribeirão, 373

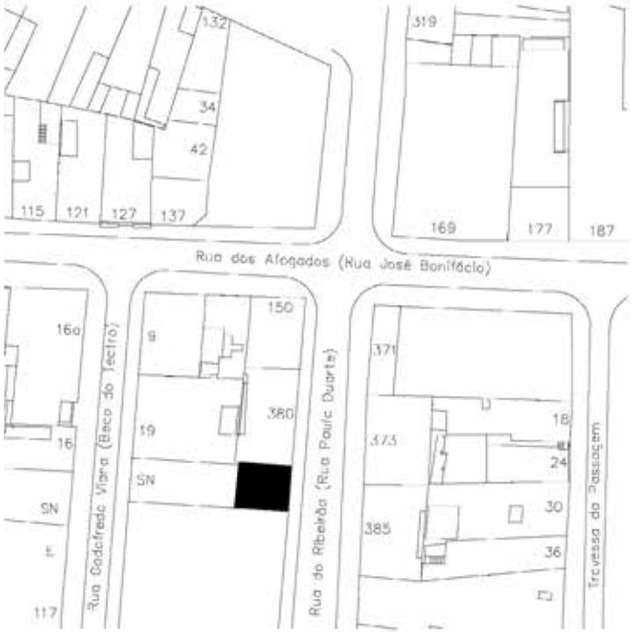
RUA DO RIBEIRÃO Nº 380





Endereço: Rua do Ribeirão, 380

RUA DO RIBEIRÃO Nº 382





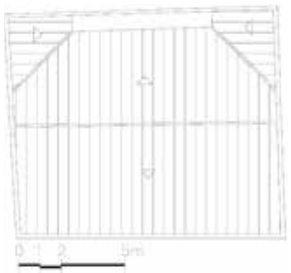


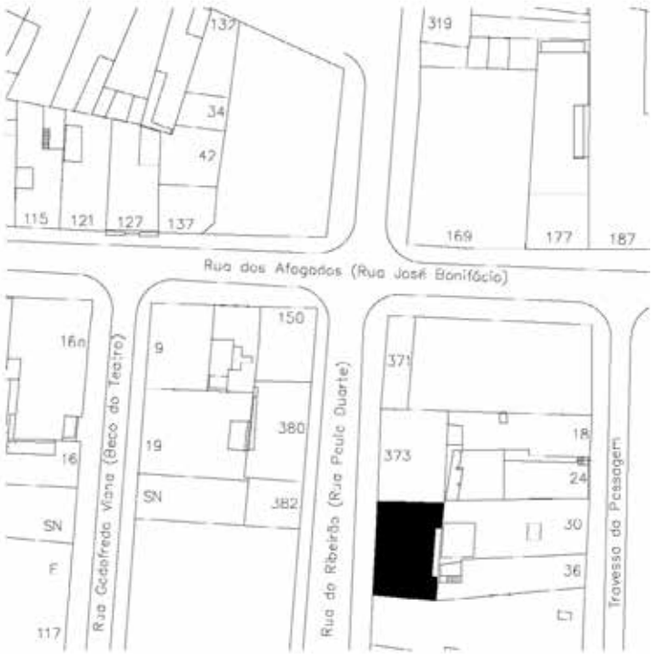
Endereço: Rua do Ribeirão, 382

RUA DO RIBEIRÃO Nº 385



Endereço: Rua do Ribeirão, 385



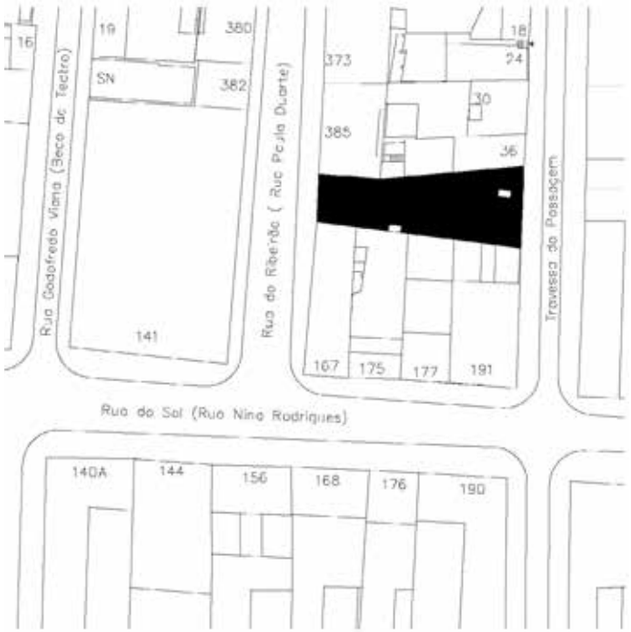


RUA DO RIBEIRÃO Nº 397

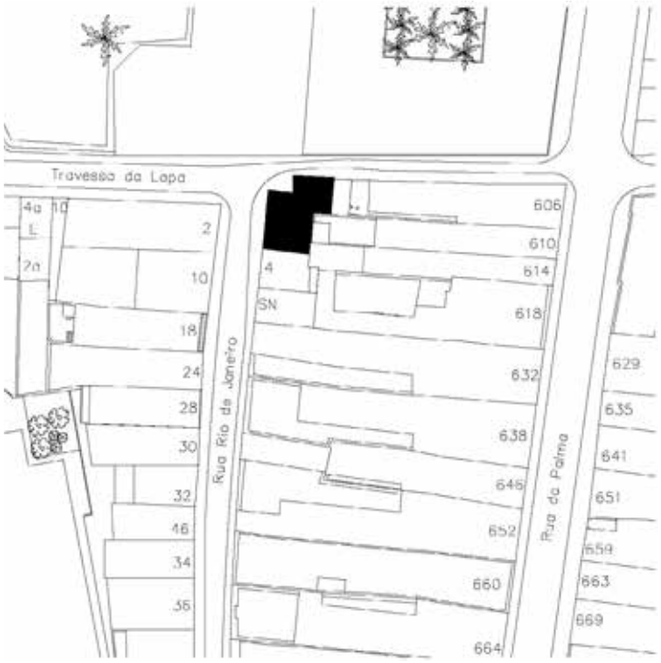


Endereço: Rua do Ribeirão, 397





RUA RIO DE JANEIRO Nº 1A



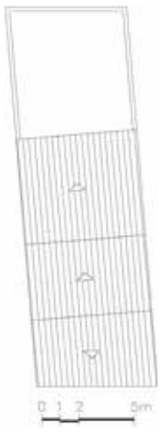




Endereço: Rua Rio de Janeiro, 1A

RUA RIO DE JANEIRO Nº 2







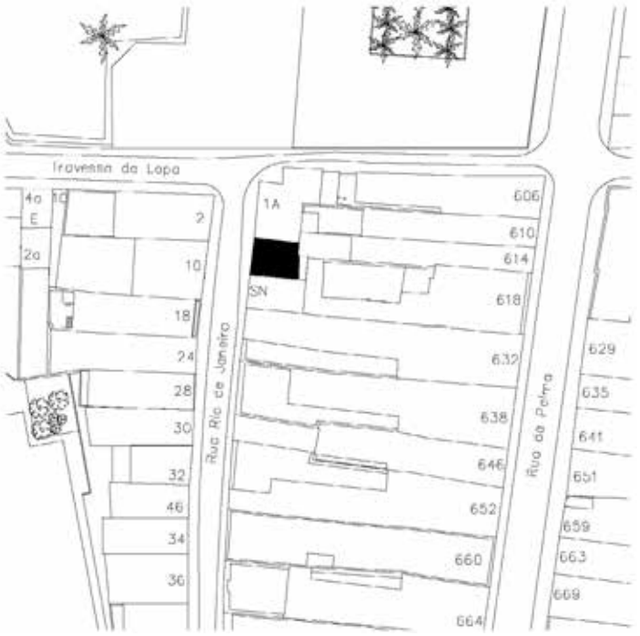
Endereço: Rua Rio de Janeiro, 2

RUA RIO DE JANEIRO Nº 4



Endereço: Rua Rio de Janeiro, 4



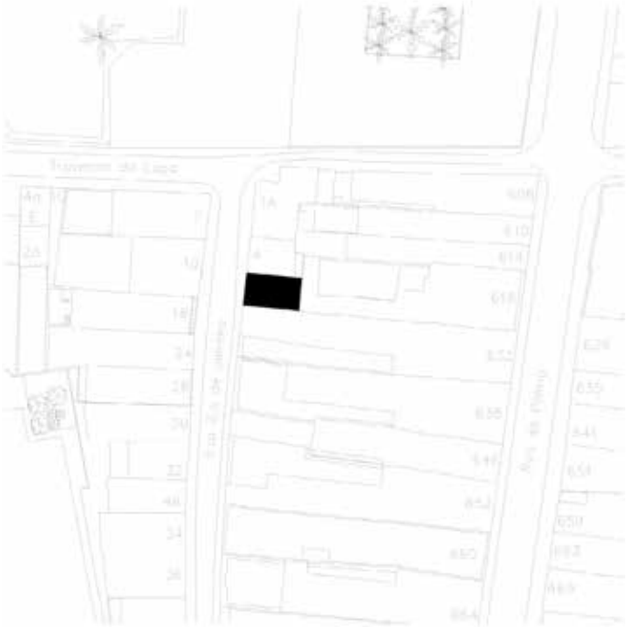


RUA RIO DE JANEIRO SN

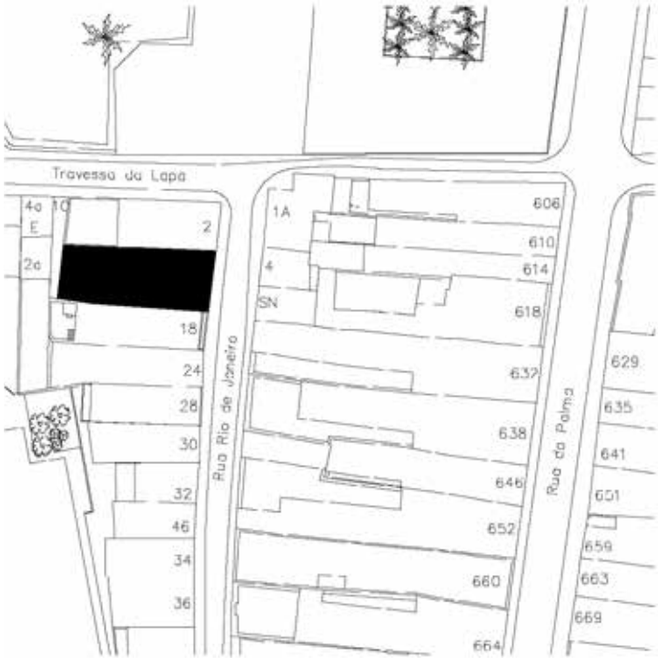


Endereço: Rua Rio de Janeiro, SN





RUA RIO DE JANEIRO Nº 10

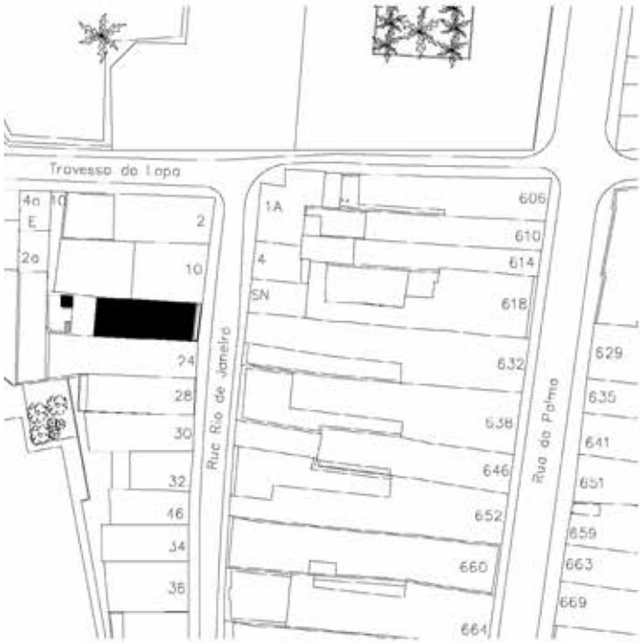






Endereço: Rua Rio de Janeiro, 10

RUA RIO DE JANEIRO Nº 18





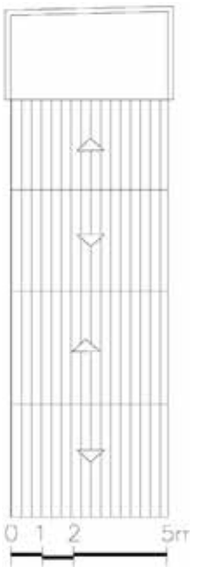


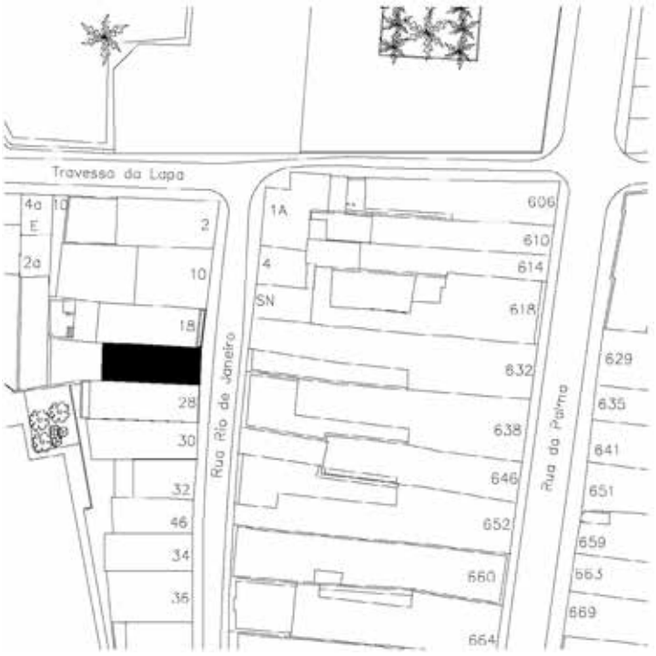
Endereço: Rua Rio de Janeiro, 18

RUA RIO DE JANEIRO Nº 24



Endereço: Rua Rio de Janeiro, 24





RUA RIO DE JANEIRO Nº 28

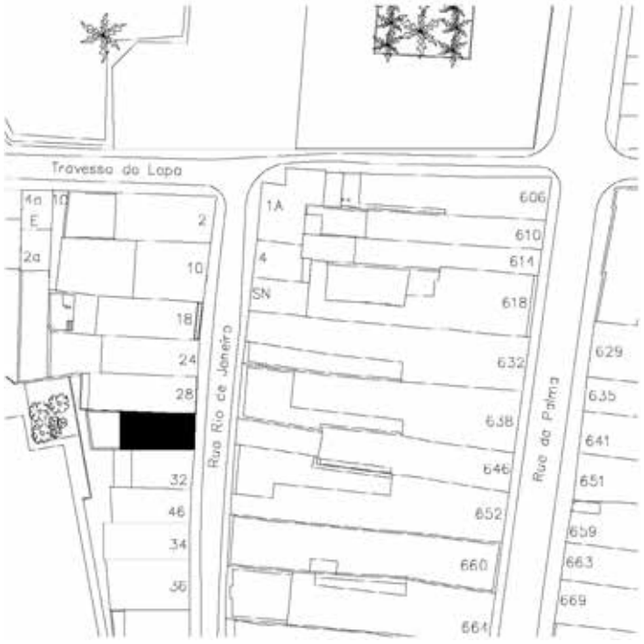


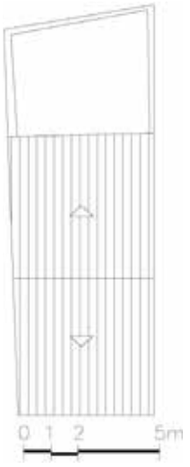
Endereço: Rua Rio de Janeiro, 28





RUA RIO DE JANEIRO Nº 30

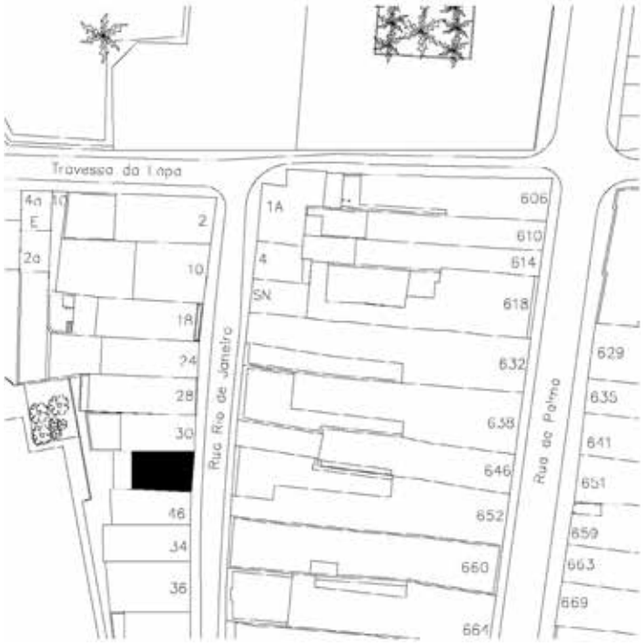


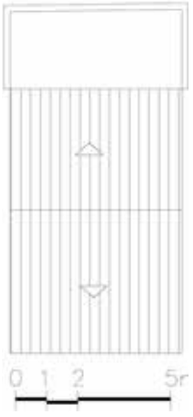




Endereço: Rua Rio de Janeiro, 30

RUA RIO DE JANEIRO Nº 32





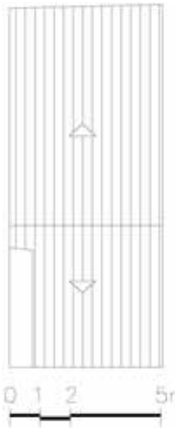


Endereço: Rua Rio de Janeiro, 32

RUA RIO DE JANEIRO Nº 34



Endereço: Rua Rio de Janeiro, 34

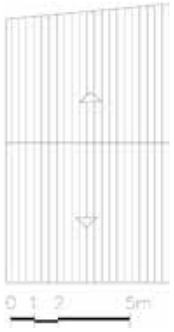




RUA RIO DE JANEIRO Nº 36

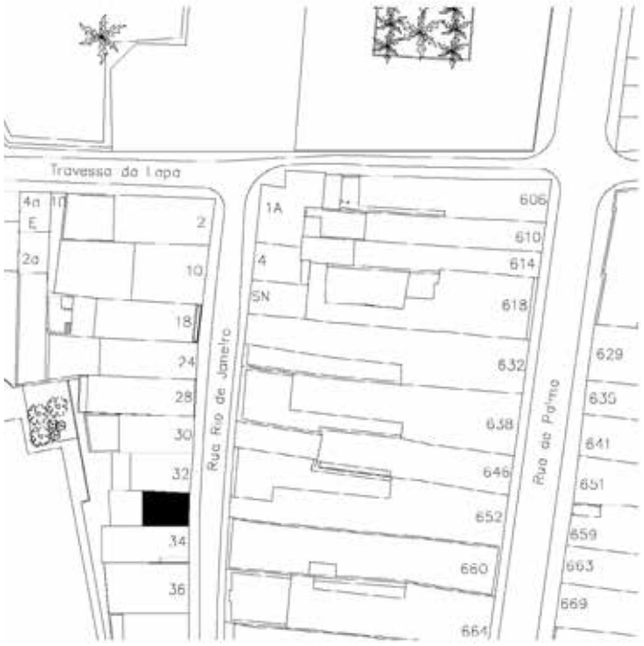


Endereço: Rua Rio de Janeiro, 36





RUA RIO DE JANEIRO Nº 46

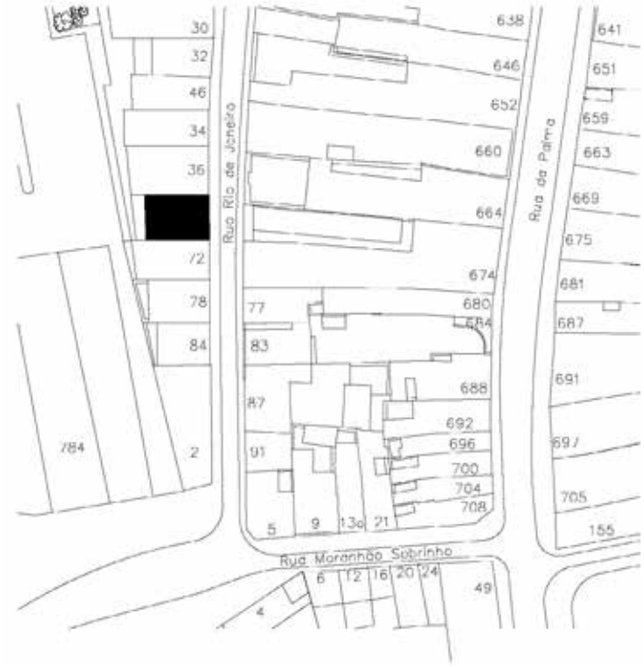


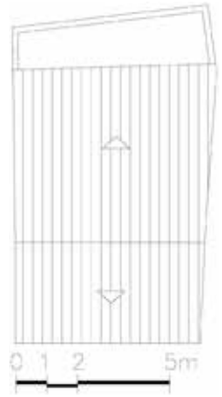




Endereço: Rua Rio de Janeiro, 46

RUA RIO DE JANEIRO Nº 66





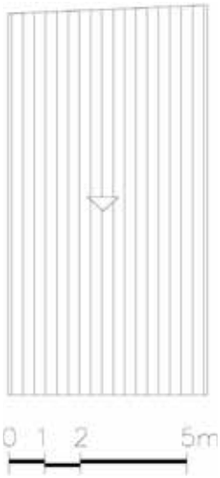


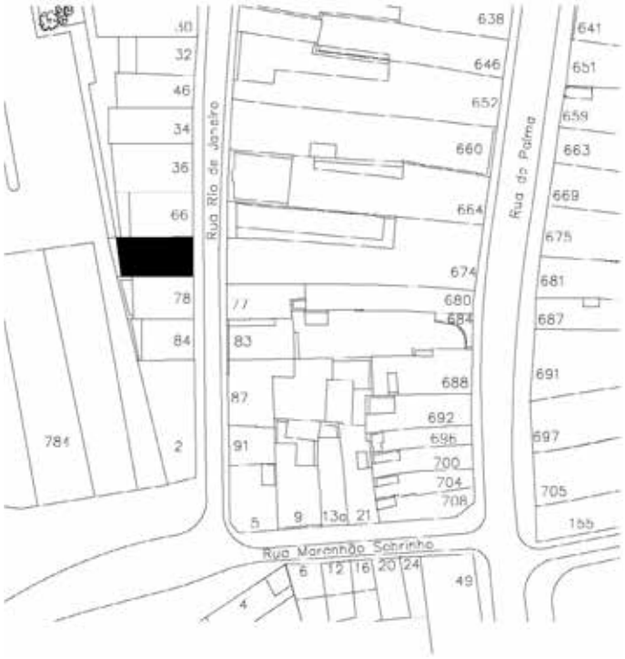
Endereço: Rua Rio de Janeiro, 66

RUA RIO DE JANEIRO Nº 72



Endereço: Rua Rio de Janeiro, 72

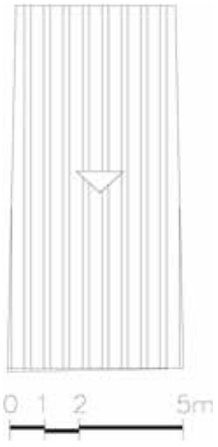


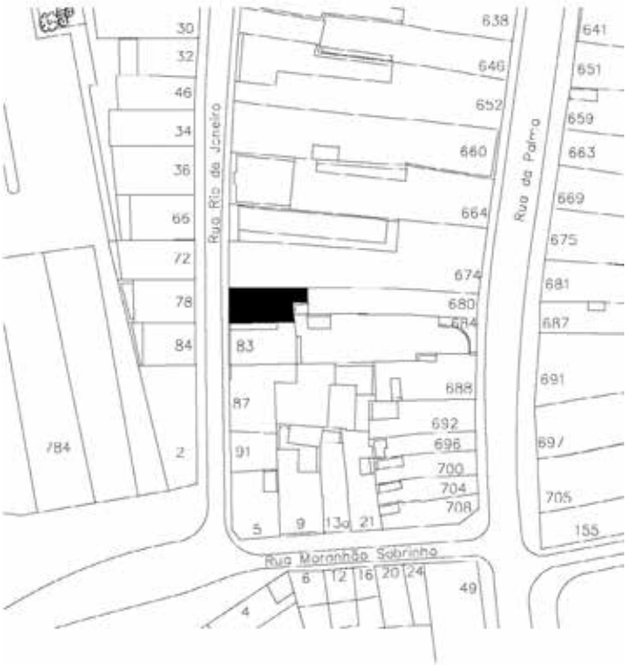


RUA RIO DE JANEIRO Nº 77

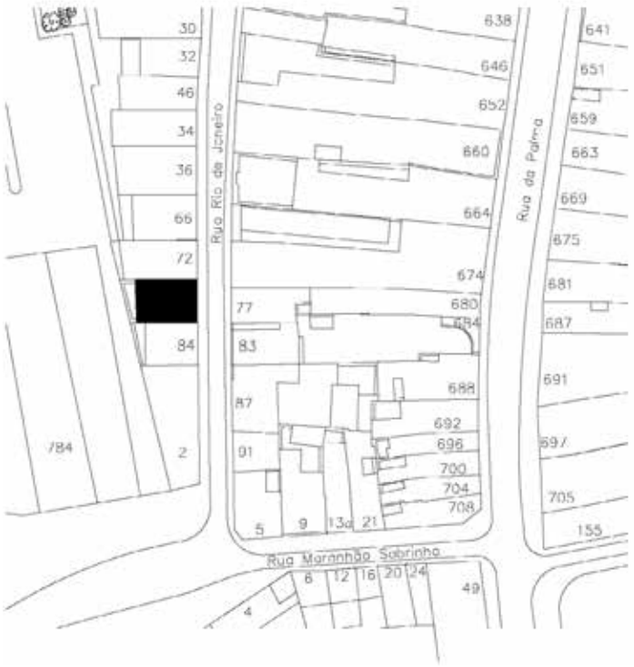


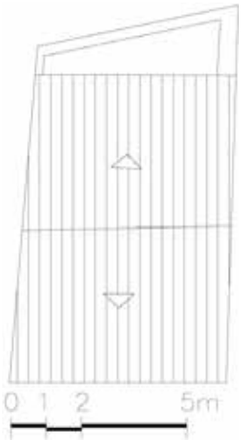
Endereço: Rua Rio de Janeiro, 77





RUA RIO DE JANEIRO Nº 78

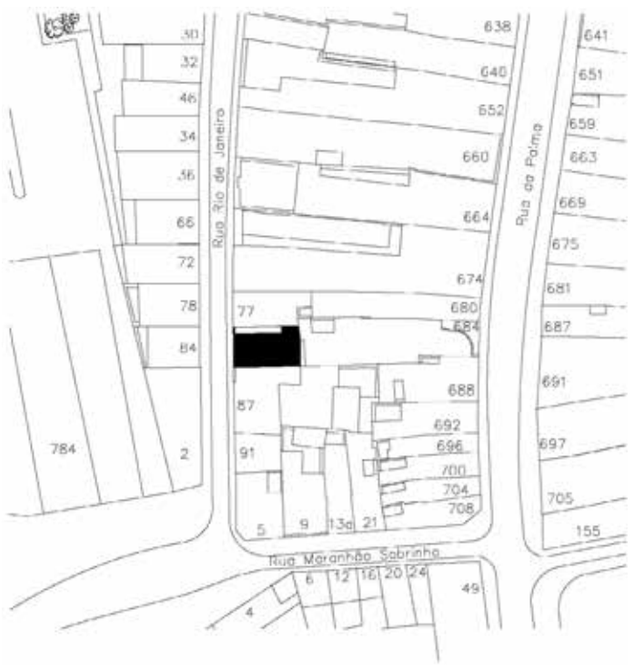


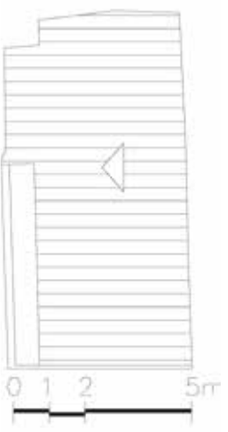




Endereço: Rua Rio de Janeiro, 78

RUA RIO DE JANEIRO Nº 83





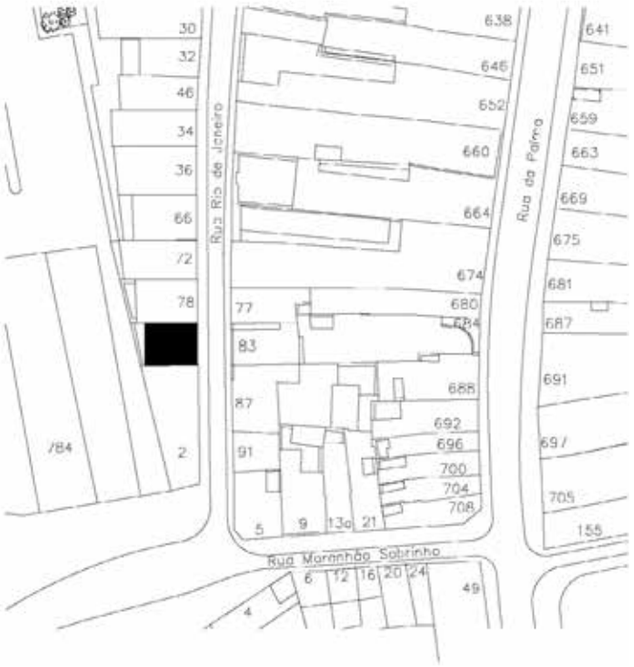


Endereço: Rua Rio de Janeiro, 83

RUA RIO DE JANEIRO Nº 84



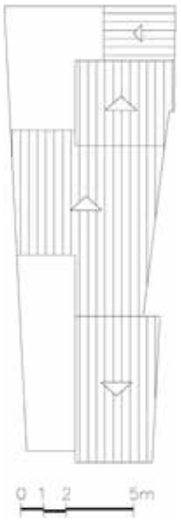
Endereço: Rua Rio de Janeiro, 84

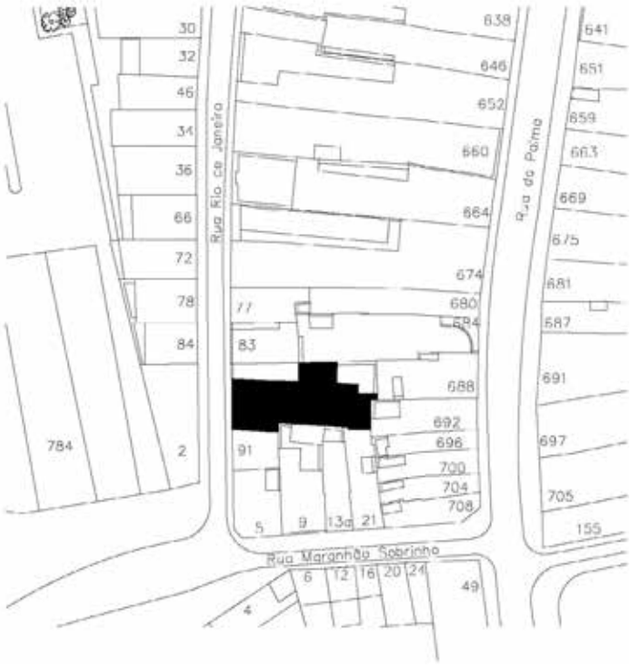


RUA RIO DE JANEIRO Nº 87

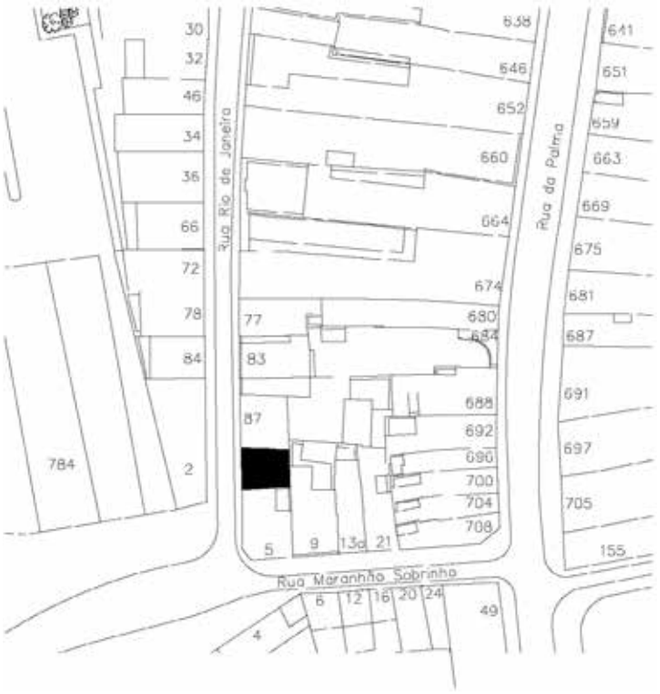


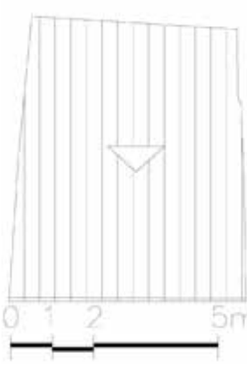
Endereço: Rua Rio de Janeiro, 87





RUA RIO DE JANEIRO Nº 91



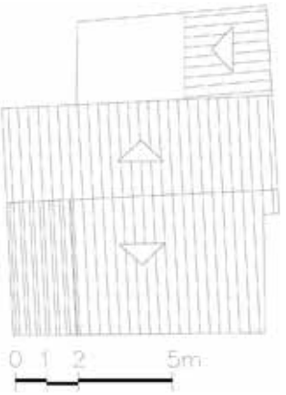




Endereço: Rua Rio de Janeiro, 91

RUA DA SAÚDE Nº 30





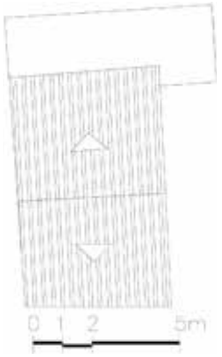


Endereço: Rua da Saúde, 30

RUA DA SAÚDE Nº 34



Endereço: Rua da Saúde, 34





RUA DA SAÚDE Nº 40



Endereço: Rua da Saúde, 40





RUA DA SAÚDE Nº 44





Endereço: Rua da Saúde, 44

RUA DA SAÚDE Nº 52







Endereço: Rua da Saúde, 52

RUA DA SAÚDE Nº 56



Endereço: Rua da Saúde, 56

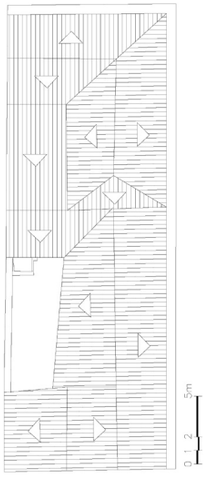


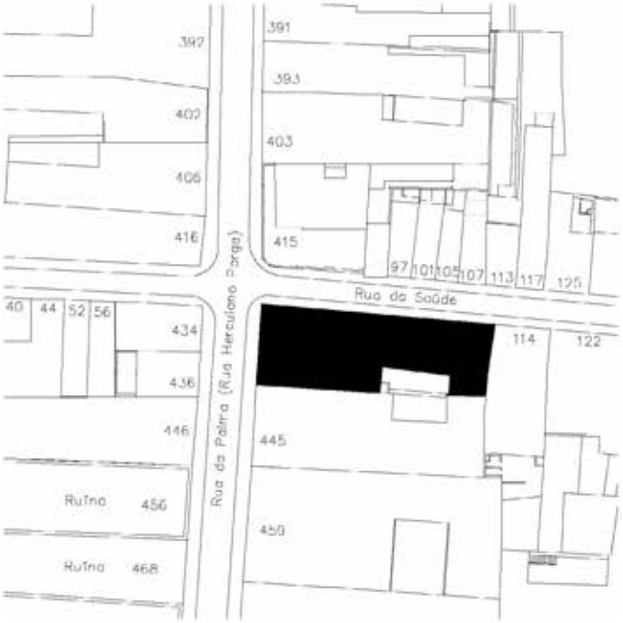


RUA DA SAÚDE Nº 94

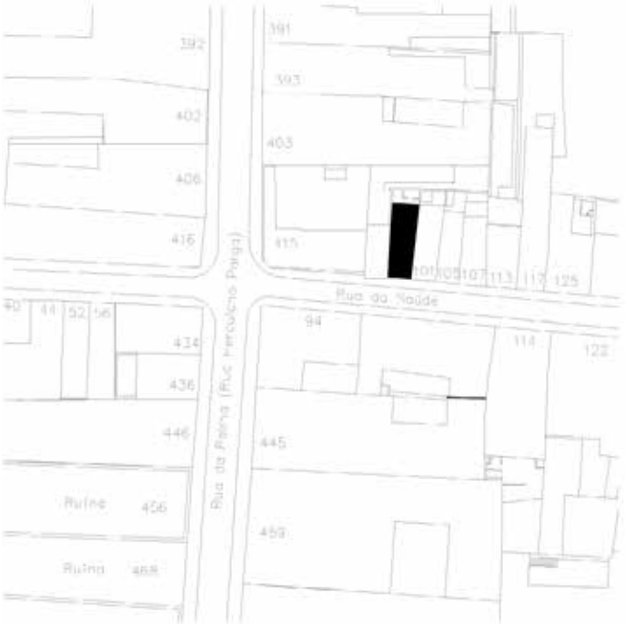


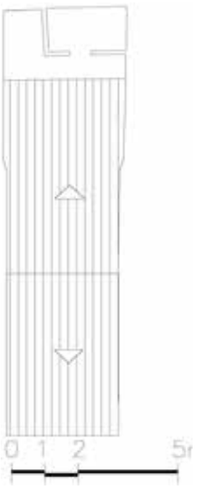
Endereço: Rua da Saúde, 94





RUA DA SAÚDE Nº 97







Endereço: Rua da Saúde, 97

RUA DA SAÚDE Nº 101





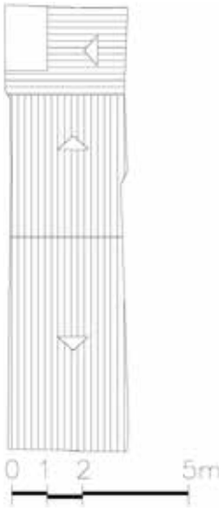


Endereço: Rua da Saúde, 101

RUA DA SAÚDE Nº 105



Endereço: Rua da Saúde, 105

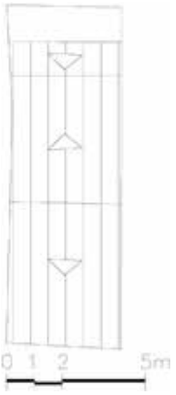




RUA DA SAÚDE Nº 107



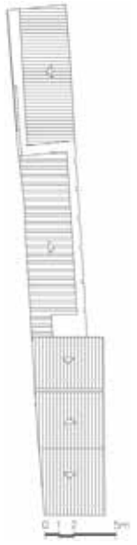
Endereço: Rua da Saúde, 107





RUA DA SAÚDE Nº 113

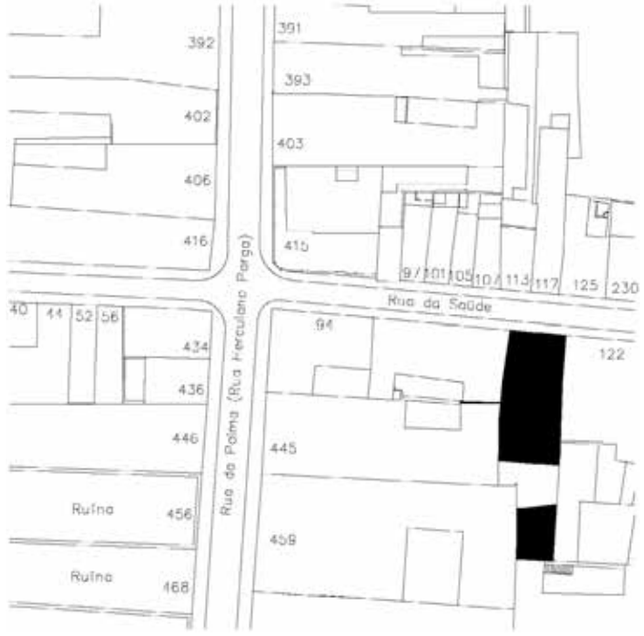


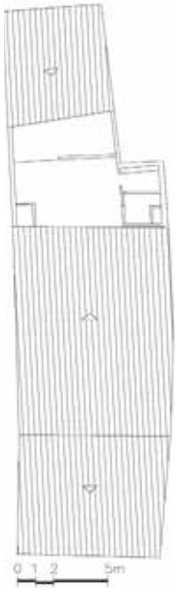




Endereço: Rua da Saúde, 113

RUA DA SAÚDE Nº 114







Endereço: Rua da Saúde, 114

RUA DA SAÚDE Nº 117



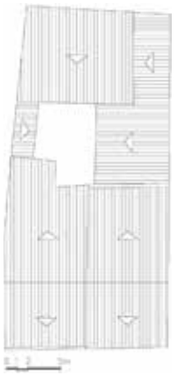
Endereço: Rua da Saúde, 117





RUA DA SAÚDE Nº 122







Endereço: Rua da Saúde, 122



RUA DA SAÚDE Nº 125

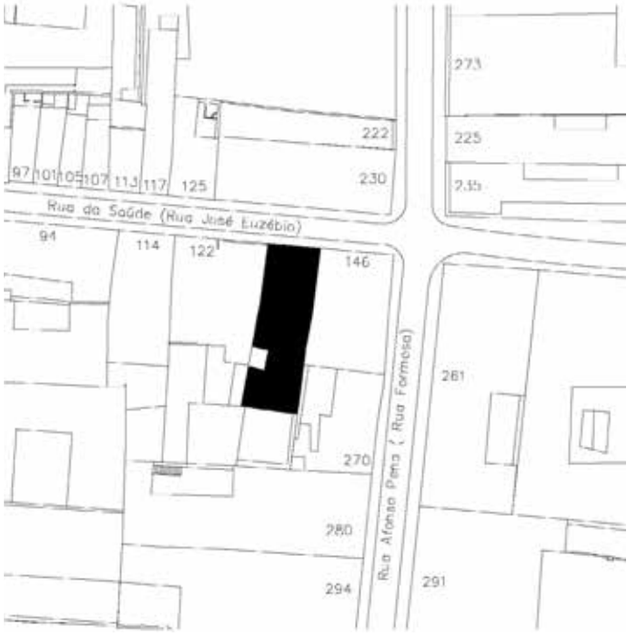






Endereço: Rua da Saúde, 125

RUA DA SAÚDE Nº 136







Endereço: Rua da Saúde, 136

RUA DA SAÚDE Nº 146







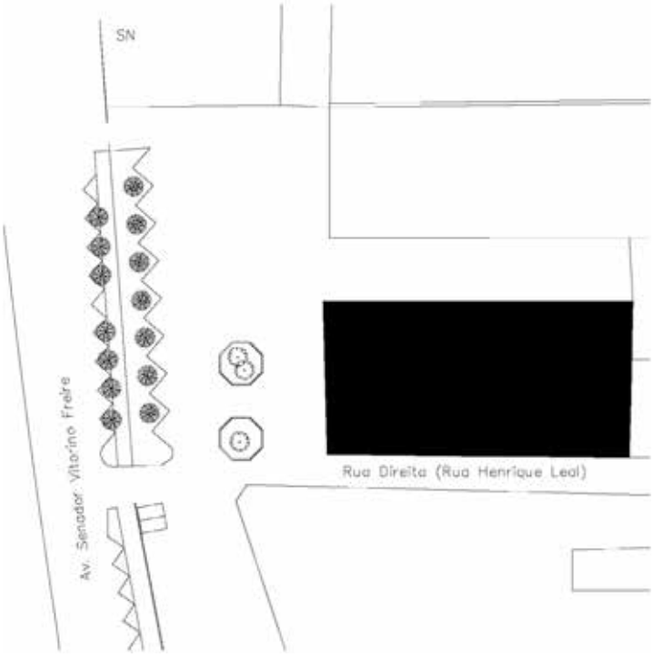


Endereço: Rua da Saúde, 146

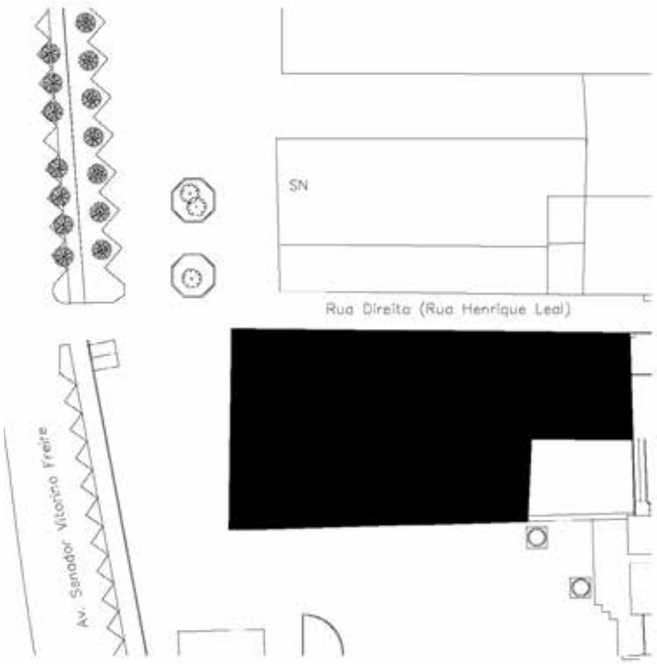
AV. SEN. VITORINO FREIRE Nº 105







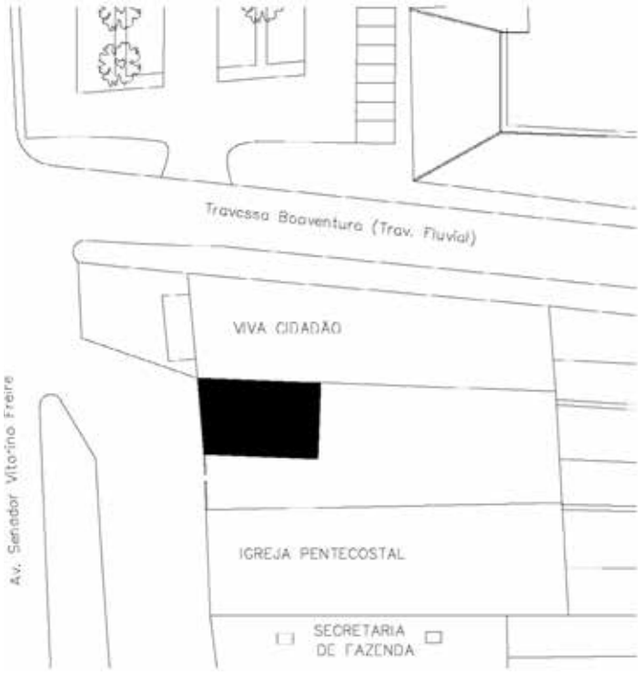
Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire – CAEMA



AV. SEN. VITORINO FREIRE - CEMAR



Endereço: Avenida
Senador Vitorino Freire – CEMAR



AV. SEN. VITORINO FREIRE - DUCANGES





Endereço: Avenida
Senador Vitorino Freire – Ducanges

AV. SEN. VITORINO FREIRE - IGREJA



Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire – Igreja Pentecostal

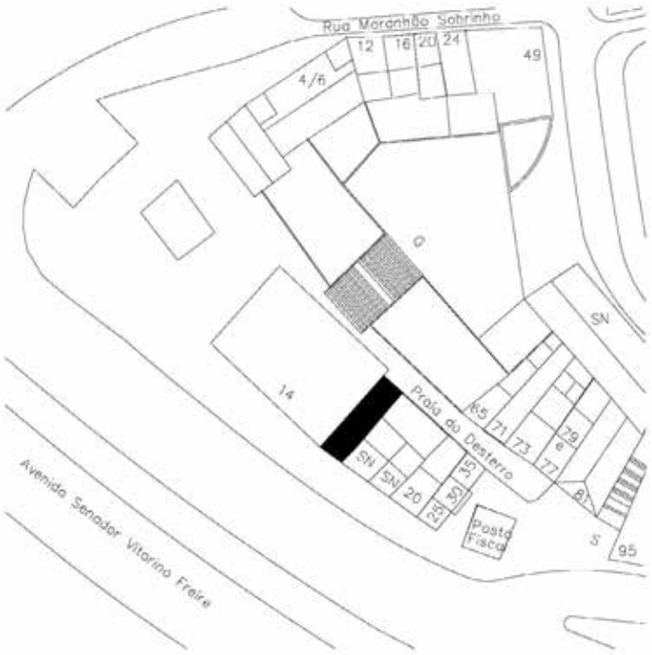


AV. SEN. VITORINO FREIRE Nº 10

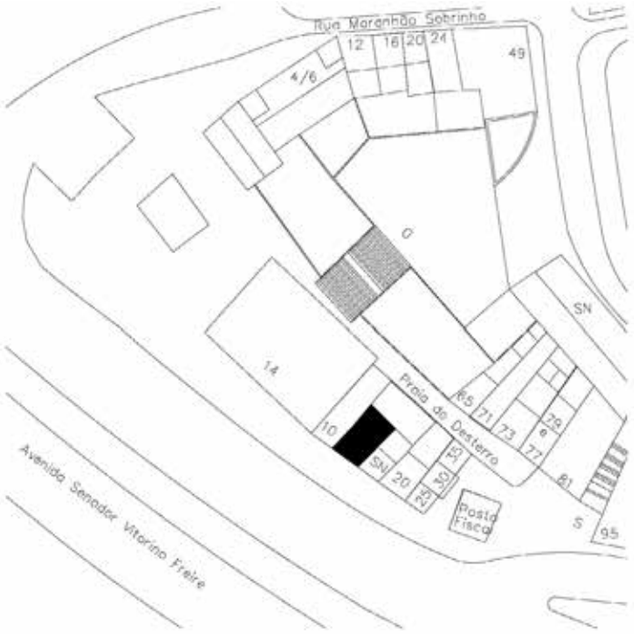


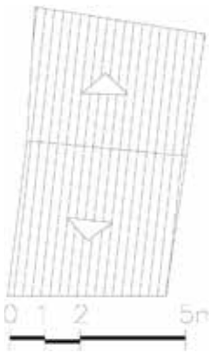
Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire, 10





AV. SEN. VITORINO FREIRE SN

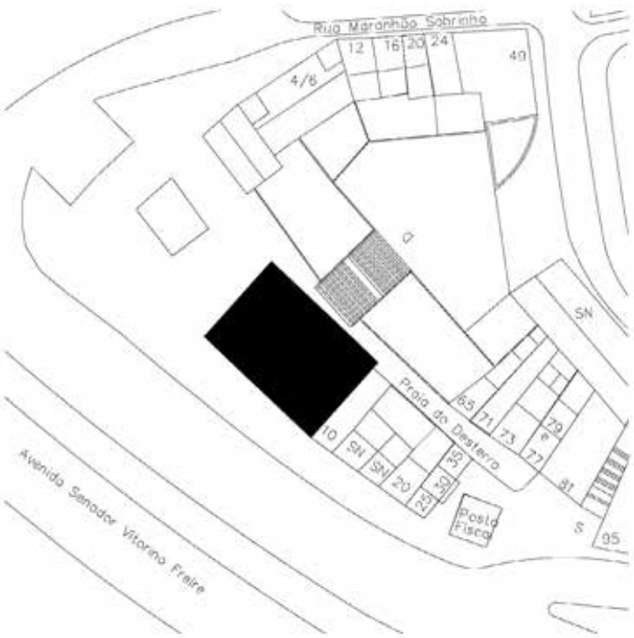






Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire, s/n

AV. SEN. VITORINO FREIRE Nº 14





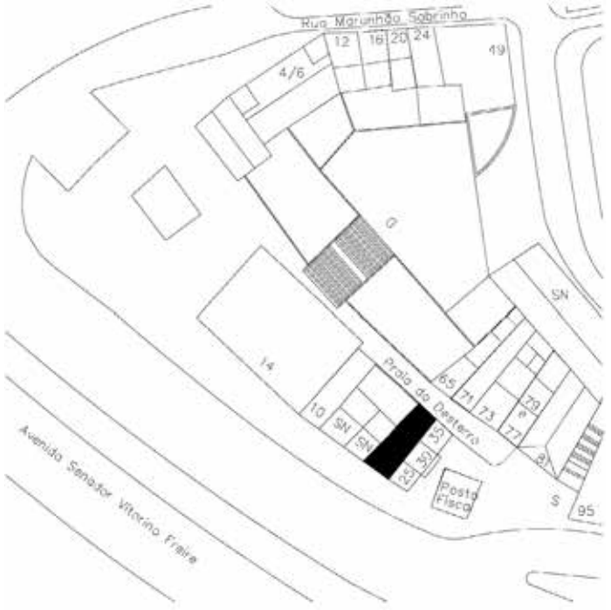


Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire, 14

AV. SEN. VITORINO FREIRE Nº 20





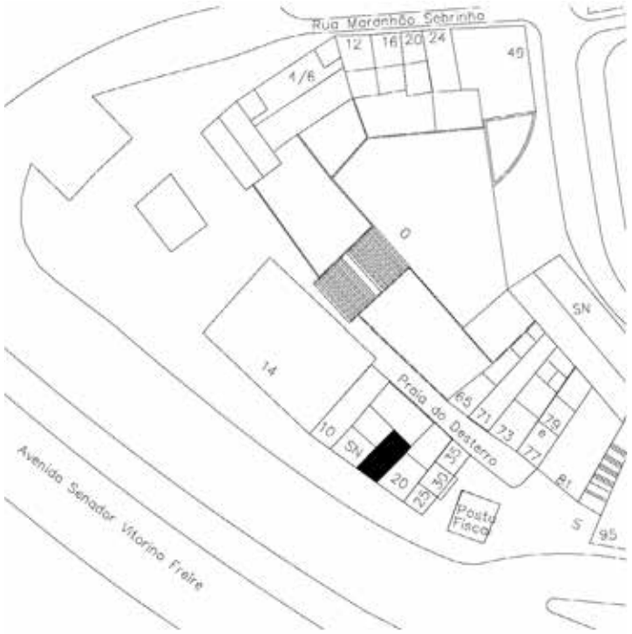


Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire, 20

AV. SEN. VITORINO FREIRE SN

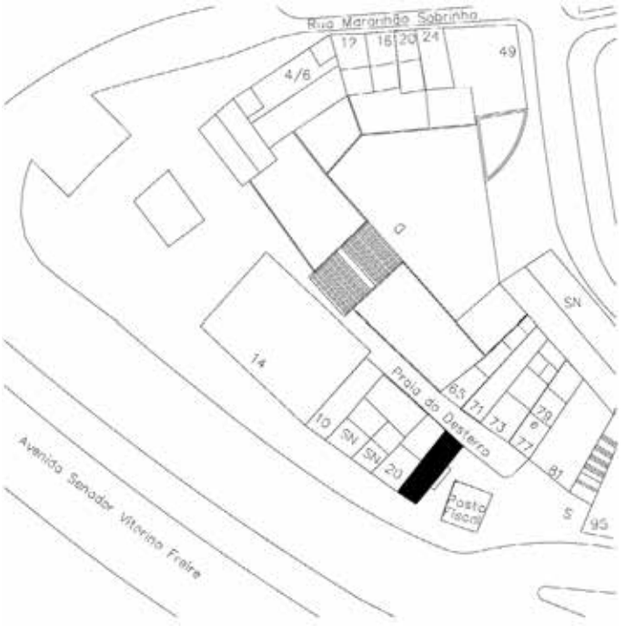






Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire, s/n

AV. SEN. VITORINO FREIRE Nºs 25-30-35

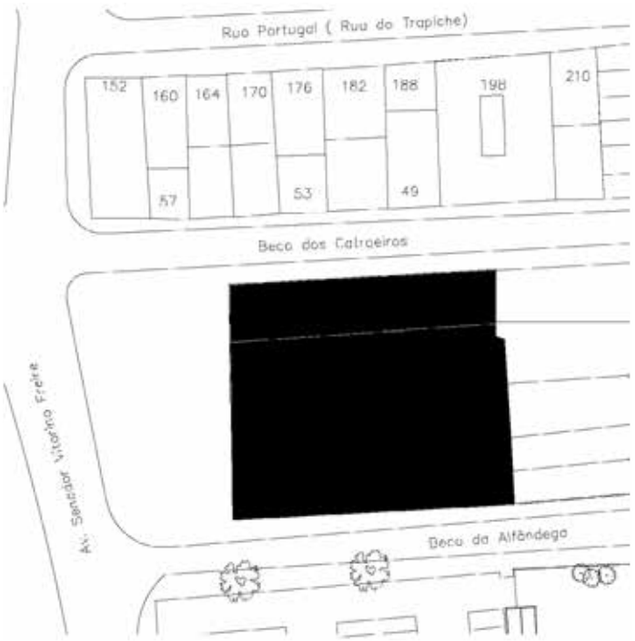






Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire, 25 / 30/ 35

AV. SEN. VITORINO FREIRE Nº 344

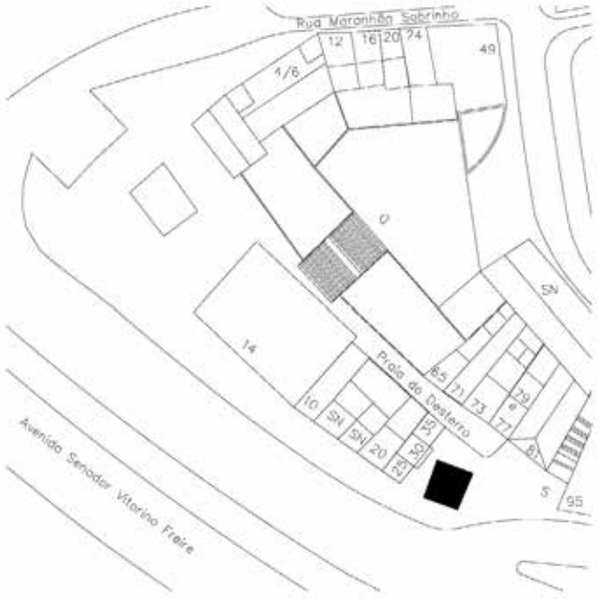




Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire, 344 (Odilo Costa Filho)

AV. SEN. VITORINO FREIRE - POSTO FISCAL

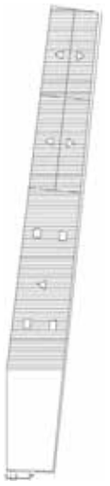




Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire – Posto Fiscal

AV. SEN. VITORINO FREIRE - SECRETARIA DA FAZENDA

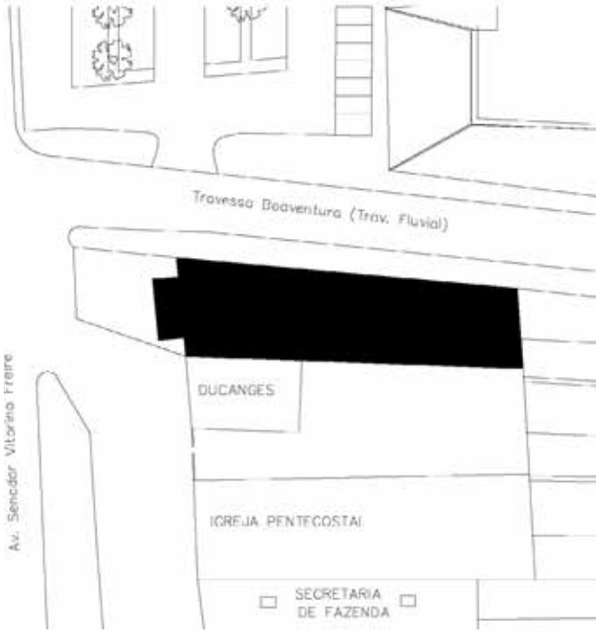






Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire – Secretaria de Fazenda

AV. SEN. VITORINO FREIRE - VIVA CIDADÃO

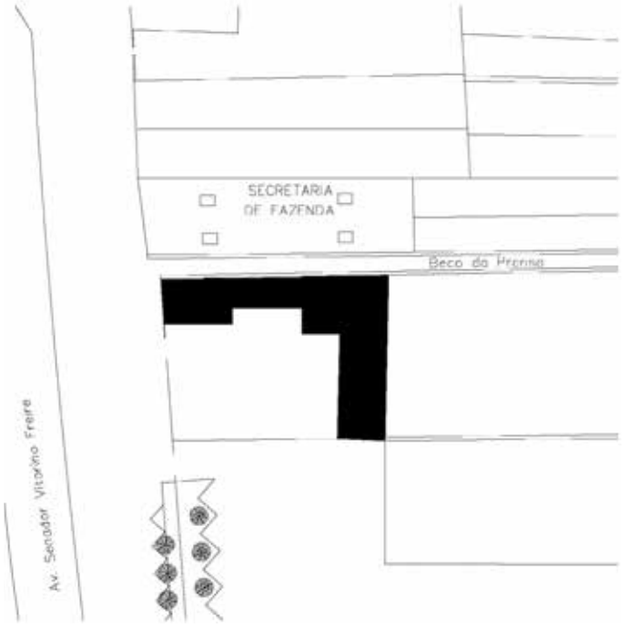






Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire – Viva Cidadão

AV. SEN. VITORINO FREIRE SN





Endereço: Avenida Senador Vitorino Freire, s/n (esquina com Beco da Prensa)

RUA DO SOL Nº 23



Endereço: Rua do Sol, 23
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 519,45 m²
Área de projeção: 481,95 m²
Estado de conservação: -

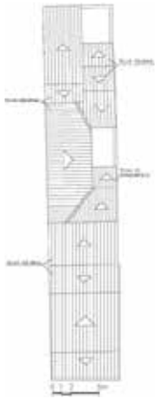




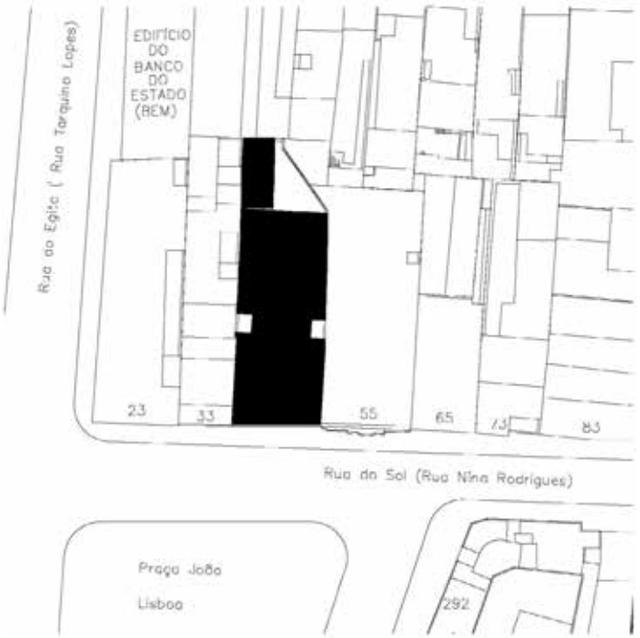
RUA DO SOL Nº 33

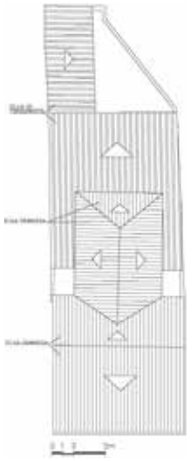


Endereço: Rua do Sol, 33
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 304,19 m²
Área de projeção: 277,15 m²
Estado de conservação: -









RUA DO SOL Nº 43



Endereço: Rua do Sol, 43
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 464,73 m²
Área de projeção: 408,16 m²
Estado de conservação: satisfatório





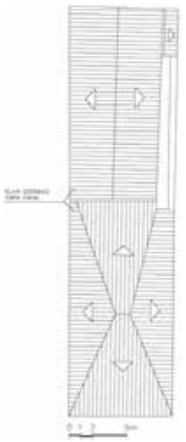
RUA DO SOL Nº 55



Endereço: Rua do Sol, 55
Uso atual: comercial, serviço e institucional
Uso anterior: antiga sede do Lítero
Gabarito: 4
Outros gabaritos: -
Área do lote: 481,16 m²
Área de projeção: 476,88 m²
Estado de conservação: bom

RUA DO SOL Nº 65



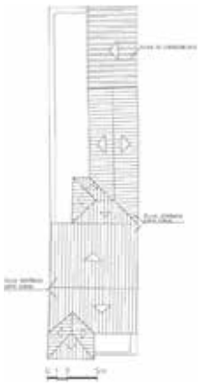




Endereço: Rua do Sol, 65
Uso atual: comercial
Uso anterior: residencial e comercial
Gabarito: 2
Outros gabaritos: mezanino
Área do lote: 325,23 m²
Área de projeção: 307,29 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DO SOL Nº 73

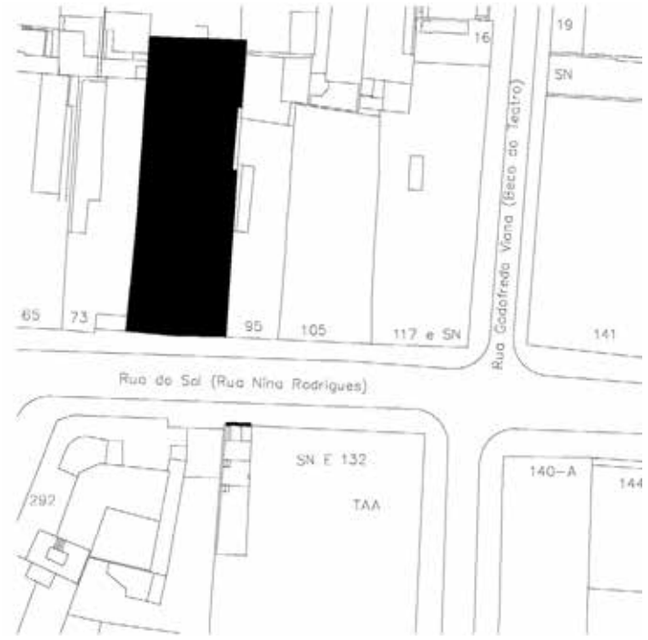


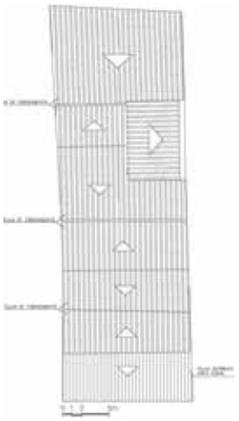




Endereço: Rua do Sol, 73
Uso atual: residencial e comercial
Uso anterior: residencial
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 314,15 m²
Área de projeção: 223,61 m²
Estado de conservação: com problemas

RUA DO SOL Nº 83

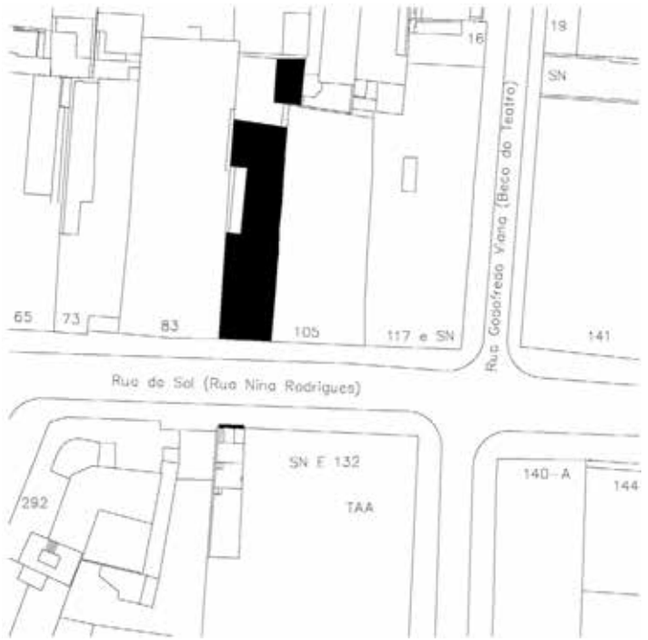






Endereço: Rua do Sol, 83
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: mezanino
Área do lote: 599,36 m²
Área de projeção: 599,36 m²
Estado de conservação: satisfatório

RUA DO SOL Nº 95







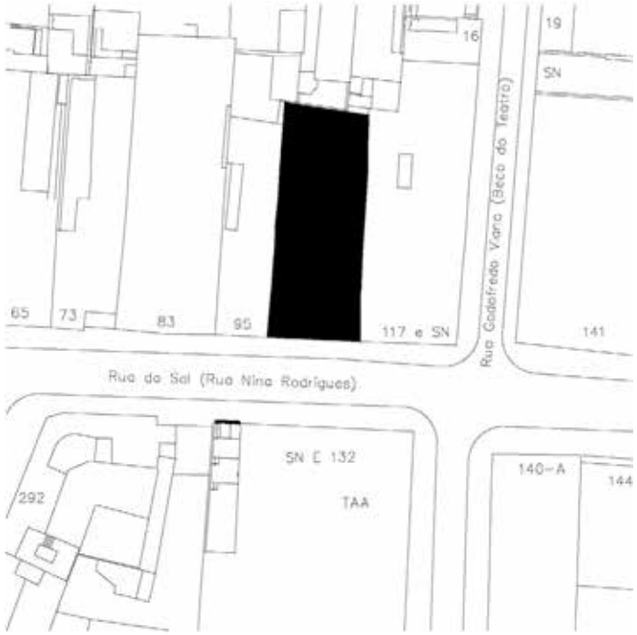
Endereço: Rua do Sol, 95
Uso atual: serviço e vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 353,78 m²
Área de projeção: 255,07 m²
Estado de conservação: -

RUA DO SOL Nº 105



Endereço: Rua do Sol, 105
Uso atual: serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 459,73 m²
Área de projeção: 437,11 m²
Estado de conservação: -

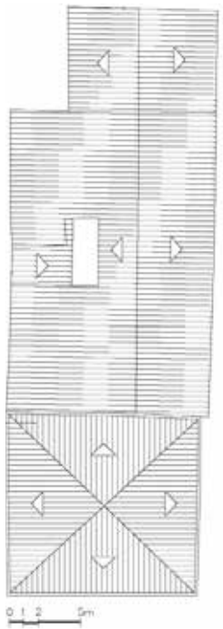


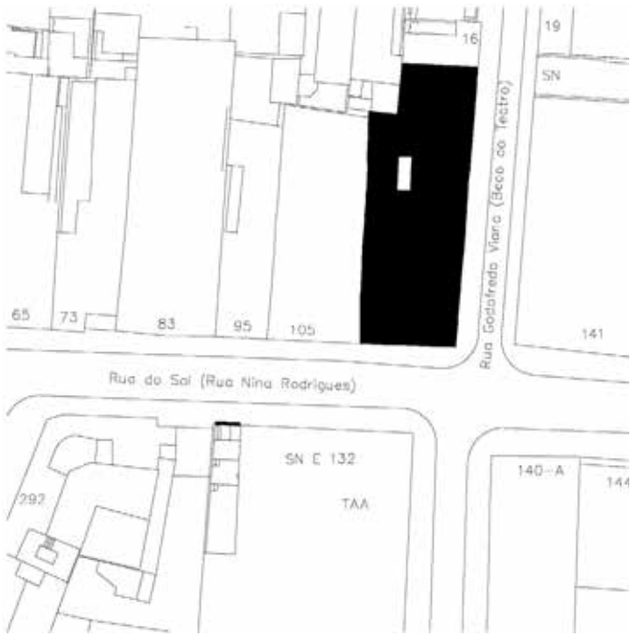


RUA DO SOL Nº 117



Endereço: Rua do Sol, 117
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 540,84 m²
Área de projeção: 540,84 m²
Estado de conservação: satisfatório









RUA DO SOL Nº 140A



Endereço: Rua do Sol, 140A
Uso atual: em obras
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 446,89 m²
Área de projeção: 446,89 m²
Estado de conservação: -



RUA DO SOL Nº 141



Endereço: Rua do Sol, 141
Uso atual: comercial e serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 8
Outros gabaritos: -
Área do lote: 878,25 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

RUA DO SOL Nº 144







Endereço: Rua do Sol, 144
Uso atual: residencial e serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 398,66 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: bom

RUA DO SOL Nº 156







Endereço: Rua do Sol, 156
Uso atual: sem informação
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 399,55 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: com problemas

RUA DO SOL Nº 167





Endereço: Rua do Sol, 167
Uso atual: residencial e serviço
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 127,58 m²
Área de projeção: 127,58 m²
Estado de conservação: -

RUA DO SOL Nº 168





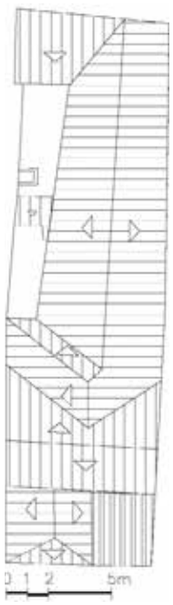


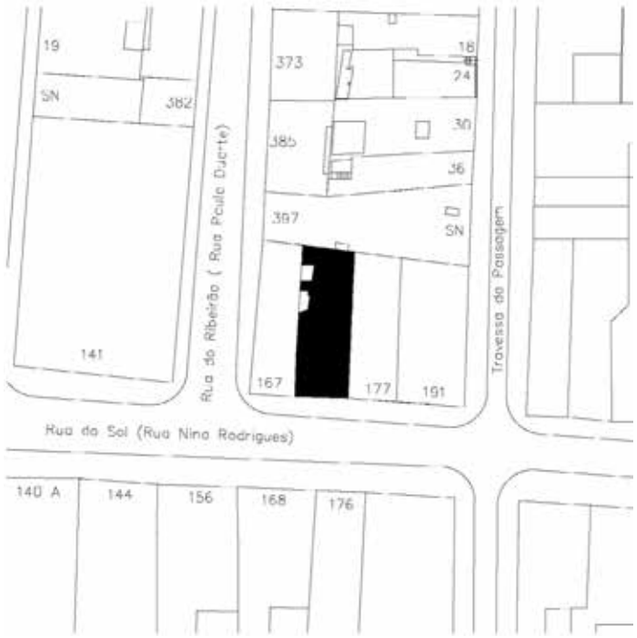
Endereço: Rua do Sol, 168
Uso atual: sem informação
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 385,79 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: satisfatório

RUA DO SOL Nº 175



Endereço: Rua do Sol, 175
Uso atual: sem informação
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 204,85 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

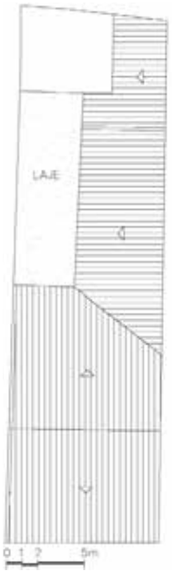




RUA DO SOL Nº 176

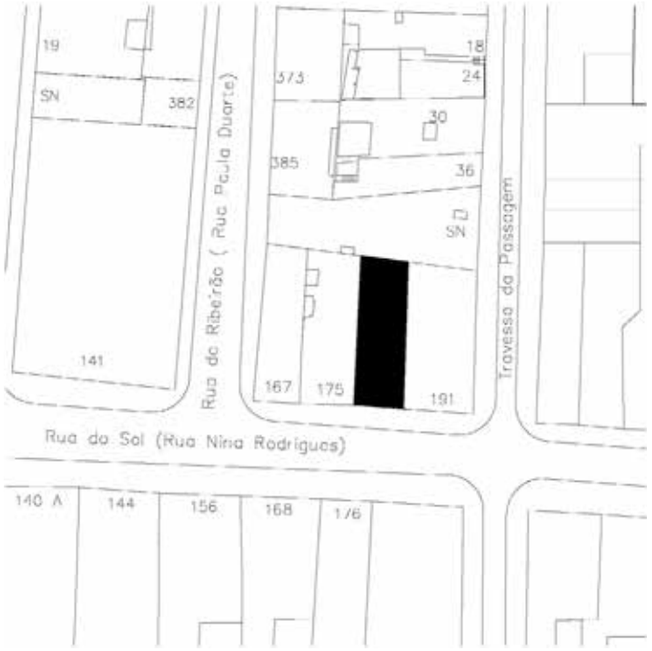


Endereço: Rua do Sol, 176
Uso atual: sem informação
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: subsolo
Área do lote: 333,33 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -





RUA DO SOL Nº 177

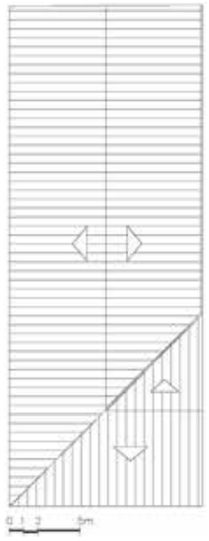




Endereço: Rua do Sol, 177
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 1
Outros gabaritos: -
Área do lote: 660,34 m²
Área de projeção: 656,80 m²
Estado de conservação: -

RUA DO SOL Nº 190







Endereço: Rua do Sol, 190
Uso atual: sem informação
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 2
Outros gabaritos: -
Área do lote: 483,88 m²
Área de projeção: -
Estado de conservação: -

RUA DO SOL Nº 191



Endereço: Rua do Sol, 191
Uso atual: vago
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: 660,34 m²
Área de projeção: 656,80 m²
Estado de conservação: -



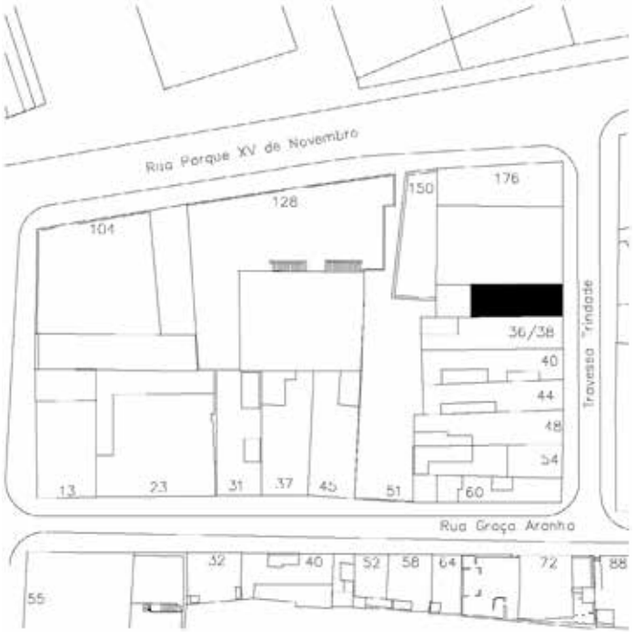
RUA DO SOL SN -
TEATRO ARTHUR AZEVEDO



Endereço: Rua do Sol – Teatro Arthur Azevedo
Uso atual: institucional
Uso anterior: sem informação
Gabarito: 3
Outros gabaritos: -
Área do lote: -
Área de projeção: -
Estado de conservação: satisfatório



TRAVESSA TRINDADE Nº 30



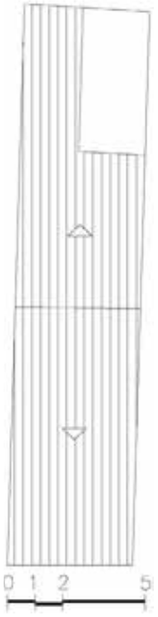




Endereço: Travessa Trindade, 30

TRAVESSA TRINDADE Nº 36-38





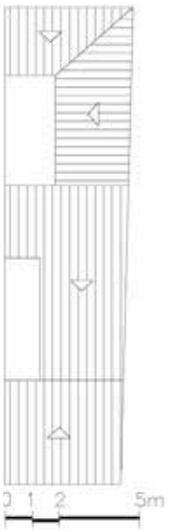


Endereço: Travessa Trindade, 36 / 38

TRAVESSA TRINDADE Nº 40



Endereço: Travessa Trindade, 40

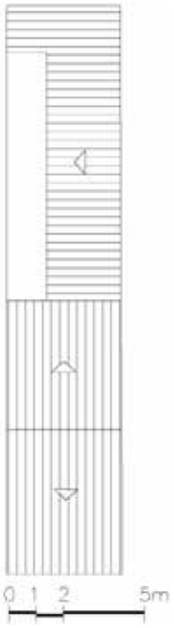




TRAVESSA TRINDADE Nº 44



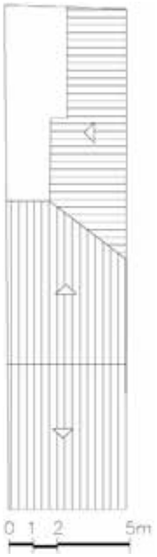
Endereço: Travessa Trindade, 44





TRAVESSA TRINDADE Nº 48







Endereço: Travessa Trindade, 48

TRAVESSA TRINDADE Nº 54







Endereço: Travessa Trindade, 54

TRAVESSA TRINDADE Nº 60



Endereço: Travessa Trindade, 60





Imóveis com tombamento individual

EM SÃO LUÍS, a estratégia de proteção e preservação adotada pelo IPHAN foi caracterizada inicialmente, a partir de 1940, por alguns tombamentos individuais de imóveis que sofriam risco de desaparecimento, frente ao processo de modernização da cidade. Logo em seguida, em 1955, a discussão sobre o tombamento do conjunto urbano foi iniciada, mas optou-se pelo tombamento de alguns largos e praças que conservavam suas características "originais". Dessa forma, preservava-se parte da São Luís "histórica", incluindo os bens imóveis presentes nesses logradouros, sem conferir a nenhum deles o caráter de "monumentalidade" e "excepcionalidade", característico do tombamento individual. A decisão de tombar apenas determinados conjuntos arquitetônicos de largos e praças da cidade era coerente com os critérios de atribuição de valor vigentes, uma vez que o conjunto urbano como um todo não apresentava os graus de "integridade" e de "autenticidade" exigidos para o seu tombamento. Mantinha-se, dessa forma, uma "determinada coerência estilística", conforme afirmou, então Rodrigo Melo Franco de Andrade, no processo de tombamento de São Luís.

Sobre esses primeiros tombamentos é possível observar, de forma geral, que foram movidos por requerimentos de particulares ou por técnicos da instituição, sempre para preservá-los do risco iminente de desaparecimento.

Em 1959, um relatório da arquiteta Dora Alcântara apresentava dois pontos distintos sobre a possibilidade de tombamento da cidade. Por um lado, argumentava a impossibilidade de se saber o que era de fato "antigo", além de considerar que o conjunto não apresentava momumentos e bens excepcionais. Mas, por outro lado, afirmava que a presença de um conjunto arquitetônico típico do Dezenove conferia um caráter único a São Luís.

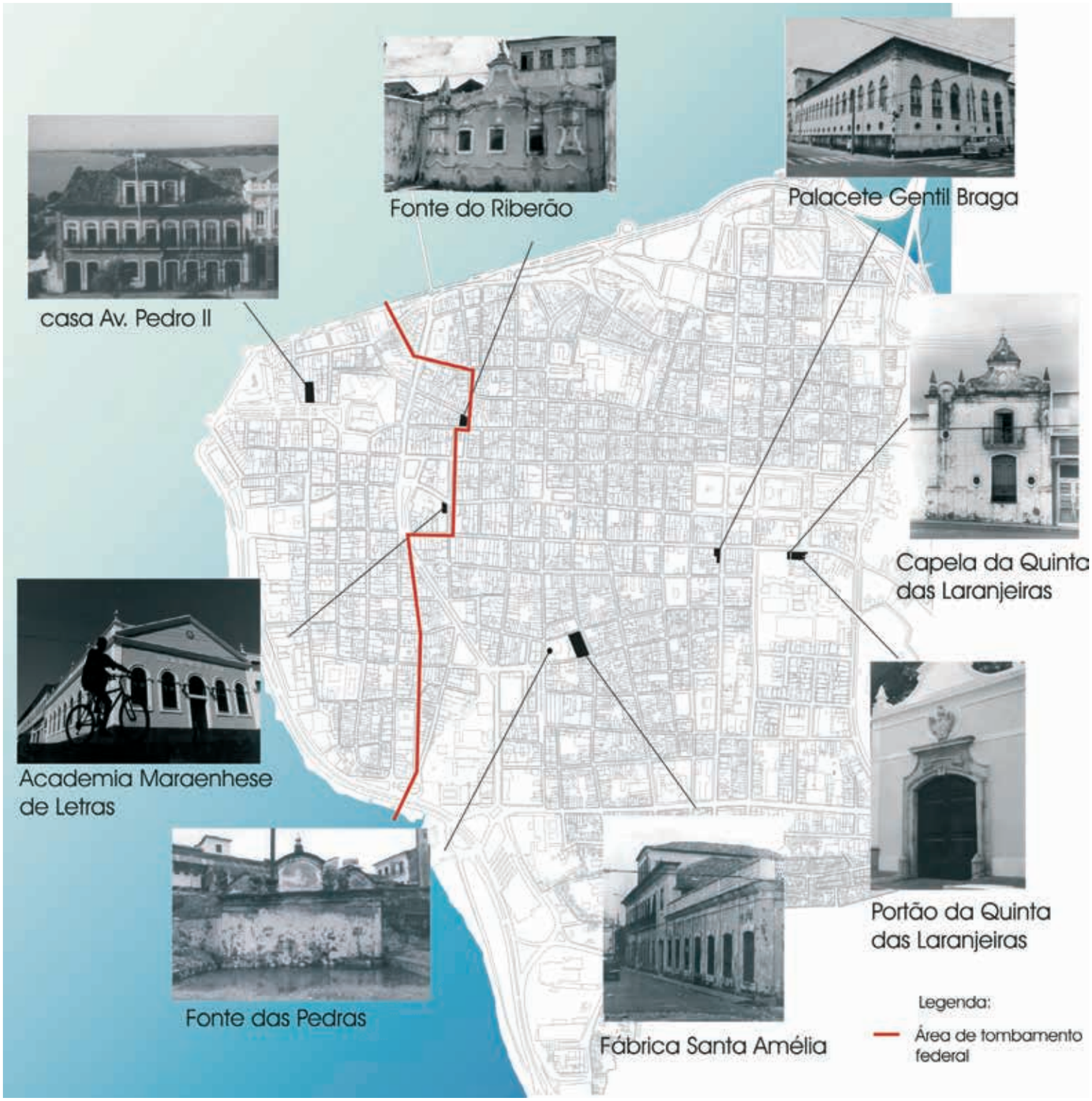
Finalmente, em 1974, o conjunto urbano de São Luís foi inscrito no *Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*, frente à intensificação das intervenções que vinham "modernizando" a cidade, mas seu grau de integridade e suas características estéticas e estilísticas não justificavam sua inscrição no *Livro de Belas-Artes.*

Na década de 90, quando a cidade se candidatou à classificação pela Unesco como Patrimônio da Humanidade, a área delimitada para o tombamento federal foi ampliada. O IPHAN

havia optado pelo núcleo de maior integridade arquitetônica, enquano a Unesco entendeu que o centro histórico de São Luís era formado também por outras áreas em função da permanência do traçado original, e não apenas da arquitetura dos edifícios.

Tendo em vista essa lógica dos tombamentos em São Luís, optamos por incluir nesse capítulo bens com tombamento individual que se encontram fora da área inventariada (coincidente com o tombamento federal), com o objetivo de fornecer um quadro mais completo para a compreensão do sítio como um todo, independentemente das estratégias de preservação empreendidas em São Luís.

Os verbetes sobre os imóveis com tombamento individual foram elaborados de modo a pinçar do texto da pesquisa histórica as informações que contextualizam esses bens no processo de formação e desenvolvimento das cidades. Além desse enfoque buscou-se, sempre que possível, agregar dados sobre os usos, as obras mais relevantes e, sobre o tombamento, dados que caracterizassem melhor a ação institucional para a proteção desses bens. Para esse levantamento complementar, as fontes consultadas foram, em sua maioria, guias e dicionários do acervo da Biblioteca Noronha Santos/IPHAN e as séries *Inventário* e *Processo de Tombamento*, do Arquivo Central/IPHAN. A pesquisa, em alguns casos, foi complementada pelas informações por técnicos das unidades regionais do IPHAN.


Fonte do Riberão
Palacete Gentil Braga
casa Av. Pedro II
Capela da Quinta das Laranjeiras
Academia Maraenhese de Letras
Portão da Quinta das Laranjeiras
Fonte das Pedras
Fábrica Santa Amélia
Legenda:
Área de tombamento federal

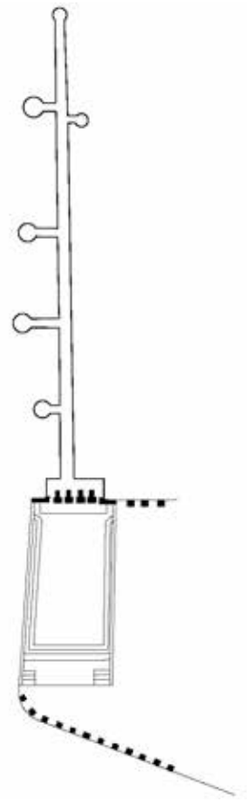


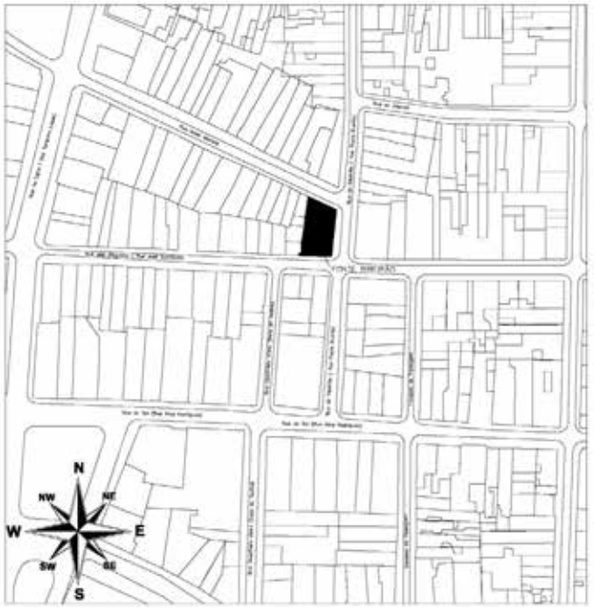
Fonte do Ribeirão

A construção da fonte do Ribeirão foi iniciada em 1796 e concluída ao mesmo ano, pelo Governador Dom Fernando Antônio de Noronha. Sua finalidade era atender às crescentes demandas da população, melhorando as condições de saneamento e abastecimento de água da região. Está localizada no Largo do Ribeirão – área urbanizada característica do século XVIII e fronteira ao núcleo urbano primitivo. A fonte funcionou por cerca de duas décadas, até que pela falta de manutenção entrou em processo de arquivamento. Em 1833, foi reformada após solicitação da Câmara Municipal. A constante ação de chuvas pesadas e a falta de manutenção novamente arruinaram-na, até ser completamente reformada em 1866. Com o surgimento, em fins do século XIX, das duas companhias de água de São Luís, a Fonte do Ribeirão ficou sob responsabilidadade da companhia norte-americana Ullen Management Company, entre os anos de 1920 e 1940, a Prefeitura promoveu sua restauração no âmbito do Programa Cidades Históricas. Em 1981 e 1985, o IPHAN empreendeu reformas em parceria com empresas privadas.

As galerias subterrâneas da fonte cobrem grande área de São Luís, e pela tradição oral tornaram-se cenários de diversas lendas. Conta-se, por exemplo, que os padres utilizavam os túneis para promover sermões "sobrenaturais", iniciando-os em uma igreja e terminando-os em outra. Fala-se também sobre a utilização das galerias para o tráfico negreiro após a proibição do comércio de escravos.

Inscrita no *Livro de Belas-Artes* em 14 de julho de 1950, sob recomendação de Edgard Jacinto da Silva, chefe da Seção de Arte, que propôs sua inscrição, entre diversos outros bens nacionais, visando analisar os serviços de tombamento.



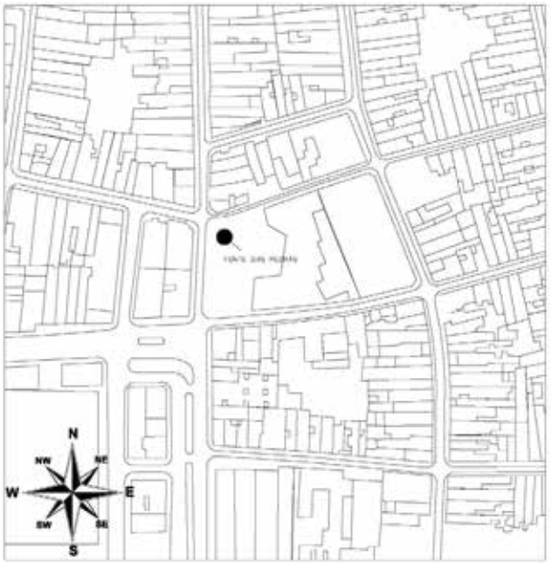


Fonte das Pedras

A Fonte das Pedras está intimamente ligada à história do Maranhão. Ao redor de seu veio natural de água, Jerônimo de Albuquerque, comandante da expedição de conquista do Maranhão, acampou com suas tropas no ano de 1615, antes de expulsar La Ravardière e os franceses do Forte de São Luís. A construção da fonte é atribuída aos holandeses durante o período de sua invasão (1641-1644), quando a água teria sido canalizada. Em 1762, o governador Joaquim de Melo e Póvoas informava à Câmara o estado de ruína da fonte, então quase inutilizável. Naquele mesmo ano foi recuperada, entre diversas outras obras empreendidas pelo governador em São Luís. Em 1820 a fonte foi reconstruída, em sua feição atual, pelo governador Bernardo Silveira Pinto. Em 1895 a Fábrica Santa Amélia, vizinha à fonte, mudou sua canalização para uso próprio.

Em 1950 foi vendida – juntamente com o restante da praça – pelo prefeito Antônio Costa Rodrigues ao Cotonifício Cândido Ribeiro. O terreno foi então murado e o acesso público, proibido. Nesse mesmo ano, três torres de luz foram demolidas. Uma carta dos habitantes do bairro de Fonte das Pedras foi escrita ao IPHAN, pedindo o tombamento da fonte para assegurar sua proteção, uma vez que um de seus muros já havia desabado pela acumulação indevida de lenha pesada. O texto da carta enfatizava o valor histórico do bem, citando um discurso de 1818, do Procurador Câmara, sobre a importância da fonte para o abastecimento de água da população e dos navios, sugerindo que não se edificasse casa alguma ou se destruísse o arvoredo naquele lote.

Sua inscrição no *Livro de Belas-Artes* ocorreu em 12 de julho de 1963. Posteriormente, em 1975, a fonte foi desapropriada e restaurada através de uma iniciativa conjunta da Prefeitura e do Governo do Estado.





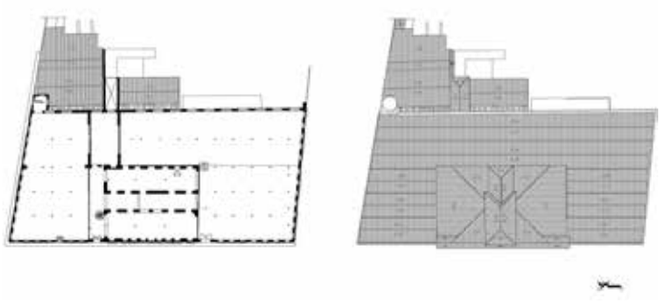
Fábrica Santa Amélia

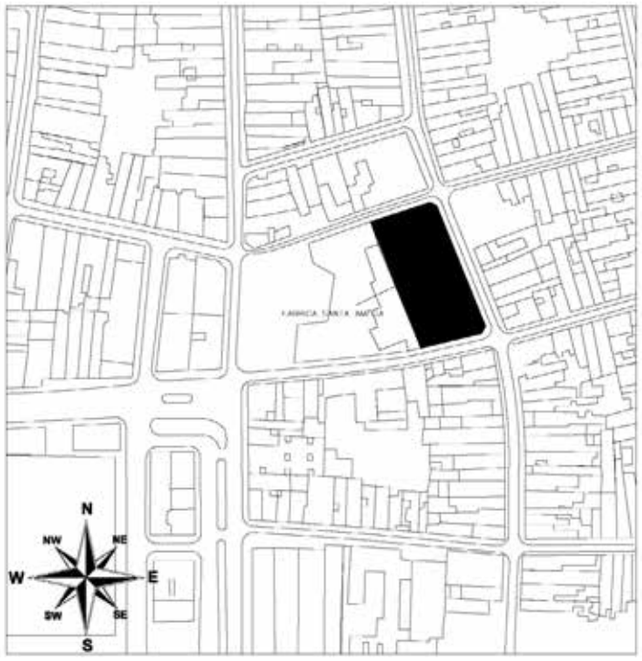
O prédio da antiga fábrica Santa Amélia é um testemunho significativo do processo de industrialização do Maranhão, iniciado em meados do século XIX. Inicialmente abrigou a fábrica da Companhia de Lanifícios Maranhenses, instalada em 1892. Após a falência dessa fábrica, o prédio foi arrematado em leilão para abrigar a nova fábrica Santa Amélia que, em conjunto com a Fábrica São Luís, constituiu o Cotonifício Cândido Ribeiro. Essa empresa funcionou entre 1902 e 1966, e foi responsável por grande parte da produção de tecidos, inclusive para exportação, no Estado do Maranhão. Trata-se de um exemplar da arquitetura industrial maranhense do período e apesar de estar fora da área de tombamento, pertence à zona de interesse histórico, na vizinhança da Fonte das Pedras, ao sul do centro urbano.

Seu tombamento provisório foi decretado em outubro de 1985, mas em 20 de novembro do mesmo ano foi pedida sua impugnação por parte do Cotonifício Cândido Ribeiro Ltda, proprietário do imóvel. Segundo a empresa, o tombamento seria um entrave ao crescimento, então experimentado por São Luís, cidade carente de áreas não protegidas pelo tombamento e passíveis de ocupação. Roberto Cacalvanti de Albuquerque, técnico do IPHAN, emitiu parecer favorável ao tombamento, e em reunião do Conselho Consultivo a impugnação foi considerada improcedente, ressaltando-se o valor histórico do prédio e a nova proposta de uso da Universidade Federal do Maranhão, condizente com o porte e facilmente adaptável às características do edifício.

Quando a Fábrica Santa Amélia foi instalada no prédio, a constução em pedra, cal e tijolo recebeu o reforço de elementos metálicos como vigas e pilares e seu espaço foi ampliado com dois acréscimos laterais térreos. O edifício, no entanto, apresenta ainda sua estrutura espacial bem próxima à original. Foi inscrito no *Livro Histórico*, em 1 de julho de 1987.





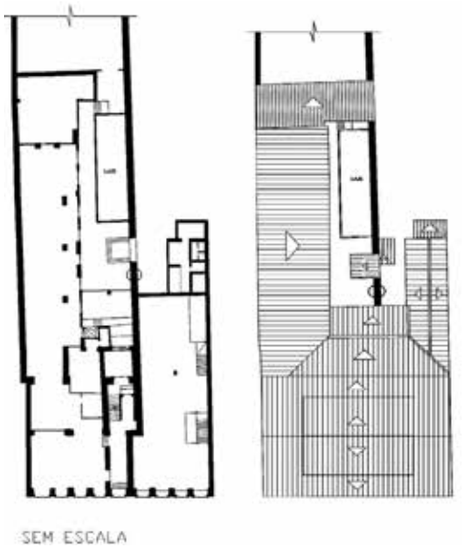


Casas na Avenida Pedro II, nº 199 e 205

Os dois sobrados tombados localizam-se na Avenida Pedro II (antigo Largo do Palácio), uma das principais vias de São Luís. Esta área se caracterizou pela presença do poder administrativo e de edificações mais nobres, como os dois sobrados em questão. A avenida é balizada, à beira-mar, pelo Palácio do Governo (edificado no mesmo lugar do primitivo forte de São Luís). Os sobrados construídos no século XVIII, formam um conjunto único representativo da arquitetura portuguesa no Maranhão, pela presença dos tão característicos mirantes.

A discussão sobre o tombamento desses bens começou após a compra de um deles pelo Banco do Maranhão S.A, em 1959. Antes, os dois sobrados eram ocupados pelo Lloyd Brasileiro e pela companhia de navegação Booth Line. Na ocasião da compra, os jornais noticiaram a intenção do comprador de reformar o prédio. Dora Alcântara, arquiteta do IPHAN, recomendou imediatamente a Rodrigo Melo Franco de Andrade o tombamento dos sobrados, em caráter de urgência, visando impedir sua descaracterização. A arquiteta sugeria também o tombamento da Fonte das Pedras, que apesar de seu comprovado valor histórico havia sido vendida pelo prefeito a particulares. Em seu parecer, Paulo Thedim Barreto endossou o pedido de tombamento dos prédios, afirmando que mesmo fora da situação de risco, eles mereciam essa atribuição de valor. Ademais, havia uma razão ainda maior para sua proteção: "a defesa do sentido da evolução, urbanístico-arquitetônica, que, pelo tempo fora, caracterizou esse trecho máter de São Luís do Maranhão, persistentemente". As casas à Avenida Pedro II foram inscritas no *Livro de Belas-Artes* em 17 de agosto de 1961.







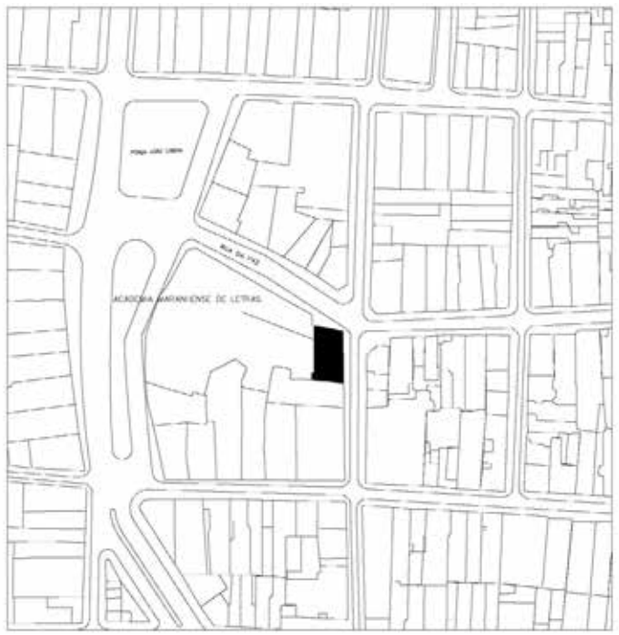
Casa à Rua da Paz (Academia Maranhense de Letras)

A casa à Rua Colares Moreira foi construída para servir de escola. Sua pedra fundamental foi lançada em 1873 e no ano seguinte estava concluída. Funcionou também como biblioteca pública, até que em 1949 o Governador Sebastião Archer da Silva construiu sede própria para a Biblioteca e doou o prédio à Academia Maranhense de Letras, fundada em 10 de agosto de 1908. A casa ainda abriga a AML e foi inscrita no *Livro Histórico*, em 9 de novembro de 1962, após intensa querela judicial.



Pretendia-se construir um moderno edifício em seu lugar. Dois andares do novo prédio seriam cedidos para o funcionamento da Academia Maranhense de Letras. Em reunião, os membros da AML votaram a favor dessa construção, com exceção de Josué Montelo, que era também membro do Conselho Consultivo do IPHAN. Em carta a Rodrigo Melo Franco de Andrade, Josué Montelo argumentou em favor do tombamento apresentando duas razões: resguardar o conjunto arquitetônico e urbanístico do Largo do Carmo e poupar da destruição um tradicional prédio histórico da cidade. Ainda, em coluna publicada, Montelo chamou atenção para a história do prédio, construído no século XIX em conjunto com outros dois, na Rua Grande e na Rua do Sol, que seguem a mesma linha arquitetônica. Reunido o Conselho Consultivo, decidiu-se pelo tombamento, no início de 1962. A AML pediu a impugnação do mesmo, levantando dúvidas sobre o valor histórico e arquitetônico do edifício, assim como sobre a validade de outras intervenções do IPHAN no Estado do Maranhão. O parecer de Paulo Thedim Barreto, reiterando o tombamento, argumentou que para a preservação do Largo do Carmo – tombado como conjunto arquitetônico, em 1955 – era necessária a manutenção da sede da Academia, único imóvel da quadra ainda sem proteção. Após uma série de pareceres favoráveis, o Conselho Consultivo voltou a se reunir em junho de 1962, julgando improcedente a impugnação. Seguiu-se então a inscrição do bem no *Livro Histórico de Tombo.*









Capela e Portão da Quinta das Laranjeiras

A Quinta das Laranjeiras foi construída pelo comendador Luís José Gonçalves da Silva, conhecido como "Barateiro", grande comerciante do Maranhão na virada do século XVIII para o XIX. Está localizada ao final da Rua Grande, na fronteira da freguesia de N. Sra. da Conceição, criada em 1805. O conjunto era constituído por casa de moradia, capela, senzala e alojamento de trabalhadores. Inicialmente, a capela era destinada ao uso privado. Em 1811, José Gonçalves da Silva requereu autorização ao Bispo D. Luís de Brito Homem para torná-la pública com acesso pela rua, sob a invocação de São José das Laranjeiras. Nesse requerimento, o proprietário também solicitava que fosse enterrado na capela. Em 17 de abril de 1811, foi-lhe dada a licença para a construção que durou cerca de cinco anos. Em 19 de agosto de 1816, a capela foi benta pelo cônego Filipe Benício dos Passos Cardoso.

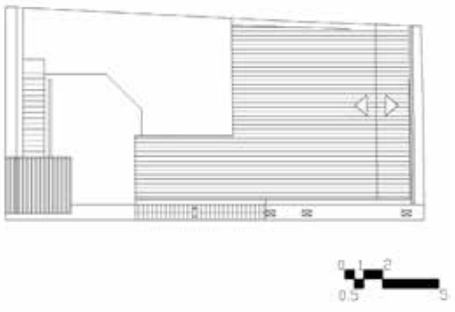
O portão da entrada principal da Quinta foi construído em 1812, conforme data inscrita. Apresenta, acima do pórtico, um brasão contendo as armas do comendador Gonçalves da Silva, encimado por elmo. Posteriormente, o "Barateiro" tornou Maria Luísa do Espírito Santo, sua primogênita, herdeira de várias propriedades, incluindo a Quinta das Laranjeiras. A partir daí o imóvel passou a ser conhecido como Quinta do Barão, nome advindo do casamento de Maria Luísa com o Brigadeiro Paulo José da Silva, agraciado mais tarde com o título de Barão de Bagé.

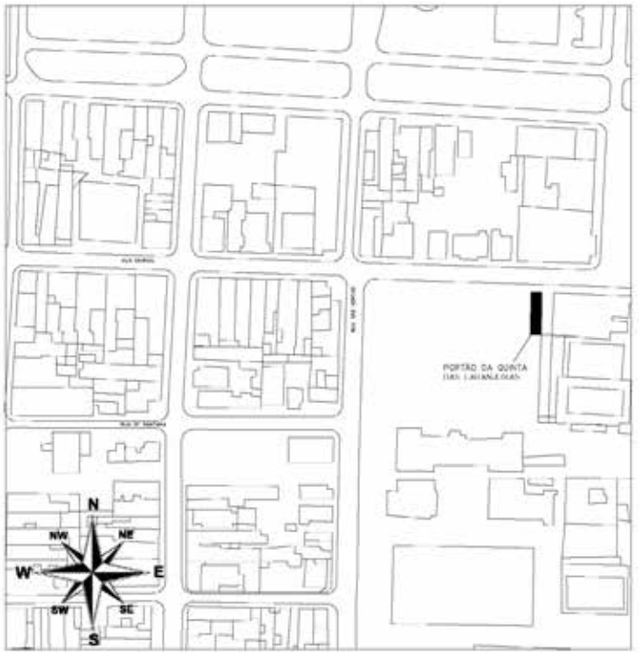
Uma das mais famosas propriedades da São Luís do século XIX, a Quinta passou por diversos proprietários até que, em 1938, foi adquirida pela Arquidiocese do Maranhão, que a vendeu para os Irmãos Maristas, para a construção de um colégio. Dos imóveis que constituíam o terreno, restam apenas a capela e o portão. Atualmente, o portão dá acesso ao Colégio Maranhense. Em 2003, a capela foi fechada para uma restauração completa, que durou cerca de um ano. Patrocinado pelo IPHAN, o restauro abrangeu tanto a parte exterior (pinturas e portais) como interior da capela (imagens, mobiliário, altar e retábulos).

A capela das Laranjeiras merece destaque, por ser um dos mais significativos exemplares da arquitetura religiosa maranhense durante o período de maior opulência econômica do estado, no século XIX. Trata-se da única edificação religiosa de São Luís que possui o copiar – uma área avarandada que servia como espaço de transição entre o interior (sagrado) e o exterior (profano) dos templos.

Ambos os bens foram tombados individualmente em 16 de abril de 1940, sendo inscritos no *Livro de Belas-Artes*. Antes, em 30 de setembro de 1939, o Irmão Leão Flamiano, representante da Ordem Marista, proprietária da Quinta, opusera-se ao tombamento do portão, visto que impediria a construção de um novo edifício onde funcionaria o ginásio da Ordem. No entanto, a impugnação foi rejeitada.





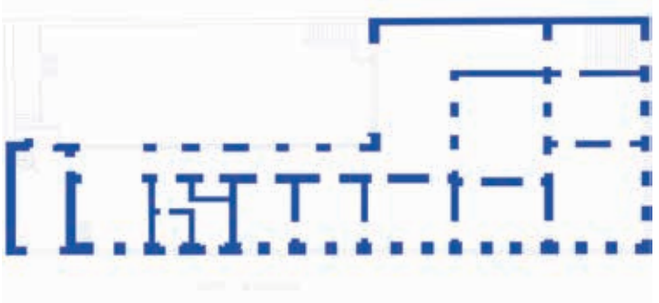


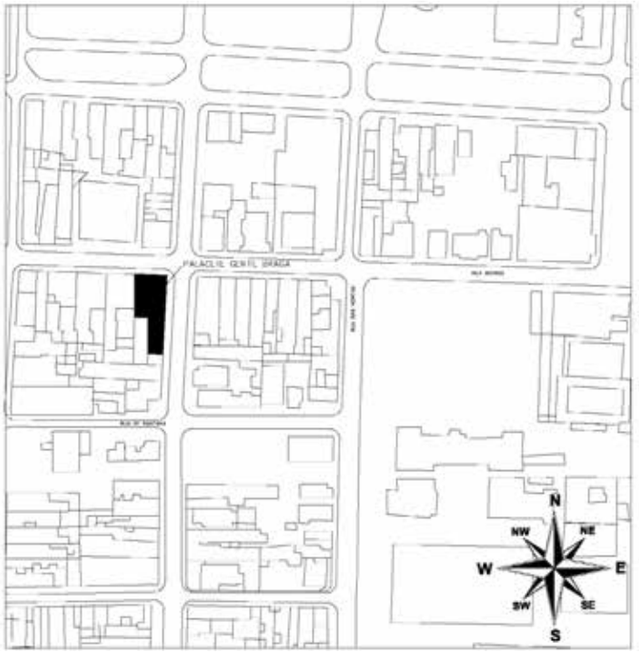


Palacete Gentil Braga

Conhecido também como Palacete Osvaldo Cruz ou "Sobrado do Canto da Viração", o palacete está localizado à Rua Osvaldo Cruz (antiga Rua Grande), na região da Quinta das Laranjeiras. O bem foi inscrito no *Livro de Belas-Artes* em 11 de novembro de 1978, após um pedido de Josué Montelo, membro do Conselho Consultivo do IPHAN e da Academia Maranhense de Letras, ancorado no fato de o prédio ter sido residência de Graça Aranha, além de cenário para a escrita da Constituição de 1820. Ademais, foi nesta mesma casa que Aluísio Azevedo escreveu seu célebre romance *O Mulato* e o poeta Gentil Homem escreveu *Entre o Céu e a Terra*, além de ter sido residência também do primeiro vice-cônsul inglês do Maranhão, John Heskett.

Arquitetonicamente, é um exemplo típico da rica arquitetura oitocentista de São Luís. Apresenta, como característica, um mirante em torre (um dos dois únicos do gênero). Atualmente, o prédio abriga o Departamento de Assuntos Culturais da Universidade Federal do Maranhão.





Fortaleza de Santo Antônio

Conhecida também como Forte da Ponta de Areia, não se sabe quando foi construída. César Marques, historiador, presume que seja um dos cinco fortes franceses edificados na ocupação da França Equinocial (1612-1615). Cartas régias de 1691e 1693 falavam sobre a dificuldade de se realizar obras para conservar a fortaleza, erguida em terreno arenoso e alagadiço. Em 1755 e 1762 foram feitas tentativas de reconstruí-la, sem sucesso. Apenas em 1797 a fortaleza foi totalmente reparada. Em 14 de julho de 1824, o 2º Tenente de Artilharia, Manuel Joaquim Gomes, sublevou-se contra o Presidente Bruce, instalando no forte um pequeno governo denominado "Junta Temporária". A revolta, no entanto, foi rapidamente sufocada. Seu paiol de pólvora foi adaptado para servir de farol em 1824. Não se sabe quando a construção ganhou sua feição atual, mas em 1870 já estava cercada por muralha de pedra, com terrapleno calçado de pedra e plataforma de lajes de Portugal. Atualmente é utilizada pelo Corpo de Bombeiros do Maranhão.

A fortaleza foi inscrita no *Livro Histórico,* em 6 de agosto de 1975, após recomendação de Lígia Martins Costa, chefe da Seção de Arte, embasada na política de preservação de fortalezas antigas do país, assim como de seus remanescentes.



Referências bibliográficas

D'ABBEVILLE, Claude D. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas em que se trata das singularidades admiráveis e dos costumes estranhos dos índios habitantes do país,* São Paulo: Martins, 1945. 296 p.

ADONIAS, Isa. *Mapas e planos manuscritos referentes ao Brasil colonial,* [Rio de Janeiro] : Min. Relações Exteriores, 1960. 692 p.

AGUIAR, Joaquim Duarte de Sousa. *Roteiro da costa norte do Brasil,* São Luís: [s.n.], 1880.

ALMANAK administrativo, mercantil e industrial da Província do Maranhão, São Luís: B. de Mattos, 1858-1881. 15 v.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão,* Rio de Janeiro: Typ. de J. P. Hildebrandt, [1874]. 2 v.

ALMEIDA, Rubem. "A cidade de São Luís: tentativas de reconstrução histórica." *Revista de Geografia e História do Maranhão,* São Luís, n.5, dez. 1954. 68 p.

AMARAL, José Ribeiro do. *Efemérides maranhenses: datas e fatos notáveis da história do Maranhão (1499-1823),* São Luís: Tipogravura maranhense, 1923. 174p.

AMARAL, José Ribeiro do. *Fundação do Maranhão,* Maranhão: Imprensa Oficial, 1911. 15 p.

AMARAL, José Ribeiro do. *História do Maranhão*, São Luís: Livraria Soares, [1923]. 39 p.

AMARAL, José Ribeiro. *O estado do Maranhão em 1896: obra composta a vista de grande número de documentos, acompanhada de carta geral do mesmo* [...], Maranhão : Tipografia Frias, 1897. 81 p.

AMARAL, Ribeiro do. "Nobiliarquia maranhense". *Revista de Geografia e História do Maranhão,* São Luís, n.1, ago. 1926. p. 37-41.

ANDRÉS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro (org.). *Centro histórico de São Luís - Maranhão: patrimônio mundial,* São Paulo: Audichromo,1998. 114 p.

ARANHA, José Pereira da Graça. *O meu próprio romance*, São Luís: Cia. Ed. Nacional, 1931. 174 p.

ARANHA, Manuel Guedes. "Papel político sobre o estado do Maranhão apresentado em nome da Câmara ao Senhor rei Dom Pedro segundo pelo seu procurador." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, XLVI, pt.1, 1883. p. 160.

ARAÚJO, Regina Maria Mendonça. *História e lendas das ruas do centro histórico de São Luís,* São Luís: [s.n.], 1997. 53 p.

ASSIS, Alfredo de. "Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil." *Revista do Norte,* São Luís, dez. 1965. p. 54-56.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas* (1859), São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte : Itatiaia, 1980. 283 p. (Coleção Reconquista do Brasil, 20).

AZEVEDO, Aroldo de; MATOS, Dirceu Lino de. *Viagem ao Maranhão,* São Paulo: Universidade de São Paulo, 1950. pp 155-6.

BAGUET, M. A. *Explorations dans la province de Maranhão,* Anvers : Imprimerie Veuve de Backer, 1888. 12 p.

BASTOS, Manuel José d'Oliveira. "Das capitanias do Pará e Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia, pelos seus caminhos e rios centrais." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* 2ª ed., Rio de Janeiro, n.8, 1846. p. 527-539.

BELÉM. *Leis, decretos, etc. Guia municipal*, São Luís: Tip. Frias, 1903. 117 p.

BERREDO, Bernardo Pereira de. *Anais históricos.* 3ª ed., Historiadores da amazônia, 1 e 2. Florença: Typographia Barbera, 2v., 1905.

BETHENCOURT, Francisco, e CHAUOURT, Kirti (org). *História da expansão portuguesa,* Navarra: Círculo de Leitores, 4 V., 1998.

BRAGA, Pedro. *A Ilha afortunada: arquitetura, literatura e antropologia,* São Luís: [s.n.]. 71p.

BRITO, Stella R. Soares; RIBEIRO, Osvaldo Gouveia; BOGÉA, Katia Santos; RIBEIRO, Emanuela Sousa. "Inventário nacional de bens móveis e integrados: a experiência do Maranhão - 1997/1999", São Luís: IPHAN/ 3º SR, 2000. 78 p.

CALDEIRA, José de Ribamar. *O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX,* São Luis: AML/SIOGE, 1991. 93 p. (Coleção César Marques).

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. "A invasão do Itaqui", São Luís: [s.n.], 1968.

CARRAZZONI, Maria Elisa. (coord.). *Guia dos bens tombados,* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1980. 517 p.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil,* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1976. 342 p. (Coleção Reconquista do Brasil, 27).

CASTRO, Augusto O. Viveiros de. "Os franciscanos no Maranhão." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, n. 96, 1924. p. 255-285.

CASTRO, Diogo de. "Informação de D. Diogo de Castro sobre cousas do Maranhão dada em Lisboa a 12 de Novembro de 1630." *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, n. 26, 1905. p. 349-353.

CASTRO, Maria Alexandrina Ribeiro. *A fábrica "Cânhamo" e sua influência no bairro da Madre Deus,* São Luís: [s.n.], 1998. 99 p.

CHAVES, Cônego. "Matriz de Nossa Senhora da Conceição: atos e fatos 1743 a 1918." São Luís: J. Pires e Cia, 1918. 52p.

CORDEIRO FILHO et al. *Perfil do Maranhão,* São Luís: [s.n.], n.78, 1980. p. 103-339.

COSTA, Ana Amélia Silva da. *Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil: sua influência na formação do Anil,* São Luís: [s.n.], 1998. 64 p.

COSTA, Mary Angélica dos Santos. *A Implantação da iluminação elétrica em São Luís,* São Luís: [s.n.], 1990. 50 p.

COUTINHO, Milson. *Revolta de Bequimão,* São Luís: Secretaria de Cultura do Estado, 1984. 217 p.

CRUZ, Ernesto. *Igrejas e sobrados do Maranhão, São Luís e Alcântara,* Rio de Janeiro : Livros de Portugal, 1953. 122 p.

CUNHA, Gaudêncio. *Maranhão 1908*. Rio de Janeiro: SPALA, 1908. 174 p.

DESTERRO, Dagmar, et al. *20 janelas e 3 crônicas,* São Luís: [s.n.], 1983.

DODT, Gustavo Luís Guilherme. *Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi. Relatórios sobre a exploração dos mesmos seguido de uma memória sobre o porto de São Luis do Maranhão,* Maranhão: Tipografia do *País*, 1873. 179 p.

DUARTE, Cristóvão Fernandes. "São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia no período filipino." *Oceanos*, Lisboa: Comissão para as comemorações dos descobrimentos, n. 41, 03/2000. p. 152-160.

EVREUX, Ives d'. *Viagem ao norte do Brasil,* Rio de Janeiro: Liv. Leite Ribeiro, 1929. 442 p. (Biblioteca de escritores maranhenses, 2).

FACULDADE de Filosofia de São Luís do Maranhão. *Revista de História e Geografia do Maranhão,* São Luís, IBGE; Diretoria Regional de Geografia, n. 5, Dez.1954. p. 133-136.

FERNANDES, Henrique Costa. *Administração Maranhense 1822-1929,* São Luís: Imprensa Oficial, 1929. 495p.

FERNANDES, Henrique Costa. *Administrador maranhense,* São Luís : Imprensa Oficial, [s.d.]. 495 p.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. "Propriedade e posse de terras do Cabo do Norte pela Coroa de Portugal." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, n.3, v.9, 1841. p. 389-421.

FERREIRA, Arnaldo. "Apontamentos sobre crônicas e jesuítas do Maranhão." *Revista de Geografia e História do Maranhão,* São Luís, IBGE; Diretoria Regional de Geografia, n. 5, dez. 1954. p.97-124.

FERREIRA, João de S. "Noticiário maranhense." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* São Luís, v. 135, n. 81, 1917. p. 289-352.

FERREIRA, João de Sousa. "América abreviada." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, n. 57, 1894. p. 5-153.

FERREIRA, Marize da Silva. *Estudos da formação e evolução do bairro da Camboa,* São Luís, 1999. 46 p.

FERRETI, Sérgio. *Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados de São Luís,* São Luís: UFMA/PROIN-CS, 2000.

FONTANA, Cláudio. *São Luís: ilha do amor,* São Luís: Rios, 1981.

FREITAS, José Coutinho de. "Os 380 anos de São Luís." *Revista de História e Geografia do Maranhão,* São Luís, LX III, n. 16, abr. 1993, 135 p.

FREITAS, José Coutinho de. "A 'Quinta da Vitória' de Sousândrade." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão,* São Luís, n.15, jan. 1992. p. 104.

FURTADO, Travassos. "O Palácio dos Leões e sua história." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão,* São Luís, n.13, dez. 1987. p. 91.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão,* Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970.337p.

GAMA, Bernardo José da. "Informação sobre a capitania do Maranhão dada em 1813 ao chanceler Antônio Rodrigues Veloso." Viena: Imprensa do filho de Carlos Gerold, 1872. 28 p.

GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre história política e administrativa do Brasil,* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, n. 84, 1956. p. 294 (Coleção Documentos Brasileiros).

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do Ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841,* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. 260 p.

GISIGER, John U. *Renovação urbana da praia Grande*, São Luís/ Maranhão, São Luís: [s.n.], [1980?]. 39 p.

GODOIS, Antônio Batista Barbosa de. *História do Maranhão,* [s.l.]: Tip. de Ramos d´Almeida, [1904]. 551 p.

GOMES, Manuel. "Carta que o padre Manuel Gomes escreveu ao padre provincial do Brasil." *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, n. 26, 1905. p. 329-334.

GUIMARÃES, Francisco. "Carta ao Intendente do Maranhão", Buenos Aires: Tipografia de Conti Irmãos, 1901. 56 p.

HANDELMANN, Henrique. "História do Brasil." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, n.108, 1930. 1002 p.

HERIARTE, Maurício de. *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Curupá e Rio das Amazonas.* Viena: Imprensa do filho de Carlos Gerold, 1874. 84 p.

HUE, Jorge de Sousa. *Uma visão da arquitetura colonial no Brasil,* Rio de Janeiro : AGIR, 1999. 200 p.

HYGINO, José. Relatórios e cartas de Gedeon Morris de Jorge no tempo do domínio holandês no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, n.58, pt.I, 1895. p. 237-319.

IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros,* Rio de Janeiro: O IBGE, 36 V., 1958.

IBGE; "População de São Luís, São Luís, 1950-1960." 18 p.

IGREJA da Conceição; *Revista de Geografia e História do Maranhão*. São Luís: IBGE; Diretoria Regional de Geografia, n.1, P. I, dez. 1946. p. 69-70.

IGREJA do Desterro. *Revista de Geografia e História do Maranhão,* São Luís, IBGE; Diretoria Regional de Geografia, n. 1, dez. 1946. p. 21-22.

IGREJA do Rosário. *Revista de Geografia e História do Maranhão,* São Luís, IBGE; Diretoria Regional de Geografia, v. I, n.1, dez. 1946. p. 129-130.

IGREJAS do Maranhão: templos de fé, relíquias de nossa história. *Revista Atenas,* São Luís, n.1, Jan. 1939. p. 19-20.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICAS E SOCIAIS – IPES. "Pesquisa socioeconômica dos conjuntos habitacionais da Cohab em São Luís", São Luís, 1981. 94 p.

INTERROGATÓRIO dos prisioneiros franceses do combate de Guaxenduba feito em 1614. *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, n. 26, 1905. p. 263-276.

ITAPARY, Joaquim. "A Falência do ilusório: memória da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil", São Luís: [s.n.], 1989. 133 p.

JOÃO III, Rei de Portugal. Doação da capitania do Maranhão: Foral de Direitos passado a João de Barros. *Revista de Geografia e História do Maranhão,* São Luís, IBGE; Diretoria Regional de Geografia, v. I, n. 1, dez. 1946, p. 140-145.

JOÃO V, Rei de Portugal. Carta régia ao capitão-mor do Maranhão. *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, n.67, 1948. p. 45.

JOÃO V, Rei de Portugal. Carta régia ao capitão-mor do Maranhão. *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, n. 67, 1948. p. 14.

JOÃO V, Rei de Portugal. Carta régia ao governador do Maranhão. *Anais da Biblioteca Nacional,* n.67, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1948. p. 125-126.

JOÃO V, Rei de Portugal. Carta régia ao Governador Geral do Estado do Maranhão**.** *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, n. 67, 1948. p. 8.

JOÃO V, Rei de Portugal. Carta régia ao Provedor-Mor da Fazenda do Maranhão. *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, n. 67, 1948. p. 157.

KIDDER, Daniel. *Reminiscências de viagens nas províncias do Norte do Brasil: compreendendo, notícias históricas e geográficas do império e das diversas províncias.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. 272 p. (Coleção Reconquista do Brasil, 16).

KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil.* 2ª ed., Recife: Secretaria Estadual de Cultura, 1978. 477 p. (Coleção Pernambucana, 17).

LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. "Itinerário da província do Maranhão." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, n.35, 1872. p. 384-422.

LEAL, Antônio Henriques. "Apontamentos para a história dos jesuítas no Brasil." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, n. 36, pt. 2, 1871/1874. p. 64-348.

LEAL, Antônio Henriques. *Obras de João Francisco Lisboa,* São Luís: [s.n.], 1901. 2 v.

LEFÈVRE, Renée; COSTA Filho, Odilo. *Maranhão: São Luís e Alcântara,* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1971. 147 p.

LEITE, Barbosa. "Arquitetura Colonial de São Luís do Maranhão." *Revista Brasileira de Geografia,* Rio de Janeiro: IBGE, n.44, v.1, 1982. p.85-187.

LEITE, Serafim. "Luís Figueira: a sua vida heróica e a sua obra literária*",* Lisboa: *Agência Geral das Colônias*, n. 251, 1940.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil,* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, V.III, 1943. p. 487.

LIMA, Alfredo Viana. *Conservation, récuperation et expansion des villes de São Louis et Alcântara,* Paris: UNESCO, 1977. 82 p.

LIMA, Maria Lídice Moreira. *São Luís do Maranhão: percursos visuais pela cidade,* São Paulo: FAU/ USP, 1984. 107 p.

LISBOA, João Francisco. Apontamentos, notícias e observações para servirem à história do Maranhão. *Jornal de Timon,* São Luís, 1853. 528p.

LIVRO grosso do Maranhão, Rio de Janeiro. *Anais da Biblioteca Nacional,* n.66-67, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. p. 295-270.

LOPES, Antônio. [Associação Comercial do Maranhão], *São Luís:* Tipografia Teixeira, 1944.

LOPES, Antônio. "Nossa cidade." *Revista de Geografia e História do Maranhão,* São Luís; IBGE. Diretoria Regional de Geografia, n.4, 1954. p. 145-147.

LOPES, Raimundo. *O torrão maranhense,* Rio de Janeiro. *Jornal do Comércio,* 1916. 222 p.

LOPES, Raimundo. *Uma região tropical.* Rio de Janeiro: Cia. Ed. Fon-Fon; Seleta, 1970. 197 p.

LUZ, Joaquim Vieira da. *Fran Paxeco e as figuras maranhenses,* Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1957. 357 p.

MACHADO, Ivone Melo Carvalho. *Urbanização de São Luís no início do século XX,* São Luís: [s.n.], 1998. 87 p.

MACHADO, Máximo José Sousa Machado. "O bonde em São Luís nos anos 70 do século XIX", São Luís: [s.n.], 1990. 30 p.

MAIA, Tom; MAIA, Teresa Regina de Camargo. *Velho Maranhão.* 2ª ed., Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1985. 65 p.

MARANHÃO, 1908, Rio de Janeiro: Spala, 1987. 174 p.

MARANHÃO, São Paulo: ALCOA Alumínio S.A. 200 p.

MARANHÃO. Departamento de Cultura do Estado. *São Luís: cidade dos azulejos,* Rio de Janeiro: Barão São Felix, 1964. 92 p.

MARANHÃO. Governador (1637-1641: Parente). Relação do Estado do Maranhão. *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, n.26, 1905. p. 355-359.

MARANHÃO. Governador (1849-1851: Coutinho). Fala dirigida pelo exmo. Presidente da Província do Maranhão, São Luís: [s.n.], 07.09.1850. p. 37-44.

MARANHÃO. Governador (1922-1926: Viana). Mensagem apresentada ao Congresso..., São Luís: [s.n.], 05.02.1924. p. 39-45.

MARANHÃO. Governador (1966-1971: Sarney). Mensagem à Assembléia Legislativa, São Luís: [s.n.], 1968.

MARANHÃO. Governador (1971-1974: Santana). Quatro anos de governo, São Luís: Cia. Gráfica e Editora Globo, [s.d.]. 62 p.

MARANHÃO. Governador (1971-1975: Santana). Mensagem do Governador Pedro Neiva de Santana à Assembléia Legislativa, São Luís: [s.n.], 1975. 74 p.

MARANHÃO. Governador (1979-1982: Castelo). Um governo de coragem e otimismo, São Luís: [s.n.], 1982. 204 p.

MARANHÃO. Governador (1982-1983: Saldanha). Mensagem à Assembléia Legislativa, São Luís: [s.n.], 1983.

MARANHÃO. Governo do Estado. Bens tombados no Maranhão: tombamentos estaduais, São Luís: Secretaria de Cultura, 1987. 88 p.

MARANHÃO. Interventor (1937-1945: Sousa Ramos). Relatório: exercício de 1942, São Luís: Dpto. Estadual de Imprensa e Propaganda, 1943. 216 p.

MARANHÃO. Interventor (1937-1945: Sousa Ramos). Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, São Luís: Dpto. Estadual de Imprensa e Propaganda, 1942. 190 p.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção das leis, pareceres do Congresso, decretos e decisões do Estado Maranhão, São Luís: Tip. da Imprensa Nacional, 1907.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Legislação da Província do Maranhão, São Luís: Tipografia do Frias, V.2, 1867.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção das leis e decretos de 1949, São Luís: Imprensa Oficial, 1951.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção das leis, decretos e resoluções da Provincia do Maranhão (1835-1843), São Luís: [s.n.], 1847.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção de decreto-leis e decretos de 1941, São Luís: D.E.I.P, 1942.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção de decretos-leis de decretos de 1942, São Luís: D.E.I.P-Maranhão, 1943.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção de decretos-leis e decretos de 1946, São Luís: Imprensa Oficial, 1947.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção de decretos-leis e decretos de 1938, São Luís: Imprensa Oficial, 1939.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção de decretos-leis e decretos de 1939, São Luís: Imprensa Oficial, 1940 : [s.n.].

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção de decretos-leis e decretos de 1943. São Luís: D.E.I.P – Maranhão, 1941.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção de leis e decretos de 1948, São Luís: Imprensa Nacional, 1949.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção de leis e decretos do ano de 1937. São Luís: Imprensa Nacional, 1937.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção de leis, decretos e resoluções da Província do Maranhão, São Luís, 03.07.1856. p.4-5.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleções das leis, decretos e resoluções da Provincia do Maranhão (1836-1843), São Luís, 1847.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção da leis e decretos do ano de 1922, São Luís: Imprensa Oficial, 1923.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção das leis de 1900, São Luís: [s.n.]. 17.03.1900.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção das leis e decretos de 1926, São Luís: Imprensa Oficial, 1928.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção das leis e decreto de 1929, São Luís: Imprensa Oficial, 1930.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção das leis e decretos de 1919, São Luís: Imprensa Oficial, 1922.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção das leis e decretos de 1921, São Luís: Imprensa Oficial. 9.2.1921.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção das leis e decretos de 1920, São Luís: Imprensa Oficial. 4.5.1920.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção das leis Provinciais do Maranhão 1872, São Luís: Typ. do Frias, 1878. 110 p.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção das leis Provinciais do Maranhão 1875 a 1877, São Luís: Tip. do *País*, 1876.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção das leis Provinciais do Maranhão 1873, São Luís: Tip. do Frias, 1874. p. 10-11.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção das leis provinciais do Maranhão 1871, São Luís: Tip. do *País*, 1872.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção das leis Provinciais do Maranhão 1867, São Luís: Tip. B. de Matos, 1867. 80 p.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção das leis, pareceres do Congresso, decretos e decisões do Estado do Maranhão, São Luís: Tip. Imprensa Oficial, 1907.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção de decretos, leis e resoluções do governo do estado do Maranhão, São Luís: Tip. a Vapor dos Frias, 1893. 244 p.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção de leis, decretos e resoluções da Provincia do Maranhão, São Luís: [s.n.]. 2.7.1856. p. 3.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Contratos assinados pelo Estado do Maranhão para execução e administração dos serviços de abastecimentos, São Luís: [s.n.], 1932. 77 p.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Índice dos regulamentos para execução das leis, São Luís: [s.n.], 12.08.1843. p. 70-71.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Leis do Estado do Maranhão dos annos de 1911-1913, São Luís: Imprensa Oficial, 1914.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Leis e regulamentos provinciais, São Luís: Tip. do *País*, 1874.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção das Leis Provinciais de 1895, São Luís : [s.n.]. 101 p.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção das leis, decretos e resoluções da Provincia do Maranhão, São Luís: Tip. da Temperança. 30.7.1859. p. 45.

MARANHÃO. Leis, decretos etc. Coleção dos regulamentos da Província do Maranhão nos anos de 1835 a 1848, São Luís: Tip. Const. de I.J. Ferreira, 1849.

MARANHÃO. Leis, decretos etc; Legislação da Província do Maranhão, São Luís: Tipografia do Frias, v.2, 1867.

MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Coleção das leis, pareceres do congresso, decretos e decisões do Estado do Maranhão, São Luís: Imprensa Oficial, 1910.

MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Coleção das leis e decretos do ano de 1936, São Luís: Imprensa Oficial, 7.12.1936. p. 127-128.

MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Coleção das leis, decretos e resoluções da Província do Maranhão 1843-1848, Maranhão: Tipografia Const. de I.J. Ferreira, n.1, 1848, p. 2-3.

MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Coleção de decretos-lei e decretos de Janeiro a Dezembro de 1942, São Luís: D.E.I.P. Maranhão, 1943.

MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Coleção de decretos-leis e decretos de janeiro a dezembro de 1941, São Luís: D.E.I.P. Maranhão, 1942.

MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Coleção de decretos-leis e decretos de janeiro a dezembro de 1941, São Luís: D.E.I.P. Maranhão, 1942.

MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Coleção das leis e decretos do anno de 1937, São Luís: Imprensa Oficial, 1937.

MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Coleção das leis e decretos do Estado do Maranhão, São Luís: Imprensa Oficial, 1920.

MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Coleção das leis e decretos do Estado do Maranhão, São Luís: Imprensa Oficial, 1924.

MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Coleção das leis, pareceres do congresso, decretos e decisões do estado do Maranhão, São Luís: Tip. da Imprensa Oficial, 1907.

MARANHÃO. Leis, decretos, etc. Decretos de janeiro a dezembro de 1932, São Luís: Imprensa Oficial, 1934.

MARANHÃO. Secretaria de Coordenação e Planejamento. Perfil do aglomerado urbano de São Luís, n.1, São Luís: Síntese, 1983. p. 228.

MARANHÃO: *São Luís e Alcântara,* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1971. 147 p.

MARQUES, César Augusto. "Memória histórica da administração provincial do Maranhão pelo bacharel Franklin Americo de Meneses Dória." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, n. 41, pt.2, 1878. p. 5-69. (Coleção Reconquista Brasil, 13).

MARTINS, Manuel Pereira. "Anúncio histórico." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão,* São Luís, n.4, jun.1958. p.17-20.

MEIRELES, Mário Martins. *França equinocial.* São Luís: Tipografia São José, 1962. 141p.

MEIRELES, Mário Martins. *História da Arquidiocese de São Luís do Maranhão,* São Luís: Universidade do Maranhão, n. 385, 1977.

MEIRELES, Mário Martins. *Holandeses no Maranhão - 1641-1644,* São Luís: PPPG; Editora UFMA, n. 169, 1991.

MEIRELES, Mário Martins. *Melo e Póvoas: governador e capitão-general do Maranhão,* São Luís : SIOGE, 1974. 101p.

MEIRELES, Mário Martins. *Dom Diogo de Sousa, governador e capitão-general do Maranhão e Piauí [1798-1804],* São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1979. 73 p.

MEIRELES, Mário Martins. *História da independência no Maranhão,* São Luís: Arte Nova, 1972. 171 p.

MEIRELES, Mário Martins. *João de Barros : primeiro donatário do Maranhão,* São Luís: Alumar, 1996. 99 p. (Documentos maranhenses, 13).

MORAIS, Francisco Teixeira de. "Relação histórica e política dos tumultos que sucederam na cidade de S. Luís do Maranhão ... até o de Francisco de Sá Meneses**."** *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, n.40, pt.I, 1877. p. 67-155.

MORAES, Jomar. *Guia de São Luís do Maranhão.* São Luís: Edições Legenda, 1989. 261 p.

MOTA, Antônia da Silva; MANTOVANI, José Dervil. *São Luís Doma. No século VXIII: a construção do espaço urbano sob a lei das Sesmarias,* São Luís: FUNC, 1998. 130 p.

MOTA, Antônio da Silva. *Coroadinho*, São Luís: [s.n.], 1990. 91 p.

MOURA, Alexandre de. "Relatório de Alexandre Moura sobre a expedição à ilha do Maranhão e expulsão dos franceses." *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, n.26, 1905. p. 193-242.

MOURA, Benedito Clementino de Siqueira. "São Luís dos bons tempos de bonde. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão,* São Luís, n.14, mar. 1991. p. 92.

MOURA, J. de Abranches. "A Ilha de São Luís." *Revista de Geografia e História do Maranhão,* São Luís; IBGE. Diretoria Regional de Geografia, n.1, ago. 1926. p. 21-30.

NORONHA, Jácome Raimundo. "Relação de Jácome Raimundo de Noronha, sobre as cousas pertencentes à conservação e aumento do estado do Maranhão." *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, n.26, 1905. p. 435-441.

"O NOVO hospital de isolamento do Maranhão." *Revista do Norte,* São Luís, n.66, maio 1994. p. 138-144.

OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial,* Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961. 344 p.

PACHECO, D. Filipe Conduru. *História eclesiástica do Maranhão,* São Luís: S.E.N.E.C, 1969 : [s.n.].

"PALÁCIO dos holandeses." *Revista de Geografia e História do Maranhão,* São Luís, IBGE; Diretoria Regional de Geografia, v.I, n.I, Dez. 1946. p. 53.

"PALÁCIO dos Leões", São Luís: Dept. Cultura do Estado, 1964. 53 p.

PALHANO, Raimundo. *A produção da coisa pública: serviços públicos e cidadania,* São Luís: IPES, 1988. 398 p.

PAVÃO, Arlete Heraldo Costa. "Abastecimento d'água em São Luís no século XIX", São Luís: [s.n.], 1998. 48 p.

PAXECO, Fran. *O Maranhão : subsídios históricos e corográficos,* São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1998. 200 p.

PAXECO, Fran. *O trabalho maranhense,* São Luís: Imprensa Oficial, 1916. 14 p.

PAXECO, Fran. *Os interesses maranhenses,* São Luís: Casa Editora, 1904. 191 p.

PAXECO, Fran. *O Maranhão,* São Luís: Tipogravura Teixeira, 1912. 189 p.

PEDRO II, Rei de Portugal. Carta régia ao governador do Maranhão. *Anais da Biblioteca Nacional***,** Rio de Janeiro, n.66, 1948. p. 190-191.

PEDRO II, Rei de Portugal. Carta régia ao Governador do Maranhão. *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, n.66, 1948. p. 94 – 95.

PEDRO II, Rei de Portugal. Carta régia ao Governador do Maranhão**.** *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, n.66, 1948. p. 78-79.

PEDRO II, Rei de Portugal. Carta Régia ao governador Geral do Maranhão (enviada em 20 de novembro de 1702). *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, n.66, 1948. p. 225.

PEDRO II, Rei de Portugal. Carta Régia ao governador-geral do Maranhão. *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, n.66, 1948. p. 200.

PEDRO II, Rei de Portugal. Carta régia do governador-geral do Maranhão. *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, n.66, 1948. p. 291.

PEDRO II, Rei de Portugal. Carta régia para o governador do Maranhão. *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, n.66, 1948. p. 76-77.

PERDIGÃO, Hilton Magalhães (org.). *Anuário do Maranhão para 1941,* São Luís: Invicta, 1941. 152p.

PEREIRA, José da Costa Mendes. "Discurso sobre a adesão do Maranhão à independência." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão,* São Luís, XLII, n.15, Jan.1992. p.85-90.

PEREIRA, Lana Lourdes. "Praia Grande: uma história de resistência", São Luís: [s.n.], 1997. 69 p.

PESTANA, Lindomar Rangel. "A implantação da ULEN no Maranhão: 1923-1926", São Luís: [s.n.], 1998. 53 p.

PIANZOLA, Maurice. *Os papagaios amarelos: os franceses na conquista do Brasil,* Editorial Alhambra, São Luís, 1992. 298 p.

PRAZERES, Francisco dos. "Poranduba maranhense." *Revista de Geografia e História do Maranhão,* São Luís; IBGE. Diretório Regional de Geografia, v.I, n.1, 1946. 188 p.

"QUARTEL Novo do 24º B.C." *Revista Atenas,* São Luís, maio 1939. p. 39-45.

REIS FILHO, Nestor Goulart. "Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil": *Universo urbanístico português 1415-1822,* Lisboa : Comissão Nacional para comemorações, 1998. p.467-482. (Coletânea de Estudos).

REIS FILHO, Nestor Goulart. "Notas sobre o urbanismo no Brasil. primeira parte: período colonial": *Universo Urbanístico português 1415-1822,* Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos, 1998. 483-0506.(Coletânea de estudos).

REIS, Artur César Ferreira. *O Estado do Maranhão : catequese do gentio, rebeldes, pacificação,* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, [1950]. 50 p.

REIS, Francisco Sotero. "Relação dos brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, n.19, 1856. p. 607-644.

REIS, José Ribamar Sousa. *Feira da Praia Grande.* São Luís: AUGUSTA, 1982. 92 p.

REIS, Luís Gonzaga dos. "O sítio Filipinho." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão,* São Luís, n. 4, Jun. 1952. p. 3-5.

REIS, Nestor Goulart. "Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial", São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2000. 411 p. (USPIANA Brasil 500 anos).

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. *Formação do espaço urbano de São Luís,* São Luís: FUNC – MA, 1999. 153 p.

ROSSA, Walter. "O urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas": *Universo urbanístico português 1415-1822,* Lisboa: Comissão Nacional para comemorações, 1998. p. 507-536. (Coletânea de Estudos).

SALDANHA, Ivar. *Ivar – o governo da simplicidade,* Brasília SECOM, 1983. 238 p.

SANTOS, Célia Regina Mesquita. "Rua Grande: testemunho de uma época", São Luís, 1998. 49 p.

SANTOS, Maria José Penha dos. "Urbanização de São Luís", São Luís: [s.n.], [1998].

SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de cidades no Brasil colonial,* Coimbra: [s.n.], 1968. 125 p.

SÃO LUÍS. Código Municipal. Código municipal da Câmara da capital da Província do Maranhão, São Luís: Tip. de B. de Matos, 1866. 907 p.

SÃO LUÍS. Prefeitura Municipal. Plano de transportes e desenvolvimento da cidade São Luís, São Luís: [s. n.], 1975. 100 p.

SÃO LUÍS. Prefeitura. Plano Diretor de São Luís, 2ºed., São Luís: SIOGE, 1977. 100p.

SEPLAN : Projeto Praia Grande. São Luís: SEPLAN / MA, 1981. 28 p.

SERÁFICO, Luís. *A cidade de São Luís do Maranhão,* São Luís: Copyright Rhodiasa, 1981. 141 p.

SERÁFICO, Luís. *A cidade de São Luís do Maranhão,* São Paulo: Raízes Artes Gráficas, 1981. 139 p.

SERRA, Astolfo. *A Balaiada.* 3ª ed., Rio de Janeiro: Bedeschi, 1948. 308 p.

SERRA, Astolfo. "Geografia sentimental de São Luís." *Revista Atenas,* São Luís, v. 01-02, n.25, -1941. p. 5-11.

SERRA, Astolfo. *Guia histórico e sentimental de São Luís do Maranhão,* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. 206 p.

SERRA, Tasso de Morais Rego. "Fortes e fortalezas do Maranhão." *Revista de Geografia e História do Maranhão,* São Luís, IBGE; Diretoria Regional de Geografia, v. I, n. 1, dez. 1946. p.55-66.

SILVA, Ana Lúcia Duarte. *De matadouro à Liberdade: formação histórica de um bairro de São Luís,* São Luís, 1997. 72 p.

SILVA, Ana Rubia Santos da. *As invasões urbanas em São Luís (1980-1990),* São Luís: [s.n.], 1993. 64 p.

SILVA, Francisco de Paula. *Apontamentos para a história eclesiástica do Maranhão,* São Luís: Tipografia de S. Francisco, 1922.

SILVA, Gentil. "Indústria salineira." *Revista de Geografia e História do Maranhão,* São Luís, n. 5, dez. 1954. p. 126-127.

SILVA, Luís Antônio Vieira da. *História da independência da Província do Maranhão, 1822 – 1828,* Rio de Janeiro: Typ. do Progresso. 349 p.

SILVEIRA, Simão Estácio da. "Relação sumária das cousas do Maranhão". *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, n. 94, 1974. p. 97-103.

SOARES, Luís Alfredo Neto Guterres. "Um S.O.S ao Pró-Memória." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão,* São Luís, n.10, out. 1985. p. 30-34.

SOARES, Maria Laura Ribeiro da Costa. "Características físico-socioeconômicas necessárias e aspirações do bairro Sá Viana", São Luís: [s.n.], 1979.

SOARES, Wilson. "O Porto de São Luís." *Revista de Geografia e História do Maranhão,* São Luís, IBGE; Diretoria Regional de Geografia, v.3, n.3, fev. 1950. p. 19-42.

SPIX, J. B. von; MARTIUS, K. F. P. von. *Viagem pelo Brasil,* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2 V, 1938.

SUDENE. “Pesquisa do mercado do peixe na cidade de São Luís – Maranhão”, São Luís: EMEP, 1966.

TEATRO Artur Azevedo, São Luís: S.E.N.E.C, 1969. 32 p.

TEIXEIRA, Domingos. “Extrato da vida de Gomes Freire de Andrada, capitão-general do Maranhão, Pará, e Rio das Amazonas no Estado do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, 1841, v 3, n.9. p. 457-468.

TELES, Augusto Carlos da Silva. *Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil.* 2ª ed., Rio de Janeiro: MEC – FAE, 1985. 344 p.

TIRAPELI, Percival. *Patrimônio da humanidade no Brasil,* São Paulo: Metalivros, 2000. 287 p.

VALE, José Ribeiro de Sá. *Ilha do Maranhão.* 3ª ed., São Luís: Livraria Universal, 1936. 32 p.

VASCONCELOS, Benedito de Barros. “O Maranhão fabuloso.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão,* São Luís, v.I, n.1, ago. 1926. p.17-20.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão,* São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. 3 v.

WILLEK, Venâncio, frei. *Franciscanos no Maranhão (1624-1878) e Piauí (1952-1977),* São Luís : [s.n.], 1978. 145 p.

XAVIER, Manuel Antônio. “Memória sobre o decadente estado da lavoura e comércio da província do Maranhão e aumento de que é suscetível.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, n. 231, 1956. p. 305-316.

. . . . . .

Índice de ilustrações

Os números em itálico correspondem às páginas, os nomes em itálico correspondem às imagens.

ACADEMIA Maranhense de Letras. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário.

ALBERNAZ, João Teixeira**. Descrição dos rios Pará e Maranhão.** Mapoteca da Marinha – RJ, 1632, pág. 16

ALBERNAZ, João Teixeira. In: MORENO, Diogo de Campos. **Livro que dá razão do Estado do Brasil**. Arquivo Público Estadual, Recife, 1955, pág. 25

ALBERNAZ, João Teixeira**. Província do Maranhão.** Mapoteca do Itamarati, RJ, 1631, pág. 28

CAPELA e portão da Quinta das Laranjeiras. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário.

CAPELA e portão da Quinta das Laranjeiras. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário.

FÁBRICA Santa Amélia. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário.

FERREIRA, Justo Jansen**. Planta da cidade de São Luís capital do Maranhão.** Biblioteca Nacional – Cartografia, RJ, 1912**,** pág. 54

FONTE das Pedras. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário, pág. 39

FONTE das Pedras. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário.

FONTE do Ribeirão. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário, pág. 43

FONTE do Ribeirão. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário, pág. 56

LOPES, J. J. Rodrigues. Mapa de parte da província do Maranhão, 1841. Mapoteca da Maninha, RJ, pág. 18

FONTE do Ribeirão. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário.

FORTALEZA de Santo Antônio. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário.

FORTE da Ponta d´Areia Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário, pág. 40

Gráfico de Estado de Conservação – morador. Banco de Dados do INBI-SU / São Luís, pág. 67

Gráfico de Demanda de Obras. Banco de Dados do INBI-SU / São Luís, pág. 68

HESS, Erich. **Casas à Avenida Pedro II, nº 199 e 205**. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário.

IGREJA da Imaculada Conceição dos Mulatos. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário, pág. 33

IGREJA da Imaculada Conceição dos Mulatos em demolição. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário, pág. 34

IGREJA de Santana. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário, pág. 42

IGREJA de São Pantaleão. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário, pág. 41

IGREJA do Desterro. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário, pág. 29

Igreja e Convento do Carmo. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário, pág. 27

MAPA 1ª fase (1612-1677). Inventário Nacional de Sítios Urbanos – IPHAN, Rio de Janeiro, pág. 23

MAPA 2ª fase 1677 – 1753 – 2ª Fase. Inventário Nacional de Sítios Urbanos – IPHAN, Rio de Janeiro, pág. 31

MAPA 3ª fase 1753 – 1804. Inventário Nacional de Sítios Urbanos – IPHAN, Rio de Janeiro, pág. 36

MAPA 4ª fase 1804 – 1844. Inventário Nacional de Sítios Urbanos – IPHAN, Rio de Janeiro, pág. 45

MAPA 5ª fase 1844 – 1910. Inventário Nacional de Sítios Urbanos – IPHAN, Rio de Janeiro, pág. 48

MAPA 6ª fase 1910 – 1974. Inventário Nacional de Sítios Urbanos – IPHAN, Rio de Janeiro, pág. 53

MAPA – IBAS. Inventário Nacional de Sítios Urbanos – IPHAN, Rio de Janeiro.

MAPA – Limites de tombamento. Inventário Nacional de Sítios Urbanos – IPHAN, Rio de Janeiro.

Mapeamento dos Usos em atualização pela 3ª Superintendência Regional – IPHAN, 2006.

Mapeamento do Estado de Conservação em atualização pela 3ª Superintendência Regional – IPHAN, 2006.

MAPA de parte da província do Maranhão, 1841. Mapoteca da Marinha, RJ.

PALACETE Gentil Braga. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário, pág. 50

PALÁCIO dos Leões. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário, pág. 38

PRAIA Grande. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário, pág. 35

SAMPAIO, Theodoro**. Estado do Maranhão, 1908.** Biblioteca Nacional, Iconografia, RJ, pág. 19

SOBRADO com loja – casa na Rua Afonso Pena. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro (Noronha Santos), Série Inventário, pág. 55

TERESA, Giuseppe de Santa**. Istoria delle Guerre Del regno Del Brasile aceadute tra la corona di Portogallo, e la republica di Olanda (1698).** Biblioteca Nacional, Cartografia, RJ, pág. 24

TERESA, Giuseppe de Santa**. Vista da cidade de São Luís. Istoria delle Guerre Del regno Del Brasile aceadute tra la corona di Portogallo, e la republica di Olanda (1698).** Biblioteca Nacional, Cartografia, RJ, pág. 22

VEIGA, J. **Planta da cidade de S. Luís do Maranhão levantada em 1853 (1858).** Biblioteca Nacional, Iconografia, RJ, 1858, pág. 49


IPHAN
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional


Senado Federal